UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Letras

Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)

Paulo Bruno Rodrigues Ferreira

Orientadores: Prof. Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos

Prof. Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Doutor em História (especialidade de História Contemporânea)

2016

Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)

Paulo Bruno Rodrigues Ferreira

Orientadores: Prof. Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos

Prof. Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História (especialidade de História Contemporânea)

Júri:

Presidente: Professor Doutor António Adriano de Ascenção Pires Ventura

Vogais:

- Professor Doutor Ignácio Chato Gonzalo
- Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga
- Professor Doutor José Miguel Pereira Alcobio Palma Sardica
- Professor Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos
- Professora Doutora Maria Alexandre Campanhã Lousada

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

2016

Índice

Resumo

O iberismo é um conceito que, tendo começado a ser discutido desde meados do século XIX, foi evoluindo e encontrando ramificações consoante as transformações político-económicas ocorridas em Portugal e Espanha. Se no início se recorria a iberismo para advogar a união ibérica, ou a integração das nações peninsulares num espaço territorial, político e económico mais vasto, a partir das últimas décadas do século XIX surgiram novas interpretações. Autores como Oliveira Martins, Miguel de Unamuno, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo ou Fernando Pessoa socorreram-se de termos como hispanismo ou peninsularismo, defendendo iberismos culturais e espirituais que respeitavam as diferenças de cada país. As crises coloniais finisseculares (o *Ultimatum*, de 1890, e o *Desastre*, de 1898) contribuíram para dotar o iberismo de novos sentidos. Hispano-americanismo ou pan-hispanismo eram expressões que designavam projectos culturais e políticos envolvendo os países ibéricos e americanos numa comunidade transnacional baseada numa partilha civilizacional.

Partindo da imprensa e de fontes como as existentes nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Espanha, incluindo relatórios e correspondência de diplomatas, bem como textos de outras figuras políticas e intelectuais, tentar-se-á, para além de situar os múltiplos sentidos do iberismo nas histórias contemporâneas de Portugal e Espanha, identificar as respostas oferecidas pelos iberismos e hispanismos para as crises peninsulares e perceber por que motivos, para diversos nacionalistas portugueses, qualquer tentativa de aproximação ibérica era considerada um sinal de decadência e de degenerescência moral. Pretendendo avaliar a relevância dos nacionalistas que desprezavam o iberismo, aprofundar-se-á o estudo do anti-iberismo não apenas a partir de fontes como as indicadas, mas também de documentos como os do Arquivo da Sociedade Histórica da Independência. Para além de serem essenciais para o tratamento estatístico dos sócios, os livros e ficheiros existentes no arquivo desta Comissão e a imprensa foram indispensáveis para traçar o perfil sociopolítico dos seus membros e para acompanhar as polémicas anti-iberistas em que se envolveram.

Palavras-chave: iberismo, hispanismo, anti-iberismo, nacionalismo, 1º de Dezembro.

Resumen

El iberismo es un concepto que, si bien comenzó a ser discutido a mediados del siglo XIX, fue evolucionando y encontrando ramificaciones de acuerdo con los cambios políticos y económicos. Si al inicio el iberismo abogaba por la unión ibérica, o la integración de las naciones peninsulares en un espacio territorial, político y económico más vasto, a partir de las últimas décadas del siglo XIX surgieron nuevas interpretaciones. Autores como Oliveira Martins, Miguel de Unamuno, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo o Fernando Pessoa recurrieron a términos como hispanismo o peninsularismo, defendiendo un iberismo cultural que respetaba las diferencias de cada país. Las crisis coloniales finiseculares contribuyeron a dotar el iberismo de nuevos sentidos. Hispanoamericanismo o panhispanismo eran expresiones que designaban un proyecto cultural y político que comprendía los países ibéricos y americanos en una comunidad basada en un reparto civilizador.

Partiendo de la prensa y de fuentes como los archivos del Ministerio de Asuntos Exteriores de Portugal y España, de congresos celebrados en ambos países, o de intercambios epistolares, se intentará, además de situar los múltiples sentidos del iberismo en las historias contemporáneas de Portugal y España, identificar las respuestas ofrecidas por el iberismo o el hispanismo para las crisis peninsulares y entender por qué motivos, para varios nacionalistas portugueses, cualquier tentativa de aproximación ibérica era considerada una señal de decadencia y de degeneración moral. Pretendo valorar la relevancia de los nacionalistas que combatían el iberismo, profundizando en el estudio de los anti-iberismo, no sólo a partir de fuentes como las indicadas, si no también con la documentación del Arquivo da Sociedade Histórica da Independência. Además de ser esenciales para el tratamiento estadístico de los miembros, los libros de socios y los ficheros existentes en el archivo de esta comisión, serán determinantes junto con la prensa para trazar el perfil sociopolítico de sus miembros y para acompañar las polémicas antiiberistas en que se enzarzaron.

Palabras clave: iberismo, hispanismo, antiiberismo, nacionalismo, 1 de diciembre.

Agradecimentos

Esta tese não existiria sem o apoio do Professor Sérgio Campos Matos. Desde o início do mestrado que as suas sugestões e ensinamentos me têm acompanhado. O Professor Sérgio Campos Matos encorajou-me a candidatar-me a uma bolsa FCT e tem-me auxiliado a progredir ao longo desta caminhada. Nunca me deixarei de sentir privilegiado por ter sido aluno e amigo de alguém não menos excelente em termos humanos do que académicos.

Não obstante a distância que separa Lisboa do Porto, a minha co-orientadora, a Professora Maria da Conceição Meireles Pereira, foi um apoio valioso na preparação deste trabalho. Sem a sua ajuda não só não me teria associado a uma distinta unidade de investigação, como o CEPESE, como teria levado a cabo um trabalho muito pior do que o que aqui se apresenta.

Os amigos não precisam de ser trezentos, nem têm de estar sempre presentes. Por vezes, basta uma palavra de consolo. Ao José Pedro Moreira e à Tatiana Faia, amigos e parceiros de revista, estou grato por quererem construir o futuro na minha companhia. À Rita Custódio e ao Àlex Tarradellas agradeço por, ao fim de vários anos, ainda me continuarem a tratar com a mesma bondade. O Samuel Filipe acolheu-me e mostrou-me Madrid pela primeira vez. Sem a sua simpatia e amizade não me teria adaptado tão facilmente a uma cidade que desconhecia por completo. Agradeço também aos incansáveis colegas de doutoramento César Rina e Carmine Cassino, que comigo organizaram eventos que nos enchem de orgulho.

A disponibilidade e o profissionalismo que encontrei em algumas instituições não podem ser esquecidos. Destaco o serviço exemplar prestado pelos funcionários da Biblioteca Nacional de Espanha e do Arquivo Histórico Nacional, de Madrid. Destaco ainda o irrepreensível serviço prestado pelas sempre afáveis funcionárias do Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Mais do que agradecer, dedico esta tese à Sara e à Penélope, que me obrigam todos os dias a ser melhor pessoa e a superar-me.

Introdução

> "Porque a Ibéria é o D. João amador da Única procurada em todas e o amador Bernardim de todas encontradas na única. É Lorca oferecer à bala o coração que não tinha Fernando Pessoa e Fernando Pessoa sentir na cabeça a bala que estourou o coração de Lorca. É Camilo escrevendo no *Amor de Perdição* a novela mais profunda e intensa da paixão fúnebre espanhola e Unamuno enamorado desta pátria dos *amores tristes e dos grandes naufrágios* que lhe inspira o sentimento trágico da vida."
>
> Natália Correia[1]

Quem nos dias de hoje se debruce sobre o tema do iberismo sem qualquer leitura prévia, tenderá provavelmente a dizer que o iberismo significa união entre Portugal e Espanha e que o iberista é aquele que defende essa união. Sobre as expressões anti-iberismo e anti-iberista, poder-se-á dizer que o anti-iberismo se pauta pela rejeição de uma união entre Portugal e Espanha e que o anti-iberista é aquele que suporta essa rejeição. Nada disto está errado mas, devido a excessiva simplificação, outra qualquer pessoa que nunca tenha ouvido falar de iberismo pode ser levada a acreditar que o iberismo procurou desde sempre fazer da Península Ibérica um só país e que o anti-iberismo não passou de uma recusa da união ibérica. Este estudo nasceu precisamente da vontade de tentar perceber não só o que foi o iberismo e quem foram os iberistas e os seus antagonistas, mas de que modos é que estes conceitos foram evoluindo ao longo do tempo. O interesse por estes temas cresce quando, após as primeiras leituras, se descobre que o iberismo teve múltiplos sentidos, e que até entre a diversidade de propostas iberistas lançadas ao longo dos anos por autores portugueses, espanhóis e americanos oriundos dos mais diferentes campos, existiu discordância.

Sendo necessários para integrar experiências passadas tanto na linguagem como no comportamento humano, os conceitos podem ter uma multiplicidade de significados ajustáveis a uma realidade que se vai modificando. Reinhart Koselleck sustenta que uma palavra perde a capacidade de representar um conceito fundamental

[1] Natália Correia, *Somos Todos Hispanos,* Lisboa, Edições "O Jornal", 1988, p. 77.

quando já não é capaz de aglutinar novas experiências e de plasmá-las num conceito comum que una todas as expectativas por cumprir[2]. Dir-se-ia que foi precisamente o que sucedeu com *iberismo*: com o tempo, tornou-se insuficiente para dar conta da variabilidade dos acontecimentos e teve de se reinventar para se adaptar a uma realidade em constante mudança. Definido como aspiração à integração voluntária das nações peninsulares numa unidade política e económica e como uma proposta visando a regeneração de uma sociedade em crise[3], este é um conceito que, tendo começado a ser discutido desde meados do século XIX, foi evoluindo e encontrando ramificações consoante as alterações político-económicas. Do iberismo nasceram vocábulos que assentavam em novos pressupostos, tais como *hispanismo*, *peninsularismo* ou *hispano-americanismo*. Partia-se de um conceito desactualizado de iberismo para relançar novas propostas de aproximação peninsular cuja finalidade era manter viva a ilusão ou a esperança de fazer renascer a Península.

Se o iberismo começou por ser entendido como uma procura de integração das nações peninsulares num espaço territorial, político e económico mais vasto, e manifestou-se principalmente a partir das fórmulas monárquica unitária ou federal republicana, ao longo do século XX foi perdendo a sua conotação política (que significava união ibérica). Referindo-se a um iberismo cultural, respeitante das diferenças de cada país, conceitos como hispanismo ou peninsularismo, usados por autores oriundos dos mais diferentes campos, desde Miguel de Unamuno a António Sardinha, sofreram a influência de Oliveira Martins, que desenvolveu uma visão histórica integrada da Península Ibérica, sublinhando as características do génio peninsular (a religiosidade, o misticismo e o heroísmo), sem deixar de defender a separação política dos dois países. Obras como a *História da Civilização Ibérica* (1879), do referido Oliveira Martins, ou *Idearium Español* (1898), de Ángel Ganivet, reflectiam uma mudança na forma de olhar para o futuro peninsular.

Tendo obrigado os países ibéricos a alterarem a sua postura em relação aos países americanos de influência ibérica, as crises coloniais[4] contribuíram de igual modo para que o iberismo tivesse ganhado novos sentidos. Designando projectos culturais e políticos que tinham como objectivo envolver os países ibéricos e

---

[2] Cf. Reinhart Koselleck, *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*, Madrid, Editorial Trotta, 2012.
[3] Sérgio Campos Matos, *Conceitos de Iberismo em Portugal*, Coimbra, 2007, Separata da *Revista de História das Ideias,* vol. 28, p. 170.
[4] O *Ultimatum* (1890) em Portugal e o *Desastre* (1898) em Espanha.

americanos (de língua portuguesa e espanhola) numa comunidade cujo funcionamento se baseasse numa partilha civilizacional, conceitos como hispano-americanismo ou pan-hispanismo difundiram-se desde finais do século XIX entre as elites portuguesas e espanholas. Se a Portugal interessava uma aproximação ao Brasil, para a Espanha era fulcral ligar-se às suas ex-colónias. Como advogariam Ganivet e posteriormente figuras como Rafael de Labra, Rafael Altamira ou Unamuno, essa ligação não se poderia efectuar a partir da força mas do comércio, da literatura, da língua ou, se se preferir, dos mais altos valores espirituais (que remontavam a Quixote). Tendo participado no evento em que o hispano-americanismo teve um momento marcante, o Centenário da viagem de Colombo (1892), Oliveira Martins foi novamente um dos portugueses que mais se esforçaram por dinamizar esta teoria, contra a influência inglesa. A partir da necessidade de ligação da Península Ibérica às Américas, começou-se igualmente a falar de raça hispânica, conceito étnico-cultural usado para nomear a comunidade hispano-americana. Em 1918, elegeu-se oficialmente o 12 de Outubro, aniversário da Descoberta da América por Colombo, como a Festa da Raça, que representava a celebração de um reencontro transatlântico[5]. Para combater a Lenda Negra[6] encetou-se um trabalho de recuperação e de defesa do passado colonial ibérico através da aposta no reforço dos cruzamentos intelectuais e culturais[7]. Um dos pontos altos da Festa da Raça passou pela organização anual dos Jogos Florais, certames literários abertos a autores portugueses, espanhóis ou americanos. Segundo David Marcilhacy, o conceito de raça hispânica, suporte identitário de uma comunidade imaginada, carecia de sustentação científica, pois reflectia-se no plano da psicologia social e não no da realidade biológica[8]. Equivalendo a uma espécie de patriotismo peninsular, a raça hispânica remetia para uma comunidade ou família de nações que se alicerçava num conjunto de caracteres capazes de criar um espírito comum, como a língua, a religião, a tradição, o passado comum, a cultura ou o

[5] A partir de 1918, associados à Festa da Raça, começaram a surgir em Madrid festejos organizados pelo Ateneu, pelo Fomento das Artes ou pela Juventude Hispano-Americana. Registe-se, por exemplo, o 1º Congresso das Juventudes Hispano-Americanas, celebrado em Madrid (1920), que pretendia contribuir para a união espiritual e para a glória futura da raça hispânica.

[6] Ligada a todas as acusações formuladas contra a Espanha desde o século XVI: por exemplo, a Inquisição, o poder monárquico de feição imperialista (Filipe II era a sua imagem) e o seu papel na conquista e colonização americanas.

[7] Esse trabalho materializou-se, por exemplo, na criação do Centro de Estudios Americanistas que dependia do Archivo de Indias ou na celebração do I Congreso de Historia y de Geografía Hispanoamericanas. Três congressos deste tipo foram organizados pela Real Academia de la Historia e pela Real Sociedad Geográfica em Sevilha: em 1914, 1921 e 1930.

[8] David Marcilhacy, *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginário nacional en la España de la Restauración,* Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010, p. 21.

parentesco étnico[9]. Raça foi aliás um termo usado algo indiscriminadamente. Recorria-se a este conceito para apelar ao reforço dos laços ibéricos ou ibero-americanos.

Também à Catalunha se estendeu o debate iberista no século XX. A década de 1890 assistiu à afirmação do catalanismo, formado por uma diversidade de gente que exigia governos próprios para a região da Catalunha[10]. Como regionalistas, figuras como Prat de la Riba ou Francesc Cambó lutavam por dotar a Catalunha de maior autonomia política. O partido que organizaram, a Lliga Regionalista (1901)[11], inseria-se num contexto conservador que divergia do federalismo em várias questões, como a do regime, mas batia-se pela reformulação do Estado, planeando a formação de uma federação ou confederação em que participaria Portugal. Porém, foi com o apoio dos republicanos radicais de Alejandro Lerroux[12] que a Lliga viria a ganhar outro fôlego, dando origem ao aparecimento da Mancomunidad (1914), federação de quatro províncias catalãs investidas de alguns poderes e prerrogativas até aí do domínio central[13]. Depois de 1919, a Lliga perdeu influência, muito por causa da falta de capacidade dos moderados para conseguirem alcançar resultados (o que só fortalecia o nacionalismo radical, que aceitava o separatismo como algo lógico), e o catalanismo político virou-se para a esquerda republicana com a fundação da Acção Catalã (1922)[14].

A ideia de uma grande confederação de todas as nacionalidades ibéricas começou a interessar aos catalães apenas no início do século XX[15]. Este tipo de

---

[9] *Ibidem.*

[10] Afirma Eric Hobsbawm que, entre 1880 e 1914, quaisquer grupos de indivíduos que se considerassem uma "nação" começaram a exigir o direito à auto-determinação, à sua própria soberania. A etnicidade e a língua tornaram-se critérios decisivos para formar uma nação. Em 1914, existiam movimentos que décadas antes dificilmente poderiam ter lugar (como entre os bascos, os catalães, os arménios, os macedónios ou os albaneses). Enquanto "movimento linguístico-cultural", o catalanismo não poderia ter surgido, segundo o historiador britânico, num período anterior à segunda metade do século XIX (o festival dos "Jocs Florals" não renasceu antes de 1859). Na segunda metade do século XIX, o nacionalismo étnico recebeu um contributo não só de migrações maciças e geográficas de povos, mas da transformação de um conceito central, o de raça. Cf. Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo, nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998 [1ª ed. 1990], pp. 101-102.

[11] A Lliga foi um partido político catalão que resultou da fusão do Centre Nacional Català e da Unió Regionalista.

[12] Líder do Partido Republicano Radical, que dominou a política de Barcelona até 1914 e apelava ao proletariado de Barcelona e ao anticlericalismo.

[13] Como primeiro presidente da Mancomunidad, Prat de la Riba centrou as suas preocupações em aspectos como a educação técnica e o melhoramento das vias de comunicação. A Mancomunidad viria a ser abolida em 1925 por Primo de Rivera.

[14] Movimento político catalanista que agrupava elementos da Joventut Nacionalista da Lliga Regionalista, antigos membros da Unió Federal Nacionalista Republicana e independentes.

[15] Félix Cucurull, *Dois povos ibéricos. Portugal e Catalunha*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975, p. 31.

iberismo explodira em 1906 devido ao movimento *Solidaritat Catalana*[16]. Em *La Nacionalitat Catalana* (1906), obra em que propunha a constituição de um império ibérico ou hispânico a partir da reconstrução federal da Península, Prat de la Riba fixou a ideia do direito à independência política fixada no nacionalismo. O helenista catalão Antoni Rubió I Lluch recorreu à filologia para dizer que existiam três nações na Península: a portuguesa, a castelhana e a catalã[17]. Este iberismo catalanista reflectiu-se em Portugal, por exemplo, nos escritos de Fernando Pessoa.

Através de um esforço no sentido de cruzar diferentes áreas do saber, que vão da literatura à história e à diplomacia, tentar-se-á nesta tese contribuir para resolver problemas e aprofundar conhecimentos sobre questões que logo no começo da investigação pareceram pertinentes. A imprensa periódica, de extrema riqueza, com artigos de opinião, notícias, folhetos e anúncios, correspondência, evocações históricas, comunicados e ilustrações, é um reservatório privilegiado de informação sobre o tema em análise. Como notou Maria da Conceição Meireles Pereira na sua dissertação de doutoramento, dedicada ao estudo do iberismo na imprensa, "o periódico alia a opinião à informação, moldando, formando e reflectindo a opinião pública" [18]. Assim, partindo não só da imprensa mas de fontes como os Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Espanha (de modo a acompanhar as polémicas iberistas e anti-iberistas a partir dos diplomatas espanhóis em Portugal e dos portugueses em Espanha), congressos que tiveram lugar nos dois países, ou trocas epistolares, tentar-se-á aqui examinar as múltiplas respostas oferecidas pelo iberismo ou hispanismo para as crises peninsulares e perceber por que motivos é que, para muitos nacionalistas portugueses, qualquer tentativa de aproximação entre Portugal e Espanha representava uma ameaça à soberania nacional ou era considerada um sinal de decadência e de degenerescência moral. Tendo consciência de que o iberismo e os conceitos que dele nasceram foram plurais, carregados de interpretações, tentar-se-á

---

[16] Movimento formado pelos catalanistas da Lliga Regionalista, os carlistas, os republicanos nacionalistas e federais. Desapareceu depois da Semana Trágica de 1909.

[17] Também o advogado e escritor Casas-Carbó, que via na união peninsular um passo para a união latina, publicou *El Problema Peninsular* (1933), defendendo a formação de um grande Estado hispânico em que se reconhecessem as diferentes nacionalidades. Cf. Teodoro M. Martín, "El movimiento Iberista en el siglo XX (Aproximación a la Historia de una idea)", *Estudios de Historia de España, Homenaje a Manuel Tuñon de Lara,* Coordenação de Santiago Castillo, Carlos Forcadell, Carmen Garcia-Nieto e Juan Sisino Perez Garzon, Madrid, Univ. Internacional Menéndez Pelayo, 1981, p. 312.

[18] Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870),* 1º vol., Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letra da Universidade do Porto, Porto, 1995, p. 3.

situar os seus múltiplos sentidos nas histórias contemporâneas de Portugal e Espanha e compreender como é que, no século XX, homens que apenas defendiam aproximações culturais e económicas desejaram a existência de uma comunidade ibérica ou ibero-americana que preservasse a independência política dos países que dessa comunidade viessem a fazer parte. Dado que as doutrinas hispanistas, tal como as iberistas, proporcionaram uma aspiração supranacional alargada à América hispânica (ex-colónias portuguesas e espanholas), importará também examinar os diversos matizes do chamado pensamento hispano-americanista.

Contrariamente ao conceito de iberismo, que precisou de se reinventar para poder continuar a gerar expectativas, o anti-iberismo nunca deixou de se apresentar como uma reacção ao iberismo, uma reacção contra expectativas que poderiam fazer perigar a nacionalidade portuguesa. Por conseguinte, não era um conceito que visasse um futuro, antes a conservação de uma ordem presente. Não havia um ideal anti-iberista, mas protestos contra o iberismo. Quem se opunha ao iberismo considerava que uma aproximação à Espanha descambaria numa união ibérica. Independentemente do momento histórico, o iberismo era entendido por quem se opunha a este tipo de ideias como um passo para a "extinção da nossa nacionalidade, o fim da nossa independência, a morte do nosso nome glorioso"[19]. Havia também quem negasse a pertinência do ideal iberista, não através da exaltação de ideais patrióticos, mas da desvalorização ou descredibilização do iberismo. Como assinalou o ensaísta Sampaio Bruno[20], as iniciativas de propaganda ibérica em Portugal não eram somente recebidas com uma assinalada hostilidade e clara antipatia da opinião geral portuguesa, existia ainda uma indiferença ou apatia da “gente culta lusitana” (afirmava que o povo português ia mais longe, pois nem Portugal conhecia)[21]. Não passando de uma “quimera” repelida em Portugal e olhado com “indiferença pelo povo espanhol”, o iberismo acabava por ser uma ambição iníqua[22].

---

[19] *Portugal e a sua autonomia. Eco Glorioso e a Voz da Razão por um liberal*, Lisboa, Tip. de Coelho e Irmão, 1870, p. 28.

[20] Integrou o directório do Partido Republicano Português e fundou periódicos portuenses (o *Democrata*, o *Norte Republicano* ou o diário a *Discussão*). Com Antero e Basílio Teles, elaborou os estatutos da Liga Patriótica do Norte. Participou ainda na revolta do 31 de Janeiro de 1891.

[21] Sampaio Bruno, *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906, pp. 90 e 109.

[22] Outras afirmações de Sampaio Bruno atestam o que considerava ser a indiferença do povo peninsular em relação à temática iberista: “Outro espanhol, meu amigo pessoal, Fernando Garrido, tentou persuadir-nos seduzindo-nos. E num folheto, publicado em Madrid em 1881, e que tem o título aperitivo *Los Estados Unidos de Iberia*. Cuido que em Portugal não o hajam lido dez pessoas e aqui no Porto penso que não existirá outro exemplar além do meu […]. É uma obra hábil e ingénua.” Id., *Ibidem*, p. 233.

O sentimento anti-espanholista difundiu-se entre os portugueses muito antes de qualquer teorização iberista. Oito séculos de anti-castelhanismo ou de hispanofobia fizeram do "perigo espanhol" uma componente do nacionalismo português[23]. O hábito de ofender um compatriota apelidando-o de "espanhol", como se com isso se quisesse dizer que esse compatriota tem pouco amor à pátria que o viu nascer, existe desde que existe Portugal. Como refere José Manuel Sobral, Castela foi desde o início de Portugal o *"Outro Significante",* aquele que desempenhava um papel fulcral na construção de uma identidade colectiva própria: "Não por acaso na cidade portuguesa fronteiriça da Guarda mandava-se punir, em finais da Idade Média, quem chamasse a um vizinho "castelhano", insulto equiparado ao de puta"[24]. O mesmo autor assinala que o tempo do Humanismo foi caracterizado por uma hostilidade que ressurgiu em ditos destinados a um longo porvir, como o "de Castela, nem bom vento nem bom casamento", que mais tarde daria lugar ao "de Espanha, nem bom vento nem bom casamento"[25]. A aversão que as aproximações iberistas faziam despertar em muitos portugueses foi aproveitada com sucesso pela Comissão 1º de Dezembro, lançada em 1861 no apogeu da polémica iberista. Literatura de inspiração patriótica, como a de Rebelo da Silva, Tomás Ribeiro ou José Pinheiro de Melo ganhou relevo no culto da memória ligada à Restauração de 1640. Esta Comissão teve como presidentes, entre outros, Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro, e cresceu assinalavelmente nos períodos em que mais se fez sentir a ameaça ibérica (como em 1917, com a campanha iberista lançada pelo periódico espanhol *El Imparcial*). Ora, pretendendo saber qual a importância dos nacionalistas que desprezavam o iberismo, tentar-se-á neste trabalho aprofundar o estudo do anti-iberismo não apenas a partir de fontes como as acima indicadas (imprensa, arquivos diplomáticos, congressos ou trocas epistolares) mas também da Comissão 1º de Dezembro. Os cadernos de propostas de sócios existentes no Arquivo desta Comissão e a imprensa foram determinantes para traçar o perfil social e político dos seus membros e para acompanhar as polémicas anti-iberistas em que se envolveram. Não menos relevante foi o tratamento estatístico destes sócios (por origem geográfica, formação escolar, origem social, ocupação profissional e cargos públicos exercidos). Interpretar-se-ão os eventos organizados pela Comissão. Procurar-se-á ainda avaliar a eficácia social desta instituição. Que influência teve?

---

[23] José Miguel Sardica, *A Ibéria – A Relação Peninsular no século XX,* Lisboa, Aletheia, 2013, p. 17.
[24] José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional,* Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água, 2012, p. 41.
[25] Id.*, Ibidem,* p. 49.

Quais os efeitos práticos dos vários debates, encontros e congressos que promoveu? Qual a sua utilidade pública? Dado que se fará um estudo prosopográfico dos anti-iberistas ligados à Comissão 1º de Dezembro, poder-se-á perguntar por que motivos não se fará o mesmo para os iberistas. Ao contrário do que sucedeu com os anti-iberistas, não existiu uma instituição ou não existiu uma associação comparável àquela Comissão, que congregasse as diversas tendências iberistas e lhes conferisse um carácter orgânico. Se o estudo da Comissão 1º de Dezembro permite traçar um perfil colectivo dos anti-iberistas, não é possível querer saber o mesmo em relação aos iberistas, pois existiu uma enorme dispersão e diversidade entre estes. Acrescente-se que realizar um estudo prosopográfico dos sócios da Comissão 1º de Dezembro possibilita conhecer mais aprofundadamente o pensamento de figuras que na imprensa periódica se limitavam a recusar tudo o que soasse a iberismo.

Tendo presente uma realidade peninsular marcada por variadas tentativas de aproximação, por parte de personalidades intelectuais e políticas portuguesas e espanholas, e por reacções contra "amizades" que poderiam pôr em causa a independência portuguesa, como se escrevia na imprensa de então, tentar-se-á interpretar um diálogo quase ininterrupto entre elites que procuravam soluções para um presente e um futuro ameaçados por crises económico-financeiras, pela agitação social ou pela instabilidade política. É a relevância da temática iberista nas primeiras décadas do século XX que justifica as balizas cronológicas desta tese. Desde 1908, com o regicídio em Portugal, iniciou-se um período em que os republicanos começaram a temer um "perigo espanhol". Com a implantação da República em 1910, perderam-se antigos projectos de federação ibérica e tornaram-se mais numerosas as manifestações hispanistas (de vontade de aproximação cultural e espiritual) e anti-iberistas. Regressaram os temores de que, aproveitando a debilidade do novo regime, Afonso XIII tentasse concretizar os seus sonhos de fazer da Península um só país. As incursões monárquicas reacenderam em Portugal a crença de que não existia espanhol que não desejasse ver a República cair. A Primeira Guerra Mundial não só agudizou a debilidade portuguesa como despertou o medo de uma invasão espanhola com o auxílio alemão. Campanhas iberistas como as de tradicionalistas como Nido y Segalerva e Vicente Gay (1915) ou a "Harmonia Ibérica" (1917), alimentada por Félix Lorenzo, contribuíram para que não se deixasse de falar de um "perigo espanhol". A partir do regime de Primo de Rivera (1923), da Ditadura Militar (1926) e da estabilização do Estado Novo, instalou-se alguma

convergência nas relações entre os Estados. Mas nem por isso se extinguiram as trocas de acusações na imprensa entre portugueses munidos de um acirrado patriotismo e espanhóis que exprimiam o desejo de que Portugal e Espanha se aproximassem. O objectivo aqui será estudar estas relações até 1931, data que, com a Segunda República espanhola, inaugurou uma pausa na convergência instalada na Península enquanto as ditaduras coexistiram, e se reactivou em Portugal o alarme contra possíveis projectos federalistas ibéricos.

Ouve-se por vezes dizer que Portugal e Espanha vivem próximos mas afastados. Logo em começos da década de setenta do século XIX, Calvo Asensio[26] confessava-se desencantado com o facto de os seus compatriotas serem ignorantes em relação ao país vizinho: "Falarem-nos do vizinho reino é para nós tão estranho, como se se tratasse de nos darem a conhecer os costumes, leis e carácter das instituições da China" [27]. Havia quem dissesse que os espanhóis não conheciam escritores portugueses, que os portugueses falavam inglês e francês mas não espanhol[28]. Lamentando a escassez de relações que entre os dois países existia (ou a "enorme distância moral, intelectual e mercantil"[29]), Benito Pérez Galdós asseverava que em Espanha se via Portugal como um país que estava mais distante do que a Holanda ou a Dinamarca. Observava que, raramente visitando a Espanha, pouco lendo autores espanhóis e sofrendo de um complexo de inferioridade, os portugueses em geral nunca respondiam com entusiasmo às manifestações de simpatia espanhola[30] e, por esse motivo, também eram responsáveis pelo afastamento existente[31]. O escritor catalão Josep Pla, que escreveu sobre Lisboa[32], afirmava que Espanha e Portugal eram dois vizinhos, mas "mutuamente desconhecidos, totalmente desconhecidos": o país de que se sabia menos notícias em Espanha era Portugal[33]. O igualmente catalão Navarro i Monzó, filho do português Emídio Navarro, fundador do jornal *Novidades*, e autor

---

[26] Farmacêutico, jornalista, dramaturgo e deputado às Cortes Constituintes pelo Partido Progressista. O livro que escreveu sobre Portugal resultou da sua estadia em Lisboa como adido à legação de Espanha.
[27] Gonzalo Calvo Asensio, *Lisboa em 1870,* Lisboa, Frenesi, 2009 [1ª ed. 1870], p. 7.
[28] *Portugal em 1872. Vida constitucional de um povo de raça latina,* Lisboa, Tip. do Jornal do Comércio, 1873, p. 32.
[29] B. Peréz Galdós, *La Casa de Shakespeare,* Barcelona, Antonio López Librero, [s. d.], p. 29.
[30] Cf. Anson Piper, "Galdós and Portugal", *Anales galdosianos,* [s. l.], nº 8, 1973, p. 86.
[31] B. Peréz Galdós, *Op. Cit.,* p. 29.
[32] Em *Direcció Lisboa* (28º volume da sua *Obra Completa*, publicado em 1975), Pla descreve a sua primeira viagem a Portugal em 1921 (nesse ano, organizou-se uma exposição de arte catalã na Sociedade Nacional de Belas-Artes, com Joan Estelrich e Nicolau D'Olwer na organização). Na mesma obra, Pla, que integrou a comissão catalã da Junta de Museus de Barcelona, relata as suas outras três viagens a Lisboa: uma em 1953, outra em 1969 e outra em 1970.
[33] Josep Pla, "El libro del general Spinola sobre el mundo portugués", *Destino*, Barcelona, nº 1908, 27/4/1974, p. 9.

de *Catalunha e as nacionalidades ibéricas* (1908)[34], lastimava-se por Portugal, asfixiado por um centralismo castelhano "esterilizador" que durava havia séculos, viver ao lado de um país que ignorava. Para Monzó, a questão com que se deparavam os dois povos era a seguinte: como fazer desaparecer do peito dos portugueses a antipatia contra a nação que os quisera escravizar, se na Espanha só viam o monstro sempre disposto a urdir armadilhas contra a sua independência?[35]. Em 1913, o poeta, escritor e diplomata (foi cônsul no Brasil) Alberto d'Oliveira[36] publicou *Pombos Correios: notas quotidianas*, livro resultante de um conjunto de crónicas publicadas no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Lamentava a existência de uma "distância moral" a separar e isolar dois povos ibéricos que lhe lembravam irmãos, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, educados na mesma casa e ensinados na mesma escola, mas parecendo-se cada vez menos ao passo que cresciam[37]. Muitos outros até ao presente têm feito confissões que em nada destoam das que se têm vindo a enunciar. O médico Ricardo Jorge diria que os dois povos têm vivido costas com costas, quase sem se falarem[38]. Estudiosos recentes têm adoptado o mesmo tipo de argumentação. O historiador Ignacio Chato Gonzalo notou que um dos tópicos que com mais persistência se instalaram na caracterização das relações entre Portugal e Espanha foi o que situa ambos os países de costas voltadas, vivendo em desconhecimento mútuo[39]. Já José Miguel Sardica sublinhou recentemente que um sentimento característico da maioria das elites de ambos os lados da fronteira levou a que ao nível das "opiniões públicas anónimas" imperasse a indiferença. E referiu que "sabe-se mais em Portugal ou em Espanha acerca da realidade em França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos ou América Latina do que do seu parceiro contíguo"[40]. Quando se partiu para esta tese, tínhamos uma vontade de tentar descobrir se existia fundamento para que se dissesse que sempre foi mais fácil saber em Portugal o que se

[34] Na última parte deste livro, Monzó abordou o despertar das nacionalidades ibéricas ao longo do século XIX e da Renascença Catalã. A ideia essencial da obra resume-se ao seguinte: o catalanismo, ao impulsionar a Renascença Literária na Catalunha, ajudou a acordar bascos e galegos.
[35] Julio Navarro i Monzó*, Catalunha e as nacionalidades ibéricas. Apontamentos para o estudo da civilização hispânica,* Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908, p. 20.
[36] Teorizador do movimento neogarrettista, teve um papel relevante na recuperação da literatura popular enquanto fonte genuína da cultura portuguesa e no abandono de modelos culturais estrangeiros. Dirigiu o semanário integralista *Acção Nacional*.
[37] Alberto d'Oliveira, *Pombos Correios: notas quotidianas* Coimbra, F. França Amado, 1913, p. 8.
[38] Cf. Ricardo Jorge, *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no futuro*, Porto, Conferência proferida perante o Congresso Scientífico Luso-Espanhol, 1921.
[39] Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones entre España y Portugal a través de la Diplomacia (1846-1910): la incidencia de la política exterior en la construcción de la identidad nacional*, 1º vol., Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2004*,* p. 11.
[40] José Miguel Sardica, *Op. Cit.*, p. 14.

passa na Ásia do que em Espanha. Tínhamos também o interesse em perceber por que motivos é que certos escritores, como o médico catalão Alfredo Opisso, chegavam a Lisboa desconhecendo quase por completo os portugueses (por exemplo, quando chegou ao Porto, uma das coisas que muito espantou Opisso foi descobrir que afinal as mulheres portuguesas não primavam pela fealdade)[41]. Conquanto ainda falte chegar a conclusões a este respeito, não se deixa de pensar que é exagerado afirmar que portugueses e espanhóis andaram ou andam de costas voltadas. Um argumento que começa por negar essa ideia das "costas voltadas" é o de que os iberistas que, tendo visitado o país vizinho e reflectido sobre a necessidade de aproximar os dois países, se manifestaram interessados e colaboraram para desfazer a crença de que Portugal e Espanha viviam afastados, ignorando-se.

De modo a não cair em preconceitos, procurar-se-á nesta tese evitar o pressuposto de que a história peninsular se pautou por um constante afastamento, e assumir-se-ão as premissas de que os destinos dos países ibéricos foram sempre paralelos ou cruzados, não necessariamente opostos enquanto culturas, e que de uma multiplicidade de vozes se pode extrair um intenso diálogo (marcado por aquilo que o poeta T. S. Eliot apelidaria de "atracção e repulsa"[42]).

Estado da questão

Os iberismos e os seus contrários foram discutidos publicamente pelas elites peninsulares durante quase um século. Tendo recebido contribuições de escritores, jornalistas, diplomatas, políticos ou advogados, os iberismos têm sido analisados a partir das mais variadas perspectivas. Acrescente-se que não se restringem ao domínio da história política e diplomática: a economia, a literatura, o direito, a geografia ou mesmo a filosofia são algumas das áreas do saber envolvidas no estudo deste conceito plural. Também entre os historiadores que se têm dedicado a estes temas se encontra uma multiplicidade de interesses e de abordagens. Dada a apreciável e heterogénea bibliografia existente, conceder relevância a certos estudos e autores em detrimento de outros é já escolher uma direcção. Servindo em grande medida de base ou de guia

---

[41] Cf. Alfredo Opisso, *España y Portugal: su historia, su geografía, su arte y sus costumbres*. Barcelona, Antonio J. Bastinos, 1896, p. 61.

[42] T. S. Eliot refere que nas relações entre duas culturas haverá sempre duas forças opostas que se equilibram uma à outra: a atracção e a repulsa. Cf. T. S. Eliot, *Notas para uma Definição de Cultura,* Lisboa, Edições Século XXI, 1996, p. 70.

de orientação, as obras aqui mencionadas não extinguem, antes fomentam um desejo de ir mais além no conhecimento alicerçado na ausência de dogmatismos. Qualquer trabalho deve ser questionado, confrontado com outros trabalhos e com os resultados da investigação científica, de modo a produzir um verdadeiro pensamento crítico.

O rumo que se pretende seguir neste estudo não é o das relações políticas entre Portugal e Espanha. Porém, não é possível entender como evoluíram conceitos como iberismo ou avaliar os contactos culturais e intelectuais entre as elites ibéricas ignorando o que em termos políticos sucedeu. Um autor pioneiro e dos que se destacam neste domínio é Hipólito de la Torre Gómez, que desde meados da década de setenta do século passado se tem dedicado à análise das muitas vezes tensas relações ibéricas. Cobrindo as relações entre Portugal e Espanha desde a proclamação da República até à guerra civil espanhola, a vasta obra de Torre Gómez resulta essencialmente da investigação na imprensa e nos arquivos portugueses e espanhóis. Fundamental no domínio da história diplomática, o seu trabalho, que conta com títulos como *Conspiração contra Portugal 1910-1912* (1978), *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha 1919-1930* (1980), *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919* (1983) ou *El Imperio del Rey, Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)* (2002), constitui ferramenta indispensável para explorar questões ligadas aos iberismos e anti-iberismos (ainda que não abranja um cenário mais vasto do que o peninsular e tenda a desvalorizar qualquer debate em torno do iberismo), como o de Ignacio Chato Gonzalo, que aprofundou o estudo das relações diplomáticas ibéricas entre 1846 e 1910.

Sem perder de vista a história dos dois países, Fernando Catroga publicou trabalhos muito relevantes sobre os conceitos de iberismo. O seu principal estudo sobre a temática, intitulado "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão ibérica na segunda metade do século XIX" (1985), põe em evidência os diferentes discursos ideológicos oitocentistas, que enfatizavam uma comum vontade de reforçar o nacionalismo. Catroga reflecte ainda sobre os modos como se estruturaram as principais correntes de pensamento iberistas da segunda metade do século XIX, e sobre as suas origens histórico-filosóficas. Em estudos tais como *Iberismo e identidade nacional (1851-1910)* (2006) e *Conceitos de Iberismo em Portugal* (2007), Campos Matos aproxima-se da história dos conceitos, acompanhando a evolução do iberismo desde a segunda metade do século XIX até à primeira metade do século XX. Recorrendo à obra de autores como Oliveira Martins, Sardinha ou Fidelino de

Figueiredo, Campos Matos apresenta o iberismo como um conceito com diversas interpretações que, em finais do século XIX, já quase não tinha ligação ao federalismo ou ao unitarismo monárquico, e que tinha uma conotação muito mais cultural e intelectual do que política. Interessada na história dos conceitos, mas também nas relações político-económicas peninsulares (e até em questões como o contrabando fronteiriço), Maria da Conceição Meireles Pereira tem publicado títulos que muito contribuem para aumentar o entendimento acerca dos iberismos da segunda metade do século XIX e para perceber de que modos se relacionaram Portugal e Espanha em termos económicos. Na sua tese de doutoramento, intitulada *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)*, procede-se a um levantamento exaustivo das inúmeras posições iberistas e anti-iberistas e das polémicas que o iberismo recorrentemente instalava nas páginas da imprensa.

Outro nome assaz relevante é o de José António Rocamora, que há mais de vinte anos deu à estampa *El Nacionalismo Ibérico 1792-1936* (1994). Neste estudo, Rocamora reúne um conjunto bibliográfico essencial para a sistematização dos diferentes grupos que contribuíram para a afirmação das ideias iberistas e anti-iberistas. Contudo, aflorando de modo sucinto um conjunto de propostas iberistas, a sua obra constitui valioso documento pela quantidade de informação compilada, mas acaba por ser bastante lacunar: não estuda a fundo o trabalho de quase nenhum autor tratado.

Autores como Félix Cucurull, com *Dois povos ibéricos. Portugal e Catalunha* (1975), Pilar Vázquez Cuesta, com *A Espanha ante o "Ultimatum"* (1975), ou mais recentemente Victor Martínez-Gil, com *El naixement de l'iberisme catalanista* (1997), destacam-se por explorarem o iberismo nas suas dimensões culturais e intelectuais. Se Vázquez Cuesta tem os seus interesses mais virados para a Galiza e explora o impacto de fenómenos como o *Ultimatum* britânico na transformação das relações ibéricas, Cucurull e Martínez-Gil tratam acima de tudo das relações intelectuais entre catalães e portugueses, sempre numa perspectiva de confrontação de posições que remete para uma discussão em torno das identidades nacionais e regionais.

O iberismo ou hispanismo tem sido igualmente estudado no âmbito das relações entre a Península e os países americanos de influência ibérica. Um dos autores que mais sobressaem neste campo é Isidro Sepúlveda que, com *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936* (1994) e *El Sueño de la madre pátria:*

hispanoamericanismo y nacionalismo (2005), tenta perceber como é que a Espanha se articulou com Portugal e com as antigas colónias americanas para compensar uma perda de poder político com um aumento daquilo a que se poderia apelidar de influência espiritual. Outros, como Salvador Bernabeu Albert, com *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de America en España; Coyuntura y Conmemoraciones* (1987), ou Rivadulla Barrientos, com *El Discurso del Hispano-Americanismo Español en El Siglo XX: Una Utopia de Substitucion* (1990), têm fornecido indicadores para aprofundar investigação sobre a relação entre a Península e a Améria de influência ibérica, que desde as crises finisseculares passou a ser entendida como tábua de salvação cultural e económica. Os trabalhos de Sepúlveda ganham particular destaque, na medida em que acompanham pormenorizadamente as várias correntes de aproximação espanhola à América. Autor de obras como *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginário nacional en la España de la Restauración* (2010), também David Marcilhacy se tem empenhado no estudo da aproximação às ex-colónias e a Portugal exercida pela Espanha, numa altura em que apenas uma postura baseada nos laços culturais e espirituais poderia conferir legitimidade a um país sem força para exercer autoridade política. Por conseguinte, o conceito de raça hispânica, central na obra de Marcilhacy, baseia-se nos laços afectivos e espirituais que unem países que cresceram sob a égide de Cervantes.

É ainda pertinente salientar que existem trabalhos publicados sobre o anti-iberismo, a Comissão 1º de Dezembro e a comemoração do aniversário da Restauração da Independência de Portugal. A tese de doutoramento de Luís Miguel Oliveira Andrade, intitulada *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940* (2000), é a obra mais extensa e minuciosa no que se refere às comemorações do aniversário da Restauração. Outros estudos, focados essencialmente na segunda metade do século XIX, servem de base para a investigação sobre temas que se relacionam com o anti-iberismo. Fernando Catroga, com um curto artigo denominado "Nacionalistas e Iberistas" (1993), publicado no quinto volume da *História de Portugal,* dirigida por José Mattoso, e Conceição Meireles Pereira, com "O 1º de Dezembro: Memória e Liturgia Cívica na 2.ª metade de Oitocentos" (2007), constam entre os autores que se debruçaram sobre o anti-iberismo na sua ligação ao 1º de Dezembro e ao aniversário da Restauração da Independência de Portugal. No entanto, e não esquecendo que Campos Matos publicou em 2014 um artigo intitulado "Hispanofobia e Nacionalismo – a Comissão

1º de Dezembro e a Memória de 1640 (1861-1926)", a Comissão está ainda pouco estudada no período referente à primeira metade do século XX, e por esse motivo a presente tese pode vir a contribuir para preencher este vazio.

Para compreender as metamorfoses e ramificações do conceito de iberismo é indispensável não só conhecer o pensamento produzido pelas elites peninsulares sobre o tema, mas também tentar compreender como se relacionaram os dois países em termos políticos, diplomáticos ou económicos. Portanto, esta tese não se centra somente numa perspectiva de história dos conceitos ou de história cultural, pois para absorver os conceitos é igualmente preciso fazer um esforço contínuo para apreender uma realidade construída a partir de diferentes ângulos e camadas. A história dos conceitos não isola o vocabulário dos contextos históricos e sociais em que é produzido, antes acentua mútiplas conexões. Para além disso, não se poderia concordar mais com Reinhardt Koselleck, quando assinala que essa multiplicidade de conexões e de testemunhos (de poetas, políticos, filósofos ou teólogos, por exemplo) é fundamental para compreender o chamado "tempo histórico", que para este historiador dos conceitos abrange experiências passadas, mas também o tempo futuro, os desejos ou expectativas de transformar o presente[43].

.

[43] Reinhardt Koselleck, *Futures Past. On the Semantic of Historical Time,* Nova Iorque, Columbia University Press, 2004, p. 3.

1. Antecedentes iberistas

"Toda a táctica da união ibérica é um desastre. A mística de Portugal move a causa decadente da época de Felipe II."

Fernando Pessoa[44]

A Questão Ibérica, levantada em Portugal em meados do século XIX[45], prendeu-se com problemas do tempo, tais como a tomada de consciência da decadência dos dois países ibéricos — e as necessidades de modernização, de atingir o progresso económico através do fomento agrícola, da industrialização e da construção de redes rodoviárias e ferroviárias, de propostas de criação de uma união aduaneira ou de simples tentativas de aproximação diplomática[46]—, as lutas pela consolidação do Estado-Nação, a teoria das grandes nacionalidades[47] e o lugar das pequenas potências[48] no contexto do reordenamento europeu decorrente da crescente hegemonia do imperialismo britânico. A Questão Ibérica resulta de duas tendências: do utopismo das Luzes, assente nas ideias de pacifismo e de fraternidade universal, e do movimento das nacionalidades suscitado pelo Romantismo e pelo advento do Estado-Nação[49]. Manifestou-se na Península Ibérica essencialmente a partir de duas fórmulas: a unitarista monárquica e a republicana federal.

Os unitaristas monárquicos acalentavam a esperança de, com a subida ao trono espanhol de um Bragança (fosse D. Pedro V, D. Luís ou D. Fernando), garantirem primeiramente a liberalização da sociedade espanhola e depois a fusão das duas

[44] Fernando Pessoa, *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro,* Lisboa, Ática, 2012, p. 33.

[45] Contudo, o iberismo era uma ideia mais antiga. Começou com a implantação do liberalismo nos dois países: a união ibérica consolidaria o liberalismo ibérico. Aquando da morte de D. Maria, falou-se de federação ibérica sob uma Monarquia electiva. Na década de 1840, ganhou força a ideia de um duplo casamento da rainha de Espanha com o herdeiro do trono português e de D. Luís com a infanta espanhola.

[46] Fernando Catroga, "Nacionalistas e Iberistas", *História de Portugal*, Dirigida por José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 563.

[47] Em consonância com transformações que vinham tendo lugar na Europa (a unificação italiana e a alemã), certa opinião intelectual portuguesa propunha a unificação da Península.

[48] Desde meados do século XIX, estava em voga na Europa uma teoria das grandes nacionalidades segundo a qual pequenas nações e Estados não eram viáveis. Cf. Sérgio Campos Matos, "Iberismo e identidade nacional (1851-1910)", *Clio – Revista do Centro de História da Univ. de Lisboa*, Lisboa, nº 14, 2006, p. 351.

[49] Cf. Fernando Catroga, "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX", *Revista Cultura História e Filosofia,* Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463.

monarquias[50]. A questão foi despoletada com a publicação de *A Ibéria* (1851)*,* do sinólogo, escritor e diplomata catalão Sinibaldo de Mas, que representara a Espanha em Macau[51]. O objectivo de Sinibaldo de Mas era promover uma união dinástica, mediante o enlace da princesa das Astúrias com D. Pedro V. Destinada a instruir e catequizar os portugueses no ideário iberista, a sua obra empolava os ganhos dessa união para o lado português[52]. A união seria totalmente vantajosa para Portugal, país débil em termos económico-financeiros que dessa forma poderia enriquecer e ganhar prestígio internacional. Uma questão fulcral colocada por Sinibaldo de Mas era: que gloriosas empresas poderia Portugal levar a cabo sem a ajuda da Espanha? Depois de ter perdido o Brasil, e constituindo a Inglaterra um entrave para a boa relação dos países peninsulares, Portugal só escaparia ao estado "decadente" em que se encontrava se admitisse unir-se à Espanha[53].

Um dos pilares da união projectada pelo catalão era a construção de uma linha ferroviária que ligasse Lisboa a Madrid. Se se tiver em conta que a linha de caminho de ferro a ligar Portugal e Espanha começou a funcionar em 1866, cerca de quinze anos depois da publicação da *Ibéria,* melhor se perceberá o peso deste argumento. Passando a comunicar directamente com Madrid e com as províncias do interior da Península a partir do Douro e do Tejo e de uma futura ferrovia, Porto e Lisboa teriam muito a ganhar (para além de se referir amiúde a estas cidades, o autor destacava ainda Santarém, capital de uma futura Ibéria[54]). O Porto floresceria com a construção de um canal que facilitasse a navegação entre o Douro e o Ebro. Lisboa passaria a ser o ponto de carga e de descarga das importações e exportações espanholas. O governo "superior ibérico" passaria muitas temporadas em Lisboa (seria inclusive nesta cidade que seria montado o quartel-general da esquadra nacional)[55]. Tirando o máximo proveito da realidade geográfica, a união ibérica de Sinibaldo de Mas trazia assim diversas vantagens económicas à Península. Outro ponto fundamental no pensamento do catalão era a defesa da centralização política (a união monárquica com duas

[50] Id., "Nacionalistas e Iberistas", p. 564.
[51] Local onde tivera a oportunidade de se relacionar com clérigos e intelectuais portugueses e de trocar ideias sobre o futuro ibérico.
[52] Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870),* 1º vol., p. 126.
[53] Sinibaldo de Mas, *La iberia: Memoria sobre las ventajas de la Union de Portugal y España*, 2ª ed., Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1852, p. 65.
[54] Santarém seria a cidade ideal para fugir a possíveis ataques ingleses.
[55] Sinibaldo de Mas, *Op. Cit.*, p. 48.

coroas, uma por cada país) como garantia de uma política económica capaz de colocar a Península na rota do progresso: o livre-cambismo[56].

Sinibaldo de Mas teve como grandes divulgadores em Portugal Latino Coelho[57], na altura ligado ao Partido Regenerador, e Carlos José Caldeira, editor da terceira edição da obra do catalão e director da *Revista Peninsular* (1855-1856)[58]. À semelhança de Sinibaldo de Mas, Caldeira encontrava na união ibérica um meio de atingir a prosperidade económica[59]. Por sua vez, tradutor da *Ibéria* para português e autor de um prólogo, "uma obra dentro da obra, já que em função dela viria a ser considerado um dos mais destacados iberistas portugueses"[60], Latino Coelho[61] considerava desejável a fusão nacional e espontânea dos povos com afinidades, o desarmamento dos dois exércitos e o estabelecimento de uma união aduaneira, utilizando-se em toda a Península uma só moeda, um só sistema métrico, uma só legislação comercial e uma só tarifa. Parecia-lhe indispensável que se concretizasse a união ibérica sem tiranizar Portugal (o próprio Sinibaldo sublinhava que não poderia haver unidade à força[62]). O processo de aproximação dos dois países deveria então começar pelo reforço das suas relações intelectuais e económicas, seguindo-se o estabelecimento de um *zollverein*. A construção da linha de ferro entre Lisboa e Madrid facilitaria esse processo. Aproximando-se do federalismo, o modelo idealizado por Latino Coelho integrava Portugal numa *cosmopolis*: o progresso da civilização levaria à fusão das nacionalidades, reduzindo-se todas as nações a uma grande nacionalidade, a "Humanidade Cristã"[63].

A obra de Sinibaldo de Mas teve uma grande repercussão em Espanha e em Portugal, o que se comprova pelo facto de ter tido três edições portuguesas e seis

---

[56] Manuela Mascarenhas, *A Questão Ibérica 1850-1870,* Braga, 1980, Separata da *Revista Bracara Augusta,* tomo XXXIV – Fasc. 78 (90), p. 9.
[57] Latino Coelho, assim como Casal Ribeiro, viriam a alterar as suas posições sobre o iberismo. Na Câmara dos Pares (Maio de 1869), Latino, então ministro da Marinha, apelidaria as suas antigas ideias iberistas de "idílios políticos".
[58] Impulsionada por Caldeira, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, esta revista apresentava-se como uma publicação literária alheia a paixões políticas.
[59] Referia-se igualmente ao impulso colonial que a Ibéria permitiria.
[60] Maria da Conceição Meireles Pereira, *Op. Cit.,* p. 129.
[61] Político, militar e escritor. Primeiramente ligado ao Partido Regenerador, esteve depois associado ao Partido Reformista e ao Partido Republicano. Várias vezes deputado, exerceu ainda as funções de ministro da Marinha. Leccionou na Escola Politécnica de Lisboa. Colaborou com periódicos como a *Revolução de Setembro,* a *Época,* o *Farol,* a *Civilização Popular,* a *Discussão,* a *Política Liberal,* o *Jornal do Comércio* ou a *Revista Peninsular*. Fundou ainda o jornal a *Semana* (1851).
[62] Sinibaldo de Mas, *Op. Cit.,* p. 240.
[63] Latino Coelho, "Considerações sobre a União Ibérica. A propósito do folheto do Sr. D. Sixto Camara", *Archivo Universal,* Lisboa, 1ª série, nº 11, 14/3/1859, p. 161.

espanholas, e por ter despoletado numerosas reacções, tanto de apoio como de repúdio[64]. Muitos subscreveram a proposta de união ibérica a partir da fórmula monárquica e encomiaram os benefícios económicos que dessa união adviriam para Portugal. Não indo tão longe quanto Sinibaldo no que à união monárquica dizia respeito, outros aproveitaram a sua teorização para realçar as vantagens de uma união aduaneira e a necessidade de firmar acordos entre os dois países que viabilizassem o crescimento comercial e económico.

Surgiram publicações de inspiração iberista como a *Revista del mediodía* (1851)[65], periódico literário dirigido por Luís Rivera[66] e Joaquin Guillermo de Lima[67], seu proprietário, a *Península* (1852-1853), onde colaboraram, por exemplo, Pedro de Amorim Viana[68] ou Custódio José Vieira[69], ou a acima referida *Revista Peninsular*, criada em Espanha pelo diplomata Juan Valera, Carlos José Caldeira e Sinibaldo de Mas com o propósito de propagandear a união monárquica. Em 1955, foi criada a Liga Hispano-Lusitana, fundada por Facundo Infante, presidente das Cortes Constituintes. A Liga Hispano-Lusitana era uma associação que tinha como intuito a divulgação da união ibérica por meio da união "postal, telegráfica", tornando recíproco o direito de propriedade literária e artística[70].

Foram ainda dados à estampa inúmeros opúsculos e folhetos cuja orientação não se desviava muito do ideário de Sinibaldo. Do poeta e ficcionista Vicente Barrantes[71] saiu *La Joven España* (1854), folheto em que se propagandeava uma união ibérica que resultaria do casamento de D. Pedro V com a princesa das

---

[64] Maria da Conceição Meireles Pereira, "Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 31, 2010, p. 260.

[65] Esta revista contou entre os seus colaboradores com figuras como Rebelo da Silva, Lopes de Mendonça ou Lobo d'Ávila, que escreveu a favor de uma liga aduaneira.

[66] "Com a *Revista del Mediodia* manteve intercâmbio um jornal portuense, o *Eco Popular*, através de um tal Sr. Rivera, que vivia em Lisboa, e ligado àquela revista. Porém, este senhor abandonou a capital portuguesa e interrompeu-se o intercâmbio, que também foi de curta duração, apenas até ao n° 3 da revista." Victor de Sá, "A geração de 1852", *O Comuneiro, Revista Electrónica*, nº 15, Setembro de 2012. Disponível em http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_victordesa_Ageracaode1852_1962.html#_ftn4.

[67] Guillermo de Lima, além de Lisboa, cidade onde foi fundada a *Revista del Medíodia,* havia já vivido em Paris, Bruxelas, Londres e Madrid e seu pai era português, tendo falecido em Espanha na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

[68] Professor da Academia Politécnica do Porto, filósofo e matemático.

[69] Advogado e deputado. Colaborou com o *Eco Popular*. Fundou e dirigiu o jornal o *Portuense,* de que foi proprietário.

[70] *Estatutos de la liga hispano-lusitana*, Madrid, Imp. Luís Garcia, 1855.

[71] Num dos governos de Cánovas del Castillo, foi nomeado director-geral da Administração nas Filipinas. Foi também deputado e senador por Cáceres.

Astúrias[72]. Partidário do livre-cambismo e da criação de uma união aduaneira ibérica, o economista Cláudio Adriano da Costa, autor de trabalhos sobre pautas alfandegárias, caminhos de ferro e bancos, publicou *Memória sobre Portugal e a Espanha* (1856), revelando-se esperançado na instauração de uma Monarquia unitária peninsular da qual Lisboa seria a futura capital. Por sua vez, o escritor e historiador Abdón de la Paz lançou *España y Portugal* (1861) defendendo a Monarquia dual[73]. No mesmo ano, o advogado, jornalista e político Pio Gullón publicou *La Fusión Ibérica.* Tendo desvalorizado a história e a cultura portuguesa, Gullón não se tornou numa referência iberista[74].

Invocando o seu passado de adepto do Partido Progressista, Joaquim José Ribeiro apresentava-se com o intuito de esclarecer a utilidade da união ibérica monárquica. Para além de dar os exemplos das unificações alemã e italiana (se italianos e alemães, com as suas diferenças, se tinham conseguido juntar, o mesmo poderiam fazer os povos ibéricos), justificava a necessidade de se formar uma união ibérica a partir de interesses económicos e militares comuns. Referia que a actividade comercial floresceria com a união ibérica e que, sem fronteiras, dotada de estradas que comunicassem entre si, com uma via férrea a ligar os dois países, não haveria necessidade de importar cereais fora da Península e o "livre consumo" seria incentivado[75]. Publicada num período em que os portugueses que defendiam a aproximação ibérica já se viravam para o federalismo, esta obra denotava ainda a influência de Sinibaldo.

Alicerçando-se no culto iluminista da razão universal, "fundamento último de igualdade e fraternidade entre os povos"[76], que levaria a uma República universal e à paz perpétua[77], a fórmula republicana federal (de inspiração americana e suíça,

---

[72] Vicente Barrantes, *La Joven Espana. Folleto dedicado a la Asamblea Constituyente*, Madrid, Imprenta de Julian Pena, 1854, p. 53.

[73] A fórmula que defendia apontava para uma Monarquia dual, ficando transitoriamente o rei de Portugal dependente do de Castela, e sendo a restrição do poder real compensada pela representação portuguesa na condução dos destinos da Península. Cf. Abdón de la Paz, *Espana y Portugal,* Madrid, Imprenta de D. Isidoro Pecina, 1861, p. 7.

[74] Para Gullón "a autonomia portuguesa só se justificava descendo a esferas bem inferiores como o idioma e a história, reduzindo-se esta a uma grande etapa colonial e marítima, uma jornada brilhante de comércio e navegação". Cf. Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870),* 1º vol., p. 160.

[75] Joaquim José Ribeiro, *A União Ibérica ou Reflexões sobre a união dos dois povos da península*, Lisboa, Tip. Lisbonenese, 1867, p. 9.

[76] Fernando Catroga, "Nacionalismo e Ecumenismo", p. 4.

[77] A paz perpétua, segundo Kant, começava com a ideia de que a paz só encontraria fundamento na razão ou na ordem jurídica, civil e internacional. Afirmava Kant que o melhor garante da paz entre os indivíduos e os Estados seria uma constituição republicana a que todos os indivíduos dariam o seu

sobretudo) ganhou projecção em Portugal com a publicação de *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (1851), de Henriques Nogueira. Os federalistas definiam-se como nacionalistas (a autoridade federal pressupunha a autonomia de cada uma das nações federadas)[78]. Era nesse sentido que Xisto Camara assinalava que, a provar que a independência nacional dos países federados nunca seria posta em causa, estava o facto de em quatro séculos de Monarquia absoluta nunca se terem apagado em Espanha as tradições e regionalismos de regiões como a Catalunha, Aragão ou Astúrias[79]. O federalismo[80] foi no século XIX uma das mais fortes correntes do republicanismo português e afirmou-se no debate iberista. Corolário de um acordo entre os dois países que asseguraria a independência nacional, o federalismo era para os portugueses um meio de afastar o perigo anexionista que vinha do outro lado da fronteira, e não sinónimo de união, pois isso significava a "anexação unilateral de um Estado fraco por um Estado forte"[81]. Citando Amadeu Carvalho Homem, o federalismo "nutre a esperança de manter incólume o património étnico, tradicional, mesológico e histórico-cultural de cada parcela a federar"[82].

Foi a influência do francês Pierre-Joseph Proudhon, autor de O *Princípio Federativo* (1863), que mais contribuiu para a consolidação do federalismo em Portugal. O contrato defendido por Proudhon, a federação, era uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, um ou mais grupos de comunas ou Estados, se obrigavam recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais

---

consentimento. Uma federação de Estados libertaria os povos do estado de guerra em que sempre se encontraram (em troca da paz perpétua). Cf. Immanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1988, p. 134.

[78] Manuela Mascarenhas, *Op. Cit.,* p. 19.

[79] Id., *Ibidem,* p. 28.

[80] O federalismo traduz-se numa união de Estados dentro de um Estado mais vasto: os diferentes Estados integram-se num Estado central e, apesar de haver uma constituição para além deles, têm autonomia. O elemento essencial do federalismo é a distribuição de poderes entre o "governo-geral" e os Estados componentes. Alguns dos poderes tornados comummente nacionais são a regulação, o comércio, a defesa, a imigração, a moeda e os negócios estrangeiros. Cf. Jorge Miranda, "Federalismo", *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 8, Lisboa, Verbo, [s. d], p. 489. Refira-se, para fazer a distinção, que numa confederação não existe um Estado único. Para fazerem parte de um pacto federal, os diferentes Estados perdem alguma autonomia. Todavia, não se pode ainda falar de um Estado federal. Partilha-se soberania apenas no que não se considera importante. Numa confederação os Estados não devem perder a sua identidade individual e o direito de secessão. Cf. Galvão Teles, "Confederação", *Ibidem*, vol. 5, Lisboa, Verbo, [198-?], p. 1314.

[81] Amadeu Carvalho Homem, "O tema do iberismo no republicanismo federalista português", *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*, Coordenado por Ernesto Castro Leal, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 82-83.

[82] *Ibidem.*

objectos particulares[83]. Poder-se-ia falar de um federalismo voluntário de municípios e associações. Segundo Proudhon, num modelo federal a autoridade central ia-se restringindo à medida que a federação se desenvolvia pela acessão de novos Estados[84]. Numa sociedade livre o papel do Estado ou do governo deveria ser legislativo e fundador, "de criação, inauguração, de instalação; é, o menos possível, um papel executivo"[85]. No sistema federal proudhoniano, o Estado abdicaria da sua autoridade e entregá-la-ia aos cidadãos. A ideia era dividir um Estado em diferentes Estados autónomos que mantivessem um laço político. O poder central deveria subordinar-se a uma assembleia formada por delegados dos Estados, membros eles próprios por vezes dos seus governos respectivos, e que por essa razão exerceriam sobre as actas da assembleia federal uma vigilância mais zelosa e severa[86]. O povo também constituiria um dos poderes do Estado. Porém, de modo a limitar a sua acção revoltosa, seria preciso assegurar a existência de um exército permanente e a restrição do direito de voto[87] .

Em termos económicos, a união alfandegária idealizada por Proudhon mais não seria do que a confederação de diferentes Estados tendo em vista a protecção mútua do comércio e da indústria. A reorganização económica basear-se-ia numa cooperação capaz de harmonizar o capital com o trabalho, o que implicaria a criação de uma "federação agrícola-industrial" construída a partir da "gratuitidade do crédito". Esta federação agrícola-industrial visaria sobretudo a oposição ao suposto "feudalismo" económico vigente[88]. O projecto de Proudhon radicava na ligação entre uma sociedade económica livremente federada (federação agrícola-industrial) e uma democracia fundada no contratualismo e na capacidade de autoadministração por grupos naturais que constituíam o organismo social[89].

O grande teórico do federalismo português foi Henriques Nogueira, autor de *Estudos Sobre a Reforma em Portugal,* de *O Município no Século XIX em Portugal* (1856) e de vários artigos sobre a temática iberista em periódicos como *O Progresso*

[83] P. J. Proudhon, *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*, Introdução e organização de Francisco Trindade, Lisboa, Colibri, 1996, p. 66.
[84] Id., *Ibidem,* p. 68.
[85] Id., *Ibidem,* p. 72.
[86] Id*., Ibidem,* p. 84.
[87] Id., *Ibidem*, p. 85.
[88] Id., *Ibidem,* p. 91.
[89] Vítor Neto, *Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira*, Coimbra, 1988, Separata da *Revista de História das Ideias*, nº 10, p. 756.

(1854-1856) [90] . A proposta federativa de Henriques Nogueira retomava o cosmopolitismo iluminista. Tendo como modelos a seguir a Suíça e os EUA, Nogueira via no municipalismo[91] e no federalismo as soluções para a intensificação da participação cívica e representação política dos cidadãos. Defendia a associação e o socialismo: "Focos de fraternidade, essas comunidades trariam a harmonia política [...] e a harmonia social, pois as associações, ao actuarem na esfera económica, levariam à universalização da propriedade e à fusão do capital com o trabalho"[92]. Destinando-se a libertar as nações fracas do predomínio das fortes, a forma federativa seria o garante da paz e do desenvolvimento material ibérico. Uma federação transformaria a Península numa potência de primeira escala mundial não só em termos económicos como geopolíticos. À imagem do *zollverein* alemão, o comércio lucraria com a extinção das alfândegas e diminuiriam as despesas com a diplomacia e o exército. Inspirado pelas ideias de Kant, Nogueira "objectivava a dimensão ecuménica do homem". Essa dimensão resumia-se à ascensão do indivíduo para o município, do município para a província, da província para a nação, da nação para a família dos povos e para a humanidade[93]. Se a formulação teórica da federação dos municípios representava a concretização do seu edifício político a nível interno, a federação dos povos ibéricos[94] era a concretização desse edifício político a nível externo[95].

Nos anos que se seguiram à publicação de *Estudos Sobre a Reforma em Portugal*, o ideal federativo foi partilhado por individualidades como Casal Ribeiro[96], Lopes de Mendonça[97], Sousa Brandão[98], Custódio José Vieira[99] ou Joaquim Maria da

---

[90] Na equipa redactorial deste periódico trabalharam figuras como Henriques Nogueira, Sousa Brandão, Carlos José Caldeira e Anselmo José Braancamp. Nogueira publicou textos sob o título "O iberismo e os seus adversários" e "O Iberismo e os seus defensores".

[91] Um país como Portugal poder-se-ia dividir em governo central, municipal e local. O governo central seria composto pelos representantes dos municípios e concentraria todas as opiniões e simpatias do país. Cf. Henriques Nogueira, *Estudos Sobre a Reforma em Portugal, Obra Completa*, Edição de António Carlos Leal da Silva, tomo I, Lisboa, INCM, 1976, p. 136.

[92] Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Casa das Letras, 2010 [1ª ed. 1991], p. 112.

[93] Id., "Nacionalismo e Ecumenismo", p. 39.

[94] A proposta iberista de Nogueira implicava a destruição da hegemonia política de Castela sobre as restantes regiões e a autonomia dos pequenos Estados. Por esse motivo, Nogueira dividia a futura federação peninsular em vários Estados: Portugal, Galiza, Astúrias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Aragão, Valência, Múrcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castela-a-Nova, Castela-a-Velha e Leão.

[95] Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870),* 1º vol., p. 132.

[96] Ministro das Obras Públicas, dos Negócios Estrangeiros e embaixador.

[97] Militar, escritor e dramaturgo. No contexto do *Ultimatum*, escreveu com Alfredo Keil a marcha *A Portuguesa.*

Silva[100]. Estes autores propunham a divisão do país em Estados federados e, a nível peninsular, a criação de uma República federalista "pactuada livremente entre todos os povos da Península"[101]. Por exemplo, apostando no progresso material e enfatizando as vantagens que adviriam de uma aliança económica com a Espanha, o médico e director do *Leiriense* (1954-1958)[102], Barbosa Leão, defendia a criação de um *zollverein* ibérico, uma integração aduaneira peninsular[103]. Em *Federação Ibérica, ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península por um Português* (1854), Joaquim Maria da Silva, advogado, autarca no distrito de Santarém, professor e reitor do liceu local, combatia a fórmula política proposta por Mas. Contrapunha a federação republicana à fusão unitária como garante da liberdade e independência dos povos e nacionalidades ibéricas. As vantagens da federação apontadas por estas personalidades eram sempre de ordem económica. Joaquim Maria da Silva acreditava que as importações e exportações entre Portugal e Espanha seriam facilitadas com a supressão das taxas alfandegárias, especialmente se houvesse uma aposta por parte do poder político na dinamização de empresas nacionais que, através do modernização das infraestruturas e da reparação e construção de novas vias de comunicação, pudessem contribuir para o estímulo da economia portuguesa e para o equilíbrio das contas públicas[104]. O oficial da Marinha Feliciano António Marques Pereira advogava a construção de uma via férrea entre Lisboa e Madrid[105]. Gizava um plano de aliança militar-aduaneira-comercial, na perspectiva de que as nações "de segunda e terceira ordem deviam unir-se" para defenderem a nacionalidade e a neutralidade armada[106]. Marques Pereira concebia uma confederação monárquica em que todos os conflitos internacionais e diplomáticos seriam debatidos entre ambos os países[107]. O seu pensamento divergia tanto do de unitaristas monárquicos (que não defendiam uma

---

98 Engenheiro ferroviário. Um dos fundadores do Partido Socialista Português.

99 Advogado, deputado pelo Partido Regenerador e jornalista (o *Eco Popular,* o *Nacional* e o *Portuense*).

100 Advogado, professor e reitor do Liceu de Santarém.

101 Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p. 15.

102 Barbosa Leão fundou também o *Jornal do Porto* (1859) e o *Jornal de Lisboa* (1864).

103 No opúsculo *O Futuro de Portugal* (1881) revelar-se-ia partidário da federação ibérica. Cf. Maria da Conceição Meireles Pereira, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870),* 1º vol., p. 204.

104 Joaquim Maria da Silva, *Federação Ibérica, ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península por um Português,* Porto, Tip. F.G. da Fonseca, 1854, p. 70.

105 F. A. Marques Pereira, *Confederação Ibérica. Bases para um projecto de Tratado de Aliança ofensiva e defensiva e de liberdade de comércio entre Portugal e Espanha,* Lisboa, Tip. G. S. Neves, 1859, p. 7.

106 Manuela Mascarenhas, *Op. Cit.,* p. 19.

107 Um não poderia assinar tratados com outras nações sem autorização do outro.

confederação) como do de federalistas (que tendiam a valorizar o regime republicano em detrimento do monárquico).

Já se referiu que Proudhon e Henriques Nogueira foram, em diferentes registos, muito importantes na estruturação e disseminação de um pensamento federalista em Portugal. Os federalistas portugueses foram igualmente influenciados pela revolução espanhola de 1868 e pela Comuna de Paris de 1871. Com a queda de Isabel II, uma facção de liberais monárquicos espanhóis empenhou-se na candidatura de D. Fernando e de seu filho D. Luís ao trono espanhol. Mas já antes destes acontecimentos as ideias de vários republicanos espanhóis, então liderados por Fernando Garrido, autor de *La Republica Democratica Federal Universal* (1856), *A La Juventud Portuguesa* (1860) e *Espagne Contemporaine* (1862), Emilio Castellar[108] e Pi y Margall[109], tinham ganhado preponderância entre os portugueses. Os federalistas espanhóis eram conhecidos e lidos em Portugal, esgrimiam argumentos de ordem económica que, à semelhança do que fizera Sinibaldo, se traduziam em promessas de crescimento económico para toda a Península.

Emílio Castelar, personagem central do Partido Republicano Federal, para quem progresso e democracia andavam de mãos dadas, defendeu a união ibérica em *La Fórmula del Progresso* (1858). Sustentava que unidos pela geografia, com línguas semelhantes e histórias paralelas, povos como o português e o espanhol estavam destinados a formar uma só nacionalidade. Em *A "História de Portugal" de Oliveira Martins* (1884), salientando que portugueses e espanhóis tinham uma mesma alma, um só espírito, um só povo e uma missão histórica comum, Castelar voltava a reafirmar a sua vontade de ver Portugal e Espanha unidos por uma federação. Mas acrescentava que a Espanha nada deveria fazer contra a vontade por várias vezes mostrada pelos portugueses de seguirem um caminho diferente do dos espanhóis, apesar de viverem num país limitado de recursos: "Não há nada tão desvairado como recorrer à força para fazer mais feliz um povo, contra a sua própria vontade"[110]. Já o político Fernando Garrido, sob o pseudónimo de Evaristo Ventosa, propugnava em *La Regeneración de España* (1860), livro de cariz socialista, uma Europa regenerada e cosmopolita. Influenciado pelas doutrinas de Fourier, apóstolo do socialismo, batia-se

---

[108] Foi presidente da Primeira República espanhola.
[109] Líder e redactor de um programa do Partido Republicano Federal que incluía a federação ibérica. Segundo Presidente da República de Espanha.
[110] Emílio Castelar, *A "História de Portugal" de Oliveira Martins,* Porto, Livraria Central, 1884, p. 36.

pela ideia de que a federação era um ponto evolutivo ao qual não só a Península como a Europa inevitavelmente chegariam.

Tendo-se exilado em França em 1866, Pi y Margall, crítico da religião e do cristianismo em particular, marcado pelo positivismo comteano, também resolvia o problema da decadência peninsular com a adopção do federalismo[111]. Assinalava que os portugueses dificilmente se aliariam à Espanha, a menos que se estabelecesse uma federação entre as diferentes regiões espanholas e Portugal que diluísse o poder de Castela. Como confessaria ao *Diário Ilustrado*: "Queremos, sim, a federação de Portugal e Espanha. Realizada essa fusão, qualquer sacrifício que fizéssemos não seria por Portugal, seria pela nação ibérica"[112]. Em *Las Nacionalidades* (1876), embora não vislumbrasse justificação para a existência de uma separação entre os dois países, pois encontrava afinidades raciais, geográficas, linguísticas, institucionais e ideológicas, Margall reconhecia que apesar de se ambicionar unir a Portugal, país por si considerado em estado de decadência (desde o domínio filipino), a Espanha tinha de respeitar a vontade dos portugueses de não quererem uma união ibérica[113]. Margall dizia que Portugal precisava da Espanha: sendo um país que se tornara grande pelos feitos praticados durante os Descobrimentos, que escrevera algumas das mais brilhantes páginas da história da navegação e do comércio, e ainda conservando importantes possessões coloniais, Portugal era no presente um país em crise, decadente, e sem se federar com a Espanha não deixaria de viver em decadência[114].

Inscrevendo-se na legitimação democrática do direito de autodeterminação[115], Margall alimentava o sonho de que se pudesse vir a efectivar na Península uma federação como a suíça ou a americana em que povos de diferentes origens (alemães, franceses) e credos religiosos (católicos, protestantes) conseguissem conviver pacificamente[116]. Limitada a não interferir nos interesses de cada Estado, a federação ibérica por si projectada poderia existir com uma constituição e um governo para cada Estado, com tribunais federais, com um só exército e uma só armada e formas de tributação comuns. Mas existiriam sempre leis federais acima das de cada Estado.

---

[111] Juan Trías Vejarano, "Introdução", in Pi y Margall, *Las Nacionalidades*, Madrid, Ed. Biblioteca Nueva, 2002 [1ª ed. 1877], p. XXXV.
[112] *Diário Ilustrado*, Lisboa, nº 7279, 2/7/1893, p. 3.
[113] O catalão constatava que o povo português não só não desejava uma união com a Espanha como não sentia a mínima afinidade pelos habitantes do país vizinho. Cf. Pi y Margall, *Las Nacionalidades*, p. 57.
[114] Id., *Ibidem*, p. 63.
[115] Juan Trías Vejarano, *Op. Cit.*, p. XLVII.
[116] Pi y Margall, *Op. Cit.*, p. 77.

Para além de propiciar o crescimento económico e o enriquecimento dos valores democráticos, a federação era por si entendida como um sistema que fundava a unidade sem destruir a diversidade[117].

A revolução espanhola levantou novamente a Questão Ibérica. A queda de Isabel II abriu a hipótese de uma candidatura de D. Fernando II, segundo marido de D. Maria II, ao trono espanhol. Mas D. Fernando recusou essa possibilidade. No governo provisório que saiu da revolução espanhola, desde cedo foi considerada a possibilidade de D. Fernando ascender ao trono. A política de Ángel Fernández de los Ríos, nomeado representante do governo espanhol junto do governo português em Julho de 1869, tinha o propósito de promover a candidatura de D. Fernando[118]. A publicação de *Mi Mision en Portugal* (1877), livro dirigido à opinião pública peninsular em jeito de desagravo pela ordem de expulsão recebida do governo português (Madrid solidarizou-se com essa ordem de expulsão), originaria o segundo exílio francês deste diplomata. Ríos recusava neste livro a reputação de iberista que lhe tinha sido atribuída em Portugal por ter tentado persuadir D. Fernando a aceitar o trono espanhol. Uma das mais contundentes críticas a esta obra veio de Luís Augusto Palmeirim, que não só apelidaria de "indigesta" a obra deste espanhol "repassado de fel" e obcecado pela ideia de ver Portugal transformado numa "província de Espanha", como diria que, sendo um "encadeado de citações desconexas" e um "acervo de falsificações indesculpáveis"[119], *Mi Mision en Portugal* era a demonstração cabal da ausência de "dotes intelectuais e morais requeridos no homem que aspira a representar condignamente uma nacionalidade"[120]. Outro livro lançado em resposta ao do diplomata espanhol intitulava-se *A união ibérica e a candidatura d'el rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernando de los Ríos "Mi Mision en*

---

[117] Id., *Ibidem,* p. 115.

[118] Para aceitar ser candidato, D. Fernando defendia um ponto de honra: a independência de Portugal deveria ficar sempre garantida (o mesmo indivíduo não poderia ser rei das duas nações). O general Prim não aceitou a cláusula de D. Fernando. Foram publicados vários livros em Portugal que defendiam a candidatura de D. Fernando, tais como *Duas palavras sobre a candidatura de S.M. El-Rei D. Fernando ao Trono de Espanha por um português* (1870).

[119] Palmeirim ridicularizava passagens da obra de Ríos em que, por exemplo, se afirmava que D. Manuel era obcecado pela união ibérica e que expulsara os judeus de Portugal para agradar aos reis católicos, ou que a nacionalidade portuguesa ficara enterrada em Alcácer-Quibir. Punha ainda a descoberto algumas imprecisões, como a troca do Mosteiro de Odivelas pelo de Oeiras e de Mouzinho da Silveira por Mouzinho de Albuquerque. Cf. Luís Augusto Palmeirim, *Portugal e os seus detractores: reflexões a propósito do livro do senhor Fernández de los Ríos,* Lisboa, Tip. da Biblioteca Universal, 1877, p. 45.

[120] Id., *Ibidem*, p. 3.

Portugal" (1877) [121]. Uma das figuras que colaborou nesta obra, Rodrigues Sampaio[122], duvidava se Fernández de los Ríos estaria no uso pleno das suas faculdades intelectuais[123]. Outro colaborador, Manuel Pinheiro Chagas[124], acusava Ríos de não compreender a língua portuguesa, apesar de ter estado cerca de quatro anos em Lisboa, e de não ter condições intelectuais para promover a união ibérica com que tanto sonhava[125].

Sob o influxo da revolução espanhola de 1868 surgiram diversos periódicos portugueses[126] e foram publicados folhetos em Portugal e Espanha[127]. Antero de Quental foi um dos intelectuais portugueses mais influenciados pelos acontecimentos revolucionários de 68 e por Proudhon, mesmo que posteriormente se viesse a desvincular dos ideais federalistas. Ainda durante a efervescência revolucionária

---

[121] António Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas eram os seus autores.
[122] Par do reino e deputado. Foi membro do governo diversas vezes e presidiu ao conselho de ministros.
[123] Rodrigues Sampaio*, A União Ibérica e a Candidatura d'El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernandez de los Rios Mi Mision en Portugal por Antonio Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas*, Lisboa, Officina Typographica de J. A. de Mattos, [s. l.], [1ª ed. 1877], p. 21.
[124] Jornalista, poeta, escritor, historiador, dramaturgo, crítico literário e tradutor. Deputado pelo Partido Regenerador e ministro da Marinha, em 1883. Professor no Curso Superior de Letras.
[125] Pinheiro Chagas, *A União Ibérica e a Candidatura d'El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernandez de los Rios Mi Mision en Portugal por Antonio Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas,* p. 63.
[126] Tais como o *Jornal do Comércio* (1853-1870), o *Diário Popular* (1866-1869), a *Folha Negra* (1870), o *Archote* (1869), a *Democracia* (1871), o *Rebate* (1873-1874) ou a *Gazeta Democrática* (1870), que tinham entre as suas principais motivações a divulgação do ideal federalista.
[127] Como *La forma de governo y el jefe del estado, La única solución posible, conveniente y patriótica al problema de Espanã* (1869), de Mariano C. de Rojas e Rogelio Fernández, em que se defendia uma confederação ibérica sob o reinado de D. Fernando. No opúsculo *La Única Solucion Acceptable* (1869), D. Fernando era visto como a salvação moral económica e política da Península. *Historia de una Idea. España y Portugal,* de Andrés Borrego, fundador de jornais como *El Español* ou *El Correo Nacional*, era uma obra de propaganda ibérica em que também se defendia a candidatura de D. Fernando. Outros autores como Pedro Salema Garção, com *A Espanha e a República* (1868), o escritor e político Vieira de Castro, com *A Revolução em Espanha e a Independência de Portugal* (1868), e o escritor e comerciante João Dubraz, que colaborou com jornais como a *Revolução de Setembro,* a *República e a Ibéria* (1868), faziam a apologia federal. António Enes, membro do Partido Histórico que exerceu as funções de deputado e de ministro da Marinha e Ultramar, sustentava que a federação asseguraria a felicidade dos povos. Já na madrilena Asociación Peninsular (1869), que reuniu figuras do Sexénio (o Sexénio Democrático ou Revolucionário foi o período da história espanhola decorrido entre o triunfo da revolução de 1868 até ao pronunciamento de 1874, que marcou o início da etapa conhecida como Restauração), tais como Francisco Salmerón, futuro presidente do Congresso (1873), o deputado progressista Eugenio Montero Ríos, o ministro do Ultramar Manuel Becerra ou o general Miláns del Bosch, o que se defendia era a criação de uma união aduaneira baseada no modelo do *zollverein* alemão. Salmerón viria a constituir a Associação Hispano-Lusa (1873), sustentando a integração de Portugal na estrutura federal que se formaria com a República espanhola. Este tipo de ideias perdeu fulgor com o final do regime republicano em Espanha mas não desapareceu por completo.

espanhola publicou *Portugal Perante a Revolução de Espanha* (1868)[128]. Antero sustentava um conceito moral de pátria, renegando as ideias de nacionalidade e de nação. Na esteira de Henriques Nogueira, autor que lera e apreciara[129], acreditava numa solução contratual e igualitária de integração dos povos peninsulares[130]. A democracia e a federação resolveriam a crise em Portugal, porque a democracia representava a queda do reinado burguês e a federação o renascimento da vida local e a ruina da unidade centralizadora[131]. Para toda a Península não havia senão uma única política possível, a da federação-republicana-democrática:

> Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade[132].

A federação constituía para Antero de Quental a única forma de governo digna de homens verdadeiramente iguais e a única forma de governo livre. Quem percorresse as "legiões do grande exército revolucionário europeu", raro toparia bandeira em que não se lesse a "mágica" legenda: "república democrática federativa"[133]. Resumindo, para todos os "moços inteligentes" e activos da sociedade portuguesa não existia outra saída aberta, nem outra política capaz de conceber ideias de futuro e de grandeza para além desta: a política do iberismo federalista[134].

Duas figuras não menos relevantes na divulgação do federalismo em Portugal foram Teófilo Braga e Magalhães Lima. Teófilo Braga, que desde o decénio de 1870 justificara a necessidade do federalismo em termos históricos, considerava que o unitarismo ibérico tinha levado à decadência moral e material da "Hispânia". Em

---

[128] Mesmo em obras como *O que é a Internacional?* (1871), Antero apelava a uma República social mas desvalorizando, na linha de Proudhon, a luta política. Foi notória a influência do francês no seu pensamento.
[129] Cf. Pilar Vázquez Cuesta, "Antero de Quental iberista?", *Congresso Anteriano Internacional-Actas. Universidade dos Açores. 14-18 Outubro 1991,* Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 161-182.
[130] Sérgio Campos Matos, *Finis Patriae e consciência de crise no Portugal contemporâneo*, Coimbra, Univ. de Coimbra, 2010, Separata de *Estudos do Século XX*, nº 10, p. 367.
[131] Antero de Quental, *Portugal Perante a Revolução de Espanha. Considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica*, Lisboa, Tip. Portuguesa, 1868, p. 26.
[132] Id., *Ibidem,* p. 39.
[133] Id., *Ibidem*, p. 35.
[134] *Ibidem.*

começos do século XX, em sintonia com os federalistas catalães (caso de Ribera i Rovira, por exemplo), Teófilo distinguiria três tipos históricos e étnicos na Península: Portugal, Castela e Catalunha[135]. Inspirado por Henriques Nogueira e Pi y Margall, e partindo do romântico conceito de raça para criar a teoria do moçarabismo, que sustentava a individualidade étnica do povo português, advogava a existência de uma federação republicana de base etnológica. Já em *Soluções Positivas de Política Portuguesa. Advento evolutivo das Ideias Democráticas* (1879), conciliaria o sentimento de pátria com o de República federativa peninsular e latina. Com a publicação de *A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça* (1894), retomava a "fundamentação étnico-mesológica da nacionalidade portuguesa", sem esquecer o federalismo, a confederação latina e o culto da pátria[136]. Magalhães Lima comungou de algumas ideias de Teófilo[137]. Fez a divulgação externa de um ideário republicano-federalista de base municipalista em *La Féderation Ibérique* (1893), livro escrito no contexto do *Ultimatum* em que se explorava um sentimento partilhado por várias personalidades da Península, o de anglofobia. Magalhães Lima propagandeava a confederação latina: uma União Mediterrânica (que incluiria o Brasil, a Espanha e as Repúblicas da América hispânica que partilhavam com a metrópole espanhola a tradição, a raça, um fundo histórico, a língua e aspirações comuns[138]) inspirada no modelo do *zollverein*[139]. Posteriormente, defenderia a necessidade de criar um bloco "luso-hispano-americano" (em que Portugal e Brasil seriam as forças predominantes) que contrabalançasse o emergente bloco "sino-nipónico-saxónico". As bases desse bloco incluiriam a segurança e a defesa comum, a garantia de resolução amigável de problemas fronteiriços, a regulação de problemas de arbitragem e a garantia de respeito pela soberania de todas as nações do bloco[140].

O republicanismo federal não se esgotou na produção de folhetos, opúsculos e artigos. Manifestou-se igualmente nas diversas associações, centros, grupos políticos e jornais que lutaram por um Portugal descentralizado (não necessariamente a um nível ibérico), formados em Portugal a partir de inícios da década de 70 do século

---

[135] Teófilo Braga, "D'Iberisme", in Ribera i Rovira, *Iberisme*, Barcelona, [s. n.], 1907, pp. 12-17.

[136] Maria da Conceição Meireles Pereira, "Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia", p. 265.

[137] Cf. *Os Estados Unidos da Europa por Carlos Lemonnier. Versão portuguesa de Magalhães Lima*, 2 vols., Lisboa, 1874. Esta obra activou a propaganda federalista republicana.

[138] Magalhães Lima, *La fédération ibérique*, Paris, [s. n.] [1ª ed. 1893?], pp. 197-198.

[139] Maria da Conceição Meireles Pereira, "Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia", p. 266.

[140] Magalhães Lima, "O Bloco luso-hispano-americano", *Imprensa Nova*, Lisboa, nº 9, 10/9/1922, p. 1.

XIX[141]. Porém, embora se tenha continuado a publicar livros, de terem continuado a surgir grupos políticos de inspiração federalista até finais do século XIX, o federalismo na sua vertente iberista perdeu muito do seu impacto inicial com o fracasso da Primeira República espanhola em Dezembro de 1874 (que deu começo à restauração bourbónica). Oliveira Martins e Antero de Quental são exemplos de intelectuais portugueses que perderam interesse no federalismo com o esboroar das ilusões semeadas pela República[142]. Algo que também se constata: o federalismo nunca teve reflexos práticos, apesar de ter estado presente nos discursos e nos escritos de diversas figuras ligadas ao republicanismo. Pergunte-se então: que expressão teve o iberismo? O iberismo restringiu-se a um círculo restrito. Conquanto tenha dado origem a associações e publicações periódicas, de ter estado presente no ideário de certos grupos políticos, não teve expressão política relevante. Não houve um partido iberista português. Os projectos de união monárquica ou de federação nunca saíram do papel. Depois de uma pequena síntese das propostas iberistas Oitocentistas, em que se confirmou que essas propostas balançaram essencialmente entre o federalismo e o iberismo monárquico, saliente-se que, tendo um discurso vago, desejando uma aproximação ibérica em moldes algo indefinidos, outros apresentavam um pensamento cuja interpretação não pode ser categórica. Por exemplo, o diplomata Juan Valera, com estadas em Portugal como secretário da Embaixada (1850-1851) e como embaixador (1881-1883), autor de *Estudos Críticos* (1864), colaborador de periódicos como a *Revista Ibérica* (participou nesta publicação entre 1861 e 1863), não obstante tivesse começado por alimentar uma visão paternalista das relações ibéricas (falava de “raça espanhola” e de “raça ibérica”) e de depositar esperanças num projecto que implicava a fusão das duas coroas peninsulares, não demorou a perceber o carácter utópico da união política. Passou depois a defender uma união fraterna ibérica que se concretizasse a partir da fortificação dos laços de ordem cultural e económica (e por isso apelava à construção de vias férreas e à criação de

[141] Um ano antes de ter surgido o Centro Democrático de Lisboa, um dos primeiros centros republicanos em Portugal, publicou-se o semanário a *República Federal* (1869), dirigido por Felizardo Lima. O primeiro programa de um grupo federalista organizado em Portugal foi publicado pelo Centro Federal de Lisboa (Junho de 1873), então liderado por Teófilo Braga. No mesmo ano começou a ser publicada a *República Portuguesa*, órgão do Centro Republicano de Coimbra (fundado por Alves da Veiga, Alves Morais, Almeida Ribeiro e Magalhães Lima), e o *Rebate*, órgão do Centro Republicano Federal de Lisboa. Cf. *Jornais Republicanos: 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011, pp. 14-15.

[142] Martins trabalhou numa mina na Andaluzia entre 1870 e 1874 e, por isso, assistiu à ascensão e queda da República espanhola.

uma liga aduaneira)[143]. Valera passou a sustentar ideias iberistas com contornos culturais que viriam a ter em Oliveira Martins um dos seus principais suportes teóricos. Embora por outros motivos, outro exemplo de alguém cujo iberismo não pode ser interpretado de forma literal ou simplista é Horácio Esk Ferrari. No folheto *A Hegemonia de Portugal na Península Ibérica* (1877), defendia o exercício de uma preponderância portuguesa numa futura Península confederada, em virtude da sua superioridade político-cultural (o povo português, de "viver tranquilo", superior ao espanhol, submetido a uma constante "desorganização", poderia exercer uma influência hegemónica numa Península ligada pela uniformidade do solo, da geografia, pelo fundo racial comum[144]). Mas como se efectivaria essa preponderância portuguesa na Península? Ou seja, como se transporia essa supremacia do papel para a realidade? Embora alicerçado em argumentos de ordem económica, política, linguística, literária ou mesmo cultural, o iberismo não passou do plano da intenções.

Desde que o iberismo surgiu em meados do século XIX, os principais argumentos esgrimidos a favor de uma união monárquica ou de uma federação entre os dois países foram de ordem económica, e que para que tal sucedesse muito contribuía o facto de se dizer dos dois lados da fronteira que Portugal precisava da Espanha. Quando Sinibaldo de Mas surgiu com *La Ibéria,* propondo uma união monárquica, um dos argumentos que apresentava era o de que, sem a Espanha, Portugal não deixaria de ser um apêndice da Inglaterra, nem ultrapassaria o estado decadente em que se encontrava. Embora o argumento da suposta decadência portuguesa tenha sido explorado enquanto se falou de iberismo, a realidade é que as sucessivas crises por que passaram os dois países geraram um debate em torno da salvação peninsular, e não apenas da salvação portuguesa. Não se pode esquecer que, para quase todos os iberistas atrás mencionados, o iberismo era uma fórmula que resolveria as crises. A Ibéria era apresentada como a fórmula que salvaria a Península da catástrofe. Não obstante se tenha diferenciado do iberismo do século XIX, especialmente por não defender qualquer tipo de união com a Espanha, o iberismo do

[143] Valera escrevia em 1861 que a fusão aconteceria por mútuo e espontâneo consentimento. Repudiava uma conquista violenta e tendia a valorizar a história e a cultura portuguesa. Mais tarde retrocederia na ideia da fusão ibérica, concluindo que mesmo que se fundissem, os dois países seriam sempre nações diferentes. O iberismo para Valera não era uma necessidade mas uma conveniência. Com a Espanha, Portugal poderia ser uma nação mais industrial, mais rica e mais comercial e mais abastada do que por exemplo a Bélgica, mas sem a Espanha não poderia ser uma grande nação. Cf. Juan Valera, "España y Portugal"*, Revista Ibérica,* Madrid, tomo I, nº V, 1861.

[144] Horácio E. Ferrari, *A Hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Lisboa, Tip. de José H. Verde, 1877, pp. 13-14.

século seguinte também viria a ser perpassado por uma vontade constante de salvar o país da decadência e das sucessivas crises económicas, financeiras e políticas que fustigavam a Península. Assim, a argumentação iberista Oitocentista nunca pôs de parte as vantagens económicas que adviriam de uma união ou federação. O espírito do iberismo da segunda metade do século XIX era o da Regeneração[145]. Como diria Rui Ramos, a Regeneração propunha um menu constituído por estradas e caminhos de ferro: "Estradas, caminhos de ferro, telégrafo, eléctrico, apareceram assim como varinhas mágicas, justificando todos os sacrifícios que para os adquirir fosse preciso fazer"[146]. Esta tendência não se restringiu a Portugal. A aposta no investimento em obras públicas no sector da comunicação grassou um pouco por toda a Europa[147]. Os federalistas, influenciados por Proudhon e pela atmosfera revolucionária espanhola, colocavam entre as principais razões para a defesa da federação ibérica a salvação da economia portuguesa. Também Sinibaldo tentava seduzir os portugueses com ideias que apostavam no desenvolvimento material do país. Federalistas ou monárquicos, autores como Latino, Caldeira, Barbosa Leão ou Henriques Nogueira aproximavam-se na defesa da união aduaneira, do melhoramento material do país.

[145] "Se 1834 inaugurara a liberdade económica, 1851 instituiria a facilidade de comunicações: seria o ultimo passo para a prosperidade". Cf. Rui Ramos, "O sistema fontista", *Portugal Contemporâneo*, Dirigido por António Reis, vol. 1, 2ª parte, Lisboa, Alfa, 1990, p. 512.
[146] Id., *Ibidem,* p. 513.
[147] Em Espanha surgiu a Lei dos Caminhos de Ferro (1855). Em Itália, depois da unificação, o governo levaria a cabo a ligação das redes ferroviárias dos diferentes Estados numa rede nacional.

2. Os hispanismos

"Hoje a derrota é a nossa vida/Doença o nosso sono brando./Para quando é a nova lida,/Ó mãe Ibéria, para quando?"

Fernando Pessoa[148]

2. 1. Iberismo: conceito em desuso

Na viragem do século XIX para o século seguinte, o iberismo transformou-se numa expressão em desuso, sobretudo por terem perdido força certas correntes de opinião que procuravam integrar as nações peninsulares num espaço territorial, político e económico mais vasto, como o federalismo proudhoniano ou a união monárquica prodigalizada por *La Iberia* (1852), de Sinibaldo de Mas. Em Portugal, influenciados pela *História da Civilização Ibérica* (1879), de Oliveira Martins, os que defendiam aproximações entre as nações peninsulares passaram a defender ligações culturais e espirituais, mas não políticas, entre os dois países. Com a publicação de obras como *A Aliança Peninsular* (1924), de António Sardinha, termos como hispanismo ou peninsularismo ganharam relevância suficiente para substituírem o conceito de iberismo. Se na segunda metade do século XIX autores oriundos dos mais variados campos ideológico-políticos recorriam ao iberismo para se referirem, em termos genéricos, a uma ligação política entre os dois países ibéricos que poderia incluir a criação de uma federação ou de uma união monárquica ibérica, em finais desse século esse conceito de iberismo tinha já uma conotação pejorativa para quem sustentava uma perspectiva cultural, espiritual e económica da aliança peninsular. Qualquer sugestão de união política era muito mal recebida em Portugal, país em que deflagraram inúmeras polémicas na imprensa a propósito de um "perigo espanhol" (perigo de invasão e anexação) que, para grande parte dos periodistas, nunca desaparecia, independentemente do momento político e económico que se vivesse. Os periodistas que defendiam a aproximação peninsular recusavam o epíteto de iberista. Mesmo os que, noutras circunstâncias seriam apelidados de iberistas, aceitavam nas últimas décadas do século XIX que já não era possível defender ideias e recorrer a expressões que só prejudicavam as relações ibéricas.

O jornalista Gonzalo Calvo Asensio ocupou, depois da revolução de 1868, o cargo de secretário da legação espanhola em Lisboa[149]. Não sendo partidário da união

[148] Fernando Pessoa, *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro,* Lisboa, Ática, 2012, p. 25.

ibérica e rejeitando o uso de termos que despertavam acintes desnecessários, tais como "iberismo" ou "Ibéria", Calvo Asensio manifestou-se, no entanto, a favor de uma aproximação entre Portugal e Espanha. O seu livro, intitulado *Lisboa em 1870* (1870), não é apenas relevante pelas considerações que contém acerca das relações ibéricas e pelas descrições de Portugal e dos portugueses. Numa altura em que o federalismo iberista se encontrava em voga — recorde-se, por exemplo, que em 1868 Antero de Quental publicou *Portugal perante a Revolução de Espanha,* e que no ano seguinte foi oferecida a coroa de Espanha a D. Fernando II, viúvo de D. Maria II—, esta obra permite perceber que, apesar da euforia que determinados sectores de opinião pudessem alimentar a respeito de uma possível federação ibérica, existiu em Portugal um grande número de pessoas (partidárias de uma aproximação ibérica, até) que sentia um incómodo imenso quando se tocava na expressão iberismo. Para além disso, é de assinalar que, dedicado a Fernández de los Ríos, figura que, tendo representado o governo espanhol em Lisboa a partir do Verão de 1869, foi alvo de muita contestação em Portugal por ter tentando, insistentemente, fazer de D. Fernando II rei de Espanha, o livro de Calvo Asensio não foi muito popular, nem recebeu muitos elogios deste lado da fronteira. Como se satirizava nas *Farpas*, para além de mal ter sido lida em Portugal, a obra de Asensio seria para os portugueses "o livro do mais subido favor, se fosse levemente modificado no sentido de dizer o contrário do que diz". E o que se dizia na obra, supostamente? Que a união ibérica era a cura para todos os males da Península[150]. Talvez por ter sentido na pele a irritação causada pelo iberismo deste lado da fronteira, Asensio foi assim uma personalidade que nos seus escritos enfatizou a necessidade de abolir a palavra iberismo do vocabulário dos interessados na concórdia peninsular.

As observações de Asensio a respeito de Portugal não condiziam com as de alguém que pretendia contribuir para o fortalecimento dos laços entre Portugal e Espanha. Lisboa não impressionava o visitante: não era uma cidade que brilhasse "pela beleza, correcção de linhas, pureza de contornos, proporção nas partes e harmonia no seu conjunto"[151]. O porto da cidade deprimia-o. Quanto a templos, a

---

[149] Eleito em 1872 deputado às Cortes, o Congresso nomeá-lo-ia seu secretário. Pertenceu à direcção do Partido Democrático-Progressista e foi director do jornal *El Democrata*.

[150] Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas – crónica mensal da política, das letras e dos costumes,* Coordenação e introdução de Maria Filomena Mónica, Cascais, Principia, 2004, p. 81.

[151] Gonzalo Calvo Asensio, *Lisboa em 1870,* Lisboa, Frenesi, 2009 [1ª ed. 1870], p. 17.

maior parte era “de detestável gosto”[152]. Tirando os da praça do Comércio, onde estavam instalados os ministérios, não existiam edifícios públicos dignos de registo[153]. Por outro lado, Asensio encontrava semelhanças entre portugueses e espanhóis. Ambos partilhavam um passado de glórias e um presente marcado pela decadência. Também em termos de tradições, costumes e formas de estar na vida existiam semelhanças entre os dois povos. Tal como o espanhol, o português era imaginativo, poeta, “poltrão”, muito afeiçoado a passar o tempo a contemplar, pouco industrioso e ao mesmo tempo palrador, fanfarrão e propenso a empolar as glórias nacionais[154]. Mas se encontrava estes paralelismos, afirmava que o povo português o inquietava pela excessiva passividade. O sangue romano e árabe herdado pelos portugueses, modificado pelo contacto (colonial) com os brasileiros, debilitara a energia do seu carácter: “O português não é alegre, decidido, intrometido; não é buliçoso, nem picante, nada disso, a sua natural seriedade priva-o dessas condições de carácter”[155]. A vida política portuguesa enterrava-se em marasmo[156]. Havia, segundo Asensio, somente duas coisas que faziam um português sair da modorra: a sua autonomia/o tema do iberismo e as mulheres andaluzas. Mal se falava “do seu” Portugal, levantava a voz, punha-se em bicos de pés: “Montes Claros e Aljubarrota e 1640 saem dos seus lábios como bombas, que atroam e destroem, que entontecem e esmagam”[157]. Constata-se pois que, fixando-se demasiado nos hipotéticos defeitos dos portugueses e no que na imprensa e no parlamento português se escrevia e dizia contra o iberismo, e não apreciando o que encontrara em Portugal, Asensio era alguém que não contribuía para atenuar o que dizia ser o desprezo da opinião pública portuguesa pelas tentativas de aproximação ibérica.

O que representava o iberismo para Calvo Asensio? Em Espanha, uma ideia patriótica explorada por “governos reaccionários” em prejuízo das boas relações peninsulares. Em Portugal, “um motivo de constante desassossego”[158]. No fundo, o iberismo constituía uma espécie de bloqueio que só aumentava receios dispensáveis.

---

[152] Monumentos que perpetuassem as glórias portuguesas não existia nenhum, exceptuando o dedicado a Camões. Cf. Id., *Ibidem,* p. 23.

[153] O edifício do Governo Civil era uma “casota velha e suja”. A Câmara estava instalada num local indigno de uma alta instituição e a Imprensa Nacional num convento. Cf. Id., *Ibidem,* p. 31.

[154] Id., *Ibidem,* p. 33.

[155] Id., *Ibidem,* p. 35.

[156] Os políticos representavam-se a si próprios, os partidos não se distinguiam e os homens não representavam ideia alguma. Cf. Id, *Ibidem,* p. 65.

[157] *Ibidem.*

[158] Id., *Ibidem,* p. 67.

Por isso, opunha-se ao iberismo mas mostrava-se a favor de uma aproximação ibérica que não implicasse uma união política. Não obstante todos os elementos negativos que vislumbrava em Portugal e nos portugueses, afirmava que os dois países se poderiam aproximar em questões intelectuais e culturais, no incremento comercial ou na melhoria das vias ferroviárias. Não era de modo nenhum um apaixonado iberista mas um pragmático que encontrava vantagens numa aliança peninsular:

> Ninguém cuidou de pôr em comunicação os escritores de um e outro país, nem de tornar fáceis as trocas de livros, por combinação dos livreiros e editores com as empresas de caminho-de-ferro, não sendo possível encontrar um livro espanhol em Lisboa, como o não é achar um português em Madrid; nem ninguém se ocupou das necessidades do comércio, derrubando esses postos fronteiriços erguidos à semelhança de uma impenetrável muralha da China[159].

Foi com a sensação de que os portugueses não podiam ouvir falar de iberismo que ficou Francisco Giner de los Ríos[160] após a sua estadia em Portugal em finais da década de oitenta do século XIX. Entre o livro de Asensio e o que Giner de los Ríos escreveu sobre Portugal passaram-se dezoito anos e o contexto era outro. Muitos dos projectos federalistas tinham-se esfumado com o fim da República em Espanha. Antero abandonara o sonho de juntar os dois países. Oliveira Martins, também muito distante de qualquer fantasia federalista, publicara havia vários anos a *História da Civilização Ibérica.* Contudo, as mudanças políticas, sociais ou culturais por que a Península passou ao longo de todo este tempo não impediam Giner de los Ríos de afirmar que, mal ouvia falar de iberismo, qualquer cidadão português orgulhoso da sua nacionalidade se sentia deveras ameaçado.

Num estilo que oscilava entre o da literatura de viagem e o da reportagem, Giner de los Ríos deixou, numa obra intitulada *Portugal, impresiones para servir de guía al viajero* (1888), as suas observações sobre um país que desejava ver aliado à

[159] Id., *Ibidem*, p. 104.

[160] Filósofo e professor natural de Málaga, destacou-se por ter divulgado o krausismo em Espanha e por ter realizado, a partir da Institución Libre de Enseñanza, um grande trabalho docente e educativo. A Institución Libre de Enseñanza foi um estabelecimento privado de ensino secundário e superior, criado em Madrid em 1876, através do qual se tentou colocar em prática um pensamento pedagógico que considerava os alunos como agentes activos, isto é, em termos muito simplistas, entendia-se que as aulas deveriam ser participativas, responsabilizando os alunos pelo esforço de aprendizagem. Esta instituição permitiu o estreitamento de laços entre Portugal e Espanha. Em 1883, juntamente com um grupo de alunos e professores, Giner, então com quarenta e quatro anos, partiu de Madrid para Lisboa, passando pela Serra de Guadarrama, Astúrias e Leão. Foi a primeira vez que veio a Portugal.

Espanha. Tendo viajado por várias cidades [161], conhecido alguns dos mais emblemáticos monumentos e sítios históricos portugueses[162] e convivido com figuras públicas nacionais, não ficou com uma imagem positiva de Portugal. Descrevia o país como triste, paralisado e desprovido de actividade cultural e intelectual. Um pouco à semelhança de escritores que passariam por Portugal, como Pérez Galdós ou Alfredo Opisso[163], dizia que, muito embora existisse um elevado número de estátuas e monumentos comemorativos, os poucos edifícios portugueses com valor artístico eram os conventos e castelos[164]. Apesar das múltiplas descrições deste teor presentes no seu livro, que nada contribuíam para que o público leitor português o apreciasse, tentava ser elogioso para com o povo ou figuras com que privara, tais como Teófilo Braga e Rafael Bordalo Pinheiro[165]. Sobre as mulheres portuguesas, opinava que, ao contrário do que dizia ser o pensamento da maioria dos viajantes europeus, eram belas e atraentes, especialmente à medida que se ia caminhando para norte[166]. Quanto às relações peninsulares, tema que em grande medida tinha dado origem ao referido livro, o fundador e director da Institución Libre de Enseñanza reconhecia que o sonho de uma união ibérica era irrealizável, que se estava cada vez mais longe, não apenas de uma Península una, mas também de se chegar a uma relação harmoniosa pautada por alianças que não incluíam a perda de soberania de qualquer dos países envolvidos[167]. Afirmava que, sendo entendido como absorção, o iberismo era logo rejeitado pelos portugueses, independentemente da proposta em discussão. Devido à má recepção dos ideais iberistas em Portugal, acusava certos espanhóis de serem demasiado directos e agressivos nas suas campanhas de aproximação. Confessava, com conhecimento de causa, que o viajante espanhol que entrasse em Portugal com a intenção de divulgar o iberismo estava condenado, mais do que ao desprezo, a levar com uma enxurrada de críticas. Isto impelia-o a dizer que só espanhóis "incultos" que não soubessem como pensava o povo vizinho achariam possível realizar o sonho de

---

[161] Passou por cidades como Lisboa, Sintra, Batalha, Caldas da Rainha, Óbidos, São Martinho do Porto, Marinha Grande, Nazaré, Leiria, Pombal Porto, Gaia, Espinho, Foz e Matosinhos.
[162] Como o Museu Arqueológico de Lisboa, as colecções da Biblioteca Nacional e da Academia de Belas-Artes e a Galeria Nacional de Pintura ou o Mosteiro de Alcobaça.
[163] Tanto Galdós como Opisso destacavam a Praça do Comércio, o Mosteiro de Belém ou mesmo a Sé como expoentes da beleza cultural ou artística portuguesa, mas desvalorizavam a pintura, os museus ou mesmo a estatuária nacional.
[164] E existia um escasso número de monumentos arqueológicos (e mesmo esses monumentos tinham pouco interesse). Cf. Giner de los Ríos, *Portugal*, Madrid, Imprenta Popular, 1888, p. 36.
[165] Não se pode deixar de dizer que Giner de los Ríos manteve uma longa amizade com Bernardino Machado.
[166] Giner de los Ríos, *Op. Cit.*, p. 289.
[167] Id., *Ibidem*, p. 255.

fazer da Península um só país[168]. Mais do que negar que sonhava com uma hipotética união ibérica, Giner de los Ríos negava a possibilidade de tornar real esse sonho. O iberismo, na sua vertente monárquica ou federalista, não tinha razões para existir: a experiência provava que raro seria o português que aceitaria ser confundido com um espanhol.

Conquanto tenham escrito em épocas distintas, existem pontos em comum entre o que diziam Asensio e Giner de los Ríos. Ambos viam os portugueses como pobres vivendo numa terra decadente, afundada num contínuo turbilhão social e político. Ríos e Asensio não estiveram isolados neste modo de descrever Portugal. Desde que surgiu a Questão Ibérica até às primeiras décadas do século XX, grande parte dos espanhóis partidários de uma aproximação peninsular deu ênfase à decadência portuguesa. Todavia, se é certo que estes autores rejeitavam o iberismo político, não menos correcto é afirmar que reforçaram essa ideia depois de se terem apercebido do incómodo que o iberismo e a união ibérica traziam à opinião pública portuguesa. Ao aceitarem que o iberismo era uma ideia do passado, e que no presente só lhes interessavam aproximações de ordem económica e cultural, tentavam cativar, persuadir, convencer os leitores portugueses de que nem tudo o que vinha de Espanha era imperialismo, que havia propostas de aproximação sobre as quais valia a pena pensar. Outros, como Benito Pérez Galdós, também não encontravam sentido no debate iberista. Generoso na forma como descrevia Lisboa e os portugueses[169], este escritor, que fez a sua única viagem a Portugal na Primavera de 1885[170], na companhia do também escritor José María de Pereda, observava que a opinião pública portuguesa rejeitava liminarmente qualquer discussão em torno do iberismo: dizia que o sonho de uma Ibéria provocava autênticos terramotos em inúmeros periódicos portugueses[171].

Ao contrário de figuras como as anteriormente citadas, Rafael de Labra, republicano nascido em Cuba, autor de *La Pérdida de las Américas* (1869), *El*

---

[168] Id., *Ibidem,* p. 253.
[169] Considerava que a limpeza das ruas lisboetas inspirava inveja em Madrid e que os portugueses tinham melhores maneiras do que os espanhóis. Ao mesmo tempo, julgando as ruas da capital portuguesa tristes e silenciosas, sentia a falta da alegria, da espontaneidade e do carácter festivo dos madrilenos. Dizia-se fascinado com obras arquitectónicas como a Praça do Comércio e o Mosteiro dos Jerónimos (embora achasse que havia alguma escassez em termos de qualidade artística nos museus portugueses).
[170] A "Excursión a Portugal" de Galdós, publicada em *Viajes y fantasías*, consiste em duas cartas, uma escrita em Lisboa em Maio de 1885, outra em Santander em Outubro de 1888. Estes documentos aparecem também no volume VI das suas *Obras Completas.*
[171] Cf. Anson Piper, "Galdós and Portugal", *Anales galdosianos,* [s. l.], nº 8, 1973.

problema hispano-americano (1906) e *Españoles y Cubanos después de la separación* (1916)[172], desvalorizava a tensão causada pelo iberismo em Portugal. Isso aconteceu por olhar para a Península sem a frustração causada pela impossibilidade de unir os dois países e por ser alguém assaz preocupado com a relação entre a Península e as colónias e ex-colónias americanas. Embora tenha escrito sobre Portugal antes de 1898, o seu espírito era já regeneracionista. Um dos primeiros esforços para potenciar uma aproximação entre a Espanha e as Américas foi personificada por Rafael de Labra que, tendo tratado do problema da abolição definitiva da escravatura nas possessões espanholas e tendo sido presidente da Sociedade Abolicionista entre 1872 e 1888[173], foi por assim dizer um dos precursores do hispano-americanismo. Organizador de eventos como o Congresso Pedagógico-Hispano-Português-Americano (1892) e tendo contribuído para a realização do Congresso Social e Económico Hispano Americano, realizado em Madrid (1900), Labra desenvolveu uma ideia que apelidava de "intimidade hispano-americana"[174].

O que Labra escreveu sobre Portugal, mais concretamente sobre Lisboa, ilustra a relevância que tiveram as viagens e os cruzamentos intelectuais entre diferentes personalidades, das quais ele próprio era exemplo, para definir um pensamento hispanista. *Portugal Contemporâneo* (1889) resulta da compilação de quatro conferências pronunciadas na sociedade madrilena Fomento das Artes. Partindo de uma viagem a Portugal levada a cabo em 1888, Labra partilhou nestas conferências as suas experiências enquanto turista em Lisboa e também as suas ideias para o futuro da Península. O seu livro apresenta muitas semelhanças com os de Giner de los Ríos e Asensio, pelo menos no que se refere à descrição de Portugal e dos portugueses. Como os dois referidos autores, não ficou fascinado por Lisboa. Apesar de destacar a beleza do Tejo, Labra via a capital portuguesa como uma cidade desprovida de grandes e belos edifícios, uma cidade à qual faltava vida social ou intelectual. Indústria ou sinais de produção de riqueza não encontrava em lado algum. Mas se havia algo que realmente o impressionava era o elevado número de estátuas e monumentos que, valendo pouco pelo valor artístico, patenteava o amor dos

[172] Obras em que se debruçou sobre o tema do hispano-americanismo.
[173] Representou ainda durante dezasseis anos a Espanha em Porto Rico e ajudou a fundar a Institución Libre de Enseñanza.
[174] Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo: 1885-1936*, Madrid, UNED, 1994, p. 42.

portugueses pelos seus heróis[175]. Era a paixão pela liberdade e pelos heróis que mais o sensibilizava. Das coisas que elogiava nos portugueses era o sentido de liberdade. Labra testemunhava o avanço da imprensa lisboeta, notando que tal se devia ao carácter moderno, liberal e democrático dos portugueses[176]. O autor tentava igualmente compreender o povo português do ponto de vista psicológico. Vislumbrava tristeza um pouco por todo o lado. Espantava-se com o elevado número de suicídios diários por enforcamento ocorridos em Lisboa. Dizia conhecer gente vítima de tédio, esgotada pelo silêncio, sem chance de escapar à tristeza do presente. Constatava até que os portugueses, pobres, escapavam com dificuldade a uma existência soturna[177]. Descrições parecidas fariam posteriormente Miguel de Unamuno ou Ribera i Rovira.

No que se refere às relações ibéricas, não encontrando em Portugal nenhuma animosidade para com os espanhóis, Labra advogava a formação de um "Império Ibérico"[178] que não implicasse a perda da identidade histórica ou da soberania. Argumentava que os dois países eram irmãos que partilhavam uma história comum (que incluía a luta contra os mouros, por exemplo) e o mesmo espírito de aventura dos Descobrimentos, que partilhavam a força da raça e a vontade de atingir o progresso[179]. Como Oliveira Martins, Labra tentou encontrar pontos históricos e culturais comuns aos dois países e destacou o esforço heroico dos povos peninsulares. E talvez por isso as suas perspectivas para o futuro ibérico vislumbrassem bastante optimismo. Asensio, Giner de los Ríos e Labra visitaram Portugal e dissertaram sobre essas visitas, bateram-se pelas boas relações entre os dois países. Insistiam os três que deveriam existir boas relações peninsulares. Contudo, por não se ter fixado na obsessão dos portugueses contra o iberismo, por não se ter limitado a escrever sobre um país "decadente" e pela forma como tentou conhecer a forma de pensar e de viver do povo português, Rafael de Labra foi mais longe na formulação de um ideal hispanista próximo de uma concepção cosmopolita, fundada na tradição histórico-cultural dos dois países. Ao deparar-se com a evidência de que o iberismo era um conceito em desuso, Labra cedo entendeu que qualquer projecto de aliança peninsular

---

[175] Rafael de Labra, *Portugal contemporáneo: conferencias dadas en el Fomento de las Artes de Madrid*, 2ª série, tomo IX, vol. 19, Madrid, Imprenta de T. Minuesa, 1889, p. 42.
[176] Segundo dizia, a imprensa portuguesa gozava de uma liberdade maior do que a inglesa ou francesa. Cf. Id., *Ibidem,* p. 53.
[177] Id., *Ibidem,* p. 61.
[178] Id., *Ibidem,* p. 65.
[179] Id., *Ibidem,* p. 68.

precisava de assentar em novos pressupostos. Este seu livro apontava já para uma nova realidade marcada pela certeza de que a Espanha, para se aliar a Portugal ou aos países americanos de influência ibérica, não poderia manifestar tiques imperialistas ou atitudes de superioridade.

2. 2. Brito Camacho: um escritor em Espanha

Médico e uma das mais destacadas figuras políticas da Primeira República[180], Brito Camacho foi também um prolixo viajante e autor de uma obra escrita que não se restringiu à análise social e política. Alentejano, interessou-se pela ruralidade escrevendo ficcionalmente sobre a região em que cresceu e sobre os seus habitantes. Em muitos dos seus contos, pintou o retrato individual de gente pobre e humilde[181]. Camacho deixou igualmente registo escrito das suas viagens pela Europa. Para além das crónicas publicadas na *Luta,* deu à estampa pelo menos dois livros em que as suas reflexões sobre a Espanha e os espanhóis tinham um papel central. Porquê conceder destaque a Brito Camacho e não a outras personalidades nacionais que escreveram sobre a Espanha, como Antero de Figueiredo, que lançou *Espanha, páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras* (1923)? Porque Brito Camacho não escreveu sobre a Espanha do ponto de vista estritamente literário, nem se limitou às descrições impressionistas de paisagens e lugares. Não se trata de mera literatura de viagem. Sendo muito relevantes em termos de opinião, os seus escritos sobre a Espanha permitem perceber que caminho achava que poderia seguir a Península caso Portugal e Espanha decidissem juntar esforços. Para além disso, são deveras pertinentes os seus mordazes comentários sobre os sítios e os espanhóis com que se cruzou. O que Camacho escreveu sobre o país vizinho assemelha-se, em grande medida, àquilo que escreveram personalidades atrás mencionadas, tais como Calvo Asensio, Giner de los Ríos, Alfredo Opisso, Rafael de Labra ou Galdós. Como estes fizeram a respeito de Portugal e dos portugueses, o republicano escreveu sobre o que viu, sentiu e experienciou em Espanha, sem se coibir pelo politicamente correcto.

---

[180] Resumindo um *curriculum* rico: foi deputado, fundou a *Luta* (1906), foi ministro do Fomento do governo provisório, fundou o Partido Unionista (1912) e desempenhou o cargo de Alto Comissário da República em Moçambique (1922-1923).
[181] Veja-se obras como *Contos e Sátiras* (1920), *Quadros Alentejanos* (1925), *Gente Rústica* (1927), *Gente Vária* (1928) ou *Cenas da Vida* (1929).

Numa obra intitulada *Impressões de Viagem, Cartas a um jornalista* (1913), Brito Camacho relatou uma viagem de comboio de Portugal a Itália, com passagens por várias cidades espanholas e francesas pelo meio. Quem se retiver na leitura desta compilação de cartas ficará talvez convicto de que Camacho não gostava de nada do país vizinho, nem encontrava motivos para que os países ibéricos se aliassem. Inúmeras foram as cidades, pessoas e situações ocorridas em Espanha que, por diferentes motivos, não apreciou. Não lhe impressionavam os monumentos públicos madrilenos, principalmente as estátuas, que a seu ver não constituíam "documento honroso para a Arte". Tirante as de Espartero, Velazquez e Murillo, as referidas estátuas não valiam uma *perra gorda*[182]: "Há, então, um Afonso XII, a cavalo, que é de arrepiar os cabelos. Está-se a ver que o cavalo foi soprado, como os cabritos, para ser esfolado" [183]. Quanto ao convívio social, não obstante o rebuliço e a extroversão que não encontrava em Lisboa, não invejava a forma "excessiva" como os madrilenos se divertiam à noite. Numa tourada, espetáculo "grotesco" e ilustrativo da forma de ser espanhola, vendo um touro marrar num cavalo, a multidão ávida de sangue aplaudia: "O cavalo cai morto, e a este segue outro, e outro, cada qual de tripas ao sol, numa agonia que faz dó, até que o *puntillero* os despacha. Simplesmente nojento!"[184]. A Camacho inquietava a espontaneidade aliada a uma excêntrica boçalidade que o povo de Madrid revelava possuir, tanto no convívio nocturno como em espectáculos "grosseiros" como a tourada. Estas não eram as únicas coisas que Camacho desprezava no país vizinho. Em *Longe da Vista* (1918[185]), livro inteiramente dedicado à Espanha, este republicano natural de Aljustrel referiria também que tinha aversão à religiosidade ou ao "vírus católico" que vislumbrava um pouco por toda a terra espanhola por que passasse[186]. É de lembrar que, tendo integrado o governo provisório, Camacho foi um dos subscritores da Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911, e um dos apoiantes de políticas que resultaram em perseguição religiosa. Por conseguinte, não espanta que na referida obra se encontrem desabafos como: "Tanto padre em Espanha!"[187]. Espantavam-lhe a "hipocrisia" e os "falsos costumes" dos habitantes do país vizinho. Dizia que o povo espanhol se regia

---

[182] Moeda de cobre ou alumínio que valia dez cêntimos de pesetas. A expressão remete para algo desprovido de valor.
[183] Brito Camacho, *Impressões de Viagem, Cartas a um jornalista,* Lisboa, Guimarães, 1913, p. 12.
[184] Id., *Ibidem,* p. 16.
[185] Obra resultante de uma série de artigos publicados na *Luta* em finais de 1915.
[186] Brito Camacho, *Op. Cit.,* p. 38.
[187] Id., *Ibidem,* p. 19.

em certos aspectos por falsas aparências que, para o estrangeiro que se cruzava com padres passeando-se com um ar mundano e "fumando o seu charuto", soavam a beatice. Isto levava-o a concluir, sarcasticamente, que a religiosidade espanhola era nos pobres uma tradição e nos ricos um "vício chique"[188]. Até Barcelona, conhecida pelo dinamismo industrial e comercial e pelo fervor reivindicativo e revolucionário, padecia do "mal" católico:

> Dizia-me um cavalheiro com quem travei conversa, uma tarde, no Café Siglo: - *Hespanha sofre de dois grandes males – los curas y los maestros*. Pois em Barcelona *los curas y los maestros teem* a mesma influência que nas outras cidades espanholas, apesar de haver aqui, sempre em actividade, um vulcão revolucionário, que nas suas erupções máximas dá a semana trágica, que foi a causa ou o pretexto do fuzilamento de Ferrer[189].

Embora admitisse que a Espanha era um país incomparavelmente mais rico e desenvolvido do que Portugal, entendia Camacho que o país vizinho não conheceria o progresso enquanto não seguisse o caminho iniciado pelos portugueses em Outubro de 1910, neutralizando padres, bispos e qualquer outro tipo de homem ligado à religião[190]. A este conjunto de observações junte-se as suas impressões não menos negativas acerca de alguns outros locais que visitou. Muitas eram as cidades espanholas que lhe davam vontade de mudar de ares. Huelva era uma cidade desinteressante cuja praça se animava à noite ("E é tudo quanto Huelva oferece... às pernas do visitante"[191]). Sevilha aborrecia-o, apesar de ser uma cidade que facilmente prendia o forasteiro (por escassos dias). Saragoça impressionava pelo seu "ar de decadência, de miséria e porcaria". Córdoba nada guardava da magnificência do período árabe. Tirando a mesquita, não havia monumento ou edifício digno de ser visto. Em Granada, o que lhe saltava à vista eram os bairros de lata: "Os pobres enxameiam e não desistem à primeira recusa"[192]. Nem as mulheres espanholas escapavam ao seu julgamento. O que realmente o ensimesmava em Córdoba era a fealdade das mulheres: "Faz-me impressão a quantidade de mulheres barbadas que aqui há, algumas de passa-piolho, e quase todas com uma penugem aveludada no

---

[188] Id., *Longe da Vista,* Lisboa, Guimarães, 1918, p. 45.
[189] Id., *Luta*, Lisboa, nº 3585, 10/12/1915, p. 1.
[190] *Ibidem.*
[191] Id., *Longe da Vista,* p. 12.
[192] Id., *Ibidem,* p. 92.

lábio superior, talvez para enganar a gente, quem sabe?"[193]. Raras eram as mulheres verdadeiramente bonitas, "essas espanholas que nos obrigam a parar para as fixarmos bem". Em Madrid, a mulher bonita era um pouco "ave rara"[194].

Se nada mais se dissesse acerca das visitas de Camacho a Espanha, ter-se-ia obrigatoriamente de colocar o autor entre os que aproveitavam qualquer momento para maldizer a Espanha. Acontece que o director da *Luta* não se limitou a denegrir o país vizinho e os seus habitantes. Apresentado pela imprensa da época como um "amigo" da Espanha, era o primeiro a sublinhar que existiam diversos motivos para que os dois países se procurassem juntar em áreas como a economia. Por serem muito desenvolvidas em termos industriais e comerciais, cidades como Barcelona ou Valência mereciam o seu respeito e admiração. À semelhança de Barcelona, fonte da riqueza espanhola, Valência era uma região que o resto da Península, e principalmente as muitas cidades portuguesas que ainda não tinham conhecido qualquer tipo de progresso industrial, deveriam imitar[195]. O seu interesse pela Espanha não era somente económico. Apesar das múltiplas críticas e defeitos apontados ao país vizinho, no fim da viagem relatada em *Longe do Olhar* não só prometia voltar quando a guerra acabasse e as pesetas fossem mais baratas, como comentava que saía daquele país com saudades e que, não fosse grande o desejo de visitar alguns países em guerra, ficaria alguns meses mais[196]. Brito Camacho constatava ainda que, com destinos semelhantes, cruzados e ligados pela amizade, Portugal e Espanha necessitavam de aprofundar os laços sem interferências políticas de parte a parte. Sendo um país pouco conhecido em Portugal, considerava que a Espanha merecia ser redescoberta e olhada como parceira e não como uma adversária que congeminava "maquiavélicos" planos de invasão:

> Bem sei que a Espanha nos escravizou durante sessenta anos; mas isso serviu para lhe demonstrar a impossibilidade de nos absorver [...]. Não se pensa hoje, em Espanha, na conquista de Portugal, precária como ainda é a unidade espanhola. [...] Desfeito um sonho de grandeza, que era mais um delírio de Quixotes que uma

[193] Id., *Ibidem,* p. 60.
[194] "A mulher de Madrid é geralmente feia, ou, pelo menos, de uma beleza que deixa muito a desejar." Cf. Id., *Impressões de Viagem*, p. 20.
[195] Id., "Longe da Vista", *Luta*, Lisboa, nº 3580, 5/12/1915, p. 1.
[196] Id., *Ibidem*, nº 3587, 12/12/1915, p. 1.

ingenuidade de Sancho, a Espanha fez exame de consciência, e reconheceu que as suas desgraças eram apenas a consequência dos seus erros[197].

Se basta ao viajante sair da sua terra para começar a sentir diferenças, como pedir a um republicano português que estivesse num país como a Espanha monárquica, sob muitos pontos de vista conservadora, e não manifestasse estranheza em relação aos costumes, tradições, formas de estar ou até em relação ao património artístico-cultural ou, por exemplo, à fisionomia das mulheres espanholas? É evidente que esta é uma questão que poderia ser colocada a respeito de qualquer viajante. Quando se comentou a experiência diplomática de Calvo Asensio em Lisboa (ou de outros diplomatas em Lisboa) ou as viagens a Portugal de Giner de los Ríos ou Rafael de Labra, também se poderia ter notado que estes eram indivíduos para quem a cultura portuguesa era estranha e, talvez por isso, pior do que a do seu país. Da mesma maneira que estes espanhóis não vislumbraram ponta de interesse na arte e na cultura que deste lado da fronteira encontraram, Brito Camacho sentiu a mesma estranheza e decepção em relação ao que viu em Espanha. Os seus não eram uns olhos neutros ou imparciais mas os olhos de um republicano absolutamente crente nos seus ideais. Não lhe era, por exemplo, possível escapar às críticas à religiosidade espanhola. Por outro lado, os textos aqui citados não tinham de obedecer a qualquer regra diplomática. O Brito Camacho que os escreveu era, mais do que o político ou o jornalista, o escritor desobrigado de ser objectivo. Era livre de afirmar que as mulheres espanholas não primavam pela beleza ou que em determinados sítios só via pobreza. Não tendo necessidade de cumprir certas formalidades, não tendo sequer o ensejo de promover qualquer tipo de campanha a favor ou contra uma aproximação ibérica, Brito Camacho escreveu sobre a Espanha sem levantar celeuma em qualquer dos países. O que é então preciso saber é que Brito Camacho, como qualquer pessoa, exerceu na sua vida diferentes papéis, como os de jornalista, político e escritor, e como qualquer outro sustentou opiniões aparentemente contraditórias. Desta maneira, constata-se que o homem que sob tantos aspectos criticou o país vizinho era o mesmo que sustentava que Portugal e Espanha se deveriam coligar. Refira-se que a própria ideia de hispanismo viveu desta contradição que levou diversas personalidades a repudiarem e, simultaneamente, clamarem por alianças ibéricas. Um dos grandes

[197] Id., *Ibidem*, nº 3589, 14/12/1915, p. 1.

hispanistas da primeira metade do século XX, Fidelino de Figueiredo, recorria inclusive a uma imagem ilustrativa dessa contradição que, no fundo, não era impeditiva de qualquer aliança: a imagem das duas Espanhas, a boa e a má, a provinciana e a desenvolvida, a conservadora e a progressista.

Concluindo, a relação de Brito Camacho com a Espanha não foi linear. Não se está na presença de um iberista ou hispanista. Mas o fundador da *Luta* bateu-se pelas boas relações ibéricas e é possível afirmar que foi uma personalidade que contribuiu para a aproximação peninsular, ainda que o seu contributo tenha sido pequeno se se tiver em conta que ocupou cargos políticos assaz relevantes (e dirigiu um dos mais importantes jornais republicanos), sem no entanto ter passado das palavras aos actos. Brito Camacho foi alguém que por mais do que uma vez repudiou a existência de qualquer "perigo espanhol". Assumia que, depois da perda das suas últimas colónias, o país vizinho deixara de ter capacidades para entrar no futuro crendo que a via militar seria a mais indicada para se relacionar com o exterior. Não acreditando numa ameaça espanhola e, por outro lado, vislumbrando possibilidades de aliança entre Portugal e Espanha, tanto a nível económico como intelectual este é, por conseguinte, um homem que, sem se interessar pelo tema hispanista, ajudou a encurtar distâncias entre os dois países.

2. 3. O que foi o hispanismo?

Impõem-se algumas questões antes de prosseguir. Referiu-se que o iberismo perdeu a sua conotação política (até pela forma estridente como em Portugal eram rejeitadas muitas das propostas que visavam uma união ibérica), dando lugar a formulações ditas hispanistas. Pergunte-se então: em que consistiu o hispanismo ou hispanismos e quais os seus pontos de contacto? Que autores mais se aproximaram e se afastaram na teorização destes hispanismos? De que forma é que um iberismo cultural, e não político, poderia contribuir para salvar a Península? Era o hispanismo uma salvação para as crises dos dois países?

No *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*, o "hispanista" surge como a pessoa versada na língua e na cultura espanhola. Mas essa definição parece-se com a de Alfred Morel-Fatio, francês de finais do século XIX que definia o hispanista como aquele que se dedicava ao estudo da cultura no sentido mais

amplo[198]. Rafael Altamira viria a propor a distinção entre hispanistas, ou amigos do mundo hispânico, e hispanólogos, ou estudiosos do espanhol[199]. Certo é que, sendo um conceito dotado de um fundamento claramente filológico, uma vez que se orienta originariamente para o estudo da civilização[200], o hispanismo não deixa de ter um sentido amplo. Interdisciplinar, não está limitado a uma época, nem a um tema, e engloba a história, a filosofia, a literatura e as instituições políticas e culturais[201].

Se bem que os países ibéricos tenham conhecido vários tipos de crise desde o começo das suas histórias contemporâneas, foi a partir de finais do século XIX que se desencadeou em Portugal e Espanha uma forte corrente de pessimismo. Tendo instalado um sentimentos de derrota em ambos os países, as crises finisseculares levaram a que as novas propostas de regeneração iberistas partissem de um reconhecimento de fraqueza mútua, de uma aceitação de que qualquer laço que se pudesse criar, por exemplo, entre a Península e as ex-colónias americanas só se construiria a partir de outras vias que não a militar ou a política. Como deste lado da fronteira, em Espanha o hispanismo e o hispano-americanismo representam a aproximação cultural e espiritual entre os países ibéricos, e entre estes e as antigas colónias da América. Os espanhóis perderam na guerra com os EUA os últimos restos do seu império colonial nas Caraíbas e no Pacífico (Porto Rico, Cuba e as Filipinas). Desde Dezembro de 1895, altura em que os separatistas cubanos se revoltaram, até 1902, a Espanha gastou cerca de três milhões de pesetas a financiar a guerra[202]. Com as derrotas navais nas Filipinas e em Cuba, os espanhóis revelaram-se incapazes de competir com potências emergentes como os Estados Unidos. O *Desastre* de 1898 penetrou com muita força na imprensa e no discurso político e literário da época, tendo suscitado uma torrente de autorreflexão. A Geração de 98[203] abriu uma ferida na consciência espanhola, evidenciando uma necessidade regeneracionista e um espírito reformista e modernizador (passou-se a ver a Espanha como problema).

---

[198] Ricardo Morales, "Presentación", *Historia Contemporánea*, Bilbau, Universidade do País Basco, nº 20, 2000, p. XV.
[199] Cf. Rafael Altamira, *De Historia y Arte,* Madrid, Victoriano Suárez, 1898.
[200] Nos seus inícios, o hispanismo tinha uma significação análoga a galicismo, anglicismo ou latinismo.
[201] Julio Arostegui, "El Observador en la tribu (los tratadistas extranjeros y la história española)", *Historia Contemporánea*, Bilbau, Universidade do País Basco, nº 20, 2000, p. 9.
[202] Mariano Esteban de Vega, "Decadência, «Desastre» y Regeneración en la España de Fin de Siglo", *Los Fines de Siglo en España y Portugal. II Encuentro de Historia comparada,* Editado por Mariano Esteban de Veja e Antonio Morales Moya, Jaén, Universidade de Jaén, 1999, p. 62.
[203] A Geração de 98 foi constituída maioritariamente por escritores, poetas ou ensaístas espanhóis que pretendiam dar novo alento às letras espanholas e colocar a Espanha numa proeminente posição intelectual e literária. Ángel Ganivet ou Miguel de Unamuno são conhecidos como precursores da Geração de 98.

Hispanidade foi uma expressão que em Espanha foi por vezes usada como sinónimo de hispanismo ou hispano-americanismo. Atenta Abelardo Bonilla[204] que uma das primeiras vezes em que se fez referência à expressão hispanidade foi em *Idearium Español* (1898), de Ángel Ganivet[205]. Encarando com optimismo as possibilidades do seu país, e sugerindo que uma nação não se media apenas pelo tamanho da sua população nem pela extensão do seu território, mas também pela grandeza da sua acção na história[206], o escritor e diplomata granadino defendia nesta obra lançada no rescaldo do *Desastre* que, apesar dos reveses sofridos, os espanhóis ainda tinham capacidades para se regenerarem cultural e espiritualmente. No seu livro expressava a necessidade de construir a nação em torno do conceito romântico de espírito do povo[207]. Embora não ignorasse a relevância do "espírito territorial", do "espírito guerreiro" e do "espírito jurídico" para a definição do carácter nacional espanhol, Ganivet batia-se pela ideia de que o "espírito artístico" era uma rede nervosa que tudo enlaçava, unificava e movia[208]. Não era por acaso que concedia importância à arte: a Espanha, enfraquecida pela derrota de 1898, já não tinha do seu lado o Direito ou a força militar. Restava-lhe o legado cultural e espiritual. Desta maneira, afirmava Ganivet que a síntese espiritual de um país era a sua arte, e que os elementos que compunham o espírito artístico espanhol eram a religião, o misticismo e o cavalheirismo[209]. O misticismo correspondia a uma exaltação poética sempre presente na vida espanhola, e o espírito religioso, que era uma espécie de exaltação da acção, fazia parte do código genético espanhol depois de séculos de contacto com os árabes[210]. Quanto ao cavalheirismo, dizia que não existia nada na arte espanhola que se sobrepusesse ao Quixote, o "maior" dos conquistadores[211]. Ganivet tinha consciência de que, tendo de fazer esquecer um passado colonizador, manchado de sangue, o espírito espanhol nascido do *Desastre* só poderia assumir uma natureza

[204] Cf. Abelardo Bonilla, "Concepto histórico de la hispanidad", *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, Instituto de Cultura Hispánica, nº 120, 1959, pp. 247-254.
[205] Para a visão cosmopolita de Ángel Ganivet deve ter contribuído o tempo que trabalhou no consulado espanhol em Antuérpia (1892-1896), Helsínquia (1896-1898) e Riga, cidade onde acabou por falecer em 1898.
[206] Ángel Ganivet, *Idearium Español*, 2ª ed., Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1905 [1ª ed. 1897], p. 15.
[207] David Marcilhacy, *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginário nacional en la España de la Restauración,* Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010, p. 41.
[208] Ángel Ganivet, *Op. Cit.,* p. 73.
[209] Id., *Ibidem,* p. 75.
[210] Id., *Ibidem*, p. 17. Observe-se que já Oliveira Martins e outor autores tinham sublinhado estes aspectos.
[211] Id., *Ibidem*, p. 79.

intelectual, cultural e literária. Cervantes e o seu Quixote, conquistador louco e sonhador, representavam o idealismo, uma vontade de ser maior, de conquistar sem invadir, sem ferir o outro, de ser grande utilizando só a língua e o pensamento. Ganivet assumia uma posição cosmopolita, defendendo uma aliança intelectual e sentimental entre espanhóis, portugueses, brasileiros e os habitantes das antigas colónias espanholas. Ainda assim, afirmava que a Espanha deveria olhar para o mundo de forma moral e cristã, não pondo de parte as heranças árabe, judaica e castelhana. Ganivet era, então, liberal no que propunha sem deixar de partir de pressupostos enraizados numa moral composta por várias heranças que supostamente fariam parte do que dizia ser a "constituição ideal de Espanha"[212].

Ganivet não enjeitava completamente o iberismo. Entendia que Portugal e Espanha deveriam ser um só país, que só por antipatia dos portugueses não havia uma união ibérica. No seu entendimento, a união de duas nacionalidades distintas numa só nação não poderia ter fim mais útil e humano que o aproximar de diversas civilizações (para que daí resultasse uma renovação espiritual). Contudo, como se viu, Ganivet acercava-se do iberismo cultural e, para evitar disputas pouco profícuas entre as elites dos dois países, punha de lado a união com Portugal. Ou melhor, aceitava a separação entre Portugal e Espanha enquanto fosse essa a vontade dos portugueses. A aliança ibérica por si prodigalizada não justificava disputas porque, na sua perspectiva, as causas da separação ibérica residiam na antipatia histórica entre Portugal e Castela. Portanto, insistia Ganivet na ideia de que urgia enterrar para sempre o espectro da unidade política e aceitar sem maquiavelismos a separação dos dois países, até para evitar que Portugal procurasse apoios fora da Península, nomeadamente junto da Inglaterra[213]. Não se pense que Ganivet era um simples iberista acomodado à ideia de não poder tornar os portugueses espanhóis. Profundamente marcado pela derrota espanhola em Cuba, quis repensar o seu país de forma a adaptá-lo a uma nova realidade, de forma a tornar cada vez mais real a ideia da fraternidade entre "povos irmãos", ligados pela história, pela raça, pelo idioma, pela religião, pela cultura e pelos interesses económicos[214]. Por que motivo não se poderiam, afinal, coligar a Espanha e as suas ex-colónias com Portugal e o Brasil a partir deste fundo comum, dando origem a uma força que ombreasse com algumas

---

[212] Id., *Ibidem,* p. 3.
[213] Id., *Ibidem,* p. 113.
[214] Id., *Ibidem,* pp. 123-124.

das principais potências europeias da época? O ano de 1898 foi não só de crise para a Espanha mas também para o próprio Ganivet, que se suicidou. *Idearium Español*, também lançado nesse ano, assinalou o início de uma forma diferente de pensar o lugar da Espanha no mundo. É um livro profundamente marcado por um sentimento de derrota. Mas é ao mesmo tempo um livro que iluminava o presente com uma esperança de futuro. Esta obra acabou por ter uma grande importância para autores vindouros que rejeitavam a apatia e propunham uma mudança assente na vontade e na acção, numa acção espiritual e moral.

Ganivet e Oliveira Martins deram, cada um à sua maneira, um contributo fundamental para que o iberismo tivesse ganhado novos sentidos. A influência das suas obras viria a ser grande num considerável número de autores. Décadas após a publicação da *História da Civilização Ibérica* (1879) ou de *Idearium Español* (1898), Martins e Ganivet continuaram a ser duas das maiores referências hispanistas. Conquanto não tenha teorizado directamente sobre conceitos como hispanismo ou hispano-americanismo, Oliveira Martins foi dos primeiros portugueses a deslocarem a problemática das relações com a Espanha (e com o Brasil) para uma dimensão cultural. Para além de ter vivido quatro anos na Andaluzia (1870-1874), colaborou com a *Revista Ocidental* (1875), idealizada por Jaime Batalha Reis, Antero de Quental e ele próprio, com o objectivo de promover uma "renascença" cultural dos povos latinos europeus e ibero-americanos. Acrescente-se que a *História da Civilização Ibérica* foi a primeira visão integrada da História de Portugal e Espanha nas suas grandes tendências civilizacionais[215].

Em livros como *Teoria do Socialismo* (1872) e *Portugal e o Socialismo* (1873), em que Proudhon assomava como a sua principal influência, Oliveira Martins começou por ser apologista de uma República social e federalista[216]. O seu socialismo associava-se a uma questão moral, na medida em que, como nota Matos Ferreira, assumindo o socialismo como a encarnação do Espírito, o que determinava as suas considerações sobre a religião era a capacidade de colocar o homem no patamar do

---

[215] Sérgio Campos Matos, "Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal", in J. P. Oliveira Martins, *Historia de la Civilización Ibérica*, Pamplona, Urgoriti Editores, 2009, p. 12.

[216] O federalismo representava nesta altura para Martins o equilíbrio entre a liberdade individual e a autoridade social. Era a alternativa à democracia jacobina do povo, que descambava sempre em tiranias cesaristas. Cf. Rui Ramos, "A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVII (2.º e 3.º), 1992 (n.º 116-117), p. 498.

progresso[217]. Mas o malogro da República federal em Espanha levou-o a distanciar-se do federalismo e a tornar-se muito crítico do republicanismo[218].

Em *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença* (1872), obra escrita na juventude, Martins definia Portugal como uma "nação moral". A nação era determinada por um sentimento moral, o patriotismo[219]. Esta ideia seria retomada em *História da Civilização Ibérica*. Na obra que se acaba de referir, defendendo que a origem dos povos ibéricos nascia da combinação dos berberes do Norte de África (líbio-fenícios) com a influência dos romanos, o historiador realçava a ideia de génio ou alma peninsular. O génio peninsular resultava da diversidade de raças, tradições e instituições existentes ao longo dos séculos na Península Ibérica[220]. Primeiramente, referia Martins, a organização republicana imposta pela expansão romana trouxe coesão aos povos da Península, fazendo dos Iberos uma nação dotada de espírito guerreiro vencedor, e instituiu em Espanha as suas instituições, suprimindo a tribo e implantando o Estado[221]. Destacando-se pelo seu carácter social e administrativo, a romanização da Espanha foi, ainda segundo Martins, o facto capital da história peninsular, visto ter arrancado a Espanha de África para a Europa e transformado um povo semibárbaro e quase-nómada numa nação europeia, isto é, numa reunião de homens congregados por um costume de instituições fixas e gerais, e unidos, não só por um pensamento moral, mas de igual modo por laços de cariz civil, político, militar e intelectual[222]. Com a Espanha visigótica veio uma autoridade religiosa e uma superioridade que era a base da nação, o fundamento da soberania dos reis que eram chefes ungidos pela Igreja[223]. Posteriormente, das revoltas na Península contra os invasores árabes, nasceu "um génio andante"[224].

---

[217] António Matos Ferreira, *O Pensamento de Oliveira Martins Sobre Religião*, Tese complementar para provas de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 2005, p. 19.

[218] Sérgio Campos Matos, ""Portugal e Brasil": crónicas esquecidas de Oliveria Martins", *J. P. de Oliveira Martins – Portugal e Brasil,* Introdução e notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, p. 12.

[219] Rui Ramos, "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXII (140), 1997 (1º), p. 120.

[220] J.P. Oliveira Martins, *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Ed., 1954 [1ª ed. 1879], p. 208.

[221] Id., *Ibidem*, p. 40.

[222] Id., *Ibidem,* p. 61.

[223] Id., *Ibidem*, p. 82.

[224] Id., *Ibidem*, p. 115.

O misticismo na Península tinha uma origem espontânea, era moral e não religioso[225]. Na Idade Média este misticismo reflectira-se na luta contra os sarracenos e na literatura cavalheiresca. Durante os Descobrimentos, na sua ânsia de independência, os povos da Península quase tinham alcançado o estatuto de deuses para realizarem feitos heroicos[226]. "Heróis" como Colombo ou Carlos V "encontraram na alma a fé ardente que excedia os meios humanos"[227]. No peito dos grandes homens portugueses, guerreiros e justos, pulsava uma "alma" cantada por Camões[228].

A favorecer uma aliança (ou "união de pensamento e acção" que favorecesse a independência dos governos[229]) com a Espanha estavam, portanto, os elementos étnicos comuns a Portugal e Espanha. O heroísmo, o idealismo e o entusiasmo religioso, traços do génio nacional, eram comuns aos povos ibéricos[230]. Oliveira Martins acreditava que a conformidade do génio, de instituições sociais, de missão e de percurso históricos militava a favor de uma aliança entre os dois povos ibéricos, que respeitasse a independência de cada país, para resistir à asfixiante hegemonia saxónica[231].

Martins procurou pensar Portugal como destino. Importou-lhe perceber de que modo é que uma nação em decadência desde os Descobrimentos poderia mudar ou renascer sem perder as suas raízes fundadoras. Afirma Fernando Catroga que, apesar do Portugal contemporâneo de Martins ser decadentista, vislumbra-se sempre a possibilidade de regeneração, e que o seu cesarismo, por exemplo, mais não é do que o fortalecimento do sentimento colectivo numa luta ascendente[232]. Aplique-se esta perspectiva de Catroga à *História da Civlização Ibérica.* O passado ibérico era visto numa óptica de futuro. Importava compreender como é que Portugal evoluíra até ao presente, como é que a grandeza da civilização ibérica, que tivera o seu auge nos Descobrimentos e se esfumara, poderia ressurgir. Tendo em perspectiva o futuro,

---

[225] Cf. Id., *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença,* Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891 [1ª ed. 1872], p. 2.
[226] Id., *História da Civilização Ibérica*, p. 217.
[227] Id., *Ibidem*, p. 242.
[228] Contudo, Martins entendia que, depois da expansão do século XVI, as sociedades peninsulares tinham sucumbido. Cf. Rui Ramos, "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXII (140), 1997 (1º), p. 138.
[229] Oliveira Martins, *Dispersos,* tomo II, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 216.
[230] Carlos Maurício, *A Invenção de Oliveira Martins - Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960),* Lisboa, INCM, 2005, p. 109.
[231] Id., *Ibidem*, p. 83.
[232] Fernando Catroga, "História e ciências sociais em Oliveira Martins", *História da História em Portugal sécs. XIX-XX,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 177.

soluções, caminhos para o país, o historiador era, antes de mais, um cidadão. E ao exercer a sua cidadania, cruzava saberes, disciplinas, das quais se podem destacar os estudos literários, a psicologia, a economia, a etnologia e a arqueologia.

Oliveira Martins procurou escrever uma história da civilização ibérica a partir das suas grandes tendências, e não a partir dos nomes, das datas, dos governos ou das grandes obras. Considerava que, para além do estudo do meio físico e do emprego do método analítico-dedutivo, a abordagem das sociedades exigia o estudo da vida colectiva, orgânica e moral, a intuição do destino que as animava[233]. Ao historiador não bastava esclarecer os factos do passado, tinha também de retirar lições morais da história. Animado pela lei darwinista da selecção, julgava que certas raças estagnavam, outras eram subjugadas, e só a raça ariana, conquistadora, mantinha viva a civilização. A grande glória portuguesa e espanhola residia no contributo dado pela expansão ultramarina para a realização da história universal. Todavia, uma vez executada a sua missão história, Portugal e Espanha tinham entrado em decadência. Mas tal decadência não era irreversível[234]. Apesar de pessimista e de influenciado por leis darwinistas, Martins não considerava o seu país condenado ao fracasso em que vivia.

A esperança regeneracionista de Oliveira Martins viria a influenciar inúmeros portugueses e espanhóis do século XX que, tendo lido a *História da Civilização Ibérica,* acreditavam que o futuro ibérico passava por uma aproximação ao Brasil e às ex-colónias espanholas. Dir-se-ia até que a obra de Martins encarnava mais o espírito hispanista do que a de Ganivet. Se é verdade que o pensamento hispanista de Ganivet e de Martins tendia a convergir na sua essência — ambos defenderam que, a partir de um fundo histórico e cultural comum, duas nações decadentes se poderiam unir espiritualmente e talvez até competir com outras potências[235]—, não menos verdade é que o autor espanhol tinha dificuldade em aceitar que Portugal e Espanha fossem países diferentes. Se a separação política dos dois países era inquestionável para Martins, o granadino aceitava com tristeza que uma velha e sempre acesa antipatia impedisse a existência de uma Península una. O que se depreende uma vez mais é que a aceitação de que a via a seguir pelos países ibéricos deveria ser hispanista (seguindo

[233] Carlos Maurício, *Op. Cit.,* p. 21.
[234] Id., *Ibidem,* p. 41.
[235] Se bem que *Idearium Español* fosse uma espécie de reacção a uma catástrofe e um programa para o futuro, Ángel Ganivet, à semelhança de Martins, partia de um passado mítico, habitado por heróis, e procurou deslocar a problemática das relações ibéricas para uma dimensão cultural.

aproximações culturais, intelectuais ou económicas), em vez de iberista (que visava a união ibérica em termos políticos), muito se devia ao facto de se saber que as elites políticas e intelectuais portuguesas tinham imensa dificuldade em ouvir qualquer proposta que visasse uma união política.

Um espanhol a usar o termo hispanidade num sentido histórico-cultural foi Miguel de Unamuno, que apontava para uma unidade do mundo hispânico, composto pela Espanha e pelas nações de ascendência espanhola. Embora tenha sido influenciado por Oliveira Martins e Ganivet, a base da unidade do mundo hispânico por si prodigalizada não se fundava na etnia, nem na religião, nem na política, mas na língua castelhana. A língua representava para Unamuno a produção peculiar de um povo, a expressão do espírito do povo. A língua encontrava-se intrinsecamente ligada à experiência histórica de um povo. Era uma herança cultural que se transmitia de geração em geração. Nascido no País Basco e doutorado com uma tese intitulada *La raza vasca y el vascuense* (1886), Unamuno descartava os argumentos nacionalistas bascos, baseando-se em argumentos filológicos. Considerando o basco inacessível para a maioria dos cidadãos que falavam castelhano, defendia a utilização de uma língua de fácil acesso[236]. Assim, todo aquele que falasse espanhol estaria dentro da hispanidade, dado que a língua e o estudo da literatura hispano-americana representavam os fundamentos da única aliança que poderia juntar povos diversos. E por isso, embora rejeitando a ideia de "raça hispânica", Unamuno defendia a existência de uma "raça espiritual"[237]. Conceito dinâmico, em devir, que remetia para uma transnação, a sua hispanidade englobava as nações que falavam espanhol, Portugal e o Brasil[238]. Unamuno fazia da hispanidade uma categoria histórica que remetia para uma unidade espiritual, uma alma una num território atravessado por contradições. Partidário da promoção de uma comunhão espiritual que respeitasse a singularidade das principais nações peninsulares (Castela, Catalunha e Portugal), Unamuno opunha-se a campanhas iberistas que propunham a unidade das diferentes regiões ibéricas (incluía nessas campanhas a via federalista). Para si, a pátria era a

---

[236] Entrevistado por António Ferro, Unamuno recorria ao argumento de que a utilização de uma língua de fácil acesso a diferentes povos seria mais útil para a cultura ibero-americana. Mais valia escrever numa só língua do que ficar encerrado numa língua pouco acessível. Cf. António Ferro, *Prefácio da República Espanhola,* Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933, p. 172.

[237] Luis Barahona, "Unamuno e Hispanoamerica", *Revista de filosofía de la Universidad de Costa Rica*, São José, Costa Rica, vol. 5, nº 17, Julho-Dezembro de 1965, pp. 53.

[238] Pedro Carlos González Cuevas, "Hispanidad", *Diccionario político y social del siglo XX español*, Dirigido por Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, Madrid, Alianza Editorial, 2008, p. 617.

língua. Quanto à realização política da pátria, Unamuno pensava que o ideal para a Espanha era a existência de um Estado unitário e não de uma federação, já que aquele representava a língua nacional. A língua espanhola era a única comum a todos os espanhóis, ainda que se falassem outras línguas[239]. Quanto à língua portuguesa, afirmava que em nenhum momento duas nações distintas precisavam de falar línguas iguais, mas acrescentava que, se se confirmasse a expansão linguística do espanhol para territórios portugueses, tal não seria problema, pois haveria uma penetração mútua: o espanhol aportuguesar-se-ia e vice-versa[240].

Qual a posição de Unamuno face à dissolução do império espanhol? É necessário notar que o contacto de Unamuno com a cultura americana teve muitas facetas: amizades pessoais com inúmeros escritores, o conhecimento de textos americanos, a posse de uma das mais importantes bibliotecas americanas de Espanha e a sua colaboração com periódicos e revistas americanas, sobretudo com *La Nación* e a *Caras y Caretas.* O hispanismo (ou hispanidade, termo a que recorria) de Unamuno nascia em grande medida da amizade, das viagens que realizou, em suma, do seu cosmopolitismo. Entre 1901 e 1906, trabalhou no periódico madrileno *La Lectura* como redactor de uma secção intitulada "De Literatura hispanoamericana", actividade que o pôs em contacto com as obras literárias produzidas na América. Para além disso, como se poderá atestar em *Epistolário Americano* (1996)[241], correspondeu-se com várias figuras, das quais se podem destacar o escritor uruguaio José Enrique Rodó, autor de *Ariel* (1900)[242], Ruben Darío, o poeta mexicano Amado Nervo, a poeta uruguaia Juana de Ibarbourou, o escritor venezuelano Rufino Blanco Fombona ou o escritor argentino Adolfo Martínez Zuviría, que publicava os seus livros sob o pseudónimo de Hugo Wast.

A sua relação com os portugueses foi igualmente marcada pela amizade e pelas estadias em Portugal[243]. A sua visão lusitanista, centrada na alma e na paisagem,

---

239 Virginia Santos-Rivero, *Unamuno y el sueño colonial,* Madrid, Iberoamericana, 2005, p. 76.
240 Id., *Ibidem,* p. 80.
241 Miguel de Unamuno, *Epistolario Americano (1890-1936),* Salamanca, Ed. de Laureano Robles, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996.
242 Livro que se tornou referência para os autores americanos. Opunha-se uma raça anglo-saxónica com os seus valores individualistas e utilitários a uma raça espanhola universalista e idealista.
243 Unamuno conheceu pessoalmente Guerra Junqueiro em 1898. Conheceu Pascoaes em 1905, em Salamanca. A primeira vez que Unamuno esteve em Portugal foi em 1904, tendo visitado Coimbra e conhecido Eugénio de Castro e Manuel da Silva Gaio, inspirador de António Sardinha. Dois anos depois esteve no Porto. Em 1907, em Portugal pela terceira vez, ficou em casa de Pascoaes. Em Novembro de 1908, na sua quarta passagem por Portugal, visitou pela primeira vez Lisboa mas a sua impressão da capital não foi a melhor. Passou também por Coimbra, pela Guarda e encontrou Manuel

no amor e na tragédia, no "murmúrio de poetas e sombras históricas"[244], pretendia conduzir os leitores à compreensão da alma portuguesa. Unamuno fazia um esforço de penetração sentimental no povo português, dando ênfase ao lirismo e tragicidade dos lusitanos, algo que estaria ligado a uma forma de pensar poética e pouco lógica[245]. O autor de *Por Terras de Portugal e de Espanha* (1911) referia-se aos portugueses como um povo que não sabia senão chorar ou troçar[246], e que se divertia mas como se dissesse "vamos comer e beber, porque amanhã morreremos"[247]. Afirmava que a literatura portuguesa, caracterizada pelas notas amorosa e elegíaca, era atravessada por dor e pessimismo e por um tom de desespero resignado ou de resignação desesperada[248]. Melancólico, suicida, o povo português possuía uma literatura triste:

> Suicidaram-se Antero, Soares dos Reis, Camilo…; suicidou-se também Mouzinho de Albuquerque, em quem muitos esperavam ver ressurgir algum dos seus antigos heróis da epopeia camoniana. No ano corrente, suicidaram-se duas ou três pessoas conhecidas, entre elas Trindade Coelho. E digam-me: a morte de Buíça, não foi a rigor um suicídio?[249].

Unamuno não foi o único espanhol impressionado com o carácter trágico dos portugueses. Também Rafael de Labra falava acerca da melancolia e dos suicídios em Lisboa. Este foi um tópico comum a vários intelectuais espanhóis. Outro autor muito conhecedor da realidade portuguesa, o federalista catalão Ribera i Rovira, diria que o suicídio era uma enfermidade contagiosa em Portugal, especialmente entre as classes populares e a juventude. Rovira comparava a tristeza dos portugueses à dos galegos. A nostalgia, a *añoranza* e a saudade eram dores partilhadas por ambos os povos, embora entre os portugueses a nostalgia e a saudade ganhassem um sentido

---

Laranjeira. Em 1909 esteve em Viseu, em Leixões e no Porto, tendo subido o Douro. Em 1914 visitou a Figueira da Foz. Depois de 1914, Unamuno só voltou a Portugal em 1935, como convidado da embaixada cultural promovida por António Ferro. Cf. João Medina, *Ortega y Gasset no Exílio Português (1942-1955). O filósofo espanhol no "reino cavernoso" de Salazar (com um excurso sobre a lusofilia d M. de Unamuno*), Lisboa, Centro de História da FLUL, 2004.

[244] Julio Garcia Morejón, *Unamuno y Portugal*, Madrid, Cultura Hispanica, 1964, p. 76.

[245] António Bartolomeu Jácomo Ferreira, *El "Iberismo Filosófico" en la perspectiva de Miguel de Unamuno,* Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, Facultad de Filosofía, 2002, p. 25.

[246] Miguel de Unamuno, *Por Terras de Portugal e de Espanha*, Lisboa, Nova Vega, 2009 [1ª ed. 1911], p. 16.

[247] Id., *Ibidem*, p. 67.

[248] Id., *Ibidem,* p. 16.

[249] Id., *Ibidem*, p. 71.

depressivo e pessimista, resvalando muitas vezes para o suicídio[250]. É de recordar que na obra de um dos amigos portugueses de Unamuno, o médico-escritor Manuel Laranjeira[251], se forneciam pistas para a compreensão deste pensamento trágico nacional. Laranjeira observava que o suicídio tinha um peso determinante para o entendimento do modo como se vivia em Portugal, "entidade dotada de características psicológicas[252]. Num livro como *Pessimismo Nacional,* este escritor que se viria a suicidar em 1912 confessava que, numa terra onde homens de génio como Antero de Quental, Camilo e Soares dos Reis tinham de recorrer ao suicídio como solução final de uma existência de luta inglória e sangrenta, numa sociedade onde o pensamento representava um capital negativo, num povo cuja minoria intelectual se via condenada a cruzar os braços de inércia, respirava-se desalento, mal-estar colectivo e cepticismo, e o suicídio da raça tornava-se inevitável perante tanto marasmo[253]. Para Laranjeira, o suicídio resultava de frustrações acumuladas, de fracassos vários, da ausência de expectativas para os intelectuais e para o próprio país. Entre as razões encontradas por Laranjeira para explicar o caminho que levava a este suicídio da raça estavam a falta de civilidade, de instrução e de cultura do povo[254].

O contacto com Laranjeira, sobre quem Unamuno escreveria que foi a pessoa que mais o ensinou a ver ou a perceber a alma trágica do Portugal profundo[255], terá certamente auxiliado o espanhol a conhecer Portugal. Como Laranjeira, Unamuno vislumbrava o desalento, a inércia e o mal-estar de uma minoria intelectual portuguesa que parecia fadada a um fim trágico. E o Portugal profundo a que se referia Unamuno era o que Laranjeira descrevia como pouco instruído e civilizado.

---

[250] Ribera i Rovira, *Portugal y Galicia nación, identidad étnica, histórica literaria, filológica y artística*, Barcelona, R. Tobella, 1911, p. 26. Rovira sublinhava um fundo étnico comum existente entre portugueses e galegos, que dava margem para uma futura união integrada num panorama mais vasto de aproximação ibérica. Certos jornais como o madrileno *Imparcial* acusá-lo-iam de tentar persuadir Portugal a invadir a Galiza. Cf. Eduardo Mayone Dias, *Menéndez Pelayo e a literatura portuguesa,* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975, p. 23.

[251] Laranjeira conheceu Unamuno em 1908 e desde aí com ele se começou a corresponder. Cf. Manuel Laranjeira e Miguel de Unamuno, *Cartas,* Lisboa, Portugália Editora, 1943.

[252] Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, *História de Portugal*, Dirigido por José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Estampa, 2001, p. 275.

[253] Manuel Laranjeira, *Pessimismo Nacional*, Lisboa, Contraponto, 1955, p. 8.

[254] Considerava Laranjeira que, civilizado apenas na aparência, quatro quintos do povo português não sabia ler nem escrever e que outro dos males da sociedade portuguesa residia na desagregação da personalidade colectiva, no abafar do sentimento de interesse nacional pela confusão do interesse pessoal. Vislumbra-se, no entanto, algum optimismo na obra de Laranjeira. O povo português, nunca antes ensinado a ter uma consciência cívica e a conhecer os seus direitos e deveres, não estava condenado a viver de maneira decadente. Urgia refundir a sociedade portuguesa na sua totalidade. Cf. Id., *Ibidem*, p. 27.

[255] Miguel de Unamuno, "Prefácio", in Manuel de Laranjeira, *Cartas*, Lisboa, Relógio d'Água, 1990, p. 10.

Percebe-se, através destes pequenos exemplos, que os contactos que os diferentes autores estabeleceram entre si, através de viagens (que podiam ir desde a simples visita turística à participação em congressos científicos) ou da simples troca de correspondência, contribuíram sobremaneira para a formulação do ideal (ou dos ideais) hispanista. Só em Portugal, Unamuno privou com Laranjeira, Junqueiro, Pascoaes ou Silva Gaio, e esteve no Porto, em Coimbra, na Guarda e em Lisboa. É claro que sem amizade e cruzamentos intelectuais não havia hispanismo. Os autores ditos hispanistas eram amigos, conheciam-se, colaboravam nos mesmos periódicos, recorriam a vocábulos como "irmão" ou "amizade" para expressarem os seus sentimentos em relação ao país vizinho.

Um dos portugueses com quem Unamuno partilhou laços de amizade foi Teixeira de Pascoaes. Os dois cultivaram uma relação de grande proximidade, e a prová-lo está o facto de terem trocado correspondência, com várias interrupções, entre 1905 e 1934. Na introdução a *Epistolário Ibérico,* José Bento definiria o conjunto de cartas que trocaram como um diálogo entre escritores ibéricos que alcançaram um entendimento de uma profundidade quase inédita entre um português e um espanhol[256]. Para parafrasear Bento, dir-se-ia que o próprio hispanismo de Unamuno não parece ter sido outra coisa que não uma busca de entendimento profundo e afectivo entre espanhóis, portugueses e americanos.

Pascoaes sentia admiração pela obra de Unamuno. Não havia palavra que lhe dirigisse que não fosse afectuosa, mas tal não o impedia de exercer um espírito crítico. Numa recensão a *Por Terras de Portugal e de Espanha* publicada na *Águia*, em que apelidaria o seu autor de "espírito prodigiosamente fecundo" cuja actividade intelectual se exercia em "todas as regiões da inteligência", o poeta natural de Amarante diria que, se bem que pintasse a terra lusitana como se nela tivesse nascido, Unamuno nunca poderia ser confundido com um português, visto o seu temperamento ser outro[257]. Para Pascoaes não havia português que conseguisse assimilar completamente a forma de pensar espanhola, assim como não havia espanhol que

[256] José Bento, "Introdução", in *Epistolário Ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes,* Lisboa, Assírio & Alvim, 1986, p. 9.

[257] O espanhol, homem de acção, mármore criado, destacava-se do português, criatura lírica, contemplativa, "névoa criadora". O espanhol era um ser já definido e o português um ser ainda indefinido, ou antes um ser que vivia fora da sua forma e do seu corpo. Por existir uma diferença de natureza "qualitativa" entre o espanhol e o português, um espanhol de verbo "marmóreo" como Unamuno, estando perante algo que, por não fazer parte da sua cultura, lhe era completamente estranho, só poderia ficar encantado e seduzido pela "tristeza" dos portugueses. Cf. Teixeira de Pascoaes, "Um livro simplesmente admirável", *Águia*, Porto, 1ª série, nº 8, Abril de 1911, pp. 15-16.

fosse capaz de compreender a forma de ser dos portugueses. Esta incapacidade interpretativa não fazia dos dois povos menos irmãos, só acentuava a originalidade de cada um. O problema não era de inteligência ou sensibilidade. Os espanhóis não compreendiam a alma portuguesa[258]. Para compreendê-la, afirmava Pascoaes, seria preciso saber o que era a Saudade. O poeta definia-a como a personalidade eterna da raça e a renascença pelo instinto emotivo do povo[259]. Caracterizava-a ainda como algo que se procurara no período Quinhentista e se sebastianizara no período da decadência, para ressurgir no presente[260]. A Saudade constituía uma porta aberta para um futuro de restauração patriótica e filosófica, um estado de alma que guardava para si a força que levaria à regeneração nacional[261]. Pascoaes visava assim atingir o ideal eterno e a unidade portuguesa por intermédio da ascese espiritual[262]. Afirmando a regeneração nacional, o regresso ao esplendor, o extravasar de fronteiras a partir de um fortalecimento da nacionalidade portuguesa que retomaria o espírito dos Descobrimentos, a Saudade era a garantia de salvação do indivíduo e da comunidade. Portanto, quem não compreendia a Saudade não sabia de que era feito e do que era capaz o povo. A bem dizer, os suicidas de que falava Unamuno não conheciam a Saudade e não chegavam a saber o que ser português significava. Pascoaes afirmava até que havia portugueses que não se percebiam a si mesmos, nem entendiam o que ser português simbolizava. Antero de Quental era a seu ver exemplo de alguém que pusera termo à vida sem ter pensado na hipótese de uma filosofia como a da Saudade poder oferecer a chave de um enigma que tentara durante grande parte da sua existência decifrar[263]. Note-se que o tema da diferença de temperamento entre portugueses e espanhóis foi explorado por autores de diversas sensibilidades. Havia uma quase unanimidade (basta percorrer obras aqui citadas como as de Giner de los Ríos, Calvo Asensio, Rafael de Labra, Miguel de Unamuno ou Teixeira de Pascoaes

---

[258] Id., *Ibidem*.
[259] Id., "Renascença (O Espírito da Nossa Raça)", *Ibidem,* vol. 1, 2ª série, nº 2, Fevereiro de 1912, pp. 33-34.
[260] Cf. Id., *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Tip. Costa Carregal, 1912.
[261] Id., "Renascença (O Espírito da Nossa Raça)", *Águia,* Porto, vol. 1, 2ª série, nº 2, Fevereiro de 1912, pp. 33-34.
[262] Maria Luísa Castro Soares, *Nas Encruzilhadas do Século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes*, Vila Real, Centro de Estudos e Letras da Univ. de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2007, p. 49.
[263] Teixeira de Pascoaes, "Um livro simplesmente admirável", pp. 15-16.

para atestá-lo) em torno da ideia de que os portugueses eram melancólicos, soturnos, propensos à introspecção, e que os espanhóis eram activos e extrovertidos[264].

O hispanismo ou iberismo cultural de Teixeira de Pascoaes exprimia-se a partir da união das "almas" e dos "espíritos" ibéricos, espíritos esses contraditórios mas não incompatíveis. Num texto escrito num registo muito próximo do literário, intitulado "Alma Ibérica", rotulava a "Ibéria" de idealista e pessimista, notando que essa dualidade irrompia a todo o momento na paisagem pitoresca ibérica — nos montes asturianos e pirenaicos, na *llanura* castelhana e alentejana, na Lezíria do Tejo, nas Veigas minhotas e galaicas, nos Montes Hermínios ou nos planaltos transmontanos. Até na forma de actuar e de pensar se reflectia esta dualidade. Se, por um lado, os iberos conseguiam agir com uma nobreza imensa, por outro lado, podiam ser desumanos ao ponto de matar touros e queimar hereges[265]. O ibero vivia faminto de imortalidade e sedento de infinito, poderia ser um "Filipe de pedra negra [...] num mendigo castelhano" ou um "fantasma do rei Sebastião num mendigo de Coimbra"[266]. A força hispanista de Pascoaes advinha pois da contradição. Os povos ibéricos, marcados pela heterodoxia, tinham um passado paralelo e a urgência de criar um futuro comum. Esta alma ibérica, marcada pelas contradições, não desvalorizava o carácter heroico de iberos sempre em busca do futuro. Assim, poder-se-ia argumentar que a alma ibérica de Pascoaes encontra correspondência com a alma (ou génio) peninsular de Oliveira Martins.

Como tantos outros hispanistas, Pascoaes tinha os olhos postos no mundo, entendia que Portugal tinha de se abrir ao estrangeiro, a pátrias ditas irmãs (Espanha e Brasil). Embora dissesse que portugueses e espanhóis não se confundiam, que de um lado viviam criaturas contemplativas e do outro criaturas marmóreas, acreditava existir algo, uma alma que não era portuguesa nem espanhola, mas ibérica. Pascoaes viajou por Espanha e correspondeu-se durante meio século com dezenas de espanhóis

[264] Eis outro exemplo do que acaba de se referir: o satirista galego Luis Taboada, turista em Espinho, observava que se os espanhóis eram alegres, faladores, propensos à ira e à discussão, em Portugal sentia-se uma enorme modorra, fazia-se tudo com a maior das calmas. Entrava-se numa loja e o funcionário continuava a varrer o estabelecimento, em vez de atender o freguês. Se o barbeiro espanhol não parava de falar, o barbeiro português era silencioso, circunspecto, como se trabalhasse como cirurgião. No casino, contrariamente ao que faria um espanhol, os portugueses não se mostravam alegres e entregavam-se à meditação. Cf. Luis Taboada, *Portugal en Broma,* [s. l.], Noticiero-Guía de Madrid, 1902, p. 106.

[265] Teixeira de Pascoaes, "A Alma Ibérica", *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos),* Compilação, Introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 285.

[266] Id., *Ibidem,* p. 286. Pascoaes afirmava que a Ibéria tinha duas mães que representavam a sua alma, Soror Mariana e Santa Teresa. Uma profana, outra sagrada, ambas representando o amor humano.

(maioritariamente galegos e catalães), tendo tratado de temas como o nacionalismo, a Saudade, a *anyorança,* a união cultural e o atlantismo com a Galiza[267]. Entre os seus muitos correspondentes encontram-se figuras como Unamuno, D'Ors, Ribera i Rovira, o poeta galego Noriega Varela, o poeta, crítico, tradutor e diplomata Díez Canedo[268] ou o escritor catalão Joaquim Casas-Carbó. Algumas das cartas enviadas por alguns dos seus correspondentes têm muita relevância para a temática hispanista, pois versavam quase exclusivamente sobre a necessidade de aproximação entre Portugal e regiões supostamente oprimidas pelo dito "espírito imperialista castelhano", como a Galiza e a Catalunha. Para dar alguns exemplos, em carta de 28 de Março de 1918, o poeta e editor catalão Fernando Maristany falava de um amor entre catalães e portugueses[269]. O catedrático de Direito e Filosofia Adolfo Bonilla y San Martín perguntava, em carta de 9 de Junho de 1920, quando se convenceriam Portugal e Espanha de que o futuro estava na confederação dos dois países, num casamento de D. Quixote com a Saudade[270]. Em carta de 25 de Abril de 1921, o galego Antonio Villar Ponte salientava que os nacionalistas galegos não queriam nada de Castela, não podiam suportar mais a sua hegemonia, estavam cansados de ver as suas liberdades sacrificadas por gente simplista que nada sabia de paisagem, de arte ou de matérias do espírito, e que se sentiam mais estrangeiros em Madrid ou Sevilha do que no Porto ou em Lisboa[271]. Em 21 de Julho do mesmo ano, Roberto Blanco Torres, redactor-chefe do periódico *Galicia,* enviava uma carta a Pascoaes em que declarava que toda a Galiza estimava o povo português (que tratava como irmão)[272]. Numa carta de 29 de Novembro de 1923, em que convidava o poeta para integrar o núcleo de colaboradores do seu periódico, o jornalista galego Ramón Fernández Mato evidenciava que o jornal por si fundado, *El Pueblo Gallego*, era defensor de uma forte aproximação espiritual entre portugueses e galegos[273]. Constata-se que existia uma

---

[267] Ángel Marcos de Dios, "Prefácio", in Lurdes Cameirão, *Epistolário Espanhol de Teixeira de Pascoaes (Cartas de intelectuais espanhóis a Teixeira de Pascoaes),* Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, pp. 17-19.

[268] Poeta, tradutor e crítico literário, a sua obra caracterizou-se pelo conhecimento da literatura espanhola e americana. Tinha uma ideia estruturada sobre a América. No seu discurso de ingresso na Real Academia Espanhola (1935), intitulado "Unidad y diversidade de las letras hispânicas", definia a língua como factor de unidade de um território diverso. Cf. Enrique Zuleta Alvarez, *La idea de America en el Pensamiento Español Contemporaneo (1900-1936),* Mendonza, Facultad de Ciências Politicas y Sociales, UNC, 1979, Separata do *Boletin de Ciências Politicas y sociales,* p. 18.

[269] Lurdes Cameirão, *Op. Cit.,* p. 240.

[270] Id., *Ibidem,* p. 43.

[271] Id., *Ibidem,* p. 546.

[272] Id., *Ibidem,* p. 32.

[273] Id., *Ibidem,* p. 113.

grande proximidade entre Pascoaes e diversas personalidades catalãs e galegas e que, não obstante não se tenha acesso às cartas enviadas por Pascoaes, é possível perceber que existia uma grande preocupação por parte dos seus correspondentes com o futuro das relações ibéricas. Não poucos se referiam às necessidades de combater o centralismo castelhano e de ligar povos habitualmente marginalizados por Madrid, como os portugueses, os galegos e os catalães.

Pascoaes e Fernando Pessoa encontram-se, em termos bem diversos, entre os portugueses das primeiras décadas do século XX que mais foram influenciados pelo iberismo catalanista. Este iberismo explodiu em 1906, graças ao movimento da *Solidaritat Catalana*, que nasceu regendo-se pelo princípio de que a Catalunha deveria lutar pela sua autonomia[274]. Na *Arte de Ser Português* (1915), Pascoaes opunha-se ao centralismo castelhano, referindo que Portugal resistia havia oito séculos ao poder absorvente de Castela[275]. Esta faceta anti-castelhana de Pascoaes provinha, como sublinha Martínez-Gil, do seu contacto com a cultura catalã e com figuras como Ribera i Rovira, dirigente da União Federal Nacionalista Republicana e director de *El Poble Català*[276]. Em *Atlàntiques* (1913), antologia de poetas portugueses[277], Ribera i Rovira daria vida ao *Anyorantisme*, versão catalã do Saudosismo[278]. Acrescente-se que, em 1918, a convite de Eugeni d'Ors (em nome do Institut d'Etudis Catalans), Pascoaes proferiu umas conferências na Catalunha, que

---

[274] A influência do pensamento catalão em Portugal começou antes. Por exemplo, em 1883, foi fundada em Barcelona a *Ilustración Ibérica*, semanário "científico, literário e artístico" redigido por escritores portugueses, tais como Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Bulhão Pato, Gomes Leal, Eugénio de Castro, Pi y Margall, Pardo Bazán, Ibañez, Eugénio Sellés ou Pompeu Gener, com a intenção de popularizar em Espanha a literatura portuguesa e os conhecimentos a respeito do reino vizinho, e em Portugal, a literatura e a "verdadeira índole" do povo espanhol. A *Ilustración Ibérica* prolongou a sua existência até 1898. Editada por Ramón Solís e dirigida pelo médico Alfredo Opisso, que esteve em Portugal, era um exemplo do iberismo cultural da época. Cf. Víctor Martínez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, Barcelona, Curial, 1997.

[275] Teixeira de Pascoaes, *A Arte de ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, p. 58.

[276] Víctor Martínez-Gil, *A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu*, Nápoles, Liguori, 1997 [1ª ed. 1994], Separata do *Congresso Internacional, Portugal e os mares: um encontro de culturas*, p. 123.

[277] Os poetas antologiados são Garrett, João de Deus, Quental, António Nobre, Cesário Verde, Afonso Duarte, Afonso Lopes Vieira, António Correia d'Oliveira, António Patrício, António Sérgio, Augusto Casimiro, Augusto Gil, Bernardo de Passos, Cândida Ayres de Magalhães, conde de Monsaraz, D. João da Câmara, Eugénio de Castro, Fausto Guedes Teixeira, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Jaime Cortesão, João de Barros, Júlio Brandão, Manuel da Silva Gaio, Manuel Laranjeira, Mário Beirão, Pascoaes e Vasconcelos e Sá.

[278] A correspondência trocada por Rovira e Pascoaes revelava uma grande proximidade de ideias entre os dois no que às relações peninsulares respeitava. Em carta de 23 de Junho de 1913, assinalava Rovira que era a ligação psíquica dos dois temperamentos, o catalão e o português, que na mais alta manifestação estética, a poesia, se irmanavam maravilhosamente. Em carta de 20 de Outubro do mesmo ano, o mesmo Rovira referia que a Saudade era a vitória do sentimento e da vontade do povo latino, e que só portugueses e catalães poderiam a avaliar o valor étnico, antropológico, nacional da grande emoção saudosa. Cf. Lurdes Cameirão, *Op. Cit.,* p. 438-440.

depois constituiriam o volume *Os poetas lusíadas* (1919)[279]. Para dar apenas mais alguns exemplos desta proximidade entre Pascoaes e o mundo catalão, assinale-se que o referido lusitanista Ribera i Rovira[280], que em 1907 publicou o livro *Iberisme*, com prólogo de Teófilo Braga, foi correspondente da revista *Águia*[281], e viu editadas duas conferências suas, "A Educação dos povos peninsulares" (1912) e *O Génio peninsular* (1914), pela Renascença Portuguesa. É, portanto, mais do que notória a influência do intercâmbio com diferentes autores na formação de um pensamento hispanista em Pascoaes.

Tendo Pascoaes escrito pouco sobre o iberismo/hispanismo — e quando escreveu foi num registo a roçar o literário —, importaria talvez explorar algumas das ideias difundidas por este catalão que o fundador da *Águia* muito ajudou a divulgar em Portugal, até porque, pela proximidade dos dois, parece evidente que ambos partilharam um conjunto de ideias em relação à Península. À semelhança de outras personalidades que se debruçaram sobre as relações ibéricas e de muitos dos correspondentes de Pascoaes, Rovira não encontrava justificação histórica, étnica ou cultural para que a Galiza continuasse a não fazer parte de Portugal. Em "A educação dos povos peninsulares" resumia o que pensava sobre o tema:

> Porque se separaram esses dois povos irmãos? Que diferenças terão surgido entre eles? Oh, nenhuma! Apatia, sim; de nenhuma maneira desafecto. Por negligência, os portugueses nada têm feito para reconquistar a alma desse povo que deveria estar integrado nas suas fronteiras espirituais[282].

Em *Portugal y Galicia, nación, identidad étnica, histórica literaria, filológica y artística* (1911), Rovira destacaria as várias semelhanças e afinidades entre Portugal e a Galiza, regiões que apelidava de entidades artificiais por existirem elementos

---

[279] Em 1919, Eugeni D'Ors proferiu palestras na Academia das Ciências de Lisboa, e também no Porto, na companhia de Teixeira de Pascoaes. Eugeni D'Ors foi amigo de portugueses como Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Raul Proença, Ângelo Ribeiro, tradutor de Platão, Júlio Dantas ou o matemático Santos Lucas.

[280] Desde 1900, ano em que veio viver para Portugal, começou a publicar artigos nos mais diversos periódicos, desde o *Século* ao *Diário de Notícias*. Publicou também conferências e livros como *Portugal artístic* (1905) e *Portugal literari* (1912).

[281] Desde Setembro de 1912 até Julho de 1919.

[282] Ribera i Rovira, "A educação dos povos peninsulares", *Águia*, Porto, vol. II, 2ª Série, 1912, p. 53.

étnicos, filológicos e mesológicos a juntá-las[283]. Rovira considerava, numa linguagem vaga que permite interpretações várias, que o "erro" dos portugueses para com os galegos só se emendaria a partir do momento em que se iniciasse uma intensa propaganda de amor e fraternidade que culminasse num futuro de paz e de justiça ibérica. Refira-se que o tópico da afinidade natural entre galegos e portugueses foi explorado por muitos outros autores, mesmo portugueses[284]. Em 1913, para dar exemplos, o escritor e diplomata Alberto d' Oliveira dizia que não era fácil explicar, nem geográfica, nem etnográfica, nem historicamente, os motivos pelos quais a Galiza escapara de ser "como lhe competia, uma província portuguesa"[285]. Afirmava que os galegos eram meros filhos adoptivos de Castela e que os portugueses eram a sua família legítima. E acrescentava que teria sido um grande bem para a Península se a Galiza pertencesse a Portugal, pois tal teria permitido a existência de um maior equilíbrio peninsular ao longo da história[286]. Anos mais tarde, Antero de Figueiredo diria em *Espanha, Páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras* (1923), obra literária marcada pelo deslumbramento pelos lugares, que eram idênticas as feições dos galegos e dos portugueses[287], que se entrava na Galiza e não se sentia que se entrava, que as fronteiras eram políticas e não naturais: "Viajar assim nesta

[283] Para além da herança celtibérica comum. O norte de Portugal e da Galiza revelavam ter um fundo comum até nas lendas célticas, semelhantes às da Irlanda e a algumas bretãs. Galegos e portugueses tinham a mesma adoração por elementos célticos como o sol, a lua, o fogo, monumentos megalíticos e pedras religiosas. Cf. Id., *Portugal y Galicia nación, identidad étnica, histórica literaria, filológica y artística*, p. 18.

[284] E houve diversos momentos de aproximação entre Portugal e a Galiza. A título ilustrativo, em 1924, Melo Barreto, então ministro português em Madrid, referia que recebera um ofício do Conselho Provincial do Fomento da Corunha, informando-o das diligências que se estavam empregando para estabelecer na Biblioteca daquela cidade uma secção destinada à literatura luso-galega e do intuito de inaugurar uma Exposição Artística de Cerâmica Portuguesa. O objectivo era fomentar um "intercâmbio espiritual" que robustecesse uma "fraternidade" entre as nações. A inauguração da Secção Galaico-Portuguesa foi a 20 de Agosto de 1924. Cf. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa nº 147, 1924-1925, Maço 1, Série D, nº 5, 1924.

[285] As duas regiões eram o complemento uma da outra em praticamente tudo: nos costumes, na língua, na paisagem, na literatura, na música e nas formas de ser e de pensar. Cf. Alberto d'Oliveira, *Pombos Correios: notas quotidianas,* Coimbra, F. França Amado, 1913, p. 8.

[286] Lembrava que, em diversos momentos, Portugal tinha sido obrigado a "debilitantes isolamentos" económicos e políticos dos quais a "dispendiosa" aliança inglesa era exemplo, e que mesmo a Espanha tinha sido impedida de utilizar os serviços de toda a natureza que Portugal era susceptível de lhe prestar. Cf. Id., *Ibidem,* pp. 334-335.

[287] "As cachopas galegas de cabelo em tranças, as portuguesas de cabelo em nó, atrás, e em gavinhas na testa, e ambas mui oiradas com cordões, cruzes e corações de filigrana, ataviam-se igualmente com cores aos berros nas serguilhas vermelhas das saias, nos aventais e algibeiras de lantejoulas [...]". Cf. Antero de Figueiredo, *Espanha, Páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras,* Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1923, p. 40.

terra alheia, não será, em parte, viajar na própria terra, no que nela há de igual à nossa como solo, como espírito?[288]

Para Ribera i Rovira (como para Pascoaes) o génio peninsular equivalia a uma "Alma Ibérica" (expressão também usada por Pascoaes), fraternização das almas ibéricas na grande síntese unitária da arte (pelo menos desde Ganivet que se dava importância à arte como elemento unificador ibérico). E eram três as pátrias existentes na Península: a Catalunha, Portugal, descendente do ancestralismo celta-galaico, e Castela, que absorvera os separatismos regionais (andaluzes, aragoneses, leoneses, estremenhos, navarros e bascos), pondo mesmo em perigo a liberdade de portugueses e catalães[289]. Estas três pátrias ou espíritos disciplinadores tinham características próprias, que os separavam. Porém, dizia Rovira, apesar das diferenças entre si, catalães, portugueses e castelhanos poderiam juntar-se. A uni-los estavam a vontade de superar as crises económicas e de colocar a Península num lugar primacial na Europa. Como Pascoaes, entendia o catalão que as contradições e diferenças entre os povos ibéricos eram mais um motivo de união do que de separação.

Rovira enunciava as razões pelas quais Portugal e Espanha se poderiam aliar. Sendo Portugal um país agrícola e a Catalunha uma região industrial, poderia haver uma grande complementaridade entre os dois, até mesmo para não se transformarem num feudo da Inglaterra, da Alemanha ou da França. Por exemplo, com a criação de uma união alfandegária, a força económica de Portugal, que residia nas suas colónias, incrementaria a economia espanhola, da mesma maneira que a riqueza da Espanha, que residia na indústria e no comércio, ajudaria a desenvolver Portugal[290]. Além disso, formando uma federação[291] ou "confederação de homens livres", portugueses e catalães poderiam bater-se contra a opressão castelhana[292]. Um dos pontos em que Rovira coincidia tanto com Pascoaes como com outros autores galegos e catalães era na rejeição do centralismo castelhano. Rovira reconhecia que o "encontro amigo" dos povos peninsulares era muitas vezes contrariado por outro espírito hispânico, o

---

[288] Id., *Ibidem,* p. 52.

[289] O abraço entre catalães e portugueses era aliás prejudicado pelos castelhanos, que lançavam o repto da sua "secular hegemonia oprobriosa". O Estado castelhano, imperialista, desejava realizar a unidade de todos os povos peninsulares. Em política, catalães e portugueses tinham a concepção federalista e municipalista, opondo-se e lutando secularmente contra o imperialismo castelhano. Cf. Ribera i Rovira, *O Génio Peninsular*, conferência na Sociedade João de Deus, de Abrantes, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1907, p. 18.

[290] Id., *Nova orientação sobre o futuro económico da Península*, conferência realizada a 28 de Março de 1907, na Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Tipografia Universal, 1913, p. 14.

[291] Id., *Iberisme,* Barcelona, Libreria "L'Avenç", 1907, p. 76.

[292] Id., *Ibidem,* p. 31.

castelhano, de tendência centralizadora[293]. Acrescente-se que, na aliança federativa que propunha, a Catalunha teria de ter um papel fulcral[294]. Entre as razões indicadas para que o papel catalão fosse fulcral estavam, em primeiro lugar, a singularidade do idioma catalão[295], depois a raça, a etnia e a capacidade legislativa dos catalães[296], e por fim o seu "colossal império fabril e desenvolvido comércio".

Pascoaes até poderia defender a existência de três nacionalidades peninsulares, mas não se pode ser categórico quando se escreve sobre o pensamento de um autor que se debruçou sobre estes temas quase sempre de forma literária e lírica. Como Rovira, Pascoaes fazia menção a uma "Alma Ibérica" e criticava o centralismo castelhano. Pelas viagens a Espanha e pela cartas que recebeu, sabe-se que foi próximo de vários galegos e catalães. Contudo, ainda que seja possível fazer estes paralelismos entre Pascoaes e, por exemplo, Rovira, é necessário salientar que, pelo carácter vago dos seus escritos, Pascoaes pode também ser comparado a autores que lhe foram próximos, como Miguel de Unamuno. Unamuno fazia a apologia da língua castelhana, dizia que era a partir do ensino da literatura e da língua que a Península se ligaria à América. Contrariamente a Rovira, não era apologista de federações e recusava falar de etnia ou de raça. Por isso, por muito que se compare Pascoaes a outras figuras ou que se tente interpretar o seu hispanismo, nunca se deixa de estar num terreno literário. Pascoaes foi um poeta, um escritor e um filósofo mas não apresentava um pensamento muito estruturado no que a estes temas dizia respeito. Talvez o seu hispanismo valha mais pelas relações que estabeleceu, relações essas reveladoras das suas afinidades intelectuais.

Como Pascoaes ou Rovira, Fernando Pessoa, que publicou poemas no jornal andaluz *La Província* (1923) e no *Almanaque de las Artes y las Letras para 1928,* argumentava que as relações ibéricas só conheceriam um avanço caso se combatesse o espírito castelhano. Pessoa não se limitava a criticar o centralismo castelhano, censurava não só a vontade separatista manifestada por algumas comunidades espanholas (que dificultava a criação de um espírito ibérico) como os próprios "anti-

---

[293] Id., "A Catalunha", *Águia*, Porto, 2ª série, nº 21, Setembro de 1913, p. 74.

[294] No sangue dos espanhóis corriam os árabes, os godos e os povos bárbaros africanos. No sangue catalão corriam os gregos (espírito criador), os fenícios (energia criadora) e os romanos (o civismo, o sentimento de cidadania). Cf. Id., *Nova orientação sobre o futuro económico da Península*, p. 8.

[295] No entanto, Rovira concedia muita importância ao ensino da língua portuguesa, tanto que via oportunidade para a criação nas universidades catalãs de cátedras para o ensino da língua, da história e da literatura portuguesa. Cf. Id., *Iberisme,* p. 41.

[296] Observava Rovira que o tipo moral e antropológico do catalão diferia do castelhano e do português.

espanholistas" portugueses que, devido a um temor cego, enjeitavam qualquer tentativa de aproximação ao país vizinho. Por terem interesses opostos aos da Península, por tencionarem impor formas de viver e de pensar que não eram as dos povos peninsulares e pretenderem fazer da Península uma espécie de colónia cultural e económica, também a Alemanha e a França (e a Igreja Católica) eram alvo das suas críticas[297]. Neste aspecto, Pessoa aproximava-se de muitos outros iberistas ou hispanistas que viam na aproximação ibérica um meio de contrabalançar o poderio de outras potências. De modo a combater o centralismo castelhano e o predomínio na Península das nomeadas potências europeias, propunha Pessoa que se combatesse a "nulidade intelectual" e a decadência peninsular começando por fazer cair a Monarquia espanhola[298] e, como sustentavam certos catalães, por separar a Península nas suas três nacionalidades essenciais (Catalunha, Castela e o "estado galaico-português"). Por outro lado, para combater o predomínio da França na Europa, propunha que Portugal e Espanha procedessem à conquista do Norte de África e, posteriormente, à criação de uma "Aliança Ibérica" que incluiria a criação de laços que levassem a uma união espiritual com as Américas do Centro e do Sul[299]. Tirando a conquista do Norte de África, não havia nas suas propostas muito que diferisse das propostas de outros hispanistas.

Encontra-se ironia, mordacidade ou uma certa carga humorística no que Pessoa escreveu sobre o iberismo ou hispanismo. O seu tom era provocatório. Punha-se do lado dos republicanos contra os monárquicos mas dizia que aos republicanos faltava cérebro. Rejeitava o clericalismo e atacava o Vaticano e repudiava a influência francesa e alemã na Península. As suas posições eram, como a maior parte das propostas iberistas elencadas desde meados do século XIX, utópicas e irrealistas. Não há razões para não dar tanta credibilidade ao seu hispanismo como ao de outros. Mesmo que os seus escritos sejam de difícil interpretação, por serem marcados pelo humor e pela ironia. Influenciado por Oliveira Martins, Pessoa mostrava estar em sintonia com autores da sua época que se dedicaram a estas temáticas. Não só retomava o conceito de "civilização ibérica", como notava que a assegurar a unidade

---

[297] Fernando Pessoa, *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática, 1980, p. 166.

[298] Pessoa afirmava que o primeiro passo para o início desta caminhada para a civilização ibérica, que desembocaria numa confederação, tinha sido dado por Portugal com a instauração da República de 1910 por republicanos "incapazes de qualquer actividade do cérebro anterior". Querer reimplantar a Monarquia em Portugal era dos maiores "crimes" que se poderiam meditar contra Portugal e contra a futura "Civilização Ibérica". Cf. Id., *Ibidem,* p. 162.

[299] Id., *Ibidem,* p. 173.

dos “ibéricos” estava, para além da uniformidade geográfica, um fundo étnico e civilizacional constituído pelo cruzamento entre romanos e árabes[300]. Como Martins, afiançava que portugueses e espanhóis deveriam viver separados em tudo o que fossem problemas nacionais e juntos em tudo o que fossem problemas “civilizacionais”, não deixando de procurar contrabalançar o poderio das potências indicadas[301]. Pessoa é, então, alguém que, ao mesmo tempo que não pode ser levado à letra, se mostrou a par da obra de Oliveira Martins ou mesmo de catalães que propunham a divisão da Península em três regiões ou nacionalidades. Além disso, Pessoa era muito mais esclarecido nas suas posições sobre as relações ibéricas do que, por exemplo, um Pascoaes, que como se referiu anteriormente, foi sempre vago e lírico quando se pronunciou sobre aquilo a que chamava de “Alma Ibérica”.

Também influenciado por Oliveira Martins, especialmente por conceitos como génio peninsular, civilização ibérica e patriotismo peninsular, foi o escritor, historiador e crítico literário Fidelino de Figueiredo, que desenvolveu no exílio em Espanha (entre 1928 e 1929[302]) pensamento relevante sobre o lugar dos povos peninsulares, prolongando o debate inaugurado pela *História da Civilização Ibérica*. Esta obra marcava para si uma data fundadora do estudo crítico da história peninsular: a da “solidariedade e compenetração dos dois principais povos ibéricos”[303]. O que para Fidelino verdadeiramente dominava o homem era o clima espiritual, a atmosfera das ideias, dos sentimentos, das noções e dos valores. Desvalorizava as teorias raciais e étnicas para valorizar o que havia no conjunto espiritual e da cultura[304].

O seu livro mais importante sobre as relações ibéricas intitula-se *As duas Espanhas* (1932). Trata-se de uma obra de interpretação da história e da cultura espanhola. O objectivo de Fidelino neste livro passava por, através de uma revisitação das acções dos principais actores políticos do país vizinho, situar a Espanha entre dois polos representados por Quixote e Filipe II, duas das figuras mais presentes na consciência espanhola. Dizia Fidelino que, enquanto Quixote representava o que de mais nobre existia na alma espanhola, Filipe II dividia, congregando a força do ódio e

---

[300] Víctor Martinez-Gil, *El naixement de l'iberisme catalanista*, p. 126.
[301] Fernando Pessoa, *Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro*, p. 36.
[302] O exílio de Fidelino de Figueiredo, duas vezes nomeado para director da Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1918-19 e em 1927, deveu-se ao facto de ter colaborado num movimento militar contra a Ditadura e de ter fugido da prisão de Luanda, na sequência do degredo a que fora sentenciado. Em Espanha, foi professor de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade Central.
[303] Fidelino de Figueiredo, *História d'um vencido da Vida*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930, p. 18.
[304] Id., *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1932, p. 12.

da paixão, dos "sentimentos nacionais que humilhou", da intolerância religiosa, da centralização e da burocracia, do "despotismo sereno e firme com que esculpiu" a Espanha[305]. Fidelino fazia balançar o pêndulo da história espanhola entre a liberdade e o despotismo, e concluía que, entre estas duas atitudes antagónicas, a Espanha deveria optar por seguir uma atitude quixotesca, a única que trazia a liberdade, o cosmopolitismo, a abertura de fronteiras e de espírito e o caminho para o progresso material e intelectual[306]. Fidelino desenvolvia uma atitude cosmopolita e, não negando a existência de um lado negro na história espanhola, tentava no entanto mostrar que, a partir dos seus valores culturais e literários, a Espanha poderia seguir um futuro de progresso. Citava Ángel Ganivet e Miguel de Unamuno como críticos do provincianismo ou de um conservadorismo excessivo que muitas vezes afectara os povos peninsulares[307], recordando que os dois referidos autores tinham Quixote como o grande representante do espírito espanhol[308]. Tendo-se exilado em Madrid e tendo sido contratado como professor de Literatura na Universidade Central, Fidelino de Figueiredo apresentava-se como um admirador da cultura espanhola. E era devido à cultura que considerava que Portugal e Espanha se deveriam aliar. Ligado posteriormente à Universidade de São Paulo e à Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, como professor de Estudos de Literatura Portuguesa, alimentaria sempre a ideia de que Portugal sairia fragilizado se não aproveitasse os laços intelectuais e culturais que poderiam aproximar os brasileiros dos portugueses. Se é clara a influência de Oliveira Martins no seu pensamento, por acreditar que o caminho a seguir pelos espanhóis se deveria inspirar nos mais elevados valores heroicos e na

---

[305] Id., *Ibidem,* p. 39.

[306] No espírito bourbónico, centralizador e despótico, Fidelino incluía monarcas como Filipe V, Carlos III, Carlos IV, Fernando VII, Isabel II, Afonso XII e Afonso XIII. Momentos de despotismo eram a restauração do antigo regime de Fernando VII (1814-1820), a ditadura do general Espartero (1841-1843), a ditadura de Narváez, apoiada por Isabel II (1843-1851), a restauração bourbónica pelo filho de Isabel II, Afonso XII (1874), o reinado de Afonso XII com a vigência da Constituição de Cánovas de Castillo (1874-1885), os governos de Cánovas del Castillo (1890-1892 e 1895-1897), o despotismo com o governo de Silvela (1899-1900), o período constitucional do reinado de Afonso XIII (1902-1903), a ditadura do general Primo de Rivera (1923-1930) e a ditadura do general Damaso Berenguer (1930-1931). No espírito quixotesco, de fúria pela liberdade, englobava acontecimentos como a Constituição de Cádis de 1812, a queda do general Narváez e o restabelecimento da Constituição de Maria Cristina (1851-1854), o predomínio de O'Donnel e da União Liberal (1858-1864), a revolução do general Prim e a deposição de Isabel II (1868), o governo provisório dos generais Serrano e Prim e a Constituição de 1869 (1868-1871), o reinado liberal de Amadeu da Sabóia (1871-1873), a Primeira República (1873-1874), o primeiro período liberal da regência da viúva Maria Cristina de Habsburgo, o governo de Sagasta (1886-1890), o segundo período da regência, o governo de Sagasta (1893-1895), o governo liberal de Sagasta e do general Azcárraga (1900-1902) e a Segunda República (1931).

[307] Fidelino de Figueiredo, *Notas para um Ideário Português*, Lisboa, 1929, pp. 93-94.

[308] Id., *As Duas Espanhas*, p. 223.

defesa da liberdade, Ganivet, cuja obra aliás citava, era também uma das suas influências. E pela defesa do ensino da literatura e da língua como meio de disseminar o sentimento hispanista, não se pode colocar de parte a influência que a obra de Unamuno possa ter tido no seu trabalho.

As obras que até aqui se têm analisado referiam-se a um passado ibérico esplendoroso, construído por heróis. Apontava-se para um futuro de esperança que nada tinha que ver com um presente de crise. Labra falava sobre um espírito de aventura ibérico que remontava a tempos gloriosos. Ganivet dava ênfase a características do povo espanhol que no passado tinham dado frutos (e que poderiam voltar a dar), tais como o misticismo, o cavalheirismo, o idealismo e o cosmopolitismo. Oliveira Martins sublinhava a importância do génio peninsular, do misticismo e de um heroísmo que se manifestara por exemplo nos Descobrimentos. Também Fidelino recorria ao génio peninsular de Oliveira Martins. Pelo que até aqui se viu, o hispanismo nasceu da vontade de diferentes autores de transformarem a Península. Tentava-se reconstruir um modo de ser ibérico de forma a encontrar um fundo comum entre portugueses e espanhóis que possibilitasse alianças de cariz cultural, intelectual ou espiritual. Os heróis dos Descobrimentos voltariam a ser novamente heróis, mas desta vez sem o recurso às armas. Havia um consenso em relação à América de influência portuguesa e espanhola: a Península deveria fazer um esforço de reaproximação aprendendo com os erros do passado e evitando qualquer espírito guerreiro ou de conquista. O heroísmo de que se falava era o de Camões ou de Quixote. As armas eram a literatura e a língua. Para além da aversão a uniões políticas e ao espírito de conquista, os ditos hispanistas batiam-se pela igualdade de todas as regiões envolvidas em futuras alianças, e por isso rejeitavam o centralismo castelhano. A ideia era a de que, no novo mundo hispanista, não havia lugar para regiões que se sobrepusessem a outras ou a culturas que dominassem outras. A igualdade e a heterodoxia dominavam, em detrimento de visões unidimensionais.

2. 4. O hispanismo e a América hispânica

Pedro Carlos González Cuevas alerta para o facto de o hispanismo (ou hispanidade) ter evoluído para mais do que um sentido[309]. O hispanismo foi usado num sentido histórico-cultural que remete para uma visão multicultural e cosmopolita. Como também já se viu, o hispanismo pode ser visto a partir de um prisma que extravasa as fronteiras ibéricas: o da ligação à América. A relação da Península Ibérica com os países americanos de influência portuguesa e espanhola foi valorizada por quase todos os que se interessaram pelo hispanismo. Oliveira Martins, Ganivet, Unamuno, Pascoaes ou Pessoa não deixavam de dar ênfase à necessidade de aprofundar essas relações. A expressão mais comummente usada pelos autores que exploraram esta vontade de aproximar os países ibéricos e americanos, ou ibero-americanos, é hispano-americanismo.

As tentativas de aproximação aos países americanos começaram em meados do século XIX, décadas antes do *Desastre*. O chamado hispano-americanismo teve os seus primeiros antecedentes no primeiro terço do século XIX e ganhou consistência em finais do século XIX com os momentos de exaltação hispânica produzidos pelo IV Centenário ou pela guerra hispano-cubano-americana. Se em 1857 se iniciara a publicação de uma revista intitulada *La América, Crónica Hispano-Americana*, na década seguinte saiu a *Revista Hispano-Americana*, dirigida por Rafael de Labra e Antonio Angulo Heredia, periódico que se viria a transformar em 1872, tendo passado a chamar-se *El Correo Español: Revista Hispano-Americana,* com Labra ainda na direcção. Uma das campanhas que mais incidência tiveram para a aproximação da Espanha às antigas colónias foi empreendida pela Real Academia de la Lengua (1861) com o intuito de reforçar o papel internacional da língua espanhola. Outro ponto marcante para a aproximação da Espanha às Repúblicas americanas ocorreu com a celebração do IV Centenário da Descoberta da América pela Espanha (1892)[310]. Configurando uma ideia de América utópica e regeneracionista, contra os objectivos imperialistas dos EUA, esta celebração exaltou o espírito ibérico (foi a partir desta altura que Portugal começou a ser associado à Espanha numa aproximação à

[309] Cf. Pedro Carlos González Cuevas, *Op. Cit.,* pp. 620-623.
[310] A presença portuguesa nos diferentes congressos e festas realizados no âmbito do IV Centenário foi muito activa, tendo estado presente, por exemplo, Oliveira Martins.

América)[311]. Centrada na figura de Colombo, a celebração do Centenário de 1892 contribuiu para que se "redescobrisse" a América num momento em que esta se afastava cada vez mais da Espanha. A coroa espanhola necessitava de um símbolo unitário susceptível de personificar a nação, e Cristóvão Colombo foi o herói escolhido: esta personagem histórica e mítica personificava os Descobrimentos e a "Raça Hispânica"[312].

O Centenário de 1892 concentrou em Huelva as maiores manifestações. Huelva acolheu uma festa marítima com uma réplica da caravela com que Colombo descobriu o Novo Mundo. Ali também se edificou o Monumento dos Descobridores e ocorreu o IX Congresso Internacional de Americanistas. Realizou-se, de igual modo, em Barcelona um ciclo de conferências organizado pelo Ateneu Barcelonés e um Congresso Mercantil patrocinado pela Academia Científico Mercantil e o Foment del Treball Nacional. Foi aberto um concurso pela Real Academia da História espanhola para premiar as melhores obras sobre "Colombo e os seus feitos" e, na sequência do concurso, foram erguidas estátuas de Colombo em Barcelona, Granada, Valladolid e Salamanca. Foi em 1892 que pela primeira vez se declarou a Festa da Raça em Espanha[313]. A associação que promoveu a celebração foi a União Ibero-Americana[314] que pretendia, entre outras coisas, proceder à reconstrução do sepulcro de Colombo

---

[311] Salvador Albert, *El IV Centenario del Descubrimiento de America en España; Coyuntura y Conmemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia da América, 1987, p. 20.

[312] David Marcilhacy, "Cristóbal Colón, un héroe hispanizado controvérsia en torno a su patria de origen y homenajes monumentales", *Construir España. Nacionalismo español y processos de nacionalización,* Editado por Javier Moreno Luzón, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, p. 164.

[313] Houve vários países a celebrarem a Festa da Raça, mas esta Festa demorou anos a ganhar carácter oficial em cada um desses países, mesmo em Espanha. O Brasil, a Nicarágua, a Costa Rica e o Panamá celebraram o 12 de Outubro com um carácter semelhante ao *Columbus Day* norte-americano. A República Dominicana instituiu a Festa em 1912. A Guatemala e Porto Rico decretaram em 1913 o 12 de Outubro como Festa Nacional. A Guatemala foi o primeiro país a adoptar o nome oficial "Fiesta de la Raza". A Bolívia, as Honduras e o Paraguai fizeram a Festa em 1914, e um ano depois, o Equador, El Salvador e o Uruguai. Em 1917 foi a vez da Argentina e do Peru. A Espanha, que era o país mobilizador do evento, não declarou Festa Nacional antes do 12 de Outubro de 1918, quando era presidente do conselho de ministros António Maura. A Venezuela e o Chile aderiram à Festa em 1921, Cuba em 1922 e o México em 1929. No entanto, poucos países adoptaram o nome de Festa da Raça. O presidente do Uruguai designou, em 1915, a Festa da Raça de Dia da América. A República Dominicana adoptaria o Dia de Colombo e da América (em 1916 os EUA proibiriam qualquer festa nesta terra). Cf. Salvador Albert, *Op. Cit.,* p. 94.

[314] A União foi criada em 1884 pelo conservador Mariano Cancio Villaamil e o ex-Presidente da República Emílio Castelar, o político liberal Segismundo Moret e Jesús Pando y Valle. Começou a funcionar em Março de 1885 e editou a partir desse ano a revista *Unión Ibero-Americana* (que, em 1926, se passou a chamar *Revista de las Españas*). Esta entidade publicou também um boletim que se uniu a outras publicações e revistas com amplo eco nos assuntos hispano-americanistas, como *La Ilustración Española y Americana* (1869-1921), *La Raza Latina. Periódico Internacional* (1874-1884) e *La España Moderna*.

em Havana, à organização da Festa da Raça, à conversão da casa de Colombo em Valladolid em monumento nacional e à organização de uma parada militar naval no Porto de Palos, em representação de todos os Estados americanos[315]. A comemoração do IV Centenário gerou a fundação de várias revistas americanistas, como *El Centenario. Revista Ilustrada*, órgão oficial da Junta Directiva encarregue da solenidade da comemoração do descobrimento da América. Tiveram lugar diversos congressos, como o Congresso Literário Hispano-Americano[316], o Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano[317], o Congresso Geográfico Hispano-Português-Americano[318], o Congresso Jurídico Iberoamericano[319], o Congresso Mercantil Hispano-Americano-Português[320] e o Congresso Militar Hispano-Português-Americano[321]. Como referiria Rafael de Labra num discurso pronunciado em inícios de Novembro de 1892, estes congressos ibero-americanos exprimiam um desejo cada vez mais profundo de estreitar os laços de união fraternal entre nações irmãs e de, em relação aos portugueses, dissipar preocupações que advinham de

---

[315] Isidro Sepúlveda, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, Marcial Pons, 2005, p. 72.

[316] Em Março de 1892, a Associação de Escritores e Artistas Espanhóis convocou o congresso no âmbito das comemorações deste centenário. As sessões tiveram lugar entre 31 de Outubro e 13 de Novembro desse ano, tendo presidido à mesa Cánovas del Castillo, o duque de Veragua e os Presidentes das Repúblicas hispânicas. Não existe registo da participação portuguesa neste congresso.

[317] Inaugurado a 13 de Outubro na Universidade Central com a presença do ministro do Fomento Aureliano Linares Rivas. O seu grande inspirador foi Rafael María de Labra. A mesa de honra foi composta por Linares Rivas, Riva Palacio, Miguel Colmeiro, Antón Augusto da Costa Simões, reitor da Universidade de Coimbra, Acosta de Samper, Concepción Arenal, Amália Vaz de Carvalho, Teófilo Braga, Francisco Berra, Adolfo Coelho, João de Deus, Mariano Carderera e Manuel José de Galdo. A mesa efectiva foi presidida por Labra, e Bernardino Machado, o uruguaio Zorrilla de San Martín, Valentín Morán e Augustín Sarda ficaram como vice-presidentes. A presença portuguesa foi muito importante em grande parte devido à colaboração de Bernardino Machado, na altura senador e professor da Universidade de Coimbra, que enviou uma grande quantidade de materiais, expostos nos salões do Ateneo, que passaram depois para o Museu Pedagógico. Machado falou sobre "O ensino da Filosofia nos liceus portugueses". O Congresso dividiu-se em cinco secções: educação primária, ensino secundário, ensino técnico, universidade e educação feminina.

[318] Celebrado a 31 de Março de 1891, de acordo com a proposta de Angel Rodríguez de Quijano, vogal e ex-presidente da Junta Directiva da Junta Directiva da Sociedade Geográfica de Madrid. Quijano foi presidente da Comissão Organizadora. As sessões tiveram lugar entre 17 de Outubro e 4 de Novembro.

[319] Foi organizado pela Real Academia de Jurisprudência y Legislación. Entre os membros da Comissão Organizadora, presidida por Cánovas del Castillo, destacam-se Labra, Antonio Maura, Francisco Silvela, Gumersindo de Azcárate, Alberto Aguilera e Luis de Urquiola, todos vogais. O Congresso celebrou-se entre 24 de Outubro e 10 de Novembro.

[320] Organizou-se entre 7 e 19 de Novembro. A mesa de honra foi composta pelos Presidentes dos países hispânicos, o duque de Vergara, Figuerola e Segismundo Moret. A mesa efectiva contou com Mariano Sabas Minuesa, como presidente e como vice-presidentes Pinheiro Chagas, Manuel María Peralta, Estanislao García Monfort, Teodoro Bonoplata ou José Maria del Valle.

[321] Reuniu-se no Centro do Exército e da Armada em Madrid em Novembro. Os seus impulsionadores foram os capitães de Estado, o major Pío Suárez Inclán e Carlos García Alonso, o comandante de Artilharia Vicente Sanchís y Guillén, o general Azcárraga, ministro de Guerra, e o general Pando, presidente do centro militar organizador. A comissão organizadora foi presidida pelo general Alvaro Serrano y Echarri.

"medos infundados". Para além disso, estes eventos exprimiam a necessidade de aprofundar relações em domínios vários: lendo as conclusões do Congresso Jurídico Hispano-Americano referentes à arbitragem internacional, ficava-se com a certeza de que havia a necessidade de criar uma legislação internacional comum sobre a propriedade literária, artística e industrial e de proceder a uma regulação das abordagens e auxílios em alto mar entre barcos de distintas nações[322]; as conclusões do Congresso Mercantil Hispano-Americano-Português punham a descoberto as necessidades de estreitar os laços de união com as Repúblicas americanas por meios que assegurassem aqueles mercados aos produtos ibéricos e vice-versa; no Congresso Geográfico discutira-se o futuro do comércio de Portugal e Espanha com os países americanos, a possibilidade de criar uniões literárias, telegráfico-postais e monetárias, e formas práticas de aproximação entre Portugal, Espanha e as nações americanas[323]; no Congresso Literário Hispano-Americano pensara-se sobre novos meios de manter íntegra e pura a língua castelhana em Espanha e nos países hispano-americanos, ajustando o ensino a textos em que se consignassem as mesmas regras gramaticais. Também se falara acerca dos modos de estreitar laços entre as escolas e universidades ibéricas e americanas, assim como de tornar os livros mais baratos na América[324]; por último, no Congresso Pedagógico acordara-se que se estabeleceria em Madrid uma Escola Normal que abarcasse toda a educação de ensino básico e secundário e onde se formassem professores aptos para as escolas hispano-americanas[325].

Hispanismo e hispano-americanismo, eis dois conceitos escorregadios, problemáticos e polimorfos, com interpretações diversas. Poder-se-ia argumentar que não há distinção entre os conceitos. Houve até quem defendesse uma ligação entre a Península Ibérica e a América sem recorrer a estes termos, como Oliveira Martins. Portanto, uma aproximação a expressões como estas é uma luta contínua com autores, trabalhos e múltiplas definições em busca de obter alguma claridade e de ordenar ideias. O hispano-americanismo foi um fenómeno carregado de ideologias, correntes e postulados, com manifestações nos mais diversos âmbitos, desde as relações comerciais às diplomáticas, passando pela criação de representações identitárias transnacionais até ao fortalecimento de ideários nacionalistas e à elaboração de

[322] Rafael de Labra, *El Congreso Pedagógico de 1892*, Madrid, Librería de la Viuda de Hernando, 1894, p. 269.
[323] Id., *Ibidem,* p. 271.
[324] Id., *Ibidem,* p. 272.
[325] Id., *Ibidem,* p. 273.

projectos culturais. O que é o hispano-americanismo? As definições mudam. Tanto pode ser considerado uma corrente de pensamento, uma campanha americanista ou um movimento para a articulação de uma comunidade transnacional. Proliferam em diferentes artigos e monografias conceitos como pan-hispanismo, hispano-americanismo, hispanismo, americanismo, hispanidade, usados com escassa precisão. Aceite-se aqui o hispano-americanismo como um movimento ideológico, político e intelectual propugnado pelas elites peninsulares, mais pelas espanholas, com o objectivo de afirmar e consolidar uma comunidade cultural transnacional, na crença de que existia uma comunidade cultural a ligar a Espanha e a América[326].

Emprega-se hispanismo, hispanidade e hispano-americanismo como se estes conceitos remetessem para o mesmo fenómeno. O historiador Isidro Sepúlveda não concorda com esta simplificação. Analisando o hispano-americanismo como expressão do nacionalismo espanhol das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do XX, Sepúlveda sintetiza as principais ramificações surgidas a partir deste conceito. Não deixando de incluir Portugal, estas ramificações do hispano-americanismo dão particular enfoque à relação da Espanha com as suas antigas colónias. Segundo Sepúlveda, o hispano-americanismo foi uma ideia transnacional, consistiu na crença ideal numa identidade comum (baseada em vínculos históricos, idiomáticos, filosóficos e religiosos) e um movimento (a confluência de várias correntes de pensamento e actuação que tiveram os vínculos entre a Espanha e as Repúblicas americanas)[327]. Se o chamado pan-hispanismo conservador unia catolicismo e nacionalismo, o hispano-americanismo progressista pretendia intensificar os vínculos culturais, económicos e políticos com as ex-

[326] Dos inúmeros discursos, congressos ou livros que contribuíram para a aproximação hispano-americana resultava sempre uma mensagem: a de que existia uma ligação inapagável, extensível ao futuro, entre a Espanha e as suas ex-colónias. Para dar exemplos, quando foi criada em Madrid a Sociedade de História Hispano-Americana (1920), enfatizava-se a necessidade de reforçar a cordialidade e aprofundar o conhecimento que os países unidos pelo espírito e pela história tinham uns dos outros, para que através do passado se compreendesse a obrigatoriedade de estabelecer alianças no presente e no futuro. Também no II Congresso de História e Geografia Hispano-Americanas, realizado em Sevilha em 1921 (o I e o III Congressos também ocorreram em Sevilha, em 1914 e 1924, respectivamente), se fazia referência à urgência de assegurar, através de alianças e da criação de instituições como, por exemplo, uma Biblioteca Pública Americana, o porvir das relações espirituais entre os vários países hispano-americanos. Cf. Felipe Gracia Pérez, *Hijos de la Madre Patria, El hispanoamericanismo en la construcción de la identidade nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900)*, Saragoça, Institución "Fernando el Católico" (CSIC), 2011, p. 40.
[327] Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, pp. 30-31.

colónias, apresentando a Espanha como um país em fase de modernização[328]. Apelando a uma retórica imperial e dando relevo a identificadores simbólicos, como a bandeira, o hino, as celebrações sociais e a exaltação de figuras históricas e de monumentos, falando de raça, de religião e de história[329], o pan-hispanismo, conceito espiritual (e também político) de ligação dos povos hispânicos a partir de um passado colonial espanhol e de um espírito cristão a que recorreu António Sardinha para defender uma aproximação aos países americanos de influência ibérica através do espanholismo e do lusitanismo[330], era um modo conservador de ver a América, uma forma de recuperar o poder e a influência da *Madre Patria*. Tratava-se de manter a permanência de um espírito expansionista (evangelizador) nas antigas colónias. Mas para os que acreditavam no direito espanhol à aproximação (mas não ao predomínio), principalmente moral, intelectual e cultural sobre as Repúblicas americanas, a denominação mais usada foi simplesmente hispano-americanismo (ou até hispanismo), que se referia à constituição de um movimento amplo, constituído por ideias heterodoxas e, por vezes, divergentes. Embora dotado de um espírito mais aberto e tolerante, o hispano-americanismo progressista (fortemente influenciado pelo krausismo[331] e pelo positivismo) e o unionismo americano não deixavam de promover uma comunidade cultural em cuja consolidação a Espanha seria peça central. O unionismo americano andou ao lado do pan-hispanismo e do hispano-americanismo ao professar a existência de uma comunidade que unia todas as Repúblicas nascidas

---

[328] Cf. María Dolores de la Calle Velasco, "España y Castilla en el discurso hispanoamericanista de Rafael Altamira", *¿Alma de España?, Castilla en las interpretaciones del pasado español,* Editado por Antonio Morales Moya e Mariano Esteban de Vega, Madrid, Marcial Pons Historia, 2005, p. 197.

[329] Sepúlveda salienta que, com as crises de 1890 e de 1898, em Portugal e Espanha, falou-se de raça para defender a ideia de que o mundo que falava espanhol constituía uma espécie de corpo místico do qual a Espanha era a cabeça. Cf. Isidro Sepúlveda, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo,* p. 184.

[330] "Mas o *peninsularismo* não é senão a jornada inicial! Na margem oposta do Oceano – do Oceano que nós tornámos um dia como *mare nostrum*, num perfeito lago familiar -, outras pátrias existem que falam a nossa língua e que não ficam insensíveis ao nosso apelo. O *pan-hispanismo* nos surge aqui, como conclusão lógica, constituído por dois elementos estruturais, - *o espanholismo* e o *lusitanismo*", António Sardinha, "O pan-hispanismo segundo António Sardinha", *Contemporânea. Grande Revista Mensal,* Lisboa, vol. 1, nº 1-3, 1922, p. 51.

[331] O krausismo é uma doutrina que deve o seu nome ao alemão Karl Friedrich Krause, e teve uma grande difusão em Espanha através da Institución Libre de Enseñanza, dirigida por Francisco Giner de los Ríos, e do Ateneo de Madrid. Advogava-se uma visão orgânica e corporativa da estrutura sociopolítica e também a tolerância religiosa e o culto da racionalidade. Baseava-se a questão social na solidariedade e na hierarquia, segundo um esquema orgânico que fazia das classes superiores o motor da regeneração. Cf. "Krausismo", *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano*, tomo XI, Barcelona, Montaner y Simón Editores, 1892, pp. 431-432.

do antigo império espanhol[332]. Após 1898, foram muitos os testemunhos que patentearam a solidariedade de autores americanos em relação à derrotada Espanha. Emblemático foi um artigo do nicaguarense Rubén Darío intitulado "El triunfo de Calibán". Nesse artigo referia Darío que, sendo partidário de uma Cuba livre, se sentia amigo da Espanha desde o instante em que fora agredida por um "inimigo brutal" que só trazia violência, força e injustiça[333]. Sendo essencialmente uma reacção contra a política externa "imperialista" dos EUA, esta corrente do hispano-americanismo aglomerou intelectuais de diferentes sectores, como o escritor venezuelano Cecilio Acosta e o escritor socialista argentino Manuel Ugarte, talvez uma das mais proeminentes figuras unionistas. Desde pelo menos 1917 que Ugarte se relacionou com vários espanhóis e publicou regularmente textos nas revistas patrocinadas pela União Ibero-Americana. Para além de criticar as políticas anexionistas americanas, Ugarte pretendia potenciar a vinculação económica entre a América hispânica e a Europa para debilitar os EUA. Acreditava que ligados à Espanha não por laços políticos mas culturais e económicos, os países unidos por um passado colonial espanhol poderiam contrabalançar o poderio norte-americano[334]. No mesmo sentido ia um político que se esforçou por aproximar a Espanha e as Américas, Emilio Castelar, penúltimo Presidente da Primeira República espanhola, que defendia uma aproximação dos países hispano-americanos ("raças latinas") motivada pela derrota mexicana com os EUA[335]. O que se depreende é que as diferentes propostas iberistas, hispanistas ou hispano-americanistas se ligavam não apenas à necessidade de responder às crises económico-financeiras e a um certo decadentismo cultural e mental, mas também à vontade de contrabalançar o poderio de outras potências. Se para os espanhóis (e portugueses como Oliveira Martins) o iberismo/hispanismo representava uma forma de diminuir a influência inglesa na Península, particularmente em Portugal, para outros era um contrapesar da influência francesa ou alemã (Fernando Pessoa). A ligação à Espanha (também se falava de

---

[332] Houve, por outro lado, um termo que representou um movimento de aproximação essencialmente económico e comercial dos Estados Unidos às Repúblicas centro e sul-americanas: pan-americanismo. Estas conferências eram convocadas pela "Pan-American Union", instituição mantida por todos os países ibero-americanos, conjuntamente com os Estados Unidos da América, e tiveram lugar, por exemplo, em Washington em 1919 e 1927.
[333] Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, p. 54.
[334] Escrevendo sobre a VI Conferência Pan-americana de Havana (1928), Ugarte diria que os países do "Novo Mundo" finalmente se iam apercebendo de que as políticas imperialistas seguidas pelos Estados Unidos só aos Estados Unidos beneficiavam. Era necessário combater a plutocracia norte-americana e as suas políticas invasoras. Cf. Manuel Ugarte, *Gaceta Literaria,* Madrid, nº 36, 15/6/1928, p. 4.
[335] Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, p. 68.

Portugal, mas devido ao passado colonial destes países, a Espanha ganhava destaque) era para os americanos unionistas condição essencial para a sobrevivência dos seus países face ao expansionismo "ianque" (termo amiúde usado, por exemplo, por Ugarte).

Seguindo a categorização de Isidro Sepúlveda, dir-se-ia que a partir de 1898 o movimento de aproximação da Espanha às ex-colónias foi conduzido basicamente por pan-hispanistas e hispano-americanistas progressistas. Dinamizados pelo Instituto Libre de Enseñanza[336] (e pelo já citado Giner de los Ríos, que escreveu sobre Portugal[337]) e pela União Ibero-Americana, que tentava contribuir para uma aproximação da Espanha à América e também a Portugal e ao Brasil, os hispano-americanistas progressistas partiam da necessidade de criar uma Espanha diferente daquele país colonizador que em nada seguira uma tradição cultural da qual a obra de Cervantes era expoente máximo. Neste sentido, defendendo a criação de ligações intelectuais e culturais e a promoção do anti-proteccionismo cultural, ideológico e económico, correspondiam em grande medida ao pensamento difundido por Ganivet. Ao contrário dos ditos pan-hispanistas, que ainda viam na Espanha a metrópole, o centro irradiador de civilização e progresso, os hispano-americanistas progressistas tinham uma imagem muito crítica da Espanha, falavam de um país inculto, estagnado e politicamente reaccionário que, bloqueado pelo passado, se mostrava incapaz de atingir o progresso espiritual e material[338]. Ainda assim, tanto pan-hispanistas como hispano-americanistas tinham entre os seus principais objectivos a busca de um futuro para a Espanha que incluísse as colónias perdidas.

Para compreender como se gerou a corrente hispano-americanista progressista é necessário determinar previamente as correntes culturais e filosóficas em que se baseava. A sua formação finissecular teve influência directa do krausismo. A tendência natural para a irmandade universal que o krausismo perseguia foi assimilada por quem dinamizou esta corrente como uma aproximação prioritária entre os povos e a cultura comum, e entre o indivíduo e a sociedade. A América constituía

[336] Em alguns países hispano-americanos tiveram influência centros criados pela Institución Libre de Enseñanza, como a Junta para la Ampliación de Estudios. Destacou-se também o trabalho de homens que tiveram relação com a Institución, tais como Altamira, Menéndez Pidal ou Ortega y Gasset. Por outro lado, o exílio republicano espanhol levou aos países da América muitos intelectuais ligados à Institución.

[337] Outros nomes relevantes foram o jurista, político, diplomata e militar peruano, Garcia Calderón, o argentino Sainz Peña, que chegou a Presidente da Argentina, ou M. Ugarte.

[338] Isidro Sepúlveda, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo,* p. 134.

um meio e um fim para tirar a Espanha do fosso em que se encontrava. Urgia portanto que uma minoria intelectual preparasse os americanos a partir da disseminação de valores culturais, de modo a evitar um corte definitivo das ex-colónias com a antiga metrópole. Assim se enquadra todo o trabalho hispano-americanista de Rafael Altamira[339].

Rafael Altamira, professor da Universidade de Oviedo, autor de *España y el programa americanista* (1917), foi um dos grandes hispano-americanistas progressistas espanhóis. Por ocasião das comemorações do III Centenário da sua fundação, a Universidade de Oviedo quis contribuir para dinamizar a aproximação da Espanha à América, aproveitando a presença de professores americanos nessas comemorações para concertar programas de intercâmbio cultural através do envio de professores à América, com o fim de estabelecer relações e consolidar os contactos institucionais entre universidades. O professor designado para representar a Universidade de Oviedo foi precisamente Altamira, que entre Junho de 1909 e Maio de 1910 levou a cabo um périplo pela Argentina, Uruguai, Chile, Peru, México, Cuba e EUA. Altamira ambicionava divulgar na América os avanços do ensino da língua espanhola e contribuir para criar uma nova imagem da Espanha ("*Madre España*"[340]) nas Américas, distante daquela Espanha colonizadora, denegrida pela lenda negra. No seu regresso a Espanha fundou o seminário de "América y Contemporánea de España", que funcionou até 1913 no Centro de Estudos Históricos de Oviedo. Posteriormente, criou a cátedra de "História de las Instituciones Políticas y civiles de América" na Universidade de Madrid, que leccionou até se jubilar em 1936.

Influenciado por Fichte e Herder[341], Altamira, que falava de uma "América Ibérica", acreditava na existência de um tronco comum hispânico, ou numa missão comum a todos os povos de origem hispânica resultante de ideais colectivos forjados ao longo da história espanhola, que estariam arreigados na psicologia nacional. Acreditando que a civilização era uma suma de esforços das mais variadas procedências, e que o espírito mais sábio era o mais humilde por ouvir todas as

---

[339] Id., *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, p. 95.

[340] Quando a *Madre España* colectivamente, dizia Altamira, e não por meio de uma pequena minoria de homens, cumprisse devidamente os mandamentos da sua maternidade, pensando nos seus "filhos", a festa do 12 de Outubro seria uma festa a sério. Rafael Altamira, *La política de España en América,* Valência, Editorial Edeta, 1921, p. 47.

[341] Com a "nação etno-cultural" ou "nação-génio", sustentada pelas obras de Johann Herder e Johann Fichte e pelo romantismo alemão, sustentava-se que as nações se separavam naturalmente em línguas, gostos e costumes. Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo – A cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938),* Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 29-31.

opiniões, em vez de se encerrar numa "enfatuada suficiência" daquele que tudo sabe, Altamira procurava a unidade do mundo hispânico sem asfixiar nenhuma região ou cultura desse mesmo mundo[342]. Desvalorizando argumentos de natureza étnica ou racial, as suas ideias aproximavam-se das de Unamuno: convencido de que os povos, como os indivíduos, eram dotados de uma alma própria e de que a língua castelhana era o modo de expressão dessa singularidade, advogava a existência de uma cultura e uma língua comum ao mundo hispânico. Era a partir da língua e da literatura que a seu ver se restauraria a imagem da Espanha no estrangeiro e se devolveria ao povo espanhol a fé nas suas capacidades e a sua aptitude para a vida civilizada.

Em 1898, Rafael Altamira escreveu *Psicología del pueblo español* para combater um "pessimismo infecundo" e para mostrar que a regeneração espanhola se atingiria reformando o ensino, intensificando e difundido a cultura, numa campanha enérgica pela educação popular[343]. Referindo que a responsabilidade dos intelectuais era enorme num país "atrasado" e "decadente", Altamira sustentava que a formação de um povo era uma questão educativa, e que tudo, até as questões económicas, dependia da educação. Nesse âmbito dizia que muito se poderia fazer pelo mundo hispânico. Considerando que a produção literária e científica espanhola deveriam ter um lugar cimeiro nesses países, poder-se-ia, por exemplo, trabalhar em prol da promoção dos autores clássicos espanhóis, através de um esforço conjunto das universidades e das grandes editoras para a publicação de edições de bolso baratas nos vários países hispânicos[344]. No que respeitava ao sistema educativo, defendia Altamira que a universidade se deveria converter num "factor vivo" de movimento social, trazendo à Espanha professores estrangeiros que ajudassem a formar o futuro pessoal docente e a desenvolver novos núcleos de ensino em especialidades pouco desenvolvidas em Espanha, e ao mesmo tempo levando os professores e alunos espanhóis ao estrangeiro[345]. Altamira dava exemplos concretos de hispanismo, exemplos reais que constituíam passos importantes numa caminhada para a aproximação hispano-americana: elogiava o trabalho da Real Academia Española (que criara em 1919 o prémio Hispano-americano) e da Academia de la Lengua (que arrancara com o projecto de União Internacional Hispano-americana de Bibliografia e

---

[342] Rafael Altamira, *Psicología del pueblo español*, Barcelona, Editorial Minerva, 1902, p. 169.
[343] Id., *Ibidem*, p. 14.
[344] Observaria noutra obra que entre os produtos de maior valor para o futuro hispânico estava o livro impresso em castelhano: originais e traduções. Id., *La política de España en América*, p. 31.
[345] Id., *Psicología del pueblo español,* p. 467.

Tecnologia Científicas) ou as expedições de comerciantes ou os intercâmbios de estudantes e de professores. Eram exemplos de um hispanismo ou hispano-americanismo que não dependia de uma acção oficial (Altamira dizia-se aliás cansado de promessas governamentais sempre adiadas), de um hispanismo que era feito de modo irregular e espaçadamente[346]. Acrescente-se que para Altamira a América não representava apenas um campo de sentimentalismo patriótico mas também um mercado que poderia trazer mais benefícios à Espanha do que muitos mercados europeus. Mas, como referia repetidas vezes, eram necessárias mais do que palavras[347]. Altamira acreditava que poderia contribuir para o desenvolvimento da "civilização humana", principalmente para o desenvolvimento dos povos nascidos a partir da terra ibérica. E acreditava que esse desenvolvimento se processaria através de um trabalho de incorporação de uns povos nos outros, num movimento universal, tornando cada dia mais "fraternal e humano", "combatendo a barbárie" com a educação, tentando atingir uma espécie de "perfeição sonhada"[348].

Houve outros autores cujo pensamento se insere no contexto hispano-americanista progressista. Adolfo Posada foi um sociólogo catedrático de Oviedo que acompanhou Altamira nas suas actividades americanistas. O seu trabalho foi facilitado pela Institución Cultural Española, fundada na Argentina. Posada viajou à Argentina e deu cursos e palestras em várias cidades, e depois visitou o Paraguai, o Uruguai e o Chile. Realizou duas viagens à América, uma em 1910, outra em 1921. Partidário do programa regeneracionista, afirmava que a cultura e o americanismo resumiam o programa de reformas de Espanha. Mas Posada diferia de Altamira: acreditava que a América era um prolongamento natural da Espanha por existir uma unidade "profunda" não só do idioma mas da raça e da tradição[349]. Por sua vez, o interesse do jornalista e crítico literário Eduardo Gómez de Baquero, ou "Andrenio", pelo hispano-americanismo manifestou-se na crítica literária e no ensaísmo de temas políticos, jurídicos e sociais. Recenseou e criticou livros hispano-americanos que chegavam a Espanha na última década do século XIX. Esta preocupação deu lugar a uma copiosa obra periodística nos mais importantes diários e revistas espanholas. A sua ideia de América era a de que a Espanha e o Novo Mundo formavam uma grande

---

[346] Id., *La política de España en América*, p. 54.

[347] Não era, por exemplo, normal que aos portos venezuelanos arribasse um único barco espanhol por mês. Id., *Ibidem*, p. 57.

[348] Id., *Como concibo yo la finalidade del hispanoamericanismo. Conferência pronunciada a 20 de Dezembro de 1926 no Centro de Intercâmbio Intelectual Germano-Espanhol*, Madrid, 1927, p. 14.

[349] Adolfo Posada, *Temas de América*, Valência, Prometeo, 1927, p. 152.

nação cultural dividida politicamente em Estados soberanos, unidos pelo idioma e partilhando a mesma natureza e origem histórica. A seu ver, a unidade hispânica baseava-se mesmo no idioma, que fixava o vínculo entre os povos e abria as portas à universalidade[350]. Discípulo de Unamuno, Frederico de Onís[351] caracterizou os americanos a partir da perspectiva da criação literária, mas com uma amplitude que abarcava outros aspectos da vida espiritual. Compartilhou o programa de reformas morais, culturais e políticas que vinha de 1898 e sublinhou a importância da universidade na formação das minorias que mudariam a Espanha e as ex-colónias. Responsável pela *Antología de la poesia española e hispanoamericana. 1882-1932* (1934), exerceu a cátedra de Estudos Hispânicos na Universidade de Columbia e divulgou a cultura espanhola em universidades norte-americanas. Segundo Onís, o elemento que tornava possível a recriação nas antigas colónias dos valores espanhóis (unidade, liberdade e universalidade) era a língua. Onís pensava que o espírito americano tinha o seu maior reflexo na literatura: só a literatura permitia que o passado perdurasse no presente e no futuro[352].

Apesar de Ernesto Giménez Caballero[353], director de la *Gaceta Literaria* e da secção literária da *Revista de Las Españas*, da União Ibero-Americana, vislumbrar na América uma vocação imperialista espanhola[354], a revista por si dirigida contou com colaboradores tão diversificados que não se pode dizer que transmitisse apenas ideais imperialistas. Pelo contrário, esta revista pautou-se pela multiplicidade de opiniões. Publicada em Madrid entre 1927 e 1932, a *Gaceta Literaria*, precursora do vanguardismo na literatura, na arte e na política[355], surgiu com o intuito de se

---

[350] Eduardo Gómez de Baquero, *Nacionalismo e hispanismo y otros ensayos,* Madrid, Historia Nueva, 1928, p. 13.

[351] Catedrático de Literatura Espanhola nas Universidade de Oviedo e de Salamanca. Foi ainda professor de Literatura Espanhola na Universidade de Columbia.

[352] Frederico de Onis, *España en América,* Madrid, Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, 1955, p. 18.

[353] Com a proclamação da República, as posições políticas de Giménez Caballero e a sua defesa do fascismo levaram a que a *Gaceta Literaria* perdesse muito do seu fulgor. Giménez Caballero esteve muito próximo do franquismo. No livro *Amor a Portugal* (1949), publicado na sequência da viagem de Franco a Portugal, de 22 a 27 de Outubro de 1949, elogiava a aproximação que se vinha concretizando entre os dois países e logiava o Tratado de Lisboa de Amizade e Não Agressão (Março de 1939) e o Protocolo Adicional ao Tratado (1940). Elogiava ainda o trabalho hispanista de Sardinha, Maeztu ou Martins.

[354] Isidro Sepúlveda refere que o principal criador do nexo entre a importação da ideologia fascista a Espanha foi Giménez Caballero, um dos principais ideólogos da Falange. Tendo em conta esta linha ideológica de Caballero, era de esperar que a sua visão do mundo hispânico fosse ultra-consevadora. Cf. Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, p. 95.

[355] A publicação tornou-se numa referência vanguardista e acumulou uma lista impressionante de colaboradores: Benjamín Jarnés, Ramón Gómez de la Serna, Amado Alonso, Luis Buñuel, Salvador

internacionalizar, de chegar a um mundo de influência espanhola. As expressões que figuravam no subtítulo deste periódico não enganavam: ibérica, americana e internacional. Logo no primeiro número, Ortega y Gasset assinalava que o propósito da revista deveria passar por rejeitar toda a exclusão de forma a curar as letras espanholas do provincianismo e pequenez[356]. Existia uma clara tentativa de olhar para além daquilo que acontecia em Espanha. Portugal era um país que deveria ser mais conhecido pelos espanhóis, e o mesmo se diria a respeito de certas figuras lusitanas. A título ilustrativo, elogiava-se o trabalho do editor da portuense *Civilização,* Américo Fraga Lamares, que, tendo adquirido os direitos de publicação da obra de vários espanhóis (entre esses autores estavam Palacio Valdés, Fernández-Flórez, Hernández Cata, José Francés, González-Blanco, Alberto Insúa ou Pedro Mata), contribuía para uma maior aproximação e conhecimento de povos irmãos[357]. Outro português merecedor da atenção deste periódico foi António Sérgio, que em entrevista confessava ter contribuído pessoalmente para a melhoria das relações entre Portugal, Espanha e as Américas. O ensaísta português revelava ter feito parte de uma Comissão de estudos luso-hispano-americanos dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja finalidade passara por viabilizar uma entente ibero-americana[358]. Esta era uma publicação que não se coibia de afirmar o seu iberismo cultural e de defender uma aproximação literária e cultural hispano-americana (fundamentada em preceitos étnicos e linguísticos), que juntasse os povos de ascendência espanhola e combatesse os interesses "anexionistas" de franceses e italianos junto desses povos. De viagem à Argentina, o secretário da revista afirmava Madrid como ponto de intersecção entre a América, a Europa e a Espanha, mas sem

---

Dalí, Jorge Guillén, José Bergamín, Federico García Lorca, Rafael Alberti, Pedro Salinas, Pablo Neruda, Gabriela Mistral, Rosa Chacel, Vicente Aleixandre, Gerardo Diego, Ramiro Ledesma Ramos, Juan Aparicio, Juan Ramón Jiménez, Antonio Machado, Menéndez Pidal, Américo Castro, Gregorio Marañón, Luis de Araquistain, Max Aub ou Corpus Barga. Esta revista teve papel na estada de Almada Negreiros em Espanha, entre 1927 e 1932. Em Outubro de 1927 teve lugar nas Galerias Dalmau uma importante exposição colectiva em que surgia Almada ao lado de artistas da época, tais como o uruguaio Barradas, Biosca, Luis Garay, Miró e Miguel Paredes. Giménez Caballero foi quem deu acolhimento em Espanha a Almada. Diz António Pedro Vicente que Almada vivia um quotidiano penoso em Espanha, necessitando de colaborar em toda a espécie de jornais para sobreviver. Colaborou com *ABC, El Sol, La Esfera, Mundo Gráfico, Blanco y Negro, Nuevo Mundo, Crónica, Revista do Ocidente* ou *La Novela Mundial.* Cf. António Pedro Vicente, *Espanha e Portugal: um olhar sobre as relações Peninsulares no séc. XX*, Lisboa, Tribuna, 2003, p. 80.

[356] Ortega y Gasset, "Sobre un periódico de las letras", *Gaceta Literaria,* Madrid, nº 1, 1/1/1927, p. 1.

[357] Luis D. Amado, "Literatura Española en Portugal", *Ibidem,* nº 6, 1/3/1927, p. 2.

[358] No seio dessa Comissão, António Sérgio propôs a criação de cátedras de Língua e Literatura Espanhola nas universidades portuguesas. Cf. Casco Contell, "Portugal y España, Una conversación con Antonio Sergio", *Ibidem*, nº 11, 1/6/1927, p. 3.

que essa afirmação indicasse uma hegemonia política ou intelectual espanhola[359]. Seguia-se o ideal de uma Espanha renovada e cosmopolita, assente em partilhas culturais e intelectuais que pressupunham uma liberdade de circulação de pessoas e de ideias[360].

Como se referiu, o hispano-americanismo teve, em igual medida, uma grande difusão em Espanha com a interpretação católico-tradicionalista da identidade nacional espanhola, que afirmava a nacionalidade espanhola através da sua projecção para o exterior, sobretudo para as nações ibero-americanas[361]. Nesta interpretação encarava-se Portugal e Espanha como nações herdeiras de uma mesma cultura superior e de um ideal de civilização cuja base era o catolicismo. Defendia-se uma aliança peninsular como ponto de partida para uma comunidade supranacional[362]. Marcelino Menéndez Pelayo foi um dos primeiros espanhóis a contribuírem para formular uma visão de um hispano-americanismo conservador de inspiração religiosa[363]. A sua extensa obra reune três dimensões para a corrente pan-hispanista: a recuperação histórica e filológica da continuidade hispânica na América, a legitimação científica dos pressupostos ideológicos conservadores e a fundamentação religiosa do trabalho espanhol na América[364]. Não é de somenos referir que Menéndez Pelayo advogava que a Espanha abarcava toda a Península e os povos americanos de influência ibérica, e que se um dia chegasse uma fusão ibérica, não se deveria chamar Ibéria mas apenas "Espanha". Sustentava ainda que era impossível haver uma história de Espanha que não incluísse Portugal, ou uma história da literatura espanhola que desvalorizasse a literatura portuguesa, e que a diferença linguística não era um

---

[359] Para acabar de vez com as vontades anexionistas de franceses e italianos na Península, propunha-se erradicar termos que partissem do "latinismo", tais como "América Latina" e "latino-americanismo". Cf. Guillermo de la Torre, "Meridiano intelectual de Hispanoamérica, *Ibidem*, nº 8, 15/4/1927, p. 1. O texto do secretário da revista viria a ser muito mal recebido por um grupo de jovens argentinos ligados a uma publicação sedeada em Buenos Aires, chamada *Martín Fierro*. Acusava-se os espanhóis de serem imperialistas, de se aproximarem das Repúblicas americanas com "falas mansas", quando apenas desejavam poder. Várias personalidades ligadas à *Gaceta Literaria* contestariam estas acusações publicadas no periódico argentino. O director, Giménez Caballero, sublinharia que os espanhóis amavam demasiado a sua independência intelectual para que pudessem desrespeitar a independência alheia. O que se queria na *Gaceta Literaria* era a mais absoluta independência americana. Cf. "Un debate apasionado, Campeonato para un meridiano intellectual. La selección argentina *Martín Fierro* (Buenos Aires) reta a la española *Gaceta Literaria* (Madrid). *Gaceta Literaria* no acepta por golpes sucios de *Martín Fierro* que lo descalifican. Opiniones y arbitrajes", *Ibidem,* nº 17, 1/9/1927, pp. 3-6.

[360] "Madrid = América. 3 Raids Literarios", *Ibidem,* nº 16, 15/8/1927, p. 1.

[361] Pedro Carlos González Cuevas, *Op. Cit.,* p. 617.

[362] Id., *Ibidem,* p. 621.

[363] Relacionava as noções de patriotismo, raça e religião e fundava a comunidade racial na etnicidade e na influência do meio ambiente. Menéndez Pelayo outorgava menos importância aos factores biológicos para dar à definição de raça um conteúdo mais psicológico, baseado na cultura e na religião.

[364] Isidro Sepúlveda, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, p. 67.

obstáculo, uma vez que a literatura portuguesa não era distinta da espanhola, só mais regional, mas sempre irmã da castelhana. Menéndez Pelayo aceitava, no fundo, que existisse separação política entre os países, mas não que se considerasse que existia separação espiritual ou literária, porque tudo era Espanha. No que respeitava aos povos americanos, pensava Menéndez Pelayo que seguiam sendo tão espanhóis como o galego, o catalão ou mesmo o lusitano. O seu conceito de espanhol era amplo: a nacionalidade deveria resultar da combinação do elemento geográfico e etnográfico, da língua, do génio espanhol e das suas tradições artísticas[365]. O idioma espanhol era o elemento que ligava a Espanha à América, não só pelo "mérito histórico" de ter servido de canal para que a América tivesse recebido da Espanha o legado cultural do Ocidente, mas também por servir ainda como vínculo unificador de países desconectados entre si pela geografia[366].

Posteriormente, à tradição hispano-americanista de feição católico-tradicionalista de Menéndez Pelayo associar-se-iam outros autores que defendiam que a América era um produto histórico-cultural da evangelização espanhola, como Ramiro de Maeztu, Zacarías Vizcarra, bispo espanhol a viver em Buenos Aires, Manuel García Morente, filósofo católico espanhol que nos últimos anos da sua vida se tornou sacerdote, ou José Maria Pemán, poeta e escritor monárquico que aderiu à ditadura de Primo de Rivera[367]. O pan-hispanismo esteve ligado a várias figuras políticas oriundas de circuitos conservadores, como o senador Luis Palomo, governantes como Canalejas e Romanones, o ministro de Estado (durante a ditadura de Rivera) José Yanguas Messía, o diplomata José António Sangróniz ou mesmo o próprio Primo de Rivera. Este hispanismo conservador teve o seu órgão de difusão cultural na revista *Raza Española*[368], fundada com o objectivo de promover as

---

[365] Guilermo Lohmann Villena, *Menéndez Pelayo y la hispanidade,* Madrid, Ediciones Rialp, 1957, p. 90.

[366] Id., *Ibidem,* p. 184.

[367] José María Pemán, doutor em Direito e ideólogo conservador, pronunciou a 21 de Abril de 1927 uma conferência na Real Sociedad Geográfica, intitulada "Valor del hispanoamericanismo en el processo total humano hacia la unificación y la paz". Nessa conferência afirmava que a missão histórica da Espanha consistia na reconstrução familiar dos povos hispânicos e propunha um princípio de soberania racial baseado nas leis do espírito e de sangue dos povos. Referia ainda que a soberania racial abarcava todas as nações hispânicas e requeria um Direito próprio. Pemán falava de uma nova forma de Direito Internacional, num mundo saído da Primeira Guerra, evocando o "direito público interfamiliar" aplicável as relações entre Estados pertencentes a um mesmo "tronco". Cf. José María Pemán, "Valor del hispanoamericanismo en el processo total humano hacia la unificación y la paz", *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, Madrid, tomo LXVII, 1927, pp. 213-244.

[368] A revista *Raza Española* foi fundada em Madrid por Blanca de los Ríos, em Janeiro de 1919. De periodicidade mensal durante os dois primeiros anos de existência, passou a editar seis números anuais até Dezembro de 1930. A vontade determinada e expressa pela revista de ser exclusivamente uma

relações entre a Espanha e as nações ibero-americanas mediante um trabalho proselitista[369]. Um desses autores apelidados por Sepúlveda de pan-hispanista foi Vázquez de Mella. Membro da Comunión Tradicionalista (ou Carlista), Mella ligava pátria e tradição. A pátria, no dizer de Mella, era uma unidade formada por todos os séculos, por todas as gerações juntas por um espírito produzido por um conjunto de crenças[370]. Rafael Luis Gómez-Carrasco, presidente da Associação de Amigos de Vázquez de Mella e membro do Instituto de Cultura Hispânica, referia que o conceito de hispanidade de Mella consistia num movimento que conduzia os Estados de língua espanhola a preservarem o que lhes era comum, era um conceito de estirpe puramente tradicional que assentava nas seguintes bases: nos feitos universais espanhóis durante a sua grandeza, no facto de existir uma comunidade de nações livres e soberanas que se ligavam a um país como a Espanha, ligação essa que era cristã (Mella concedia bastante relevância à religião, ao poder evangelizador dos espanhóis), e na vontade manifestada por essas nações de preservarem ideias e princípios morais que advinham da tradição espanhola[371].

Em *Por la España Grande, La Unidad de La Raza Hispana* (1925), Máximo Vergara, da Sociedade de Antropologia, Etnografia e Pré-História de Madrid, apresentava uma concepção hispanista que pouco diferia de outras visões conservadoras. Para além de enfatizar o papel de *Madre Patria* da Espanha nos países americanos — o seu papel educador, missionário e unificador —, olhava para Portugal com sobranceria. Argumentava que, sendo Portugal uma região espanhola, devido à unidade geográfica, etnográfica, histórica e espiritual[372], portugueses e espanhóis deveriam construir uma "história de amor" que combatesse a ideia prevalecente das "costas voltadas"[373]. Vergara defendia a existência de uma Espanha

---

publicação cultural traduziu-se num total desinteresse por temas políticos e económicos. Desde o início que seguiu a linha de publicações que promoveram a Espanha como potência colonial, tais como *La Revista de la Raza* (1914-1928), dirigida por Manuel L. Ortega. A revista apelava à influência espanhola, política e cultural, não só na América espanhola, mas também na Europa e em África. Com influência do pensamento de Menéndez Pelayo, o objetivo principal da revista era recuperar o prestígio da cultura espanhola, tanto dentro do país como entre as ex-colónias espanholas. Pretendia-se difundir uma imagem positiva da história da Espanha. Cf. María Antonieta González López, "Índice de la Revista *Raza Española", RLit,* LXIII, 126, 2001, pp. 535-582.

[369] Pedro Carlos González Cuevas, *Op. Cit.*, p. 618.

[370] Rafael Luis Gómez-Carrasco, *Vázquez de Mella y la Hispanidad,* Madrid, [s. n.], 1961, p. 5.

[371] Id., *Ibidem,* p. 9.

[372] Vergara afirmava que, visitando Lisboa, Porto ou Coimbra, e depois atravessando uma "linha imaginária" a que se chamava fronteira, encontrar-se-iam espanhóis até à medula que em nada diferiam dos portugueses. Cf. Máximo Vergara, *Por la España Grande, La Unidad de La Raza Hispana,* Madrid, Editorial Reus, 1925, p. 166.

[373] Id., *Ibidem*, p. 1.

única[374]. Só com uma Península una poderiam prevalecer os interesses económicos e culturais ibéricos na América. Rejeitando uma união violenta, meio "indigno" de reunir o que era uno por sangue, notava que o modo mais prático de juntar Portugal e Espanha seria através de uma união federativa, pois ainda entre os portugueses eram recordados os tempos de dominação filipina[375]. Contudo, fica-se com a sensação de que o autor desejava algo mais do que uma mera federação ibérica. Vergara recorria a uma linguagem que pouco deveria agradar aos portugueses que porventura o lessem. Afirmava, por exemplo, que os governantes do seu país deveriam conceder aos cidadãos portugueses as vantagens de serem "súbditos" espanhóis ou que, mais dia menos dia, consciencializando-se do bem peninsular, os habitantes de Portugal acabariam por se entregar ao país vizinho[376]. Embora se note que ao longo do livro se tentava dirigir aos portugueses de forma amável, tratando-os encomiasticamente, por exemplo, como irmãos, o que sobressaía era o mesmo discurso imperialista e centralizador de outros tradicionalistas.

Segundo Sepúlveda, a partir dos anos 30 o pan-hispanismo, ou hispano-americanismo conservador, sofreu uma evolução "radical e fascista", tendo-se passado a falar de "hispanidade" – o mesmo conceito usado por Ganivet ou Unamuno, mas com um significado muito diferente. Se para o pan-hispanismo contavam o idioma, a cultura, a história, a raça e a religião, para esta hispanidade só contava a religião. Não querendo pôr em causa as distinções levadas a cabo por Sepúlveda, não é produtivo separar o hispano-americanismo conservador dos anos 20 de um outro hispano-americanismo conservador surgido na década seguinte. Alguém que no entender de Isidro Sepúlveda evoluiu para este hispanismo que tinha apenas em conta o elemento religioso foi Ramiro de Maeztu.

Ramiro de Maeztu, jornalista, crítico literário e diplomata, conhecido colaborador da *Acción Española* desde a sua fundação em 1931, que manteve afinidades com os teóricos do Integralismo Lusitano, desiludiu-se com os ideais socialistas após ter servido como correspondente londrino de vários jornais durante a Primeira Guerra Mundial. No seu regresso a Espanha em 1919, revelava já uma evolução para o pensamento tradicionalista católico[377]. Anos depois, em 1927, era um

---

[374] Id., *Ibidem,* p. 23.
[375] Id., *Ibidem,* p. 201.
[376] Id., *Ibidem,* p. 243.
[377] Em 1904, com trinta anos, Maeztu era um afamado articulista em vésperas de se instalar em Londres como enviado do periódico *La Correspondencia de España.* Foi o primeiro periodista

dos articulistas do órgão oficioso da ditadura *La Nación*. Em 1928, durante a ditadura de Primo de Rivera, aceitou desempenhar o cargo de embaixador espanhol na Argentina. Foi no desempenho desse cargo que contactou com Zacarías de Vizcarra, que sugeria que a "hispanidade" deveria substituir o conceito de "raça" e que o "Dia da Raça" deveria ser substituído pela "festa da hispanidade"[378]. Seguindo esta ideia, Maeztu observaria que não se deveriam comemorar datas como o Dia da Raça, uma vez que a hispanidade juntava muitas raças, oriundas de pontos geográficos diversificados. A hispanidade não era um produto natural, e o seu espírito não era o de uma terra ou de uma raça determinada[379]. Não se negava a existência de raças, mas argumentava-se que se a pátria era acima de tudo um espírito, a hispanidade fazia então parte de um espírito patriótico universal que, superando a terra e a raça, incluía todo o mundo que falava espanhol numa só pátria[380]. A hispanidade compunha-se de homens de raça branca, negra, índia ou malaia, pelo que seria absurdo buscar as suas características pelos métodos da etnografia ou da geografia. A hispanidade não habitava uma mas muitas terras, não era um produto natural, nem fruto de uma terra ou de uma raça. A comunidade hispânica nada tinha de geográfico, era toda ela espírito e ideal, e assentava em pressupostos históricos, sim, mas por causa do passado católico[381]. Segundo Maeztu, o que importava era a consciência de que existia uma unidade moral com quase todos os povos hispânicos. E por muito que certos portugueses "menos cultos" negassem, Portugal também estava incluído no espírito hispânico (como em seu entender atestavam Camões[382] e Oliveira Martins, cujas ideias tinham "iluminado" os feitos dos povos[383]).

Apesar de afirmar que rejeitava qualquer tipo de imperialismo, Maeztu acreditava que a hispanidade se encontrava marcada por uma filosofia católica da história que outorgava à nação espanhola a missão de realizar o ideal cristão da

---

espanhol nesse destino. Entre 1905 e 1919, residiu em Londres, onde trabalhou como correspondente de *La Correspondencia de España, Nuevo Mundo* e *Heraldo de Madrid*. Viajou pela França e pela Alemanha e trabalhou como correspondente de guerra em Itália entre 1914 e 1915. A sua evolução ideológica para o tradicionalismo deu-se a partir do regresso a Espanha.

[378] Cf. Zacarías de Vizcarra, "Origen del nombre, concepto y fiesta de la Hispanidad", *El Español*, Madrid, nº 102, 7/10/1944, pp. 1-13.

[379] Ramiro de Maeztu, *Defensa de la Hispanidad,* Madrid, Gráfica Universal, 1934, p. 21.

[380] Id., *Ibidem,* p. 231.

[381] Id., *Ibidem*, p. 20.

[382] Maeztu remetia os seus leitores para *Os Lusíadas*, Canto I, estrofe XXXI. N' *Os Lusíadas*, Camões, bilíngue, falava da Espanha como Hispânia e definia os portugueses como gente da Espanha (Península Ibérica). Cf. António Apolinário Lourenço e Alexia Dotras Bravo, "Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria", *Revista de História das Ideias,* Coimbra, nº 31, 2010, pp. 285-301.

[383] Ramiro de Maeztu, *Acción Española*, Madrid, tomo 1, nº 1, 16/12/1931, p. 12.

humanidade e de evangelizar a América. Entendia que o humanismo espanhol era de origem religiosa, era um humanismo que explicava a grande indulgência que campeava em todos os domínios da vida espanhola, uma doutrina do homem ensinado pela Igreja Católica e uma "posição ecuménica" dos povos hispânicos, que dizia à humanidade que os homens poderiam ser bons e que só necessitavam de nisso acreditarem para o serem. A missão histórica dos povos hispânicos consistia, por conseguinte, em ensinar aos homens que a sua salvação só dependia da fé e da vontade[384]. Adaptando ao mundo hispânico e cristão ideais herdados da Revolução Francesa, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, Maeztu acreditava que não havia nada na história universal que se comparasse à obra realizada pela Espanha, país que incorporara na civilização cristã todas as raças que haviam estado sob a sua influência[385]. O valor histórico da Espanha consistia na defesa de um espírito universal sem fronteiras. Esta forma de ver a América de influência espanhola diferia de outras menos conservadoras na medida em que para Maeztu (e outros) a Espanha tinha uma missão evangelizadora que consistia em atrair raças distintas ao seu território e modelá-las segundo o espírito universalista (cristão)[386].

Outros referiam-se à hispanidade de maneira semelhante a Maeztu. O advogado, deputado, e durante anos vice-presidente do Círculo da União Mercantil e Industrial de Madrid, Emilio Zurano, publicou *Alianza Hispano-Americana* igualmente com o objectivo de defender os valores espirituais espanhóis e de promover o culto e admiração pela *Madre España*. Acreditava, como tantos outros hispano-americanistas conservadores, que a América viera à civilização como fruto da "sublime virtude da caridade e do amor cristão"[387]. Sublinhava que a Espanha vivia inspirada por um sentimento religioso, sentimento esse que a levara a proteger as "raças indígenas" que colonizara[388]. Defendendo o missionarismo cristão, a necessidade de continuar o trabalho de evangelização nos países americanos que tinham conquistado a independência, sustentava que, para bem dos habitantes das ex-colónias ibéricas, interessava a união ibérica (ainda que essa união, a acontecer, deveria ser consensual e pacífica)[389]. Os povos ibero-americanos podiam ter tido as suas discórdias e desvios, mas no sagrado lugar da família os deveres e o amor

---

[384] Id., *Defensa de la Hispanidad,* p. 73.
[385] Id., *Ibidem,* p. 83.
[386] Id., *Ibidem,* p. 187.
[387] Emilio Zurano, *Alianza Hispano-Americana,* 2ª ed. , Madrid, Imprenta de Juan Pueyo, 1930*,* p. 10.
[388] Id., *Ibidem,* p. 15.
[389] Id., *Ibidem*, p. 51.

santificavam tudo[390]. Além disso, Portugal e Espanha ainda tinham missões por cumprir e não poderiam ficar relegadas a um papel "triste" e de resignação[391]. Constata-se que este era mais um autor profundamente moralista e religioso que achava que a Espanha deveria continuar a ter um papel primacial na Península e no mundo[392].

Uma figura que encaixa neste tipo de hispano-americanismo conservador alimentado pela religião é o filósofo e tradutor espanhol Manuel García Morente, que publicou *Idea de la Hispanidad*, obra resultante de conferências pronunciadas (a 1 e 2 de Junho de 1938) na Associação dos Amigos da Arte de Buenos Aires. Para este autor existia a necessidade de definir a nação como um acto espiritual. A nação não era coisa material que existisse na natureza, não era uma raça, nem sangue, nem território, nem idioma[393]. A nação compreendia o passado, o presente e o futuro, estava fora do tempo e ligava-se a uma infinidade de feitos cujo conjunto constituía a história, a cultura e a produção de um povo. A nação espanhola era, no fundo, um estilo de vida[394]. E como se tratava de simbolizar um estilo de vida, era necessário buscar algo que fosse típico e que desenhasse psicologicamente a modalidade particular da alma espanhola. Onde se encontraria isso? Segundo Morente, na arte, em Quixote, no Cid: o espírito e o estilo da nação espanhola condensavam-se no cavalheiro cristão, que representava a preferência pela grandeza, pela universalidade e a fé, a honra e a confiança em si mesmo[395].

Pela mesma altura em que saiu o citado estudo de Morente, Alfonso de Ascanio lançou *España Imperio, El Nuevo Humanismo y la Hispanidad* (1939), obra ensaística dedicada a Franco. Trata-se de um livro ultra-conservador, repleto de imagens dos heróis do franquismo e de elogios a Primo de Rivera. Que nação no mundo, perguntava-se, se poderia vangloriar de ter dado à luz e criado com "desvelo de mãe" tantas grandes cidades americanas? Que "raça" poderia competir com a espanhola? Afinal, tratava-se de um verdadeiro "Império Hispano, o solar sagrado da

---

[390] Id., *Ibidem*, p. 55.
[391] Id., *Ibidem*, p. 59.
[392] Referia, entre outras coisas, que a Espanha dera ao mundo os conquistadores e à Europa o sentido mais culto e elevado, tendo sempre por guia Jesus Cristo. Id., *Ibidem* p. 131.
[393] Como afirmava, a nacionalidade ou a nação eram estruturas humanas, não naturais, filhas legítimas da liberdade do homem. A nação era uma criação do homem. Por isso superava toda a natureza, toda a coisa natural, como o sangue, a raça, o território e o idioma.
[394] Manuel García Morente, *Idea de la Hispanidad,* Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1938, p. 59.
[395] Id., *Ibidem,* p. 67.

raça" ligado pela língua e pela religião[396]. Este franquista não se limitava a associar a hispanidade à religião. Dava também ênfase à língua, referindo que o idioma castelhano tornava iguais os espanhóis e demais indivíduos que compunham a "Raça Hispânica" (que era imaterial e não pertencia a ninguém)[397]. Conferindo essa importância à língua, fazia sugestões que poderiam ajudar a promover o castelhano. A Real Academia de la Lengua poderia, por exemplo, promover feiras do livro e exposições de imprensa hispânica, ciclos de conferências, visitas de estudantes, edições comuns de revistas e associações de escritores hispânicos. Ascanio sugeria ainda a criação de um "Concurso Imperial Hispânico" que premiasse o melhor livro escrito em castelhano[398].

Intendente consular, catedrático de economia política e alguém muito conservador, Alberto Cavanna Eguiluz também se debruçou sobre o passado e o futuro ibérico para defender uma união dos dois países (ainda que descartasse a união pela violência e que dissesse que essa união poderia ser apenas económica, com a criação de um *zollverein* com ligação aos povos ibero-americanos). Afirmava Cavanna Eguiluz que, se bem que Portugal tivesse séculos de independência e possuísse uma língua diferente, a evolução não tinha um momento histórico determinado: depois de séculos de separação e de franco receio, poderiam vir outros de colaboração, de compenetração e de fraternidade ibérica. A existência de dois Estados no espaço ibérico não impedia que se formasse uma só nação. Os factores determinantes da união dos povos eram a geografia, a etnografia, a língua ou a afinidade filológica e o direito. E nenhum destes factores impedia uma união. Além disso, nem Portugal, nem a Espanha se podiam bastar a si mesmas perante as "necessidades modernas", nem possuíam qualquer força militar. Depois, Portugal era um país pobre: faltava-lhe carvão, ferro e toda a riqueza do subsolo e a indústria não existia[399]. Este autor enfatizava excessivamente palavras como império, força e raça. Querendo aproximar o seu país de Portugal, tendia no entanto a desvalorizar os portugueses, não só sublinhando a sua pobreza, como acentuando a ideia de que o ibero-americanismo se resumia, no fundo, a uma maneira de a Espanha ser maior. Entendia que o ibero-americanismo se referia apenas à América espanhola, uma vez

---

[396] Alfonso de Ascanio, *España Imperio, El Nuevo Humanismo y la Hispanidad,* Ávila, Libreria Religiosa, 1939, p. 12.
[397] Id., *Ibidem,* p. 49.
[398] Id., *Ibidem,* p. 52.
[399] Alberto Cavanna Eguiluz, *Nuevo iberismo. Notas sobre política geográfica*, Madrid, Editorial Madrid, 1941, p. 88.

que até o Brasil, filho de Portugal, que fora sempre Espanha, formava parte dessa América espanhola[400]. Se tudo era Espanha, é possível perguntar se Cavanna Eguiluz se importava com a diversidade cultural dos vários países que pretendia ver ligados e se as suas visões conservadoras não chocavam contra uma das principais premissas do hispanismo: a de que a independência política dos países que se aliariam nunca seria posta em causa.

Em 1948 ainda havia quem, como José Joaquin Sendra Esplá, dissesse que a Espanha tinha uma missão por cumprir na história, que o seu destino era universal e que Deus estava do lado da Espanha[401]. Segundo Esplá, o trabalho espanhol na América e nos países da hispanidade ficara incompleto, porque esses países tinham optado por viver sozinhos, mas era mais do que altura de a Espanha assumir o seu papel evangelizador novamente. Porquê? Porque entre os países americanos e a Espanha existia um espírito único, uma só alma[402]. A hispanidade consistia para este autor, como para todos os outros que manifestaram uma forma de pensar conservadora, na obra realizada pela Espanha na América, residia no contacto do povo espanhol com o americano numa "fusão de raças" que seria "ibero-americana ou ibero-portuguesa.

2. 5. O peninsularismo de António Sardinha

António Sardinha foi talvez o primeiro autor português a utilizar o conceito de hispanismo num sentido muito semelhante ao dos católico-tradicionalistas espanhóis. Por outro lado, se o seu pensamento teve muitos pontos em comum com os conservadores espanhóis, também bebeu muito de autores portugueses. É inegável que a obra de Oliveira Martins teve uma influência preponderante para a formação do seu pensamento peninsularista. No prólogo à primeira edição espanhola de *A Aliança Peninsular* (1924), livro dedicado aos soldados espanhóis que morreram em Marrocos e publicado em folhetim pelo jornal *La Nación*, Ramiro de Maeztu recordava precisamente que a aliança peninsular defendida por Sardinha se aproximava deveras

[400] Id., *Ibidem,* p. 149.
[401] José Joaquin Sendra Esplá, *Hispanidad e Hispanismo,* Alicante, Imp. Papeleria-Baño, 1948, p. 25.
[402] Id., *Ibidem,* p. 20.

das teses sustentadas anteriormente por Oliveira Martins[403]. Martins era aliás tido como uma grande referência tanto para Sardinha como para os seus sequazes. Afirmava-se, por exemplo, num artigo publicado na *Nação Portuguesa,* que, como Martins, Sardinha optava por um dualismo ou paralelismo peninsular, e nunca pelo antagonismo. E, também como Martins, defendia uma união de pensamento e de acção e uma independência de governo[404]. Para ambos, a unidade entre a Espanha e Portugal era mais moral do que física, mais espiritual do que histórica. E, como afirmava Oliveira Lima, o integralista nunca deixava de afirmar a individualidade geográfica do "reino" português[405]. Sardinha destacou-se de outros espanhóis por tentar valorizar o papel de Portugal neste império espiritual por criar. Maeztu, para dar o exemplo de alguém que lhe era próximo, poucas vezes se referia a Portugal, vislumbrava na Espanha o passado e o futuro. Isto era inconcebível para Sardinha, que a todo o momento relembrava que, tendo um passado rico, um povo talhado para feitos heroicos, uma história grandiosa e uma literatura valiosa, Portugal tinha de ter um peso determinante dentro de um futuro império cultural hispânico. Tão hispânicos como os espanhóis, o portugueses não poderiam ter um papel secundário nesta grande aliança entre os países ibéricos e a América[406].

A partir do exílio em Espanha[407], a atitude de Sardinha mudou de forma drástica. Durante e depois do exílio, a sua colaboração com periódicos e sociedades espanholas foi intensa. Mesmo num período em que ainda estava longe de defender o peninsularismo, participou com o pseudónimo António de Monforte nos Jogos Florais Hispano-Portugueses de Salamanca (1909), tendo obtido o prémio que o tornou conhecido nas letras. Em 1920, iniciou a sua colaboração com a revista *Raza Española,* e no ano seguinte proferiu uma conferência na Sociedade da União Ibero-Americana (sociedade à qual aderiu na sequência da troca de correspondência com o marquês de Figueroa, seu director), subordinada ao tema "La Alianza Peninsular –

---

[403] Ramiro de Maeztu, "Prólogo" à 1ª edição espanhola de *A Aliança Peninsular,* p. LXIV.
[404] "Ainda a entrevista de Miramar", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 2ª série, nº 5, 1922, p. 213.
[405] Oliveira Lima, "Um novo Iberismo", *Ibidem,* 3ª série, nº 7/8, 1925, p. 317.
[406] António Sardinha, "O génio peninsular", *Ibidem,* 2ª série, nº 4, Outubro de 1922, p. 152.
[407] A 4 de Abril de 1918, durante a ditadura de Sidónio, Sardinha foi eleito deputado por Elvas. Um ano depois, colaborou com Paiva Couceiro na proclamação da Monarquia do Norte. Ainda em 1919 foi nomeado para o cargo de governador civil de Portalegre. Contudo, o seu apoio à incursão contra-revolucionária valeu-lhe vinte e sete meses de exílio em Espanha (entre 13 de Fevereiro de 1919 e Maio de 1921).

antecedentes y possibilidades"[408]. A 30 de Setembro de 1923 inscreveu-se na Associação de Escritores e Artistas Espanhóis. Em Fevereiro, Maio e Junho de 1924 proferiu conferências na Residência de Estudantes de Madrid. Em Outubro desse ano, um mês antes de participar nas comemorações de Camões em Badajoz, proferiu um discurso nos Jogos Florais realizados em Badajoz em que fazia equivaler a Festa da Raça a uma festa do génio peninsular na sua unidade espiritual de um dualismo que "na vida da Hispânia-Madre Portugal e Castela rigorosamente vinculam e perpetuam"[409]. A sua morte em 1925 acabou com este fecundo intercâmbio. Quando partira para o exílio, Sardinha nutria vários preconceitos contra a Espanha. Fora de Portugal, depois do conhecimento da Espanha, "não através de lunetas alheias, mas da própria observação, e o profundo correctivo trazido aos nossos preconceitos históricos por um estudo aturado e sincero"[410], começou a professar uma admiração pela história e pela cultura castelhana e a defender uma aliança peninsular alimentada pela diversidade como o meio mais seguro de conjurar o fantasma da união ibérica. Passou a ver a aproximação com a Espanha, ou o hispanismo — expressão que considerava ter sido pela primeira vez lançada por Epitácio Pessoa, Presidente da República brasileiro entre 1919 e 1922, que preconizava a união do "lusitano" com o "espanholismo"[411] —, como condição essencial para que Portugal se projectasse no mundo.

Sardinha alterou tanto as suas posições sobre a Espanha, país que dizia ter colaborado com os portugueses na construção de uma obra imortal da civilização, que passou a repudiar a celebração de efemérides que poderiam afectar as relações ibéricas, como as cerimónias anuais de comemoração do 1º de Dezembro. Obras que acirravam o entusiasmo patriótico anti-castelhanista, tais como *D. Jaime* (1862), de Tomás Ribeiro, mereceram igualmente o seu repúdio. Entendia Sardinha que a Espanha deixara de ser uma ameaça, que devia haver respeito e amizade pelas pátrias hispânicas[412]. Afirmava logo no começo de *A Aliança Peninsular*:

---

[408] Publicada em duas partes, em 1922, na revista da mesma sociedade, sob o título "La unidad hispânica".
[409] Nesse mesmo discurso, Sardinha dir-se-ia filho da "grande Madre-Hispânia". Cf. António Sardinha, "Madre-hispânia", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 3ª série, nº 2, 1924, p. 100.
[410] Id., "Ainda a entrevista de Miramar", *Ibidem*, 2ª série, nº 5, Novembro de 1922, p. 212.
[411] Id., "Observações Necessárias", *Ibidem,* 2ª série, nº 3, Setembro de 1922, p. 134.
[412] Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e as suas relações com a Espanha*, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 60.

> Quando Beckford se passeava pelas novenas e pelos serões da Lisboa da senhora D. Maria I, já apareciam patriotas declamando ansiadamente que não tardaríamos a ser reduzidos a uma simples província espanhola. É essa a tara mais grave do patriotismo português[413].

O patriotismo exacerbado que se apoderava dos portugueses assim que se falava da Espanha só impedia o país de evoluir, de estabelecer alianças tidas por si como essenciais para o futuro nacional. Dizia Sardinha que os portugueses alimentavam vários mitos e preconceitos em relação à Espanha. Considerava que para além de Portugal ter desfrutado da "mais completa autonomia" durante o legítimo "parêntesis castelhano"[414], a *leyenda-negra* de Felipe II era uma calúnia do século XVIII "iníqua e sem fundamento"[415]. Baseando-se na *História de Portugal dos Séculos XVI e XVII* (1860-1871), de Rebelo da Silva, diria que ninguém respeitara tanto as liberdades e privilégios dos portugueses como o referido monarca espanhol[416]. Para Sardinha eram aliás inúmeros os momentos de aproximação das duas casas reais, que tornavam estranhos certos mitos anti-espanholistas como os que envolviam a presença filipina em Portugal. Para dar exemplos, referia que Carlos V descendia de D. João I por Filipe-o-Belo, seu pai, e este era neto da imperatriz D. Leonor e bisneto da duquesa de Borgonha, D. Isabel, filha única nascida do casamento do Mestre de Avis com D. Filipa de Lencastre. Já D. Afonso V descendia de D. João I de Castela no mesmo grau em que D. Isabel descendia do Mestre e do Condestável, vencedores em Aljubarrota[417]. Por sua vez, D. Fernando, monarca injustiçado que sofrera "os impropérios duma história míope e sectária por causa do casamento de sua filha única com o monarca castelhano", tinha a seu favor as cláusulas do contrato nupcial da Infanta Beatriz com D. João de Castela (assinado em Salvaterra de Magos em 1383) que exigiam que os filhos nascidos deste casamento "se trarão a Portugal" (ou seja, D. Fernando casara a sua filha com o intuito de procurar um apoio vindo de Castela)[418]. O mesmo teria sucedido com a dinastia de

---

[413] António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, Edição de autor, 1972 [1ª ed. 1925], p. LXXI.
[414] Id., *Ibidem,* p. 218.
[415] Id., *Ibidem,* p. 155.
[416] Id, "O génio peninsular", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 2ª série, nº 4, Outubro de 1922, p. 155.
[417] Id., *Ibidem,* p. 16.
[418] O rei D. Fernando morreu e deixou como herdeira uma filha única, casada com o rei de Castela. A viúva Leonor Teles ficou com a regência, apoiada pelo conde de Andeiro. Houve uma grande oposição a essa regência e à sucessão pela mulher do rei de Castela, encabeçada por D. João, mestre de Avis.

Bragança, empenhada em promover a aproximação entre os dois povos da Península por meio da política de enlaces matrimoniais[419]. Nesta sua demanda pela aliança peninsular, Sardinha não hesitava em embelezar a história de modo a tornar certos momentos traumáticos em momentos de verdadeira comunhão ibérica.

A revista *Contemporânea* (1922-1926)*,* órgão herdeiro do modernismo do Orpheu, associou-se ao hispanismo e ao hispano-americanismo, promovendo um estreitar das relações literárias entre portugueses, espanhóis e americanos[420]. Logo no primeiro número, o arquitecto José Pacheco, fundador da revista, propunha criar uma Sociedade de Amigos de Espanha[421] para responder à criação da Sociedade dos Amigos de Portugal, fundada em Madrid pelo conde de Romanones[422]. No terceiro número anunciava-se um concurso de dramaturgia (promovido pela revista) dirigido a autores portugueses e espanhóis[423]. Refira-se ainda que a terceira série da revista

---

Houve um apoio popular ao mestre de Avis, de quem se esperava a libertação da ameaça de Castela. "Certas afirmações de Fernão Lopes — quando refere estereótipos como os da "falsidade" castelhana e a xenofobia [...] oferecem-nos postas para interpretar a adesão "popular" ao mestre de Avis e a participação desta camada no conflito". Cf. José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional,* Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água, 2012, p. 41.

[419] António Sardinha, "O génio peninsular", *Nação Portuguesa,* p. 153.

[420] Sem perder de vista os movimentos modernistas europeus, esta revista revelar-se-ia bastante eclética, publicando desde ensaios em que se defendia uma política de aproximação ibero-americana a textos de alguns dos nomes mais relevantes da história do primeiro modernismo português e do *Orpheu.* Além de António Sardinha, do marquês de Quintanar e de outros integralistas como Hipólito Raposo ou o conde de Monsaraz, colaboraram nesta revista autores tão diversos como Martinho Nobre de Melo, Celestino Soares, António Botto, Eugénio de Castro, Teixeira de Pascoaes, António Ferro, Almada Negreiros e Fernando Pessoa, o poeta andaluz Adriano del Valle ou o poeta Rogelio Buendía. Outro colaborador de destaque deste periódico foi Gómez de la Serna, que viveu no Estoril a partir de 1923.

[421] Em começos de Junho de 1922, realizou-se na Sociedade Nacional de Belas-Artes uma reunião em que José Pacheco apresentou as suas ideias para a fundação da Sociedade dos Amigos de Espanha. A comissão organizadora desta Sociedade foi composta por José Alexandre Soares, vice-presidente da Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNBA), Luciano Freire, presidente da direcção da SNBA, Columbano Bordalo Pinheiro, José de Figueiredo, director do Museu de Arte Antiga, o professor José da Silva Pessanha, Arnaldo Ressano Garcia, José Pacheco e José Leitão de Barros.

[422] Da Junta Directiva da Sociedade dos Amigos de Portugal fariam parte Romanones (presidente), o conde López Muñoz, Miguel de Unamuno (presidente da secção de literatura), Gómez de la Serna, Ramiro de Maeztu, Gabriel Maura e o marquês de Quintanar. A primeira sessão desta Sociedade realizou-se a 23 de Abril de 1922 no Ateneu de Madrid. Querendo promover saraus, festas, passeios universitários, conferências ou estudos, este grupo destinava-se a estreitar os laços morais, científicos e literários entre as duas nações peninsulares. Presentes neste grupo estavam também personalidades que sustentavam uma visão tradicionalista acerca das relações hispano-americanas, e que travaram amizade com António Sardinha. Já se referiram os nomes de Maeztu e de Quintanar mas houve outros, como o marquês de Figueroa, o conde de la Mortera, o marquês de Lozoya, o conde de Las Navas, bibliotecário do rei espanhol, o conde de Viñaza, bibliófilo, Blanca de Los Ríos, directora de *La Raza Española*, o arquitecto D. Vicente de Lamperez, o escritor e diplomata Almagro y S. Martin, D. Antonio Ballesteros e D. Mercedes Ballesteros.

[423] O prémio consistiria na publicação das peças em separata e na sua representação em Portugal, Espanha, Brasil e Argentina.

(1926) seria dedicada ao tema "Portugal-Brasil-Ibero-americanismo-Arte"[424]. A *Contemporânea* era, como diria Carla Isabel Costa Ferreira numa tese de mestrado defendida na Universidade de Évora, a primeira tentativa de aproximação às modernas letras espanholas e, num sentido mais vasto, o espaço onde se concentravam as vozes que apelavam a uma política de aproximação ibero-americana, perante a ameaça do crescente imperialismo anglo-saxónico[425]. Ora, António Sardinha foi quem, nas páginas deste periódico, mais se destacou na defesa de um intercâmbio cultural entre Portugal, Espanha e as antigas colónias americanas. "Pan-hispanismo", publicado em Junho de 1922, era um texto em que se preconizavam algumas das principais ideias de *Aliança Peninsular*[426]. Advogando a existência de uma civilização (ibérica) dotada de uma missão assinalada por Deus, tal como advogavam os tradicionalistas espanhóis considerados por Isidro Sepúlveda como pan-hispanistas, afirmava Sardinha que se deveria fazer o possível para que se constituísse uma comunidade ibero-americana (assente na partilha de um mesmo património cultural e histórico) que fizesse frente à crescente influência anglo-saxónica.

O hispanismo aparecia na obra de Sardinha como uma síntese de todas as experiências religiosas e culturais da humanidade. Da fusão de três factores — o semita, o camítico e jafético—, resultara uma universalidade do génio hispânico[427] que garantia que o papel de apóstolos das futuras ideias estaria reservado aos apóstolos da antiga ideia católica[428]. Fazia-se a aproximação entre os dois países peninsulares e as nacionalidades americanas e os países africanos de influência portuguesa[429]. Depois do catolicismo, afirmava Sardinha, a base fundamental de uma Península destinada a redescobrir a América era a latinidade. Numa "dimensão evangélica do ecumenismo", este hispanismo estruturava-se na convicção de que o

---

[424] É ainda de assinalar a presença de autores brasileiros como os juristas Noé de Azevedo e Spencer Vampré, que publicaram textos inseridos num ciclo de conferências realizado em S. Paulo (1922), em torno da defesa de uma confederação luso-brasileira, e de outros autores hispânicos, tais como J. M. Cantillo, ministro da Argentina em Portugal, Daniel Ruzo, poeta peruano, Eduino de Mora, adido da legação de Cuba, de Antonio Iraizoz, ministro daquele país em Lisboa, e José Frias, poeta mexicano, eram espelho da vontade manifestada pela revista de comunicar com as antigas colónias americanas.

[425] Carla Isabel Costa Ferreira, *O iberismo numa revista do primeiro modernismo português*, Dissertação de Mestrado em Estudos Ibéricos, Évora, Universidade de Évora, 2007, p. 79.

[426] *Contemporânea*, Lisboa, nº 2, vol. 1, Junho de 1922, pp. 49-51.

[427] Universalidade essa, segundo o próprio Sardinha, já preconizada por Oliveira Martins.

[428] António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, p. XCVII.

[429] Cf. Id., "A lição do Brasil", *Nação Portuguesa*, Lisboa, 2ª série, nº 11, 1923, e "O Brasil e o Hispanismo", *Ibidem*, série IV, tomo II, nº 9, 1927. Em 1922 Sardinha assumiu o cargo de director da *Nação Portuguesa*, tendo começado nesse órgão integralista a fomentar ideias hispanistas.

espírito português começaria por "humanizar" os habitantes da Espanha[430]. Incluindo os conceitos de raça e de génio peninsular (herdado de Oliveira Martins), a Hispânia de Sardinha encaixava num ideário utópico, atemporal e messiânico, e não se confinava a preencher o solo peninsular e a América, uma vez que também o Norte de África estava incluído[431]. Este império prodigalizado por Sardinha não era de conquista mas espiritual: o génio peninsular era a fonte legítima do único imperialismo pacificamente civilizador, por ser um imperialismo "anímico" e uma "soberania espiritual"[432]. É preciso não esquecer que, na esteira por exemplo de Renan, os integralistas sustentavam um conceito espiritual de nação, alicerçado na ancestralidade. Como diria Archer de Carvalho, viam a nacionalidade como uma alma, uma valor espiritual ou um génio[433]. Já Miguel Esteves Cardoso encontra em Sardinha não apenas uma constante vontade de conciliar a Saudade (como lembrança obsessiva de um passado) com o Sebastianismo (como ensaio místico de um futuro), como a defesa de uma missão divina de Portugal criadora de uma versão moderna do Quinto Império, através da apologia do "Império Português físico e tangível", tanto em África como noutros continentes[434]. As ideias de Sardinha (e dos integralistas) cruzam-se não só com as de Oliveira Martins e dos tradicionalistas espanhóis que projectavam um império espiritual hispânico de origem católica, mas também com as de contemporâneos seus como Pascoaes ou mesmo Pessoa, na medida em que recorria à Saudade, ao espírito dos Descobrimentos e ao Quinto Império para se referir a um futuro de esplendor português. Anti-republicano[435], defendendo intransigentemente a

---

[430] Paulo Archer de Carvalho, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 18, 1996, p. 240.

[431] Cecília Barreira, "Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da "Nação Portuguesa", 1914-26)", *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3º4º5º, p. 1428.

[432] António Sardinha, "O génio peninsular", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 2ª série, nº 4, Outubro de 1922, p. 158.

[433] Cf. Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo, mitemas do Integralismo Lusitano,* Coimbra, [s. n.], 1993, p. 37.

[434] "A conciliação pretendida atingir-se-ia através de um aproveitamento da saudade já antevisto por Pascoaes (ao tentar definir a saudade como um fenómeno essencialmente esperançoso). Do passado já não viria o modelo original dos integralistas —Portugal no limiar dos Descobrimentos—, mas a época grandiosa que se lhe seguiria. Modernamente, pretendiam Sardinha e os seus seguidores uma imitação contemporânea daquela grandeza que viam em Quinhentos, alicerçada sobre uma aliança incompleta com a Espanha e centrada no Atlântico Oeste." Cf. Miguel Esteves Cardoso, "Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano", *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3.°, 4.° e 5.°, p. 1408.

[435] A mudança de Sardinha de republicano para monárquico deveu-se em parte à rejeição da sua admiração inicial por Teófilo Braga. Sardinha repudiava o parlamentarismo republicano e recusava a existência de uma Monarquia Constitucional, como a anterior a 1910, ou a Monarquia Absoluta do Marquês de Pombal. Escreveu textos muito violentos contra D. Manuel, textos esses coligidos num

continuidade da soberania portuguesa, o hispanismo de Sardinha consistia pois numa projecção da dualidade monárquica na América[436], numa futura unidade hispânica, que nada tendo que ver com o tempo dos Filipes (1580-1640), formaria um verdadeiro "supernacionalismo". Os seus principais propósitos seriam os da defesa comum e da afirmação dos ideais da civilização cristã, ameaçada pela civilização materialista[437].

Quase vinte anos após a sua morte, numa obra intitulada *Posição de António Sardinha* (1943), o integralista Luís de Almeida Braga resumia o pensamento hispanista do amigo, defendendo-o dos seus críticos. Almeida Braga nada encontrava nos escritos de Sardinha que contradissesse um desejo de contribuir para o engrandecimento do sentido universal do génio português. Defendendo, ao mesmo tempo, uma soberania dual e uma unidade de interesses em matérias de expansão cultural e económica e de defesa, o peninsularismo de Sardinha, aliado ao americanismo, pretendia substituir, pela colaboração amigável das duas grandes pátrias hispânicas, a "velha e estulta" quimera do iberismo[438]. Representando o regresso à "concórdia política e social de Quinhentos, que permitiu às duas monarquias peninsulares, criadoras e fundadoras de nações, afirmarem ao Mundo a universalidade do seu espírito"[439], este peninsularismo, que excluía qualquer hipótese de perda de soberania, só traria vantagens a Portugal. Braga não falhava ao notar que Sardinha rejeitava o antigo iberismo. Também não errava ao dizer que a obra do mestre muito contribuíra para desmistificar mitos e receios infundados, tais como o de que existia um perigo real de invasão espanhola. Este integralista embarcava até no tipo de argumentação de Sardinha, dizendo que se era certo que Castela cobiçara Portugal, não menos verdade era que os portugueses tinham cobiçado Castela. Ou seja: para Braga, rejeitar qualquer aproximação ao país vizinho com base no argumento de que havia uma Espanha de mentalidade imperialista, herdeira de Filipe

livro publicado postumamente, em 1937, intitulado *O processo dum rei.* Os integralistas tinham gosto pela Ordem e pela Autoridade, por temas como a decadência moral e religiosa, entendida como consequência da Revolução Francesa. O Integralismo precisava de esperar pela morte da República para se impor: "O integralismo tinha passado (a monarquia de oito séculos, quase) e tinha futuro (dentro das fronteiras do corpus Christi e da confraria coroada da respublica christiana) [...] Mas o presente, democrático, laico e republicano, era tão só o combate político: não tinha perspectivas históricas". Cf. Archer de Carvalho, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", p. 236.

[436] Id., *Ibidem*, p. 238.

[437] Carlos Maurício, *Op. Cit.*, p. 89.

[438] Luís de Almeida Braga, *Posição de António Sardinha*, Lisboa, Minerva, 1943, p. 55.

[439] Id., *Ibidem,* p. 77.

II, não tinha qualquer cabimento, na medida em que era o tipo de argumento que só despertava ódio nos portugueses contra o povo espanhol. O que apaixonava Sardinha era, seguindo as palavras de Almeida Braga, a unidade cultural, moral e sentimental da Península e a sede de absoluto que irmanava diferentes povos e levava de cruz alçada pelo escuro mar das tormentas à verde terra do Novo Mundo[440]. Não interessava a Sardinha acicatar rancores mas fazer amizade, contribuir para que a missão por que Portugal tanto esperava se cumprisse. Afinal, se Camões, Sá de Miranda ou D. Francisco Manuel de Melo eram muito lidos no país vizinho, e se Calderón de la Barca, Tirso de Molina ou Vélez de Guevara não menos presentes estavam na biblioteca de qualquer português culto, que razões existiriam para que a consciência hispânica, tão bem definida nos dois países (ao ponto de Carolina Michaelis de Vasconcelos ter aplicado a expressão “bilinguismo-literário” para se referir à poesia peninsular), não funcionasse em uníssono?[441].

Poder-se-á perguntar: o que representavam o peninsularismo/ hispanismo/ hispano-americanismo de Sardinha? À semelhança do pensamento tradicionalista espanhol, união de pensamento e de acção entre os países ibéricos e americanos através da missão civilizadora da Península Ibérica, mas sempre com a defesa intransigente da independência política dos países envolvidos[442]. Em *À Lareira de Castela* (1943), obra em que foram compilados os diversos artigos que Sardinha publicou em Espanha, encontram-se várias manifestações de entusiasmo em relação à unidade hispânica, verdadeiro acto de amor à raça e ao seu génio imortal[443]:

> Nada como a Festa da Raça, com missões nossas visitando não só Madrid, mas os diversos países americanos que de longe procuram restabelecer as relações de família interrompidas! Nada como os frequentes congressos hispano-americanistas, em que se participa da mesma ardorosa fé nacionalista e se traçam roteiros seguros para se assegurar o dia que vem![444].

Entendendo a raça como expressão de um determinado tipo histórico e compreendendo a unidade hispânica como uma espécie de “super-nacionalismo”,

---

[440] Id., *Ibidem,* p. 78.
[441] António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, p. 5.
[442] Id., *Ibidem*, p. 62.
[443] Id., *À Lareira de Castela: Estudos Peninsulares,* Famalicão, Minerva, 1943, p. 107.
[444] Id., *Ibidem*, p. 7.

cimentado numa consciência Quinhentista cantada por Camões que afirmava a força portuguesa, Sardinha colocava portugueses e espanhóis em pé de igualdade nesta aliança dos povos hispânicos[445]. Mais moral do que física e mais espiritual do que histórica, a unidade entre a Espanha e Portugal funcionava sem ascendência ou predominância de um país sobre o outro[446]. Não se tratava de iberismo mas de fazer resplandecer o grande espírito ibérico através da promoção de alianças essencialmente culturais e literárias. Tratava-se de fazer brilhar Portugal, reaproximar o país de África e do Brasil a partir das letras, dos seus intelectuais, no fundo, do seu giganteo espírito heroico.

A teorização de Sardinha sobre o hispanismo encontrou uma recepção muito favorável em sectores conservadores da intelectualidade madrilena. Ramiro de Maeztu indicava alguns dos nomes que não tinham escapado à influência do integralista português: Vázquez de Mella, o conde de la Mortera[447] (a edição de 1924 de *Aliança Peninsular* abre com um prefácio de Gabriel Maura Gamazo, duque de Maura e conde de la Mortera, amigo de Sardinha que o ajudou no exílio), o historiador e professor catedrático (das Universidades de Sevilha e Madrid) Antonio Ballesteros[448] e o marquês de Lozoya[449], os escritores marquês de Figueroa[450] e Blanca de los Rios, fundadora da revista *Raza Española,* Ángel Herrera, jornalista, político e sacerdote, que viria a ser dirigente da Acção Católica, e o marquês de Quintanar (Santibáñez del Rio), prefaciador da edição espanhola de 1939 da *Aliança Peninsular*. Este último, amigo e tradutor de Sardinha em castelhano, adoptou no essencial as suas ideias e identificou dois momentos que poderiam ser a aurora do hispanismo: um Congresso das Juventudes Hispano-Americanas e o Centenário de

---

[445] Id., *Ibidem*, p. 144.

[446] Id., *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, p. 63.

[447] Político e historiador espanhol, membro do Partido Liberal-Conservador, deputado, representou o seu país na Conferência de Paz em Haia (1907) e na Conferência Naval de Londres (1908), tornando-se senador vitalício em 1919. Durante a Ditadura de Primo de Rivera passou à oposição quando compreendeu que a Assembleia Nacional não se converteria em Cortes. Foi ainda ministro do Trabalho no último Gabinete de Afonso XIII.

[448] Ballesteros publicou, por exemplo, na *Nação Portuguesa* um texto sobre a Festa da Raça. Cf. A. Ballesteros Beretta, "La Fiesta de la Raza", *Nação Portuguesa*, Lisboa, 2ª série, nº 4, Outubro de 1922, pp. 147-149.

[449] Juan de Contreras y López de Ayala, marquês de Lozoya, historiador, foi professor de História da Arte nas Universidades de Valência, Madrid e Navarra. Lozoya louvava a obra de António Sardinha sobretudo no que respeitava à unidade cultural entre Portugal e Espanha. Cf. Marquês de Lozoya, "À memória de António Sardinha - Notas sobre a obra de António Sardinha, 1925", *Ibidem,* 5 ª série, tomo I, nº 3, Setembro, 1928, pp. 181-188.

[450] *À Lareira de Castela,* editado postumamente (1943), teve como embrião uma conferência proferida em Abril de 1921 na União Ibero-Americana, em Madrid, a convite do seu presidente, Juan Bautista Armada y Losada, marquês de Figueroa.

Fernão de Magalhães (18 de Agosto de 1919)[451]. Quintanar publicou *Portugal y el hispanismo* (1920), livro que agrupava as crónicas que publicara na imprensa portuguesa (principalmente no *Diário Universal*) sobre o tema do hispanismo. Numa dessas crónicas, intitulada "El hispanismo substituyendo al iberismo", sublinhava que com o grassar da emigração portuguesa para Espanha, com os literatos portugueses a começarem a ocupar-se das "belezas" espanholas e com os homens de negócios a principiarem a reforçar as suas ligações no outro lado da fronteira, se deduzia que existia um "milagre hispânico" a florescer, milagre esse que era real, palpável, que se via nos negócios, no comércio, na crescente aproximação cultural[452]. Quintanar considerava que o desejo de Sardinha de aproximação à Espanha representava um passo em frente na marcha para o entendimento das nações peninsulares. A viver em Espanha, o português aprendera que só quem cultivasse uma grande ignorância acusaria os espanhóis de "imperialismo" e de guardarem intenções secretas de anexação de Portugal ("conquistas absurdas"). Portanto, tendo aceitado viver com uma impopularidade que advinha do facto de ter apelidado Castela de "irmã maior", Sardinha adoptara uma decisão de extrema coragem que poderia vir a ser decisiva para quebrar certos mitos anti-espanholistas veiculados pela imprensa portuguesa[453].

Como sucedeu com outros hispanistas, António Sardinha trocou correspondência com uma série de espanhóis, brasileiros e hispano-americanos. Essa correspondência, compilada por Susana Rocha Relvas, atesta a amizade e a comunhão intelectual que existiu entre o integralista e esses autores[454]. As cartas recebidas pelo autor de *Aliança Peninsular* permitem extrair um conjunto de opiniões que contribuem para o aprofundar do pensamento hispanista. Logo em 1911, alguém tão distante do pensamento católico e monárquico como Ribera i Rovira, que dizia amar Portugal "com afecto português", enviava uma mensagem de encorajamento pelo trabalho realizado pelos integralistas em prol da internacionalização da cultura e da arte peninsular[455]. Assinadas pelo já referido conde de la Mortera, encontrou Susana Rocha Relvas catorze cartas (enviadas entre 1919 e 1924). Em todas elas se

[451] Conde de Santibáñez del Río [marquês de Quintanar], *Portugal y el hispanismo*, Madrid, [s. n.], 1920, p. 55.
[452] Id., *Ibidem,* p. 54.
[453] Id., *Ibidem,* p. 28.
[454] Embora quase não se encontrem cartas enviadas por Sardinha.
[455] Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e suas relações culturais com Espanha, Apêndice documental, correspondência espanhola, brasileira e hispano-americana dirigida a António Sardinha 1906-1925*, Lisboa, 1998, p. 7.

evidenciava uma forte proximidade intelectual e afectiva entre os dois homens. A 25 de Maio de 1921, era o próprio Sardinha que escrevia a Maura Gamazo dizendo ser o dever de pessoas como eles contribuírem para a "aproximação intelectual e afectiva das grandes nacionalidades hispânicas"[456]. Em começos de Junho do mesmo ano, Gamazo recordava carinhosamente o tempo passado pelo integralista em Espanha, e afirmava que esperava continuar a aprofundar as suas convicções sobre a conveniência da aproximação intelectual entre os dois países[457]. De um dos principais seguidores do pensamento hispanista de Sardinha, o marquês de Quintanar, foram coligidas trinta e seis cartas (enviadas entre 1919 e 1922) nas quais se encontram múltiplas declarações de amizade e de admiração. Estas cartas não passavam, de modo geral, de documentos pessoais desprovidos de valor intelectual. Confirmam, em todo o caso, que o hispanismo passou também por um lado afectivo. Várias têm sido as provas ao longo deste estudo de que as ideias de aproximação ibérica surgiram após um ou outro intelectual ter passado períodos de férias (Unamuno) ou de exílio (Sardinha, Fidelino de Figueiredo) no país vizinho. Houve pessoas de diferentes sensibilidades (e nacionalidades) que, tendo-se tornado amigas, começaram depois a discutir as possibilidades de uma aproximação ibérica.

Também o referido marquês de Lozoya se mostrou muito próximo de Sardinha. Encontram-se dezanove cartas suas enviadas entre 1920 e 1924. Numa delas, de começos de Janeiro de 1922, Lozoya fazia votos para que começasse uma era de prosperidade em Portugal, país que mais amava a seguir ao seu[458]. E noutra carta, datada de Maio de 1922, congratulava o seu "muito querido amigo" pelo feito dos aviadores portugueses que fizera crescer na Península a esperança num futuro maravilhoso[459]. Do marquês de Figueroa, presidente da União Ibero-Americana, constam quinze cartas (enviadas entre 1920 e 1924). Nessas cartas Figueroa apelava a que, em nome da amizade que os unia, Sardinha não hesitasse em enviar artigos para as publicações patrocinadas pela União[460]. Entre elogios à *Nação Portuguesa* e ao trabalho ensaístico e poético do líder integralista, nas vinte e uma cartas enviadas (entre 1921 e 1924) por Antonio Ballesteros y Beretta manifestava-se uma constante vontade de estreitar os laços entre Portugal e Espanha. A 21 de Novembro de 1921,

[456] Id., *Ibidem,* p. 14.
[457] Id., *Ibidem,* p. 15.
[458] Id., *Ibidem,* p. 57.
[459] Id., *Ibidem,* p. 58.
[460] Id., *Ibidem,* p. 80.

Ballesteros pedia a Deus que concedesse dias prósperos a Portugal para que, com firmeza, a desejada "união espiritual e económica" se convertesse em algo cada vez mais plausível. Como tantos outros autores, referia-se no mesmo documento que, para que essa união começasse a ganhar forma, era necessário antes de mais arrancar à alma portuguesa o "ódio ancestral a Castela", pois portugueses e espanhóis pertenciam à mesma raça e estavam ligados espiritualmente por valores mais fortes do que qualquer ódio[461]. No dia em que o ódio desaparecesse do peito dos portugueses, prosseguia Ballesteros em carta de Outubro de 1921, os dois países, independentes mas unidos espiritualmente, seriam vistos aos olhos do mundo como uma força una[462].

Foram inúmeros os correspondentes de Sardinha. Para além dos citados, poder-se-ia dar outros exemplos de figuras que, para além de professarem a sua amizade e admiração pela obra do integralista, faziam elogios a periódicos como a *Nação Portuguesa*: Manuel Abril, o médico e jornalista Felipe Trigo, o catedrático em literatura árabe Ribera y Tarragó, Armandi-Avogli, San Martín, Manuel Lozoz, Marichalar, o político e escritor Solar y Taboada[463], Parcy Casmeño da Federación de Estudiantes Catolicos, Ramón Alarcón, Euxenio Montes, director de *El Debate*, Ramiro Maeztu, o jornalista Luís Araquistan, director da revista *España*, Salvador Nuñez, Gonzalez Blanco, Rovira y Pita, que foi jornalista de *El Correo*, *La Correspondencia de España*, *El Español* ou *El Diario*, ou Gabriel Uriguen, que em carta de 1924 confessava acreditar que a única salvação dos povos peninsulares residia numa espécie de iberismo intelectual e económico[464]. Como se disse, os seus correspondentes não foram apenas espanhóis. Houve também brasileiros (Ronald de Carvalho, Jackson de Figueiredo, Gilberto Freyre e Elísio de Carvalho) e autores provenientes de outros países americanos, como foi o caso da colombiana Mercedes Ballesteros e da peruana Angelica Palma, colaboradoras da *Nação Portuguesa*, ou do argentino Francisco Silva, que se deslocou a Portugal por duas vezes e defendia o peninsularismo de Sardinha. Portanto, tanto para Sardinha como para os seus

---

[461] Id., *Ibidem,* p. 97.
[462] Id., *Ibidem,* p. 104.
[463] Orador e organizador dos Jogos Florais de Frenegal de la Sierra e do 1º Certame Hispano-português celebrado em Badajoz (1924). Organizou também a Exposição Pictórica Luso-hispana no Ateneu de Badajoz.
[464] Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e suas relações culturais com Espanha, Apêndice documental, correspondência espanhola, brasileira e hispano-americana dirigida a António Sardinha 1906-1925*, p. 150.

prosélitos o pensamento hispanista dever-se-ia fortalecer a partir de um intercâmbio cultural e intelectual que facilitaria e tornaria mais estreitas e amistosas as relações comerciais e industriais dentro da Península. O hispanismo reforçar-se-ia no momento em que os países ibéricos realizassem a obra de aproximação ao Brasil e às Repúblicas hispano-americanas.

Depois deste pequeno excurso em torno da obra de Sardinha, poder-se-ia questionar se tinham sentido as críticas que lhe foram feitas em finais do período marcelista por Franco Nogueira, ou antes disso, por Alfredo Pimenta. Alfredo Pimenta— que passou pelo nacional-sindicalismo nos anos 30 e, depois da ilegalização do movimento, conservou-se na facção monárquica do salazarismo, tendo desempenhando cargos como o de conservador do Arquivo Nacional-Torre do Tombo (que chegou a dirigir durante o seu último ano de vida) — opunha-se inequivocamente às teses hispanistas de Sardinha. Mais de uma década depois da controversa Harmonia Ibérica, com Portugal controlado pela Ditadura Militar, trocaria várias acusações com partidários do hispanismo de António Sardinha, como o marquês de Quintanar. Em 1928, Quintanar repudiaria as acusações de Pimenta, observando que da sua parte não haveria nada mais em relação a Portugal do que "amor e desinteresse", e que nunca defenderia uma aliança que não fosse a defendida por António Sardinha[465]. O então jovem Marcelo Caetano, o mais novo dos discípulos de Sardinha, como se considerava[466], refutava as posições anti-hispanistas de A. Pimenta, uma vez que este não punha a hipótese de Portugal ser um país suficientemente civilizado, ao ponto de um indivíduo que nutrisse simpatias pela Espanha não ser "fuzilado por alta traição"[467]. Este artigo de Caetano surgia na sequência de um outro em que Pimenta insistira em garantir que, ao contrário do que julgava António Sardinha, que se fixava numa aliança peninsular "sem sentido", os portugueses tinham uma aliada histórica, a Inglaterra: "O nosso futuro não está na Espanha, por Deus! O da Espanha está em Portugal? Figas! Canhoto!"[468]. Poucos

---

[465] Marquês de Quintanar, "Portugal e Espanha", *Voz*, Lisboa, nº 361, 7/2/1928, p. 1.
[466] Em artigo no *Ordem Nova,* jornal católico, anti-moderno, anti-democrático, anti-bolchevista e anti-burguês, do qual era director, Marcelo Caetano, citando Oliveira Martins, escrevia sobre a *Aliança Peninsular,* "maravilhoso livro cheio de alma" que ensinara que os dois países peninsulares partilhavam a mesma civilização e que, por isso, não tinham de permanecer divorciados espiritualmente por antigas questões e dissentimentos. Não fazia sentido acreditar na existência de um "perigo espanhol". Cf. Marcelo Caetano, "A Restauração de Portugal", *Ordem Nova*, Lisboa, fascículo 12, Fevereiro de 1927, p. 313.
[467] Id., "A ofensiva hispanista", *Voz*, Lisboa, nº 356, 2/2/1928, p. 1.
[468] Alfredo Pimenta, "A Ofensiva hispanista", *Ibidem*, nº 354, 30/1/1928, p. 1.

anos depois, em 1931, Artur Portela viria a criticar igualmente algumas posições defendidas por António Sardinha. Para Portela, Sardinha fora germanófilo quando Portugal lutava contra a Alemanha e atacara a aliança inglesa. Expressões a que recorrera, como "raça monárquica" e "raça republicana", não passavam de divagações. Além disso, não só justificara a conquista de Portugal por Filipe II como expressara o desejo de assistir à "supremacia da Espanha ressurgida"[469].

Como interpretar estas críticas ao pensamento de António Sardinha? Com os mesmos olhos com que o integralista Pequito Rebelo[470] criticou Franco Nogueira pelo que escreveu em *As crises e os homens*? Isto é, acusando os detratores de Sardinha de ignorância em relação a uma obra que em momento algum pressupunha submissão à Espanha ou adesão ao iberismo. Reconhecendo que *A Aliança Peninsular* era uma obra que dificilmente seria bem acolhida por nacionalistas portugueses com pouca abertura para aceitar qualquer proposta de aliança com a Espanha. Fica-se com uma certeza: a obra de António Sardinha, controversa, contestada, alvo de ataques (como os de Pimenta ou de Franco Nogueira) e de elogios (não só por parte dos integralistas portugueses, como de espanhóis como o marquês de Quintanar ou Maeztu), permaneceu viva para além da sua morte. Para que isso tenha sucedido, deveras deve ter contribuído o facto de o tema do iberismo ou, se se preferir, o tema das relações entre Portugal e Espanha, ter continuado aceso pelo menos durante a primeira metade do século XX.

O debate que antigos integralistas como Pequito Rebelo alimentaram no periódico o *Debate* com o ex-ministro salazarista, após este ter apelidado Sardinha de iberista, é ilustrativo da carga negativa que a palavra iberismo manteve ao longo dos anos. Em *As crises e os homens* (1971)[471], Franco Nogueira, político e diplomata próximo de Salazar que se destacou nas funções de ministro dos Negócios Estrangeiros (1961-1969), não hesitava em identificar o hispanismo/peninsularismo de António Sardinha com o iberismo, reduzindo-o a uma mera união com a Espanha[472]. Nogueira admitia que Sardinha pudesse ter sido um homem sério e de boa

---

[469] Artur Portela, *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 3072, 30/4/1931, p. 1.

[470] Insuspeito de iberismo. Em 1917, durante a campanha da Harmonia Ibérica, escreveu artigos salientando as diferenças inconciliáveis (território, clima, demografia, etc.) entre portugueses e espanhóis. Acreditava somente que se poderiam assinar tratados de comércio. Cf. Pequito Rebelo, "União Ibérica e Zollverein", *Monarquia*, Lisboa, nº 9, 21/2/1817, p. 1.

[471] Cf. Franco Nogueira, *As crises e os homens,* Lisboa, Ática, 1971.

[472] Sem pôr em causa uma diplomacia de boa vizinhança, era apologista de "uma reserva histórica". Cf. Sérgio Campos Matos, *Conceitos de Iberismo em Portugal*, Coimbra, 2007, Separata da *Revista de História das Ideias,* vol. 28, p. 180.

fé mas alertava que em termos políticos tinha sido um ingénuo e mesmo um "provinciano"[473]. Na resposta Pequito Rebelo lamentava não apenas que Franco Nogueira chamasse iberista a todo aquele que defendesse a aliança peninsular, mas também que manchasse a memória de alguém que sempre se pautara por uma busca honesta do conhecimento[474].

Uma das ideias de Nogueira que os autores envolvidos nesta polémica[475] mais contestavam era a de que o hispanismo conduzia inexoravelmente à diluição de Portugal na Espanha. Era claro para Pequito Rebelo que o hispanismo ou peninsularismo de Sardinha estava muito longe de qualquer tentação iberista e que, dando preferência à aliança luso-britânica e, por conseguinte, nutrindo preconceitos em relação ao país vizinho, o ex-ministro confundia o iberismo com a aliança peninsular. Para este fundador do Integralismo Lusitano, as posições de Franco Nogueira não se distanciavam muito das de todos os que aquando do lançamento de *A Aliança Peninsular* tinham rejeitado de forma quase irracional as teses hispanistas de Sardinha, sem ao menos terem tentado compreender em que pontos é que essas teses se distanciavam do iberismo:

> Sardinha morreu, mas a ideia da Aliança Peninsular vive, cada vez mais cheia de razão, embora muito pouco traduzida em factos, o que evidentemente não dependia de Sardinha, mas sim da aceitação dessa ideia pelos homens do Poder, tanto de Portugal como da Espanha, como dos países parentes do Novo Mundo. Ainda em vida Sardinha recebeu grandes aplausos, mas viu também a sua atitude malsinada de um lado e outro da raia, e desprovida de apoio oficial. E há até agora esta coisa considerável: um antigo ministro dos Estrangeiros, de ímpar autoridade e longo exercício, publica afirmações que dão a certeza moral de que durante a sua gerência não terá deixado de opor o seu veto a qualquer realização da ideia peninsularista que, pelo seu lado, Salazar tão claramente proclamou[476].

---

[473] Franco Nogueira, *Op. Cit.,* p. 19.
[474] Pequito Rebelo, "*As Crises e os Homens* (pequeno comentário a um grande livro)", *António Sardinha e o Iberismo – acusação contestada*, Lisboa, qp, 1974, p. 4.
[475] Para além de Pequito Rebelo, contribuíram para o debate Herculano Marques da Costa, Rodrigues Cavalheiro, J. Oliveira Leite, Henrique Martins de Carvalho, Fernão Pacheco de Castro e Noronha da Costa, autores vinculados ao pensamento integralista.
[476] Pequito Rebelo, *Op. Cit.*, p. 148.

2. 6. A heterogeneidade dos hispanistas

Perante tantas e por vezes tão díspares contribuições para as diferentes ideias de hispanismo (entre essas diferentes ideias hispanistas inclua-se o hispano-americanismo e as ramificações sugeridas por Isidro Sepúlveda), poder-se-ia proceder a um pequeno balanço, começando por notar que, não tendo uma definição linear, o hispanismo acaba por ser um conceito policêntrico, marcado pela heterogeneidade e pela heterodoxia. O que distingue o hispanismo do iberismo da segunda metade do século XIX é fundamentalmente a recusa de qualquer união política entre Portugal e Espanha e a defesa de uma aliança cultural, espiritual e económica que em nada afectasse a soberania de cada país. Cada autor tinha a sua própria perspectiva sobre as relações ibéricas (e sobre as relações da Península com a América). Existiram diferentes hispanistas e hispanismos. O hispanismo foi usado por autores dos mais diversos campos ideológicos e políticos. Teve vários significados e sentidos. Recorreu-se ao longo dos anos a expressões como hispanismo, hispano-americanismo ou hispanidade por vezes para dizer a mesma coisa. Mas também é verdade que, como tem ilustrado Isidro Sepúlveda nos seus trabalhos, é possível ramificar com alguma precisão o conceito de hispanismo ou de hispano-americanismo. Os hispanistas partiam da premissa de que qualquer aliança entre Portugal, a Espanha e o mundo americano deveria ter como base o respeito pela independência de cada país. Em *Idearium Español,* obra fundamental para compreender o universo hispanista, marcada pelo espírito regeneracionista nascido da derrota com Cuba em 1898, Ganivet afirmava que a Espanha não tinha outra hipótese de interagir com as suas antigas colónias a não ser a partir da cultura, do espírito e de valores cosmopolitas e liberais (em termos de valores e costumes), marcados pela tolerância. Ganivet, como tantos outros espanhóis antes e depois dele, considerava ainda que, num mundo ideal, Portugal deveria fazer parte da Espanha, pois não havia motivos para que existissem dois países na Península. Mas admitia que não existia português que aceitasse ser espanhol. Era essa recusa que levava inúmeros intelectuais espanhóis a não recorrerem a argumentos de natureza política. Ideias que tendessem para a união política só causariam alvoroço. Existiu assim um constatar por parte de uma série de autores que não só Portugal como as ex-colónias portuguesas e espanholas na América não estavam dispostas a formar alianças que pusessem em causa a sua independência política. As alianças de cariz cultural, intelectual, espiritual ou

económico eram essenciais para construir plataformas entre povos cujo passado traumático facilmente trazia à tona velhos receios.

Através de prismas por vezes não coincidentes, inúmeros foram os que olharam para a Península e para a América desprovidos de qualquer sentido imperialista ou de conquista. Porém, nem todos puseram de lado as ideias imperialistas ou a vontade de prolongar a influência da *Madre Patria* nas colónias perdidas. Um dos princípios fundamentais para os católico-tradicionalistas espanhóis era o de que a América era um produto histórico-cultural da evangelização espanhola. A Espanha tinha para estes homens um lugar especial no mundo e tinha a missão de continuar a guiar espiritual e intelectualmente as ex-colónias. Maeztu notava que o valor histórico da Espanha (referia-se à Espanha e não à Península Ibérica) consistia na defesa do espírito universal. O autor que em Portugal mais se aproximou de uma corrente católico-tradicionalista que teve em Menéndez Pelayo a principal figura foi António Sardinha. Conciliando os ideais da civilização cristã com o conceito de latinidade, acreditava que a América estava em tudo ligada ao espírito peninsular (e não só espanhol). Mas Sardinha não se limitava a defender o espírito católico. O seu messianismo não era meramente religioso. Sendo português, não falava, como alguns espanhóis, sobre o carácter disciplinador da língua castelhana. A influência de Oliveira Martins e a passagem por Espanha levava-o a apresentar uma visão mais virada para a cultura e para o mundo do espírito e das ideias. Algumas figuras tradicionalistas espanholas não tinham um espírito aberto. Olhavam para o mundo através de um "filtro espanhol" como se nada existisse sem a acção da Espanha. Chegavam a desvalorizar Portugal. Muitos acreditavam que, mesmo que não unidos por laços de sangue, os povos peninsulares formavam só um e, por isso, fazia sentido chamar Espanha à Península Ibérica, porque no fundo Portugal em pouco se diferenciaria do país vizinho.

Ao contrário destes tradicionalistas, figuras como Oliveira Martins, Pascoaes, Fidelino de Figueiredo, Unamuno ou Altamira não baseavam as suas ideias num espírito de missão religiosa, não acreditavam numa reconquista da América baseada na defesa exaltada do catolicismo, propunham a criação de uma comunidade cultural transatlântica[477]. Unamuno opunha-se à retórica da "fraternidade ibero-americana", que para si apenas servia para esconder uma profunda ignorância da Hispano-América

[477] José Luis Venegas, "Unamuno, Epistolarity, and the Rhetoric of Transatlantic Hispanism", *MLN,* Ohio, John Hopkins University Press, nº 124, 2009, p. 454.

e incluir um sentimento infundado de superioridade[478]. Unamuno acreditava que a Espanha não se devia ver a si própria como a metrópole mas como uma irmã espiritual de todas as nações de língua espanhola. Contra este espírito fraternal, de superioridade, opor-se-ia em 1918 ao governo espanhol por ter estabelecido de forma oficial a Festa da Raça[479].

Conquanto existam vários hispanismos, diferentes modos de olhar para aquela que devia ser a relação entre os países peninsulares e a América, encontram-se pontos em comum entre muitos destes autores portugueses e espanhóis. O hispanismo foi uma forma de pensar que assentava em amizades e influências. Muito por causa das suas viagens, Labra, Unamuno ou Altamira tinham perfeito conhecimento da realidade americana (no caso dos dois primeiros, da portuguesa também). Martins, Fidelino, Sardinha e Pascoaes conheciam a Espanha, tinham amigos espanhóis. Ribera i Rovira viveu em Tomar durante cerca de dez anos e influenciou portugueses que lhe eram próximos (como Pascoaes ou Teófilo Braga). Contactar com o outro não tinha apenas que ver com a amizade. A leitura também era importante. Ganivet influenciou vários hispanistas, conservadores e progressistas, portugueses e espanhóis. Por exemplo, detectam-se na sua obra pontos em comum com a de Oliveira Martins. Isso torna-se evidente quando se refere a um passado espanhol e ibérico constituído a partir do misticismo e do heroísmo. Oliveira Martins era constantemente citado por quem defendia a aproximação ibérica. O seu conceito de génio peninsular surgia na obra de Sardinha e de Fidelino de Figueiredo. Unamuno admitia admirá-lo. Fernando Pessoa retomou o conceito de civilização ibérica. Também o médico Ricardo Jorge adoptava as expressões civilização hispânica e génio hispano para notar que não existia uma fronteira intelectual entre as nações peninsulares[480]. Com um trabalho intitulado "O tradicionalismo histórico na educação popular", que deveria ter sido integrado no *Primeiro Congresso Ibero-Americano de*

[478] Stephen G.H. Roberts, "Hispanidad: El desarrolo de una polémica noción el la obra de Unamuno", *Cuad. Cát. M. de Unamuno*, Salamanca, nº 39, Ediciones Universidade de Salamanca, 2004, p. 64.
[479] A Festa da Raça, de 12 de Outubro, foi instituída como festa nacional espanhola com a lei de 15 de Junho de 1918. António Maura, chefe de uma facção dissidente do Partido Conservador, propôs um governo de concentração nacional. Na primavera de 1918, a Espanha via-se confrontada com tensões políticas. Esse gabinete de Maura instituiu a festa nacional de 12 de Outubro. Desde a sua oficialização que a Festa da Raça teve um valor de exaltação nacional e de patriotismo político que o governo utilizou como instrumento de legitimação.
[480] Cf. Ricardo Jorge, *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, prefácio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Conferência plenária ao Congresso Científico Luso-Espanhol, Porto, 1921.

História e Ciências Auxiliares (1915)[481], Victor Ribeiro mostrava-se igualmente influenciado pela *História da Civilização Ibérica*. Não deixando de referir que a participação dos "povos iberos" na obra da civilização moderna havia sido desenhada por Oliveira Martins, este estudioso socorria-se de expressões como génio peninsular ou heroísmo para caracterizar os habitantes de uma região que precisava de relembrar nomes como os de Viriato ou de Cervantes e Camões[482]. À semelhança de tantos outros autores (como o próprio Oliveira Martins), Ribeiro constatava que, numa "nação decadente", não bastava lembrar os grandes feitos do passado: era necessário ensinar o "tradicionalismo histórico" para que se consubstanciasse na alma popular o "génio peninsular ibero-americano", para o qual os "hispano-portugueses" tinham contribuído na Europa e na América[483].

Recolocando algumas questões: representa o hispanismo uma substituição do nacionalismo do século XIX? De que forma é que o iberismo cultural, e não político, poderia contribuir para salvar a Península? Recoloque-se a questão de outro modo: Iberismo e hispanismo, o que uniu estes conceitos? Possivelmente, a necessidade de dar uma força à Península Ibérica que a pudesse fazer concorrer com outras potências. Como o iberismo, o hispanismo continuava a ser uma plataforma de salvação para as crises dos dois países. Tratava-se sempre de torná-los mais fortes. Não visando uma união política, as diferentes propostas hispanistas pretendiam solucionar problemas muito similares aos que o iberismo Oitocentista tentara resolver. Como aconteceu com os iberistas do século anterior, surgiram diferentes propostas que tinham o intuito de colocar a Península na rota do progresso. Ainda na conjuntura do *Ultimatum*, Oliveira Martins considerava que a crise, propícia à afirmação de uma corrente crítica em relação à aliança luso-britânica e ao federalismo ibérico até então em voga, poderia ser um estímulo para que o país procurasse outro tipo de alianças com a Espanha, de modo a conseguir desviar-se do rumo de decadência que seguia. Assim, tendo perdido crédito as ideias que tendiam para a união política, as necessidades dos dois países continuavam a ser as mesmas. A Espanha perdera as suas colónias e Portugal tinha as suas sob constante ameaça. Desconfiava-se da aliança inglesa (um dos argumentos usados por alguns autores espanhóis defenderam alianças ibéricas era

[481] Que não chegou a ter lugar.
[482] Victor Ribeiro, "O tradicionalismo histórico na educação popular", Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1915, Separata da *Revista de História*, nº 13, p. 9.
[483] Importava que os povos da "vasta comunhão ibero-americana" se educassem e ensinassem a amar e a compreender as tradições de toda a ordem que lhes pudessem recordar as "civilizações avoengas". Id., *Ibidem,* p. 11.

o de que a influência exercida pelos ingleses sobre Portugal era prejudicial para a Península). Qual seria, então, o papel da América para a Península Ibérica? Certos sectores políticos e de opinião espanhola e portuguesa compartilhavam a crença de que existia uma "raça hispânica", que desde os costumes e tradições à língua, juntava a Península Ibérica às ex-colónias da América. A "América Hispana" esteve sempre presente nos diferentes discursos do nacionalismo espanhol[484]. O hispanismo era uma "utopia de substituição", uma tábua de salvação cultural ante o fracasso das expectativas ibéricas na Europa e no Norte de África[485]. O principal desafio da Espanha foi construir uma nação sobre as ruínas do império[486]. Foi nessa altura que se começou a gerar uma série de respostas para a saída da crise. Os hispano-americanistas em geral referiam-se a uma América que alegadamente incluía países com uma mesma raça, formas de governo idênticas e crenças religiosas uniformes. A América era para eles uma entidade unitária. Já não sendo colonizadora, a Espanha passou a ser solidária e vista por muitos como parte da latinidade, e consequentemente como aliada na oposição a uma potência emergente (que derrotara os espanhóis em Cuba): os Estados Unidos da América. Defendendo uma Cuba livre, autores como o poeta nicaraguense Ruben Darío, que elevou os EUA a novo inimigo imperialista, começaram a ver a Espanha como um aliado na defesa do mundo hispânico. No que se refere aos portugueses que se associavam a estes ideais hispano-americanistas, dir-se-ia que estavam na sua maioria mais próximos de uma concepção cosmopolita e progressista do que da conservadora. Mesmo Sardinha, que tinha afinidades com a corrente conservadora espanhola, sublinhava que a sua ideia de aproximação da Península à América, apesar de baseada no espírito religioso, na tradição cultural, étnica e linguística, era espiritual, aberta, sem qualquer tipo de condicionalismo para qualquer país. As suas palavras poderiam ser as de Alberto de Oliveira, que em 1925 a desempenhar as funções de ministro de Portugal junto do governo da Argentina, diria que quando a alma hispânica se viesse a expressar por

[484] Em 1914, teve lugar em Sevilha o Congresso de História e Geografia Hispano-Americanas. Os presentes no evento repudiaram o termo América Latina: o nome apropriado seria Hispano-América ou América Hispana. Do II Congresso de História e Geografia Hispano-Americana, de novo celebrado em Sevilha, em 1921, resolveu-se aprovar a utilização exclusiva do termo hispano para assuntos que tivessem referências a Espanha, Portugal e Américas. Cf. Isidro Sepúlveda, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo,* p. 350.

[485] Daniel Rivadulla Barrientos, *El Discurso del Hispano-Americanismo Español en El Siglo XX: Una Utopia de Substitucion, Congreso de Jovenes Historiadores Y Geografos*, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1990, Separata do Congresso de Jovens Historiadores e Geógrafos, p. 1011.

[486] Isidro Sepúlveda, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo,* p. 35.

milhões de pessoas, quando as línguas portuguesa e espanhola voltassem a ter repercussão universal, quando as virtudes da raça se voltassem a exercer num ambiente favorável, a América portuguesa, unida à América espanhola, não haveria imperialismo ou potência que pudesse atemorizar este novo bloco irradiador de civilização e cultura[487].

Embora se tenha seguido a distinção feita por Isidro Sepúlveda entre hispano-americanistas e pan-hispanistas, nota-se que as fronteiras que separam estes conceitos não são assim tão grandes. Poder-se-ia até apelidar todos estes autores simplesmente de hispanistas. Se Sardinha era um tradicionalista com uma concepção cristã do mundo, não deixou de ser influenciado por alguém como Oliveira Martins. E se é verdade que se disse que os pan-hispanistas viam a Espanha como a metrópole de um império perdido mas ainda por reerguer, não se pode negar que outros hispanistas tidos como progressistas, tais como Rafael Altamira ou mesmo Unamuno, acreditavam que a Espanha tinha uma obrigação (educativa) para com as suas ex-colónias, ainda que deixassem claro que a Espanha e as referidas ex-colónias estavam em pé de igualdade e que não havia qualquer missão cristã ou vontade de reconstruir um império. Ou seja, as fronteiras entre estes conceitos não estão assim tão bem demarcadas, e mesmo quando se fala de hispano-americanismo é preciso ter em mente que Oliveira Martins, Labra, Unamuno, Pessoa ou Fidelino de Figueiredo também defenderam a aproximação às Américas. Pan-hispanistas, hispano-americanistas, sim, mas acima de tudo hispanistas.

[487] Estas palavras decorriam das celebrações camonianas de 10 de Junho, em Buenos Aires, mais concretamente de uma conferência proferida no Ateneu Hispano-Americano. Por iniciativa da Legação portuguesa na Argentina, apoiada pela embaixada do Brasil, constituiu-se uma comissão luso-brasileira que organizou uma festa no teatro Cervantes, sob o patrocínio do Intendente Municipal. *Lusitânia, Revista de Estudos Portugueses,* Lisboa, fascículo camoniano, V e VI, 1925, p. 344.

3. Comissão 1º de Dezembro

> "É mentira, espanhóis, que na pátria/ Onde o Grande Condestável nasceu,/ Menosprezem, com vivas à Ibéria,/ Um passado tão nobre, tão seu!"
>
> Albino Andrade e Almeida[488]

3. 1. As origens

Em 1861, no auge da Questão Ibérica, fundou-se a Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 por um grupo de políticos e intelectuais em que predominavam homens ligados quer ao Partido Histórico quer ao Partido Regenerador[489]. Cultivando a memória ligada à Restauração, entendida como emblema de resistência à propaganda ibérica, e uma atitude de enraizamento e de hispanofobia ou de anti-espanholismo, figuravam entre os principais objectivos da Comissão 1º de Dezembro a comemoração anual do 1º de Dezembro de 1640 e a construção de um monumento em memória dos Restauradores[490].

A reabilitação da comemoração da Restauração da Independência de Portugal de 1640, que antes da fundação da Comissão se resumia à celebração de um *Te Deum* criado por D. João IV, deu novo alento a esta festa nacional[491]. A Questão Ibérica impeliu figuras associadas à Comissão (e não só) à publicação de obras de inspiração patriótica, tais como *Brado aos Portugueses, Opúsculo patriótico contra as ideias de união de Portugal com a Hespanha* (1860), *Propaganda patriótica liberal contra a pretendida União Ibérica – Lições de História, Títulos de Glória para o Povo Português* ou *D. Jaime* (1862), do poeta romântico Tomás Ribeiro.

Feliciano de Andrade Moura foi o motor do processo que deu vida à formação da Comissão 1º de Dezembro. Este industrial percorreu as ruas de Lisboa, entregando circulares e convidando os cidadãos que quisessem comparecer em sua casa na rua Augusta para elaborarem um desmentido aos "vizinhos Leões de quem imberbes

---

[488] A. Andrade e Almeida, *Quadros da Independência Nacional,* Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira, 1873, p. 7. Jornalista, redactor proprietário da *Independência Nacional, folha semanal de Lisboa* (1865), Andrade e Almeida era sócio da Comssão 1º de Dezembro desde a sua fundação.

[489] Desde logo se associaram figuras como José Estêvão, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Luís Augusto Palmeirim, Rebelo da Silva ou Anselmo Braamcamp.

[490] Inaugurado a 28 de Abril de 1886. O projecto do obelisco era de António Tomás da Fonseca e as estátuas de Simões de Almeida Júnior e de António Alberto Nunes.

[491] Maria da Conceição Meireles Pereira, *O 1º de Dezembro - memória e liturgia cívica na 2 ª metade de Oitocentos*, Coimbra, 2007, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 28, p. 129.

publicistas divulgavam sonhos!"[492]. Entre Maio e Julho de 1861, tiveram lugar oito reuniões em casa de Andrade Moura e foram tomados vários expedientes que culminaram na resolução de se fundar uma comissão central, eleita por sufrágio popular, que comemorasse anualmente o 1º de Dezembro. António Esteves de Carvalho, presidente da Câmara de Lisboa e barão de Santa Engrácia, determinou que a Comissão da qual se tornaria primeiro presidente celebraria as suas sessões nos Paços do Concelho, o que desde logo deixava adivinhar uma forte ligação desta associação à capital do país.

Uma das primeiras iniciativas da Comissão 1º de Dezembro consistiu na publicação de um manifesto anti-iberista[493]. Exprimia-se neste documento uma revolta "unânime do povo português" contra alguns órgãos da imprensa espanhola e francesa que tinham promovido a união ibérica[494]. Em 1868, com a queda de Isabel II em Espanha, a Comissão voltou a empenhar-se no combate contra renovadas campanhas iberistas[495]. Tal como acontecera em 1861, multiplicaram-se as reacções contra o iberismo. O visconde de Fonte Arcada dizia que a nação portuguesa não admitia ser espanhola[496]. Freitas Júnior publicou uma carta de protesto contra as ideias iberistas divulgadas pelo federalista espanhol Emilio Castelar, observando que Portugal não poderia de modo nenhum arriscar perder a sua independência[497]. Em *A Revolução em Hespanha e a Independência de Portugal* (1868), afirmava-se que seguir ideias iberistas equivalia a renegar séculos de tradição e a consentir que se pisassem os "ossos dos soldados de Aljubarrota"[498]. O padre Morais Leal ia mais longe, insurgindo-se contra as "infiltrações" iberistas de figuras públicas como Carlos José Caldeira, então inspector-geral das alfândegas, que alegadamente tentara passar

---

[492] Visconde Sanches de Baena, *Fastos históricos da Comissão Central 1º de Dezembro ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, 1º vol., Lisboa, Tip. de Matos Moreira, 1885-86, p. 12.

[493] Publicado a 25 de Agosto de 1861. Foi redigido por Alexandre Herculano, José Estêvão, Silva Túlio e Gomes de Abreu, professor da Universidade de Coimbra. Conheceu grande divulgação pois foi transcrito na maioria dos periódicos da época. Cf. *Manifesto da Comissão 1º de Dezembro de 1640.* Lisboa. Typ. do Futuro, 1861.

[494] Visconde Sanches de Baena, *Op. Cit.,* p. 32.

[495] Saíram obras muito polémicas, como *Mi mision en Portugal: anales de ayer para enseñanza de mañana* (1877), e também respostas enérgicas contra o iberismo, como o livro de Luís Augusto Palmeirim, *Portugal e os seus detractores: reflexões a propósito do livro do sr. Fernandez de los Rios, intitulado "Mi mision"* (1877).

[496] O visconde de Fonte Arcada foi deputado e par do reino. Tornou-se sócio da Comissão precisamente a partir de 1868. Cf. Visconde de Fonte Arcada, *Vozes Leais-Ao povo português,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, p. 20.

[497] Freitas Júnior tornou-se sócio da Comissão em 1868. Cf. Freitas Júnior, *A República Ibérica. Carta-protesto,* Lisboa, Tip. Lusitana, 1869, p. 14.

[498] *A Revolução em Hespanha e a Independência de Portugal,* Porto, Tip. Comercial, 1868.

vários objectos contrabandeados de modo clandestino na alfândega de Lisboa[499]. Em 1870, o visconde de Trancoso afirmava que o desgosto de ser espanhol era superior ao medo de ser escravo[500].

Foi num clima de acirrado protesto contra o iberismo que a Comissão tentou obter fundos destinados à compra de armamento para o Exército. Em 1868, os sócios Freitas e Oliveira e Ayres de Sá Nogueira propuseram que se iniciasse uma subscrição nacional (aberta aos portugueses residentes no território metropolitano, insular, ultramarino e no Brasil) para a compra de armamento. Redigiu-se também um protesto anti-iberista. Numa *Circular* (Abril de 1869) veiculava-se a ideia de que, tendo conseguido estabelecer vários pequenos centros a si subordinados, a Comissão 1º de Dezembro estava mais perto de conseguir repelir prontamente qualquer agressão contra a independência portuguesa[501]. O ano de 1868 e o seguinte foram fundamentais para a Comissão também no que concerne à sua organização interna. O citado Visconde Sanches de Baena, que contribuiria para o sucesso de várias iniciativas da Comissão em Portugal e no Brasil[502], foi admitido como sócio. Em 1869, foram aprovados os estatutos, o que permitiu a legalização da Comissão 1º de Dezembro como associação patriótica de carácter permanente. Desses estatutos constavam a solenização do aniversário da Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de cada ano, o erigir na capital de um monumento comemorativo aos heróis do 1º de Dezembro e a obrigação da Comissão de empregar todos os meios legais que fossem julgados conducentes à manutenção da independência nacional.

Havia sócios que se preocupavam especialmente com esta suposta necessidade de investimento na militarização do país. José Dionísio de Melo e Faro alertava para a necessidade de aumentar a dotação orçamental do Estado destinada ao reforço da Defesa, dado que mais do que nunca se pensava em Espanha que chegara o momento

---

[499] Segundo contava Morais Leal, quando as autoridades abriram as malas de Caldeira, encontraram chapéus de palha, relógios de ouro e um pacote lacrado com o seguinte letreiro: "Vários documentos ibéricos remetidos por D. Sinibaldo de Mas a Carlos José Caldeira, para serem distribuídos oportunamente". Para piorar a situação, prosseguia Morais Leal, o ministro da Fazenda, Carlos Bento da Silva, ordenara que esses documentos fossem devolvidos a Caldeira. Cf. António Bernardo de Morais Leal, *Edição Patriótica-Liberal. Os contrabandistas oficiais e particulares,* Lisboa, Tip. do Futuro, 1868, p. 10.

[500] O visconde de Trancoso era sócio da Comissão desde 1870. Cf. Visconde de Trancoso, *Apontamentos para a História da Dominação Castelhana em Portugal. Opúsculo anti-ibérico,* Lisboa, Tip. da rua do Benformoso, 1870, p. 40.

[501] Visconde Sanches de Baena, *Op. Cit.,* p. 66.

[502] A Comissão coordenou a subscrição nacional e incumbiu o visconde de Sanches Baena de instalar no Rio de Janeiro, para onde fora por motivos pessoais, uma comissão que se encarregaria de abrir uma subscrição no Brasil.

da aniquilação de Portugal[503]. Não havia texto que a Comissão pusesse a circular na imprensa que não alarmasse a população portuguesa para perigos vindos do exterior e para as ameaças de invasão espanhola. Num documento datado de Junho de 1870, a Comissão instava o governo a considerar não só a reforma do Exército e da Armada, mas também a fortificação militar de Lisboa, Setúbal, Porto e de outros pontos estratégicos do país[504]. Num manifesto datado de 20 de Agosto de 1870, em que se pretendia informar o país dos esforços levados a cabo pela Comissão no sentido de preservar a independência nacional, exclamava-se:

> Tenhamos todos bastante afoiteza e hombridade para proclamarmos ante a Espanha, e os que pretendam acaso, directa ou indirectamente, ajudá-la a avassalar-nos, que queremos primeiro, antes de tudo e mais do que tudo, ser portugueses e independentes: espanhóis nunca! [505].

Ser contra a Espanha era condição essencial para pertencer à Comissão 1º de Dezembro. Certos sócios acabaram até por ser afastados da Comissão por manifestarem um desejo de aproximação dos dois países. Em 1871, após a publicação de *Visita a Madrid,* o jornalista Costa Goodolfim foi alvo de um dos saneamentos levados a cabo pela Comissão, apesar de as suas posições sobre uma possível aproximação ibérica serem pouco polémicas. Em *Portugal e a Espanha: Duas Palavras Enérgicas Sobre Portugal, Estado Financeiro, a Imprensa e o Povo* (1869), asseverara que, com défices cada vez maiores e governantes ineptos, Portugal precisava de se regenerar antes mesmo de pensar em possíveis alianças com a Espanha (faltavam escolas, instrução e cultura). Considerava que a federação republicana com a Espanha não era de enjeitar, mas havia muito a fazer no país[506]. Goodolfim defender-se-ia da expulsão acusando a Comissão de ter pouca relevância social, de ser composta por homens que "ajoelham ante as aras da história, que se revêm no passado, que dormem sobre os louros de antigas façanhas, e que só despertam num dia para ouvir um *Te Deum,* colocarem luminárias numas janelas, e

---

[503] Melo e Faro era sócio da Comissão desde 1869. Cf. José Dionísio de Melo e Faro, *Forças defensivas de Portugal. Hoje e Amanhã,* Lisboa, Tip. Universal, 1868, p. 79.
[504] Visconde Sanches de Baena, *Op. Cit.,* p. 72.
[505] Id., *Ibidem,* p. 82.
[506] Costa Goodolfim foi um dos fundadores das primeiras associações de operários e um dos fundadores do Centro Democrático. Redigiu os estatutos da *Voz do Operário.* Defensor do socialismo de Estado, viria a aderir ao franquismo. Cf. Costa Goodolfim, *Portugal e a Espanha: Duas Palavras Energicas Sobre Portugal*, Estado Financeiro, a Imprensa e o Povo, Lisboa, [s. n.], 1869, p. 13.

mais nada"[507].

A aversão da Comissão a aproximações ibéricas detecta-se ainda nos múltiplos sermões e discursos proferidos por figuras ligadas à Igreja e nas várias cerimónias religiosas que ganharam vida em papel devido ao patrocínio da Comissão 1º de Dezembro[508]. Nos alvores da Questão Ibérica, o padre Rodrigo António de Almeida publicou *A questão da ibéria em duas partes* (1856), expondo os motivos pelos quais o iberismo deveria ser completamente rejeitado pelos portugueses. Vindo a enlutar o mundo com "monstruosas sevícias", referia, a Espanha, "feroz e sanguinária [...], qual horda de canibais", pretendia enriquecer e ganhar projecção internacional trazendo a desgraça a Portugal[509]. Durante a crise dinástica espanhola de 1868, o presbítero Miguel Ferreira de Almeida alertava para um perigo em que incorria a pátria (que se poderia transformar em "calamidade") se se deixasse levar pela tentação iberista: o "perigo" de se extinguir às mãos dos seus vizinhos[510]. Em 1870, o padre António Maria Belo recordava na Sé de Lisboa que os portugueses conservavam ainda bastante fresca a memória da humilhação filipina, e que por isso estavam preparados para rechaçar o perigo de absorção que vinha de Espanha[511]. Os anos passavam e o tom anti-iberista permanecia bastante presente no discurso religioso. Em 1876, o prior de Belas, Joaquim da Silva Serrano, discursava com fleuma: "Oh! Portugal, se um dia viver ameaçada a tua independência, não procures [...] os teus inimigos senão entre os inimigos da religião que te elevou ao apogeu da glória e grandeza"[512]. O presbítero Vieira de Melo avisava na Sé Patriarcal, no 1º de Dezembro de 1879, que o "espírito nacional" reagiria contra a opressão estrangeira se a autonomia portuguesa

---

[507] "Antes de eu pertencer àquela comissão julguei ser coisa de apreço: mas apenas lá entrei, vi as suas sessões frequentadas por sete ou oito homens, vi que um grande número nunca ali concorre, e vi tratar-se simplesmente de futilidades com pendões, panteões, acompanhar procissões, por luminárias e fazer zumbaias à aristocracia". Cf. Id., *A Comissão 1º de Dezembro: à imprensa e ao público,* Lisboa, [s. n.], 1871, p. 3.

[508] A Comissão 1º de Dezembro patrocinou a publicação de várias obras. Nomeadamente, os sermões gratulatórios do 1º de Dezembro pregados na Sé Patriarcal de Lisboa. A mobilização dos prelados das dioceses para se referirem ao 1º de Dezembro nas suas pastorais fazia parte da estratégia comemorativa da Comissão.

[509] Padre Rodrigo António de Almeida, *A Questão da Ibéria em duas Partes,* Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1856, p. 28.

[510] Presbítero Miguel Ferreira de Almeida, *Discurso Patriótico Contra a Ibéria Pregado na Igreja de Santa Maria Maior da Covilhã no Dia 1º de Dezembro de 1868, Aniversário Glorioso da Restauração de Portugal,* Covilhã, Tip. Católica, [s. d.], p. 13.

[511] Padre António Maria Belo, *Sermão em Acção de Graças pela Feliz Restauração em 1640 pregado na Sé Patriarcal de Lisboa no dia 1º de Dezembro de 1870,* Lisboa, Tip. Universal, 1870, p. 18.

[512] Joaquim da Silva Serrano, *Discurso em aplauso à Gloriosa Restauração de Portugal em 1640 – pregado na Sé de Lisboa em 1876 no Te Deum*, Lisboa, Tip. Universal, 1876, p. 20.

perigasse[513].

O que se pode concluir a partir deste pequeno enquadramento histórico? Que a luta contra o iberismo foi a grande motivação dos sócios da Comissão 1º de Dezembro, que o espírito anti-iberista teve alguma difusão em certos sectores conservadores (e religiosos) portugueses da segunda metade de Oitocentos e que esse espírito foi em grande medida propulsionado pela Comissão — o que leva a crer que, ao contrário do que afirmava sarcasticamente Goodolfim, a Comissão terá sido mais do que uma mera colectividade que se juntava às terças-feiras. A organização dos *Te Deum*, as campanhas na imprensa ou outras comemorações públicas atestam a relevância social da Comissão e a sua capacidade de congregar um conjunto significativo de portugueses em torno de um patriotismo anti-espanholista. Importa assim tentar entender de que forma é que a Comissão continuou, nas primeiras décadas do século XX, a ter relevância na dinamização da causa anti-iberista. Importa também perceber se a Comissão perdeu, manteve ou porventura ganhou peso social no novo século.

3. 2. A Comissão 1º de Dezembro nas primeiras décadas do século XX

A Comissão 1º de Dezembro ganhou um novo estímulo a partir de 1910. Com o advento do regime republicano e a oficialização do 1º de Dezembro como feriado nacional, viu-se finalmente valorizada pelo poder político. Esta associação nacionalista beneficiou sobremaneira com a mudança de regime político. Não muito antes da revolução republicana (1892), a Comissão tentara sem sucesso, através de um programa redigido pelo sócio Luciano Cordeiro, tornar o 1º de Dezembro num dia de grande gala e festa nacional. Com o advento da República, o 1º de Dezembro passou a ser encarado como uma forma de invocar a união nacional de modo republicanizado. Começou-se a comemorar a "Festa da Bandeira Nacional", por decreto da presidência de 22 de Novembro de 1910[514], e decretou-se também que em Lisboa a Câmara Municipal ficava incumbida de dirigir o cortejo cívico destinado a

[513] Presbítero José António Vieira de Melo, *Sermão Gratulatório do Dia 1º de Dezembro, publicado à custa da Comissão 1º de Dezembro,* Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879, p. 15.
[514] Logo a 15 de Outubro de 1910, o novo regime constituiu uma comissão encarregada de estudar a nova bandeira e hino nacionais.

saudar a bandeira hasteada junto ao Monumento dos Restauradores[515]. A Comissão Central 1º de Dezembro ficou responsável pela organização dos festejos na capital[516]. No resto do país, a direcção das festas ficou sob a responsabilidade dos municípios.

Tendo em 1910 consagrado pela primeira vez este dia como feriado nacional, a República assumiu-se como "guardiã da independência nacional"[517]. Parafraseando um artigo da *Capital* datado de 1924, a Monarquia deixara passar o 1º de Dezembro quase no olvido e acabara por ser a República que "retemperou a fé nacional"[518]. Fazia-se coincidir a Festa da Bandeira com o 1º de Dezembro[519]. Sérgio Campos Matos já indicou alguns dos principais sinais da republicanização do 1º de Dezembro nos primeiros anos do novo regime: a participação nas comemorações anuais de figuras ligadas à República — os presidentes da República Manuel de Arriaga, António José de Almeida e Teixeira Gomes e chefes de governo como Afonso Costa ou António Maria da Silva (figuras cimeiras do Estado, como o Presidente da República, eram convidadas para as cerimónias de deposição de flores no Monumento dos Restauradores e para sessões solenes, tais como as conferências públicas realizadas no Palácio de Almada, sede da Comissão 1º de Dezembro, ou na Sociedade de Geografia e na Câmara de Lisboa); a bandeira festejada, republicana, era verde e rubra, em vez de azul e branca, como durante a Monarquia Constitucional; além disso, Francisco Sales Ramos da Costa, do Partido Democrático, foi presidente da Comissão entre 1915 e 1935[520]. Tendo-se conferido um carácter oficial às comemorações, tentou-se igualmente envolver a população com iluminações

---

[515] Luís Miguel Oliveira Andrade, *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000, p. 86.

[516] Houve quem, ao longo dos anos, acusasse os sucessivos governos de descurarem a dinamização dos festejos na capital, deixando todo o trabalho para a Comissão 1º de Dezembro. Em 1922, por exemplo, entre loas à fé e à vontade de atingir "novas glórias" que a data de 1640 sempre imprimia na cabeça dos portugueses, observava-se num texto de revisitação histórica que o governo era muito pouco activo no apoio à organização da comemoração da Restauração e que, não fossem os prestimosos serviços da Comissão, não se lembraria sequer a data e os acontecimentos vividos pelos heróis de 1640. Cf. "O 1º de Dezembro", *Capital*, Lisboa, nº 4241, 30/11/1922, p. 1.

[517] Luís Miguel Oliveira Andrade, *Op. Cit.*, p. 87.

[518] *Capital*, Lisboa, nº 796, 2/12/1924, p. 1.

[519] Na primeira celebração da Festa da Bandeira, saíam notícias de engrandecimento do trabalho dos políticos republicanos em prol da pátria. Num editorial do *Diário de Notícias* referia-se que, apesar da crise financeira herdada da Monarquia, o governo prometia um trabalho incansável para endireitar as contas públicas e dar a atenção devida a coisas desvalorizadas nos tempos monárquicos (como a celebração do aniversário da Restauração). Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 16185, 2/12/1910, p. 1.

[520] Outro indício de republicanização do 1º de Dezembro foi a escolha desta data para a saída do primeiro número da revista *Águia*, também em 1910. Cf. Sérgio Campos Matos, "Hispanofobia e Nacionalismo: a Comissão 1.º de Dezembro e a memória de 1640 (1861-1926)", *Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, 2009. http://web.letras.up.pt/aphes29/data/8th/SergioCamposMatos_Texto.pdf.

nocturnas de edifícios, cortejos cívicos, fogo de artifício ou concertos. Pretendia-se fazer "festas na capital opulenta, na província humilde, nas cidades, nas aldeias, nos palácios, nas choupanas, festas em todos os corações portugueses"[521].

Se a Comissão 1º de Dezembro nasceu e subsistiu ao longo das décadas a partir do anti-iberismo, dir-se-ia que perguntar quem foram os membros da Comissão 1º de Dezembro quase equivale a perguntar quem foram os anti-iberistas. Embora reconhecendo que nem toda a gente que se opôs ao iberismo/hispanismo se associou à Comissão, parece adequado olhar para esta associação a partir da perspectiva anti-iberista. Apesar de o iberismo e a Comissão 1º de Dezembro terem perdido fôlego nas últimas décadas do século XIX, o século seguinte e todas as mudanças políticas e sociais ocorridas em Portugal trouxeram um novo dinamismo a esta associação patriótica e à Questão Ibérica. Como se referiu anteriormente, o iberismo evoluiu para novos significados, de modo a continuar a alimentar a esperança de transformar a Península. Diferentes autores começaram a recorrer eufemisticamente a termos como peninsularismo, hispanismo ou mesmo aliança peninsular para se referirem a uma espécie de união cultural. Porém, os receios não se extinguiram com as alterações vocabulares e semânticas. O medo do "perigo espanhol" persistiu. Espaço onde se cruzaram anti-iberistas e muitos dos que recusavam a intromissão "excessiva" dos espanhóis nos assuntos portugueses, a Comissão 1º de Dezembro garantia que, por mais campanhas iberistas ou hispanistas que houvesse, por mais portugueses que aderissem a esse tipo de ideais, estaria sempre pronta a defender os interesses da pátria. Não era só a repulsa pelo iberismo que alimentava esta associação mas também uma vontade (manifestada logo em 1861) de alargar as suas fronteiras para além de Lisboa. A atestá-lo está o facto de ao longo do período em estudo, aproveitando o impulso recebido da República, a Comissão ter feito uma série de propostas aos governos com o intuito de reforçar o seu papel na sociedade portuguesa e, por conseguinte, do 1º de Dezembro na vida dos portugueses[522].

---

[521] Bernardino dos Santos Andrade, *O exemplo dos patriotas do 1º de Dezembro como incitamento do nosso amor pátrio,* Ponta Delgada, A Ilha, [s. d.].

[522] Em 1922, fez-se uma proposta solicitando a todas as câmaras municipais que atribuíssem o nome "1º de Dezembro" a um largo ou rua das respectivas sedes de concelho. Propôs-se ainda que o 10 de Junho fosse consagrado como dia da Raça Portuguesa (proposta adoptada pelo governo em 1928, durante a Ditadura Militar) e que se comemorasse conjuntamente, em 1940, o oitavo centenário da fundação de Portugal e da Restauração (1922-24). Em 1924, o secretário Eduardo Ramos da Costa ficou incumbido de elaborar um projecto de lei a apresentar no parlamento, que autorizasse a criação do "selo da independência". A lei nº 1814 acabou por ser aprovada a 19 de Agosto de 1925. Em 1926, 1927 e 1928 foram emitidos os selos, mas em 1929 já não se emitiu o selo comemorativo da

Através da evolução do número de sócios se percebe que alguns dos maiores picos de crescimento da Comissão 1º de Dezembro coincidiram com momentos em que se fizeram sentir ameaças iberistas. Por essa razão, afigura-se de extrema pertinência analisar o fluxo de entradas dos sócios nesta associação ao longo dos anos, e comparar esse fluxo por exemplo com o que se escreveu na imprensa periódica. O ritmo de entradas dos sócios foi irregular e existe alguma dificuldade no apuramento rigoroso dos dados, uma vez que se desconhece quando foram redigidas as propostas reunidas nos três volumes que coligem as inscrições dos sócios, presentes no Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Uma limitação encontrada na realização deste trabalho prendeu-se com a contagem dos sócios. Atendendo a que, até cerca de 1929, a maior parte dos formulários ou das fichas de inscrição de sócio presentes no referido Arquivo se encontra preenchida de modo bastante incompleto (tirando algumas excepções, só costuma constar o nome do sócio) e com a mesma caligrafia, pensa-se que este trabalho de compilação dos associados pode ter sido levado a cabo numa data posterior à data em que os sócios realmente se inscreveram. Uma outra limitação tem que ver com os buracos registados em determinados períodos. Há que referir, em primeiro lugar, que não existem registos de sócios entre 1862 e 1867 (provavelmente, devido ao incêndio que em finais de 1863 devorou a quase totalidade do Arquivo da Comissão), e em segundo lugar, que não é possível determinar o momento exacto em que, entre 1883 e 1886, mais de 100 sócios se inscreveram, uma vez que não foi incluída nenhuma data no boletim dos sócios inscritos entre essas datas. Seguintemente, alerte-se para o facto de em 1886 só se ter inscrito 1 sócio na Comissão e de, depois disso, só se terem voltado a inscrever sócios em 1893. Entre 1898 e 1910, regista-se um outro período sem qualquer registo de sócios. Não se tendo uma explicação rigorosa para estes hiatos, sugere-se que o facto de o número de sócios ter sido coligido *a posteriori* terá prejudicado ou perturbado uma contagem correcta dos sócios. Outra explicação poderá prender-se com a subalternização da Questão Ibérica nas últimas décadas do século XIX. Já o facto de não se ter encontrado qualquer informação respeitante a adesões para anos como 1915 e 1916 estará porventura relacionado com a conjuntura da Grande Guerra. Em 1914, assinalava-se no *Diário de Notícias* que, sendo imensa a tormenta que avassalava a Europa e de enorme extensão a catástrofe da guerra, havia

---

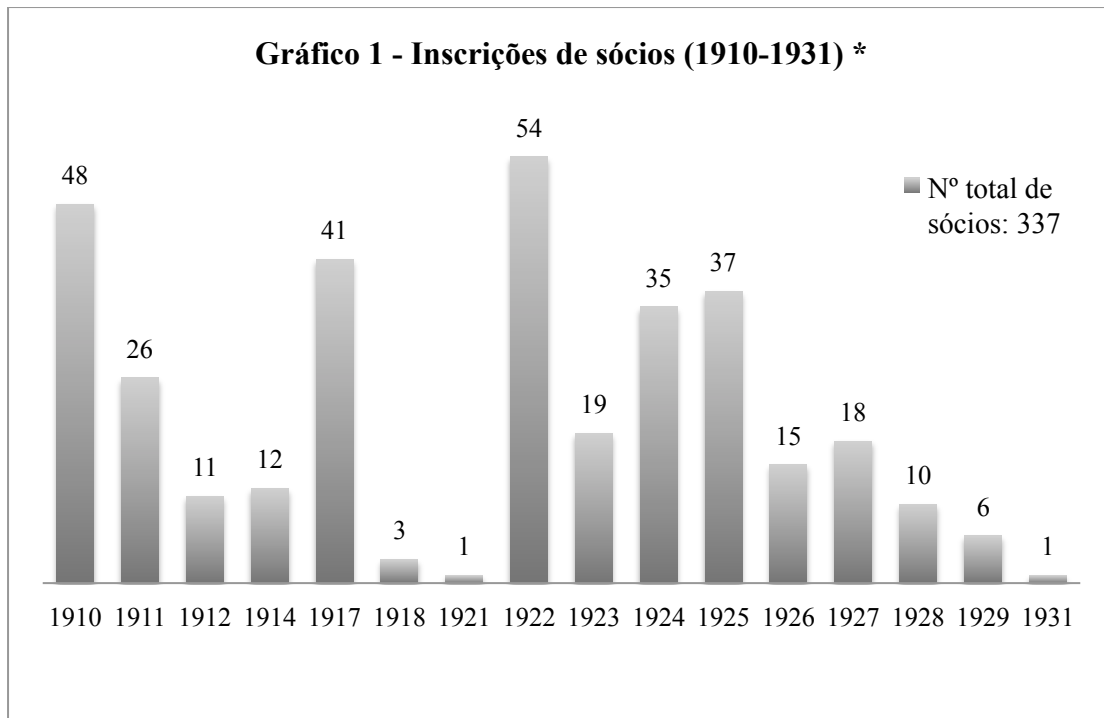
Independência de Portugal, pois Salazar, então ministro das Finanças, suprimiu os selos comemorativos.

a obrigação de passar o 274º aniversário da Restauração num "silêncio aparente, pois que no íntimo de português esse aniversário é tão recordado como se manifestações bélicas e populares enchessem o espaço e estridentes notas de alegria"[523]. Conquanto no *Mundo,* jornal republicano e anticlerical ligado ao Partido Democrático, se noticiasse que o povo aclamara entusiasticamente a pátria, a República, o Exército, a Marinha e as nações aliadas[524], a Comissão 1º de Dezembro decidira em Novembro desse ano acatar o desejo manifestado pelo governo de que, face à guerra, não houvesse festejos de espécie alguma[525]. Pelas opiniões publicadas na imprensa se percebe que no ano de 1915 existiu um certo medo de instigar a cólera de países vizinhos [526] . Vivia-se em guerra e não era necessário chamar atenções desnecessárias[527]. Em 1916, não deixou de haver celebrações[528], mas não se pode dizer que a efusividade com que se festejava o aniversário da Restauração fosse a mesma de outros anos. Em 1918, outro ano em que a Comissão voltou a quase não contar com entradas de novos sócios, dava-se conta no *Século* da grande crise que se vivia na capital. Lisboa apresentava um aspecto "doloroso e de uma extrema gravidade". Um terço da sua população estava doente. Centenas de vidas apagavam-se diariamente. Ia por muitos lares um "horror de miséria". O peixe, que "pouco aparece e em pequena quantidade", era vendido a preços exorbitantes, sobretudo

[523] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 17624, 1/12/1914, p. 1.
[524] *Mundo*, Lisboa, nº 5170, 3/12/1914, p. 4.
[525] Apesar da inexistência de festejos oficiais, o professor da Faculdade de Letras Agostinho Fortes conferenciou na Universidade Livre sobre o 1º de Dezembro, a colectividade "Pró Pátria" organizou palestras, com Félix Horta a conferenciar no Centro Alexandre Braga, Judice Bicker em Torres Vedras e Carneiro de Moura na sede da Associação 1º de Dezembro. Ocorreram similarmente sessões solenes no Centro Escolar Republicano António José de Almeida, no Centro Escolar Republicano de Santos, no Centro Escolar Republicano Magalhães Lima, e uma Festa da Bandeira com o embandeirar em arco em todos os navios do Estado. Cf. *Século*, Lisboa, nº 11848, 3/12/1914, p. 2.
[526] Apesar dessa conjuntura, a Comissão 1º de Dezembro voltou em 1915 a iluminar os Restauradores. Para além do *Te Deum* e de outras festividades religiosas, do cortejo e dos bailes, ocorreram conferências nas Escolas Paroquiais do Campo Grande, no Asilo D. Pedro V, e outras sessões solenes no Centro Escolar Magalhães Lima e no Centro Escolar Republicano de Santos. No Liceu Pedro Nunes organizou-se uma matiné e um concerto, e na Escola de S. Nicolau foram distribuídos prémios e diplomas pelos alunos. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 17983, 30/11/1915, p. 2.
[527] Havia até quem por esta altura tentasse contribuir para criar um clima amistoso entre Portugal e Espanha. Em vésperas do 1º de Dezembro desse ano, citavam-se no *Século* as declarações do médico e deputado Malva do Vale em que este referia que as relações entre Portugal e Espanha, dois países que partilhavam a mesma "raça", não eram tão estreitas como deveriam ser. Cf. *Século*, Lisboa, nº 12208, 3/12/1915, p. 2.
[528] A Comissão 1º de Dezembro contou com a presença do chefe de Estado, representantes do governo e da Assembleia, da Câmara Municipal de Lisboa e de várias sociedades científicas numa visita ao Monumento dos Restauradores que acabaria com um concerto da Banda de Marinheiros e da GNR. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 18344, 30/11/1916, p. 2.

desde que a carne desaparecera dos talhos e não matava a fome que grassava[529]. Notícias destas foram recorrentes nestes anos de guerra. Perante o que era dito na imprensa, parece natural que nestes anos a Comissão 1º de Dezembro tenha sofrido algumas perturbações e que tenha havido uma diminuição da entrada de sócios. E atentando nos gráficos referentes às adesões de sócios, torna-se claro que, da mesma maneira que a República trouxe nova vida à Comissão, a Primeira Guerra Mundial prejudicou o seu normal funcionamento, tendo havido inclusive anos em que não ocorreram adesões. Excluindo 1917, ano de "Harmonia Ibérica", em que se registou nova onda de adesões, o ritmo de entrada de sócios só voltou a ganhar expressão em começos da década de 20.

Os primeiros anos de República foram de grande dinamismo para a Comissão. Antes de 1910 não se detecta qualquer inscrição. O último ano antes de 1910 em que se sabe que se inscreveram sócios foi 1898 (2 sócios). Nos anos imediatamente anteriores a 1898 é de admitir que a associação tenha praticamente estagnado. Em 1886, ter-se-á inscrito apenas 1 sócio. Em 1893, entraram 5, no ano seguinte 2, em 1895 entraram 8, e em 1896 e 1897, 6 sócios (3 por cada um destes anos). Estes números são muito inferiores aos registados em anos de polémica iberista. Em 1861, tinham aderido cerca de 43 e, em 1868, 56 novos sócios. Ora, se nas décadas que antecederam a instauração da República a Comissão quase não teve actividade, dos primeiros anos do novo regime até ao final do período em estudo assistiu-se a um crescimento assinalável. Até à Segunda República espanhola, a Comissão 1º de Dezembro não voltou ao marasmo em que tinha caído em finais do século XIX. Mesmo contando com os anos em que não há registo de entradas de sócios, a dinâmica de crescimento da associação ao longo das primeiras décadas do século XX superou em grande medida a do século anterior.

[529] *Século*, Lisboa, nº 13245, 24/10/1918, p. 1. Já em Maio de 1917 o povo se manifestara contra a carestia da batata. A população sentia dificuldades de abastecimento de géneros alimentares e, por conseguinte, experimentava períodos de fome.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios).

* Entre 1908 e 1910, não há qualquer registo de adesões de sócios. Este gráfico não inclui informação para os anos de 1913, 1915, 1916, 1919, 1920 e 1930. Como atrás se referiu, a Primeira Guerra contribuiu sobremaneira para alterar o normal funcionamento da Comissão. As consequências da guerra foram devastadoras em Portugal. Em 1919 e 1920, ainda eram muitas as referências à penúria e à miséria vivida em Lisboa. Entende-se assim que os efeitos da guerra agravaram a crise em Portugal e afectaram a Comissão até inícios da década de 1920. 1917 foi uma excepção trazida pela "Harmonia Ibérica".

Se entre o ano em que surgiu e princípios de 1910, período de aproximadamente cinquenta anos, aderiram à Comissão 1º de Dezembro cerca de 420 sócios, entre 1910 e 1931 inscreveram-se cerca de 337 sócios. Considerando pois que, para os cerca de vinte anos em análise, o ritmo de entrada de associados foi superior ao dos cinquenta anos anteriores, mais se reforça a ideia de que a Comissão ganhou uma nova dinâmica a partir de 1910. Se se quisesse apenas ter em conta o ano de 1910, verificar-se-ia que o número de sócios inscritos foi superior ao de 1861 e quase igual ao de 1868. E se se somar os primeiros anos de República (de 1910 a 1914), obtém-se um total de 97 sócios (28.6%).

Uma vez que a Comissão cresceu exponencialmente durante os primeiros anos de República, impõe-se tentar entender se esse crescimento teve reflexos no modo como se festejava o 1º de Dezembro e se a Comissão viu o seu peso social reforçado. Fonte sempre relevante para quem se debruça sobre a história contemporânea, a

imprensa periódica é fundamental não só para avaliar o papel da Comissão na dinamização das celebrações, mas também para melhor perceber de que forma se processaram e em que consistiram essas celebrações na capital. Através da conjugação dos dados referentes aos números de adesões de sócios com o que na imprensa se publicava sobre o 1º de Dezembro, é possível compreender as razões pelas quais em certos anos entravam mais ou menos sócios do que noutros, e saber se nos anos em que entravam menos sócios, o 1º de Dezembro foi ou não festejado da mesma maneira que nos anos em que entraram mais sócios. A imprensa é ainda fulcral para saber se no 1º de Dezembro se aproveitava para, através de artigos de opinião, difundir o anti-iberismo.

O *Diário de Notícias* foi, independentemente do ano em questão, um periódico que concedeu imenso destaque ao 1º de Dezembro. Pelas notícias saídas neste jornal, constata-se que já antes da República existia alguma euforia em torno dos festejos desta efeméride patriótica e que era a Comissão 1º de Dezembro, mais do que a Câmara ou qualquer entidade estatal, que se responsabilizava pela organização dos festejos em Lisboa. Em 1908, quem escrevia neste jornal referia-se à data como um daqueles momentos nacionais que ofereciam um espectáculo tão instrutivo quanto comovente, revelando a vontade de um povo empenhado em defender a sua autonomia[530]. Eram enumeradas as múltiplas festividades preparadas na capital para esse ano. Dessas actividades constavam para além da habitual celebração do *Te Deum* na Sé Patriarcal, promovido pela Comissão 1º de Dezembro[531], outras cerimónias religiosas[532] e sessões solenes[533]. No mesmo *Diário de Notícias,* dava-se em 1909 notícia de que a Praça dos Restauradores se iluminara para festejar o 1º de Dezembro e que, como no ano anterior, tinham sido numerosas as festividades na capital e intensa a participação popular. Fora de Lisboa, na Azambuja, em Viana do Castelo, Sintra, Almada, Braga, Mangualde e um pouco por todo o país, tinham proliferado os festejos, com concertos, bailes, alvoradas, missas e sessões solenes[534].

---

[530] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 15460, 1/12/1908, p. 1.

[531] Que tinha contado na assistência com figuras tais como o ministro das Obras Públicas, Calvet de Magalhães, o general Rafael Gorjão e a Comissão 1º de Dezembro, representada pelos generais António Manuel Batista, Morais Sarmento e José dos Santos, Maciel e Augusto Ferreira.

[532] Por exemplo, missas nas Igrejas da Conceição Velha, Conceição Nova e Santos-o-Velho.

[533] Como na Academia Alfredo Serrano e no Centro Republicano, com António José de Almeida orando sobre "A Pátria e a independência".

[534] Como no ano anterior, celebraram-se o *Te Deum* na Sé Patriarcal e missas na Graça, em Santos-o-Velho, Conceição Velha e Conceição Nova. Na sede da Juventude Católica de Lisboa realizou-se uma sessão comemorativa da Independência, presidida por Zuzarte de Mendonça. Um dos oradores nesta

A acreditar no que saía na imprensa, o 1º de Dezembro de 1910 foi celebrado de forma entusiástica pela população. Menos de dois meses após a revolução, a imprensa alimentava-se do que era escrito sobre o novo regime, sobre as figuras políticas emergentes e sobre as mudanças que Portugal atravessava[535]. No *Mundo* garantia-se que o aniversário da Restauração seria celebrado com pompa, porque festejar a independência de Portugal equivalia a festejar o novo regime, mas sem ofensas aos espanhóis:

> Não se expandirá na próxima sexta-feira, como já em igual dia do ano passado se não expandiu, o nosso sentimento patriótico em gritos de ódio, que às duas monarquias peninsulares convinha incitar para que os povos irmãos se conservassem divididos como se inimigos fossem[536].

Algo semelhante se escreveria dois anos depois no *República,* periódico em que se assegurava que, sendo um hino à liberdade, não havia nada nas comemorações do 1º de Dezembro que pudesse ofender os espanhóis, pois o que se queria era festejar a liberdade. E os republicanos não podiam negligenciar tão importante data "como o fizera a monarquia, incompatibilizada com a Liberdade"[537].

No que respeita à descrição das comemorações da "patriótica data" pela imprensa periódica, houve alterações entre 1910 e os anos anteriores. Entendia-se que a Festa da Bandeira era razão para que se celebrasse a "verdadeira" independência (uma vez que a de 1640, monárquica, tinha sido uma independência "condicionada"). Saíam notícias dando conta de que no 1º de Dezembro de 1910 os alunos da Escola

---

sessão, um estudante oriundo de Cabo Verde, Amélio Martins, dizia que "hoje Portugal vive em harmonia com a Espanha, não suporta o jugo de nações estrangeiras". Como no ano anterior (e nos seguintes), a Comissão 1º de Dezembro resolveu distribuir quarenta senhas de refeição pelos pobres. Na Cooperativa 1º de Dezembro ocorreu uma sessão solene com intervenções de Augusto Simões Valério, Adriano José Alves e Daniel de Abreu Marques. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 15823, 2/12/1909, p. 1.

[535] No começo de Dezembro de 1910, o que mais importava para quem escrevia no *Século* era a equipa formada pelo governo para criar uma nova bandeira nacional. Dava-se conta da existência de uma comissão composta por João Chagas, Columbano Bordalo Pinheiro, António Ladislau Pereira, José Afonso Palla e Abel Botelho, encarregada desde o dia 17 de Novembro, de conceber a bandeira nacional. Destacavam-se ainda declarações de Columbano Bordalo Pinheiro, nas quais se referia, entre outras coisas, que a bandeira nacional era a parte poética da revolução. Columbano declarava que o vermelho era uma das cores escolhidas por ser "combativa, quente, viril por excelência. E a cor da conquista e do riso." Já o verde era o símbolo do "porvir" do povo. Cf. *Século,* Lisboa, nº 10407, 1/12/1910, p. 1.

[536] *Mundo*, Lisboa, nº 4029, 26/11/1911, p. 1.

[537] *República*, Lisboa, nº 1038, 1/12/1913, p. 1.

Naval e da Escola do Exército se tinham alinhado na manhã de 1 de Dezembro nos Paços do Concelho de Lisboa para honrarem a bandeira nacional. Relatava-se que o habitual cortejo atravessara o Rossio, tendo acabado por chegar ao Marquês de Pombal, onde fora recebido pelo Presidente da República, pelo presidente do governo, da Câmara de Lisboa e pelo presidente da Comissão 1º de Dezembro. Noticiava-se que por todo o país se celebrara efusivamente a Festa da Bandeira[538], e que os cortejos, as recepções, os jantares e as manifestações de regozijo público de toda a ordem se tinham sucedido ininterruptamente, chegando por vezes "a tocar as raias do delírio"[539]. Em 1911, o *Mundo* fazia manchete com fotografias de membros da Comissão 1º de Dezembro[540]. No *Diário de Notícias* anunciava-se a publicação em folhetim de *Santa Pátria*[541], romance histórico passado nos tempos da Restauração, da autoria do romancista, jornalista e dramaturgo António de Campos Júnior[542]. Na primeira página do *Século,* jornal em que se perguntava para que servia a independência de 1640 (se os portugueses viviam em crise constante), saía uma notícia com uma imagem de uma multidão na estação do Rossio a rodear Pablo Iglesias, chefe do Partido Socialista espanhol, que vinha de visita a Lisboa com o objectivo de contribuir para que os povos da Península se conhecessem melhor e aprofundassem as relações económicas[543]. Note-se que Iglesias discursou na "Caja Economica de Obreros". O representante diplomático espanhol em Lisboa observaria que Iglesias se limitara a fazer a apologia do credo socialista e a oferecer aos operários portugueses o apoio dos trabalhadores espanhóis, afirmando que a solidariedade internacional deveria unir os trabalhadores do mundo inteiro[544]. O facto

---

[538] Para o engrandecimento da festa tinham contribuído actividades já organizadas em anos anteriores pela Comissão 1º de Dezembro, como a distribuição de senhas de alimentação pelos pobres, o *Te Deum*, as missas, as marchas, os bailes e o fogo de artifício. Jornais como o *Diário de Notícias* davam ainda conta de outros eventos, tais como a récita da banda da GNR no S. Carlos, sessões solenes e exposições como a que teve lugar na Sociedade de Geografia (Exposição de Bandeiras).

[539] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 16185, 2/12/1910, p. 1.

[540] Fotografias de Silva Amado, presidente da Comissão 1º de Dezembro, e de Afonso de Dornelas e do major Sousa Escrivães, secretário e tesoureiro da referida comissão, respectivamente.

[541] Eis um excerto: "A inverosímil audácia d'aquela arrancara emudecera os canhões e enervara os soldados, como se um relâmpago da suprema justiça os houvesse fulminado. Da população espanhola ninguém foi perseguido, ninguém foi assassinado." Cf. *Diário de Notícias,* Lisboa, nº 18544, 1/12/1911, p. 1.

[542] Figurou entre os redactores dos jornais *Revolução de Setembro*, o *Século* e o *Diário de Notícias*.

[543] *Século*, Lisboa, nº 10767, 1/12/1911, p. 1.

[544] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservacion de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1704 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1908-1911, nº 418, Política, 2/12/1911. A propósito da visita de Iglesias a Portugal, Villalobar criticava a personalidade do então presidente do Ministério Augusto de Vasconcelos. Segundo o espanhol, quando lhe dava jeito, o governante português faltava à verdade e exibia uma personalidade dupla, com o

de num dia como o 1º de Dezembro se dar no *Século* voz a um político espanhol, apologista de uma aproximação ibérica que solucionasse as crises económicas que recorrentemente afectavam a Península, era um sinal de abertura e tolerância (ainda que isso incomodasse os governantes monárquicos espanhóis).

Nestes primeiros anos de República, a imprensa mais conservadora encarou o 1º de Dezembro como uma oportunidade para criticar a República. Na *Nação* ilustrava-se a postura dos monárquicos em relação à apropriação da memória da Restauração por parte dos republicanos. Dizia-se que a data devia ser aproveitada para pôr em evidência a decadência que se abatera sobre o país desde Outubro de 1910. Afirmava-se também que, tendo-se libertado dos espanhóis havia vários séculos, Portugal não se conseguira porém ver livre dos seus próprios inimigos internos, os republicanos. João Franco Monteiro, director deste jornal, referia que "há pouco mais de um ano esqueceram-se os últimos vestígios do velho Portugal e a anarquia alargou as suas raízes pelo solo outrora ubérrimo de um país digno"[545]. As referências à Festa da Bandeira eram nulas. João Franco Monteiro insurgiu-se em vários momentos contra a República e contra a forma como se instrumentalizava o 1º de Dezembro[546]. Em 1912, Monteiro afirmava que o novo regime não representava o progresso, mas um erro, um desvario, um absurdo que chocava contra a história nacional[547]. Contudo, é preciso registar que alguns jornais republicanos atacavam os monárquicos por motivos semelhantes aos que levavam monárquicos a atacarem republicanos: por serem contra a pátria. Dizia-se, por exemplo, que os monárquicos tinham sido responsáveis pela perda da independência para os filipes. Em 1912, escrevia-se na *Luta,* jornal primeiramente porta-voz do Partido Unionista (e a partir de Março de 1912 filiado no Partido Republicano Liberal), acerca dos "traidores" da pátria que teriam entregado o país aos espanhóis em 1580: nobres, clérigos, fidalgos, alcaides e

intuito de fazer a propaganda republicana em Portugal. Alguns anos depois, o marquês de Villasinda voltaria a ser corrosivo em relação a Augusto de Vasconcelos, acusando-o de dissimulação: "É verdadeiramente peregrino que o senhor Vasconcelos, que não me visita quando vem a Lisboa (do que me alegro porque me poupa a moléstia da sua presença) e me envia o seu passaporte uma hora antes da saída do seu comboio, tenha todavia a impertinência de escrever-me cartas como a sua referindo-se às formalidades que se usam entre colegas. Assim são todos estes portugueses das classes governantes, que têm mentalidade e sangue de negros, desde que no século XVIII se povoou Lisboa de escravos e escravas africanas, que é a razão fundamental para que isto seja hoje em dia uma republiquinha como Santo Domingo." Cf. *Ibidem,* H. 3055 Política Guerra Europea Ind. 73, nº 14, Lisboa, 7/5/1915.

[545] João Franco Monteiro, "Diferença Revolucionária", *Nação*, Lisboa, nº 15295, 30/11/1911, p. 1.

[546] Veja-se os seus artigos publicados, por exemplo, no 1º de Dezembro de 1915 e 1916. Cf. *Ibidem*, nº 16263, 1/12/1915, p. 1 e *Ibidem,* nº 16669, 1/12/1916, p. 1.

[547] Id., "A Independência", *Ibidem*, nº 15595, 1/12/1912, p. 1.

desembargadores, todos tinham perdido a honra de mão estendida para pedir dinheiro e se tinham vendido aos espanhóis[548].

Nos primeiros anos de República, não foi apenas no número de sócios que a Comissão 1º de Dezembro cresceu. Não havia notícia ou artigo em que se referisse que a Festa da Bandeira não tinha adesão popular. Contrariamente, recorria-se a expressões como pompa, brilho ou multidões para descrever esta festa. Determinados sócios que ocupavam cargos dentro da Comissão tinham muito destaque nos jornais, assinando artigos em que alertavam para a necessidade de se encarar o passado heroico e de resistência patriótica dos portugueses como uma lição a seguir no futuro. Em 1912, a *Capital* publicava um artigo da autoria do coronel Miguel Vitorino Pereira Garcia em que se relembrava o trajecto de sacrifício dos portugueses desde Alcácer-Quibir até à perda da independência em 1580[549]. No *Século* lançava-se um texto de Afonso de Dornelas, então 1º secretário da Comissão, que não passava de um resumo dos principais factos ocorridos em 1640[550]. Eram dados à estampa poemas de exaltação patriótica ao lado de referências encomiásticas à Comissão[551]. Em 1913 e 1914, continuaram a ser múltiplas as referências às festividades que, tanto em Lisboa como no resto do país, "abrilhantavam" um dia que os portugueses não podiam esquecer[552]. Em 1913, afiançava-se no *Mundo* que, à semelhança de outros anos, a alvorada seria anunciada com foguetes e a cidade de Lisboa atravessada por bandas tocando o hino da Restauração. No mesmo jornal anunciar-se-ia que a "gloriosa data" fora entusiasticamente comemorada em vários pontos do país[553]. O *Século* abria notando que, em dia de feriado nacional, e estando o comércio fechado, Lisboa

---

[548] João de Menezes, "1580-1640", *Luta*, Lisboa, nº 2502, 1/12/1912, p. 1.

[549] O coronel Pereira Garcia era sócio da Comissão desde 1912. Cf. Miguel Pereira Garcia, "Relembrando o passado", *Capital*, Lisboa, nº 842, 30/11/1912, p. 1.

[550] Afonso de Dornelas era sócio da Comissão desde 1910. Cf. Afonso de Dornelas, "A Restauração de Portugal em 1640", *Diário de Notícias,* Lisboa, nº 16904, 1/12/1912, p. 2.

[551] "1º de Dezembro", "Os conjurados" e "Os filhos de D. Filipa", do cónego José Maria Ançã.

[552] No Ateneu Comercial de Lisboa José Tomás Coelho proferiria uma conferência intitulada "A defesa nacional". No Clube Simões Carneiro distribuir-se-ia um bodo pelos pobres. Na Academia Instrutiva do Pessoal do Leste e do Norte a banda da Academia daria um concerto e haveria um sarau dramático com o grupo de teatro da Academia. Na Comissão Paroquial Republicana da Freguesia dos Mártires Afonso Costa, França Borges e António Macieira inaugurariam a escola "5 de Outubro". A Comissão 1º de Dezembro ofereceria quarenta jantares aos pobres. Realizar-se-ia o tradicional *Te Deum* e a récita no S. Carlos. No Centro Republicano Liberdade e Progresso ocorreria uma sessão solene com convidados como os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, da Câmara Municipal de Lisboa, das direcções do Grémio Lusitano, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, da Associação de Propaganda Feminista e do Registo Civil. Os oradores seriam, entre outros, Carneiro de Moura, Ramada Curto, José de Castro, Telles Palhinha, Fernandes Costa e Hélder Ribeiro. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 17263, 30/11/1913, p. 2.

[553] *Mundo*, Lisboa, nº 4757, 4/12/1913, p. 5.

acordara no 1º de Dezembro com o estralejar de foguetes e que a maior parte dos edifícios públicos tinha sido enfeitada com bandeiras[554]. De forma parecida, no *Diário de Notícias* fazia-se menção às várias sessões solenes que tinham tido lugar na capital[555]. É, porém, de assinalar que o marquês de Villalobar contrariava as notícias que davam conta da euforia em torno do 1º de Dezembro. Em 1913, referia que a festa do 1º de Dezembro não tinha tido qualquer tipo de significado e que não tinha tido o brilhantismo com que a imprensa o descrevera. Afirmava ainda que existia uma grande "indiferença" popular. Por isso, não obstante Villalobar fosse um monárquico que tinha pelo menos desde as incursões monárquicas um histórico de acusações contra os políticos republicanos portugueses, não se pode ter mesmo a certeza de ter existido esse tal clima de pompa descrito por parte da imprensa[556].

Em 1917, o número de sócios que aderiu à Comissão (41 ou 12.1% em relação a um total de 337 sócios, segundo os números apresentados no Gráfico 1), comparável ao de 1910, ano de grande promoção do 1º de Dezembro, poderá relacionar-se com o reacender de polémicas iberistas. Nos inícios desse ano, Félix Lorenzo, jornalista do madrileno *Imparcial,* lançou a campanha da Harmonia Ibérica, tendo despoletado uma forte reacção anti-iberista que teve particular enfoque na imprensa portuguesa. O ano de 1917 foi importante para a Comissão, o que se demonstra quando se olha para o número de adesões de sócios e também quando, folheando a imprensa, se vai lendo sobre a sumptuosidade dos festejos do 1º de Dezembro. A imprensa era quase unânime em dizer que, nesse ano, não agravando ninguém (os espanhóis), a comemoração oficial da Restauração da Independência se revestira "de grande brilhantismo, apesar da sua simplicidade"[557]. Também não eram poucos os elogios ao trabalho "excepcional" que a Comissão 1º de Dezembro vinha desempenhando ao longo do tempo, e que naquele ano resultara numa das "maiores" festas patrióticas ocorridas em Portugal. Fazendo uma pequena síntese dos principais eventos levados a

---

[554] Como o Arsenal da Marinha, a Câmara Municipal, o Palácio dos Condes de Almada, a Praça dos Restauradores, a Estação do Rossio, a Sociedade de Geografia, a Associação dos Médicos Portugueses e várias escolas, bibliotecas e casas particulares. Cf. *Século*, Lisboa, nº 11488, 3/12/1913, p. 2.

[555] Tais como a do Centro Republicano Liberdade e Progresso que, com oradores Carneiro de Moura, Ramada Curto, José de Castro ou Telles Palhinha, e com convidados como os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados, da Câmara Municipal de Lisboa, das direcções do Grémio Lusitano, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, da Associação de Propaganda Feminista e do Registo Civil. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 17263, 30/11/1913, p. 2.

[556] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, Política, nº 367, Lisboa, 6/12/1913.

[557] *Século*, Lisboa, nº 12924, 3/12/1917, p. 3.

cabo em Lisboa no dia 1 de Dezembro desse ano, na Sociedade de Geografia de Lisboa teve lugar uma conferência do professor António Ferrão[558] dedicada ao tema "Constituição da Nacionalidade Portuguesa e a Restauração da Independência Nacional". Ocorreram ainda saraus e bailes no Centro Escolar 5 de Outubro, no Club Recreativo Lusitano, na Sociedade Rodrigues Cordeiro e sessões solenes no Centro Escolar Republicano de Santos, na Sede da Juventude Católica de Lisboa[559] ou na Universidade Livre[560]. A Associação Protectora das Crianças comemorou o 1º de Dezembro com um jantar. A escola de S. Nicolau distribuiu prémios pelos melhores alunos. No Centro Escolar Republicano procedeu-se à recriação dos feitos históricos ocorridos na data celebrada com um sarau dramático musical. Existiu sempre uma vontade de celebrar o 1º de Dezembro congregando elites e povo. Coexistiam no mesmo dia eventos virados para a participação popular, tais como saraus, bailes, récitas, peças de teatro e concertos, e eventos destinados a um público mais elitista, como as inúmeras sessões solenes.

O impacto da Harmonia Ibérica no número de sócios da Comissão só se fez sentir em 1917, uma vez que um ano depois, extinta qualquer polémica, o número de sócios terá diminuído drasticamente. O mesmo se poderia dizer em relação aos anos seguintes, embora não existam dados para 1919 e 1920. Durante este período, não deflagraram campanhas iberistas que incendiassem a paixão patriótica dos portugueses. Em 1919, na ausência do chefe de Estado da capital (o Presidente da República, António José de Almeida, deslocara-se ao quartel do regimento de Infantaria 23, em Coimbra, para colocar na bandeira do referido regimento as insígnias da Torre e Espada), a Comissão 1º de Dezembro decidiu não celebrar o cortejo habitual, nem as cerimónias solenes no Palácio dos Condes de Almada e nos Paços do Concelho. Houve festejos, mas não com a pompa a que a Comissão 1º de Dezembro habituara Lisboa[561]. O que não impedia que se afiançasse no *Diário de Notícias* que a Festa da Bandeira tinha sido festejada com o máximo entusiasmo. A ausência do chefe de Estado e a falta de efusividade da Comissão na organização dos festejos era reveladora de uma certa acalmia, que se devia a factores como o fim da Primeira Guerra Mundial e o hibernar dos receios de conspirações de espanhóis e

---

[558] Sócio da Comissão 1º de Dezembro desde 1927. O professor António Ferrão foi um dos fundadores da Academia das Ciências.
[559] Com António Forjaz Pimentel, o conselheiro Fernando de Sousa ou Rodrigues Leal como oradores. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 18697, 1/12/1917, p. 1.
[560] Com discursos de Carneiro de Moura e Agostinho Fortes.
[561] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 19398, 1/12/1919, p. 1.

alemães contra Portugal. Não é por isso de espantar que se encontrassem na imprensa manifestações de regozijo por Portugal se incluir entre os vencedores da guerra. Depois de alguns anos sem dar atenção ao 1º de Dezembro, aproveitava-se em 1918 no *Século* a vitória dos aliados para reafirmar a força de Portugal e ao mesmo tempo honrar a festa patriótica, afirmando que da guerra que findara tinham saído vencedores princípios admiráveis como o direito das pequenas nacionalidades a viverem segundo a sua vontade"[562].

Pelo que se lia na imprensa periódica, a festa do 1º de Dezembro só voltou a ganhar fulgor em inícios da década de 20. Olhando para o número de sócios, também se verifica que, entre 1922 e 1925, a Comissão 1º de Dezembro ganhou novo dinamismo. Com 54 novos sócios, 1922 foi o ano em que, desde a data do seu aparecimento, houve maior número. Talvez esta onda de adesões se possa explicar a partir de alguns acontecimentos que acabaram por estimular as relações entre Portugal e o Brasil. Nesse ano, Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram uma travessia de avião com partida em Lisboa e chegada no Brasil. Este acontecimento foi muito festejado pela Comissão, tanto que Coutinho e Cabral foram nomeados sócios honorários. Para além disso, António José de Almeida, Presidente da República, assistiu às cerimónias do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, e Portugal participou com vários pavilhões na Exposição Industrial do Rio de Janeiro. Não se pode, de igual modo, desvalorizar o facto de, nesse ano de 1922, a direcção da Comissão ter tomado a iniciativa de incluir entre os seus sócios cerca de 17 descendentes dos heróis de 1640. Nos três anos seguintes, com 19, 35 e 37 adesões, respectivamente, a Comissão registou um apreciável registo de entradas, o que, como noutras ocasiões, poderia ser explicável com o reacender da Questão Ibérica. Na primeira metade da década de vinte do século passado, questões como as do domínio pesqueiro, do contrabando ou mesmo da infiltração económica voltaram a despertar em sectores da opinião pública um sentimento mais do que patriótico, anti-espanhol. Sócios da Comissão 1º de Dezembro como Fidelino de Figueiredo[563] ou o conselheiro Fernando de Sousa[564] alertavam na imprensa para o perigo espanhol e para certos interesses escondidos que a pouco e pouco iam minando a nacionalidade portuguesa. A título ilustrativo, quando a barra do Guadiana foi fechada em 1925 para os

[562] *Século*, Lisboa, nº 13281, 1/12/1918, p. 1.
[563] Sócio da Comissão desde 1917.
[564] Nomeado sócio honorário da Comissão em 1922.

portugueses e alguns barcos foram aprisionados por espanhóis, irrompeu uma forte reacção na imprensa portuguesa que protestava não só contra os pescadores espanhóis que tinham aprisionado as embarcações, mas também contra a inércia dos governantes portugueses. Tornada quase numa disputa entre os dois países, pelo menos a atentar nas páginas de alguns jornais, este incidente despertou um sentimento de aversão a certas ideias "megalómanas" que o monarca e sucessivos governos espanhóis eram sistematicamente acusados de alimentar. O acompanhamento do 1º de Dezembro por parte da imprensa voltou a ganhar relevância a partir de 1922 e, no caso de alguns jornais, de 1921. Regressavam as notícias que davam conta da grandiosidade dos festejos, multiplicavam-se os artigos de evocação histórica**.** O *Século* enchia em 1921 a primeira página com um título como "1640 – Restauração", e no ano seguinte tornaria a dar grande destaque a esta data, fazendo manchete com retratos de D. Filipa de Vilhena, João Pinto Ribeiro e do marquês de Marialva, "guerreiro português à antiga"[565]. Em 1921, na *Capital* informava-se que, no dia 1 de Dezembro, depois de uma marcha da GNR, tinham comparecido junto ao Monumento dos Restauradores vários representantes políticos e militares, dos quais se destacava a figura do Presidente da República, António José de Almeida, e que a sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa[566] se pautara por uma enorme elevação, assim como as celebrações realizadas em instituições como o Centro Almirante Reis, o Centro António José de Almeida, a Academia Recreio Musical do Comando Geral de Artilharia e a Sociedade João Rodrigues Cordeiro[567]. Contradizendo o que se escrevia na imprensa, o ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, afirmava que, ao contrário de outros anos, o 1º de Dezembro fora em 1921 celebrado sem grande efusividade: tudo se reduzira ao fecho de estabelecimentos e salvas regulamentárias, os navios do Tejo não tinham sido embandeirados, nem os edifícios públicos iluminados, nem se pudera celebrar a tradicional cerimónia em frente ao Monumento dos Restauradores devido a um forte temporal[568].

Em 1922, referia-se no *Diário de Lisboa* que o 1º de Dezembro se comemorara de forma excepcional, com estudantes e antigos combatentes da Primeira

---

[565] *Século*, Lisboa, nº 14658, 1/12/1922, p. 1.
[566] Presidida pelo presidente da Câmara Agostinho Estrela e pelo general Ramos da Costa, presidente da Comissão 1º de Dezembro.
[567] *Capital*, Lisboa, nº 3943, 2/12/1921, p. 1.
[568] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1709 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1921-, nº 913, Política, 2/12/1921.

Guerra a abrilhantarem a festa[569], e que até nos discursos, inspirados na "ânsia ingénita" de independência dos portugueses, vibrara o orgulho "sagrado da Raça"[570]. No *Diário de Notícias* afirmava-se que a exaltação popular em torno do 1º de Dezembro não diminuíra nem um pouco em relação a anos passados. Bastava atentar nas várias manifestações de regozijo popular (com "vivas" entusiásticos à pátria e à independência nacional") da grande moldura humana reunida junto ao Monumento dos Restauradores[571]. O referido Alejandro Padilla relatava que o 1º de Dezembro daquele ano ocorrera sem incidentes, com o cortejo oficial, o abandeirar de barcos e dos edifícios oficiais e as cerimónias na Câmara e diferentes institutos. Na Câmara falaram Queiroz Veloso, então vice-reitor da Universidade de Lisboa, e António Maria da Silva, presidente do Ministério. Segundo Padilla, António Maria da Silva declarara que Portugal era no presente um "amigo leal da Espanha, preconizando o estreitamento das relações políticas e económicas entre os povos peninsulares[572]. Com o sócio João de Barros[573] como orador, a Comissão 1º de Dezembro organizou em 1923 a costumeira sessão solene no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa com a presença do Presidente da República. Ocorreram, para além de múltiplos bailes e récitas[574], sessões solenes como as promovidas pela Sociedade de Geografia, pelo Centro Republicano Alexandre Braga ou pelo Grémio Escolar de Alcântara[575]. Em 1924, asseverava-se no mesmo periódico que, com a Cruzada Nun'Álvares[576] associada à Comissão na organização dos festejos[577], o "dia da Pátria" seria solenizado com imenso brilho, com fogo de artifício e concertos na capital, o embandeirar dos navios de guerra e a sessão solene na Câmara Municipal (que contava com a habitual presença do Presidente da República[578]). Juntando multidões, o cortejo cívico seria o ponto alto do dia. Junto ao Monumento dos Restauradores

[569] No ano seguinte, voltariam a estar presentes antigos combatentes nos festejos.
[570] *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 509, 2/12/1922, p. 4.
[571] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 14651, 3/12/1922, p. 1.
[572] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1710 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1922, nº 951, Política, 4/12/1922.
[573] Sócio da Comissão 1º de Dezembro desde 1922. João de Barros era poeta, pedagogo e publicista. Foi director com João do Rio da revista *Atlântida* (1915-1920) e adaptou obras como *Os Lusíadas* e *A Odisseia* para crianças. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1925.
[574] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 20788, 1/12/1923, p. 2.
[575] Este último contou com a presença de Magalhães Lima como orador.
[576] Que contava com sócios na Comissão 1º de Dezembro, tais como Pedro José da Cunha.
[577] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 21146, 30/11/1924, p. 2.
[578] Naquele ano falaria Leonardo Coimbra na sessão solene.

discursariam Zuzarte de Mendonça[579] e o tenente-coronel Cristóvão Aires[580]. No *Século* e no *Diário de Notícias,* periódicos que mais acompanharam os festejos, saíam textos muito pouco relevantes em termos de opinião, por serem de mera revisitação histórica, mas importantes para a divulgação da data que se festejava[581]. Mais uma vez, o ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, contrariava um pouco as notícias que davam conta do "brilho" da festa do 1º de Dezembro: notava que as cerimónias do costume tinham sido realizadas mas sem brilhantismo devido a um "temporal reinante"[582]. Meses antes, Alejandro Padilla tinha feito o relato de uma conferência celebrada pela Comissão 1º de Dezembro. Padilla não apreciara que o major Ramos da Costa se tivesse oposto de forma tão dogmática às palavras "ibérico" e "ibero-americano", e tivesse criticado as tentativas de aproximação ibérica ocorridas entre 1916 e 1919. Custava-lhe a entender as declarações de Ramos da Costa, até por não saber quem eram os tão apregoados iberistas ou de onde vinha o "perigo

[579] Sócio da Comissão 1º de Dezembro desde 1922, Zuzarte de Mendonça foi militante da Acção Católica e presidente da Juventude Católica Portuguesa de Lisboa, director da Cruzada Nun'Álvares Pereira, trabalhou ainda na Direcção-Geral de Estatística. Trabalhou como jornalista na redacção da *Nação, A Gazeta,* como director *Fé Cristã, Associação Operária* e *Voz da Juventude*. Foi um dos fundadores da Ordem de Santa Maria do Castelo.

[580] Referia-se que à noite haveria um concerto das bandas da Marinha, dos Sapadores dos Caminhos de Ferro e da Infantaria nº 1. Não faltariam sessões solenes como as que aconteceriam na sede das Juventudes Monárquicas Conservadoras, na Sociedade de Geografia e na Associação dos Professores do Ensino Particular. Haveria ainda récitas no Colégio Militar e na Academia do Liceu Central e um banquete no Centro Bernardino Machado. Agostinho Fortes falaria junto aos grupos de aduaneiros na Tapada.

[581] No *Século*, em 1924, saíam textos de Trindade Coelho, então director do jornal, de Hélder Armando dos Santos Ribeiro, ministro da Guerra (Trindade Coelho e Hélder Ribeiro eram sócios da Comissão 1º de Dezembro desde 1922), de Vicente Almeida d'Eça, dos generais Garcia Rosado e Morais Sarmento (Sarmento foi presidente da Comissão 1º de Dezembro), do coronel Pacheco Simões, do general Gomes da Costa, do coronel Vitorino César e um poema patriótico do capitão Manuel Carvalho. Cf. *Século*, Lisboa, nº 15374, 1/12/1924, p. 1. No mesmo jornal, em 1925, saíam retratos de João Pinto Ribeiro, D. Antão de Almada, D. António Luiz de Menezes, 1º Marquês de Marialva, D. Carlos de Noronha e António de Saldanha. No dia 3 de Dezembro, publicava-se uma imagem do tenente-coronel Pires Monteiro, sócio da Comissão desde o ano anterior, a discursar numa sessão solene da Câmara de Lisboa presidida por Jaime Athias, secretário-geral da presidência da República, em representação do Estado A seu lado estavam Costa Santos, presidente do Senado Municipal e O'Neill Pedrosa, da Comissão 1º de Dezembro. Cf. *Ibidem,* nº 15717, 3/12/1925, p. 1. No *Diário de Notícias* saíam textos do tenente-coronel João Ferreira do Amaral, sócio da Comissão desde 1922, intitulado "Viva Portugal", no qual enviava cumprimentos aos espanhóis pelos feitos em Marrocos em 1925. Noutro texto não assinado, intitulado "A lição da História", opinava-se que a unidade espiritual de ambos os povos, com a criação de ideias colectivas que a assegurassem, faria com que o "génio da raça" peninsular ressurgisse poderoso. Na primeira página do jornal vinham poemas de "Acácio" e de Henrique Lopes de Mendonça. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 21505, 1/12/1925, p. 1.

[582] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1712 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1924, nº 1118, Política, 2/12/1924.

espanhol" de que falava o membro da Comissão 1º de Dezembro[583].

Embora as opiniões publicadas na imprensa variassem (em relação àquela que deveria ser a postura de Portugal face à Espanha), não se deixou durante estes anos de manifestar respeito pelos espanhóis, mesmo quando essas opiniões se enquadravam num âmbito anti-iberista. Num texto posto a circular pela Comissão 1º de Dezembro, afirmava-se que, por existirem portugueses ignorantes das diferenças entre Portugal e Espanha, era necessário recordar a "hora de libertação e de fé" que tinha sido o 1º de Dezembro de 1640[584]. Contudo, a maneira como a Comissão exortava os portugueses a serem corajosos não era de modo nenhum passível de ser entendida como uma ofensa aos habitantes do país vizinho. Referia-se aliás que se estava perante duas nações destinadas a caminharem a par na defesa de interesses económicos comuns, e que a Espanha do presente encorajava Portugal, com uma amizade fraternal, a seguir o caminho da liberdade[585]. Havia também quem preferisse enfatizar a responsabilidade dos governantes portugueses no agudizar de uma situação que parecia ser de crise permanente, em vez de denunciar os que viam com bons olhos uma aproximação (a vários níveis) à Espanha para solucionar os problemas que o país enfrentava. Acreditando que não era com a Espanha que o povo português se devia preocupar mas consigo mesmo, alguns diziam que não existia nestas celebrações qualquer sentimento anti-espanholista[586]. Em editorial do *Diário de Lisboa* afirmava-se que Portugal não necessitava de se libertar do jugo estrangeiro mas de gente (traidora) que experimentava não ser livre por opção própria. Algo exageradamente, referia-se no mesmo texto que esses traidores portugueses deveriam ser denunciados, uma vez que ninguém poderia fugir à obrigação de arrancar à pátria "espécies sacrílegas e mercantis" que não sabiam o que era a nobreza de espírito[587]. Acusando-os de um jesuitismo indissociável de uma admiração filipina cujo resultado tinha sido a transformação de Portugal num anexo espanhol, criticava-se no *Mundo* os monárquicos que bajulavam "rasteiramente o invasor" e que preferiam um Afonso

[583] *Ibidem*, nº 490, Política, 17/6/1924. Já antes o diplomata tinha exposto a irritação que causava em Portugal o termo iberismo quando se ligava esse termo a ideias como união aduaneira ou confederação das nações. *Ibidem,* H. 1711 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1923, nº 140, Política, 17/2/1923.
[584] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 21505, 1/12/1925, p. 1.
[585] *Ibidem*.
[586] Henrique Lopes de Mendonça, da Academia das Ciências de Lisboa, diria algo muito semelhante. Observava que, no 280º aniversário da Restauração, os grandes adversários da independência nacional se encontravam no íntimo da alma portuguesa, arreigados como "plantas vorazes": eram as paixões portuguesas, os ódios portugueses, as divisões internas. Os inimigos já não eram espanhóis, mas portugueses. Cf. Henrique Lopes de Mendonça, "A pátria redimida", *Ibidem*, nº 19757, 1/12/1920, p. 1.
[587] "Portugal", *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 508, 30/11/1922, p. 1.

XIII a um Afonso Costa[588]. Comentava-se, em texto publicado posteriormente no mesmo periódico, que se Portugal tinha sido dominado pelos espanhóis num passado de má memória, isso devia-se ao facto de o país ter vivido durante vários séculos governado por monárquicos[589]. Não que houvesse algo contra a Espanha, como se referia em 1923, mas não se podia deixar que "aves agoireiras" (monárquicos) levassem ao desaparecimento de uma nacionalidade alimentada pela vontade de ser livre[590]. As trocas de acusações entre republicanos e monárquicos vinham sempre à tona. Se se poupava os governantes espanhóis de críticas, tal se devia menos a um sentimento de amizade pelo país vizinho do que a uma vontade de atacar facções políticas rivais. Ainda no *Mundo,* recordava-se que a Questão Ibérica era um espectro que desde o começo da Monarquia amedrontava ou excitava grande parte da opinião pública portuguesa: "O povo não gosta deles, tem o país vizinho em grande desconfiança, e os intelectuais, arrastados nessa onda de má vontade, também se afastam do convívio com os intelectuais do *pueblo hermano*." Argumentava-se igualmente que essa má vontade ou desconfiança só dificultava o intercâmbio comercial que constituiria uma mais valia para os portugueses, e que o aprofundar das relações ibéricas a outros níveis (culturais ou intelectuais) só fortaleceria a posição portuguesa na Europa[591]. Considerava-se que a crónica animosidade entre vizinhos era gravosa para Portugal[592]. Em 1924, dizia-se no *Diário de Notícias* que a Espanha era uma nação amiga com a qual Portugal tinha todos os motivos para manter boas relações, e que não surpreendia que muitos autores espanhóis fossem lidos deste lado da fronteira e vice-versa, porque havia um cada vez maior estreitamento moral e intelectual entre os dois países[593]. Observa-se assim que o 1º de Dezembro não foi somente instrumentalizado por quem se opunha ao iberismo. Havia quem optasse por usar este dia para atacar adversários políticos. Existia também quem desvalorizasse o passado para destacar as vantagens de uma possível aliança com a Espanha.

---

[588] *Mundo*, Lisboa, nº 7020, 1/12/1920, p. 1.
[589] *Ibidem*, nº 7564, 1/12/1922, p. 1.
[590] Mayer Garção, "Notas de um republicano", *Ibidem*, nº 7915, 1/12/1923, p. 1.
[591] Havia quem do lado espanhol se lamentasse por as relações entre portugueses e espanhóis não serem tão frutuosas como poderiam. Por exemplo, embora em 1921 o *Diário de Lisboa* não tivesse feito qualquer referência digna de nota ao 1º de Dezembro, publicou no dia 3 desse mês uma entrevista a André Gonzales Blanco, tradutor para espanhol da obra de Eça de Queirós, em que este afirmava que Portugal era para a Espanha um vizinho que se cumprimentava na escada e com o qual não se trocava uma única palavra. Cf. *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 205, 3/12/1921, p. 5.
[592] César da Silva, "O 1º de Dezembro", *Mundo*, Lisboa, nº 7269*,* 1/12/1921, p. 1.
[593] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 21147, 1/12/1924, p. 1.

Não é a primeira vez que se refere que as relações entre Portugal e Espanha se alteraram a partir do golpe de 28 de Maio de 1926. Essa mudança teve repercussões na quantidade de sócios que aderiu à Comissão 1º de Dezembro e traduziu-se mesmo numa perda de interesse da imprensa pelo 1º de Dezembro. Não havia a chama que só o anti-iberismo mantinha acesa. O número de sócios que aderiu à Comissão entre 1920 e 1924 foi superior ao que se registou entre 1915 e 1919 e 1925 e 1929. Homens como o supra referido Fernando de Sousa, director da *Voz,* periódico que apoiava a ditadura, personagem muito relevante no panorama jornalístico conservador[594] e crítico dos espanhóis em tantas situações (ao ponto de chegar a ser preso pelas suas opiniões contra a Espanha[595]), passou a dirigir elogios a Primo de Rivera e a alguns dos seus ministros. Fernando de Sousa relatava a sua estadia em Madrid, descrevendo Yanguas Messia como um sujeito robusto, culto, inteligente e eloquente colaborador do "eminente estadista" Primo de Rivera[596]. Estes elogios a políticos espanhóis eram consequência das boas relações que as duas ditaduras ibéricas mantinham na altura. Pouco tempo depois, por ocasião das celebrações do 1º de Dezembro, o mesmo Fernando de Sousa publicaria um artigo na *Voz* sobre a Restauração de 1640 em que notaria que os portugueses que solenizavam este patriótico aniversário não repeliam amigáveis entendimentos com a nação vizinha, e que se podia mesmo fazer uma grande obra de aproximação "utilitária e sentimental", absolutamente alheia a "veleidades iberistas." Se nos tempos de República este autor não hesitava em enfatizar as diferenças entre Portugal e Espanha, agora dizia que os dois povos eram e deveriam continuar a ser países amigos, unidos por interesses comuns que se deveriam harmonizar sobre a base do respeito pela soberania de cada um[597]. No dia 3

---

[594] Director da *Época* e da *Voz.*

[595] Em 1920, depois de ter publicado artigos na *Época* sobre uma suposta intervenção da Espanha em Portugal, Fernando de Sousa, então director do jornal, e Cunha e Costa, o seu principal colaborador, foram presos. É o que referia o ministro espanhol em Lisboa. Alejandro Padilla acrescentava que esses artigos tinham causado mal-estar no governo português. O director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, confessara-lhe que esses artigos eram "anti-patrióticos" por afectarem a estabilidade peninsular. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1708 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1919-1920, nº 139, Política, 11/3/1920. Assinale-se que Cunha e Costa era, como Fernando de Sousa, um conservador que desde os primeiros anos de República vinha publicando artigos contra o chamado "perigo espanhol". Já em 1914, o marquês de Villasinda, então ministro espanhol em Lisboa, alertava para um seu artigo publicado na *Nação* em que se dizia que não se poderia ocultar o "perigo espanhol", que era "cada vez mais grave" e não poderia ser ignorado pelo governo da República. Cf. *Ibidem,* H. 2641, A=Política Exterior – Portugal 1913-1914, nº 277, 2/6/1914.

[596] F. de Sousa, "Trinta e seis horas em Madrid", *Voz*, Lisboa, nº 257, 22/10/1927, p. 1.

[597] Id., "A Restauração de 1640", *Ibidem*, nº 297, 1/12/1927, p. 1.

de Dezembro desse ano, saía um discurso do jurista integralista Luiz Cabral de Moncada, proferido na Universidade de Coimbra, instituição onde ensinava Direito. Intitulado "1640 - Restauração do Pensamento político português", este discurso, que ocupava as duas primeiras páginas do jornal, ia no mesmo sentido do que escrevera Fernando de Sousa. Portugal, referia Moncada, estava, como em 1580, novamente por restaurar, não na sua independência política mas intelectual e espiritual: "um novo cativeiro pesa sobre nós. Esse cativeiro não é o de Castela que é para nós um povo irmão e amigo e que, particularmente neste momento sorri para nós com simpatia". O problema eram certos portugueses, ou melhor, certos inimigos da Ditadura[598]. Mas este espírito de concórdia não era consensual, nem no seio dos integralistas. O que se tem vindo a constatar é que nada é consensual, que uma opinião pode ser rebatida por outra contrária. O também integralista Manuel Múrias, que ainda dois anos antes, na esteira do seu mestre António Sardinha, se confessava um hispanista cujo patriotismo nunca seria atreito a colocar em causa a autonomia de Portugal[599], revelando-se receoso de iberistas "imprudentes", avisava nos começos de Dezembro de 1928 que talvez um dia o povo português tivesse de invocar a prudência de D. João VI para que não se obscurecesse jamais aquela "manhã de Dezembro"[600]. O que transtornava este integralista era que se confundissem os laços espirituais que uniam a Península com certas tentativas de tornar espanhol o que não o era. O seu discurso era muito mais acirrado do que durante o período hispanista dos últimos anos de vida de Sardinha. Seria pouco expectável que em 1922 ou 1923 Múrias fizesse afirmações como a seguinte: "No dia em que a simples aproximação cultural de portugueses e espanhóis nos parecer perigosa, -ou apenas uma imprudência, - nesse dia...Bom!"[601]. Não muito distante de Múrias em termos argumentativos, o escritor, médico, político e diplomata Júlio Dantas[602] acusava no *Século* os seus compatriotas de excessiva modéstia. Bastava que um estadista espanhol afirmasse estar descontente para que alguém

---

[598] Cabral de Moncada, "1640 – Restauração do Pensamento Político Português", *Ibidem*, nº 299, 3/12/1927, pp. 1-2.
[599] Manuel Múrias era sócio da Comissão 1º de Dezembro desde 1932. Cf. Manuel Múrias, "Em torno do hispanismo", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 3ª série, nº 12, 1926, p. 526.
[600] Id., "A Revolução de 1640", *Voz*, Lisboa, nº 656, 3/12/1928, p. 6.
[601] Id., "Espanha e Portugal", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 4ª série, tomo II, nº 11, 1927, p. 358. Apesar do que acaba de se referir, Múrias tentava ser cordial para com o país vizinho. Também em artigo para a *Nação Portuguesa,* notava, assumindo alguma culpa, que nada justificava o desenvolvimento de paixões odiosas contra a Espanha, pois nenhum dos países poderia viver sem o outro. Cf. Id., "A Exposição do Livro Português em Madrid", *Ibidem,* 5ª série, tomo I, nº 5, 1928, p. 363.
[602] Autor de obras como *A Severa* (1901) ou *A Ceia dos Cardeais* (1902). Foi deputado e ministro da Instrução Pública (1921-1922) e dos Negócios Estrangeiros (1923).

viesse a público exteriorizar o seu complexo de inferioridade: "Convenceram-nos de que valíamos pouco, e que éramos um país esgotado de recursos e empobrecido de energias"[603].

Convivendo duas ditaduras na Península e existindo uma maior cordialidade entre os dois países, era natural que as reportagens, notícias ou opiniões publicadas sobre o 1º de Dezembro poupassem a Espanha de críticas. Em 1926, fazia-se no *Século* muita publicidade ao 1º de Dezembro[604]. A 3 de Dezembro saía neste periódico uma reportagem sobre as comemorações em que se afirmava que a chuva e o vento não tinham impedido que o ambiente tivesse sido de grande festa, com bandeiras nacionais espalhadas por todo o lado e pessoas a assistirem ao cortejo, às sessões solenes e aos concertos[605]. Como noutras situações, o modo como se engrandecia na imprensa os festejos em torno do 1º de Dezembro pode ter sido exagerado. Mas o objectivo passava sempre por exaltar a pátria e os seus heróis e, claro, legitimar quem estivesse no poder. A ênfase dada a esta data por parte de periódicos como o *Século* ou o *Diário de Notícias* (ou depois do advento da Ditadura Militar, a *Voz*) pode ter alguma relação com o facto de vários jornalistas serem sócios da Comissão 1º de Dezembro[606].

A *Voz* foi um periódico que a partir do fim da República se empenhou na dinamização da "gloriosa data"[607]. Neste jornal publicou-se uma série de artigos sobre a Restauração assinados pela direcção da Comissão, a partir de 1928 chamada Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP). Em 1929, este jornal conservador lançou novos artigos[608], e em 1930 voltou a publicar textos dedicados ao tema da Restauração assinados pela SHIP[609]. Eram textos que contribuíam para

---

[603] *Século*, Lisboa, nº 16788, 1/12/1928, p. 1.

[604] Um dos textos publicados nesse ano era da autoria do tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, antigo professor de História Militar no Curso de Estado-Maior e sócio da Comissão 1º de Dezembro desde 1928. Cf. *Ibidem,* nº 16072, 1/12/1926, p. 1.

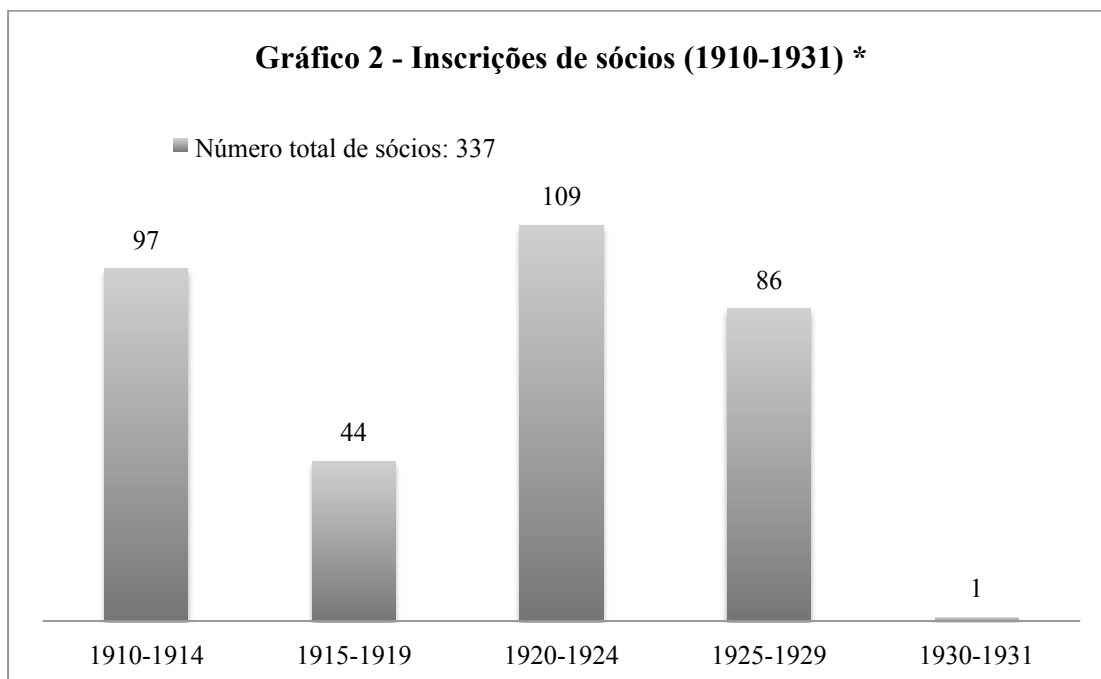
[605] *Ibidem*, nº 16074, 3/12/1926, p. 1.

[606] Por exemplo, Trindade Coelho e Francisco da Cunha Leal, sócios da Comissão desde 1922, dirigiram o *Século*.

[607] A *Voz* e outros jornais conservadores mudaram de registo a partir da Ditadura Militar. A festa do 1º de Dezembro já não era republicana e por isso voltou a despertar o interesse da imprensa mais conservadora.

[608] Por exemplo, "Ao povo de Portugal", "D. João IV e a Restauração" e "A Sociedade Histórica da Independência de Portugal". "Aniversário Glorioso", também publicado a 1 de Dezembro de 1929, era assinado por Fernando de Sousa. Cf. *Voz,* Lisboa, nº 1012, 1/12/1929, p. 1.

[609] "Ao Povo de Portugal", "A Casa de Bragança e a Restauração", "Um dos principais obreiros da Restauração, Padre António Vieira" ou "A causa portuguesa". Cf. *Ibidem*, nº 1369, 1/12/1930, pp. 1 e 8.

relembrar um dia histórico, mas pouco mais, porque não iam para além do gongorismo ou da reafirmação de certos valores patrióticos.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios).

* Não há entradas de sócios até 1910, daí que no gráfico só se contabilizem os sócios a partir de 1910. Para além disso, em 1915 e 1916 não aderiram sócios, e o mesmo aconteceu em 1919, 1920 e 1930.

Observando o que sucedeu tanto em 1910, primeiro ano de Festa da Bandeira e de feriado nacional[610] (cerca de 48 adesões), como em 1917, ano de Harmonia Ibérica (cerca de 41 adesões), e 1922, ano em que, devido a diferentes disputas (de navegação, comércio, contrabando, etc.), novos receios de invasão e de anexação pairaram sobre Portugal (entraram cerca de 54 novos sócios) — e juntando estes números aos já fornecidos para 1861, 1868 e 1932 —, o que se conclui é que o anti-iberismo continuou a impulsionar a Comissão 1º de Dezembro[611]. Verifica-se por outro lado que os períodos em que aderiram mais sócios à Comissão coincidiram com os anos em que o aniversário da Restauração ganhou maior destaque na imprensa. Os gráficos aqui apresentados não incluem números para os anos a seguir a 1931. Contudo, de modo a reforçar o argumento de que a Comissão 1º de Dezembro

[610] A não aceitação internacional da República fazia do “perigo espanhol” um tema com actualidade.
[611] Se bem que outros motivos indicados anteriormente mostram que em 1922 não foi apenas o anti-iberismo a impulsionar a Comissão.

ganhava vitalidade cada vez que estalava uma polémica iberista, atente-se no que sucedeu a partir do advento da Segunda República em Espanha. Em 1932, terão aderido cerca de 87 sócios (e em 1934 aderiram cerca de 18 e no ano seguinte 71 novos sócios), quando em 1931 aderiu apenas 1 sócio. Este aumento abrupto está certamente ligado ao advento da Segunda República em Espanha e ao receio de que as mudanças neste país afectassem Portugal.

Durante a Ditadura Militar o aniversário do 1º de Dezembro deixou de ser uma festa republicana, mas a forma de celebrar a efeméride (com missas, sessões solenes, bailes, paradas militares e visitas do chefe de Estado ao local onde seria erigido o Monumento a D. Nunes Álvares Pereira) pouco se alterou[612]. Contudo, no ano de 1931, marcado pelo regresso dos receios iberistas (temia-se que uma República em Espanha fosse um perigo para a Ditadura), aproveitou-se o 1º de Dezembro para enviar "recados" aos inimigos da pátria (republicanos). Numa publicação como a *Voz*, Fernando de Sousa assinalava:

> A visão da Península Hispânica, forte e poderosa pela união ibérica, pela confederação dos povos que hoje vivem separados por fronteiras, tem transviado infelizmente, não poucos espíritos, sob a influência do maçonismo internacionalista, que visiona a república universal em abolição das fronteiras.

Sousa salientava que Portugal tinha as suas próprias tradições, destino e ideais e que por isso nada precisava de importar do estrangeiro[613]. Um outro artigo publicado no mesmo número da *Voz* ligava as atrás citadas palavras de F. de Sousa ao contexto internacional: ao republicanismo espanhol deveriam os portugueses responder com uma total afirmação nacionalista, pois não haveria maior perigo para a soberania dos países do que "pacifistas internacionalistas" crentes no aparecimento de "repúblicas universais". Assim, dizia-se que qualquer português orgulhoso de o ser

---

[612] As celebrações continuaram a ocorrer de forma muito semelhante. Em 1931, o general Carmona fez-se acompanhar pelo ministro da Guerra e pelo presidente do Ministério. Concentraram-se na Avenida Duque de Ávila todas as unidades do Governo Militar de Lisboa, sob o comando do coronel Duarte Nascimento Veiga, comandante do Regimento de Sapadores Mineiros. Carmona abriu a sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa e Gaspar do Couto Ribeiro Vilar discursou. Realizaram-se, entre outras, conferências na Sociedade da Propaganda de Portugal, no Liceu Gil Vicente, no Liceu Normal de Lisboa e no Lusitano Clube. Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 23650, 3/12/1931, p. 1.

[613] Fernando de Sousa, "A Restauração de 1640", *Voz*, Lisboa, nº 1727, 1/12/1931, p. 1.

estava obrigado a recusar o “federalismo”, o “comunismo” e a criação de uma “União das Repúblicas Socialistas Ibéricas”[614].

Em mais de duas décadas, muitos foram os que no 1º de Dezembro se dirigiam à Espanha num tom cordial e afável. Havia até quem aproveitasse a data para criticar sucessivos governantes nacionais por, devido a uma inépcia crónica, terem afundado Portugal em sucessivas crises. Quando alguém se dirigia nesta data ao povo espanhol era para esclarecer que nada do que se pudesse escrever sobre os tempos de Filipe II e a Restauração tinha que ver com a Espanha do presente. Afirmava-se que festejar o 1º de Dezembro era, principalmente, um acto nobre e respeitável, uma proclamação de amor à independência, e que o “perigo espanhol” não deveria tirar o sono a nenhum português (por ser uma “alucinação periódica, excitada por inconfessáveis conveniências”). Como se afirmava num artigo, o iberismo tinha sido uma “doença” que atacara muitos espanhóis, mas que estava em pleno declínio, para não dizer extinta[615]. Um dos motivos para não se ter explorado muito o “perigo espanhol” pode ter sido o receio de inflamar os ânimos do outro lado da fronteira e, com isso, despoletar conflitos diplomáticos. Em 1931, o caso era diferente. Havia a Segunda República em Espanha. Para quem escrevia em jornais como a *Voz* interessava defender a Ditadura de ameaças externas como parecia ser a República em Espanha[616]. Entendia-se ainda assim que defender o país de conspirações de portugueses não era um ataque à Espanha, até porque, como se dizia no *Diário da Manhã* ainda antes da Segunda República, Primo de Rivera dever-se-ia igualmente defender de espanhóis que à semelhança dos portugueses atacavam o seu país a pretexto de um qualquer revolucionarismo. Considerava-se neste e noutros periódicos que as acusações feitas aos republicanismos e aos federalistas portugueses dispostos a traírem a pátria constituíam um serviço patriótico que visava a defesa da Península Ibérica contra ideais internacionalistas (“patriótico”, “defesa da civilização”, entre outras, eram expressões a que a imprensa mais conservadora amiúde recorria).

Apesar de ter crescido em períodos de polémica iberista, nem por isso a Comissão 1º de Dezembro aproveitou a efeméride para dar voz a campanhas anti-iberistas. Mesmo os textos publicados na imprensa por sócios da Comissão em nada

[614] *Ibidem,* nº 1727, 1/12/1931, p. 1.
[615] *Século*, Lisboa, nº 20431, 1/12/1927, p. 1.
[616] O mesmo se pode notar em relação a ataques como os que jornais como o *Diário da Manhã* faziam à Liga de Paris, que tinha em Afonso Costa uma das principais figuras. Numa altura em que as relações entre os países ibéricos eram estáveis, acusava-se os oposicionistas portugueses em França de conspirarem juntamente com os espanhóis para atacarem Portugal.

se assemelhavam ao tom anti-iberista de vários manifestos postos a circular pela mesma associação a partir da segunda metade do século XIX. A pompa, para usar uma expressão a que muito se recorria nos jornais durante a época em estudo, nunca desapareceu. Até em anos de guerra, em que não se realizaram nem o cortejo cívico nos Restauradores, nem eventos nos Paços do Concelho, não se deixou de festejar. Sucede que o anti-iberismo, muito presente na imprensa periódica portuguesa, não vinha à tona durante os festejos do 1º de Dezembro. Pretendia-se festejar com elevação, sem ofensas a ninguém. Dirigir ofensas à Espanha num dia que se queria tão importante para Portugal poderia equivaler a arranjar conflitos diplomáticos. Se se pensar que anos como, por exemplo, 1917 foram riquíssimos em termos de opinião anti-iberista publicada na imprensa nacional (devido à por várias vezes referida campanha do madrileno *Imparcial*), tudo leva a crer que a principal razão para que não se "atacasse" o povo espanhol nesta data era mesmo o receio de iniciar uma disputa com a Espanha. O 1º de Dezembro era feriado, ganhara o nome de Festa da Bandeira com o advento do regime republicano. A memória de 1640 era de luta contra a Espanha. Dar expressão a opiniões anti-iberistas durante a celebração do 1ºde Dezembro poderia levar a que os responsáveis políticos espanhóis se sentissem ofendidos.

Sistematizando algumas ideias, a Comissão 1º de Dezembro continuou a ser no século XX uma associação muito relevante na propulsão do anti-iberismo. Apesar disso, abrindo as páginas da imprensa, o que se verifica é que a Comissão passava a imagem de ser constituída por homens que optavam por não originar disputas com o país vizinho no 1º de Dezembro. Isto não implica que se tivesse deixado de combater o iberismo. A recusa do iberismo era ponto em que todos os sócios da Comissão e qualquer português brioso do seu patriotismo convergiam. O discurso oficial da Comissão tinha sempre implícito um tom do protesto, mas era preciso ler nas entrelinhas do que se publicava. O 1º de Dezembro era um dia que comportava uma memória de violência e importava não tornar outra vez real essa violência.

3. 3. Perfil do anti-iberista

A Comissão 1º de Dezembro cresceu em termos de sócios em momentos de tensão iberista. Foi o que se verificou a partir da análise dos gráficos referentes às adesões de sócios. O anti-iberismo figurou certamente entre as razões que levavam a que se aderisse à Comissão. Assumindo a ideia de que os membros da Comissão partilharam uma aversão ao iberismo, levantam-se questões como as de saber se, a partir da análise de dados concernentes, por exemplo, à origem social, à formação académica ou à ocupação profissional, é possível concluir que existiu uma figura anti-iberista, com um padrão bem definido, ou se apenas existiram sócios que, separados por quase tudo, se uniam somente no repúdio ao iberismo. Tentar descobrir quem foram os anti-iberistas equivale a tentar perceber quem foram os sócios que compunham a Comissão. E como a visibilidade da Comissão dependia em grande medida do esforço dos sócios na sua dinamização, saber quem foram os sócios é também saber o que foi a Comissão e qual o seu papel, a sua relevância social na sociedade portuguesa.

Dos 12 presidentes da Comissão que estiveram em exercício entre 1861 e 1931, 7 foram militares (6 generais e 1 coronel). Acrescente-se que 5 desses militares exerceram funções políticas (desde ministro a deputado, passando por senador). Aliás, a maior parte dos presidentes (8) desempenhou cargos públicos e políticos. Fontes Pereira de Melo[617] e Hintze Ribeiro[618] foram dos governantes mais marcantes da vida política portuguesa da segunda metade do século XIX e inícios do seguinte. O general José Joaquim de Abreu Viana chegou a presidir à Confederação Maçónica Portuguesa. O general Miguel Baptista Maciel exerceu as funções de Inspector e Director da Arma de Engenharia e foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano. O general Augusto Xavier Palmeirim exerceu as funções de deputado. O general

[617] Com a Regeneração, foi ministro da Marinha e do Ultramar, acumulando depois a pasta da Fazenda. Em 1852, tornou-se o primeiro titular do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Foi ministro da Guerra (1866), conselheiro de Estado (1866) e par do reino (1870). Em 1871, foi pela primeira vez presidente do Ministério. Voltaria duas vezes à chefia do governo. Coube a Fontes o papel de liderança e impulsionamento da transformação material do país.

[618] Em 1881, com o Partido Regenerador incumbido de formar Ministério, Hintze Ribeiro foi chamado para a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Ocupou interinamente o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros em 1883, ano em que esteve também nas Obras Públicas e na Fazenda. Foi nomeado par do reino, um pouco antes de ser exonerado. Assumiu a pasta dos Estrangeiros no governo empossado em 1890. Em 1891, foi nomeado conselheiro de Estado. Ocupou o cargo de chefe do governo entre 1893 e 1897. Voltou ao poder num governo que durou entre 1900 e 1904. A 21 de março de 1906 formou novamente governo.

Florêncio de Sousa Pinto exerceu o cargo de ministro da Guerra no primeiro governo do Rotativismo. Também o general Morais Sarmento foi ministro da Guerra. Já o coronel Ramos da Costa exerceu os cargos de deputado e senador. E os aristocratas António Esteves de Carvalho (barão de Santa Engrácia)[619] e Daun e Lorena (marquês de Pomares)[620] exerceram, respectivamente, as funções de presidente da Câmara de Lisboa e par do reino. Os sócios que chegavam a presidentes da Comissão 1º de Dezembro eram personalidades com créditos firmados, não necessariamente em áreas como a política ou o exército. Por exemplo, o médico e professor universitário José Joaquim da Silva Amado, tornar-se-ia das figuras mais prestigiadas na área da Medicina, tendo chegado a presidir à Sociedade das Ciências Médicas. Apenas um dos presidentes da Comissão apresentava um *curriculum* mais modesto: Feliciano de Andrade Moura, industrial e comerciante de alfaiataria que, apesar de ter sido um dos seus fundadores, teve pejo em aceitar a presidência da Comissão precisamente por sentir que não tinha as habilitações e o prestígio para presidir a uma assembleia formada por homens notáveis[621].

Tabela 1 – Presidentes da Comissão 1º de Dezembro / SHIP (1861-1935)

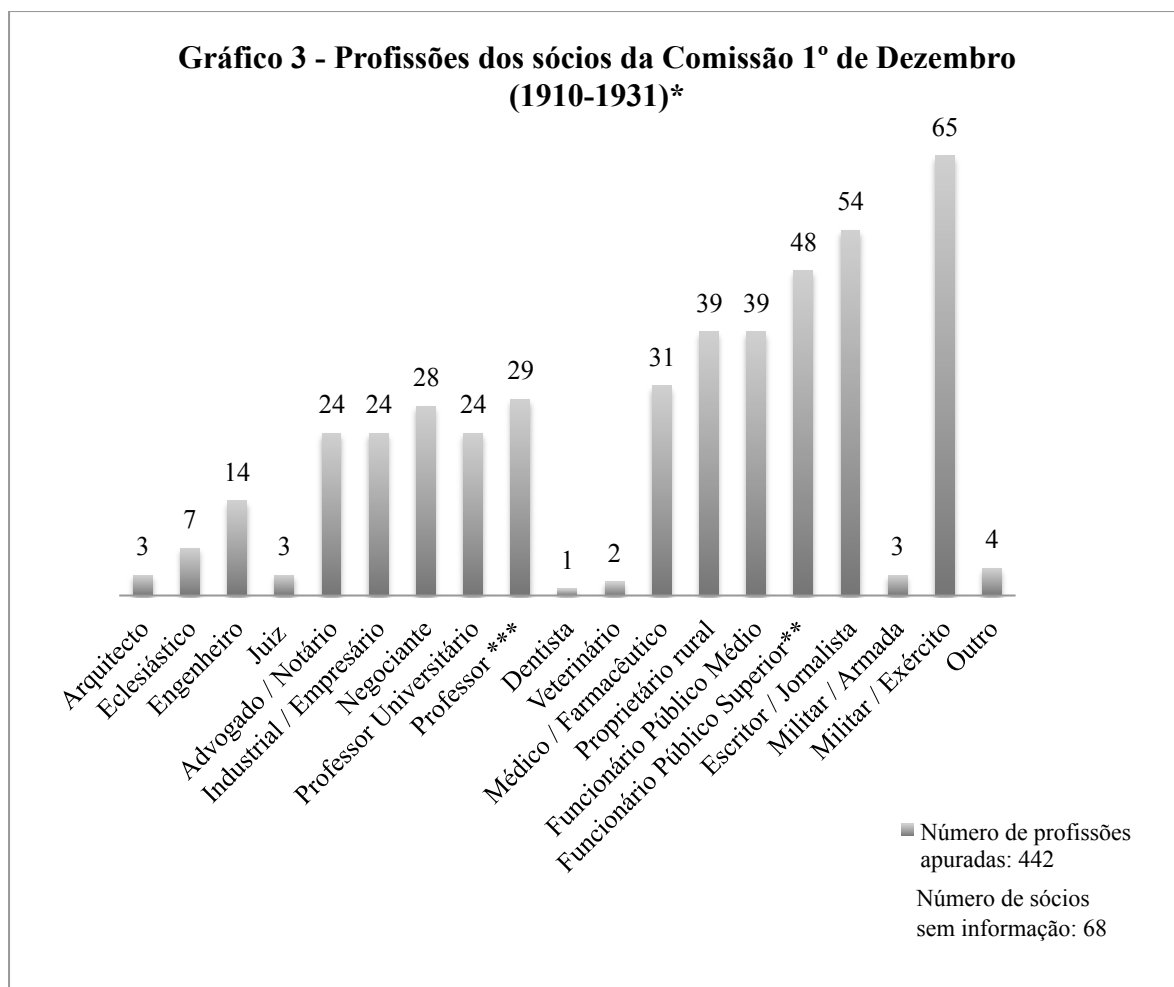
Presidente	Data	Profissão
Feliciano de Andrade Moura	28/7/1861 a 29/8/1861 - 1/10/1868 a 14/11/1868	Comerciante
António Esteves de Carvalho	29/8/1861 a 1/10/1868	Proprietário
D. Luís Maria Daun e Lorena	14/11/1868 a 3/1/1874	Proprietário
José Joaquim de Abreu Viana	3/1/1874 a 5/1/1877	Militar
Augusto Xavier Palmeirim	5/1/1877 a 31/1/1880	Militar
Fontes Pereira de Melo	31/1/1880 a 22/1/1887	Militar e engenheiro
António de Sousa Pinto	22/1/1887 a 18/2/1890	Militar
Miguel Baptista Maciel	18/2/1890 a 11/11/1900	Militar e engenheiro
Hintze Ribeiro	11/1900 a 1/8/1907	Advogado
José Estevão de Morais Sarmento	1/8/1907 a 4/4/1911	Militar
José Joaquim da Silva Amado	4/4/1911 a 10/3/1915	Médico
Francisco Sales Ramos da Costa	10/3/1915 a 8/5/1935	Militar

[619] Foi também presidente da Câmara de Lisboa.
[620] Foi também par do reino.
[621] Em 1861, foi dada a presidência da Comissão Central a Andrade Moura, que recusou tomar posse do cargo argumentando que não poderia presidir a uma assembleia composta por homens da mais elevada condição social e académica.

De um universo de 337 sócios[622], encontrou-se informação no que se refere à ocupação profissional para 269, o que corresponde a cerca de 80% do total. Sem informação ficaram 68. Tendo em conta que a maior parte dos sócios exerceu mais do que uma profissão ao longo da vida, optou-se por considerar as diferentes profissões exercidas por cada um deles[623]. O que se confirma através da análise da profissão dos sócios é que nunca se deixa de falar de pessoas económica e socialmente favorecidas, mesmo quando se tratava de sócios ligados a áreas como o comércio ou a indústria.

---

[622] Centrando-se no período que vai do regicídio em Portugal à instauração da Segunda República espanhola, optou-se neste estudo por analisar as listas de sócios da Comissão 1º de Dezembro no período que vai de 1908 a 1931. A soma de todos os sócios entre esses anos é de 337.

[623] Daí que o número total de profissões exceda o número de sócios para o qual se encontrou informação. Existe alguma dificuldade em etiquetar sócios como os indicados. São raros os casos para os quais se encontra uma única profissão. Isso aconteceu quando a única informação obtida consta da ficha de inscrição de sócio. Nesses casos fica-se a saber que determinado sócio foi médico, professor ou advogado, e nada mais. Houve até casos em que apenas se sabe que determinados sócios foram "doutores", por ser essa a única informação que consta das suas fichas. Porém, regra geral não é isso que se verifica. Tirando esses casos pontuais de sócios para os quais se encontrou escassa informação (ou que exerceram profissões como as de farmacêutico, dentista ou mesmo comerciante), os sócios inscritos na Comissão desenvolveram diferentes actividades ao longo da vida. Um professor universitário pode ter sido médico, advogado ou ter exercido cargos públicos como os de deputado. Um militar pode ter sido capitalista, industrial e ministro. Um professor pode ter sido jornalista e comerciante. Foi aliás com a intenção de dar conta da diversidade e da riqueza existentes em termos profissionais que se procedeu a esta categorização e se decidiu elencar nomes de sócios ilustrativos dessa multiplicidade.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

* Dado que cada sócio exerceu mais do que uma profissão, contabiliza-se mais do que uma actividade por sócio. Na tabela referente às profissões (ver Apêndice 2) constam também as percentagens. Encontrou-se informação para 269.

** Directores-gerais e outras chefias de ministério. Aqui estão incluídos cargos públicos como os de Provedor da Santa Casa, Administrador da Casa da Moeda, Inspector-Geral da Companhia das Águas, reitor universitário e director de faculdade ou Inspector das Bibliotecas e Arquivos. São muitas vezes cargos de nomeação política mas não são cargos políticos.

*** Professor do ensino primário e secundário.

Houve na Comissão uma muito considerável presença de militares, por norma oficiais (generais, coronéis, tenentes-coronéis, majores ou capitães) reconhecidos por um passado que, por vezes, incluía experiências como as da Primeira Guerra ou experiências em África. Muitos destes sócios não se destacavam apenas ao serviço do

Exército ou (em muito menor número) da Marinha: exerciam cargos públicos, trabalhavam em grandes empresas, escreviam na imprensa, tinham obra publicada. Exemplos de militares ilustres ligados à Comissão não faltam. General, conselheiro e visconde de São Torquato, Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos[624] distinguiu-se enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos, adido militar na Legação de Portugal em Londres e director-geral da Fazenda Pública. O general José Alves Pimenta de Avelar Machado[625] exerceu os cargos de administrador da Companhia de Moçambique e de chefe de repartição do ministério da Guerra e foi ainda deputado pelo Partido Regenerador e par do reino. General e conselheiro, Aquiles Alfredo da Silveira Machado[626] leccionou na Escola Politécnica, na Faculdade de Ciências de Lisboa e na Escola de Farmácia. Tendo integrado o Corpo Expedicionário Português (CEP) e chefiado o gabinete do ministro da Guerra em 1913 e 1914, o general Roberto da Cunha Baptista[627] sobressaiu em várias áreas: deu aulas na Escola Militar, foi adido militar em Madrid e deputado pelo Partido Regenerador Liberal, de João Franco. Tendo igualmente integrado o CEP, o general Alfredo Ernesto de Sá Cardoso[628] exerceu uma série de cargos políticos durante o período republicano, desde governador civil do Funchal a deputado, passando por chefe do governo e ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Também o general António Xavier Correia Barreto[629] desempenhou vários cargos políticos da maior relevância durante a República: ministro de Guerra do Governo Provisório, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, senador e presidente do Senado. Destaque-se ainda o general Artur Ivens Ferraz[630], que tendo sido chefe da missão de ligação do CEP e Chefe do Estado-Maior do Exército, desempenhou em período ditatorial os cargos de governador de Moçambique, ministro do Comércio, Colónias e Finanças e presidente do Ministério. Por estes exemplos se vai percebendo que, no cômputo geral, os associados não eram meros cidadãos anónimos mas personalidades que contribuíam para dar um peso social e político à Comissão.

Ainda mais expressivo na Comissão é o número de funcionários públicos. Tratava-se em grande medida de sócios ligados a um alto funcionalismo público. São

[624] Sócio da Comissão desde 1910.
[625] Sócio da Comissão desde 1911.
[626] Sócio da Comissão desde 1917.
[627] Sócio da Comissão desde 1922.
[628] Sócio da Comissão desde 1922.
[629] Sócio da Comissão desde 1924.
[630] Sócio da Comissão desde 1927.

diversificados os exemplos de sócios que desempenharam funções da maior relevância no sector público. José de Figueiredo[631] foi oficial da Direcção-Geral da Instrução Pública e primeiro director do Museu Nacional de Arte Antiga. O comerciante Ramiro Leão[632] foi, para além de vereador da Câmara de Lisboa e director do Banco de Portugal, membro do Tribunal do Contencioso Fiscal, como delegado do Comércio. Houve vários sócios ligados à Biblioteca Nacional de Portugal: se o historiador e poeta José Ramos Coelho[633] trabalhou como conservador e João Carlos Farmhouse[634] como sub-bibliotecário, outros chegaram a dirigir a instituição: o cirurgião Xavier da Cunha (também foi conservador nesta instituição)[635], o professor e historiador Fidelino de Figueiredo (que também foi funcionário no Ministério da Educação)[636] e o tenente-coronel Augusto da Veiga Botelho. Destaque-se ainda Amadeu de Freitas[637], que esteve ligado a vários periódicos[638] e trabalhou durante algum tempo como funcionário do Ministério do Trabalho.

O significativo número de jornalistas que se associou à Comissão contribui para explicar a atenção concedida ao longo dos anos pela imprensa periódica ao aniversário da Restauração. Só no *Diário de Notícias,* periódico que nunca deixou de fazer a divulgação do 1º de Dezembro, existem diferentes sócios: José Eduardo Coelho[639], Eduardo Schwalbach[640] e Alfredo da Cunha[641] foram directores do jornal, Tomás Quintino Antunes[642] proprietário, Mário Nunes de Carvalho[643] delegado e o referido Amadeu de Freitas redactor. Figura relevante na sociedade portuguesa da época foi Eduardo Schwalbach, fundador do diário a *Tarde* e director de periódicos

[631] Sócio da Comissão desde 1910. Foi também comerciante, proprietário e fundador do Banco Lisboa & Açores.
[632] Sócio da Comissão desde 1910.
[633] Sócio da Comissão desde 1910.
[634] Sócio da Comissão desde 1924.
[635] Sócio da Comissão desde 1911.
[636] Sócio da Comissão desde 1917.
[637] Sócio da Comissão desde 1923.
[638] Exerceu as funções de director interino do *Mundo,* foi redactor do jornal *Norte,* do *República Portuguesa*, de João Chagas, do *Século* e do *Diário de Notícias*.
[639] Sócio desde 1869, ano que se afasta bastante do período aqui em estudo. No entanto, julga-se pertinente dar este exemplo, até por ser uma maneira de acentuar a ideia de que a ligação da Comissão à imprensa já vem de trás.
[640] Sócio da Comissão desde 1910.
[641] Sócio da Comissão desde 1917.
[642] Sócio da Comissão desde 1880.
[643] Sócio da Comissão desde 1910.

como o *Notícias de Lisboa* e o *Diário de Notícias*[644]. Existem outros jornalistas dignos de registo. Hermano Neves esteve ligado ao *Mundo,* ao *Século,* ao *Dia* e à *Capital* e fundou a *Vitória*. Joaquim Leitão não só trabalhou para o *Jornal de Notícias* e o *Correio da Manhã,* como foi director-geral da Assembleia Nacional (1935-1945)[645]. Aníbal Soares trabalhou para o *Diário Ilustrado* e foi redactor e director do *Diário Nacional* e do *Correio da Manhã*, e exerceu as funções de deputado durante o período sidonista[646]. Ponha-se também em evidência um dos grandes defensores do luso-brasileirismo em Portugal, Nuno Simões que, para além de ter dirigido a *Pátria,* exerceu advocacia e várias funções que lhe granjearam notoriedade, tais como as de subdelegado da República para a comarca de Vila Nova de Famalicão, membro do Supremo Tribunal Administrativo, governador Civil de Vila Real, deputado e ministro do Comércio e das Comunicações em três governos da Primeira República (entre 1921 e 1925)[647]. No mesmo ano em que Nuno Simões se associou à Comissão, o conselheiro Fernando de Sousa, director de jornais conservadores como a *Voz* e a *Época,* recebia o título de sócio honorário[648]. Jornalistas como os acima referidos contribuíram para a dinamização e divulgação dos valores defendidos pela Comissão 1º de Dezembro. É conhecido o papel de Fernando de Sousa no combate às campanhas iberistas, especialmente a partir de começos da década de vinte. Hermano Neves trabalhou como repórter na Galiza durante as incursões monárquicas. Simões escreveu vários artigos sobre as relações entre Portugal e o Brasil e sobre Portugal e Espanha.

Um grande número dos proprietários presentes nesta Comissão era também aristocrata[649]. Os nomes abundam: o conde de Silves[650], o conde de Burnay[651], o

---

[644] Formado em cavalaria pela Escola do Exército, Schwalbach foi deputado pelo Partido Regenerador durante a Monarquia Constitucional e redactor da Câmara dos Pares e procurador à Câmara Corporativa já durante o Estado Novo.
[645] Formado em Medicina, foi também Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, director do Museu da Assembleia Nacional da Restauração, Inspector das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais de Lisboa.
[646] Neves, Leitão e Soares aderiram à Comissão em 1917, talvez motivados pela Harmonia Ibérica de Félix Lorenzo.
[647] E publicou artigos em diferentes periódicos.
[648] Este título foi atribuído pela Comissão a figuras como Gago Coutinho, Sacadura Cabral ou Norton de Matos. Gago Coutinho e Sacadura Cabral realizaram a viagem aérea entre Lisboa e o Recife entre 30 de Março e 5 de Junho de 1922. Não espanta que tivessem recebido este título honorário.
[649] Eram cerca de trinta e seis os aristocratas presentes na Comissão durante o período em estudo.
[650] Francisco Manuel Pereira Caldas, sócio da Comissão desde 1910. Foi deputado pelo Partido Progressista.
[651] Henrique de Burnay, dono do Banco Burnay. Sócio da Comissão desde 1910.

conde do Rego Botelho[652], o nobre açoriano Luís Filipe Andrade Albuquerque Bettencourt[653], o visconde de Santarém[654], o marquês de Sagres[655], o visconde de Sanches Baena[656], o visconde de Algés[657], sem esquecer os descendentes dos conjurados de 1640, nomeados sócios da Comissão em 1922[658]. Uma personalidade digna de destaque neste grupo de aristocratas, até pela quantidade de cargos exercidos na Comissão[659], é Afonso de Dornelas Cysneiros, major equiparado de infantaria que, para além de um trabalho de investigação que resultou na publicação de obras como *Iconographia de Camões:* (séculos XVI e XVIII) (1924), *História e Genealogia* (1926) ou *Fernão de Magalhães, navegador português ao serviço da Espanha* (1930), obteve o reconhecimento de associações como a Academia Nacional de Genealogia e Heráldica ou a Academia Portuguesa da História[660]. Monárquicos, católicos e abastados, os sócios incluídos nestas categorias eram a imagem de uma associação que, não obstante ter sido impulsionada pelo regime republicano e ter incluído no seu seio diversos republicanos, tinha na sua génese um conjunto de valores e referências históricas que remetiam para o passado e a tradição. Uma das maiores críticas à Comissão, a de que não tinha peso social, é aliás entendível se se tiver em conta que, esgotando-se na rememoração do passado, na disseminação do anti-iberismo e de alertas para a necessidade do reforço da defesa nacional, a Comissão 1º de Dezembro não tinha ideias de futuro, não apostava em ideias de progresso e não embarcava em teorias sobre a construção política do país a partir de moldes republicanos. Era por isso uma associação que vivia numa ambivalência: por um lado, fechava-se sobre os seus próprios valores, por outro, queria abrir-se ao país.

---

[652] António Holtreman Botelho do Rego era filiado no Partido Regenerador. Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo e par do reino pelo distrito de Angra (1890 e 1894). Sócio da Comissão desde 1911.

[653] Sócio da Comissão desde 1914. Participou com Dornelas e outros no *Arquivo do Conselho Nobiliárquico de Portugal.*

[654] Manuel Francisco de Barros Saldanha da Gama de Sousa Mesquita Leitão e Carvalhosa, sócio da Comissão desde 1917.

[655] Sócio da Comissão desde 1922.

[656] D. Afonso de Portugal Sanches de Baena e Farinha, sócio da Comissão desde 1922.

[657] D. Nuno de Noronha e Meneses da Costa, sócio da Comissão desde 1925.

[658] O conde de Redondo e Vimioso, o conde da Ribeira Grande, o conde da Cunha, a condessa da Tarouca, o conde de Cascais, o conde da Ponte, o conde da Mesquitela, o conde de São Lourenço, o conde de São Paio e o conde de Belmonte.

[659] Secretário, vice-secretário, secretário, vogal e membro da secção de Estudos Histórico-Geográficos.

[660] Dornelas foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses, presidente do Conselho Nobiliárquico de Portugal, fundador e chanceler do Instituto Português de Heráldica, sócio de Honra da Academia Nacional de Genealogia e Heráldica, co-fundador com Alberto de Gusmão de Macedo Navarro do Tombo Histórico e Arqueológico de Portugal, secretário-geral da Academia Portuguesa da História e diretor da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

A Comissão 1º de Dezembro sobreviveu por causa da imprensa e do que se publicou sobre as relações peninsulares. Sem campanhas iberistas na imprensa, sem a publicação de opúsculos iberistas, não existiria, por exemplo, um *Manifesto* anti-iberista assinado por Alexandre Herculano (1861), nem as dezenas de opúsculos anti-iberistas patrocinados pela Comissão. Com isto, o que se quer enfatizar é o carácter marcadamente letrado de quem se associava à Comissão. Havia militares, nobres, jornalistas, homens ligados a diferentes áreas profissionais que publicaram obras, artigos, discursos sobre as relações ibéricas. Devido a esta dispersão ou diversidade, optou-se por não incluir no gráfico respeitante às profissões nenhuma categoria para investigadores ou historiadores. Mas há categorias fortemente ligadas à investigação que incluem muitos desses sócios: as dos professores. Fala-se, em grande medida, de figuras ligadas não apenas ao ensino mas à investigação, à produção intelectual, de professores universitários ou de liceu que granjearam um prestígio que superava as fronteiras do ensino. Por exemplo, Fidelino de Figueiredo, fundador da *Revista de História* (1912-1917) e da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, e depois professor de literatura na Universidade Central de Madrid, na Universidade de S. Paulo e na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, autor de obras como *As Duas Espanhas* (1932) ou *Pyrenne* (1935), foi um prestigiado intelectual do seu tempo. O conselheiro Manuel António Moreira Júnior[661], primeiro professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e depois na Faculdade de Medicina da mesma cidade, foi alguém cujas competências não se restringiam ao ensino: ocupou cargos políticos dignos de menção nos últimos anos da Monarquia Constitucional, tais como o de deputado pelo Partido Progressista, ministro da Marinha e Ultramar e das Obras Públicas, Comércio e Indústria. O coronel António dos Santos Lucas[662] não só foi professor (e director) da Faculdade de Ciências de Lisboa, como administrou empresas como as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade e ocupou cargos públicos como o de ministro das Finanças. Eduardo Ismael dos Santos Andrea[663] foi um destacado professor universitário[664] (da Faculdade de Ciências de Lisboa e da Escola Normal Superior de Lisboa) e astrónomo (dirigiu o Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências de Lisboa) que publicou manuais de Álgebra, Aritmética e de Geometria e vários trabalhos de investigação. O advogado integralista Xavier

[661] Sócio da Comissão desde 1910.
[662] Sócio da Comissão desde 1917.
[663] Sócio da Comissão desde 1917.
[664] Também leccionou nos liceus de Vila Real, no Camões e no Pedro Nunes de Lisboa.

Cordeiro, professor e director da Escola Nacional, oficial da Direcção-Geral da Instrução Pública e deputado, foi autor de uma série de obras, como *Obrigações contratuais do Estado*, (1914), *A Questão Ibérica. Direito e Instituições* (1916)[665], *O Problema da Vinculação*, (1917), *Palavras sobre a Arte do Povo* (1917) ou *Casal de Família* (1919). E o advogado António Lino Neto[666] foi professor no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1938-1943), mas também desenvolveu actividades como as de director do jornal a *União* (1920) e desempenhou cargos políticos como os de governador civil de Portalegre, vereador da Câmara de Lisboa e deputado pelo Centro Católico Português.

Nunca esquecendo um certo carácter elitista dos sócios que compunham a Comissão 1º de Dezembro, não se deixa de alertar para a existência de associados cujos percursos de vida lhes conferiam menor proeminência na sociedade portuguesa. Tratava-se de donos de pequenas e médias empresas, fábricas ou mesmo companhias comerciais e de seguros. A presença de comerciantes, empresários, industriais ou até mesmo de funcionários de banco e farmacêuticos atesta que a Comissão, não tendo vivido apenas de gente influente em termos sociais, se compunha também de elementos das classes médias. Mesmo os sócios ligados ao pequeno comércio não eram pobres. De qualquer modo, também não é possível negar que existiram sócios ligados à indústria, ao comércio ou ao capital que granjearam notoriedade. Por exemplo, alguns destes sócios sobressaíram como grandes empresários, líderes de grandes companhias comerciais ou mesmo banqueiros (presentes na direcção do Banco de Lisboa & Açores, do Banco Nacional Ultramarino ou do Banco de Angola ou na chefia do Banco Burnay). Não há a mínima dúvida de que o acesso à Comissão era reservado a pessoas com dinheiro e, se possível, com estatuto social e político.

[665] Esta obra resulta da sua participação nas conferências na Liga Naval, promovidas pelos integralistas em 1915.
[666] Sócio da Comissão desde 1922.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

* Embora destoe dos restantes elementos apresentados no gráfico, não se encontrou outra solução para este caso. Sabe-se que pelo menos 17 sócios estudaram nas Politécnicas de Lisboa e Porto, mas não se sabe o que cursaram. É possível, no entanto, assinalar que os sócios que passaram pelas Escolas Politécnicas acabaram por tirar especializações noutros estabelecimentos, como a Escola do Exército. Entre os objetivos da Escola Politécnica de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto estava ministrar um ensino preparatório e científico aos candidatos a oficiais do Exército e da Marinha.

** A grande maioria dos sócios ligados ao sector militar obteve formação na Escola do Exército, se bem que também se contabilizem sócios ligados à Armada cuja formação passou por instituições tais como a Escola Naval.

No que concerne à formação académica, não foi possível construir um gráfico ou uma tabela com dados referentes somente ao curso ou ao estabelecimento de ensino frequentado pelos sócios da Comissão. Em muitos casos, não se apurou o curso mas a instituição de ensino frequentada. Existem dados para 157 sócios de um total de 337, cerca de 47%[667]. Certos sócios frequentaram mais do que um estabelecimento de ensino. Há, em primeiro lugar, que destacar algo que já se tinha verificado no gráfico respeitante às profissões: prevaleceram os sócios cuja formação passou pelas forças armadas. Formados em Coimbra e em Lisboa[668], encontrou-se também um muito expressivo número de sócios formados em Direito (cerca de 18% da amostragem), número esse que complementa os dados referentes aos sócios que foram juízes, advogados, professores universitários ligados ao ensino do Direito ou que desempenharam cargos políticos. Exemplos disto são José Maria Barbosa de Magalhães[669], que para além de advogado e professor na Faculdade de Direito de Lisboa, exerceu cargos como os de ministro da Justiça, da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros, ou José Maria Joaquim Tavares[670], advogado, professor nas Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa e deputado. Relevante é de igual modo o número de sócios formados em Medicina: a somar aos quase 15% de sócios ligados à Medicina, há ainda que assinalar a existência de licenciados em Medicina Veterinária e em Medicina Dentária. Apreciável é ainda a quantidade de sócios que, associados ao mundo empresarial, comercial e industrial, concluíram a sua formação em áreas viradas para o universo económico: mais de 3% dos sócios para os quais se encontrou informação frequentaram o Curso Superior de Comércio, e também mais de 3% frequentaram o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Houve também quem tivesse frequentado a Escola Industrial do Príncipe Real e o Instituto de Ciências Económicas e Financeiras. Não menos pertinente é saber que existiu um conjunto de sócios formados em áreas voltadas para as humanidades: entre licenciados em cursos como a Antropologia, a Filosofia, as Ciências Históricas ou Histórico-Geográficas, e alunos que apenas se sabe que a sua formação passou pelo Curso Superior de Letras, obtém-se um número apreciável, ainda para mais se se tiver em consideração que algumas das figuras formadas nestas áreas ocuparam lugares de destaque no meio

[667] Veja-se em apêndice a tabela referente à especialização académica dos sócios, que contém percentagens.
[668] Contando igualmente com sócios que não se sabe em que estabelecimento se formaram.
[669] Inscrito na Comissão desde 1922.
[670] Inscrito na Comissão desde 1926.

intelectual ou político português. Exemplos disso são Fidelino de Figueiredo, que passou pelo Curso Superior de Letras, ou Ginestal Machado[671], que para além de professor numa série liceus, exerceu os mais variados cargos públicos: presidente da Junta Distrital de Santarém, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, deputado pelo partido Nacionalista, ministro da Instrução Pública e presidente do conselho de ministros. Refira-se ainda que houve sócios ligados às Belas-Artes. Então, embora exista um claro predomínio de sócios cuja formação passou pela vertente militar, pelo Direito, a Medicina ou mesmo a Engenharia, existiu lugar na Comissão 1º de Dezembro não só para intelectuais como o referido Fidelino de Figueiredo, mas também para outras figuras como o poeta e articulista António Cândido Osório[672] ou o professor e poeta César Porto[673], que fazem desta Comissão uma associação marcada pela heterodoxia. Não se pode declarar que os que contestavam o iberismo ou os que frequentavam as reuniões desta Comissão estivessem apenas ligados a ideologias monárquicas, tradicionalistas ou conservadoras (até porque a partir de 1910 o 1º de Dezembro foi republicanizado e instrumentalizado pelos governantes republicanos), nem sequer se pode dizer que os sócios eram apenas militares ou homens ligados a partidos políticos, uma vez que o que até aqui se tem visto é que à Comissão se associaram simples comerciantes, dentistas ou homens ligados à indústria, que não ocuparam qualquer cargo político.

[671] Também formado em Direito.
[672] Inscrito na Comissão desde 1924.
[673] Inscrito na Comissão desde 1928.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Há sócios que desempenharam mais do que um cargo político. Neste gráfico são contabilizados os diferentes cargos de cada sócio. Seguindo a metodologia de outros autores[674], decidiu-se elaborar um gráfico concernente apenas aos cargos políticos, e não aos cargos públicos. Tal como no referido artigo, decidiu-se incluir uma série de cargos públicos de nomeação política no gráfico referente às profissões, mais concretamente na categoria dos funcionário públicos superiores. Pelo que foi possível apurar, pelo menos 30% dos sócios em análise desempenharam cargos públicos[675]. Dos 104 que exerceram estes cargos, muitos foram eleitos ou nomeados para cargos políticos. Tem-se visto que, por norma, os sócios da Comissão exerceram mais do que uma profissão e mais do que um cargo público. O que mais salta à vista na análise a este gráfico mais não é do que uma ideia que se tem vindo a consolidar ao longo destas páginas: a de que a Comissão esteve muito vinculada a homens

[674] Veja-se o artigo de Paulo Jorge Fernandes, Pedro Tavares de Almeida e Marta Alexandra Carvalho dos Santos, intitulado *Os deputados da 1ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico* (Coimbra, [s. n.], 2006, Separata da *Revista de História das Ideias,* nº 27, pp. 399-417).

[675] O número de sócios apurados (no que respeita a cargos públicos) é de 104.

influentes por vezes em termos políticos. Os cargos políticos mais representativos são os de deputado e ministro. Encontram-se sócios que foram chefes de governo (pelo menos seis sócios), ministros responsáveis por diferentes pastas (alguns ocuparam até várias pastas) e deputados por distintos partidos. Militar destacado (muito ligado à vida colonial portuguesa)[676], o tenente-coronel Alfredo Coelho exerceu as funções de deputado pelo Partido Progressista e, durante o sidonismo, ministro das Colónias. O igualmente militar Fernando Augusto Freiria foi deputado e ministro da Guerra nos últimos anos da República. Álvaro Xavier de Castro[677] desempenhou cargos muito relevantes ao longo da República: deputado, ministro da Justiça, Finanças e Guerra e presidente do conselho de ministros. Outro sócio digno de menção é Francisco da Cunha Leal[678], que não só dirigiu o *Século* e foi reitor da Universidade de Coimbra[679], como foi deputado, ministro das Finanças e do Interior e presidente do conselho de ministros. À semelhança de Cunha Leal, o diplomata[680] Henrique Trindade Coelho[681] dirigiu o *Século* e foi ministro dos Negócios Estrangeiros já durante a Ditadura Militar. Exemplos não faltariam para ilustrar que não era raro encontrar na Comissão militares (generais, quase sempre), advogados, médicos ou professores universitários que em determinado momento chegaram aos cargos de deputado e/ou ministro.

Pertinente é a presença de sócios ligados ao poder distrital e concelhio. Desde vereadores a presidentes de câmara, diversos são os sócios que atestam que a Comissão 1º de Dezembro deveu parte da sua existência a figuras ligadas ao poder regional e local. Filiado no Partido Regenerador, o conde de Rego Botelho[682] não só sobressaiu como presidente da Câmara de Angra do Heroísmo como se destacou no exercício de funções tais como par do reino e cônsul honorário de Inglaterra em Angra. Alberto Ferreira Vidal[683] destacou-se numa série de funções durante o regime republicano: foi governador civil de Aveiro, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e deputado pelo Partido Democrático[684]. Os médicos

---

[676] Sócio da Comissão desde 1917. Alfredo Coelho ganhou relevo como governador-geral de Moçambique, em 1914, e director da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa.
[677] Advogado e oficial do Exército e líder da Liga de Defesa da República (1927-1928), criada em Paris por exilados que se batiam contra a Ditadura Militar.
[678] Fernando Augusto Freiria, Xavier de Castro e Francisco da Cunha Leal eram sócios da Comissão 1º de Dezembro desde 1922.
[679] Foi ainda governador do Banco de Angola e director-geral dos Transportes Terrestres.
[680] Ministro de Portugal em Roma e no Vaticano.
[681] Sócio da Comissão desde 1923.
[682] Sócio da Comissão desde 1911.
[683] Sócio da Comissão desde 1917.
[684] E presidente da Câmara de Deputados.

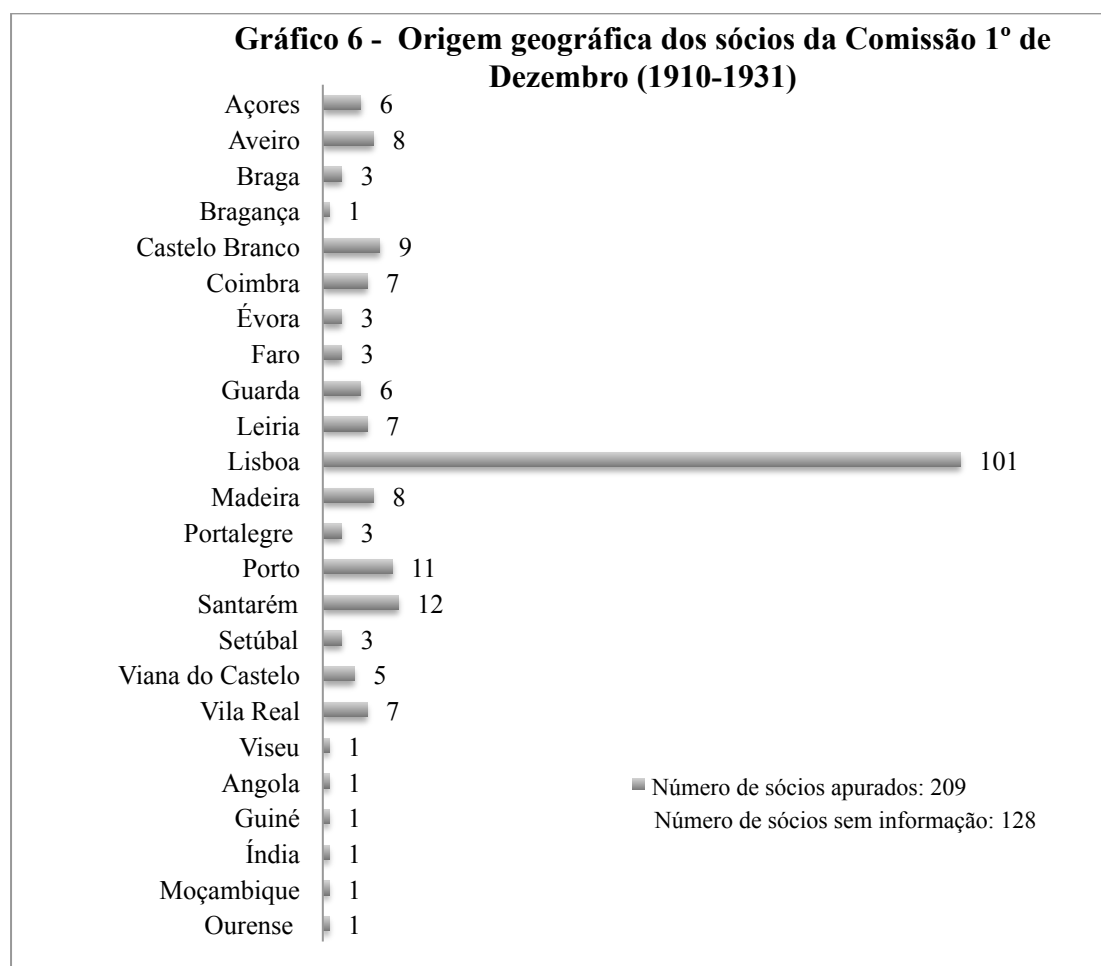
Joaquim Moreira Fontes e Henrique Weiss de Oliveira [685] desempenharam, respectivamente, as funções de presidente da Câmara de Sintra e governador Civil de Aveiro. O professor Ginestal Machado[686] destacou-se não só como presidente da Junta Distrital de Santarém mas de igual modo como deputado (Partido Nacionalista), ministro da Instrução Pública e presidente do conselho de ministros. O professor José Maria Queiroz Veloso[687] foi deputado e governador civil de Viana do Castelo, e o coronel Henrique Lopes Pires Monteiro[688] exerceu os cargos de governador civil do Porto e ministro do Comércio e das Comunicações.

Muitos destes sócios estiveram ligados à capital. Desde a sua fundação que a Comissão se tentou promover junto das juntas de freguesia e das câmaras municipais[689]. As sessões solenes organizadas pela Comissão tinham lugar nos Paços do Concelho de Lisboa e que era à Câmara e à Comissão que cabia a organização dos festejos anuais do 1º de Dezembro. Havia, portanto, uma natural proximidade entre a cidade e esta associação. Se, por exemplo, os já mencionados António Gomes Neto, Ramiro Leão, Sabino Maria Teixeira Coelho, Dagoberto Guedes e António Lino Neto, assim como o veterinário José Ernesto Dias da Silva e o dramaturgo Gustavo de Matos Sequeira[690], foram vereadores da Câmara de Lisboa, outros exerceram funções de maior relevância, tais como o já referido António Xavier Correia Barreto ou o médico Sebastião da Costa Santos[691], que presidiram ao município lisboeta[692]. A forte ligação da Comissão 1º de Dezembro a Lisboa não é apenas perceptível quando se olha para a quantidade de sócios ligados à Câmara dessa cidade (note-se que alguns dos sócios que foram vereadores ou presidentes do município não eram naturais de Lisboa[693]) ou para o número de sócios ligados à vida comercial e industrial lisboeta. Atentando no gráfico referente à origem geográfica dos sócios (para o qual se obteve informação para 209 dos 337 sócios em análise, cerca de 62%), verifica-se que quase

---

[685] Sócios da Comissão desde 1917.
[686] Sócio da Comissão desde 1922. Chegou a reitor do Liceu de Santarém. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém.
[687] Sócio da Comissão desde 1922. Professor e director do Curso Superior de Letras, vice-reitor da U. de Lisboa, chefe da Repartição do Ensino Secundário, Superior e Especial e director-geral do Ensino Superior.
[688] Sócio da Comissão desde 1924.
[689] Desde 1861 que a Comissão procedeu à organização de comissões filiais em diferentes concelhos e freguesias.
[690] Sócio da Comissão desde 1927.
[691] Sócio da Comissão desde 1927.
[692] Este último também presidiu à Junta Geral do Distrito de Lisboa.
[693] Os vereadores António José Gomes Neto e Ramiro Leão eram de Ovar e Portalegre, respectivamente. O presidente Ferreira Vidal era de Estarreja. Os vereadores Dagoberto Guedes e António Lino Neto provinham do distrito de Santarém.

metade (48%) nasceu em Lisboa. A este número junta-se uma série de sócios que, não tendo nascido em Lisboa, viveu e fez vida em Lisboa, o que faz com que se afirme que o número de sócios lisboetas é mais elevado do que o indicado no gráfico.

Não será pois descabido afirmar que, não obstante tenha tentado alargar a sua influência a todo o país, a Comissão 1º de Dezembro acabou por ter em Lisboa a sua principal fonte de recrutamento. E tendo em conta que a Comissão teve uma grande divulgação por parte de uma imprensa que era essencialmente urbana e, tirando algumas excepções, lisboeta, mais se entende que a força e a projecção desta associação dependeu quase inteiramente da capital. Poder-se-ia até afirmar que a história da Comissão é a história da sua relação com a cidade.

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclop. Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Dada a dispersão geográfica, optou-se neste gráfico por agrupar os sócios por distrito. Há casos em que não é possível fazê-lo: para além das antigas colónias portuguesas, existe ainda Ourense, cidade (e município) espanhola situada na Galiza. Não há região que se possa comparar a Lisboa no que se refere à origem geográfica. Santarém (5.8%) e o Porto (5.3%), distritos com duas das percentagens mais elevadas, não tinham juntos mais de 23 sócios[694]. Apesar disso, embora com percentagens reduzidas, há sócios provenientes dos mais diversos pontos do país. Das ilhas provinham cerca de 14 sócios (6.7%). Mesmo distritos como Castelo Branco (3.8%), Aveiro (3.8%), Coimbra (3.3%), Leiria (3.3%), Vila Real (3.3%) ou a Guarda (2.9%) apresentavam números significativos. O único distrito para o qual não se encontrou qualquer registo foi Beja. Houve sócios naturais de Angola, Guiné, Moçambique, Índia e até da região espanhola de Ourense. Mas já se referiu que, não tendo nascido em Lisboa, inúmeros sócios fizeram vida na capital. Oriundo da Guiné, o general Xavier Crato[695], formado na Escola do Exército e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, residia em Lisboa aquando do acto de inscrição na Comissão 1º de Dezembro. Nascido em Luanda, o arquitecto José Urbano de Castro[696] viveu em Lisboa desde tenra idade. Antes de se ter inscrito na Comissão, já tinha por exemplo concluído a sua formação académica na Escola de Belas-Artes de Lisboa[697]. Também o militar Venâncio César Rodrigues[698], proveniente da Índia, o pintor José Maria Veloso Salgado[699], nascido em Ourense, ou o advogado João Feio Pimenta de Castro[700], nascido em Maputo, faziam a sua vida em Lisboa. Poder-se-ia dar outros exemplos, como os do conselheiro Luís Fucher Berquó Poças Falcão[701], nascido nos Açores mas a trabalhar na capital como juiz do Supremo Tribunal de Justiça. Certos sócios nascidos fora da capital obtiveram a sua formação académica em Lisboa e passaram a

[694] O Apêndice 5 inclui os valores em percentagens.
[695] Sócio da Comissão desde 1914.
[696] Sócio da Comissão desde 1917.
[697] Urbano de Castro esteve sempre ligado a Lisboa. Foi professor do Liceu Pedro Nunes, da Escola Industrial Machado de Castro, da Escola Preparatória Rodrigues Sampaio e da Escola Marquês de Pombal, director das oficinas de trabalhos manuais da Escola Rodrigues Sampaio, director da mesma escola e arquitecto das comissões de vistorias da Câmara Municipal de Lisboa.
[698] Sócio da Comissão desde 1925.
[699] Professor na Escola de Belas-Artes. Sócio da Comissão desde 1926.
[700] Sócio da Comissão desde 1929. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.
[701] Sócio da Comissão desde 1910. Trabalhou em diferentes sítios ao longo da vida. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi juiz no Tribunal da Relação de Luanda, presidente da Relação de Goa, presidente do Conselho Governativo de Goa e da Comissão Mista Anglo-Lusa, juiz na Relação de Ponta Delgada e de Lisboa, juiz no Supremo Tribunal de Justiça (1909-1913). Quanto a cargos públicos, foi deputado filiado no partido Progressista, vice-presidente e presidente da Câmara dos Deputados.

trabalhar na mesma cidade. De Évora, o cirurgião Xavier da Cunha estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Nascido em Góis (Coimbra), o jornalista Hermano Neves estudou na Escola Politécnica de Lisboa (e trabalhou em jornais sedeados em Lisboa, como o *Mundo,* o *Século* ou a *Capital*). Oriundo do Fundão (Castelo Branco), António dos Santos de Meireles Coutinho Barriga[702] esteve sempre ligado a Lisboa: formado em Direito pela Universidade de Lisboa, tornar-se-ia juiz do Supremo Tribunal Administrativo, professor do Instituto de Criminologia, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e professor catedrático da Universidade Técnica.

Tendo então em consideração que ter nascido fora de Lisboa não impedia que o sócio tivesse vivido nessa cidade, e que são inúmeros os casos de sócios que, oriundos de outras zonas, acabaram por estudar ou trabalhar na capital, constata-se que o gráfico sobre a proveniência geográfica, não podendo ser desconsiderado, não fornece uma visão completa e detalhada sobre o assunto. Sendo possível acompanhar as linhas gerais, conclui-se que havia uma larga maioria de sócios oriundos de Lisboa e que isso aconteceu em grande medida por a Comissão ter sido fundada nessa cidade e por ter sido dinamizada por gente que, ligada ao jornalismo, à política ou ao mundo empresarial, viveu em Lisboa. É também necessário referir que, com maior ou menor efusividade, o 1º de Dezembro foi quase sempre descrito na imprensa como uma festa a que o povo aderia em grande número. Tal permite que se conclua que, para além de ter sido constituída por sócios oriundos de meios elitistas que circulavam num meio sobretudo lisboeta, esta associação, responsável pela organização dos festejos do 1º de Dezembro na capital, teve também um papel social relevante ao conseguir fazer com que a população (pelo menos a de Lisboa) se juntasse para festejar o aniversário da Restauração.

[702] Sócio da Comissão desde 1924.

3. 4. O que foi a Comissão e quem eram os anti-iberistas?

Em geral, os sócios da Comissão 1º de Dezembro provinham de um meio socioeconómico favorecido. O destaque que a Comissão recebeu da imprensa periódica aquando das celebrações anuais do aniversário da Restauração deveu-se em grande medida ao relevo social dos seus sócios. Altamente qualificada, com ligações à política e ao poder e a instituições relevantes dentro da máquina estatal, uma parte considerável destes sócios sobressaía pelo seu próprio *curriculum*, não carecia da Comissão para se promover. Conclui-se assim que a Comissão precisava de incluir no seu seio sócios oriundos das elites que, através da imprensa ou de cerimónias oficiais como as que tinham lugar todos os anos no primeiro dia de Dezembro, lhe conferissem credibilidade. Deu-se vários exemplos de sócios cujas carreiras profissionais conferiam estatuto e respeitabilidade a esta associação: médicos, capitalistas, advogados, juízes, militares, professores, aristocratas ou sócios que, paralelamente às suas carreiras profissionais, foram governantes, deputados ou ministros.

Existia na Comissão um assinalável número de sócios ligados a funções de topo na sociedade. Saliente-se, para enfatizar esta ideia, que pelos menos 59 dos sócios em estudo (cerca de 18%) receberam condecorações por serviços prestados ao país. Entre comendadores ou militares medalhados pelos seus serviços durante a Primeira Guerra Mundial, estes sócios, dos quais se poderia dar o exemplo dos jornalistas Eduardo Schwalbach[703] e José Augusto Moreira de Almeida[704], o visconde de São Torquato, Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos[705], o médico Sabino Maria Teixeira Coelho[706], o coronel Manuel Gonçalves da Silveira Azevedo e Castro[707], Eduardo Avelino Ramos da Costa[708] ou Ivens Ferraz[709] eram a imagem de uma Comissão que difundia ideais patrióticos através de evocações históricas que

[703] Oficial da Ordem de Santiago da Espada e Grã-cruz da Ordem de Isabel, a Católica (Espanha).
[704] Oficial de Santiago de Espada.
[705] Conselheiro, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro de S. Bento de Aviz e de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa e comendador de Isabel a Católica.
[706] Conselheiro, Legião de Honra e grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada.
[707] Cruz de Benemerência da Cruz Vermelha Portuguesa, comenda da Ordem de Santiago, grande oficial da Ordem de Avis, grã-cruz da Ordem de Cristo, grã-cruz da Ordem de Mérito Industrial e comenda da Legião de Honra.
[708] Comenda da Ordem de Avis, Colar da Ordem de Santiago, Medalhas de Ouro de Serviços Distintos e de Comportamento Exemplar, Medalhas de Mérito da Cruz Vermelha Portuguesa, Campanha de França e da Vitória.
[709] Tinha, entre outras condecorações, o Colar da Torre-e-Espada, colar de Santiago, grã-cruz de Avis, de Carlos II de Espanha.

preveniam o povo português para perigos presentes e futuros (ligados à Espanha e a tentações iberistas). A Comissão não era feita ou liderada pelo povo ou pelas classes mais baixas da sociedade. Aderia-se à Comissão por convite, por se conhecer alguém que já era sócio[710]. Não poucos eram os casos de sócios ligados por laços de sangue (pais, filhos e irmãos). Fica-se com a quase certeza de que que havia um certo fechamento no que se referia à possibilidade de ser sócio desta Comissão. O círculo era restrito. Quando se atenta na multiplicidade de associações e sociedades científicas a que os sócios pertenceram, ainda maior consistência ganha o que se tem afirmado: a Comissão Central 1º de Dezembro era uma associação tendencialmente elitista não apenas num sentido socioeconómico mas cultural e político, envolvia no seu seio figuras sobejamente reconhecidas em diferentes quadrantes. Independentemente da ocupação profissional ou da formação académica, os sócios da Comissão eram, de certa maneira, homens cultos, cidadãos empenhados e envolvidos nas grandes questões sociais, políticas e económicas com que Portugal se ia confrontando. As suas áreas de interesse reflectem-se também a partir das associações e sociedades a que pertenceram. Existem pelo menos 86 sócios (cerca de 26% dos 337 em análise) ligados a mais de sessenta outras sociedades e associações[711]. Só associados à Sociedade de Geografia e à Academia das Ciências de Lisboa estiveram cerca de 31 e 18, respectivamente. Pelo menos 8 sócios estiveram também ligados à Associação dos Arqueólogos Portugueses e 6 à Maçonaria. Repare-se, de igual modo,

---

[710] Pelo menos é essa a informação encontrada nas fichas de sócio.

[711] A Liga Operária Católica, a Acção Republicana, a Associação dos Jornalistas de Espanha, o Comité Israelita, a Sociedade Nacional de Belas-Artes, a Academia Nacional de Genealogia e Heráldica, a Acção Católica, a Ala do Santo Condestável, o Asilo de Mendicidade, a Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, a Associação Académica de Lisboa, a Associação de Engenheiros Civis Portugueses, a Associação de Futebol de Lisboa, a Associação dos Professores de Portugal, a Associações de Socorros Mútuos, a Comissão para a Assistência Religiosa em Campanha, a Comissão Portuguesa de História Militar, o Conseil Héraldique de França, a Federação Espiritista Portuguesa, a Sociedade de Turismo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto de Guimarães, o Instituto Nacional de Educação Física, o Integralismo Lusitano, a Junta Nacional de Educação, a Liga Académica Republicana, a Liga de Acção Nacional, o Núcleo Republicano Reformador, a Real Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal, a Sociedade de Ciências Médicas, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Sociedade Astronómica de Lisboa, a Sociedade de Agricultura Colonial, a Sociedade de Estudos Pedagógico, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, a Sociedade Literária Almeida Garrett, a Sociedade Portuguesa de Química e Física, a Société Acad. d' Histoire Int. de Paris, a União dos Industriais do Norte, o Instituto Português de Heráldica, a Academia Brasileira de Letras, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Centro Católico Português, a Cruz Vermelha, a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, os Inválidos do Comércio, a Juventude Católica Portuguesa, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, a Liga Nacional contra a Tuberculose, o Tombo Histórico e Arqueológico de Portugal, a Academia Real das Ciências, a Associação Industrial Portuguesa, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, a Academia Portuguesa da História, o Clube Tauromáquico, o Conselho Nobiliárquico de Portugal, o Instituto de Coimbra, a Associação Comercial de Lisboa, a Maçonaria, a Associação de Arqueólogos Portugueses, a Academia das Ciências ou a Sociedade de Geografia.

na quantidade de instituições mais ou menos relacionadas com o estudo das ciências sociais: a Academia Nacional de Genealogia e Heráldica, a Comissão Portuguesa de História Militar, o Conseil Héraldique de França, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Société Académique d' Histoire Internationale de Paris, o Instituto Português de Heráldica, a Academia Brasileira de Letras, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, o Tombo Histórico e Arqueológico de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos[712], a Academia Portuguesa da História e o Conselho Nobiliárquico de Portugal. Como se disse, muitos sócios tiveram um papel na sociedade que a formação académica ou a profissão não revela. Houve médicos, engenheiros, advogados ou militares que foram também homens de estudo interessados pela produção de ciência, pela investigação, que escreveram romances, poesia, peças de teatro. Essa tendência encontra-se presente em sócios aristocratas que estiveram ligados ao estudo da história genealógica, como Afonso de Dornelas[713] ou Luís Filipe Andrade Albuquerque Bettencourt[714]. Veja-se também o caso de alguém que exerceu postos de topo em várias instituições: o professor Pedro José da Cunha, que chegou a reitor da Universidade de Lisboa, presidiu à Sociedade Portuguesa de Matemática, à Academia das Ciências de Lisboa, à Sociedade de Geografia de Lisboa, à Sociedade de Estudos Pedagógicos, presidiu igualmente à Liga de Acção Nacional e esteve na direcção da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1921-1938)[715]. Há também sócios ligados a associações viradas para a área comercial e financeira: a União dos Industriais do Norte, a Associação Industrial Portuguesa[716], a Associação Comercial de Lisboa[717].

---

[712] Fidelino de Figueiredo, sócio da Comissão, foi o seu fundador. Dornelas e o Conde de S. Payo foram outros dos seus destacados sócios.

[713] Veja-se a quantidade de instituições a que Dornelas se ligou: a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Foi presidente da Associação de Arqueólogos Portugueses, presidente do Conselho Nobiliárquico de Portugal, fundador e chanceler do Instituto Português de Heráldica, sócio de Honra da Academia Nacional de Genealogia e Heráldica, co-fundador com Alberto de Gusmão de Macedo Navarro do Tombo Histórico e Arqueológico de Portugal e secretário-geral da Academia Portuguesa de História e diretor da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

[714] Esteve ligado, por exemplo, ao Conselho Nobiliárquico de Portugal. Estudou os Andrades em S. Miguel e os Tavares e Botelhos.

[715] Álvaro Alfredo da Silva Zuzarte de Mendonça também esteve na Direcção da Cruzada Nuno Álvares Pereira. Foi também vice-presidente da Ala do Santo Condestável e presidente da Juventude Católica Portuguesa de Lisboa e militante da Acção Católica.

[716] O conselheiro Alfredo Menéres, industrial ligado à Comissão desde 1910, esteve na direção da União dos Industriais do Norte e presidente da Associação Industrial Portuguesa.

[717] De que se poderia dar o exemplo do comendador Adriano Júlio Coelho, sócio da Comissão desde 1927. Adriano Júlio Coelho não só presidiu à ACP como fundou a Sociedade do Turismo.

O que foi a Comissão 1º de Dezembro nas primeiras décadas do século XX? Uma associação essencialmente lisboeta motivada pela divulgação de ideais patrióticos. Mais do que instigar o “perigo espanhol”, os sócios que escreviam na imprensa tentavam a cada 1º de Dezembro relembrar os motivos pelos quais Portugal era e deveria continuar a ser independente. Sendo uma associação que cresceu em momentos de “tensão iberista”, não parece no entanto que o iberismo tenha afectado a maneira como se celebrava o 1º de Dezembro. Contando com diversos representantes políticos, como o Presidente da República, não convinha aproveitar este dia para refutar iberismos ou tentativas de aproximação espanhola. Ou pelo menos refutar de maneira agressiva. O que sobressai quando se acompanha o modo como se via o 1º de Dezembro na imprensa é a forma como se tentava engrandecer este dia e ao mesmo tempo o regime político então em vigor. Havia um respeito quase diplomático pela Espanha, respeito esse que não implicava afecto. A Comissão não tinha outras razões para existir que não aquelas que deram origem ao seu aparecimento: a comemoração da recuperação da independência portuguesa contra os espanhóis e a luta contra o iberismo. A aversão ao iberismo estava bem presente em qualquer acto promovido pela Comissão. Porém, aversão ao iberismo não era o mesmo que aversão à Espanha. Constatou-se até que houve sócios que se lamentavam por as relações entre os dois países não serem tão boas como poderiam. Prudência é a palavra que melhor define a atitude dos responsáveis da Comissão perante a Espanha. Veja-se como em anos de guerra, como 1915 ou 1916, a Comissão festejou o 1º de Dezembro da forma mais discreta possível. Existia até quem dissesse que se deveria ter muito cuidado com o que se escrevia na imprensa, pois convinha não acirrar os ânimos do lado de lá da fronteira.

4. Entre o “perigo espanhol” e as tentativas de aproximação

Iberismo e hispanismo foram conceitos plurais. Fala-se de iberismos e de hispanismos. Jornalistas, escritores, políticos, professores universitários ou diplomatas, cada um formulou a sua própria visão iberista ou hispanista. Incluindo nas suas páginas figuras que não apresentavam um pensamento uniforme, a imprensa periódica, espaço aglutinador de diferentes ideologias, atesta essa diversidade. Reagia-se de modos díspares a vários episódios envolvendo as relações entre Portugal e Espanha. Qualquer alteração política em cada um dos países poderia levar a que o mesmo autor mudasse de opinião. Alguém que num primeiro momento tivesse começado por ser anti-iberista poderia posteriormente passar a nutrir simpatia pela Espanha (veja-se o exemplo de António Sardinha).

O debate em torno dos hispanismos e dos seus contrários teve algo de maniqueísta. Se muitos viam a Espanha como um país amigo com que se deveria manter e, se possível, aprofundar os compromissos económicos, intelectuais e culturais existentes, outros encontravam em tudo um pretexto para demonizar o país vizinho e aludir a um “perigo espanhol”. No *Opinião*, diário republicano conservador, periódico que em 1917 apoiou a Harmonia Ibérica, campanha iniciada pelo madrileno *Imparcial*, descrevia-se certeiramente a forma como esse perigo era alimentado: a despeito das melhores intenções dos governos, havia sempre quem promovesse um “perigo espanhol”, que não era um perigo imediato, inquietante, sem descanso, mas um alarme suficiente para que os portugueses não ficassem toda a vida descansados[718]. Em que consistia esse “perigo espanhol”? Basicamente, num receio de invasão, num temor nem sempre sustentado por factos de que Portugal fosse integrado na Espanha como mais uma das suas regiões[719]. António Sardinha, o amigo da Espanha e não o das conferências da Liga Naval, viria a satirizar este perigo, referindo que não passava de um “entretenimento dos nossos ócios de povo exaltado e contemplativo”[720]. O emprego do verbo reagir adequa-se na medida em que muito se escrevia nos periódicos nacionais em reacção a artigos saídos na imprensa espanhola ou a acontecimentos que, seguindo o estilo usado na época, ou feriam ou

[718] “Portugal na Península”, *Opinião*, Lisboa, nº 646, 1/4/1918, p. 1.

[719] O receio não era apenas de invasão, revelava-se também em questões como as disputas pesqueiras, a compra de propriedades por parte de espanhóis ou o contrabando.

[720] António Sardinha, “Ainda a entrevista de Miramar”, *Nação Portuguesa*, Lisboa, 2ª série, nº 5, Novembro de 1922, p. 213.

engrandeciam o patriotismo lusitano. Quando soava o alarme iberista, era raro o responsável político português que não assumisse uma postura de indignada revolta por estrangeiros (espanhóis) se imiscuírem em assuntos que só a Portugal diziam respeito. Como referiria o deputado Manuel Moreira Júnior[721] em sessão parlamentar de 26 de Novembro de 1906, não se poderia admitir que estrangeiros viessem cercear a independência portuguesa, difundindo mensagens que pouco contribuíam para a harmonia social[722]. E quando alguém se atrevia a escapar a esta quase unanimidade patriótica, demonstrando simpatia pelo país vizinho, não faltava quem recorresse ao velho ataque político que consistia em largar apodos como "iberista" ou "amigo da Espanha". Na referida sessão parlamentar, que teve lugar quatro anos antes da revolução que implantou a República, protestava-se contra espanhóis como Lerroux, que com um republicanismo iberista inflamado só engrandeciam o "sentimento de amor pela autonomia da pátria", e ao mesmo tempo atacava-se os republicanos portugueses com argumentos que pareciam extravasar os limites da razoabilidade. João Franco, então presidente do conselho de ministros e ministro do Reino, referia que era com "tristeza" que se assistia às "constantes" e "perigosas" aproximações entre republicanos dos dois países e lembrava que entre os momentos negros do republicanismo estavam o "distante jantar de Badajoz"[723] ou o silêncio dos republicanos portugueses perante os recorrentes "ataques" à integridade nacional desferidos por jornalistas de nacionalidade espanhola[724]. De nada valia que republicanos como António José de Almeida garantissem que o Partido Republicano Português se mantinha afastado de qualquer partido republicano europeu ou que o seu directório não recebia um único jornal espanhol: entendia João Franco que os republicanos portugueses estavam mancomunados com os republicanos espanhóis num projecto de união ibérica. Independentemente do ano ou da cor política e ideológica, aceitava-se com dificuldade em Portugal que algum responsável político ou intelectual espanhol opinasse sobre matérias que poderiam afectar a independência nacional. O mesmo se aplicava a portugueses que se atravessem a tornar público o desejo de ver a Península Ibérica próxima a vários níveis.

[721] Médico e deputado pelo Partido Progressista. Ministro da Marinha e Ultramar (1904 a 1906) e ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1909 a 1910).
[722] *Diário da Câmara dos Deputados,* nº 37, 26/11/1906, p. 3.
[723] Em Junho de 1893, celebrou-se um congresso republicano em Badajoz em que participaram federalistas dos dois países.
[724] *Diário da Câmara dos Deputados,* nº 37, 26/11/1906, p. 7.

O sentimento de que existia um "perigo espanhol" ou os receios de uma invasão não eram completamente infundados em Portugal. A pretensão de hispanizar a Península Ibérica através da anexação de Portugal esteve entre as principais intenções da política externa espanhola pelo menos até à Primeira Guerra[725]. Apesar de as relações entre os dois países terem melhorado durante a contenda europeia, manteve-se o "litígio ibérico": a crise em Portugal servia para justificar as ambições iberistas de Afonso XIII, monarca que até às vésperas da Primeira Guerra defendeu junto das potências europeias a conveniência e o interesse da Espanha numa "solução ibérica"[726]. A partir de 1904, a política espanhola foi de aproximação à França e à Inglaterra, países que fomentaram um maior protagonismo da Espanha como forma de contrariar os desígnios alemães. Sectores das elites espanholas pensavam expandir-se em Marrocos e em Portugal. Os responsáveis políticos franceses procuravam consolidar o apoio britânico para a sua expansão em terras marroquinas (que devia ser completado com um entendimento paralelo com a Espanha), e por isso assinou-se um acordo franco-britânico sobre Marrocos, completado com um entendimento paralelo franco-espanhol (1904). Marrocos passava para mãos francesas, enquanto a Inglaterra ficava com liberdade de acção no Egipto[727]. O regicídio fragilizou a posição externa portuguesa: a Espanha aproveitou a aproximação à Inglaterra e à França para tentar conseguir uma ascendência sobre Portugal. Convencido de que a revolução republicana desobrigaria a Inglaterra de defender Portugal, Afonso XIII não escondia que pensava desde 1908 numa união ibérica, mais ou menos voluntária[728]. Em 1911, rebentou nova crise em Marrocos, com soldados franceses a ocuparem Fez e a Espanha a responder com a ocupação de Larache, Arzila e Alcácer-Quibir. Crendo que a Espanha se aliara à Alemanha, os responsáveis políticos franceses buscaram apoio junto da Inglaterra. Assim, até meados de 1912, a Espanha, isolada, enfrentou uma situação de tensão com a França e a Inglaterra por causa de Marrocos e, por conseguinte, o clima tornou-se pouco favorável para aventuras em Portugal. No entanto, na segunda metade de 1912, a Espanha aproximou-se da Entente ao concluir

[725] Hipólito de la Torre Gómez, "A I República e a Espanha", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta da China, 2011, p. 117.
[726] Id., *Ibidem,* p. 121.
[727] O acordo de Algeciras (1906) confirmou a expansão francesa em Marrocos. O acordo internacional foi completado no ano seguinte, pelo entendimento de Cartagena entre a França, a Inglaterra e a Espanha.
[728] António José Telo, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade,* Lisboa, Presença, 2010, p. 259.

um novo acordo com a França[729]. Assinado este acordo, as ambições do rei espanhol tornaram a vir ao de cima. Na visita que fez a Paris em Maio de 1913, Afonso XIII ofereceu a beligerância espanhola ao lado da França numa possível guerra europeia, exigindo em troca a anexação de Portugal[730].

Tendo presente a sua conduta durante o período preparatório das incursões realistas, sentia-se deste lado da fronteira que os políticos espanhóis aceitavam a custo a existência de um regime republicano mesmo ao lado do seu país. Como diria o diplomata Freire de Andrade[731], o reconhecimento "meramente protocolar" da República pelo governo espanhol levava os governantes portugueses a viverem situações verdadeiramente humilhantes, reveladoras de uma grande impotência[732]. Durante os primeiros anos de República, a Inglaterra não contribuiu para extinguir os receios sentidos em Portugal. Eram conhecidas em Londres as ideias de Afonso XIII para Portugal. Em Fevereiro de 1913, Afonso XIII avisava Arthur Hardinge, embaixador inglês em Lisboa e anti-republicano, de que a Espanha exigiria o território metropolitano português caso a Alemanha e a Inglaterra partilhassem as colónias portuguesas[733]. Além disso, a Inglaterra nunca apoiou verdadeiramente a República[734]. Consciente destes problemas, Freire de Andrade afirmava que o facto de existirem diferentes regimes políticos em Portugal e Espanha constituía uma causa de dificuldades e desconfianças que muito convinha desfazer. O diplomata assinalava ainda que a presença dos conspiradores na fronteira se tornava particularmente irritante por mostrar uma "vontade de ser desagradável da parte" dos governantes espanhóis [735].

---

[729] Id., *Ibidem,* p. 276.
[730] Id., *Ibidem,* p. 282.
[731] O general Freire de Andrade foi governador interino de Lourenço Marques e governador-geral de Moçambique (1906-1910). Tendo aderido ao Partido Republicano Português após a revolução de 1910, exerceu alguns cargos diplomáticos de relevo. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1914, representou Portugal na Conferência de Paz em Paris (1918-1919) e na Sociedade das Nações nos anos 20.
[732] A condescendência das autoridades espanholas para com os conspiradores monárquicos era exemplo de uma situação humilhante. Cf. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, nº 104, Confidencial, 7/6/1914.
[733] Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, *História de Portugal*, Dirigido por José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Estampa, 2001, p. 435.
[734] A aprovação da Lei da Separação em começos de 1911 foi pretexto para a Inglaterra adiar o reconhecimento da República. O governo francês reconheceu formalmente a República depois de aprovada a Constituição e eleito o presidente da República, só depois se juntou a Inglaterra.
[735] Era prudente o tom com que Freire de Andrade se referia à Espanha. Dizia, por exemplo, que seria necessário tactear para chegar a um acordo que tratasse todas as questões em litígio e procurar chegar a um entendimento económico que evitasse fazer de Portugal um país dependente unicamente da aliança com a Inglaterra. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, nº 104, nº 59, 4/7/1914.

Desde o começo ao fim do regime republicano, e durante os primeiros anos da ditadura, as elites portuguesas balancearam entre a amizade, a fraternidade e os desejos de cooperação, e o ódio irracional à Espanha. O objectivo neste capítulo passa por tentar interpretar os principais argumentos esgrimidos pelos hispanistas e pelos seus opositores durante acontecimentos históricos muito relevantes para as relações ibéricas e fornecer respostas para questões como as seguintes: foram a aproximação peninsular e o perigo espanhol temas considerados fundamentais para as elites portuguesas? Tiveram estes temas relevância política? Será igualmente pertinente procurar descobrir se alguma das tentativas de aproximação peninsular teve algum efeito real de aproximação ou se tudo acabou por se resumir a um iníquo plano de intenções. Será que, de todo o diálogo entre hispanistas e anti-iberistas, se pode extrair um pensamento articulado que não se restrinja à histeria anti-espanhola ou a meros desejos de comunhão espiritual ibérica ou ibero-americana? Tendo em mente que as elites espanholas não só não se sentiam ameaçadas com hipotéticas propostas de aproximação portuguesa, como eram muitas vezes quem propulsionava as campanhas de pendor iberista ou hispanista, será importante tentar perceber como reagiam ao que deste lado da fronteira se ia dizendo sempre que estalava uma polémica.

4. 1. As incursões monárquicas

Nos primeiros meses de 1911 saíram de Portugal numerosas famílias abastadas. Em Inglaterra, no Brasil, em França e em Espanha, estas famílias foram constituindo apoio relevante aos emigrados que se juntavam a Paiva Couceiro[736]. Centrado na Galiza, o projecto contra-revolucionário monárquico consistia em organizar na fronteira um exército de voluntários capaz de restaurar a Monarquia em Portugal com o apoio da população[737]. A vontade dos conspiradores não era o regresso à Monarquia Constitucional (até porque o próprio D. Manuel, temendo que os planos conspiratórios dos monárquicos fizessem o jogo de Afonso XIII, não lhes

[736] Miguel António Dias Santos, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 61.
[737] Em *Portugal Novo,* publicação fundada por portugueses emigrados em Espanha, dizia-se: "Pugnar pela restauração monárquica por que milhões de portugueses anseiam." Cf. *Portugal Novo,* Tui, nº 1, 10/3/1912, p. 1.

concedia grande apoio[738]) mas colocar um fim ao "despotismo" do governo provisório. Propunham-se assumir o poder com a colaboração de uma junta governativa, contra a bancarrota e o "descalabro" e a favor da ordem social e de uma "liberdade sem ficções nem argúcias"[739]. Parafraseando o director do monárquico legitimista *Nação*, João Franco Monteiro, se o governo respeitasse as crenças, a propriedade e os direitos dos monárquicos vencidos, faria passar por ridículos quaisquer conspiradores. Porém, estando o país transformado num vulcão agitado, descontente, espezinhado por "meia dúzia" de republicanos, compreendia-se, e louvava-se até, o aparecimento de conspiradores dispostos a enfrentar governantes "injustos"[740]. O "Manifesto" de Henrique Paiva Couceiro[741], distribuído com a Primeira incursão da Galiza, evocava precisamente o terror da "minoria republicana": abandonada pela opinião geral, a República entrara no período de desvarios e corrupção. Punha-se a circular a mensagem de que existia uma República "sanguinolenta, feroz e anárquica" que tinha no regicídio a sua génese[742]. Os monárquicos na Galiza procuravam acentuar esta ideia de enfraquecimento, distribuindo pelo mundo rural manifestos e panfletos contra a República[743].

A República contava com um ambiente internacional hostil e os conspiradores foram apoiados, mesmo que veladamente, por Monarquias como a inglesa, a alemã e a espanhola. O governo de Lisboa manter-se-ia prudente nas críticas à Espanha porque uma ruptura diplomática só favoreceria os conspiradores. A imprensa surgia por isso como o melhor veículo do governo para criticar os monárquicos e as autoridades espanholas. Refere Hipólito de la Torre que, no diálogo tenso com Madrid, o governo português mobilizou a imprensa, que desde o princípio seria uma importante arma para fazer uma pressão diplomática que nenhum governante estava em condições de fazer[744]. Tratava-se de um jogo para pressionar indirectamente o

---

[738] António José Telo, *Op. Cit.*, p. 273.
[739] Rui Ramos, *Op. Cit.*, p. 399.
[740] João Franco Monteiro, "Movimento Conspirador", *Nação*, Lisboa, nº 15135, 20/5/1911, p. 1.
[741] Henrique Paiva Couceiro foi um militar, administrador colonial e político português que se notabilizou nas campanhas de ocupação colonial em Angola e Moçambique. Em Julho de 1910, publicou no jornal monárquico *Correio da Manhã* uma carta assinada Agá Pê Cê, anunciando a necessidade de uma contra-revolução. Na revolução de 1910, comandou o Grupo de Bateria a Cavalo. Foi o único oficial que fez fogo sobre o acampamento Republicano da Rotunda e o Parque Eduardo VII. A 8 de Outubro, apresentou ao Ministério da Guerra a sua demissão.
[742] Miguel António Dias Santos, *Op. Cit.,* pp. 34 e 45.
[743] Id.*, Ibidem,* p. 46.
[744] Hipólito de la Torre Gómez, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919,* Madrid, Espasa-Calpe, 1983, p. 65.

governo espanhol sem ter de enfrentar as consequências das acusações que se fazia[745]. Portugal tinha as "mãos amarradas atrás das costas", sabendo que qualquer crise com a Espanha seria enfrentada sem poder contar com a intervenção de um país tradicionalmente aliado (a Inglaterra), que olhava com desconfiança para a República[746]. Atentando no que escreviam os representantes diplomáticos em Madrid, constata-se que existia uma enorme preocupação em relação ao que se fazia e dizia em Espanha sobre a situação portuguesa. Multiplicavam-se as referências a notícias que davam conta da existência de uma campanha difamatória contra o governo provisório. Oliveira Calheiros referia-se, por exemplo, a artigos publicados na *Época* difamando as políticas dos republicanos[747]. O mesmo correspondente acusaria o madrileno *Imparcial* de fazer considerações sobre a suposta influência das associações secretas em Portugal. Preocupava-o também que se afirmasse em periódicos como o *ABC, El Liberal,* o *Correo Español*[748] ou o *Imparcial*, todos conservadores, que a revolução republicana nascera de um acto de indisciplina do exército português ou que havia dois governos em Portugal, o que governava no Terreiro do Paço e o das sociedades carbonárias[749].

O perigo monárquico tornou-se evidente para os republicanos quando, a 20 de Março de 1911, o governo provisório decidiu prender Paiva Couceiro, depois de este ter tornado pública uma exposição escrita em que negava o seu reconhecimento à República[750]. A partida de Couceiro para Vigo deixou os republicanos em polvorosa. Desde Janeiro de 1911 que a região da Galiza vinha acolhendo os que não apoiavam o novo regime político. Desde proprietários e aristocratas a capitalistas, e a oficiais do exército e funcionários demitidos ou figuras religiosas, muitos foram os que rumaram àquela região espanhola. Até Outubro, a emigração para Espanha não parou de crescer nos distritos fronteiriços do Norte[751]. As autoridades mandaram vigiar as fronteiras para evitar o recrutamento de homens para a Galiza e a introdução de armas

---

[745] Id., *Ibidem,* p. 66.
[746] António José Telo, *Op. Cit*., p. 275.
[747] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Maço 4, Série A, 9/1/1911.
[748] Veja-se o que se dizia em Março de 1912 sobre a República no *Correo Español:* "Cai a República porque os seus governantes são incapazes e tontos, [...] porque não se pode cimentar um regime com lodo e barbárie." Cf. *Correo Español*, Madrid, nº 7079, 13/3/1912, p. 1.
[749] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Maço 4, Série A, nº 13, 14/1/1911. Calheiros afirmaria inclusive que fizera publicar no *Liberal* um artigo desmascarando os "manejos dos elementos reaccionários estrangeiros empenhados em desacreditar o nosso país". Cf. *Ibidem*, A. nº 42, 4/3/1911.
[750] Couceiro intimava os republicanos a entregarem o poder ou a organizarem eleições livres que deixariam o povo escolher entre o regime monárquico ou o republicano.
[751] Miguel António Dias Santos, *Op. Cit*., p. 103.

no país. O perigo monárquico forçava as autoridades a adoptarem medidas como a mobilização militar de Junho e Julho[752]. Com a chegada à Galiza do capitão Jorge Camacho (Junho), iniciou-se uma nova fase da organização dos monárquicos. Segundo Vasco Pulido Valente, foi Camacho quem conseguiu formar um exército[753] composto por jovens voluntários maioritariamente oriundos de "gente conhecida das boas famílias de Lisboa e do Porto"[754]. Estes jovens, nobres idealistas cuja fé monárquica tinha sido reacendida pelos desastres republicanos, surgiam como "os heróis de um Portugal antigo que se queria restituir à nação"[755].

Nunca houve um apoio formal do governo espanhol às incursões, mas não se pode negar que existiu uma certa cumplicidade. O governo espanhol e as autoridades locais toleravam a presença destes monárquicos mas não permitiam a sua concentração. Os conspiradores viviam quase na clandestinidade e eram obrigados a dispersar por diversas aldeias entre Vigo e Ourense. A permissividade espanhola para com os conspiradores monárquicos era motivo de preocupação até para Augusto de Vasconcelos, um dos maiores defensores republicanos de uma aproximação ao país vizinho. Confessava o diplomata que, quando partira para Madrid, a 24 de Maio de 1911, uma das questões que mais o preocupavam era o da permanência perto da fronteira dos emigrados que tinham tomado a seu cargo a tarefa da restauração monárquica. Vasconcelos cedo percebeu que o governo espanhol era responsável pela intranquilidade que se instalara em Portugal: por um lado, permitia que "um bando de agitadores" praticasse manobras militares perto da fronteira, por outro, mantinha em Lisboa um representante, o marquês de Villalobar, que, sem manter a ponderação que o seu cargo exigia, andava de porta em porta fazendo propaganda contra a República e assustando os monárquicos, já "por natureza" propensos ao terror[756]. As relações de

---

[752] Durante esse período foram convocados cerca de dez mil reservistas das sete divisões do Exército. Cf. Id., *Ibidem*, p. 113.

[753] Um exército com cerca de mil e trinta e quatro homens.

[754] "Basta dizer alguns nomes: o conde de Mangualde, o conde de São Tiago, D. Pedro de Lencastre e Távora, D. Canavarro de Almeida e Brito, José Pedro Folque, D. Vasco de Carvalho Daun e Lorena (Pombal), Tomás Saavedra, D. Francisco Pais de Sande e Lemos, Fernando Bacelar, Inácio Pizarro de Morais Sarmento, D. Carlos e D. Rui da Câmara Pereira, D. José Gil de Borja Macedo e Menezes, Carlos e Luís de Almeida Braga, António e José Maria de Eça de Queirós, Manuel de Azevedo Coutinho, Manuel de Pitta e Castro e muitos mais da mesma variedade". Cf. Vasco Pulido Valente, *Um Herói Português – Henrique Paiva Couceiro (1861-1944),* Lisboa, Alêtheia, 2006, p. 93.

[755] Miguel António Dias Santos, *Op. Cit*., p. 62.

[756] O ministro português em Espanha dizia mesmo que não faltava quem supusesse que o representante espanhol em Portugal pretendia exaltar o exaspero do povo até à prática de um acto violento. Villalobar foi um opositor da República e um dos mais eficazes agentes espanhóis da conspiração de Paiva Couceiro. Cf. Álvaro Lozano, *El Marqués de Villalobar, Labor Diplomática, 1910-1918,* Madrid, Ediciones El Viso, 2009, p. 218.

Villalobar com o governo português foram tão más que vários oficiais portugueses chegaram a devolver as condecorações recebidas em Espanha por não concordarem com a forma como este representante governamental vinha agindo em Portugal[757]. Através da leitura da correspondência diplomática, sabe-se que a opinião de Villalobar sobre o Portugal republicano estava longe de ser positiva. A propósito de um texto no *Século* em que se anunciava a abertura de uma subscrição nacional para a compra de aviões de guerra, o diplomata espanhol expunha o que considerava serem as fantasias de um país falido: referia que artigos como o que o *Século* publicara eram "pueris", excitantes para o "ânimo de um "povo deseducado" que preferia olhar para tudo menos para o estado de "desorganização" de um país na "penúria" e à beira da "bancarrota"[758]. Outra das críticas de Villalobar aos republicanos tinha que ver com a "falta de liberdade" de que padecia o povo português, à conta de um regime liderado por políticos "intransigentes" e "maquiavélicos", como Afonso Costa[759].

Vasconcelos entendia que seria insensato esperar pela colaboração de qualquer governo monárquico na consolidação da República em Portugal. Qualquer colaboração pedida às autoridades espanholas no sentido de neutralizar as manobras dos monárquicos contra as instituições nacionais haveria de ser sempre prestada "conforme os temperamentos e as opiniões dos políticos à frente dos negócios públicos, mas sem o menor entusiasmo"[760]. Apesar de defender uma aliança ofensiva e defensiva entre Portugal e Espanha para a manutenção do *status quo* peninsular, e a cooperação diplomática no que dizia respeito a processos arbitrais para controlar as divergências entre as nações, o ministro português em Madrid tinha um entendimento muito claro sobre o que deveriam ser as posições oficiais de Portugal e Espanha nesta situação: se repelia qualquer instigação em Portugal de ideias que fomentassem o "perigo espanhol" e se respeitava o "amigo" país vizinho, não exigia outra coisa dos políticos espanhóis que não respeito e cortesia. Parecia-lhe incorrecto que os governantes espanhóis protegessem os conspiradores monárquicos, até porque, no caso de os dois países celebrarem uma aliança, seriam estes mesmos monárquicos que protagonizariam acintosas campanhas "procurando desvirtuar as nossas intenções,

---

[757] Leotte do Rego é exemplo de alguém que devolveu a Cruz de Mérito Naval recebida da rainha María Cristina. Cf. Id., *Ibidem,* p. 265.

[758] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, Política, nº 306, 17/7/1912.

[759] *Ibidem*, Política, nº 302, 19/12/1912.

[760] MNE, AHD, Caixa 141, Legação em Madrid - 1911, Série B, Maço 5, Confidencial, 31/5/1911.

inventando perigos imaginários e supondo cedências fantásticas"[761]. Mas a posição de Vasconcelos a respeito das atitudes (não) tomadas pelas autoridades espanholas contra os conspiradores não invalidava a sua crença na necessidade de chegar a entendimentos com o país vizinho. Passado o período crítico das conspirações monárquicas, Augusto de Vasconcelos insistiria na urgência de estabelecer um acordo político com a Espanha. Contrariando um ambiente hostil ou uma desconfiança habitual entre os responsáveis político-diplomáticos dos dois países, confessaria, em documento confidencial de Outubro de 1914, que a política nacional em relação à Espanha seguia uma orientação que não lhe parecia a mais adequada para chegar a entendimentos económicos e políticos[762].

A liberdade gozada pelos conspiradores em terras espanholas ficou bem patente em certas reportagens publicadas pela imprensa periódica. Em Julho de 1911, Hermano Neves[763], repórter da *Capital* e sócio da Comissão 1º de Dezembro, enviado a Valença para acompanhar as manobras monárquicas, vendo que em Tui se conspirava "à luz do dia" e que Paiva Couceiro se pavoneava por terras espanholas sem que se tentasse travar os seus impulsos, acusava as autoridades galegas de protegerem os conspiradores[764]. Era assim que na *Capital* e noutros periódicos de cariz republicano se denunciava os responsáveis políticos espanhóis. No *Século* constatava-se não sem espanto que, se num lado as autoridades apreendiam espingardas aos conspiradores, voltavam a dar-lhas noutro ponto[765]. Na *Capital*

[761] "Se nós não permitíamos que ninguém interviesse na nossa política interna, certamente que não consentiríamos o erro e a deslealdade de procurar colaborar com quaisquer elementos que se propusessem actuar politicamente em Espanha". Cf. *Ibidem*, Caixa 141, A. nº 79, reservado, 16/4/1911.

[762] *Ibidem*, Maço 35, 3º Piso, Armário 8, processo nº 42, A nº 84, confidencial, 24/10/1914. Para Vasconcelos não fazia sentido que, ao mesmo tempo que pediam favores aos governantes espanhóis (por exemplo, a libertação de um navio apresado em águas espanholas, a permissão da passagem fronteiriça livre de vagões de carvão, a licença para a exportação de quarenta toneladas de algodão para fabrico de munições de guerra e a licença para a exportação de arroz ou a tolerância para a passagem de gado cavalar pela fronteira portuguesa), os portugueses permanecessem irredutíveis em relação a tudo o que a Espanha pedia aos portugueses (a tolerância para a exportação de ovos e galinhas ou a concessão de uma autorização para a construção de uma capela para a colónia espanhola em Lisboa).

[763] Considerado em 1918 muito patriota pela Comissão 1º de Dezembro. Cf. Ramos da Costa, *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (1861 a 1940),* Lisboa, [s. n.], 1940, p. 176. Na sua correspondência diplomática, o marquês de Villalobar dizia em 1912 que Hermano Neves o procurara tantas vezes que fora obrigado a conceder-lhe uma entrevista. Referia ainda que o dito jornalista o repugnava, já que se tratava de uma das personagens mais abjectas entre as muitas que as suas obrigações forçavam a conhecer em Portugal. Esta opinião de Villalobar sobre Hermano Neves parece muito reveladora acerca do que pensava sobre o país em que exercia funções diplomáticas. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2640 A=Política Exterior – Portugal 1912, nº 451, Política, 17/9/1912.

[764] *Capital*, Lisboa, nº 350, 3/7/1911, p. 1.

[765] *Século*, Lisboa, nº 10731, 26/10/1911, p. 1.

prevenia-se, no entanto, que, apesar de a Alemanha estar ao lado da Espanha, tanto na perda crescente de interesses em Marrocos, como nos projectos de invasão de Portugal, Couceiro enganava-se se julgava que os galegos, lá porque faziam mudanças, tentavam mudar as instituições[766]. Referia-se no mesmo jornal que, se as autoridades galegas não contribuiriam para derrubar a República portuguesa, o mesmo não se podia dizer do governo de José Canalejas[767], advogado e primeiro-ministro entre Março de 1910 e Novembro de 1912, "democrata renegado", "mandatário da Companhia de Jesus", "entontecido pelas perturbadoras opulências do poder real", que tecia uma trama insidiosa em cujo centro se dissimulava o venenoso ódio à República de Portugal[768]. Na mesma linha de pensamento, no *Vanguarda* concluía-se que Canalejas, "filho espiritual do Papa", como todos os monárquicos, estaria muito interessado na restauração da Monarquia em Portugal[769]. No *Mundo* referia-se que o governo espanhol não podia negar que os conspiradores mercadejavam a importação de armamento pelos portos espanhóis, que das alfândegas transitavam armas e cartuchame sem transtorno algum e que os conspiradores continuavam a deambular pela Galiza "acarinhados manifestamente pelas autoridades galegas"[770]. Por estarem a infligir aos portugueses um grande prejuízo protegendo os "aventureiros que juraram não deixar à sua pátria uma hora de sossego", aconselhava-se na *Capital* as autoridades espanholas a capacitarem-se de que não existiam interesses ou simpatia que se sobrepusessem às relações entre os povos, uma vez que poderiam arreliar "um povo que tem mostrado ser paciente, mas que também nunca demonstrou ser fraco e pusilânime perante as afrontas que lhe dirigem"[771]. Até num jornal galego como o *Heraldo de Verín* se referia que os conspiradores operavam em solo espanhol com descaro (equipando-se e armando-se) e que, se tivessem sido tomadas medidas enérgicas de repressão, a normalidade teria sido resposta em muito pouco tempo[772].

Apesar dos protestos das autoridades republicanas (especialmente do ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, e do ministro em Madrid, Augusto de Vasconcelos) contra a concentração de emigrados na Galiza, só em começos de

[766] *Capital*, Lisboa, nº 349, 1/7/1911, p. 1.
[767] Tendo reerguido o Partido Liberal, tornou-se nome maior do liberalismo espanhol.
[768] *Capital*, Lisboa, nº 358, 12/7/1911, p. 1.
[769] *Vanguarda*, Lisboa, nº 7547, 2/7/1911, p. 1.
[770] *Mundo*, Lisboa, nº 3985, 13/10/1911, p. 1
[771] "Nós e a Espanha", *Capital,* Lisboa, 14/10/1911, p. 1.
[772] *Heraldo de Verín*, Verín, 24/10/1911, p. 1.

Julho de 1911, com a agressão de João Almeida, chefe miguelista[773], a Arnaldo Fonseca, cônsul português em Verin, é que as autoridades espanholas deram ordem de expulsão dos povoados fronteiriços da província de Ourense. Mas em Agosto as autoridades espanholas prorrogaram o prazo de expulsão dos emigrados, o que permitiu que se desse continuidade aos preparativos para a incursão. A 5 Outubro iniciou-se a primeira incursão monárquica comandada por Paiva Couceiro[774], acontecimento que esteve na base da exoneração do ministro de Guerra, o general Pimenta de Castro. Atacada por republicanos, a coluna de Couceiro acabou por retirar, tendo regressado à Galiza três dias depois[775]. Apesar do fracasso militar, os monárquicos não desistiram dos seus intentos. E os republicanos portugueses não deixaram de protestar junto dos responsáveis político-diplomáticos espanhóis. Em Novembro de 1911, Villalobar recebeu uma carta anónima enviada por um republicano deveras indignado:

> Eu como republicano revolucionário contrário à monarquia e a todas as honras aristocráticas, mas incendiário, venho perante V. Sa. Mostrar a minha indignação por ver que o seu país protege de qualquer modo os conspiradores" [...] Veja as casas em que nós temos penetrado e até deitado fogo. Pois o mesmo fazemos a sua ou outra qualquer: o caso está em que nós vejamos ser isso necessário[776].

A atitude das autoridades locais e governamentais espanholas em relação aos conspiradores foi ambígua. Porém, lendo os documentos referentes às incursões monárquicas presentes no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, fica-se com a ideia de que os governantes espanhóis reagiram (sempre) energicamente contra esses conspiradores. Em Agosto de 1911, o ministro da Governação, Antonio Barroso Castillo, pedia ao presidente do conselho de ministros que se pusesse de acordo com o governador de Pontevedra para averiguar por todos os meios possíveis o paradeiro de

[773] Desde finais de 1910 que João Almeida, oficial miguelista, organizava forças para uma resistência aos republicanos, estabelecendo contactos em Chaves e Bragança. É de salientar que os miguelistas fizeram chegar armas, dinheiro e soldados à Galiza.
[774] Com cerca de novecentos e cinquenta homens, embora só duzentos e cinquenta deles estivessem armados.
[775] Entre 9 e 19 de Outubro, a coluna monárquica foi perseguida pelas forças republicanas, que estavam obrigadas a respeitar a fronteira. Tudo terminou em San Martin.
[776] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1704 B= Embajadas–Legaciones– Portugal 1908-1911, Carta anónima recebida pelo Cônsul no Porto e entregue a Villalobar, 12/11/1911.

Paiva Couceiro e expulsá-lo de Espanha por conspirar e abusar da hospitalidade que imerecidamente lhe fora concedida[777]. Em Outubro, os governadores de Ourense, Pontevedra, Zamora, Badajoz, Cáceres e Huelva receberam um telegrama do mesmo ministro em que se referia que era imprescindível que não se tolerasse um só momento a existência de grupos armados no território espanhol e que fossem desarmados[778]. A pressão exercida pelos governantes e diplomatas portugueses para que o governo espanhol agisse contra os conspiradores era intensa. Reclamava-se contra o facto de as autoridades espanholas terem tornado possível uma incursão levada a cabo "por bandos uniformizados, equipados e armados com canhões de guerra"[779]. Pedia-se a expulsão de todos os conspiradores. No início de Abril de 1912, Bernardino Machado solicitou ao marquês de Villalobar, na altura ministro plenipotenciário da legação espanhola em Lisboa, e que por várias vezes aconselhara o governo espanhol a não estorvar a acção dos conspiradores monárquicos (argumentando que a vitória da República representava um perigo para a Espanha)[780], que obrigasse os conspiradores mais influentes a saírem de Vigo. Villalobar não reagia bem à pressão exercida pelos políticos portugueses e queixava-se na sua correspondência diplomática de que, tendo em conta as políticas tomadas na fronteira pelo governo espanhol a favor do português (contra os monárquicos), existia uma "campanha injuriosa" (alimentada pela imprensa e pela classe governante) contra a Espanha[781]. Também Manuel Teixeira-Gomes, ministro português em Londres, pressionou o subsecretário de Estado inglês, Sir Walter Langley, para que a Inglaterra incitasse o governo espanhol a internar os conspiradores[782]. Durante toda esta "crise diplomática", as diligências de José Relvas[783] junto do governo espanhol desempenharam um papel preponderante para a tomada de decisão das autoridades espanholas de afastar os emigrados da fronteira. A situação difícil do representante de Portugal resultava da necessidade de não tornar indestrutível o conflito entre os

---

[777] *Ibidem,* nº 34, Telegrama oficial, 2/8/1911.

[778] *Ibidem*, H. 2640 A=Política Exterior – Portugal 1912, nº 145, telegrama oficial, 7/10/1911.

[779] Ministro da Legação em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. MNE, AHD, Armário 3 1913, Maço 716, 3º piso, 9/7/1912.

[780] Álvaro Lozano, *Op. Cit.,* p. 223.

[781] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, Política, nº 352, Lisboa, 30/7/1912.

[782] A Inglaterra manteria sempre uma posição distanciada. Os ingleses não estavam dispostos a arriscar a cordialidade com que se pautava as relações hispano-britânicas por causa de uma questão que afectava a estabilidade de um regime republicano ainda em busca de aceitação internacional.

[783] O objetivo de Relvas passou sempre por pedir o internamento dos exilados, o seu desarmamento e afastamento da fronteira. Cf. António José Telo, *Op. Cit.,* p. 277.

gabinetes de Lisboa e Madrid. Era o próprio Relvas que assumia nas suas *Memórias Políticas* que precisara de aliar muita ponderação e serenidade para que não se desse um rompimento de relações entre os dois países[784]. Ainda assim, Relvas queixou-se várias vezes da inércia das autoridades espanholas. Dizia que estas assistiam apáticas aos movimentos conspiratórios, que em todos os comboios chegavam grupos de conspiradores e que o movimento de automóveis carregados de armamento era constante[785]. A 9 de Julho de 1912, Relvas formulou um protesto contra os governadores regionais responsáveis pelo desarmamento e expulsão dos conspiradores do território espanhol. Referia que se via obrigado a "reclamar desde já [...] a demissão das autoridades que pela sua conduta, tornaram possível a invasão do território português"[786]. A 10 de Julho, García Prieto, então ministro de Estado, respondia a Relvas, asseverando que o governo de Afonso XIII deplorava as incursões e garantia mesmo que o fracasso dessas incursões estava relacionado com as "pobres condições" em que as autoridades espanholas obrigavam os conspiradores a viverem e com as constantes acções de desarme desses revoltosos levadas a cabo por essas mesmas autoridades[787]. Poucos dias depois, o mesmo García Prieto escrevia que, depois das graves agressões de que a nação portuguesa fora objecto pelos conspiradores, o governo espanhol entendia que devia exigir às autoridades de Ourense, especialmente ao seu governador, que os chefes da conspiração fossem julgados e expulsos[788]. Não obstante as palavras do ministro de Estado espanhol, José Relvas não ficou apaziguado e pouco depois afirmava que, contra todo o direito internacional, o governo espanhol auxiliara (nem que fosse através da negligência) os conspiradores monárquicos, uma vez que tivera conhecimento dos mais "insignificantes pormenores" daquilo que se engendrava contra Portugal. Tendo em conta essa responsabilidade, não bastava a Relvas que o governo espanhol tivesse

---

[784] Conquanto tudo tivesse feito em termos diplomáticos para cimentar a concórdia peninsular, Relvas duvidava da boa vontade dos monárquicos espanhóis. Nas suas *Memórias* encontram-se várias afirmações que põem a nu esta desconfiança em relação aos monárquicos do país vizinho: por exemplo, na referida obra Relvas notava que os monárquicos espanhóis exultavam sempre que havia tumultos em Lisboa ou criticava o marquês de Villalobar, ministro em Lisboa, por não perder nenhum ensejo favorável para promover actos conflituosos, na esperança de fazer cair a República. Cf. José Relvas, *Memórias Políticas II,* Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 59.

[785] Ministro da Legação em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Armário 3, 1913, Maço 716, 3º piso, 30/6/1912.

[786] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2640 A=Política Exterior – Portugal 1912, nº 75, Legação da República Portuguesa, Carta de José Relvas, 9/7/1912.

[787] *Ibidem,* Política, 10/7/1912.

[788] *Ibidem,* nº 941, Política, 14/7/1912.

exonerado o governador de Ourense e transferido o de Pontevedra. O governo da República formulava ainda os seguintes pedidos: a expulsão de Espanha dos conspiradores e o julgamento nos termos da lei espanhola dos chefes conspiradores, a aplicação de sanções aos funcionários prevaricadores e a redacção de uma convenção com carácter de reciprocidade estabelecendo medidas que permitissem evitar tentativas semelhantes[789]. Em Agosto, muito agastado, José Relvas assinalava que, não se tendo realizado por parte das autoridades espanholas acto algum que pudesse significar o desejo de prender os principais responsáveis da incursão", existia "falta de lealdade" e de solidariedade para com Portugal[790]. Mesmo o cônsul de Ourense escrevia a Relvas, referindo-se à "falsidade" de um governo espanhol que garantia respeitar Portugal e agia com displicência em relação aos conspiradores[791].

A imprensa portuguesa não poupava os responsáveis políticos nacionais pelo arrastar de uma situação afrontosa para Portugal. Nas páginas da *Capital* saíam caricaturas fazendo referência às humilhações a que se sujeitava o corpo diplomático português em Espanha. Numa delas surgia José Canalejas a referir-se a Augusto de Vasconcelos, ministro português em Madrid, da seguinte forma: "Uf! Que felicidade! Ao menos durante dois dias não tenho que aturar o sr. Vasconcellos!"[792]. Procurando atacar os republicanos, o já citado director da *Nação* estranhava que, com tantas reclamações, os governantes portugueses pretendessem converter o governo espanhol numa "ama seca da República", com a obrigação de "alimentá-la e de trazê-la sempre de fraldinha limpa"[793].

Em Maio de 1912, o governo espanhol, que até aí não adoptara qualquer medida importante, ordenou a saída de todos os emigrados da província de Ourense. O presidente do conselho de ministros espanhol, José Canalejas, anunciava que os líderes dos conspiradores monárquicos seriam afastados da fronteira em vinte e quatro horas. Uma rixa no povoado de Bande entre os emigrados portugueses e a população levou o governo espanhol a tomar uma decisão mais assertiva[794]. Mas as autoridades espanholas não deixaram de tratar o assunto com ligeireza. Se no início do dito mês se

---

[789] *Ibidem,* nº 84, Legação da República Portuguesa, 24/7/1912.
[790] Ministro da Legação em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Armário 3, 1913, Maço 716, 3º piso*,* 18/8/1912.
[791] *Ibidem,* 5/7/1912.
[792] *Capital*, Lisboa, nº 362, 17/7/1911, p. 1.
[793] João Franco Monteiro, "Palavras sinceras", *Nação*, Lisboa, nº 15181, 17/7/1911, p. 1.
[794] Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 138.

referia na *Capital* que os conspiradores vinham a Portugal roubar espingardas, roupa e galinhas a alguns guardas fiscais, e regressavam novamente ao território "duma nação cujas tradições de fidalguia e brio são apagados pela incúria ou cumplicidade do seu governo" (dizia-se que a Espanha se tinha transformado num "couto de banditismo internacional")[795], não se deixou nos tempos seguintes de protestar contra a apatia dos responsáveis do país vizinho. No *España Nueva* combatia-se a ideia (difundida em certos sectores espanhóis) de que os paivantes eram "desgraçados" que não voltavam a Portugal porque o governo não permitia[796].

A segunda incursão monárquica ocorreu em Julho de 1912. Os monárquicos entraram em Portugal no dia em que terminava o prazo para o seu internamento. Quando retornaram a Espanha, o governo espanhol deteve-os e o governo português pediu a sua extradição, pedido esse que não foi atendido[797]. O governo português pediu posteriormente uma extradição dos conspiradores para as Canárias, o que também acabou por não acontecer. Bernardino Machado, ministro (depois embaixador) no Rio de Janeiro, propôs outra solução: o governo do Brasil poderia acolher os monárquicos (desde finais de Agosto de 1912, muitos emigrados começaram a ir para o Brasil)[798]. Em meados desse ano, as autoridades espanholas inclinavam-se para uma política de entendimento. Portugal não caíra no caos que o regime republicano fazia adivinhar. No mês de Agosto foi mesmo assinado um acordo que previa o internamento dos monárquicos nos campos criados em Cuenca e Teruel, locais afastados da fronteira[799]. Em Setembro, jornais republicanos como o *Século* festejaram a "grande" vitória diplomática de Augusto de Vasconcelos, que conseguira que os conspiradores recebessem ordem de expulsão do território espanhol. Porém, esse sentimento exacerbado de vitória não granjeou simpatia por parte dos governantes espanhóis. Mais uma vez, a correspondência diplomática do marquês de Villalobar ilustra o que se pensava do outro lado da fronteira. Villalobar considerava a vitória de Vasconcelos como algo excessivamente empolado por uma imprensa empenhada em servir os interesses dos seus governantes. Ironicamente, Villalobar

---

[795] "Bandoleiros protegidos", *Capital,* Lisboa, nº 630, 1/5/1912, p. 1.
[796] *España Nueva*, *diário de la Noche*, Madrid, nº 2190, 1/6/1912, p. 1.
[797] Segundo notícia da *Capital,* Canalejas, presidente do conselho de ministros espanhol, declarou em Madrid ter recebido uma nota diplomática reclamando a expulsão dos conspiradores, e que o conselho de ministros resolvera responder-lhe negativamente, tendo em conta que a maior parte das famílias conspiradoras tinha fracos rendimentos económicos. Cf. *Capital,* Lisboa, nº 720, 30/7/1912, p. 1.
[798] Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal 1910-1912,* p. 161.
[799] António José Telo, *Op. Cit.,* p. 278.

referia até que, com o andar do tempo, seria possível que Vasconcelos cantasse esse "triunfo com frases ainda mais retumbantes"[800].

Para além da fúria demonstrada contra a inoperância espanhola, os republicanos olharam desde início para os conspiradores monárquicos como criminosos que, pretendendo ferir a honra da pátria, teriam de ser castigados com implacável justiça. O deputado Botto Machado apelidava Couceiro de "desprezível bandido" que, apesar de tudo, poderia ter o que quisesse da República Portuguesa "por ser o único que, no meio de uma enorme floresta de cobardes que abandonaram a monarquia na hora do perigo, teve a coragem de defender princípios que talvez amasse"[801]. "O bando de aves agoirentas, que ficará com os papos vazios, é que não se resignou, porém, com o triunfo da vida sobre a morte", eis a forma como António José de Almeida se referia aos "conspiradores de comédia" [802]. Era sua opinião que os conspiradores, "tresloucados", sonhavam com sedições, agitavam o povo crédulo de "aldeias incultas"[803]. Em vez de amarem a República, feriam-na "pelas costas" e deprimiam-na sem "rebuço nem paga" de nenhum género. Eram conspiradores tão "ridículos" que o crânio "soa-lhes por tal forma o vazio"[804]. "Quixotes de opereta procurando aliviar Sanchos amigos que dêem por eles, o corpo ao manifesto", sobre eles cairia toda a cólera da Pátria ofendida[805]. António José de Almeida expressou a sua revolta contra os conspiradores monárquicos em diversas ocasiões, e num tom demolidor. Um ano depois das declarações anteriormente citadas, alertava que se Paiva Couceiro insistisse em abandonar a Espanha, onde vinha sendo acariciado contra o direito das gentes, e entrasse em Portugal, pregaria a "guerra implacável e sem tréguas a esse formal inimigo da pátria"[806].

Para quem escrevia no *Mundo,* jornal do Partido Democrático, não constituía surpresa a notícia de Couceiro e seus apaniguados terem tentado contrair empréstimos com o fim de provocarem a "desonra no nosso país"[807]. Mas problema maior

---

[800] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, Política, nº 462, 23/9/1912.
[801] Fernão Botto Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, leg. 1, sessão 1, nº 14, 22/11/1911, p. 12.
[802] António José de Almeida, "Conspirações e conspiradores", *República*, Lisboa, nº 47, 3/3/1911, p. 1.
[803] Id., "Aviso", *Ibidem*, nº 50, 6/3/1911, p. 1.
[804] Id., *Ibidem*, nº 88, 24/2/1911, p. 1.
[805] Id., É bom insistir", *Ibidem*, nº 89, 25/2/1911, p. 1.
[806] Id., *Diário da Câmara dos Deputados*, leg. 1, sessão 2, nº 64, 5/3/1912, p. 9.
[807] *Mundo*, Lisboa, nº 4035, 3/12/1911, p. 1.

representava a actuação espanhola que, vindo a conceder um tratamento brando a "criminosos" como os conspiradores, feria o sentimento nacional:

> O povo português hospeda em sua casa [...] como irmãos ou amigos, alguns milhares de espanhóis. Espantou, com razão, que fossem exactamente da Espanha que partissem, com o seu consentimento ou passiva cumplicidade, actos de indesculpável hostilidade contra a ordem pública[808].

A convalescer num hotel galego (de um ferimento numa perna infligido no combate de Vinhais[809]), o tenente Carlos Alberto Quaresma concedia uma entrevista ao jornalista Hermano Neves, que notava que um dos documentos mais interessantes que o "heroico" oficial lhe mostrara fora o livro de contas do paivante D. Pedro de Lencastre, com a nota diária das despesas feitas pelo seu pelotão: "Tem coisas admiráveis, o curioso livro! Verbas deste género: para o alcaide de Verin, 584 pesetas; coche para o sr. alcaide, tantas pesetas...Parece que a digna autoridade espanhola se governou muito bem com a conspiração realista"[810]. Não era raro que se afirmasse que as conspirações monárquicas se tinham envolvido num manto de corrupção, que tudo era balbúrdia e desrespeito. Como se dizia no *Século,* a incursão couceirista fora uma "simples paródia", "uma série de tiranias, arbitrariedades e atropelos", "meninos ajanotados, investidos nos cargos de ajudantes" que "davam ordens em nome dos chefes"[811].

Como se acaba de constatar, os projectos monárquicos de derrubar a República foram recorrentemente denunciados com veemência pela imprensa republicana. E em 1919, Paiva Couceiro e os monárquicos que proclamaram a Monarquia do Norte[812] seriam tão criticados como em 1911 e 1912. O momento político era outro. A República já tinha uns anos de existência, era aceite internacionalmente e por isso se escrevia na *Opinião* que, embora os sediciosos portugueses (nos quais Couceiro se

---

[808] *Ibidem*, nº 4036, 4/12/1911, p. 1.

[809] Os monárquicos invadiram a vila de Vinhais entre 4 e 5 de Outubro de 1911.

[810] "O combate de Vinhais", *Capital*, Lisboa, nº 440, 17/10/1911, p. 1.

[811] Estas palavras pertenciam a um conspirador, o ex-tenente Manuel Valente, arrependido da sua participação. *Século*, Lisboa, nº 10870, 18 /3/1912, p. 1.

[812] A 19 Janeiro de 1919, foi proclamada a Monarquia no Porto e em Lisboa. Os monárquicos aguentaram-se no Porto até 13 de Fevereiro, altura em que os republicanos entraram na cidade, tendo sido criada uma Junta Governativa do Reino chefiada por Paiva Couceiro (Couceiro acumulava a chefia da Junta com a pasta de ministro da guerra). Este órgão ficou conhecido como Monarquia do Norte. A Monarquia do Norte consubstanciava a mesma reacção monárquica e clerical, que consistia numa constante instigação do ódio contra os republicanos.

incluía) procurassem em Madrid apoio oficial para a sua causa, a hora entre os países peninsulares era de amizade e que a Espanha já não esperava pelo derrube da República. Afirmava-se que Romanones, chefe do governo espanhol, se preocupava com os problemas portugueses e não apoiaria conspiradores[813]. Em todo o caso, nos jornais republicanos pairava a suspeita de que os governantes espanhóis apoiariam os conspiradores nos seus intentos de derrubar a República. A Espanha continuava a ser vista como uma ameaça. Ainda na *Opinião*, Lima Braga criticava o governo espanhol por dar crédito aos "couceiristas", notando que, por cada sublevação monárquica que se produzia em Portugal, a Espanha oficial, e particularmente políticos como Romanones e Canalejas, acolhiam fraternalmente os emigrados e permitiam-lhes que se refizessem para novos ataques[814].

As duas incursões monárquicas acicataram em Portugal o receio do chamado "perigo espanhol" e a fúria da imprensa, que denunciava as ambições anexionistas das autoridades espanholas. Simultaneamente, essas referidas denúncias anexionistas revoltavam o representante diplomático espanhol em Lisboa. Villalobar indignava-se contra as "denúncias" dos desejos anexionistas feitas pela imprensa portuguesa. Para o diplomata, esses desejos não passavam de delírios, não existia qualquer intenção anexionista por parte da Espanha[815]. Os jornais republicanos uniam-se na denúncia dos interesses espanhóis e na defesa da imagem internacional de Portugal. Dizia-se que a velha ideia de conquista de Portugal nunca tinha desaparecido da alma colectiva da Espanha. Acusava-se os conspiradores monárquicos, traidores, de terem encontrado um aliado no marquês de Villalobar, ministro em Lisboa (que, por considerar intolerável a presença na Península de uma República, encarnou na defesa dos princípios monárquicos, tentando tirar partido da instabilidade política portuguesa para levar a cabo os propósitos afonsinos de uma unidade peninsular)[816], e nos

---

[813] *Opinião*, Lisboa, nº 904, 5/2/1919, p. 1.

[814] Lima Braga, "Voltámos à comédia de 1911?", *Ibidem*, nº 933, 12/3/1919, p. 1.

[815] A título ilustrativo, referia que jornais como o *Mundo* tentavam associar várias vezes a reacção monárquica ao "perigo espanhol". Manifestava muito incómodo por se insinuar que os espanhóis estariam interessados em anexar Portugal. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, Política, nº 13, 12/1/1912. Noutra ocasião, a sua reacção a um artigo publicado na *Capital,* a 27 de Agosto de 1912 — em que se afirmava que, em vez de pensar em conquistar territórios estranhos, de onde tinha sido expulsa, a Espanha deveria pensar em reconquistar territórios seus, como Gibraltar—, resumia o que pensava sobre estes artigos publicados na imprensa portuguesa: "a sua mera leitura suprime todo o comentário". Cf. *Ibidem,* nº 416, 28/8/1912.

[816] O diplomata espanhol chegou a viajar para Londres em Janeiro de 1912 para dizer a D. Manuel que a Afonso XIII não convinha o regime republicano em Portugal. A política iberista de Afonso XIII encontrou em Villalobar um representante voluntarioso, que aproveitou a sua estadia em Portugal para

habitantes e nas autoridades das regiões fronteiriças espanholas[817]. Contudo, também havia quem, não deixando de apontar o dedo aos monárquicos pela irresponsabilidade antipatriótica, recusasse a possibilidade de, por detrás da conspiração monárquica, estarem planos mais ou menos maquiavélicos dos governantes espanhóis. O herói da revolução republicana Machado Santos era exemplo de alguém que achava que mais importante do que alimentar teorias da conspiração era a estabilidade peninsular. Em Outubro de 1912, assegurava que o receio de uma absorção de Portugal pela Espanha era descabido, e acrescentava que, sendo manifesta a decadência do "império britânico", urgia que os povos da Península dessem um passo avante numa aliança de todos os povos latinos[818]. Porém, é inegável que a denúncia do "perigo espanhol" servia de arma contra os monárquicos e unia a família republicana. Em finais de 1910 e começos de 1911, a corrente intervencionista espanhola pode ter considerado o propósito de auxiliar os conspiradores na Galiza (a Espanha tradicional e católica era um dos principais inimigos do Portugal republicano), mas não se pode acabar sem referir que os republicanos espanhóis defenderam a República portuguesa e atacaram a inércia dos governantes espanhóis em relação aos conspiradores. Além disso, constantemente sob pressão, o governo de Canalejas mostrou-se sempre disponível para defender a inviolabilidade das instituições portuguesas[819]. A actuação de Canalejas contrariava as posições de Afonso XIII e de Villalobar, diplomata que, sob o pseudónimo de "Matilde", se chegou inclusive a corresponder com Paiva Couceiro em 1912 (dizendo estar disponível para ajudar a causa monárquica)[820]. E a leitura da correspondência diplomática dos representantes espanhóis em Lisboa não deixa transparecer nada para além de uma vontade de auxiliar os governantes portugueses na luta contra os conspiradores.

promover o regresso da Monarquia. Para Villalobar, era importante para a Espanha que a República não se consolidasse. Afinal, que poderia esperar-se de um país rodeado de "repúblicas revolucionárias"? Álvaro Lozano considera que, por esta altura, Villalobar destacava-se como o agente mais activo da contra-revolução monárquica. Cf. Álvaro Lozano, *Op. Cit.*, p. 201.

[817] Cf. Miguel António Dias Santos, *Op. Cit.*, p. 206.

[818] Machado Santos, "Iberismo e latinismo", *Intransigente*, Lisboa, nº 677, 11/10/1912, p. 1.

[819] Em Agosto e Setembro de 1911, a situação ameaçara desembocar na demissão de Canalejas.

[820] Cf. Álvaro Lozano, *Op. Cit.,* p. 238.

4. 2. Um incendiário espanhol preso em Portugal: o "caso Leandro"

Leandro Gonzalez Blasques não é uma figura histórica de relevo, não passava de um incendiário que cumpria pena de prisão em Portugal (no Limoeiro) por ter deitado fogo a um prédio em Lisboa. Sucede que, tendo dado origem a trocas de acusações entre diplomatas e governantes portugueses e espanhóis, o "caso Leandro" contribuiu para instigar o sentimento de que os governantes nacionais eram impotentes perante a arrogância espanhola. Por que razão existiu um "caso Leandro"? Resumindo: porque os governantes e diplomatas espanhóis consideravam que Leandro cumprira demasiado tempo de prisão (e uma simples repatriação bastava) e porque parte da opinião pública nacional entendia que uma pressão abusiva dos espanhóis nesta matéria afectava a sua soberania. Este caso é também relevante por ter trazido outra vez à ordem do dia o "perigo espanhol" e diversas reacções, tanto por parte de quem estimulava como de quem rebatia esse perigo.

O acesso ao que escreveram os diplomatas portugueses e espanhóis sobre Leandro e o dito "perigo espanhol" é relevante para compreender o posicionamento oficial de cada país em relação a estas matérias. Desde pelo menos 1910 que os republicanos portugueses puseram a circular a ideia de que existia um "perigo espanhol". Recorrentemente, os responsáveis políticos e diplomáticos espanhóis vieram a público negar que houvesse qualquer intenção anexionista por parte da Espanha. Não só em público esses diplomatas negavam que o desejo de anexar Portugal fosse real. Também nas suas trocas de correspondência se manifestaram surpreendidos, e até incomodados, com o facto de se pensar dessa maneira em Portugal. Em Março de 1914, o marquês de Villasinda confessava não entender o tom com que em jornais como o *Mundo* se prometia retaliação caso algum país quisesse roubar a independência nacional[821]. A respeito de um artigo de informação financeira publicado no *Diário de Notícias*, referia que a partir de nada se criava "uma tempestade" e se lançava para o ar um "perigo de invasão" completamente infundado[822]. Noutra carta, Villasinda insurgia-se contra uma campanha de "calúnias e mentiras" alimentada pelo *Século* contra a Espanha. Dizia que se estava perante artigos animados de um "espírito de hostilidade" contra a Monarquia espanhola.

---

[821] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1706 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1914-1915*,* Política, nº 118, 9/3/1914.
[822] *Ibidem,* Política, nº 119, 9/3/1914.

Referia-se a uma tradicional e dissimulada inimizade contra todo o espanhol, uma inimizade exacerbada e latente nos governantes, possuidores de um espírito sectário que se manifestava no "sempiterno" tema do "perigo espanhol" e nos constantes atropelos contra os cidadãos espanhóis a viverem em Portugal. Era notória a sua revolta contra a ideia de que a Espanha tinha planos secretos para Portugal[823]. Criticava Afonso Costa, político que se gabava de um "falso" *superavit* económico, por dedicar grandes quantidades de dinheiro ao reforço da Defesa Nacional, alegando como motivo para esse investimento a necessidade de adoptar precauções para evitar o "perigo espanhol"[824]. Segundo o ministro espanhol em Lisboa, circulavam na capital os mais absurdos rumores sobre as atitudes e os propósitos da Espanha, havendo não poucos periódicos que propagavam a notícia de que na fronteira estariam reunidos cerca de cem mil soldados espanhóis à espera de um pretexto para conquistar Portugal[825]. O diplomata referia inclusive que em Portugal se difundia o "perigo espanhol" das mais diversas maneiras: através de postais, de caricaturas, de quadros ou de peças teatrais[826]. A explicação de Villasinda para que se difundisse em Portugal o "perigo espanhol" era simples: demonizar a Espanha servia para desviar as atenções de problemas cuja responsabilidade era unicamente portuguesa. Quais esses problemas? A sempre caótica situação política, as recorrentes crises económico-financeiras e a falta de esperança num futuro que parecia só trazer catástrofe[827].

O caso Leandro Gonzalez foi, pelo menos desde 1910, alvo de debate e de preocupação por parte dos representantes espanhóis em Portugal. O marquês de Villalobar garantia que Gonzalez era um excelente cidadão, com mais de vinte anos de vida comercial em Lisboa, e que não merecia estar preso. Já nesse ano se referia que, condenado a vinte e oito anos de prisão por sentença do Tribunal do 2º Distrito Criminal de Lisboa, este cidadão natural de Salamanca fora preso contra a natureza dos factos, o que dava direito a que se dissesse que existira uma denegação da justiça[828]. Gonzalez foi condenado em Abril de 1907 por um incêndio num prédio na

[823] Citava artigos publicados neste jornal em que se qualificava os espanhóis de "inimigos" e em que se sustinha que a Espanha mantinha propósitos de absorção a respeito a Portugal. Cf. *Ibidem,* Política, nº 126, 11/3/1914.
[824] *Ibidem,* Política, nº 223, 1/5/1914.
[825] *Ibidem,* Política, nº 62, 2/3/1915.
[826] *Ibidem,* Política, nº 336, 3/9/1915.
[827] *Ibidem,* H. 2641 A=Política Exterior – Portugal 1913-1914, nº 278, 2/6/1914.
[828] Por esta altura, já Gonzalez tinha recorrido aos Tribunais Superiores e esgotado todos os trâmites que lhe concedia a legislação portuguesa. Em Novembro de 1910, com a mudança de regime, a pena de Leandro foi reduzida para dois anos e oito meses de prisão e seis anos e oito meses em África. A sua

rua da Madalena que causou muitas vítimas. O corpo dos Bombeiros concluiu que se tratava de fogo posto por gasolina. Inicialmente, foi preso o súbdito espanhol Antonio Fernandez, que tinha uma loja no referido prédio, e cuja situação comercial era então aflitiva, encontrando-se em situação de falência. Sobre ele recaíram logo as suspeitas. Convencido de que havia sido denunciado por Gonzalez, Fernandez confessaria que tinha posto fogo ao prédio a mando de Gonzalez, cujo interesse seria o de ficar com o prémio do seguro. Mas para as autoridades espanholas não havia qualquer evidência de que Gonzalez fosse culpado. O argumento era o de que Leandro tinha uma estável situação financeira, pelo que não precisava de esquemas de tal "calibre"[829]. Gonzalez solicitou em fins de 1910 a reabertura do seu processo. Desde 1910 que a sua causa vinha sendo apoiada por Villalobar. Este representante diplomático afirmava que, não competindo à legação espanhola julgar o caso, sentia-se no entanto compaixão pelo julgado por haver a crença de que a sentença tinha sido injusta. Mais do que uma luta contra o regime ou contra os partidos republicanos, escreveria posteriormente o sucessor de Villalobar, o marquês de Villasinda, tratava-se de uma luta pela justiça[830]. Em Março de 1914, Villasinda afirmava que Bernardino Machado se mostrara disponível para indultar Leandro, embora com hesitações, receando a reacção que o indulto poderia originar. Em Junho, o mesmo Villasinda observava que a imprensa portuguesa fazia de tudo para que Leandro não fosse indultado. Desde o *Diário da Manhã,* diário monárquico, ao *Intransigente* e ao *Vanguarda,* passando pelo miguelista *Nação,* todos se opunham ao indulto e chantageavam o governo lusitano com juras de feroz oposição. Os jornais aproveitavam o caso para lutar contra o governo. Até no parlamento se fazia pressão para que Leandro não fosse libertado[831]. Pouco tempo depois, Villasinda diria que Machado se "acobardara" perante a veemente oposição política e voltara atrás, adiando a promessa de indultar Leandro. O ministro espanhol em Lisboa contava que encontrara o presidente do conselho de ministros para lhe recordar o compromisso de indultar Gonzalez, e que Bernardino Machado lhe respondera que, embora quisesse cumprir a promessa, não lhe seria possível cumpri-la imediatamente devido a uma violenta campanha instigada por

---

prisão deveria considerar-se terminada a Novembro de 1912, e o desterro poderia ser perdoado por bom comportamento.

[829] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2638 A=Política Exterior – Portugal 1910, Política, nº 1, 10/7/1910.

[830] *Ibidem,* Política, nº 127, reservado, 23/5/1910.

[831] *Ibidem*, Política, nº 149, 24/3/1914.

periódicos monárquicos e republicanos que insinuavam que se tratava de um escândalo para a República[832]. Para resumir, Villasinda afirmava que desde 1910, com Villalobar na legação espanhola, Bernardino Machado, então ministro dos Negócios Estrangeiros, vinha sendo solicitado para que fosse reaberto o processo de Leandro. Em 1914, com Bernardino como chefe do governo, era Villasinda quem reforçava esses pedidos. Apesar das indicações de que o indulto estaria para breve, sempre para breve, Machado tomava atitudes que em nada condiziam com a palavra dada em privado. A sua actuação era hesitante, muito por receio de perder popularidade e por causa dos ataques desferidos pelos seus opositores políticos.

Depois de largos meses de insistência dos seus representantes em Lisboa, o governo espanhol ficou muito reconhecido ao português por uma "justa deferência" (o indulto) que vinha com muito tempo de atraso. Como se afirmava, o caso estava menos ligado a hipotéticas pretensões espanholas de invadir Portugal do que a uma situação em que o direito havia sido erroneamente aplicado. O marquês de Villasinda, o referido ministro de Espanha em Portugal, tentou apaziguar posições mais acirradas, ainda que algumas das suas declarações sobre as relações ibéricas pudessem ser mal interpretadas (acreditava, por exemplo, que espanhóis e portugueses estariam destinados a viver juntos, fraternalmente, independentemente das formas de governo)[833]. Afirmava que a embaixada espanhola em Portugal considerava apenas que, cumpridos sete anos de prisão num país que não era o seu, Leandro deveria partir para o degredo. O que se pedia era que esse degredo fosse transformado em expulsão de Portugal[834]. Invocando fundamentalmente as boas relações de amizade entre os dois países, os responsáveis espanhóis chegaram mesmo a dirigir pedidos formais para a comutação da pena. Num pedido de 12 de Março, avivava-se o compromisso

---

[832] Villasinda referia ainda que Bernardino Machado que lhe dissera que não convinha conceder o indulto a Leandro até depois das eleições gerais, para que passassem todos os ataques que o seu ministério vinha sendo vítima, tanto no parlamento como na imprensa. Cf. *Ibidem,* Política, nº 336, 3/7/1914.

[833] Contudo, outras declarações de Villasinda respeitantes à "crise portuguesa", não sendo conhecidas do público português, por pertencerem ao domínio da correspondência diplomática, revelam que não havia propriamente simpatia da sua parte em relação ao que sucedia em Portugal. Villasinda apelidava o país de "atoleiro político". Dava conta de uma terra conturbada, agitada pela violência. Partindo, por exemplo, de um caso concreto como as desordens ocorridas em Lisboa a 26 de Janeiro de 1914 - desordens essas motivadas pelos festejos dos "fãs" de Afonso Costa, que, tendo em conta as suas palavras, tinham decidido festejar o *superavit* económico de 1914-1915-, acabava por referir que este tipo de distúrbios era recorrente em Lisboa, que não havia segurança na cidade. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1706 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1914-1915, Política, nº 45, Lisboa, 30/1/1914.

[834] *República*, Lisboa, nº 1502, 11/3/1915, p. 1.

formal e categórico de Bernardino Machado, que na qualidade de presidente do Ministério e ministro dos Negócios Estrangeiros (Maio de 1914), reconhecera que as leis nacionais permitiam deixar na cadeia um acusado durante anos, sem que mais tarde esse tempo lhe fosse descontado. A questão agravou-se pois por causa de uma promessa não cumprida pelo governo português de entrega deste condenado à Espanha. O incidente complicou-se ainda mais por se ter demorado a conceder a Gonzalez a comutação da pena. Essa situação só começou a mudar com a nomeação de Augusto de Vasconcelos para ministro em Madrid (Agosto de 1914). Vasconcelos, que recebera instruções do ministro dos Negócios Estrangeiros Freire de Andrade para tratar do indulto prometido a Leandro, procurou promover as boas relações entre portugueses e espanhóis, e neste caso concreto não se inibiu de culpar as autoridades portugueses não só pelo alarido gerado mas também pela demora em resolver um caso de fácil resolução: na sua perspectiva, ninguém no estrangeiro poderia aceitar como boas quaisquer razões que explicassem o facto "absolutamente anormal" de um condenado a oito ano de prisão (em 1909), reduzidos a pouco mais de cinco através de uma amnistia concedida pela República, se encontrar preso havia quase oito anos[835].

Em Março de 1915, foram publicados em jornais como o *Mundo* o *Século* ou o *Dia,* o *Intransigente* e a *Capital,* artigos virulentos, considerados pelo marquês de Villasinda de "má fé", atacando Bernardino Machado e tentando desacreditá-lo perante a opinião pública por causa do indulto. Falava-se de "diplomacia de servilismo", descrevia-se Bernardino Machado como alguém que dispusera de um "assassino" para lhe dar a liberdade, com o intuito de ser agradável a "altas influências do país vizinho"[836]. Também em Março, devido a supostas pressões da embaixada espanhola para a libertação do incendiário espanhol preso em Portugal[837], questionava António José de Almeida com que direito periódicos que se consideravam portugueses, como o *Dia*, admitiam a hipótese de o governo português ceder perante intimações vexatórias da Espanha. O fundador do *República* estranhava ainda que alguns monárquicos pudessem acreditar que um "punhado de soldados

---

[835] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, A nº 92, 4/12/1914.

[836] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2638 A=Política Exterior – Portugal 1910, Política, nº 84, 14/3/1915.

[837] Leandro foi solto da Cadeia Nacional de Lisboa a 16 de Março, por cumprimento do Decreto de Indulto.

espanhóis" viria conquistar Portugal, como se este fosse um país de "poltrões"[838]. Moreira de Almeida, director do *Dia* e sócio da Comissão 1º de Dezembro, era para o futuro Presidente da República, mais do que um jornalista monárquico, "um agente da perdição nacional, estando a cada momento a insinuar a proximidade de um passeio dos soldados de Afonso XIII até Lisboa" e a atiçar a fúria "enraivecida e demoníaca" espanhola[839]. Leandro servia de pretexto para fazer renascer o medo de uma invasão espanhola e as acusações de antipatriotismo que se levantavam quando alguém se atrevia a mostrar o mínimo apreço ou consideração pela Espanha. Não que os monárquicos do *Dia* nutrissem qualquer tipo de sentimento positivo pelos espanhóis. Pelo contrário, achavam que as pressões da embaixada espanhola para a libertação do incendiário espanhol eram justificações para uma possível invasão de um país que se enfraquecera irremediavelmente com a República. Só que para os republicanos atacar a República equivalia a atacar Portugal. Era o mesmo tipo de argumento já usado anteriormente para alimentar o ódio contra Paiva Couceiro e seu séquito. Estas preocupações dos monárquicos eram vistas no *República* como pouco patrióticas e "interesseiras". Segundo António José de Almeida, dizer "com sorriso escarninho" que o governo português indultara Leandro por temer uma invasão, que os portugueses precisavam de andar de bicos de pés e de dedo nos lábios porque Afonso XIII teria um dossier particular com apontamentos "tenebrosos" a respeito dos chefes republicanos, provava que o *Dia* estava espanhol "até à raiz dos cabelos"[840]. Claro que Villasinda não interpretava da mesma maneira a decisão tomada pelo *Dia* de acatar a resolução do governo português de soltar Leandro: achava absurdo que se dissesse que os monárquicos deste periódico possuíam uma "costela espanhola". Villasinda não entendia aliás o que levava quem escrevia no *Dia* a defender-se dos apodos iberistas atacando jornais como o *ABC* ou o *Correo Español* de apoiarem uma anexação[841]. O diplomata citava inclusivamente artigos de Moreira de Almeida em que se fazia alusão ao "perigo espanhol". Villasinda considerava não apenas que esses artigos eram muito "sectários" e "parciais", mas também que procuravam difundir sem qualquer tipo de sentido a ideia de que era do interesse da Espanha que a

[838] António José de Almeida, "Ultrajes e difamações", *República*, Lisboa, nº 1500, 17/3/1915, p. 1.
[839] Id., "Tempo Perdido", *Ibidem*, nº 1501, 18/3/1915, p. 1.
[840] Id., "Perfeitamente", *Ibidem*, nº 1503, 20/3/1915, p. 1.
[841] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1706 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1914-1915, Política, nº 98, 20/3/1915.

"desordem" e o "desgoverno do regime republicano" continuassem[842]. Na sua opinião, por conseguinte, os jornais republicanos e monárquicos que se referiam a um "perigo espanhol" publicavam artigos "tendenciosos" e "injuriosos"[843]. Tendo em conta que o povo português e mesmo as elites eram pouco letradas, afirmava, estes artigos, produzindo uma obsessão "anti-espanhola"[844], deixavam o país num estado de inquietude[845]. Gerava-se uma "mania persecutória" em relação à Espanha, mania essa nascida da exagerada importância que a si mesmo se atribuíam os lusitanos[846].

Quanto ao também monárquico *Nação*, o indulto a Leandro, um "criminoso cuja façanha abominável sepultou nos escombros do prédio da Madalena tanto cadáver carbonizado [...]", era simplesmente ultrajante, porque se o delito tivesse sido cometido em Espanha, onde a pena capital ainda existia, não haveria nada mais a fazer por aquele homem[847]. Depois, observava-se no mesmo periódico, o verdadeiro problema não era Leandro mas a humilhação a que Pimenta de Castro sujeitara os portugueses ao vergar-se perante a Espanha com um indulto a um marginal[848]. No mesmo sentido se seguia na *Vanguarda*, periódico em que se sublinhava que Leandro Gonzalez Blasques, "terrível incendiário" que provocara a morte a catorze pessoas, seria indultado devido à fraqueza de um governo de Pimenta de Castro submisso em relação aos caprichos dos governantes espanhóis[849]. Não se tratava apenas de fraqueza do governo português: a Espanha impusera a Portugal, "SOB PENA DE UM CONFLITO, a liberdade do incendiário da Madalena!". Leandro possuía centenas de contos que lhe chegavam para comprar a interferência da Espanha, por meio do "venal Lerroux", em combinações com o "imoralão" e "bêbedo" advogado Alexandre Braga, autor de *Incêndio da Madalena: subsídios para a história dos crimes da justiça em Portugal* (1910)[850]. Textos como os de António José de Almeida ou do

---

[842] *Ibidem*, Política, nº 63, 4/3/1915.
[843] A imprensa portuguesa adepta do Partido Democrático difundia informações tendenciosas e falsas a respeito da Espanha, dizia Villasinda. Por exemplo, afirmava-se nesses jornais que havia novas conspirações de portugueses na Galiza e que o governo espanhol era francamente germanófilo a despeito da sua aparente neutralidade no conflito europeu. Cf. *Ibidem,* Política, nº 294, 10/8/1915. Villasinda espantava-se também com a forma como jornais como o portuense a *Lanterna* publicavam injúrias como: "A Espanha, para História, há-de ser sempre um covil de bandidos – uma cloaca imunda." Cf. *Ibidem,* Política, nº 397, 16/10/1915.
[844] Villasinda referia-se também a uma "malquerença lusitana contra a Espanha", *Ibidem,* Política, nº 22, 12/6/1915.
[845] *Ibidem,* Política, nº 76, 10/3/1915.
[846] *Ibidem,* Política, nº 238, 25/6/1915.
[847] *Nação*, Lisboa, nº 16215, 16/3/1915, p. 1.
[848] *Ibidem*, nº 16215, 18/3/1915, p. 1.
[849] *Vanguarda*, Lisboa, nº 724, 11/3/1915, p. 1.
[850] "O Ultimatum Espanhol", *Ibidem*, nº 799, 17/3/1915, p. 1.

director do *Dia* contribuíam, cada um à sua maneira, para acicatar o sentimento de "perigo espanhol" (sentimento esse que, neste caso de Leandro, existiu mais nas mentes de quem o fabricava do que na realidade).

Deste caso condenado ao esquecimento pela história, o que se conclui é que, mesmo reconhecendo a existência de possíveis tentativas de interferência espanhola na vida política portuguesa, reagiu-se muitas vezes quase histericamente em relação ao que vinha de Espanha. Como se constatou, para republicanos como António José de Almeida não interessava se o direito estava ou não do lado espanhol (ou do lado de Leandro), o que importava era a humilhação que representava a cedência do governo de Pimenta de Castro aos caprichos dos governantes espanhóis. Também não interessava aos monárquicos que os diplomatas espanhóis tivessem razões para protestar contra a prisão de um cidadão do seu país. As diligências espanholas em prol da libertação de Leandro constituíam para estes homens ameaças à soberania nacional e serviam para alimentar velhos receios de invasão. O caso Leandro serviu inclusivamente para que monárquicos e republicanos trocassem acusações em relação a quem era mais e menos patriótico ou a quem se tinha vendido mais ou menos ao país vizinho. O que aqui parece relevante é, portanto, salientar que o incendiário da rua da Madalena, personagem menor (para não dizer insignificante) no contexto das relações peninsulares, servia de justificação para alimentar receios que só tornavam mais difíceis quaisquer hipóteses de entendimento entre os povos peninsulares.

4. 3. O império espanhol por reconstruir: cinco perspectivas

Com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, voltou-se a falar de união entre Portugal e Espanha. Para que a discussão em torno desse tema tivesse ressurgido, muito contribuiu uma facção germanófila espanhola cujo radicalismo ideológico teve como expoente máximo *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo* (1915), do professor da Universidade de Valladolid, Vicente Gay[851]. As obras deste germanófilo e de outros tradicionalistas espanhóis

[851] Foi catedrático de Economia na Universidade de Valladolid e na Universidade Central de Madrid. Exerceu cargos durante a ditadura de Primo de Rivera, como os de secretário da secção VII da Assembleia Nacional Consultiva (dedicada ao sistema tributário) e subsecretário da Economia, director-geral dos Impostos e segundo secretário da Assembleia Nacional. Em 1928, foi nomeado director-geral da Indústria. Fundou a revista *Nueva Economía Nacional*. Publicou obras em de pendor

também não totalmente ilibados do rótulo germanófilo[852], como Nido y Segalerva[853], autor de *La Unión Ibérica* (1914) e *Mi contestación à la prensa lusitana: la Unión Ibérica* (1915), ou Luís Antón del Olmet[854], autor de *Nuestro abrazo a Portugal, catecismo de la raza* (1912), ou Vázquez de Mella[855], autor de *El ideal de España. Los trez dogmas nacionales* (1915), tiveram uma repercussão muito negativa em Portugal.

Em certa medida, as ideias difundidas por autores como os referidos iam beber às teorias rácicas difundidas a partir de meados do século XIX. Dividindo a Europa em nações "viventes" e "moribundas", pressupunha-se que, a partir de um evolucionismo darwinista, apenas as raças mais aptas estariam em condições de sobreviver. Na segunda metade do século XIX, a irrupção da raça na antropologia foi fruto do evolucionismo cultural cultivado, entre outros, pelo filósofo Herbert Spencer.

---

germanófilo como *El imperialismo y la guerra europea* (1915), *Impresiones en la América española* (1915) ou *El pensamiento y la actividad alemana en la guerra europea* (1916).

[852] Figuras como Antón del Olmet começaram por ser germanófilas e só posteriormente se deslocaram para uma órbita aliadófila e pacifista. Num "Manifesto Germanófilo" (1914) publicado em *La Tribuna* em que se dizia que a Alemanha era uma nação civilizada e que a França e a Inglaterra nunca tinham sido amigas da Espanha, constavam entre os seus signatários figuras como Luis Menéndez Pidal, J. Rey Pastor, A. Bonilla y San Martín, Cotarelo Valledor, Castán Cobeña, Julio Palacios, Julio Casares, Manuel de Montoliu, Jordi Rubió, Bosch Gimpera, José Calvo Sotelo, Angel Herrera Oria, Rafael López de Haro, Sinesio Delgado, Arniches Muñoz Seca, Gil Robles, Dámaso Alonso, Edgar Neville e Oliver y Benavente. Luis Antón del Olmet também assinou esse "Manifesto", apesar de mais tarde se ter passado para o campo aliadófilo. É de recordar que, em 1917, Olmet publicaria *Los bocheros*, obra em que satirizaria grande parte dos seus conterrâneos germanófilos: escritores como Jacinto Benavente e Pío Baroja, políticos como o carlista Juan Vázquez de Mella e o maurista José Calvo Sotelo, ou periodistas como Ángel Herrera, director do diário conservador *El debate.*

[853] Foi eleito deputado pelo Partido Conservador (1881) e depois nomeado governador-civil de Guadalajara (1884). Conselheiro de Estado, foi proprietário do periódico *El Siglo Conservador* e pertenceu à equipa redactorial do jornal *La Verdad*. Paralelamente, publicou várias obras de interesse histórico, político e social, como as biografias de figuras como Baldomero Fernández Espartero, Práxedes Mateo Sagasta, Antonio de los Ríos Rosas ou Antonio Cánovas del Castillo.

[854] Colaborou com *El Debate,* o *ABC* e o *Heraldo de Madrid.* Embora tenha sido deputado pelos conservadores liderados por Eduardo Dato (1914), foi pela vertente de escritor que ficou conhecido. Algumas das suas novelas, como *Don Tirso de Guimaraes: novela que describe la vida española en tono de zumba y de sarcasmo* (1912), *El 98, novela extraordinária* (1922) ou *Aquelarre (Narraciones íntimas y novelescas)* (1915), foram muito vendidas na altura. Lançou também obras de natureza política como *Tierra de promisión (Catecismo de la raza)* (1913), *Política de fandango y gobierno de castañuelas* (1914), *Al correr de la política* (1914), *Aula española: escenas de la vida pedagógica nacional, escrita para escarmiento de malos estudiantes y beneficio de aplicados* (1915), *La Prensa y la Policía: juicios críticos* (1915), *Los bocheros (La propaganda teutona en España)* (1916) ou *Otra España* (1917). Em 1923, foi assassinado à queima-roupa pelo seu sócio e colega, o também escritor Alfonso Vidal y Planas.

[855] Era em 1915 um importante tribuno do tradicionalismo carlista. Feito conde de Monterroso pelo pretendente ao trono espanhol Carlos VII de Bourbon e Áustria, foi eleito deputado em Estella (1890), onde Carlos VII se estabeleceu durante as guerras carlistas. Como diria Cordeiro Lopes, Mella injectou sangue novo e credibilidade num tradicionalismo que se ressentia do embaraço da debilidade do seu pretendente D. Jaime. Cf. António Cordeiro Lopes, "Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha", Lisboa Faculdade de Letras de Lisboa, 1994, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, (16/17), p. 100.

Herdeiro das teorias da evolução das espécies formuladas por Jean-Baptiste Lamarck (*Filosofia Zoológica*, 1809) e Charles Darwin (*A Origem das Espécies*, 1859), Spencer postulava a existência de leis imanentes que determinavam a história humana. Tratava-se de teorias explicativas da história e da evolução social que repousavam no princípio de classificação e hierarquização das raças humanas. O determinismo rácico não se dissociava de diversas ideologias nacionalistas, pois só na unidade nacional se podiam exprimir as bases do expansionismo imperial[856]. A própria concepção hispânica de raça, formulada a partir de pressupostos culturais e espirituais e não raciais ou étnicos, enfatizava a missão civilizadora e evangelizadora espanhola nos países da sua influência. Contudo, contrariamente às personalidades que defendiam uma concepção imperialista da Espanha, parte dos intelectuais espanhóis do primeiro terço do século XX tendia a desvalorizar a perspectiva antropológica do conceito de raça. A raça a que os chamados hispanistas espanhóis se referiam não estava cientificamente definida, resultava antes de uma concepção cultural ou até sentimental. Afirmava-se a raça hispânica como uma civilização formada a partir de princípios não biológicos. Estava-se perante uma visão orientada para a recuperação de um passado mítico[857].

A expansão espanhola para fora dos seus limites territoriais nos moldes que defendiam autores como Vicente Gay implicava, se necessário fosse, o recurso à força militar para tornar a Espanha mais poderosa graças à absorção de povos independentes e mais "fracos" (sublinhe-se) como os portugueses. Nesta perspectiva, os ideais de Vicente Gay iam para além dos simples valores espirituais ou culturais que formavam a raça hispânica. Sustentava este espanhol que, como acontecia no mundo animal, os países mais fracos deveriam ser assimilados pelos mais fortes. Assim, a expansão espanhola visionada por este autor correspondia a uma busca de poder, a uma ideia imperial que mais não era do que uma etapa para a afirmação das nações "viventes" em direcção a um estádio superior de evolução civilizacional e de progresso. Porém, nem todos os autores aqui analisados seguiram Vicente Gay nesta demanda imperialista e germanófila. Outros apelariam à união entre Portugal e Espanha de modo bem mais discreto e sem apelos à força militar.

---

[856] Miguel Dias Santos, *Op. Cit.*, p. 274.

[857] Um português que acolheu este determinismo rácico foi Oliveira Martins, que considerava que certas raças estagnavam e outras eram subjugadas. No caso peninsular, afirmava que Portugal e Espanha tinham entrado em decadência depois dos Descobrimentos. Cf. Carlos Maurício, *A Invenção de Oliveira Martins. Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960),* Lisboa, INCM, 2005, p. 41.

As opiniões veiculadas por estes conservadores espanhóis, certamente saudosos de um império perdido e desejosos de ver o seu país recuperar poder não apenas nas ex-colónias americanas mas em pontos estratégicos como Gibraltar ou Portugal, contribuíram para acentuar um medo de invasão espanhola existente em vários sectores da intelectualidade portuguesa. Os artigos do monárquico João Franco Monteiro, director da *Nação,* que serviam de resposta a textos publicados em *La Tribuna* em que se faziam referências à hipótese de uma futura ocupação de Portugal por parte dos exércitos de Afonso XIII, eram bastante representativos das reacções portuguesas às tentativas de aproximação destes conservadores espanhóis. Para além de prevenir que, unido a Castela sob o mesmo ceptro, Portugal seria "oprimido e vencido"[858], Franco Monteiro acusava os povo vizinho de falsidade e hipocrisia: "Nunca os nossos vizinhos tiraram a máscara, sem que a sua franqueza não sofresse perigo"[859]. Para portugueses como o director da *Nação*, qualquer tentativa de amizade vinda de Espanha escondia más intenções. Acompanhando estes e outros textos dedicados ao tema da ameaça espanhola ou do "perigo espanhol", o marquês de Villasinda confessava por esta altura que na maioria das pessoas que escrevia em jornais portugueses, fossem monárquicos ou republicanos, predominava um "ódio mal dissimulado" em relação a "todo o espanhol". Esse ódio resultava para o diplomata de receios infundados, de complexos de inferioridade, da má-fé e da incompetência dos políticos portugueses e da vontade de camuflar uma realidade lusitana marcada pelo caos e pela decadência[860].

Indignados especialmente com *La Unión Ibérica,* de Nido y Segalerva, e tentando difundir a ideia de que Portugal tinha tanta individualidade como Castela[861], os integralistas lusitanos encabeçaram os protestos contra estes autores espanhóis, proferindo um conjunto de conferências na Liga Naval. António Sardinha ocupou-se dos temas do território e da raça, Hipólito Raposo da língua e arte, Luís de Freitas Branco da música e Pequito Rebelo da economia. Mas as reacções aos escritos destes autores não se ficaram por aqui. Anos depois, terminada a guerra, o conselheiro Fernando de Sousa assinaria, sob o pseudónimo de "Nemo", uma série de textos no

---

[858] João Franco Monteiro, " A intervenção em Espanha", *Nação*, Lisboa, nº 16180, 4/2/1915, p. 1.
[859] Id., "O perigo espanhol", *Ibidem*, nº 16205, 6/3/1915, p. 1.
[860] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2642 A=Portugal 1915-1919, Política, nº 510, 29/12/1915.
[861] Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*, Lisboa, ICS, 2006, p. 177.

monárquico a *Época,* de que era director (seria também director da *Voz*), dedicada ao "perigo espanhol" e àquilo que Vázquez de Mella publicara em *El ideal de España. Los trez dogmas nacionales*. Advogando que era na Inglaterra que Portugal devia ter o ponto forte da sua política internacional, tendo por objectivo a defesa eficaz da sua autonomia, atentava que não poderiam existir concessões a ideias como as defendidas por Vázquez de Mella, pois tendiam para a absorção de Portugal num grande império espanhol que trataria o povo português como mais uma das suas regiões[862]. Nada pois de "iberismo nem de ibero-americanismos, nem de hispanismo, nem de hispanholismo". Nada de apologias de "monarquias dualistas" ou de "federações republicanas". Havia Portugal de um lado e a Espanha do outro, vizinhos, amigos e cooperando mas independentes[863]. O mesmo Fernando de Sousa persistiria não apenas na crença de que a invasão espanhola teria sido uma realidade se a Alemanha tivesse triunfado na guerra, mas também nas críticas a Vázquez de Mella. Das coisas mais interessantes que dizia era que Mella estava cheio de "tiques de imperialismo"[864], e que os portugueses que se identificassem com as ideias deste "germanófilo" só poderiam ter dificuldade em perceber que uma ligação como a que o espanhol aventara no seu livro desembocaria no fim de Portugal como nação: "Germanófilos da minha terra, abri os olhos, se é que não sois dos piores cegos"[865].

As opiniões de Mella despertavam reacções violentas na imprensa portuguesa. Mesmo o representante diplomático português em Madrid fazia comentários depreciativos em relação a este político. A propósito de uma intervenção no Congresso dos Deputados, Melo Barreto, defensor das boas relações entre os países da Península[866], observava que quem conhecia Vázquez de Mella, "visionário jaimista misturado de filósofo, com larga erudição, mas sem visão crítica ajustada à realidade das cousas e dos sentimentos", não se poderia admirar com os seus ataques a Portugal[867]. Que ataques eram esses? Numa intervenção parlamentar deveras criticada por alguns periodistas portugueses, Mella afirmava que Portugal e Espanha não tinham fronteiras, que todos os rios de Portugal menos o Mondego nasciam em

---

[862] Nemo [F. SOUZA], "Dogmas de Espanha, dogmas de Portugal", *Época,* Lisboa, nº 1284, 12/2/1923, p. 1.
[863] Id., " O que o senso prático aconselha", *Ibidem*, nº 1283, 11/2/1923, p. 1.
[864] Id., "A lógica do imperialismo espanhol", *Ibidem*, nº 1281, 9/2/1923, p. 1.
[865] Id., "Eflúvios de iberismo", *Ibidem*, nº 1674, 16/3/1924, p. 1.
[866] Em 1923, exprimiria o seu desgosto por causa das "condições precárias" em que era feita a ligação das duas capitais da Península. Cf. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa 145, Legação em Madrid - 1923, Série D, nº 16, 15/2/1923.
[867] *Ibidem*, Armário 8, 3º piso, Maço 35, Série A, nº 65, processo nº 42, 15/6/1916.

Espanha, que a linha da sua fronteira cortava perpendicularmente os rios e cordilheiras espanholas e que Camões era neto de um trovador e cavalheiro galego. Mella citava ainda a *História da Civilização Ibérica,* de Oliveira Martins, para acentuar a ideia de que os povos peninsulares (todos "espanhóis") deveriam aproveitar o fundo histórico-civilizacional comum para se aliarem[868]. Defensor do domínio do Estreito de Gibraltar através de uma federação com Portugal (com uma só política internacional, económica e militar, mantendo intocável a soberania dos Estados) e de uma confederação tácita e espiritual com as Repúblicas americanas que fizesse frente ao poderio norte-americano, Mella contestaria na mesma sessão parlamentar algumas das acusações que lhe eram dirigidas pelos seus críticos portugueses, argumentando que se Portugal quisesse ser mais uma região espanhola, deveriam ser os próprios governantes portugueses a manifestar-se. A decisão de unir os dois países não deveria partir de nenhum espanhol. Ao desejar ver implantada na Península uma “Monarquia Dual” ou um “Império Federativo Ibérico”, Mella não poderia deixar de ser alvo da contestação de certos sectores de opinião portuguesa[869].

O que diziam afinal estes autores espanhóis para serem objecto de repúdio em Portugal? O monárquico Luis Antón del Olmet visitou Portugal na sequência da implantação da República. Ainda que salientasse que se encontrava em terras portuguesas no papel de jornalista “imparcial” (como redactor do madrileno *ABC*), os seus escritos, compilados em *Nuestro Abrazo a Portugal (catecismo de la raza)*, de 1912, acabaram por gerar imensa irritação em periodistas portugueses que o acusavam de atacar invariavelmente a República. Para além disso, as suas posições sobre a união ibérica (defendia que, sem desaparecer, e conservando o seu idioma, os seus costumes e a sua personalidade, Portugal constituiria uma grande nação ibérica, integrando-se na Espanha, como mais uma região espanhola[870]) também causavam grande alvoroço. Mesmo as suas descrições das cidades, dos costumes, do povo ou dos políticos portugueses contribuíam para semear a discórdia deste lado da fronteira. Antón del Olmet encontrava muita pobreza nos vários sítios por que passava. Referia que as lavadeiras (e o povo em geral) eram feias e miseráveis e que os políticos

---

[868] *Congreso de Los Diputados,* nº 40. *Extracto oficial de la sesión celebrada el viernes 30 de Junho de 1916*, p. 12.

[869] *Ibidem*, p. 17.

[870] Luis Antón del Olmet, *Nuestro Abrazo a Portugal (catecismo de la raza),* Madrid, Imp. De Alredodor del Mundo, 1912, p. 169.

republicanos se caracterizavam pelo fanatismo[871]. Monárquicos não identificados concediam-lhe entrevistas protestando contra a perseguição que lhes era movida pela República. Também republicanos anónimos se diziam perseguidos por não concordarem com as políticas que vinham sendo seguidas[872]. Um "ilustre republicano", cujo nome não era revelado para que não viesse a sofrer retaliações por parte dos dirigentes políticos, criticava a perseguição religiosa, a falta de participação democrática, a violência da carbonária e o terror. A conclusão de Antón del Olmet era a de que uma nação com cinco milhões de habitantes se via obrigada a suportar uma tirania de dez mil republicanos[873]. Entrevistado por Antón del Olmet, o marquês de Villalobar[874], então ministro em Lisboa, que se esforçou durante a sua estadia em Portugal para trazer de volta a Monarquia[875], recusava-se a comentar o momento político português[876], ainda assim ironizava sobre figuras como Manuel de Arriaga: não achava mal que este poeta "ameno" se passeasse pelos cafés recitando versos, mas mais estranho lhe parecia que o poeta se proclamasse chefe de Estado e fizesse carreira como político. Em Coimbra, Olmet falou com Mendes dos Remédios, reitor da Universidade entre 1911 e 1913 e entre 1918 e 1919, que lhe confessava que a República tudo fazia para desfazer o ensino em Portugal, pois para além de se ter suprimido a Faculdade de Teologia em Coimbra, tinham sido criadas universidades desnecessárias em Lisboa e Porto, que para mais não serviam do que para gastar erário público[877].

Conclui-se da leitura de *Nuestro Abrazo a Portugal* que, não obstante tenha procurado ouvir diferentes pessoas, desde republicanos a monárquicos, anónimos ou figuras conhecidas, Olmet chegou a Portugal com ideias preconcebidas. Portugal, país decadente, agonizava com uma República que perseguia e atemorizava os seus próprios cidadãos. Tudo se resumia à seguinte questão: se Portugal não se conseguia

[871] Id., *Ibidem,* p. 48.
[872] Id., *Ibidem,* p. 68.
[873] Id., *Ibidem,* pp. 100-113.
[874] Rodrigo de Saavedra y Vinent.
[875] Villalobar não esperava o triunfo da República e dizia coisas como a seguinte: o povo português "miserável, ignorante" e sem entender em absoluto o que era a República ou a Monarquia, não fazia ideia que sobre os seus "carregados ombros" caíria um peso terrível. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2638 A=Política Exterior – Portugal 1910, 12/10/1910.
[876] As informações que este diplomata transmitia acerca da República eram desalentadoras. Afirmava que, dada a ruína e decadência de Portugal, a situação da República era insustentável. Cf *Ibidem*, H. 2640 A=Política Exterior – Portugal 1912, 25/5/1912.
[877] Luis Antón del Olmet, *Op. Cit.,* p. 92.

governar, para quê viver independente da Espanha, país mais forte sob todos os aspectos e capaz de melhorar as condições de vida do povo português?

Muito mais implacável, Vicente Gay asseverava em *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo* que, não odiando nem amando a República portuguesa, no sentido em que lhe era indiferente, sonhava somente com um Portugal ligado à Espanha através de uma "irmandade étnica, filológica e religiosa"[878], que não fosse uma feitoria inglesa, e com uma nova Espanha, uma Ibéria capaz de cobrir a mesma bandeira desde Barcelona até Lisboa. O que era necessário no seu entender para que se concretizasse a união entre a Espanha e Portugal? Seguir um caminho de expansão económica e de política anexionista. Portugal integrar-se gradualmente na Espanha, independentemente do desejo popular.

Vicente Gay recorria a um argumento central para justificar a união ibérica: as nacionalidades incapazes de se governarem deveriam ter um direito limitado a serem soberanas e a conservarem o seu território[879]. Em termos muitos simples, isto corresponderia à selecção natural darwiniana da sobrevivência dos mais fortes e do perecimento dos mais fracos. Emancipado da soberania espanhola, Portugal não se conseguia desenvolver. Fora da influência hispânica, não tinha outro contacto senão com a Inglaterra, e esse contacto só lhe era prejudicial[880]. A salvação de Portugal estava assim em Espanha[881]. Parafraseando Vicente Gay, se um velho político um dia se lembrara de chamar a Afonso XIII o "africano", os novos tempos pediam a este monarca que fosse "imperador da Ibéria"[882]. Contudo, lamentava-se o autor, preferindo uma soberania "vergonhosa", própria de um Estado balcânico, à união com a Espanha, que poderia vir a ser a base de uma forte Ibéria, realização do "ideal da raça", o povo português não facilitava sequer a sua integração num *Zollverein* peninsular, ponto fundamental para se começar a pensar numa união política[883.] Só havia, consequentemente, um caminho para que se chegasse à união ibérica: uma anexação de Portugal que, na impossibilidade de se realizar a partir da diplomacia, deveria ser efectuada pela força[884].

[878] Vicente Gay, *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo* Madrid, Francisco Beltran, 1915, p. 193.
[879] Id., *Ibidem,* p. 191.
[880] Id., *Ibidem,* p. 200.
[881] Id., *Ibidem,* p. 202.
[882] Id., *Ibidem,* p. 208.
[883] Id., *Ibidem,* p. 184.
[884] Id., *Ibidem,* p. 196.

Outro germanófilo cujas posições tiveram repercussões em Portugal foi o citado Vázquez de Mella, que proferiu uma conferência a 31 de Maio de 1915 no Teatro da Zarzuela de Madrid, intitulada *El ideal de España. Los trez dogmas nacionales.* Os três dogmas nacionais defendidos por Mella eram a posse do Estreito de Gibraltar, a federação ibérica e a confederação da Espanha com os Estados hispano-americanos. O que levava Mella a defender estes três dogmas? Exercendo uma "soberania indirecta" sobre Portugal[885], a Inglaterra negava à Espanha a possibilidade de chegar a entendimentos com Portugal, impedia que dois países vizinhos mantivessem uma boa relação[886]. Ao controlarem Portugal, os ingleses dividiam a Espanha, retiravam-lhe poderes. Para contrabalançar o poderio inglês e para manter a autonomia geográfica de Espanha, seria necessário celebrar uma união com Portugal, não através da conquista, nem da absorção, mas de uma federação apoiada por um partido espanhol. Se existisse unidade política na Península, na forma de uma Monarquia dual ou de um império com uma Monarquia subordinada à outra no plano internacional, a Inglaterra perderia muito do seu poder na região[887] e a Península poderia dirigir-se aos Estados americanos e com eles fundar um império espiritual, diplomático e mercantil através de uma confederação tácita que mantivesse todos os aliados em pé de igualdade[888]. Mella entendia que Portugal era uma região, uma província mais da nacionalidade hispânica, igual a Castela ou à Catalunha. Desejava, como Menéndez Pelayo, um reino ao estilo dos reinos e condados integrantes da unidade ibérica. Afirmava que acertavam os que defendiam que Portugal tinha uma história e uma língua distintas de Aragão, de Castela ou de Leão, mas que falhavam os que diziam que a história e a língua de Portugal eram diferentes da espanhola porque Portugal fazia parte da Espanha numa diversidade peninsular[889].

Em *España ante el Conflicto Europeo (Tres estudios)* (1917), o filósofo, tradutor e escritor Edmundo González-Blanco, sobre quem o diplomata Melo Barreto diria por altura do seu falecimento que fora um grande amigo de Portugal[890],

[885] Dizia Mella que a Inglaterra negara, subjugara e desfizera os ideais espanhóis. Nesse sentido, ser amigo de quem era inimigo dos ingleses (alemães) equivalia a ter amor pela Espanha. Cf. Vázquez de Mella, *El ideal de España - Los tres dogmas nacionales*, Madrid, Imprenta Alemana, 1915, p. 59.
[886] Id., *Ibidem,* p. 48.
[887] Id., *Ibidem,* p. 64.
[888] Id., *Ibidem,* p. 47.
[889] Francisco Gutiérrez Lasanta, *Juan Vazquez de Mella, El verbo de la hispanidade,* Saragoça, T. E. El Noticiero, 1961, p. 60.
[890] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa nº 147, 1924-1925, Maço 1, Série D, nº 153, 18/11/1924.

dedicava-se a comentar a supracitada conferência de Mella no Teatro da Zarzuela. Subscrevendo os seus três dogmas nacionais (o domínio das costas do Estreito de Gibraltar e da porta do Mediterrâneo, a federação com Portugal e a união com as repúblicas americanas de origem ibérica através de uma estreita rede mercantil e diplomática), culpava a Inglaterra por nenhum desses dogmas ter realização prática. Era devido a esta pressão exercida pela Inglaterra na Península que, como Vázquez de Mella ou Vicente Gay, se sentia mais próximo dos alemães, uma vez que eram estes que poderiam contrabalançar o poderio britânico[891] . Como Mella, afirmava não apoiar nenhuma das potência em confronto no conflito europeu, mas admitia que, se tivesse de apoiar algum dos lados, apoiaria a Alemanha. Em todo o caso, mais do que "ententista", preferível lhe parecia que o povo espanhol se convertesse em "irredentista", isto é, que aspirasse a fazer da Espanha um país que se ligase a Estados com os quais tivesse afinidades de língua, costumes e raça[892]. González-Blanco era germanófilo pela mesma razão que na época napoleónica teria sido afrancesado: porque a Alemanha representava a civilização do progresso[893]. Iniciar uma acção contra a Alemanha, a única nação que tratava a Espanha com respeito e cortesia (e, no fundo, a única vítima da guerra), seria um dislate [894]. Ninguém poderia crer que a Inglaterra aceitaria a existência de uma Espanha grande e poderosa. Como diria Vicente Gay, como vituperar os alemães pelo seu imperialismo, quando os ingleses tinham sido imperialistas antes deles e continuariam a sê-lo se pudessem?[895]. Por outro lado, os franceses, de quem, notava González-Blanco, pouco se poderia esperar, padeciam de um problema semelhante ao dos ingleses: consideravam os espanhóis uns "simplórios" a quem deveriam fazer felizes à força, inculcando-lhes princípios de liberdade, tolerância e pacifismo, supostos valores dos aliados [896].

Em relação a Portugal, questionava González-Blanco: não sendo Portugal e Espanha dois mundos diferentes, porque deveriam continuar a ser duas culturas separadas? O republicanismo e democratismo português eram "infantis e ingénuos", só sustentados por um imperialismo britânico que desvalorizava todas as razões

---

[891] Edmundo González-Blanco, *España ante el Conflicto Europeo (Tres estudios),* Valência e Buenos Aires, Editorial Cervantes e Editorial Tor, 1917, p. 10.
[892] Id.*, Ibidem,* p. 12.
[893] Id., *Ibidem,* p. 45.
[894] Id., *Ibidem,* p. 163.
[895] Vicente Gay, *Op. Cit.,* p. 13.
[896] Edmundo González-Blanco, *Op. Cit.,* p. 58.

étnicas, geográficas, históricas ou sociais[897] que empurravam os países ibéricos para uma união[898]. González apenas diferia de Mella no que dizia respeito ao tipo de união defendida: efectuar-se-ia não uma anexação de Portugal por parte da Espanha, nem um enlace pessoal de soberanos, nem um dualismo político, mas uma federação igual à dos Estados Unidos, México, Suíça e Alemanha[899].

No opúsculo *La Unión Ibérica: mi contestación á la prensa lusitana* (1915), o ex-deputado às cortes espanholas Nido y Segalerva, principal alvo da contestação integralista nas conferências da Liga Naval, começava por agradecer a atenção que lhe tinham dispensado os diários lusitanos por causa do seu livro *La Unión Ibérica* (1914). Reafirmava opiniões que muito desagradavam aos periodistas portugueses, tais como a de que a Península Ibérica deveria ser uma só nação por fusão espontânea. Notava que sobre a Dinastia de Bragança caía o peso de ter destruído o "Império Peninsular" e de ter desfeito no tempo de Filipe IV a obra de Filipe II. Referia ainda que, se a dita dinastia fosse restaurada, seriam igualmente restaurados todos os obstáculos que desde 1640 vinham impedindo a união ibérica[900].

Unir Portugal à Espanha, não pela força das armas, nem pelo domínio e poderio de um sobre os demais, apenas pelo amor a uma pátria única e por respeito mútuo à liberdade e à memória de cada uma das personalidades que faziam parte da história da Península, formando uma imensa Confederação Ibero-Americana de que fizessem parte todas as nações e todos os elementos que no passado tinham integrado o Império Peninsular. Eram estes os desígnios de Segalerva[901]. Este espanhol defendia que a união ibérica, cuja base seria uma monarquia federativa liderada por Afonso XIII, era a solução para evitar que os ingleses aniquilassem Portugal e para reforçar o poder ibérico no continente americano, cada vez mais controlado pelo poder imperialista norte-americano [902]. Portugal poderia continuar sozinho. Mas "moribundo", o que poderia tentar?[903]. Depois da Turquia, Portugal era o país mais

---

[897] Nido y Segalerva referir-se-ia ainda à proximidade cultural dos dois países. Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica: estudio crítico, historico de esto problema formado con cuanto acerca de él han escrito los historiadores, asi portugueses como españoles, y los defensores de ella,* Madrid, Tip. de Prudêncio de Velasco, 1914, p. 128.

[898] Edmundo González-Blanco, *Op. Cit.,* p. 95.

[899] Id., *Ibidem,* p. 97.

[900] Nido y Segalerva, *La Unión Ibérica: mi contestación á la prensa lusitana*, Madrid, Ramona Velasco, 1915, p. 6.

[901] Id., *Ibidem,* p. 16.

[902] Id., *La Unión Ibérica : estudio crítico, historico de esto problema formado con cuanto acerca de él han escrito los historiadores, asi portugueses como españoles, y los defensores de ella*, p. 4.

[903] Id., *Ibidem,* p. 123.

atrasado que conhecia. Enquanto a Europa tinha caminhos de ferro, Portugal conservava os seus antigos caminhos desempedrados e intratáveis. Em acelerada decadência, o que perderia Portugal com a abolição das fronteiras, com o fortalecimentos dos laços intelectuais e mercantis ou com a criação de uma união aduaneira com a Espanha?[904].

As palavras não são usadas ao acaso. Poderia parecer excessivo que um conservador católico como Fernando de Sousa acusasse autores como os citados de sonharem com um "grande império espanhol" ou de sofrerem "tiques de imperialismo". Mas não restam dúvidas de que qualquer um dos espanhóis aqui abordados tinha uma inclinação germanófila (claro eufemismo o termo inclinação, no caso de Vicente Gay) e recorria a vocábulos que remetem para força, poder ou dominação. Mella referia-se a um "Império Federativo" e a um "Império Espiritual". Gay falava de um "ideal da raça", de anexação, de nacionalidades incapazes de se governarem, de uma invasão de Portugal a partir das armas. Chegava a referir-se a Afonso XIII como o futuro "imperador da Ibéria". Contra o "imperialismo britânico", González-Blanco contrapunha um outro "império" ibérico (em forma de federação). Entre declarações de amor a Portugal, Nido y Segalerva apelava à "união ibérica", à "fusão espontânea" dos povos, ao "império peninsular" e a uma "monarquia federativa liderada por Afonso XIII" para salvar Portugal dos ingleses e, como Vicente Gay, recorria a termos como "moribundo", "decadente" e "atrasado" para descrever Portugal. Num texto publicado num semanário curiosamente chamado *La Ibéria*, encontra-se uma frase sobre a "deplorável" situação económica portuguesa, que levara o país a transformar-se num protectorado inglês, que poderia resumir na perfeição tudo o que aqui foi dito acerca destes autores: triste destino dos povos débeis, serem joguetes dos caprichos dos mais poderosos[905]. Se estes autores apoiaram ou não a Alemanha na Primeira Guerra Mundial (uns mais outros menos, todos confessavam preferirem a vitória dos alemães na contenda por causa dos interesses espanhóis em Portugal e Gibraltar), tal parece menos importante do que saber que a Vicente Gay y Forner, Vázquez de Mella, Nido y Segalerva, Antón del Olmet e González-Blanco as ligações a Portugal interessavam mais pelo engrandecimento do poderio espanhol no mapa mundial do que pela simples vontade

[904] Id., *Ibidem,* p. 128.
[905] "Portugal Independente", *La Ibéria*, Semanário Independente, Cidade Rodrigo, nº 695, 12/8/1916, p. 1.

de chegar a entendimentos que estabelecessem a harmonia na Península Ibérica. Inquestionável parecia, no entanto, a disposição alemã de explorar as desconfianças promovidas em Espanha pela política externa portuguesa. E isso vê-se tanto nas opiniões supracitadas, muitas delas publicadas num periódico germanófilo como *La Tribuna*[906], assim como pela atitude assumida pela Alemanha logo após a ruptura luso-alemã que levaria Portugal a entrar na Primeira Guerra Mundial. Como se refere na obra de Torre Gómez, logo em inícios de Março de 1916, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão dizia ao embaixador espanhol que a aspiração da Alemanha era que Portugal deixasse de existir e se unisse à Espanha[907].

4. 4. Os integralistas e a "Questão Ibérica"

Foi com alarmismo que os integralistas receberam a campanha iberista dos espanhóis acima citados. Na apresentação de *A Questão Ibérica* (1916), compilação das conferências integralistas proferidas na Liga Naval, referia-se que, fosse a federação amigável preconizada por Nido y Segalerva ou a simples "anexação para nos salvar da ruína", de Vicente Gay, toda a Espanha se deslumbrava com a visão de Afonso XIII "erguendo em triunfo a águia bicéfala, cujas asas cubram a velha Ibéria"[908]. Estando em causa a independência nacional, importava destacar tudo o que diferenciasse o povo português do espanhol e deixar claro que a fronteira que separava os dois países não resultava de um capricho histórico ou de um "interesse

[906] Periódicos como *La Tribuna* ou o *ABC* chegaram a ser censurados em Portugal. Em 1917, o deputado Eduardo de Sousa mostrava-se a favor da censura existente contra estes jornais "germanófilos" que tanto dano causavam a Portugal, mas perguntava-se por que motivo é que, censurados em Lisboa, estes jornais continuavam a circular livremente no Porto. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* nº 73, 31/5/1917, p. 12. A atestar que jornais como o *ABC* eram muito mal recebidos em Portugal estava também o ministro espanhol em Lisboa, que garantia encontrar na capital cartazes afixados nas ruas dizendo: "Trata como traidor à tua pátria a todo o leitor do *ABC,* periódico germanófilo e detractor da República". Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1707 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918, Política, nº 194, 13/6/1916.

[907] Hipólito de la Torre Gómez, *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha – 1913-1919*, Lisboa, Estampa, 1998, p. 177.

[908] António Sardinha, "O Território e a Raça", *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916, p. 3.

político efémero": a fronteira que os separava era a barreira natural que cindia duas etnias diferentes[909].

O que foi dito ou escrito por António Sardinha resume na perfeição a posição dos integralistas perante os supostos ataques dos referidos espanhóis à soberania nacional. Em "O Território e a Raça", conferência proferida na sala nobre da Liga Naval (7 de Abril de 1915), Sardinha debruçou-se sobre três grandes temas: o iberismo, o território e a raça. O autor misturava acusações à República e ao iberismo e defendia a originalidade do território português e do temperamento luso, que era o temperamento do homem "de vertente atlântica, emotivo e criador", oposto ao castelhano, "imperialista, duro, truculento"[910]. Começando por salientar que o "perigo espanhol" (ou "perigo ibérico") era uma realidade, uma vez que Castela cobiçava Portugal desde que era Castela, Sardinha enumerava alguns momentos da história contemporânea que confirmavam que, tendo diferentes origens e instalando-se até na mente das mais respeitadas figuras, se deveria combater o iberismo sem tréguas. Em 1851, Sinibaldo de Mas pontificara "arvorado em doutor do novo credo" iberista, projectando o casamento de Isabel II com D. Pedro V[911]. Também a maçonaria, ansiando pela queda da realeza em Espanha, vinha servindo a causa da "fusão ibérica". Gomes Freire, grão-mestre da maçonaria portuguesa, fora um dos primeiros portugueses a consentirem aproximações com revolucionários espanhóis no sentido da criação de uma federação republicana[912]. Até figuras como Alexandre Herculano e Oliveira Martins se tinham deixado encantar pelo iberismo e, acrescentava Sardinha, certamente teriam elogiado a obra de Nido y Segalerva caso disso tivessem oportunidade. Ora, contra as várias tentações iberistas, sublinhava Sardinha que a geografia, a antropologia, o meio, a população, o território e a raça tornavam os portugueses inconfundíveis com os espanhóis:

> As nossas montanhas, os nossos rios, vêm, é certo, do coração da Espanha. Porém, se a origem é a mesma, porque é que a paisagem se transforma, de súbito, de

---

[909] Xavier Cordeiro, "A desnacionalização do nosso Direito (Introdução à conferência pronunciada na Liga Naval, na noite de 11 de Maio de 1914, subordinada ao título *A Questão Ibérica – O Direito e as Instituições*), *Nação Portuguesa,* Lisboa, 1ª série, nº 9, Outubro de 1915, p. 286.
[910] Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*, Lisboa, ICS, 2006, p. 177.
[911] António Sardinha, "O Território e a Raça", p. 25.
[912] Id., *Ibidem*, p. 28.

certo ponto em diante, e porque é que, a partir daí, variam as modalidades do clima e da cultura e chega a ser inteiramente outro o tipo comum de habitante?[913].

Este destacado integralista justificava a autonomia nacional através das condições físicas e geográficas, do determinismo psicológico, do génio nacional e do génio literário. Baseando-se na "Introdução geográfica" às *Notas sobre Portugal* (1908), de Silva Teles, sustentava que, exceptuando a Galiza, prolongamento geográfico do norte de Portugal[914], o continente português era, do ponto de vista dos seus caracteres geomorfológicos, muito diferente do país vizinho[915].

Outro dos pontos de suporte do nacionalismo de Sardinha era o Sebastianismo (e a Esperança). E o lirismo (elemento caracterizante do "ethos lusitanista"[916]) representava para Sardinha a característica indelével do velho tronco lusitano e definia espiritualmente a autonomia da raça que gerara D. Sebastião[917]. A partir do lirismo, que definia o traço próprio da psicologia portuguesa, encontravam-se vários contrastes entre os países peninsulares. Se Portugal era a poesia lírica, o Cancioneiro, o Encoberto, o Sebastianismo e a vocação marítima, Castela era a vocação terrestre, Quixote, o Romanceiro e a novela[918]. Castela era epopeia e Portugal poema de amor[919]. O quixotismo interpretava o conceito imperialista da existência, enquanto o lirismo servia a Portugal de "boca expansiva, sobretudo através da religião instintiva da Esperança, de que o mito do Encoberto é a revelação máxima"[920]. Castela não conhecia o lirismo, a linguagem branda do coração, o apego à terra e à agricultura[921],

---

[913] Id., *Ibidem*, p. 31.
[914] A "terminologia rural" de Sardinha incluía a Galiza. Remetia para o Minho a origem de figuras da cultura portuguesa, como Amadis, Camões (pela costela galega) e Viriato, que considerava originário de Valença do Minho. Cf. Susana Rocha Relvas, *António Sardinha e as suas relações com a Espanha*, Lisboa, 1998, p. 157.
[915] António Sardinha, "O Território e a Raça", p. 32.
[916] Susana Rocha Relvas, *Op. Cit.*, p. 169.
[917] António Sardinha, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, edição de autor, 1972 [1ª ed. 1925], p. 80.
[918] Id., *Ibidem,* p. 110.
[919] Id., "O Território e a Raça", p. 50.
[920] Id., *A Aliança Peninsular,* p. 199.
[921] Cultor de uma poesia regionalista, defensora dos valores da terra e do sangue, Manuel da Silva Gaio, fundador do neolusitanismo, transmitiu estes mesmos valores a Sardinha, como revelava, por exemplo, o livro de poesia *Tronco Reverdecido* (1910), de elogio do campo, de louvor a Portugal e da planície alentejana. Mesmo em *A Aliança Peninsular* se faziam referências às origens deste lusitanismo. Dizia-se que do ruralismo do Lusitano derivaria o sentimento lírico que enobrecia a mais remota poesia peninsular. Cf. Id., *Ibidem*, p. 80.

antes vibrava e se desfazia em alucinações sangrentas da epopeia, "género guerreiro" apenas verificável em "raças ocupadoras"[922].

António Sardinha realçava ainda as muitas diferenças de ordem geográfica e étnica existentes entre Portugal e Espanha. A depressão atlântica da Península (onde se situava Portugal) inclinava-se naturalmente para a sociabilidade. O planalto central da Ibéria fechava-se com o seu habitante no "mais áspero" dos exclusivismos. O meio físico promovia um dualismo psicológico que correspondia a um antagonismo da raça. Segundo referia, o antropólogo Joseph Deniker, autor de *Races et peuples de la Terre* (1900), incorporara o português na classificação de "ibero-insular", mas tal leitura não parecia rigorosa no entender do integralista. Isto porque, não apenas o espanhol descenderia do *Homo Mediterranensis*, como o fundo étnico dos lusitanos, sobrevindo da Atlântida "submersa", fazia do português o representante do *Homo Atlanticus*[923]. Existiam diferenças antropológicas substanciais entre portugueses e espanhóis: bastava verificar que em Portugal havia só uma nação e em Espanha várias nacionalidades latentes (as quais a supremacia unitária de Castela impedia de se tornarem independentes)[924].

Para rematar, dir-se-ia que, por esta altura, anos antes do exílio e da publicação da *Aliança Peninsular,* António Sardinha era um autor que se opunha com veemência a aproximações entre Portugal e Espanha. Defendendo a originalidade do povo português (atlântico, criador, em oposição ao povo castelhano, imperialista e truculento), enfatizando aquelas que entendia serem as diferenças geográficas, raciais, e territoriais entre Portugal e Espanha, não vislumbrava grandes possibilidades de ligação ibérica. Não era apenas a união ibérica de Segalerva que o escandalizava (e aos integralistas), era também a hipótese de se confundirem nações diferentes em quase tudo[925]. O iberismo era inaceitável e só existia espaço para este tema por a República, fabricada e mantida por "aventureiros", ter destruído o prestígio

---

[922] Id., *O Território e a Raça,* p. 58.

[923] Id., *Ibidem,* p. 50. Sardinha procedia aqui à invenção de uma origem mítica "atlântida do luso", proclamando o determinismo do elemento rácico e fazendo a apologia do sedentarismo, dos lusos agrícolas, do culto dos mortos e da esperança. Sustentava um determinismo biológico e orgânico, de cariz anti-racionalista e anti-individualista. A Esperança funcionava como construtora de uma nação autónoma. Trazia para a mesma a Atlântida, uma Atlântida pátria do *homo atlanticus*, padrinho dos povos iniciados da História. Fazia descender da Atlântida os lusos. Cf. Ana Isabel Sardinha Desvignes, *Op. Cit.*, p. 190.

[924] António Sardinha, "O Território e a Raça", p. 54.

[925] Embora nunca tenha deixado de repudiar os ideais iberistas e as hipóteses de união entre Portugal e Espanha, Sardinha acabaria por evoluir para posições completamente diferentes. O lirismo e a epopeia, por exemplo, deixariam de ser motivo de afastamento e de separação dos dois países, mas de fortalecimento de duas nações que se complementavam.

internacional português. Aliás, lembrava Sardinha, Portugal só se desprestigiava quando se envolvia em aventuras loucas: se em finais do século XVI, Portugal embarcara na aventura de Alcácer, lançando-se nas "garras" de Filipe II, em princípios do século XX o país embarcara numa aventura republicana demagógica. Só num país enfraquecido se permitiam certas ilusões iberistas. Eram "infiéis" que se diziam portugueses e falavam português os que ameaçavam entregar a pátria à "ganância" de Afonso XIII. E o regime republicano era o máximo responsável por esta perda de prestígio[926]. Outro integralista, Alberto Monsaraz, referia que a República destruíra o seu prestígio internacional e que, não sendo melhor a situação social e política em Espanha, havia um rei chamado Afonso XIII, que resolvia os seus problemas com "uma única palavra, incisiva e simples – o Império"[927]. Já para Luís de Almeida Braga, o "perigo ibérico" só ameaçava os portugueses quando os supunha fracos e desprevenidos[928]. A restauração da Monarquia representava para si o primeiro passo para que Portugal pudesse continuar a existir independente, contra uma civilização espanhola constituída por guerreiros[929], uma civilização que, depois dos desastres das Filipinas, Cuba e Porto Rico, últimos restos de um império colonial imenso, gritava "Ainda temos Portugal!"[930].

4. 5. A "Harmonia Ibérica"

Em 1917, o "perigo espanhol" assumiu nova forma com a chamada "Harmonia Ibérica", campanha promovida pelo jornal madrileno *Imparcial*. Entre finais de 1915 e 1917, o tema da amizade peninsular foi muito debatido. De Dezembro de 1915 até Abril de 1917, o governo de Madrid teve como presidente o conde de Romanones, partidário das boas relações com portugueses e ingleses. Amigo pessoal de Romanones e figura de relevo no Partido Liberal era António López

---

[926] À acusação que os republicanos faziam aos monárquicos, de preferirem Afonso XIII a Afonso Costa, Sardinha ripostava: "Antes Manuel II que Afonso XIII". Cf. António Sardinha, "Um sonho imperialista". Cf. *Nação Portuguesa,* Lisboa, 1ª série, nº 1, Abril de 1914, p. 30.

[927] Alberto Monsaraz, "Um sonho imperialista", *Ibidem*, p. 29.

[928] Luís de Almeida Braga, "Tradição e Modernidade", *Ibidem*, 1ª série, nº 10, Dezembro de 1915, p. 17.

[929] "Quando o génio castelhano atinge a sua máxima expansão, é a guerra e só a guerra a sua maneira característica de lutar pela vida [...]. A maior grandeza de Espanha coincide com o reinado de Filipe II, - síntese perfeita do seu espírito sombrio de destruição e conquista". Cf. António Sardinha, *Aliança Peninsular*, p. 319.

[930] Id., *Ibidem,* p. 320.

Muñoz, diplomata nomeado para representar Madrid em Lisboa[931], que tomou conta da legação a 12 de Abril de 1916, e que pelo menos nas suas tomadas de posição oficiais se dizia partidário das boas relações ibéricas[932]. López Muñoz não se limitava a ser partidário da cordialidade peninsular: contra os interesses britânicos, propunha um plano que ia desde a fundação de escolas, centros de assistência e entidades económicas e até mesmo à fundação de órgãos próprios de imprensa para a comunidade espanhola residente em Portugal. Saliente-se, porém, que se encontram referências (a uma espécie de "perigo português") na correspondência diplomática que contradizem as suas tomadas de posição oficiais. Por exemplo, em Maio de 1916, manifestava-se espantado e até incomodado com movimentos militares de portugueses na fronteira que poderiam pôr em causa a amizade peninsular[933]. Se o movimento de aproximação da Espanha a Portugal era evidente, perguntava-se, corresponderiam os portugueses com sentimentos fingidos? Seria tudo uma farsa? Perante tais dúvidas, não hesitava em afirmar que o seu "sentimento de desconfiança em relação a Portugal" deveria manter a Espanha prevenida, isto é, "devidamente armada"[934]. Não obstante estas desconfianças de Muñoz, o ambiente político em Espanha favorecia campanhas de aproximação a Portugal. Em inícios de 1917, e durante cinco meses, o *Imparcial* promoveu uma campanha que rotulou de "Harmonia Ibérica"[935]. Em Abril de 1917, Romanones saiu do poder e foi García Prieto, de inclinação mais germanófila, quem o substituiu. Em Junho, o ministro em Lisboa abandonou a legação e o jornalista Félix Lorenzo deixou a direcção do *Imparcial*, o que fez com que o fulgor desta campanha se tivesse gradualmente dissipado.

Félix Lorenzo era já uma figura controversa em Portugal quando se iniciou a Harmonia Ibérica. Dois anos antes, lançara *Portugal (Cinco Años de República)*[936], livro em que se encontravam compiladas reportagens pouco abonatórias sobre a

---

[931] Escritor e político espanhol, foi ministro da Instrução Pública e Belas-Artes (1912-1913), ministro de Estado (1913) e da Justiça (1923) no reinado de Afonso XIII.

[932] Em Maio de 1916, numa "comunicação fraternal", declarava que tinha o firme propósito de estreitar cada vez mais os laços de amizade entre portugueses e espanhóis, de modo a preparar a Península para um futuro melhor. Cf. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, 3º Piso, Armário 8, Maço 35, Série A., nº 62, nº 141, 22/5/1916.

[933] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 3055 Política Guerra Europea Ind. 73, nº 141, 22/5/1916.

[934] *Ibidem,* nº 3053, 24/5/1916.

[935] Hipólito de la Torre Gómez, *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha 1919-1930,* Lisboa, 1980, p. 185.

[936] Com prólogo de Luis López Ballesteros, então director do *Imparcial.*

República portuguesa, publicadas no *Imparcial*. Essas reportagens resultavam de três visitas a uma Lisboa, por diferentes motivos, em rebuliço: a primeira realizada em 1910, logo a seguir à revolução de 5 de Outubro, a segunda em 1912, pouco depois da segunda incursão monárquica liderada por Paiva Couceiro, e a última em 1915, por ocasião do derrube da ditadura de Pimenta de Castro. Para perceber as razões pelas quais as palavras de Lorenzo geravam azedume no Portugal de 1917, seria um bom exercício aprofundar o que escreveu sobre o país aquando de cada uma das suas três viagens.

Em 1910, Lorenzo chegou a Portugal logo a seguir à revolução republicana (esteve no país entre 12 e 18 de Outubro de 1910), o que lhe permitiu sentir na pele o clima de violência, a agitação fervilhante e a perigosidade que grassava pelas ruas lisboetas. Parece claro a quem lê esta obra que o objectivo do autor era pintar um cenário de horror. As entrevistas com membros do governo provisório nada alteravam as suas opiniões, pelo contrário, eram uma espécie de dar voz ao contraditório mas tirando crédito a esse contraditório. Afonso Costa regozijava-se por se ter feito uma "belíssima revolução", e Lorenzo pintava a sangue o quadro desta revolução. José Relvas tentava atenuar os temores do jornalista espanhol, afiançando que nenhum republicano português pretendia exportar a República para Espanha. Ao mesmo tempo, Lorenzo insinuava que o intuito dos governantes portugueses passava por espalhar o republicanismo pela Europa. Na altura apontado como possível ministro plenipotenciário em Madrid, Guerra Junqueiro confessava sentir-se tão bem em Espanha que, caso fosse nomeado para o referido cargo em Madrid, tudo faria para estreitar os laços entre Portugal e Espanha, "país belíssimo" pelo qual tanto carinho sentia[937]. Ora, as palavras de Junqueiro eram usadas pelo jornalista de forma a dar a pensar que, desgraçado pela penúria, o poeta estava desesperado por um lugar em Espanha. Mesmo o "carinho" de Junqueiro pela Espanha parece demasiado enfatizado[938]. O que estas personalidades portuguesas diziam em nada influenciava o diagnóstico do jornalista. Lorenzo assumia um tom assaz crítico para com o novo regime político instituído. Recordava que para a mudança de regime tinham

[937] Félix Lorenzo, *Portugal (Cinco Años de República),* Madrid, Est. Tip. De la Sociedad Editorial de España, 1915, p. 50.

[938] Citado pelo suspeito (suspeito no que respeita ao iberismo e às relações com a Espanha), Franco Nogueira, Junqueiro afirmava em 1910: "A Espanha não digere Portugal vivo; a Espanha só pode digerir o cadáver de Portugal." Cf. Franco Nogueira, *Juízo Final,* Porto, Livraria Civilização Editora, 1992, p. 134. O amor de Junqueiro pela Espanha não deve ser portanto exagerado.

contribuído cerca de quarenta e dois mortos e setecentos e sete feridos[939]. Partilhava também algumas das histórias de "violência" e "terror" a que assistira em Lisboa. Descrevia, por exemplo, o modo como uma explosão vinda do nada fizera com que os sentinelas de um convento, dentro do qual parecia não estar ninguém, tivessem caído mortos ou feridos. Afirmava que se assaltavam igrejas e conventos por razão nenhuma ou pelo simples prazer de saquear e destruir[940]. Lorenzo queixava-se ainda da censura: apesar de ter sido prudente, de supostamente não ter publicado notícias desagradáveis sobre Portugal que não estivessem suficientemente comprovadas, desconhecia as razões que levavam as autoridades portuguesas a impedirem muitos dos seus telegramas de chegarem a Espanha[941]. Não querendo desculpabilizar a censura de que Lorenzo hipoteticamente foi alvo, não se pode no entanto deixar de questionar a sua imparcialidade ou as suas tentativas de não publicar "notícias desagradáveis". É mais do que evidente que Lorenzo esteve em Lisboa com o intuito de descredibilizar a República.

1912 foi (mais) um ano de intensa crise política, social e económica em Portugal. Depois do governo provisório, que durou até Setembro de 1911, sucederam-se governos de curta duração, como os de João Chagas e Augusto de Vasconcelos. Aquando da segunda estadia de Lorenzo em Portugal, Duarte Leite estava no poder (tomara posse em Junho de 1912), mas logo em Setembro do mesmo ano foi sucedido por Augusto de Vasconcelos. A crise desse ano teve vários capítulos: começou com a greve dos assalariados rurais do Alentejo, incluiu crises governamentais, com ministros demissionários, greves gerais, febres tifoides na capital, a intentona monárquica de Barcelos e a segunda incursão monárquica de Paiva Couceiro. Por causa desta incursão, durante a sua segunda estadia em Portugal (entre 14 e 22 de Julho de 1912), Lorenzo viu-se confrontado com o que dizia ser o ódio contra a Espanha. Por exemplo, numa ida à tourada, viu um toureiro espanhol ser vaiado por uma multidão enraivecida que o apelidava de paivante[942]. Cidade bonita que às vezes revelava uma fúria e uma paixão semelhantes à espanhola, Lisboa era, porém, um sítio onde um espanhol orgulhoso do seu país se sentia ferido na sua honra. Um dos aspectos que a seu ver ofendiam o seu povo era o facto de na imprensa nunca se falar bem de um espanhol. Os periódicos de Lisboa, quase todos republicanos, dedicavam

---

[939] Félix Lorenzo, *Op. Cit.*, p. 8.
[940] Id., *Ibidem*, p. 11.
[941] Id., *Ibidem*, p. 37.
[942] Id., *Ibidem*, p. 57.

demasiado tempo a uma traição cometida pela Espanha, por supostamente ter dado guarida aos conspiradores monárquicos liderados por Paiva Couceiro[943]. Até num engraxador Lorenzo encontrava o rancor contra os espanhóis:

> Mientras tomo café, un limpiabotas me limpia los sapatos. El camareiro nos contempla.
> Como las moscas no nos dejam vivir, exclamo en un arranque de impaciencia:
> -Pero, hombre, cuántas moscas hay en Lisboa!...
> -El limpiabotas suelta el cepillo, me mira agressivamente y brama:
> -Sí, muchas moscas: vinieron con los conspiradores; entraron por la frontera...[944]

Nesta sua segunda deslocação a Lisboa, Lorenzo forneceu dados sobre a comunidade espanhola residente em Portugal que permitem inferir que essa comunidade tinha um impacto social e económico significativo na vida da capital. Para além de estimar que residiam em Lisboa cerca de vinte e cinco mil, seiscentos e trinta espanhóis, quase todos galegos e ligados à vida comercial, fazia referência à existência de alguns centros culturais espanhóis (num documento confidencial datado de Outubro de 1914, o diplomata Augusto de Vasconcelos diria que existiam cerca de quarenta mil espanhóis a viver em Lisboa[945]). Nascido pela iniciativa do marquês de Villalobar e subvencionado pelo rei espanhol, o Centro Espanhol era, segundo Lorenzo, o menos considerado dos centros espanhóis sediados na capital portuguesa por ter um pendor monárquico. Isto embora o próprio Villalobar tivesse criado este centro, queixando-se do excesso de republicanismo presente nas outras associações espanholas em Lisboa[946]. Por ser monárquico e não um centro de "congeminações

---

[943] Id., *Ibidem*, p. 63.
[944] "Enquanto tomo café, um engraxador limpa-me os sapatos. O camareiro observa-nos.
Como as moscas não nos deixam viver, exclamo num ataque de impaciência:
"Mas, homem, quantas moscas existem em Lisboa! ...
O engraxador larga a escova, olha para mim agressivamente e brama:
- Sim, muitas moscas: elas vieram com os conspiradores; entraram pela fronteira". Id., *Ibidem,* p. 67.
[945] Como defensor das boas relações entre os dois países, Vasconcelos afirmaria que, com um número tão elevado de espanhóis em Portugal, os governantes portugueses deveriam conjugar esforços no sentido de autorizarem os projectos para a criação da Sociedade de "Beneficência Espanhola" e para a construção de uma capela destinada aos espanhóis em Lisboa. Subvencionada pelos súbditos espanhóis e colocada sob o patronato dos reis de Espanha, esta capela teria como objectivo promover, por intermédio de hospitais, albergues, dispensários, cantinas ou escolas, a beneficência entre os emigrantes e vagabundos espanhóis que estivessem em Lisboa e fossem católicos. Cf. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, 3º Piso, ARMÁRIO 8, Maço 35, Processo nº 42, Telegrama Confidencial, A nº 84, Madrid, 24/10/1914.
[946] Villalobar dizia também que a colónia espanhola em Portugal, composta por quarenta ou cinquenta mil pessoas, era maioritariamente galega, laboriosa e adaptável ao meio. Cf. Álvaro Lozano, *Op. Cit.,* p. 256.

revolucionárias" republicanas, este era o centro mais apreciado por Lorenzo, e não é por acaso que dois anos depois, durante a Harmonia Ibérica, um representante deste centro publicaria no *Imparcial* uma mensagem reveladora de um grande entusiasmo em torno desta campanha, embora acautelasse os leitores do periódico que mensagens demasiado expansivas, especialmente vindas de monárquicos espanhóis, poderiam ser mal interpretadas deste lado da fronteira. O convívio diário com o povo português permitia aos responsáveis deste centro afirmarem que, por mais parecidos que fossem em diferentes aspectos (culturais, étnicos ou linguísticos) e por mais vantagens que adviessem de uma aproximação, aceitava-se mal em Lisboa o que se considerava serem tentativas de interferência na vida política e social portuguesa, ainda mais se essas tentativas viessem de Espanha[947]. Lorenzo fazia menção a outros centros: o Centro Escolar Democrático Espanhol (republicano)[948] e a Associação Galega[949]. Embora a massa de espanhóis se repartisse por três centros (a Associação Galega[950], a Juventude da Galiza[951] e o Centro Democrático), acabava por estar toda ligada ao republicano Centro Democrático, inaugurado por Rodrigo Soriano[952] e Melquíades Álvarez[953]. Lorenzo afirmava que a colónia espanhola de Lisboa acabava por ser o "campo de cultivo" dos republicanos espanhóis. Referia inclusive que os republicanos portugueses, que em tantas ocasiões desprezavam e difamavam o povo espanhol, acarinhavam esta colónia por quererem ver instituída uma República no país vizinho[954]. Assim, e seguindo as palavras do jornalista, os republicanos lusitanos

---

[947] "Un mensaje del Centro Español de Lisboa", *Imparcial*, Madrid, nº 18036, 1/5/1917, p. 1.

[948] O Centro Escolar Democrático Espanhol foi inaugurado em Novembro de 1911. Essa inauguração causou algum desconforto entre os representantes diplomáticos espanhóis em Portugal, uma vez que contou com um discurso do republicano Melquíadez Álvarez (na Sociedade de Geografia de Lisboa). O ministro espanhol em Lisboa, Villalobar, acusaria Álvarez de se ter insurgido na dita sessão de inauguração contra o "fanatismo e a reacção de uma Espanha negra", chegando a declarar que a sua pátria se encontrava fora da marcha da civilização e do progresso. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservacion de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1704 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1908-1911, Política, nº 369, Lisboa, 8/11/1911.

[949] Félix Lorenzo, *Op. Cit.,* p. 83.

[950] Sociedade de socorros mútuos que carecia de carácter político. Instalada na rua da Madalena, no Chiado.

[951] Instalada no mesmo edifício da Associação Galega, era claramente republicana mas não tinha um carácter político.

[952] Advogado, publicitário, jornalista, escritor e diplomata. Em 1924, durante a ditadura de Miguel Primo de Rivera, foi banido para a ilha de Fuerteventura, com Miguel de Unamuno. Anos mais tarde, após o advento da Segunda República espanhola, ocupou o cargo de embaixador da Espanha no Chile.

[953] Político e jurista. Fundador do Partido Reformista (1912).

[954] Félix Lorenzo, *Op. Cit.,* p. 87.

olhavam para os monárquicos espanhóis com receio e antipatia e os lisboetas guardavam um rancor secular apenas suavizado por modernas formas de educação[955].

A terceira visita de Lorenzo a Portugal (entre 17 e 30 de Maio de 1915) coincidiu com o derrube da ditadura de Pimenta de Castro (que em entrevista se considerava seguro de, ao contrário do que diziam os seus críticos, ter governado de modo liberal e de não ter silenciado ninguém)[956]. Mais uma vez, Lorenzo descrevia Lisboa como um "clube férvido" e "tumultuoso" de paixões "explosivas". Não se vislumbrava nos seus relatos o mínimo de empatia pelo país que visitava. Ao mesmo tempo que denunciava o radicalismo da imprensa republicana, atacava os republicanos com uma fleuma que só poderia gerar ódio e fanatismo. Notava que os jornais portugueses apelavam com naturalidade ao derrube de governos. Ridicularizava a vida social lisboeta, afirmando que os homens se juntavam nos cafés a discutir política como se fossem muito importantes. Caracterizava as "duas Brasileiras", a do Chiado e a do Rossio, como focos de uma paixão pela política que misturava fervor e violência. Era nos cafés que se legislava, que deputados e ministros conspiravam. Se a Brasileira do Chiado estava cheia de "talassas" (a ela concorriam conservadores, monárquicos e anarquistas), a do Rossio, mais luxuosa do que a primeira, enchia-se de "demagogos" (leia-se republicanos) portugueses e espanhóis que acudiam à comodidade como abelhas ao mel[957]. Onde quer que se juntassem quatro lisboetas rebentava a algazarra[958]. Todavia, contrariamente ao que acontecera nas suas anteriores visitas, Lorenzo sentia que desta vez tinha sido tratado com imensa amabilidade em Lisboa. Terminava esta visita tecendo loas aos portugueses, garantindo que gostaria de ver este povo que tanto amava mais feliz e próspero em

---

[955] Id., *Ibidem*, p. 93.
[956] Recordando o que aconteceu: numa altura de grande agitação política, Manuel de Arriaga começou por apelar ao general Pimenta de Castro para que dirigisse um governo de unidade nacional que trouxesse estabilidade ao país. Mas Pimenta de Castro seguiu desde o início uma política ditatorial. Os democráticos e outros grupos parlamentares vir-se-iam a reunir, declarando ilegais os actos governativos de Pimenta de Castro, o que fez com que o governante tivesse destituído os órgãos administrativos do país. Algo que também acentuou o clima de revolta contra a ditadura foi a amnistia concedida aos monárquicos presos por actos terroristas contra a República. Estalou a 14 de Maio uma violenta revolta em Lisboa, com a cidade a ser bombardeada por navios no Tejo. Perante o saldo sangrento desta revolta, o presidente Arriaga foi forçado a demitir o governo de Pimenta de Castro.
[957] Félix Lorenzo, *Op. Cit.*, p. 178.
[958] Id., *Ibidem*, p. 134.

termos económicos[959]. Estas suas palavras contrastavam com quase tudo o que até então Lorenzo e quem trabalhava no *Imparcial* vinha escrevendo[960].

O que ficava então desta visita de Lorenzo? Apesar da vontade de elogiar, sobressaía uma certa menorização dos portugueses. Lisboa era uma pequena Paris, um porto de trânsito mundial onde a todo o passageiro se permitia um pouco de extravagância. Era um sítio violento, um viveiro de conspiradores em que tudo, lícito e ilícito, se poderia fazer. Por exemplo, quando estalava uma revolução em Lisboa, Lúcifer, pseudónimo de Lucy Pfeifer, mulher de nacionalidade brasileira que se disfarçava de homem, jornalista freelancer que enviava os seus artigos para Paris e para o Rio de Janeiro, apresentava-se na capital portuguesa com quarenta e oito horas de antecedência[961]. Lúcifer entrava no texto de Lorenzo para dar imagem da intensidade, do clima revolucionário que se vivia em Lisboa, capital tão bela quanto "desafortunada"[962]. Porquê desafortunada? Por diversas razões evidenciadas ao longo da obra: a falta de organização política, o fanatismo dos republicanos, o desleixo das autoridades ou as crises económico-financeiras. Lorenzo não estava sozinho no negrume com que pintava o Portugal de então. Llanos y Torriglia, que se considerava um lusófilo, esteve em Portugal pela mesma altura e conseguia ser ainda mais severo no que dizia: Portugal era um país reduzido a pó pela "cegueira" dos seus bandos políticos, um país que só poderia conquistar "lodo das discórdias e do sangue fratricida". O "desventurado e passivo" povo lusitano assistia à sua ruína (citava-se António Nobre: "Amigos, que desgraça ter nascido em Portugal")[963]. Llanos y Torriglia via fome nas ruas e via que os políticos tinham perdido a credibilidade. E dizia que, se ao menos Portugal tivesse um amigo como a Espanha, ainda teria salvação. Mas a Espanha, por malícia alheia, representava o contrário de uma esperança para grande parte da opinião pública portuguesa. Tudo por causa do

---

[959] Id., *Ibidem,* p. 171.
[960] Da mesma maneira que, por esta altura, Félix Lorenzo publicou um livro pintando um cenário de terror e de violência sobre a República em Portugal, o jornal que lhe dava emprego, o *Imparcial*, seguia um caminho semelhante. Referia-se a uma grave crise. Dizia-se que as ruas de Lisboa eram perigosas, que o parlamento era ineficaz e os partidos estavam gastos. Alertava-se até que a Espanha deveria estar atenta e intervir caso a situação portuguesa se agravasse. Cf. "Desvarios y realidades", *Imparcial*, Madrid, nº 17278, 25/3/1915, p. 1.
[961] Félix Lorenzo, *Op. Cit.*, p. 181.
[962] Id., *Ibidem*, p. 189.
[963] Llanos y Torriglia, *Mirando a Portugal, El Interés de España,* Madrid, Imprenta clásica española, 1917, p. 70. O livro foi publicado em 1917 mas, sendo uma compilação de crónicas publicadas no *ABC,* incluía textos de anos anteriores.

"ridículo fantasma do perigo espanhol"[964], que para este autor não era mais do que o do perigo da proximidade de um país desgovernado que punha em risco toda a Península[965]. Não obstante o que se escreveu, abonava a favor de Torriglia o facto de ser um conhecedor e admirador da cultura portuguesa, ao ponto de se considerar lusófilo, e de ter defendido um tratado económico que protegesse os portugueses do "perigo germanófilo". No que se refere às críticas de Lorenzo, não poderiam ser bem aceites em Portugal, até porque se repetiam ao longo do tempo e tinham uma ligação a um conservadorismo monárquico que com dificuldade aceitava que deste lado da fronteira existisse uma República. Para além disso, as críticas de Lorenzo surgiam num momento em que o medo de uma invasão espanhola estava mais aceso do que nunca. A presença de três barcos espanhóis no Tejo nesse mês de Maio — a 14 de Maio, primeiro dia de revolução, o ministro espanhol em Lisboa, marquês de Villasinda, solicitara o envio de um navio para proteger a colónia espanhola (outra das pretensões deste representante diplomático era evitar que o revolucionarismo português se propagasse)[966]—, acentuaria entre os portugueses o sentimento de que existia uma ameaça real.

Portanto, a situação portuguesa era para Lorenzo (e não só) lamentável. O país tinha perdido cinco anos numa República que não levara nem levaria a lado algum. A Espanha devia ajudar, não com espírito imperialista, mas com amor de irmãos, embora com cautelas contra republicanos "radicais" como Afonso Costa (e o seu partido, "anti-espanhol" por excelência)[967]. Não se poderá concluir que Lorenzo padecia de alguns dos problemas que dizia ter encontrado nos portugueses? Se certos portugueses sofriam de uma histeria anti-espanhola, não exageraria o jornalista do *Imparcial* nos relatos que fazia sobre a República portuguesa? Poder-se-ia questionar se alguns receios, muitas vezes infundados, de uma anexação de Portugal por parte da Espanha, de que falava Lorenzo, não encontrariam equivalência em certas afirmações do jornalista espanhol, tais como a de que os portugueses pretendiam instaurar uma República em Espanha, ou a de que desejaria regressar a Portugal numa altura mais feliz para os portugueses (por exemplo, quando os cafés deixassem de ser clubes

---

[964] Id., *Ibidem,* p. 78.
[965] Id., *Ibidem,* p. 83.
[966] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservacion de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2642 A=Política Exterior – Portugal 1915-1919, 14/5/1915.
[967] Félix Lorenzo, *Op. Cit.,* p. 224.

exaltados, as ruas passeio de mulheres de vida airada e os teatros antros de pornografia)[968].

Dois anos depois, a memória do que Lorenzo escrevera no seu livro continuava ainda bastante presente em Portugal. Ainda que confessasse que ninguém poderia encontrar nos seus artigos uma única frase que não vibrasse de amor por Portugal, o seu livro de 1915 atesta que tal não correspondia exactamente à verdade. No *Imparcial* defendia uma coligação de povos ou raças hispânicas, mas advertia que essa coligação não se poderia concretizar sem antes resolver um problema central: o das relações ibéricas. Para que esse problema fosse resolvido, seria preciso que a imprensa e os organismos económicos dos dois países conjugassem esforços no sentido de harmonizarem as suas relações[969]. Dominando a língua portuguesa, e por isso tendo um trabalho facilitado, mesmo a colónia espanhola em Portugal, composta por uma fatia populacional a rondar as quarenta mil pessoas, deveria contribuir activamente para patrioticamente engrandecer a *Madre Patria*[970]. Convenha-se que empregar o termo *Madre Patria* não contribuía em nada para a referida Harmonia Ibérica, pois era uma expressão que remetia para império, para uma ideia de grandeza espanhola e implicava uma clara desvalorização dos portugueses neste processo de fortificação dos laços ibéricos. Após sete anos de regime republicano em Portugal, Lorenzo tinha a certeza de que a República e a Monarquia poderiam coexistir e complementar-se na Península, contribuindo para que se formasse uma unidade do espírito territorial que haveria sempre de constituir a força incontrastável de uma "Europa avançada que é o continente ibérico" [971.] Depois da guerra europeia, depois de todas as guerras, Espanha e Portugal seriam, independentemente de qualquer forma de governo, nacionalidades livres, "francamente livres". Mais uma vez, detecta-se um contraste gritante entre o que escrevera no passado e no presente. Em 1915, Lorenzo dizia que a República constituía um problema para a estabilidade peninsular. Agora, limitava-se a afirmar que se os dois países se unissem em termos económicos, e apenas económicos, deixando de um lado a República e do outro a Monarquia intocáveis, poderiam intervir no mundo como se ainda fossem impérios (a palavra império, sempre usada como referência a um desejo de poder perdido). Mas separados

---

[968] Id., *Ibidem*, p. 111.
[969] Id., "La armonía ibérica", *Imparcial,* Madrid, nº 17958, 11/2/1917, p. 1.
[970] Id., *Ibidem,* nº 17977, 2/3/1917, p. 1.
[971] Id., *Ibidem*, nº 17961, 14/2/1917, p. 1.

espiritualmente, viviam dispersos, vítimas de si próprios[972]. Afirmava o autor que existiam inúmeros interesses sobre os quais Portugal e Espanha se poderiam entender. Ao povo espanhol convinha ter um vizinho rico, porque da pobreza não se gerava riqueza, e Portugal deveria ser o país mais interessado em estabilizar-se economicamente. Importava por isso conjugar esforços no sentido de se assinar um Tratado de Comércio, formar uma organização aduaneira análoga à que tão fecunda tinha sido para os germânicos. Devia-se igualmente pensar em melhorar as comunicações postais e telefónicas e as vias de comunicação[973]. *Zollverein*, melhoria das vias de comunicação, a argumentação não era original. Desde pelo menos Sinibaldo de Mas que se recorriam a razões de ordem económica para apelar a uma aproximação ibérica. O problema nem tinha tanto que ver com a argumentação. Lorenzo pecava por ser conservador, por ter difamado os republicanos portugueses no livro aqui referenciado, por ter revelado possuir um espírito mais virado para o imperialismo espanhol do que para o hispanismo ou para a amizade peninsular. Tudo o que agora publicasse soava a parte da opinião pública portuguesa como contradição, para não dizer mentira ou hipocrisia. De nada lhe valia afirmar que grande erro cometia quem quisesse ver na campanha do *Imparcial* uma "tendência vil" ou que a proposta lançada pelo jornal não era pela Monarquia, nem pela República, que se falava de "povo a povo" e de "coração a coração", que não se falava de união política, nem de Ibéria, nem de Espanha una[974]. Que interessava isso quando já havia em Portugal uma opinião formada acerca desta personagem espanhola e se alimentava um preconceito secular contra o iberismo e suas variantes?

Não era só Lorenzo a negar o carácter político desta campanha de aproximação a Portugal. O conservador visconde de Eza, então presidente da Associação de Agricultores de Espanha, e em breve ministro do Fomento (11 de Junho-3 de Novembro de 1917)[975], afirmava não valer sequer a pena sonhar com nada que significasse conquista, invasão ou domínio de um país sobre o outro: seria preferível proceder a uma estratégia de coesão que passasse pelo estímulo da economia peninsular, pelo entrelaçar das universidades e dos centros culturais, pelo estudo das origens linguísticas de cada país e pelo desenvolvimento da ciência na

[972] Id., *Ibidem*, nº 17966, 19/2/1917, p. 1.
[973] Id., *Ibidem,* nº 17992, 17/3/1917, p. 1.
[974] Id., *Ibidem*, nº 17973, 26/2/1917, p. 1.
[975] Luis de Marichalar y Monreal, visconde de Eza, foi ministro da Guerra e do Fomento durante o reinado de Afonso XIII. Membro do Partido Conservador, foi ainda deputado e senador. Em 1917, ocupou a pasta do Fomento num gabinete liderado por Dato.

Península. Valia a pena, no fundo, fundir as almas e não o território[976]. O interesse do visconde de Eza pela aproximação ibérica não terminaria com esta campanha do *Imparcial.* No Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências de Cádis (1927), esta personalidade protagonizaria uma das mais relevantes comunicações no que à temática das relações ibéricas diz respeito. Intitulada "El Alma Nacional", a sua comunicação daria ênfase precisamente ao que de mais precioso tinham os países hispânicos (Portugal incluído) em termos culturais para poderem construir uma civilização que, afinal de contas, nunca deixara de ser comum. Outra personalidade espanhola que se manifestou a favor da campanha lançada por Lorenzo foi Eduardo Dato, chefe do Partido Conservador. Dato dizia no *Imparcial* que, embora fosse uma campanha elogiável, nunca se poderia deixar de partir de uma realidade marcada por um afastamento entre os dois países para, a pouco e pouco e muito diplomaticamente (evitando ofensas), ir construindo uma amizade que desse lugar à tão apregoada Harmonia Ibérica. Esse afastamento era uma espécie de facto histórico unanimemente respeitado. Sabia-se que Portugal se preferia aliar aos ingleses do que à Espanha e que os povos peninsulares se desconheciam nas coisas mais elementares. Dato recorria ainda a Oliveira Martins para enfatizar a ideia de que o desconhecimento que os portugueses em geral tinham da Espanha, nas vésperas de terem conseguido a sua independência (1640), levara a que a separação política acarretasse uma separação espiritual das duas nações que duraria até ao presente. O medo de um "perigo espanhol", tão presente em largos sectores intelectuais portugueses, e mesmo por entre as camadas populares, não resultava de outra coisa que não deste afastamento para o qual muito tinham contribuído sucessivas elites políticas dos dois países. Por isso, concluía Dato, a Harmonia Ibérica era uma necessidade, mas uma necessidade que deveria ser suprimida respeitando certos limites e entraves[977].

Pelas personalidades que dinamizaram esta campanha lançada por Lorenzo, percebe-se que não era apenas pelo medo de uma invasão espanhola ou pela aversão a projectos iberistas que esta campanha não foi, em termos gerais, bem recebida em Portugal. Aliás, não foi apenas um largo sector da opinião pública portuguesa que recebeu com cepticismo a campanha de Lorenzo. Num artigo do *Times*, de finais de Maio de 1917, intitulado "Iberian Harmony", afirmava-se que a Harmonia Ibérica gerava preocupação em Portugal e entre os seus aliados ingleses por ter sido lançada

---

[976] Visconde de Eza, "La armonía ibérica", *Imparcial*, Madrid, nº 17994, 19/3/1917, p. 1.
[977] Eduardo Dato, "Armonía Ibérica", *Ibidem,* nº 17996, 21/3/1917, p. 1.

por um jornalista que dois anos antes descrevera um Portugal que vivia tiranizado pela Inglaterra e com medo do seu "destino natural" (a união com Espanha)[978]. Um dos principais motivos para esta campanha ter sido mal recebida em Portugal deve-se ao facto ter sido dinamizada por homens pouco progressistas, por conservadores que alimentavam o sonho de ver reerguida uma Espanha maior. Se Lorenzo, Dato ou o visconde de Eza eram homens que, apesar de conservadores, revelavam ter consciência dos limites que separavam os dois países, outros que escreveram no *Imparcial* sobre a Harmonia Ibérica não revelavam ter a mesma consciência desses limites. O aristocrata D. Afonso Ruiz de Grijalba considerava louvável a campanha do jornal, pois era uma campanha que não se fazia a partir de um espírito de dominação ou de conquista. Apesar da suavidade das suas palavras, este autor recorria à expressão "união ibérica" para descrever o tipo de relação a que portugueses e espanhóis deviam chegar[979]. Por sua vez, aceitando o direito do povo português a achar que em condição alguma poderia perder a sua independência, Ángel Peñaflor, director do conservador *Correo Español*, baseava-se nas opiniões de alguém que em Portugal não granjeava qualquer tipo de simpatia, Vázquez de Mella, para afirmar que se exigia em toda a Península uma só política diplomática, militar e económica[980]. Não que a posição de Peñaflor fosse polémica. Mas, mais uma vez, tratava-se de um homem pouco dado a progressismos cujas referências remetiam para o tradicionalismo, para valores que desmotivariam qualquer português que prezasse a sua independência.

É preciso referir que a Harmonia Ibérica foi uma campanha que não se limitou a ser dinamizada por conservadores ou tradicionalistas espanhóis. Giner de los Ríos, fundador da Institución Libre de Enseñanza, também interveio a favor desta campanha, mas com as mesmas cautelas apresentadas em 1888, aquando da publicação de *Portugal*. Nessa altura, afirmara que o iberismo era rejeitado em Portugal por ser entendido como absorção, e acusara certos espanhóis de serem demasiado agressivos nas suas campanhas de aproximação ibérica. Em 1917, mantinha-se firme na convicção de que a política espanhola em Portugal não era um modelo de cordialidade. Mesmo aceitando que figuras como o representante diplomático em Lisboa López Muñoz, o federalista Castelar ou Bernardino Machado,

[978] *The Times*, Londres, 29/5/1917, p. 15.
[979] D. Afonso Ruiz de Grijalba, *Imparcial*, Madrid, nº 18001, 26/3/1917, p. 1.
[980] Ángel Peñaflor, *Ibidem*.

de quem era amigo íntimo, tinham contribuído para aproximar Portugal e Espanha, um passado de antagonismos e rivalidades continuava a dividir os países. Por essa razão dizia Giner de los Ríos que, embora fosse menos impensável do que em décadas anteriores chegar a um *Zollverein* ou liga aduaneira ou a novos tratados comerciais, continuava difícil chegar a entendimentos porque o povo português tinha ainda bem presente na memória um rol de atropelos cometidos por governantes espanhóis[981]. Benigno Varela, director da *Monarquia*, lamentava como outros que em Portugal se tivesse tão má opinião sobre a Espanha e se tratasse o povo vizinho com uma hostilidade tal que impossibilitava uma possível confraternização ibérica[982]. Nesta campanha intervieram até figuras espanholas ligadas ao republicanismo catalão. O escritor Gabriel Alomar[983] não compreendia a Espanha sem Portugal, dado que o misticismo espanhol bebia do sentido trágico do amor do "celtismo ocidental da Ibéria", que D. Quixote tinha alma primitiva portuguesa e que Amadis de Gaula entrara em Espanha conduzido pelos seus compatriotas "pré-históricos" portugueses. Cultural e geograficamente tão próximos, os povos ibéricos tinham tudo para se unirem, mas não a um nível político: social, económico e cultural. E como se processaria essa união? Passo fundamental seria transformar a Espanha numa República[984]. Houve igualmente portugueses que publicaram textos no *Imparcial,* manifestando-se muito favoráveis a esta campanha. Teófilo Braga publicou uma carta no dito jornal, advogando a criação de uma confederação hispânica que, trazendo prosperidade a toda a latinidade, colocaria entraves a qualquer intenção expansionista castelhana[985]. Outra carta foi publicada por Correia Barreto, então presidente do Senado, que se dizia "amigo sincero e admirador da Espanha", e por uma amizade "franca, leal e fraternal entre os dois países" que não retirasse independência às instituições políticas de ambas as nações[986]. Também com uma carta publicada no mesmo jornal, o primeiro reitor da Universidade do Porto, Francisco Gomes Teixeira, que promoveu a aproximação científica luso-espanhola através da organização e participação numa série de eventos académicos ocorridos tanto em Portugal como em Espanha e foi galardoado com a Grã-Cruz de Afonso XII (1919) e homenageado com

---

[981] Giner de los Ríos, *Ibidem,* nº 18006, 31/3/1917, p. 1.
[982] Benigno Varela, *Ibidem,* nº 18039, 4/5/1917, p. 1.
[983] Politicamente, fez parte do Bloc Republicà Autonomista (1915), do Partido Republicano Catalán, posteriormente foi um dos fundadores da Unión Socialista de Catalunya.
[984] Gabriel Alomar, *Imparcial,* Madrid, nº 18027, 22/4/1917, p. 1.
[985] Teófilo Braga, *Ibidem,* nº 18011, 5/4/1917, p. 1.
[986] Correia Barreto, *Ibidem,* nº 18015, 10/4/1917, p. 1.

um doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Madrid (1922), aplaudia calorosamente a resolução tomada por Lorenzo de levar a cabo uma campanha de que os dois países necessitavam havia séculos[987].

A Harmonia Ibérica encontrou outros simpatizantes em Portugal que não publicaram no *Imparcial.* Na altura ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares referia que quando se apercebera que quer da parte dos jornalistas, quer dos políticos espanhóis se escrevia e se falava sobre a necessidade do estreitamento de relações entre Portugal e Espanha, sentira uma "grande e profunda consolação". E ainda mais satisfeito ficara com uma obra que não era apenas da responsabilidade de Lorenzo, mas também de personalidades como Augusto de Vasconcelos e López Muñoz[988]. Também Silva Graça, director e proprietário do *Século,* felicitava e associava-se aos esforços de Félix Lorenzo, jornalista "corajoso", defensor de uma aliança "desejável", baseada num "espírito territorial" que ligaria os países em termos comerciais e económicos. Deste lado da fronteira, concluía o então director do *Século*, seria difícil encontrar um português que não nutrisse sentimentos de admiração e respeito por Afonso XIII [989]. Tal afirmação estava longe de corresponder à verdade. Largos sectores da opinião pública lusitana não admiravam o monarca espanhol, dir-se-ia até que receavam mais os seus planos "secretos" para anexar Portugal. No *Século* enunciar-se-ia em editorial os motivos pelos quais o jornal apoiava a campanha do *Imparcial*. Em primeiro lugar, a "Harmonia Ibérica" não equivalia a uma união ou federação, antes a uma aliança espiritual, um estreitamento das relações peninsulares. Em segundo lugar, a amizade peninsular não afectava a aliança com a Inglaterra. Depois, os portugueses dever-se-iam sentir gratos pelo reconhecimento que a Espanha vinha concedendo à jovem República portuguesa[990]. Em resposta a um artigo publicado no monárquico *Dia*, em que o seu autor confessara ter ficado com "os cabelos em pé" por causa de um comentário publicado no *Opinião*, saía um texto neste diário republicano conservador defendendo que um fortalecimento das relações com a Espanha favoreceria a economia portuguesa, instalaria confiança entre os dois governos, promoveria a cooperação intelectual e cultural e tornaria a Península mais visível no panorama internacional. Não se pretendia a união das duas nacionalidades

---

[987] Gomes Teixeira, *Ibidem,* nº 18012, 7/4/1917, p. 1.

[988] "Procuraram esses dois ilustres diplomatas que Portugal conhecesse melhor a Espanha, que a Espanha conhecesse melhor Portugal." Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* legislatura 2, sessão legislativa 2, nº 92, 27/6/1917, p. 6.

[989] Silva Graça, "Harmonia Ibérica", *Século*, Lisboa, nº 12677, 24/3/1917, p. 1.

[990] Id., *Ibidem*, nº 12701, 17/4/1917, p. 1.

sob o ponto de vista político[991]. Uma aliança política não seria viável, visto o sentimento de independência estar muito presente no povo português. Ainda assim, o bom entendimento entre os dois países e o desaparecimento das ameaças e dos motivos de desconfiança e de rancor eram de toda a conveniência[992]. Ainda no *Opinião* se referia que a campanha do *Imparcial* só podia ser recebida com satisfação e que nada impedia que se pudesse chegar a uma entente (mediante a qual a política externa dos dois países tivesse a mesma directriz) e mesmo a uma federação aduaneira que, com a valorização dos portos marítimos e dos caminhos de ferro nacionais, impediria a Espanha de exportar os seus produtos para a América se esses produtos não passassem por Portugal[993]. Nada de chocante se encontrava nas perspectivas publicadas por este periódico — destacavam-se essencialmente os aspectos económicos que adviriam de uma aproximação ibérica —, mas já se viu que qualquer opinião portuguesa a favor das boas relações peninsulares causava celeuma.

No *Mundo* reproduzia-se uma carta de López Muñoz publicada no *Imparcial* em que se contava que, ambicionando transformar o estado de inércia dos dois países numa força fecunda, existiam muitos portugueses que tinham aderido à causa de Lorenzo e acreditavam numa futura aliança ibérica baseada em tratados de comércio e de permutas intelectuais e artísticas[994]. Já meses antes, o diplomata elogiara os artigos saídos no *Opinião*, jornal em que semana após semana se defendia a Harmonia Ibérica[995]. Com o *Opinião,* o *Mundo* foi um dos periódicos portugueses mais favoráveis à campanha de Lorenzo, apelando não poucas vezes a uma "confraternidade sincera". Num texto publicado neste periódico propugnava-se uma aproximação fraternal que encontrava no conde de Romanones e no *Imparcial* a mesma vontade[996]. A aproximação do *Mundo* era económica, cultural e moral. Não era de iberismo que se tratava mas de uma concórdia natural entre povos vizinhos que vivendo separados nada valeriam, e vivendo juntos poderiam ter outra representação na balança geopolítica europeia[997]. Nada de uniões ibéricas ou perdas de soberania. Os textos saídos em periódicos como os atrás referidos apenas evidenciavam as vantagens que adviriam do intercâmbio cultural, intelectual e económico peninsular.

[991] *Opinião*, Lisboa, nº 359, 14/4/1917, p. 1.
[992] *Ibidem*, nº 404, 6/6/1917, p. 1.
[993] "Portugal e Espanha", *Ibidem*, nº 359, 14/4/1917, p. 1.
[994] "Palavras afectuosas para o nosso país", *Mundo*, Lisboa, nº 6167, 13/09/1917, p. 2.
[995] *Opinião*, Lisboa, nº 366, 25/04/1917, p. 1.
[996] Henrique de Vasconcelos, "Harmonia Ibérica", *Mundo,* Lisboa, nº 6021, 15/4/1917, p. 1.
[997] "Espanha e Portugal", *Ibidem,* nº 6013, 7/4/1917, p. 1.

Não havia nada de polémico ou que pudesse ser alvo de censuras. Não existia qualquer tipo de antipatriotismo nestas propostas.

Bettencourt Rodrigues[998] resumiria com clareza o que estava em causa com a aproximação de Portugal à Espanha num tempo já não dado a iberismos (leia-se união política). A Harmonia Ibérica não era, como referia este autor na *Luta*, mais do que um desejo de aprofundar os vínculos de amizade entre os povos da Península: consistia numa permuta de ideias, na organização de congressos e exposições conjuntas, no propagandear de uma aproximação destinada a tornar um país conhecido do outro em tudo o que nas ciências, na arte, na literatura e na indústria fosse feito. Ambos, portugueses e espanhóis, partilhavam o mesmo génio e espírito, o que facilitava futuros intercâmbios[999]. Tendo vivido cerca de duas décadas no Brasil, Bettencourt Rodrigues era partidário de uma confederação luso-brasileira[1000]. Com essa confederação, e posteriormente com o bloco luso-hispano-americano, Portugal e o Brasil aliar-se-iam depois à Espanha e aos países americanos de ascendência espanhola. Aliando-se primeiro ao Brasil e só depois à Espanha, Portugal evitaria colocar-se numa situação de dependência do vizinho ibérico e tornar-se-ia num centro de primeira importância na Europa: "o grande Império Lusitano, estendendo a sua influência a todos os continentes, pesaria enfim sobre os destinos da humanidade como uma força civilizadora"[1001]. Portugal não poderia oferecer mercados ao Brasil como outros países europeus mas tinha "os mares e continentes, desde a costa africana até ao Extremo Oriente, desde o Atlântico ao Índico"[1002]. Fica claro que este luso-brasileirismo não se desligava de um messianismo ou vontade de recuperar a

---

[998] Ministro dos Negócios Estrangeiros entre Julho de 1926 e Novembro de 1928.
[999] Bettencourt Rodrigues, "Harmonia Ibérica", *Luta,* Lisboa, nº 4025, 21/4/1917, p. 1.
[1000] Ideia pela primeira vez lançada em 1908 por Coelho de Carvalho, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, e posteriormente defendida por Consiglieri Pedroso (Novembro de 1909), na Sociedade de Geografia de Lisboa. Pedroso dizia que com história, tradição, língua e raça comuns, a confederação com o Brasil afigurava-se não apenas como uma solução que os dois povos deveriam encarar com naturalidade, mas também como uma solução para a crise económica portuguesa. O crítico, escritor e ensaísta brasileiro Sylvio Romero, na sua conferência *O elemento português no Brasil,* proferida em Maio de 1902 no Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, seria dos primeiros a defenderem uma aliança defensiva e ofensiva de Portugal e Brasil. Também o escritor Graça Aranha ou o coronel João de Almeida, no seu livro *Visão do Crente* (1918), seriam partidários de uma aliança com o Brasil. No referido livro, este último manifestar-se-ia também partidário de uma aliança com a Espanha, que não dependia de uma aliança de Portugal com o Brasil, baseada na defesa das fronteiras, nas questões militares, na diplomacia e no comércio (isenção de direitos de certos produtos, cooperação económica, igualdade de tarifas, etc.). Cf. João de Almeida, *A Visão do Crente,* Porto, Companhia Portugueza Editora, 1918, pp. 153-155.
[1001] Bettencourt Rodrigues, *Uma Confederação Luso-Brasileira,* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923, p. 99.
[1002] Id.*, Ibidem,* p. 204.

grandeza nacional em lugares do mundo em que os portugueses tinham exercido um papel preponderante. Era uma ideia baseada numa visão cosmopolita, uma constatação de que Portugal era um país fraco que se poderia tornar forte aliando-se a outros, partilhando poder. Este "Império Lusitano" não pode, de maneira alguma, ser comparado ao império visionado por anexionistas espanhóis como Vicente Gay, que não excluíam o recurso à violência para trazer poder ao seu país. Ainda que ressaltasse que a Espanha deixara mais ressentimento nas suas antigas colónias do que Portugal no Brasil[1003], o escritor Carlos Malheiro Dias[1004] veria com cepticismo esta ideia de confederação de Bettencourt Rodrigues, essencialmente por Portugal, em crise, não ter prestígio ou credibilidade para fazer uma proposta de tal envergadura aos brasileiros. Seria primeiro preciso dissipar perante o Brasil equívocos arraigados e restaurar o respeito devido aos portugueses, corrigir erros históricos, iniciar uma conduta que dignificasse o país e que desse provas de que "não somos, como alguns economistas fizeram crer, os beneficiários e muito menos os parasitas da riqueza que ajudámos a criar no Brasil"[1005]. As ideias de Bettencourt Rodrigues aproximavam-se das de Alberto Seabra, médico brasileiro que, em *Problemas Sul-Americanos,* exortava as nações ibero-americanas a unirem-se, dando dessa maneira o primeiro passo para um reinado de justiça e de paz cosmopolita, contra um crescente imperialismo norte-americano. Seabra não pretendia a união política, apenas um pacto comercial e militar, uma liga em que fosse excluída a possibilidade de agressão mútua e que tornasse obrigatória a mútua defesa em caso de ataque a alguma soberania: "Com as colónias portuguesas ameaçadas, invejadas, cobiçadas pelos Estados insaciáveis de territórios alheios. Mas essas colónias [...] estão a proclamar uma política de união confederativa, espontânea, natural"[1006].

Apesar das muitas vozes a favor da sua campanha iberista, devido às críticas que dirigira na sua obra de 1915, principalmente aos políticos republicanos, as

---

[1003] No Brasil, a insurreição não tinha passado de uma formalidade. Tinha sido o próprio filho do monarca português a cingir a coroa do império.

[1004] Diretor da revista *Ilustração Portuguesa,* foi também um dos fundadores da Academia Portuguesa da História (1936).

[1005] Malheiro Dias, "Comentários à margem do livro do sr. dr. Bettencourt Rodrigues: *Uma Confederação Luso-Brasileira*", *Lusitânia, Revista de Estudos Portugueses,* Lisboa, fascículo II, Março de 1924, p. 203. Na resposta a Malheiro Dias, Bettencourt Rodrigues diria que, sendo muitos os artigos que vinha publicando na imprensa brasileira, defendendo a confederação, nunca tinha recebido quaisquer reparos ou objecções. Cf. Bettencourt Rodrigues, "Portugal-Brasil", *Ibidem,* fascículo III, Junho de 1924, p. 390.

[1006] Alberto Seabra, *Problemas Sul-Americanos,* São Paulo, Monteiro Lobato & C.ª, 1923, p. 72. Castelo Branco Chaves, "Alberto Seabra: *Problemas Sul-Americanos* [...]", *Lusitânia,* Lisboa, fascículo I, Janeiro de 1924, pp. 137-139.

opiniões de Lorenzo e de outras personalidades espanholas (igualmente mal-amadas em Portugal), que publicaram artigos sobre a Harmonia Ibérica no *Imparcial,* foram acolhidas com muito cepticismo por vários jornais portugueses. Numa carta publicada no *Diário Nacional*, também datada de Março, um "servidor da monarquia" encarava a aproximação ibérica como mais um passo para a absorção: a Harmonia representava o desaparecimento de Portugal. Contra esta campanha, o "servidor" argumentava que a unidade geográfica e linguística não existia na Península, e que nem os reis católicos, nem Carlos I de Espanha, Carlos V ou Filipe II tinham sido capazes de formar a Ibéria, quanto mais um jornalista. A "questão ibérica" era para este anónimo monárquico pior do que uma irrelevância, um sonho perigoso para a independência portuguesa que não interessava aprofundar[1007].

Durante os meses em que o *Imparcial* propalou a Harmonia Ibérica, o medo de absorção foi partilhado por diversos colunistas portugueses, tanto republicanos como monárquicos. Para o insucesso desta campanha contribuiu sem dúvida um preconceito secular que levava a que qualquer referência a lexemas como Ibéria ou iberismo fosse tomada como uma ameaça à soberania portuguesa. Muitos portugueses, maioritariamente conservadores, tradicionalistas ou monárquicos, levavam tão, mas tão a peito o que se escrevia sobre este tema que chegavam a recorrer a uma linguagem muitas vezes ameaçadora e violenta, como se a campanha de Lorenzo constituísse uma espécie de declaração de guerra a Portugal.

Na *Nação*, considerando que os vizinhos espanhóis andavam demasiado preocupados com Portugal, o monárquico Nunes de Freitas, que dirigiria o jornal *Tradição* (1925), aconselhava a Espanha a pôr de parte toda a ideia de proteger Portugal, caso quisesse tentar aproximações ibéricas. A Espanha teria, acima de tudo, de afastar qualquer pensamento de superioridade porque era só maior do que Portugal em território[1008]. A intransigência de Nunes de Freitas em relação a federações ou uniões ibéricas não era tão visível quando o assunto era a América: a aliança entre Portugal e Espanha ganharia caso se estendesse a todos os Estados de uma América que, com o tempo, se transformaria numa América "ibérica"[1009]. Os monárquicos que à *Nação* estavam ligados mantinham-se sempre irredutíveis no que a aproximações peninsulares dizia respeito. O director deste periódico, João Franco Monteiro, que

[1007] "A questão ibérica", *Diário Nacional*, Lisboa, nº 199, 20/4/1917, p. 1.
[1008] J. Nunes de Freitas, "O Iberismo", *Nação*, Lisboa, nº 16766, 1/4/1917, p. 1.
[1009] Id., *Ibidem*.

desde o tempo das incursões monárquicas de 1911 escrevia com acinte contra os governantes espanhóis, recebeu com imenso desagrado a campanha lançada pelo *Imparcial*. Afirmava que a Espanha que em 1580 se julgara forte e absoluta, dominadora de um país velho e "decadente", se enganara, e para que não se enganasse novamente, seria bom que bastasse aos dois países uma amizade honesta mas pouco falada, "porque é de mau agouro grandes barulhos em todos os assuntos"[1010]. Já em 1911, a respeito de uma entrevista do *Liberal*, de Madrid, a Teófilo Braga, em que o então presidente do governo provisório comentara que, se a Espanha não tivesse suportado imperialismos como os de Carlos V, talvez os dois povos peninsulares tivessem atingido o ideal ibérico, desabafava-se no mesmo jornal: "Graças a Deus, o sentimento de independência é vigoroso e indestrutível no povo português"[1011].

Se Franco Monteiro se mostrava disponível para defender a integridade nacional com unhas e dentes contra os "ataques" de Lorenzo, outros recorriam a argumentos menos ligados à honra ou à moral. Considerando que a Espanha "iberizante" cometia um erro grosseiro com certas campanhas de aproximação, Mário Galrão, colunista do jornal monárquico e legitimista *Universo* (e gerente do *Correio da Manhã* e director do *Diário Ilustrado*), perguntava: sendo em toda a parte o melhor colono, o homem que melhor trabalhava, mesmo quando desapoiado da acção protetora do Estado, para que precisava o português do espanhol?[1012]. Já ao jornalista, historiador e activista politico monárquico Rocha Martins[1013] incomodavam mais os republicanos portugueses que subscreviam os artigos do *Imparcial* do que a própria campanha lançada por Lorenzo. Martins indignava-se com o que para si eram actos "infames" praticados por republicanos que só manchavam a imagem deixada por D. Fernando: a de um príncipe que renunciara a um belo diadema para salvar a sua terra adoptiva de uma "absorção" por parte da Espanha[1014]. Sendo débil a dignidade colectiva em Portugal, vivendo em crise, estando mais fraco do que o vizinho, o país seria rapidamente absorvido pelos espanhóis caso com eles se tentasse aliar.

Também a Comissão 1º de Dezembro não deixou de protestar contra a campanha do *Imparcial.* Entre Abril e Maio de 1917, um manifesto assinado pela dita comissão, intitulado "Ao país", circulou por vários jornais com o intento de acautelar

---

[1010] João Franco Monteiro, "O fantasma ibérico", *Ibidem*, nº 16767, 3/4/1917, p. 1.
[1011] Id., "Franquezas e iberismos", *Ibidem*, nº 15138, 24/5/1911, p. 1.
[1012] Mário Galrão, "Harmonia Ibérica", *Universo*, Lisboa, nº 35, 19/5/1917, p. 1.
[1013] Em 1903, dirigiu a *Ilustração Portuguesa.* Dirigiu ainda o *Jornal da Noite* e colaborou no *Liberal.* Fundou o semanário *ABC* em 1920.
[1014] Rocha Martins, "Os republicanos e a Ibéria", *Diário Nacional*, Lisboa, nº 226, 19/5/1917, p. 1.

a população para certos perigos externos, como o perigo de invasão espanhola com o auxílio alemão. Dizia-se nesse manifesto que era com grandes sacrifícios financeiros, agravados pela tirania económica do bloqueio submarino alemão e do bloqueio de todo o género da fronteira de Espanha, que os soldados portugueses combatiam em França pela defesa da independência da sua terra. Isso já era esforço suficiente. Pátria, autonomia e independência, eram as três palavras que segundo esse manifesto resumiam o patriotismo e a vontade de pelejar pela defesa de uma nacionalidade que só orgulho deveria trazer ao seu povo[1015]. Tentativas de aproximação vindas de Espanha deviam ser desvalorizadas. Se Portugal estava numa guerra a combater pela sua afirmação no plano internacional, para quê uma aproximação à Espanha? Para criar mais problemas, para que Portugal deixasse de existir?

Já se viu que homens como Rocha Martins acusavam os republicanos de se deixarem levar pela Harmonia Ibérica. Mas houve figuras republicanas que protestaram com a mesma fleuma contra esta campanha. Na *Capital*, periódico republicano, recordava-se que, com a "pouco oportuna" campanha da Harmonia Ibérica, o *Imparcial* tratava os portugueses com nenhuma cordialidade. Dizia-se que, apesar de no seu livro ter contribuído para que Portugal fosse visto como um país "atrasadíssimo, sem uma literatura notável, uma ciência avançada, artes florescentes, indústria empreendedora, comércio activo, trabalho fecundo e acrisolado, virtudes cívicas", Félix Lorenzo era tido como um amigo de Portugal, que sabia que "somos uma nação inteligente, trabalhadora e progressiva"[1016]. Sucedia que a Harmonia Ibérica só trazia desconfianças desnecessárias. Como se dizia no portuense *1º de Janeiro,* parecia uma evidência afirmar que os destinos políticos da Espanha eram muito distintos dos de Portugal para que se pudesse "perder tempo com entendimentos"[1017]. Mais ou menos amistosamente, tendo melhor ou pior impressão de Lorenzo, a maior parte dos periódicos portugueses, monárquicos e republicanos, rejeitava esta campanha que, apesar dos possíveis benefícios, poderia acarretar uma perda da independência nacional. Brito Camacho, que como se viu anteriormente visitou várias vezes e escreveu extensamente sobre o país vizinho (e que acreditava que os dois países, tão diferentes em tanta coisa, se deveriam entender especialmente em termos económicos), desvalorizava a iniciativa de Félix Lorenzo, sugerindo que o

[1015] "Ao País", *Luta*, Lisboa, nº 4043, 14/5/1917, p. 1.
[1016] "A Campanha de *El Imparcial*", *Capital*, Lisboa, nº 2355, 7/3/1917, p. 1.
[1017] "Harmonia Ibérica", *1º de Janeiro*, Porto, nº 96, 22/4/1917, p. 1.

Imparcial quase não era lido em Portugal, e que a "desastrada" campanha do jornalista "sobressaltava" o patriotismo dos portugueses por ter no seu rótulo a expressão "harmonia ibérica", que mais não era do que "união ibérica"[1018]. Também na *Luta* saíam declarações do deputado Alfredo de Magalhães[1019], proferidas na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de Junho de 1917. Para este deputado, o povo português não estimava agora mais o povo espanhol do que quando se criara o seguinte provérbio: "De Espanha nem bom vento nem bom casamento!"[1020]. Posteriormente, também numa sessão da Câmara dos Deputados, este mesmo deputado simplificaria as suas ideias sobre a Harmonia Ibérica, de maneira muito humorada. Em resposta ao deputado António Mantas, que afirmava que na fronteira portuguesa carabineiros espanhóis tinham assassinado um português, afirmava: "Eis uma manifestação da harmonia ibérica!"[1021].

Entre 7 de Junho e 20 de Julho de 1917, o jornalista Augusto de Castro[1022] esteve em Espanha acompanhando a vida política espanhola. As suas impressões ficaram registadas no *Diário de Notícias*, num conjunto de textos reunido sob o título "O problema espanhol". Recorde-se que nesse ano a infantaria de Barcelona formou uma Junta de Defesa com o apoio de soldados oriundos de vários pontos do país[1023]. Liderados pelo coronel Márquez, os "Junteros" — que exigiam melhores remunerações, promoções na carreira e se manifestavam contra o caciquismo e contra a oligarquia —, deram início a um protesto em Junho que seria o ponto de partida de uma crise que se prolongou até ao final desse ano. Tal como as figuras acima referidas, Augusto de Castro considerava infeliz a escolha do título da campanha do *Imparcial*, afirmava que teria preferido "amizade peninsular" à muito mal escolhida expressão "harmonia ibérica". O jornalista alertava para a capacidade que este tipo de campanhas tinha de acordar "miragens de ressentimento que o tempo não desvaneceu

[1018] Brito Camacho, "Harmonia Ibérica", *Luta*, Lisboa, nº 4064, 7/6/1917, p. 1.
[1019] Repartiu a vida profissional entre a actividade médica e a docência na Escola Médica do Porto (1902-1910; 1919-1942) e no Instituto Superior de Comércio portuense. Governador civil de Viana do Castelo (1910-1911), governador de Moçambique (1912-1913), comissário do governo na Madeira, director da Faculdade de Medicina do Porto (1923-1925) e reitor da respectiva Universidade (1926). A partir de 11 de Dezembro de 1917, e ao longo de todo o ano seguinte, foi sucessivamente ministro da Instrução e da Marinha.
[1020] "Harmonia Ibérica", *Luta*, Lisboa, nº 4066, 9/6/1917, p. 1.
[1021] Alfredo de Magalhães, *Diário da Câmara dos Deputados,* legislatura 2, sessão legislativa 2, nº 92, 27/6/1917, p. 6.
[1022] Advogado, jornalista, diplomata e político. Ganhou notoriedade como comissário da Exposição do Mundo Português, em 1940. Foi director do *Diário de Notícias* de 1919 a 1924, altura em que foi em missão diplomática para Londres, e de 1939 até 1971.
[1023] A ausência de generais nas Juntas representava uma ameaça à hierarquia do exército.

inteiramente"[1024]. Alertava também para uma realidade espanhola que era tudo menos pacífica. Longe de aproximar Portugal da Espanha, a harmonia e a amizade preconizadas por Félix Lorenzo abriam um abismo entre as duas nações, podendo dar origem a "perigosos mal-entendidos" numa época de grande conflituosidade política, social e económica[1025].

Depois de Afonso Costa ter recebido a Grã-Cruz de Carlos III das mãos de Afonso XIII[1026] (Abril de 1917), sucederam-se várias reacções na imprensa, tanto exprimindo amizade como desconfiança, se bem que tenham sido muito mais os que criticaram esta homenagem. Augusto de Vasconcelos, ministro em Espanha, encarava com normalidade a condecoração a Afonso Costa por acreditar que Portugal e Espanha tinham interesses comuns no que se referia ao comércio, literatura, economia, arte e ciência, e por considerar que se impunha uma "comunicação espiritual" ibérica[1027]. Ainda do lado de quem aplaudia este acto encontrava-se um dos periódicos que por mais do que uma vez se manifestou a favor da Harmonia Ibérica, o *Opinião.* Neste jornal dizia-se, por exemplo, que embora certos "inconscientes" tivessem começado a "achincalhar" Afonso Costa, este não deveria ter correspondido com "evasivas a uma prova de deferência do rei de Espanha", antes deveria ter correspondido com simpatia à simpatia[1028]. Mas eram mais as vozes críticas. O já várias vezes citado João Franco Monteiro afirmava que "este género de sport diplomático é, além de perigoso, indigno de um século positivo"[1029]. O monárquico Franco Monteiro era tão avesso a aproximações ibéricas que rejeitava, inclusive, a ideia de estudar castelhano e português nos dois países por ser "pouco prático"[1030]. Pouco tempo depois, num editorial da *Capital,* periódico em que se defendeu em algumas ocasiões ideias difundidas pelo *Imparcial* no que respeitava à Harmonia Ibérica, criticava-se a ida de Afonso Costa a Espanha num momento em que se sabia que este país era um entreposto da Alemanha para a laboração da sua indústria e da sua actividade comercial. Portanto, a ida de Afonso Costa representava para quem escrevia neste periódico um perigo para a independência portuguesa e um pequeno passo para a abertura das fronteiras nacionais à Espanha e para a satisfação

[1024] Augusto de Castro, "O problema espanhol", *Século*, Lisboa, nº 12752, 7/6/1917, p. 1.
[1025] Id., "Harmonia Ibérica", *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 18513, 22/5/1917, p. 1.
[1026] *Diário Nacional*, Lisboa, nº 202, 24/4/1917, p. 1.
[1027] Augusto de Vasconcelos, "Harmonia Ibérica", *Século*, Lisboa, nº 6042, 6/5/1917, p. 1.
[1028] *Opinião,* Lisboa, nº 367, 24/4/1917, p. 1.
[1029] João Franco Monteiro, "A Harmonia Ibérica", *Universo*, Lisboa, nº 6, 14/4/1917, p. 1.
[1030] "O fantasma ibérico", *Nação*, Lisboa, nº 16767, 3/4/1917, p. 1.

das ambições imperialistas tanto de espanhóis como de alemães[1031]. Numa comunicação proferida na Liga Naval em Maio de 1917, também Alfredo Pimenta[1032] notaria que se a Espanha queria agradar a Portugal, começando por fazer comendador Afonso Costa, era por desejar algo mais do que o que estava consignado no tratado de 1893. Aliás, a posição de A. Pimenta não poderia ser mais clara em relação à Harmonia Ibérica: desejava boas relações diplomáticas com Espanha, tratados de comércio, mas "não é preciso andar a imprensa espanhola a fazer campanhas com o sr. Ministro de Espanha"[1033]. Na *Monarquia*, jornal integralista, elogiava-se a mencionada conferência de Pimenta: "Como sempre que não fala de arte, o publicista falou bem". E acrescentava-se que se os espanhóis passassem a raia, conquistando, fariam o milagre de ressuscitar Portugal[1034]. Estas afirmações seriam particularmente mal recebidas pelo representante diplomático espanhol em Lisboa, que se referia à "malévola hostilidade" com que os periódicos monárquicos portugueses recebiam a campanha do *Imparcial*[1035].

Regressando à Harmonia Ibérica, n' *O de Aveiro,* plataforma usada quase exclusivamente por Homem Cristo[1036], deputado republicano e fundador deste periódico, para difundir as suas ideias, garantia-se que a propaganda do *Imparcial* se fazia com o consentimento dos governantes portugueses. A vinda de López Muñoz para Lisboa, os artigos do *Imparcial*, depois o anúncio da visita a Madrid de Bernardino Machado e por fim a viagem de Afonso Costa, eram sinais de que os governantes portugueses viam com bons olhos a Harmonia Ibérica. Sendo pouco patriótico, tudo isto era criticável para Homem Cristo, que estranhava também a conduta do *Mundo*, que passara a "irmão siamês do *Imparcial*, este campeão da harmonia ibérica em Madrid, aquele campeão da harmonia ibérica em Lisboa".[1037] Este autor levava ao extremo o discurso do "perigo espanhol":

[1031] "A Espanha e os alemães", *Capital*, Lisboa, nº 2393, 14/4/1917, p. 1.
[1032] Alfredo Pimenta evoluiu do socialismo anarquista para o republicanismo. Inicialmente filiado no Partido Evolucionista, passou a colaborar em 1915 com a *Nação Portuguesa*, tendo acabado por se tornar militante monárquico. Fundou a Acção Realista Portuguesa em 1923, rompendo com um Integralismo ao qual nunca pertenceu verdadeiramente. Aderiu ao Estado Novo.
[1033] "Entrevista com o Sr. Dr. Alfredo Pimenta", *Universo,* Lisboa, nº 11, 20/4/1917, p. 1.
[1034] "Uma Conferência", *Monarquia*, Lisboa, nº 70, 4/5/1917, p. 1.
[1035] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1707 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918, Política, nº 154, 5/5/1917.
[1036] Pertenceu ao Directório do Partido Republicano, de onde se afastou mais tarde. Presente nas incursões monárquicas.
[1037] Homem Cristo, "A Harmonia Ibérica", *O de Aveiro*, Aveiro, nº 54, 15/4/1917, p. 1.

Predomínio político, militar e económico da Espanha sobre Portugal, não, não e não, nunca! É isto o que querem todos os espanhóis, sejam germanófilos, sejam aliadófilos, sejam monárquicos, sejam republicanos [...]. Eu fino-me com medo dos nossos diplomatas de borra, oh se me fino! [...] O que queria era apanhar-lhes aqui a cabeça, sobre esta banca, pescoço ao longo dela e depois sentir-lhes estalar os ossos[1038].

Já em 1916 Homem Cristo dirigira palavras pouco simpáticas aos que alimentavam devaneios de "parvos" (leia-se opiniões que defendiam a aproximação com a Espanha): "o meu sentir sobre essa corja é conhecido. Se eu pudesse, untava-os a todos de petróleo e chegava-lhes um fósforo, como se faz às ratazanas com gaudio de rapazio"[1039]. Sobre o apoio prestado pelo *Mundo* à campanha ibérica, notava Homem Cristo: "*O Mundo*, o pateta do *Mundo*, a falar-nos há dias, em federação ibérica, em federação latina, em federação dos Estados Unidos da Humanidade, o sonho, diziam eles, do grande Victor Hugo! Imbecis"[1040]. Pelo que se viu, Homem Cristo tinha uma postura incendiária em relação aos intentos espanhóis para com Portugal e ao apoio que certa imprensa concedia a esses mesmos espanhóis. Também não entendia os motivos pelos quais alguns gostariam de abdicar da aliança com os ingleses. Daí afirmações como: "temos em burros a melhor casta da Europa", "a Espanha só quer este namoro para absorver-nos" ou "a Espanha é daqueles credores de quem nunca mais se vêem livres os ingénuos devedores. Mau é fazer negócio com eles!"[1041]. Desde o mais ilustrado ao mais ignorante, deveria ser claro para todos que a absorção de Portugal tinha sido sempre o sonho dourado da Espanha, a sua ambição, e que existia, de facto, um "perigo ibérico"[1042]. Muitos protestos de inocência, muitas afirmações de sinceridade, muitos juramentos de respeito pela independência nacional, mas a Espanha acabava sempre por deixar escapar a verdade escondida[1043]. Dizia-se neste mesmo periódico de Aveiro que o pensamento de políticos como Vázquez de Mella tendia unicamente para a absorção de Portugal e que todos os historiadores espanhóis consideravam Portugal apenas uma província desmembrada

[1038] Id., "A Harmonia Ibérica: Muito Grave! Muitíssimo grave! Não, não e não!", *Ibidem*, nº 55, 1/4/1917, p. 1.
[1039] Id., *Ibidem*, nº 19, 13/6/1916, p. 1.
[1040] "Harmonia Ibérica", *Ibidem,* nº 64, 10/6/1917, p. 1.
[1041] "A Harmonia Ibérica", *Ibidem*, nº 62, 27/5/1917, p. 1.
[1042] Artur de Pina Abranches, *Ibidem*, nº 57, 22/4/1917, p. 1.
[1043] *Ibidem*.

da Espanha[1044]. A Espanha tinha um pensamento único: absorver Portugal sem olhar a meios. Vázquez de Mella e todos os espanhóis viam Portugal não como um Estado mas como um "aborto", "um artifício na Península" com o qual era preciso acabar[1045]. Homem Cristo considerava assim que os elogios vindos de Espanha deveriam ser recebidos com a máxima cautela: "Os espanhóis já andam a chamar ao Afonso Costa a maior cabeça do mundo, e conta-se que até um Inglês já o disse uma das maiores figuras mundiais. Quando eles dizem isso, ou já ferraram ou estão para ferrar"[1046].

Num tom que não destoava muito daquele a que se recorria n' *O de Aveiro,* afirmava-se no integralista *Monarquia* que se fazia "manso cordeirinho o Leão de Castela" e vinha com mansas palavras numa campanha talvez mais perigosa do que a tentativa de conquista, porque, procurando convencer o povo português de que seria vantajosa a aproximação económica a Castela, muitos se deixavam levar pela modorra e não se apercebiam do perigo que representava a Espanha para a independência portuguesa[1047]. Jaime Figueiredo apoiava António Ferro na ideia de que a política militar e económica defendida pelo *Imparcial* seria pior do que a anexação[1048]. Por seu lado, o integralista Almeida Braga entendia que os artigos de Lorenzo no *Imparcial* completavam o pensamento imperialista de Nido y Segalerva: ambos desejavam trazer a morte ao coração de Portugal[1049]. Ou como diria o também integralista Hipólito Raposo, que acreditava numa futura aliança portuguesa com o Brasil, sempre que uma nação forte pretendia aliar-se a uma mais pequena, "facilmente ocorre o conceito do leão e do burro caçadores"[1050]. Mas não era só em jornais conservadores que se fazia sentir este irracionalismo feérico contra possíveis intentos de absorção espanhóis. Num artigo publicado no *Mundo*, que até era dos periódicos em que se dava mais crédito à Harmonia Ibérica, proclamando-se "amiga" de Portugal, a escritora Carmen de Burgos[1051] dava razão aos portugueses que desconfiavam dos projectos de amizade espanhóis, que entendia serem de um cariz federalista que resvalava para o anexionista. Esta escritora alertava ainda os seus

---

[1044] *Ibidem*, nº 17, 9/6/1916, p. 1.
[1045] *Ibidem*, nº 18, 16/6/1916, p. 1.
[1046] *Ibidem*, nº 21, 6/8/1916, p. 1
[1047] Campos Figueira, "O perigo espanhol", *Monarquia*, Lisboa, nº 58, 20/4/1917, p. 1.
[1048] Jaime Figueiredo, "Harmonia Ibérica", *1º de Janeiro*, Porto, nº 89, 15/4/1917, p. 1.
[1049] Almeida Braga, "A lição de Bismarck", *Monarquia*, Lisboa, nº 9, 21/2/1917, p. 1.
[1050] Hipólito Raposo, "Portugal e Espanha", *Ibidem,* nº 41, 30/3/1917, p. 1.
[1051] Alejandro Padilla, ministro espanhol em Lisboa, descrevê-la-ia como professora de pouco prestígio que não causava grande sensação em pessoas criteriosas. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 2644 A=Política Exterior – Portugal 1911-1920, Política, nº 4, 5/1/1920.

leitores portugueses para a possibilidade de estas campanhas, que eram "contra" e não a favor de Portugal, terem por detrás um interesse germanófilo. Ou seja, para Burgos, dar crédito a Lorenzo era o mesmo que defender as posições de qualquer anexionista espanhol. Diga-se que, para além de muito contribuir para um alarmismo desnecessário que já circulava na imprensa, Carmen de Burgos errava na sua análise ao apontar Vázquez de Mella como um desses anexionistas (afirmava que os portugueses que defendiam as posições de Mella eram "puros ignorantes")[1052]. Como se sabe, Vázquez de Mella nunca defendeu a anexação de Portugal, nem a união ibérica. O que se extrai dos seus escritos é bastante diferente. Tendo em conta que já em páginas anteriores se fez uma análise à sua obra, basta recorrer a um seu artigo de 1916 para que se perceba a posição deste autor por vezes injustiçado em Portugal. No referido artigo, o espanhol tentava defender-se de acusações que recorrentemente lhe eram dirigidas pelos portugueses, referindo que só mutilando textos seus se poderia dar a entender que pudesse usar palavras menos correctas em relação a Portugal:

> Eu tenho sido sempre defensor de três ideais nacionais: domínio do Estreito, federação com Portugal e a confederação tácita e espiritual com as repúblicas americanas perante o poderio Yanquee [...]. Eu disse e repito que se Portugal quisesse ser uma região espanhola, unificadas como estão agora as demais regiões, eu, no caso de ser governo, repudiaria esse plesbicito. Quero-o autónomo e independente[1053].

Resumindo, a Harmonia Ibérica teve uma grande repercussão na opinião pública portuguesa. Muitos foram os que se debruçaram sobre este tema. Personalidades como Teófilo Braga, Gomes Teixeira ou Bettencourt Rodrigues encontravam razões para apoiar esta campanha. Através de vários editoriais, também jornais republicanos como o *Mundo,* o *Século* ou o *Opinião* se manifestaram partidários da iniciativa levada a cabo por Félix Lorenzo. Os que apoiaram a Harmonia Ibérica viam vantagens para Portugal se se seguisse um caminho pautado pela aproximação das duas economias peninsulares. Houve quem falasse de união aduaneira e quem alargasse a ligação entre Portugal e Espanha à América de influência ibérica. Abordou-se a necessidade de rever os tratados comerciais e de

[1052] *Mundo*, Lisboa, nº 6016, 10/4/1917, p. 1.
[1053] *Opinião*, Lisboa, nº 142, 31/7/1916, p. 1.

aproximar intelectualmente os dois países. Por outro lado, a Harmonia Ibérica foi acolhida com muitas críticas por parte de gente que guardava na memória o que Lorenzo escrevera anos antes sobre Portugal. Gerando azedume deste lado da fronteira, a obra dada à estampa por Lorenzo em 1915 marcou o início de uma longa antipatia de grande parte da intelectualidade portuguesa pelo director do *Imparcial.* Essa antipatia prolongar-se-ia no tempo. Eis alguns exemplos. Em 1919, referia o adido militar em Madrid que a imprensa espanhola, querendo aproveitar todos os meios para "atacar ou depreciar a vida de Portugal", tinha em Félix Lorenzo o grande dinamizador de uma "campanha contra a República Portuguesa"[1054]. Também Melo Barreto mencionava as "referências erróneas e malévolas do senhor Félix Lorenzo a homens públicos portugueses"[1055]. Em 1920, o deputado Nuno Simões[1056] criticava a propaganda negativa de Lorenzo (o mesmo que agitara a “bandeira dum amoroso iberismo”) contra Portugal nas páginas de *El Sol.* Na mesma sessão parlamentar, outro deputado, Cunha Leal[1057] dizia-se ofendido por ter sido apelidado por Lorenzo de “ultra-vermelho”: “Fez-se em tempos a campanha de união entre Portugal e Espanha, pela mão do mesmo jornalista [...], agora parece, porém, que à Espanha não convém que este amor persista”[1058].

A aversão a esta campanha deveu-se ainda ao facto de a ela estarem ligados nomes que em Portugal não colhiam simpatia. Associava-se Félix Lorenzo a Vázquez de Mella ou a Vicente Gay, à germanofilia ou aos supostos planos de Afonso XIII contra Portugal. A Harmonia Ibéria foi, em certo sentido, recebida em Portugal como qualquer outra campanha iberista, e por essa razão se tornava indiferente dizer união, federação ou acordo comercial. Para muitos publicistas portugueses, o objectivo espanhol era sempre o mesmo: fazer desaparecer Portugal. Por ter gerado sentimentos extremados, polarizados, é também preciso notar que a Harmonia Ibérica acabou por

[1054] Falava-se dos artigos de Lorenzo em *El Sol* em que acusa os republicanos portugueses de serem bolcheviques. Cf. Carlos Pereira dos Santos, MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Arquivo, 13, Maço nº 11, Relações Políticas, Série A., nº 181, Confidencial, 22/10/1919.

[1055] *Ibidem,* nº 9, 7/2/1920.

[1056] Membro do Supremo Tribunal Administrativo, deputado e ministro do Comércio e das Comunicações em três governos da Primeira República. Foi um dos grandes defensores do Luso-Brasileirismo.

[1057] Membro do Partido Nacionalista, fundou a União Liberal Republicana em 1923. Apesar de apoiante do golpe de Estado do 28 de Maio de 1926, rapidamente se tornou opositor da Ditadura.

[1058] Lorenzo alarmava os espanhóis para um perigo bolchevique vindo de Portugal. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* 1, nº 30, 28/1/1920, p.5. Não só Lorenzo ou espanhóis conservadores alertariam para esse perigo bolchevique. Um português, sempre muito contestado pelos republicanos, Paiva Couceiro confessaria a um periódico parisiense chamado *Jornal dos Debates* que dois perigos ameaçavam o Portugal republicano: a bancarrota e o bolchevismo. Claro que no parlamento seria acusado de traição à pátria. Cf *Ibidem,* 15, 5, 20/3/1920, pp. 32-34.

resultar num debate, por vezes, baseado em argumentos que resvalavam para a histeria ou para a ofensa. Tem por isso uma certa razão o colunista do madrileno *Nuevo Mundo* que apelidou a campanha do *Imparcial* de "guerra de apodos"[1059].

4. 6. A "injustiça" do pós-guerra

Desde o início deste trabalho que se tem vindo a referir que o iberismo e o hispanismo só foram discutidos em Portugal e Espanha por causa de algo incontornável na realidade peninsular: as crises. Rapidamente se constata que, durante as décadas em análise (1908-1931), foram raros os momentos em que portugueses e espanhóis tiveram estabilidade social, económica ou política. Portugal viveu atravancado por sucessivas crises políticas e económicas. Basta enumerar sem excessiva exaustividade algumas delas para reforçar a ideia de que a República em Portugal, que cobre quase todo o período em estudo, se pautou por tudo menos pela estabilidade: as incursões monárquicas (Outubro de 1911 e Julho de 1912), a intentona revolucionária monárquica dirigida por João de Azevedo Coutinho (Outubro de 1913)[1060], a ditadura do general Pimenta de Castro (Janeiro a Maio de 1915), que resultou de uma tentativa do Presidente Manuel de Arriaga de pacificar a nação, depois das intentonas revolucionárias de 1914, a revolta militar encabeçada por Machado Santos com a colaboração das tropas de Tomar (Dezembro de 1916), a revolta que levou o major Sidónio Pais a governar quase autoritariamente durante um ano (Dezembro de 1917), o colapso da frente portuguesa na batalha de La Lys (Abril de 1918)[1061], a proclamação da Monarquia no Porto e em Lisboa, que levou a que se declarasse estado de sítio em todo o país (Janeiro de 1919)[1062] ou a revolução em que participaram quase todas as unidades navais e da GNR e que, tendo forçado o governo conservador de António Granjo a se demitir, culminou com a morte de figuras políticas como Machado Santos, Carlos da Maia e do próprio Granjo (Outubro de 1921). Destaquem-se ainda as sucessivas vagas de greves, motins, tumultos e assaltos

---

[1059] Mariano de Cavia, "La guerra de los apodos", *Nuevo Mundo,* Madrid, nº 1230, 3/8/1917, p. 3.

[1060] Que acabou por se restringir à capital – com a destruição das redacções dos jornais o *Dia* e a *Nação* e estragos no Museu da República.

[1061] O CEP sofreu cerca de sete mil e quinhentas baixas e desapareceu como unidade de combate.

[1062] Conseguiu-se controlar a revolta no sul a 24 de Janeiro. Mas no norte os monárquicos aguentaram-se até 13 de Fevereiro, tendo sido criada uma Junta Governativa chefiada por Paiva Couceiro. Este órgão ficou conhecido como "Monarquia do Norte".

a estabelecimentos comerciais de Lisboa e do Porto devido à carestia de vida[1063]. Outros dados atestam quão instável foi o regime republicano: só um dos Presidentes da República (António José de Almeida) terminou o mandato[1064], dos oito Presidentes, três foram derrubados por golpes (1915, 1917 e 1926), um foi assassinado (1919) e dois foram de transição, tendo exercido o cargo durante poucos meses (1915 e 1919). Os governos também dão a imagem da instabilidade do regime. Só entre Outubro de 1910 e Dezembro de 1918 sucederam-se dezasseis executivos e nenhum terminou o mandato, e entre Janeiro de 1919 e Maio de 1926 formaram-se vinte e sete governos[1065].

A acompanhar a instabilidade política e social esteve a económica. Foi aliás essa instabilidade económica que despoletou uma série de críticas contra a Espanha, por ter beneficiado da neutralidade na Primeira Guerra para enriquecer. Conquanto nos anos de 1912-1913 e 1913-1914, com Afonso Costa e Tomás Cabreira como ministros das Finanças, os governos portugueses tenham alcançado um certo equilíbrio nas contas públicas[1066], a guerra impôs ao país o recurso a empréstimos externos e esse equilíbrio deixou de existir[1067]. A guerra revelou-se nefasta para a economia e para as finanças portuguesas. Diminuiu o fluxo das remessas de emigrantes, agravaram-se os défices comerciais e a dívida pública, os mercados fecharam-se às exportações nacionais e também as exportações para Portugal se reduziram drasticamente. As limitações sentidas para a compra de bens alimentares no mercado internacional originaram períodos de escassez[1068]. A crise económica e orçamental resultante da Primeira Guerra Mundial ajuda a explicar o desaparecimento da República: no ano em que o conflito deflagrou, Portugal era já um dos países mais pobres da Europa ocidental, com um PIB *per capita* de cerca de um terço do dos países mais desenvolvidos[1069], mas depois da guerra, com a inflação, o aumento da

---

[1063] Por exemplo, houve ocorrências deste género em Setembro de 1914, Maio de 1915 e Maio de 1916 e Agosto de 1922.

[1064] Manuel de Arriaga demitiu-se após o golpe militar que derrubou Pimenta de Castro. Bernardino Machado foi derrubado por golpes militares (1917 e 1926). Teixeira Gomes demitiu-se.

[1065] António José Telo, *Primeira República: do sonho à realidade,* Barcarena, Presença, 2010, p. 179.

[1066] Maria Eugénia Mata, "A política financeira", *História da Primeira República Portuguesa,* Coordenação de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 195.

[1067] O peso da guerra nas finanças públicas foi notório. Se em 1914 se gastava 14% da despesa total, em 1916 gastava-se o dobro.

[1068] Luciano Amaral e Álvaro Ferreira da Silva, "A Economia Portuguesa na I República", *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal,* Lisboa, Edições 70, 2011, p. 260.

[1069] Id., "A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional (1914-1931)", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 53.

despesa, a suspensão do pagamento das reparações aos países vencedores por parte da Alemanha, a desvalorização externa do escudo e a descida brutal da taxa de câmbio, a situação financeira do país tornou-se ainda mais preocupante[1070]. A participação na guerra teve, portanto, graves repercussões na economia e na sociedade portuguesa e levou a que os anos seguintes fossem penosos. A crise financeira prolongou-se durante largos anos, e para que isso tivesse acontecido não ficaram isentas certas decisões políticas. A título ilustrativo, em 1923, depois de anos a seguir uma política de crescimento rápido baseada no recurso a créditos concedidos pelos bancos emissores das colónias, surgiu uma nova situação de crise: quando Portugal deixou de apoiar os bancos emissores coloniais, o resultado foi a paralisação das transferências, as falências em bloco e a queda das exportações para a metrópole[1071]. No ano seguinte, apesar de o governo de Álvaro de Castro (o próprio assumira a pasta das Finanças) ter tentado controlar as finanças públicas, apostando na contenção do défice e da despesa pública, os problemas persistiram.

Quanto aos espanhóis, foram beneficiados pela neutralidade na guerra, mas tal não quer dizer que a vida espanhola tenha sido menos conturbada do que a portuguesa durante as primeiras décadas do século XX. Logo em 1909, quando o primeiro-ministro Antonio Maura, do Partido Conservador, decretou a mobilização das tropas reservistas para reforçar o contingente militar espanhol em Marrocos[1072], despontaram na Catalunha enfrentamentos entre o exército e o operariado[1073] que ficariam conhecidos por Semana Trágica (26 de Julho-2 de Agosto). Tendo a decisão de recrutar os reservistas sido muito mal recebida por parte dos populares e dado azo a uma onda de violência[1074], a Semana Trágica acabou por resultar ainda no exílio de Alejandro Lerroux, ligado à União Republicana, um dos partidos catalães mais

[1070] Maria Eugénia Mata, *Op. Cit.,* p. 199.

[1071] António José Telo, "Portugal nos sistemas internacionais", *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Cosmos, 2000, p. 95.

[1072] Depois do *Desastre*, a Espanha procurou reforçar a sua presença em África. Após a Conferência Internacional de Algeciras (1906) conseguiu ficar com o norte de Marrocos. Em Julho de 1909, os operários espanhóis que trabalhavam na construção de uma ferrovia que uniria Melilha às minas de Beni-Buifur foram atacados pelos cabilas da zona. Este pequeno incidente constituiria o começo da Guerra de Marrocos (que se estenderia até 1927).

[1073] Começava a surgir em Espanha o movimento operário nas zonas industriais, especialmente em Barcelona.

[1074] O cônsul português em Barcelona dizia que, segundo "fontes fidedignas", tinham morrido mais de quinhentas pessoas. Afirmava que o clima era de grande violência mas que não havia motivos de alarme em Portugal, até por não se encontrar sinal de republicanos portugueses na revolta catalã. MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, 1908-1909, caixa 140, 1/8/1909.

importantes, e na queda do governo maurista[1075]. Os casos de protesto e de violência em Espanha não terminaram aqui. O ano de 1910 ficou marcado pelo despontar de greves operárias como as de Barcelona e Bilbau, que durou mais de dois meses. Ocorrências como estas levavam os governantes do país vizinho a precaverem-se quando sentiam que a agitação em Portugal poderia passar a fronteira. Por exemplo, quando em Janeiro do ano seguinte o governo espanhol recebeu a notícia de que havia uma greve ferroviária em Portugal, enviou um telegrama circular a todos os governadores civis, recomendando que envidassem esforços para que se evitasse a alteração da ordem pública se o movimento grevista dos empregados dos caminhos de ferro portugueses se propagasse a Espanha[1076]. Em 1912, ano de greve geral ferroviária, José Canalejas foi assassinado por um anarquista chamado Manuel Pardiñas Serrano. Entre 1914 e 1923, o sistema parlamentar espanhol foi duramente testado. As Cortes e as garantias constitucionais foram várias vezes suspensas e a imprensa censurada. Para além disso, uma nova guerra colonial (em Marrocos) acabou em derrota. Todavia, como se referiu, contrariamente a Portugal, o país vizinho beneficiou de uma prosperidade económica motivada pela neutralidade na guerra. Com um mercado doméstico fraco, muito do lucro da Espanha adveio das exportações e do esforço industrial de regiões como a catalã para corresponder aos pedidos do exército francês. Mas com o fim da guerra, também a economia espanhola entrou em queda. Foram encerradas minas e fábricas e o desemprego aumentou em sectores como o agrícola[1077]. Ainda em tempos de guerra, a Espanha passou por períodos de grande tensão. No verão de 1917, a crise estendeu-se a todo o país devido à conjugação de diferentes movimentos: o movimento militar (das Juntas de Defesa), o movimento político (com a Assembleia de Parlamentares, convocada pela Liga Regionalista, que teve lugar em Barcelona) e o movimento social (com a greve geral). Outra crise estalou dois anos depois, com uma greve geral de quarenta e quatro dias em que participaram mais de cem mil pessoas, conhecida por Greve da Canadense[1078]. Em 1920, voltaram a violência e a repressão a Barcelona. No ano seguinte, o então primeiro-ministro Eduardo Dato, do Partido Liberal-Conservador, foi assassinado por

---

[1075] Para além disso, o anarquista Francisco Ferrer, fundador da Escola Moderna, foi executado sob a acusação de ter instigado os protestos. Cf. Raymond Carr, *Modern Spain 1875-1890*, Oxford, 2001, p. 77.

[1076] MNE, AHD, Legação em Madrid, Caixa 141, 1911, Série A, Maço 4, nº 9, 12/1/1911.

[1077] Raymond Carr, *Op. Cit.,* p. 82.

[1078] O que deu origem à greve foi a decisão dos chefes de uma central hidroeléctrica de Barcelona de reduzirem os ordenados dos seus assalariados.

três anarquistas catalães. Em 1923, foram assassinados o anarco-sindicalista catalão Salvador Seguí, da Confederación Nacional del Trabajo[1079], e o cardeal Soldevila, arcebispo de Saragoça[1080]. Para além de acontecimentos como os indicados, a Espanha passou, à semelhança do seu vizinho peninsular, por momentos de instabilidade governativa: só de Novembro de 1918 a Setembro de 1923, houve dez governos mas nem um durou sequer um ano completo[1081].

Então, não obstante uma participação na guerra que acabou por se revelar funesta para Portugal e uma neutralidade proveitosa em termos económico-financeiros para a Espanha, encontram-se diversos pontos em comum entre os dois países. Se se escrevia em alguma imprensa espanhola que em Portugal se matavam reis ou figuras políticas (como Granjo), não se pode dizer que em Espanha o cenário fosse diferente. A instabilidade política foi intensa nos dois países. E se a neutralidade espanhola no conflito foi sentida como uma ameaça para Portugal, tal se deve também a factores que iam para além da economia ou da política. Tem-se verificado que não era preciso muito para que se inflamassem opiniões e reacendessem antigas rivalidades entre portugueses e espanhóis. Se em finais de 1914 e inícios do ano seguinte, Vicente Gay defendeu a anexação de Portugal por parte da Espanha, despertando um patriotismo português cujos contornos roçavam em muitos casos a histeria, se a Harmonia Ibérica de Félix Lorenzo acabou por resultar numa série de mal-entendidos, não espantava que, terminada a guerra, voltassem antigas querelas e trocas de acusações.

É sabido que certas declarações vindas de Espanha tinham um impacto negativo em diversos sectores da intelectualidade portuguesa. Bastava que essas declarações se focassem em temas como o iberismo ou o hispanismo ou se fizesse menção à necessidade de aproximar os dois países. Facilmente vinha à superfície a imagem de uma Espanha imperialista que fabricava planos secretos de conquista e cultivava falsas amizades para atacar Portugal em momento oportuno. Havia mesmo quem referisse que as desconfianças portuguesas em relação ao país vizinho advinham precisamente da memória dos "tempos violentos" de Filipe II[1082]. A verdade é que muitos dos comentários de espanhóis acerca da vida portuguesa (quando os comentários eram pejorativos, quando se dizia que Portugal era um país

---

[1079] Assassinado por atiradores ligados ao Sindicato Libre, do patronato catalão.
[1080] Assassinado por um anarquista.
[1081] Raymond Carr, *Op. Cit.,* p. 87.
[1082] Samuel Maia, "A dualidade Ibérica", *Século*, Lisboa, nº 16499, 12/2/1928, p. 1.

em constante crise e decadente) originavam um coro de protestos. Existia uma necessidade de resposta às críticas vindas de Espanha, como se fosse uma questão de orgulho patriótico não permitir que Portugal fosse rebaixado pela Espanha. O ponto para quem se insurgia era o seguinte: seria Portugal um país tão mais decadente do que a Espanha, estaria mais afundado na crise do que o país vizinho? Por exemplo, respondendo a um texto publicado na *Tribuna,* jornal conservador madrileno em que se declarara que Portugal era uma nação anarquizada, clamando por intervenção estrangeira, assinalava-se em editorial do *Diário de Notícias*, de Março de 1922, que nenhum espanhol admitiria que um português escrevesse o mesmo sobre a sua pátria e que, ao contrário do que acontecia do outro lado da fronteira, não era frequente existirem assassinatos políticos em Portugal: "não poderíamos [...] julgar também a Espanha um país perdido, miserável, anarquizado?"[1083].

Como se afirmou, a neutralidade espanhola no conflito incomodou muita gente em Portugal, e não só por motivos económicos. Ainda pairavam no ar receios de uma germanofilia despertada pela guerra em espanhóis que acreditavam na anexação de Portugal (Gay, sobretudo). Tendo tecido por mais do que uma vez críticas à "deplorável inabilidade" do plano ibérico promovido pelo *Imparcial,* o jornalista Augusto de Castro não era no cenário do pós-guerra alguém suspeito de nutrir simpatias "excessivas" pela Espanha. Longe disso. Mas era um dos portugueses que, temendo ataques germanófilos, não criticavam a neutralidade espanhola. Um ano depois dessa campanha liderada por Félix Lorenzo, acusava certos políticos espanhóis de, embalados pela influência germanófila, desejarem embarcar numa aventura imperialista cujas consequências seriam funestas para a Península. Ilibando o povo espanhol, "patriota acima de tudo" e não germanófilo ou aliadófilo, apontava o dedo a políticos como Melquíadez Álvarez ou Lerroux, personalidades que, a atentar nas suas afirmações, mantinham um desejo de que a Espanha entrasse num conflito que só poderia acabar numa espécie de desastre ibérico. Em Dezembro de 1918, Augusto de Castro escrevia no *Século* que, do ponto de vista português, para a eventualidade de um triunfo alemão na guerra, só a "fraqueza e a desordem espanholas nos poderiam salvar das ambições absorventes da monarquia de Afonso XIII". No entanto, dada a vitória dos aliados e afastado esse perigo, acrescentava, o problema da ordem pública portuguesa estava intimamente ligado "ao problema da ordem pública

[1083] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 29178, 18/3/1922, p. 1.

em Espanha" (problema esse ligado às intenções federalistas)[1084]. Ora, sobre este e outros escritos de Castro, o então ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, referia que eram de tão mau gosto como inoportunos[1085]. O mesmo Padilla denunciava a hipocrisia do jornalista português: se bem que nas suas conversas particulares procurasse ostentar publicamente a sua amizade pela Espanha, patenteava em todos os seus escritos jornalísticos uma "insidiosa hostilidade e antipatia" pelos governantes espanhóis[1086]. Não custa compreender as preocupações de Castro, que entendia que desde 1915 a Espanha vinha sendo incitada pela Alemanha a invadir Portugal[1087]. Também se compreende que alguém como o ministro espanhol em Lisboa se revoltasse com o que Castro escrevia. Já não se compreende tão bem, a não ser que se parta do princípio de que o jornalista estava mal informado (o que, pelas suas constantes reportagens sobre o país vizinho e mesmo pela reputação que granjeava entre os seus pares, não parece verosímil) ou sofresse de falta de objectividade, que alguém considerasse que o perigo germanófilo provinha de dois políticos republicanos que, podendo defender algum tipo de federalismo ibérico, de forma nenhuma padeciam da "febre germanófila"[1088].

Para além deste tipo de informação desinformada — apelide-se desta maneira estas tentativas de assustar ou desestabilizar ou manipular a opinião pública —, não era invulgar ver essa espécie de demónio do "perigo espanhol" ser alimentado, tanto na imprensa como nos meios diplomáticos, através de referências a manobras militares espanholas na fronteira. Dizia-se, por exemplo, em Abril de 1918 que "o general Burguette, que estava comandando militarmente certa região da fronteira, toma o comboio, entra em Madrid d'afogadilho para pedir ao governo tropas destinadas a defender a Espanha dos chamados portugueses"[1089]. Textos como este funcionavam, mesmo que não fossem escritos com essa intenção, para alarmar e até

[1084] *Século,* Lisboa, nº 1493, 12/12/1918, p. 1.

[1085] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1707 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918, Política, nº 604, S-2926, 13/12/1918.

[1086] *Ibidem,* Política, nº 485, reservado, 17/9/1918.

[1087] Augusto de Castro, "Revelações", *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 13044, 4/4/1918, p. 1.

[1088] Álvarez fundou o Partido Reformista, de feição republicana, tendo em 1917 participado no movimento fracassado que uniu republicanos e socialistas com o intuito de convocar as cortes constituintes. Foi-se tornando mais moderado e aproximou-se do Partido Liberal, chegando a ascender à presidência do Congresso dos Deputados (1923). Melquíadez Álvarez defenderia que a Península se devia entender principalmente em termos económicos, mas com os dois países que a compunham independentes. Lerroux liderou o Partido Republicano Radical na Segunda República. Foi três vezes primeiro ministro entre 1933 e 1935.

[1089] "Do revolver do sr. Romanones à Harmonia Ibérica", *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 13045, 5/4/1918, p. 1.

amedrontar a opinião pública portuguesa em relação aos intentos espanhóis contra Portugal. Um jornalista português afirmar "os chamados portugueses", como se estivesse a citar, era uma forma de insinuar que o povo vizinho tinha em tão pouca conta os portugueses que mal sabia nomeá-los. Dois anos depois, num tom não muito diferente daquele a que se recorrera na peça do *Diário de Notícias* anteriormente citada, o diplomata Vasco Quevedo — figura que até viria a tecer considerações assaz elogiosas para o país vizinho[1090] — comunicava, algo sobressaltado, que se estavam prestes a realizar manobras militares espanholas na Galiza, na área da fronteira portuguesa[1091]. Posteriormente, comunicaria que existia um grande movimento de tropas na Galiza[1092]. Motivados pelo medo, por complexos de inferioridade ou por antigos sentimentos de rivalidade que remetiam para os tempos de Aljubarrota, muitos portugueses alimentaram de diferentes maneiras um receio tantas vezes exagerado de que a Espanha pudesse tentar conquistar Portugal recorrendo às armas. E como se atesta pelo que se tem vindo a citar, o fim da Primeira Guerra e a derrota alemã não extinguiram esses receios. Surgiram outros problemas pelos quais os governantes nacionais não esperavam: um deles foi a aproximação da Espanha aos países vencedores.

Crendo que as potências aliadas desprezavam a República Nova, de Sidónio Pais, acusada de ter prestado pouco ou nenhum auxílio ao Comando Expedicionário Português, Afonso Costa, que em 1919 assumiu o controle da delegação portuguesa à Conferência de Paris e assinaria o Tratado de Versalhes (Portugal só ratificaria este tratado a 1 de Abril de 1920), acreditava ser necessário demonstrar à Europa que os intervencionistas estavam de novo no poder. No seu primeiro encontro com o britânico Arthur James Balfour, então Secretary of State for Foreign Affairs, Afonso Costa pediu um lugar para Portugal no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, que era uma forma de as grandes potências reconhecerem o papel dos portugueses no auxílio aos seus mais antigos aliados. Pedia-se ainda um lugar semelhante na Comissão Financeira e o direito (uma espécie de direito moral) a um estatuto

---

[1090] Em Junho de 1921, Vasco de Quevedo, responsável pela legação em Madrid, foi convidado para um almoço oferecido pela Guarnição Militar de Madrid ao grupo de oficiais, soldados e marinheiros portugueses que compunham a equipa de futebol. Depois desse almoço, que teve lugar a 11 de Junho, o diplomata referiria que a amizade, a "íntima compenetração de afectos entre Portugal e Espanha era um tema de axiomática evidência". Recorria ainda a expressões como "raça ibérica", "comunhão íntima" e "essência étnica, geográfica e histórica". Cf. AHD, MNE, Caixa nº 144, Maço 4, nº 48, Série A, nº 110, Madrid, 11/6/1921.
[1091]AHD, MNE, Arquivo - 13 –A, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, 8/9/1920.
[1092] Id., *Ibidem,* 21/9/1920.

preferencial no que respeitava ao pagamento das reparações. Estava-se a 28 de Março de 1919. Dois dias depois, Afonso Costa fez pedidos semelhantes ao representante diplomático francês[1093]. Menos de um mês mais tarde, um representante português foi informado de que, de modo a estimular a actividade económica de alguns países, a Alemanha pagaria no imediato cerca de 20 mil milhões de marcos de ouro. No entanto, Portugal não foi um dos beneficiários. Posteriormente, anunciou-se a entrada da Espanha no Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Quando se soube que a Espanha entrara no Conselho Executivo, Afonso Costa, em Sessão Plenária da Conferência da Paz, foi o porta-voz do desagrado nacional: "A delegação portuguesa deseja expressar a sua oposição à nomeação pela Conferência de Paz de qualquer país neutro para membro do Conselho Executivo da Liga das Nações"[1094]. Os governantes portugueses encararam o Tratado de Paz como uma derrota. A guerra custara à economia nacional cerca de 225 milhões de libras (entre 37 e 47.5% da riqueza portuguesa) e a escolha da Espanha em detrimento de Portugal destruiu o esforço dos republicanos de mostrarem à Europa que o país era o mais progressista da Península Ibérica.

Quando a guerra terminou, a elite política portuguesa esperava que, após tantos sacrifícios, Portugal fosse compensado por se ter batido juntamente com os seus aliados. Acontece que, finda a contenda, sentiu-se que os esforços nacionais tinham sido vãos e só tinham trazido prejuízo. O povo português vivia com grandes dificuldades por ter prestado auxílio à Inglaterra e havia um sentimento de injustiça. Vários periodistas expressaram a sua desilusão por verem a Espanha, que nada tinha feito em prol dos que tinham saído vitoriosos do conflito, ser premiada com a entrada no Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Este sentimento de iniquidade devia-se, principalmente, a uma encadeada ordem de razões: à injustamente premiada neutralidade (que tendia sempre para o apoio aos alemães) espanhola numa guerra que, ao mesmo tempo que devastara meio mundo, enchera os cofres espanhóis, ao sacrifício português e ao subsequente esquecimento a que Portugal fora votado pelos aliados por não ter recebido convite semelhante ao dos espanhóis para a Sociedade das Nações. Além disso, Portugal pretendia ficar com a África Oriental alemã mas, porque era um dos territórios pretendidos pela Inglaterra, teve de se contentar com o

[1093] Filipe Ribeiro de Menezes, *Afonso Costa,* Alfragide, Texto Editores, 2010, p. 98.
[1094] Id., *Ibidem*, p. 100.

"Triângulo de Quionga", no norte de Moçambique[1095]. O país deixara-se arruinar numa tentativa de se afirmar no mapa europeu e desconfiava-se que, estando ou não do lado dos ingleses, o resultado seria sempre o mesmo: aos poucos e com o beneplácito das principais potências, Afonso XIII levava avante os seus projectos de conquistar Portugal. Desconfiava-se que, mais ou menos veladamente, ingleses, franceses e alemães estariam dispostos a fechar os olhos ou até mesmo a auxiliar a Espanha numa aventura imperialista que resultaria na anexação de Portugal e das suas tão desejadas colónias em África. Motivos não faltavam para que se alimentasse a animosidade portuguesa em relação à Espanha nos anos que se seguiram à Primeira Guerra.

Alguns periódicos publicavam textos em que se afirmava que Portugal estava sozinho no mundo, que os ingleses não eram de confiança, e que mesmo com uma forte corrente germanófila infiltrada no governo espanhol, a Inglaterra não deixaria de se aproximar do país vizinho, contra os interesses nacionais. Haveria, afinal, outra explicação para o facto de a Espanha ter entrado no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, representando a Península Ibérica, apesar da sua "vergonhosa" neutralidade? Sem se acobardar, Portugal entrara na guerra para fortalecer a aliança com a Inglaterra, e como prémio acabara recebendo a humilhação que representava a entrada da Espanha na SDN. Para agravar a injustiça de que os responsáveis políticos e diplomáticos portugueses se diziam vítimas, em fins de Abril de 1920, o marechal Joseph Joffre visitou a Espanha, entregando a Afonso XIII a Medalha Militar Francesa. Portugal ficou relegado ao esquecimento, apesar de ter lutado pela Entente. Num documento diplomático confidencial, Vasco Quevedo chegaria mesmo a afirmar que a Espanha abstencionista se comportara de modo "pusilânime e malabarista" durante a guerra e seguira uma direcção "oportunista": "A Espanha germanófila e abstencionista da guerra, transformou-se na Espanha cheia de orgulho vitoriosa na paz!"[1096].

Deste modo, a neutralidade espanhola na Primeira Guerra, e tudo o que se sucedeu nos anos seguintes, não só não esbateu o medo de um "perigo espanhol" como fez com que os governantes portugueses se sentissem profundamente atacados pela Espanha e pelas potências vencedoras. A nível diplomático, a opinião sobre os

---

[1095] Martin Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial,* Lisboa, Esfera dos livros, 2007, p. 749.
[1096] AHD, MNE, Legação de Portugal em Madrid, Arquivo - 13 – A, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, A. 191, 21/7/1920.

intentos espanhóis e alemães em relação a Portugal tendeu a não mudar ao longo dos anos: desde o início se dizia que a campanha alemã e espanhola contra Portugal não cessaria nem quando o conflito findasse. Afirmava-se que a Alemanha lançava "mão de todos os estratagemas, com a falta de escrúpulos que caracteriza a psicologia da diplomacia germânica". Dizia-se que o director da campanha contra Portugal era o adido militar alemão, o major Kalle, "certamente o mais inteligente de todos os funcionário da Embaixada alemã em Madrid", que incitava a Espanha a procurar o seu velho sonho da unidade peninsular[1097]. Contrariando esta tendência para a generalização que levava a que diversos portugueses vissem perigos e germanófilos em todos quantos falassem espanhol, Augusto de Vasconcelos, que como se sabe se bateu durante o seu tempo de ministro em Madrid pela concórdia peninsular, confessaria em documento "confidencialíssimo" que os poucos espanhóis que se opunham a uma aliança ibérica eram subsidiados pela embaixada alemã, e que só o "imperialismo grotesco de qualquer Gay" poderia lançar a nota discordante "no concerto unânime de aplausos" com que uma aliança ibérica seria recebida pela generalidade da imprensa e da opinião. Para Vasconcelos, exceptuando o referido Gay e um ou outro germanófilo, não existia estadista ou intelectual espanhol que se sentisse sequer tentado a apoiar uma invasão de Portugal[1098]. Vasconcelos considerava no mínimo vergonhosa a possibilidade de existir em Portugal uma corrente de opinião que acreditasse numa anexação.

Exceptuando uma ou outra nota mais optimista, a posição dos portugueses que se debruçaram sobre a referida "injustiça" do pós-guerra pautou-se por uma atitude de desconfiança e receio. Portugal perdera demasiados soldados na guerra e desbaratado meios que faziam falta ao povo para subsistir. O futuro parecia igual ou pior do que a nuvem negra do presente. Mas nem todos se deixavam levar por esta corrente de vitimização. Entre os que apelavam a uma postura mais optimista e dinâmica, existia quem veiculasse a ideia de que Portugal precisava de olhar mais para dentro em vez de gastar energias com lamentações que conduziam ao vazio e à frustração, e que nada contribuíam para o engrandecimento pátrio. Quirino de Jesus[1099], intelectual católico dotado de um ideário diferente do dos republicanos intervencionistas (que

[1097] *Ibidem*, 3º Piso, Armário 8, Maço 35, Processo nº 42, Madrid, Série A., nº 62, 7/7/1916 .
[1098] "Não há um único homem público neste país, que pense a sério numa intervenção espanhola em Portugal." Cf. *Ibidem*, 3º Piso, Armário 8, Maço 35, Processo nº 42, A nº 17, 23/4/1915.
[1099] Frequentou o Seminário do Funchal e acabou por se formar em Direito, em Coimbra. Deputado, foi uma personalidade influente num meio político católico.

achavam que o caminho português passava pela aceitação do país por parte dos principais países europeus), precursor de algumas políticas posteriormente postas em prática por Salazar, defenderia na *Seara Nova* que o povo não poderia passar a vida a lamentar-se: apesar das hipotéticas razões de queixa contra os aliados, Portugal apenas enriqueceria explorando as suas próprias potencialidades. Trabalhar, defender as colónias, como durante a guerra, desenvolver a ciência, a educação, a agricultura, a indústria e o comércio, tornando a nacionalidade portuguesa forte, imune a interferências externas (dos espanhóis). Este era o caminho a seguir e não se poderia acreditar em nada para além do trabalho[1100]. Mas não foi o espírito de Quirino de Jesus que vingou na imprensa portuguesa. Houve desconforto. Sentimento de revolta. Irritação por Espanha ter sido mais valorizada pela comunidade internacional. O que sucedeu nos anos que se seguiram ao conflito não foi diferente do que aconteceu em qualquer outro período em que Portugal se quis afirmar no exterior: desde o regicídio que um dos principais intentos dos governantes nacionais passou por conseguir a aceitação internacional, mas muitas dessas tentativas (como foi a entrada na guerra) acabaram por fracassar.

Antes de finalizar, é necessário salientar que se deve ser cauteloso quando se afirma que os portugueses atacavam a neutralidade espanhola ou que os espanhóis eram a favor dessa neutralidade. A diversidade existe na vida, nas ideias, na história: a realidade não é unidimensional[1101]. Houve múltiplas maneiras de olhar para a neutralidade espanhola. Essa multiplicidade implica, por exemplo, que nem todos os espanhóis tenham sido partidários da neutralidade. Homem culto e distante de um discurso tecnocrático ou economicista, Miguel de Unamuno foi uma das vozes que mais fortemente se insurgiram contra uma neutralidade que para muitos poderia ter vantagens económicas, mas que para si era uma "inconsciência" que relegaria o seu país para uma "cobardia" que só servia para engrandecer o "egoísmo nacional" e envergonhar um passado de heroísmo. Em Julho de 1918, num periódico madrileno criado para apoiar os países que sairiam vencedores da contenda, e talvez por isso intitulado *Los Aliados,* esta figura central na defesa dos valores hispanistas perguntava não sem um tom de indignação: o que faria a Espanha? Continuar como até ali, oscilando entre o oportunismo e o vilipêndio? Que era feito de Cervantes e de

[1100] Quirino de Jesus, "O destino de Portugal", *Seara Nova*, Lisboa, nº 13, 12/5/1922, p. 16.
[1101] Poder-se-ia dar mais exemplos dessa diversidade. Em Abril de 1915, publicou-se em Barcelona a revista *Iberia*, publicação impulsionada por antigos seguidores da esquerda catalanista e da Unió Catalanista. Nasceu com a intenção de defender a causa da Entente na Guerra Mundial.

Quixote? Como tinham sido os seus compatriotas capazes de se esconderem da batalha, cobrindo-se com um manto de “cobarde frivolidade”, observando a “resistência patriótica da França”, a “bravura italiana” ou o “nobre sentido político” português?[1102]. Na mesma publicação, o advogado Castrovido Gil, figura não tão relevante no panorama cultural espanhol mas que exibia uma mesma pertinência no que a este tema respeitava, afirmava que a Espanha que escolhera a neutralidade por egoísmo, medo e inveja, representava o que de pior existia em Sancho Pança, porque o fiel escudeiro ambicionava poder e riqueza, e sabendo que o seu senhor estava louco, utilizava essa loucura para o enganar. A analogia era entre Pança e a Espanha: julgando loucos os que lutavam e morriam na trincheira, os espanhóis vendiam gato por lebre e esperavam dos aliados algum prémio de consolo (podia ser Tânger, Portugal ou a devolução de Gibraltar)[1103].

Por outro lado, a questão da neutralidade espanhola não se resume apenas a saber se a Espanha se acobardou ou não perante um contexto histórico que exigia heroísmo ou se enriqueceu enquanto outros empobreciam e se desgraçavam no campo de batalha. A questão passa também por tentar perceber se do lado espanhol havia quem entendesse que, num contexto de guerra ou pós-guerra, a Península passaria melhor se unisse forças. Como durante a guerra, houve espanhóis que tenderam para uma espécie de iberismo germanófilo e portugueses que o refutaram com um patriotismo quase excessivo, como aconteceu com os integralistas em 1916, houve também uma campanha pela Harmonia Ibérica em 1917 que despoletou uma forte reacção mais de rejeição do que de apoio em Portugal. Viu-se que, quase terminada a guerra, Unamuno se opunha à actuação espanhola. Mas que dizer de outros espanhóis? Houve quem ousasse criticar a postura espanhola no conflito e simultaneamente defendesse o estreitamento dos laços ibéricos? Houve, de facto, espanhóis que não se abstiveram de defender uma aliança ibérica antes da contenda terminar. Joaquin Sánchez Toca[1104] era um desses homens que consideravam imprescindível uma aliança hispano-portuguesa que traria à Península um “extraordinário prestígio de autoridade” perante uma Europa em guerra. A sua aliança tinha por base convénios militares e económicos e deveria ser feita com total acordo

[1102] Miguel de Unamuno, “España Protegida”, *Los Aliados*, Madrid, 13/7/1918, p. 3.
[1103] R. Castrovido Gil, “Don Quijote Y Sancho En La Guerra”, *Ibidem*, 27/7/1918, p. 1.
[1104] Exerceu diversos cargos políticos. Deputado pelo Partido Conservador (1884), ministro da Agricultura, Comércio, Indústria e Obras Públicas (1900), ministro da Marinha (1902), ministro da Justiça (1903), presidente do Conselho de Estado (1904), presidente do Senado (1904 e 1914 e 1920) e presidente do conselho de ministros (1919).

inglês[1105]. Llanos y Torriglia justificava também a necessidade de chegar a um entendimento peninsular antes do fim da guerra, argumentando que, unidos, os dois países pesariam mais na balança europeia na altura de fazer as contas, isto é, quando chegasse a hora de vencedores e vencidos se sentarem à mesa. A partir do livro *Mirando a Portugal, El Interés de España* (1917), compilação de artigos publicados maioritariamente no jornal *ABC*, é possível resumir o seu entendimento sobre o que deveriam ser as relações ibéricas: um estreitar das relações espirituais e materiais e uma maior fraternidade. Apaixonado pela literatura portuguesa, lamentava que o país tivesse entrado em decadência (o lexema "decadência" era frequentemente empregado por diversos autores espanhóis para se referirem ao país vizinho) e dispunha-se a batalhar pela independência nacional, custasse o que custasse e tentando seduzir os que mandavam em termos políticos para que se assinassem tratados de comércio entre os dois países: "Sonhem os germanófilos com a Alemanha e os francófilos com a França. Eu não vou buscar noiva fora da Península; declaro-me lusófilo e sonho com Portugal"[1106]. Negando qualquer intento iberista, também o filósofo Eloy Bullón defendia a necessidade de Portugal e Espanha estreitarem as suas relações intelectuais, culturais e económicas, de chegarem a um acordo que estabelecesse uma espécie de *Zollverein* antes que a guerra findasse[1107].

Assim, se, por um lado, a neutralidade espanhola deu azo a muita especulação e a receios de uma invasão espanhola com o auxílio alemão, e a entrada da Espanha no Conselho Executivo da SDN gorou qualquer expectativa que os portugueses tivessem de se legitimarem na Europa e de reforçarem a aliança com os ingleses, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que houve uma série de espanhóis que não se confundia com essa maré germanófila e que não se deixava levar pelo conforto proporcionado pela neutralidade para tecer loas às políticas dos seus governantes perante a situação que a Europa e o mundo atravessavam. Republicanos como

---

[1105] Sánchez Toca, *Los problemas actuales de mayor urgencia para el gobierno de España*, Madrid, Impr. de Isdoro, 1916, pp. 51-52. Em Junho de 1916, Villasinda escrevia sobre um artigo da autoria do redactor da *Capital,* Edmundo Porto, em que este rebatia as tentativas de contributo de Sánchez Toca para uma aproximação económica peninsular, notando que a posição defensiva do jornalista da *Capital* exprimia os receios de todos os portugueses, que temiam que as aproximações económicas à Espanha tivessem como consequência a absorção política. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1707 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918, Política, nº 2, 4/1/1916.

[1106] Llanos y Torriglia, *Mirando a Portugal, El Interés de España,* Madrid, Imprenta clásica española, 1917, p. 46.

[1107] E. Bullón y Fernández, *Las relaciones de España con Portugal. Enseñanzas del pasado y orientaciones para el porvenir*, Madrid, Estudios Geográficos, 1944 [1ª ed. 1916], pp. 467-493.

Melquíadez Álvarez, vultos como Unamuno ou intelectuais como Torriglia não ficaram imperturbáveis perante a confusa situação portuguesa. Muitas destas personalidades que amavam sinceramente Portugal assistiram com desgosto ao engano pelo qual a opinião pública portuguesa se deixava levar ao alimentar uma espécie de mistificação que era o "perigo espanhol", entrando em desastres como o da Grande Guerra e fabricando dessa maneira um perigo real para a Península, o perigo "português", o perigo da miséria, da desgraça crescente.

4. 7. Ameaças de infiltração económica

Reafirma-se uma das bases em que assenta este estudo: a de que o iberismo, o hispanismo e seus contrários são temas interdisciplinares que, independentemente do momento em análise, são passíveis de ser estudados a partir de diferentes vertentes, como a literária, a política, a económica ou até mesmo a jurídica. Tentar-se-á olhar aqui para estes conceitos a partir de ângulos até agora pouco explorados. Palco privilegiado para a divulgação de opiniões, a imprensa ganha mais uma vez relevância.

Verifica-se que também a partir de questões como a pesca e os mares, a caça e o contrabando, ou de incidentes como os que tiveram lugar nos rios Douro e Guadiana, se fomentou uma rivalidade entre portugueses e espanhóis que, deste lado da fronteira, contribuiu para a fabricação do chamado "perigo espanhol". Se surgissem rumores de que do lado espanhol se desejava expandir uma linha ferroviária paralela à fronteira portuguesa, logo aparecia quem garantisse que essa intenção obedecia a um plano de invasão natural de Portugal pela Espanha e que os governantes nacionais deveriam proceder a um maior investimento no reforço militar. Facilmente se ateava o ódio entre portugueses e espanhóis: bastava um pequeno incidente com uma embarcação portuguesa em águas espanholas para que viesse à tona um patriotismo exacerbado que resvalava para uma espécie de fúria ou revolta contra uma Espanha descrita como imperialista.

Alguns factores contribuem para explicar uma relação ibérica marcada por diversos momentos de tensão. Um dos principais factores prende-se com a incapacidade de chegar a entendimentos que se traduzissem na assinatura de acordos ou tratados económicos e comerciais. Com efeito, até 1928 as relações entre Portugal

e Espanha foram reguladas por tratados e convénios celebrados em 1893 e 1894. Em 1913, tentou-se negociar um novo convénio comercial mas o melhor que se conseguiu foi a prorrogação até 1915 dos convénios assinados em finais do século XIX. Em 1915, com o fim da vigência dos tratados e convénios de 1893 e 1894, a ausência de acordos comerciais entre Portugal e Espanha passou a constituir um problema que levantou acesas discussões e disputas[1108]. Outros aspectos da vida ibérica atestam esta dificuldade em firmar acordos. No que se refere às pescas, foram assinados convénios em 1878 e 1885. O primeiro autorizava portugueses e espanhóis a pescarem indistintamente nas costas marítimas e rios dos dois países. Ficavam apenas proibidas as armações para a pesca de atum e a exploração dos bancos de ostras, bem como o arrasto a menos de doze milhas da costa. No entanto, o convénio de 1885 suprimiu estas facilidades, reservando aos pescadores nacionais uma área marítima de seis milhas em que não poderiam entrar barcos de pesca espanhóis[1109]. Vários foram os momentos, ao longo do período em estudo, em que surgiram problemas relacionados com essa área marítima. Os problemas entre os dois países estenderam-se a questões ainda mais secundárias como a do aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro. Em 1906, celebrou-se um primeiro acordo que previa a constituição de uma comissão mista que levaria a cabo um estudo que delimitaria a área de exploração dos troços destinados a cada país. Mas esta comissão não chegou a resultados práticos. Só muito tempo depois é que se voltou ao assunto.

As negociações sobre o aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro só terminaram em Agosto de 1927, com a assinatura de um convénio que dividia o troço internacional do rio[1110]. Ora, foi preciso chegar a 1928 para que, numa conferência económica, se chegasse a um acordo abrangente envolvendo caminhos de ferro, comunicações rodoviárias, telefónicas, fluviais e telegráficas. Contudo, o assunto das pescas ficou uma vez mais por resolver[1111].

[1108] Foram recorrentes os apelos à assinatura de tratados comerciais que regulassem as relações ibéricas. Por exemplo, depois de uma visita a Lisboa em 1922, o conde de Pedrosa, triste por sair de Portugal, apelava à assinatura de novos tratados comerciais ibéricos que conferissem maior poder aos dois países para defenderem a sua independência política no plano internacional. Cf. *Século,* Lisboa, nº 14519, 13/6/1922, p. 1.

[1109] Maria Cândida Proença e António Pedro Manique, "Da reconciliação à queda da monarquia", *Portugal Contemporâneo*, Dirigido por António Reis, vol. 1, 2ª parte, Lisboa, Alfa, 1990, p. 447.

[1110] O convénio entre Portugal e Espanha regulando o aproveitamento hidroeléctrico dos troços internacionais do rio Douro é de Agosto de 1927. Estas conversações ocorreram quando era ministro dos Negócios Estrangeiros Bettencourt Rodrigues.

[1111] César Oliveira, *Portugal e a II República de* Espanha, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985, p. 217.

Por mais iníquas que à primeira vista pareçam, certas notícias saídas na imprensa lusitana ilustram alguns dos temores sentidos em Portugal quando surgia uma "ameaça espanhola". Não era só na imprensa que esses temores se faziam sentir. Também a nível diplomático ou parlamentar se ia revelando uma constante desconfiança. Uma das ideias difundidas era a de que os pescadores espanhóis desejavam roubar o peixe português. Roubar ou saquear eram alguns dos termos a que amiúde se recorria para descrever a situação. A pretexto do aprisionamento de embarcações portuguesas ou de outras infracções cometidas por espanhóis em águas nacionais, poucos eram os jornais que poupavam nas críticas à conduta dos que cometiam as ditas infracções e das autoridades espanholas, segundo muitos de olhos fechados quando se tratava de prejudicar Portugal. Em começos de Dezembro de 1912, o deputado Celorico Gil[1112] lia, incrédulo, um telegrama publicado no *ABC* em que se afirmava que estava prestes a ser tornada livre a pesca para espanhóis na costa do Algarve. Incrédulo porque, como assegurava, no dia em que um ministro assinasse um tratado estipulando tantas facilidades para os pescadores espanhóis seria completa a "ruína" não só do ministro como da própria região algarvia[1113]. O mesmo deputado viria a dizer que existia em Portugal quem quisesse destruir a indústria pesqueira:

> Os barcos de pesca de Aiamonte vêm às costas do Algarve [...] e levam esse pescado para as fábricas de Aiamonte. [...] Pois é nestas circunstâncias que o chefe do partido unionista apresenta um projecto de lei que lança 1% *ad valorem* sobre as conservas de peixe que forem exportadas pelas fábricas de Vila Nova de Portimão[1114].

Na *Capital* noticiava-se, com certa estupefacção, que as apreensões pelas canhoneiras portuguesas de barcos oriundos de Aiamonte nunca eram menos de "trinta e muitas" por mês. O que significava que conceder a liberdade de pesca equivalia a desfalcar a riqueza marítima nacional, "porque a reciprocidade não serve para nada, não vale um centavo, visto os portugueses saberem muito bem que deserto

---

[1112] Evolucionista e fundador e director do *Diário Popular*.
[1113] *Diário da Câmara dos Deputados,* leg. 1, nº 60, 9/12/1912, p. 25.
[1114] *Ibidem.,* leg. 1, nº 111, 28/05/1913, p. 10. Em sessões parlamentares posteriores, Celorico Gil alertaria para o facto de ter tido conhecimento de que galeões de pesca espanhóis vinham pescar em águas portuguesas, o que era "altamente prejudicial, principalmente neste momento em que estão no mar as armações do atum". Cf. *Ibidem*, leg. 1, nº 123, 11/6/1913, p. 17. Noutra ocasião, diria: "São dezenas os barcos espanhóis que, pescando nas nossas águas, fazem perder centenas de contos às populações do Algarve." Cf. *Ibidem*, leg. 1, nº 65, 1/4/1914, p. 12.

imenso são as águas espanholas"[1115]. A suposta liberdade de movimentos de espanhóis em águas portuguesas continuaria a fazer parte das preocupações de quem escrevia neste e noutros periódicos. Em 1917, referia-se também na *Capital* que o governo prometera fiscalizar a pesca nos mares do Algarve para pôr termo aos abusos constantes de pescadores espanhóis, que nem por um momento largavam as águas nacionais. Exigia-se ainda a Arantes Pedroso, presidente da Comissão Central de Pescarias, que não se deixasse levar por iberismos[1116]. Menos de um mês depois, dir-se-ia no mesmo periódico que a abolição das fronteiras entre Portugal e Espanha seria um "acto de estouvados", pois os pescadores espanhóis precisavam de uma "coisa que nós temos", o peixe ("os espanhóis não têm peixe"). E que dizer da liberdade de pescas nos dois países? Essa possibilidade era um absurdo que só à Espanha favorecia[1117]. O tema era debatido com o mesmo fervor na Assembleia. O deputado João Canavarro[1118] garantia ter informação de que na Póvoa do Varzim os negociantes espanhóis iam à praia e açambarcavam todo o peixe que lá encontravam[1119]. Por seu lado, o citado Celorico Gil mostrava-se, uma vez mais, preocupado com a situação algarvia, referindo que ao menos a Monarquia, "fraca, corrompida, já na agonia", tinha tido força suficiente para fazer com que nem um cerco espanhol pescasse em águas portuguesas. O deputado acrescentava que no momento presente não havia no país energia para evitar que os armadores espanhóis enriquecessem "escandalosamente"[1120]. Posteriormente, este deputado e defensor dos direitos dos algarvios, afirmar-se-ia revoltado por causa dos cercos espanhóis que invadiam o Algarve, que quando algum espanhol falava de "união ibérica" pretendia apenas "explorar o que é nosso, o muito nosso"[1121].

[1115] *Capital*, Lisboa, nº 1556, 30/11/1914, p. 1.
[1116] *Ibidem*, nº 2404, 25/4/1917, p. 1.
[1117] *Ibidem*, nº 2431, 22/5/1917, p. 1.
[1118] Funcionário público e director da Escola de Reforma do Porto/Reformatório de Vila do Conde. Em Outubro de 1910, foi nomeado administrador do concelho de Resende e dois anos depois administrador do concelho de Vila do Conde.
[1119] *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 27, 5/2/1917, p. 12.
[1120] *Ibidem*, nº 73, 31/5/1917, p. 12.
[1121] *Ibidem*, nº 74, 1/6/1917, p. 4. Este não foi o único deputado a defender os algarvios dos interesses dos pescadores espanhóis. Em 1919, Estêvão Aguiar diria que o tratado de pesca que a Espanha pretendia negociar com Portugal poderia ser ruinoso para os portugueses, porque o que o país vizinho queria era dar água em troca do peixe nacional. Empregando a indústria da pesca no Algarve cerca de oito mil homens, segundo os seus dados, seria catastrófico pensar numa redução da indústria pesqueira nessa região. Para evitar que tal sucedesse, não só se deveria rejeitar qualquer tratado como impedir que os galeões espanhóis pescassem em águas nacionais. *Ibidem*, nº 21, 8/7/1921, p. 6. Em 1921, Estêvão de Aguiar notava que era raro o dia em que os jornais não davam a notícia da apreensão de cercos espanhóis que, abusando das leis portuguesas, invadiam as águas nacionais, prejudicando os armadores portugueses e destruindo todo o pescado. Cf. *Ibidem*, sessão 2, nº 57, 9/5/1921, p. 4. Em

Como se constatou anteriormente, nos primeiros meses de 1917 a campanha pela "Harmonia Ibérica", lançada pelo *Imparcial,* manchou de indignação inúmeras páginas de jornais portugueses. Não é novidade referir que qualquer tentativa de aproximação ibérica dava origem a reacções negativas por parte de periodistas de diferentes sensibilidades. No que respeita a este assunto das pescas, mais do que rebater posições iberistas ou hispanistas, importava para quem se imiscuía nestes temas travar qualquer tentativa concreta de violar a fronteira nacional. Por exemplo, o jornalista monárquico Joaquim Leitão, sócio da Comissão 1º de Dezembro, intervinha nesta questão das pescas para acusar os pescadores de Ilha Cristina de infringirem os direitos dos pescadores portugueses e de quererem anular a legislação que protegia as águas nacionais num raio de seis milhas[1122]. Leitão não se referia a qualquer "perigo espanhol", nem a uma vontade anexionista espanhola, mas as suas palavras, e de todos os que se manifestaram de modo semelhante sobre estas questões, tinham o condão de difundir um alarmismo que levava a algo muito parecido com o "perigo espanhol".

Proteger a inviolabilidade do território português, eis o que sempre interessava. O tempo passava, os governos sucediam-se mas os argumentos mantinham-se inalterados. Em Janeiro de 1918, circulava pela imprensa uma notícia dando conta de um pedido de uma comissão de comerciantes de roupa ao governo espanhol. Retidos na fronteira francesa devido a medidas sanitárias tomadas pelo executivo espanhol, cerca de sessenta comerciantes portugueses pediam permissão para passarem a fronteira de modo a que os seus negócios não se arruinassem. Este caso aparentemente tão irrelevante era narrado como se se tratasse de algo que feria o orgulho nacional. Se o governo espanhol aumentasse a vigilância na fronteira, isso devia-se, como sublinhava o diplomata Vasco Quevedo, à instigação de um ódio por parte de um sector germanófilo espanhol "que aproveita todas as circunstâncias para prejudicar Portugal"[1123]. Como se prejudicava Portugal? Parafraseando Quevedo, isolando, difamando e roubando um povo que habitava um país cujo regime era a todo o momento posto à prova por uma Espanha monárquica e "sedenta" de conquistas.

Era com enorme indignação que, dois anos depois, se alertaria no jornal

---

1922, o deputado Carvalho da Silva afirmava que no ano anterior tinham sido apreendidos bastantes barcos espanhóis, estando o facto a repetir-se constantemente em prejuízo dos interesses portugueses. Cf. *Ibidem,* sessão 1, nº 42, 15/5/1922, p. 28.

[1122] Joaquim Leitão, "O que se forja?", *Diário Nacional*, Lisboa, nº 401, 22/11/1917, p. 1.

[1123] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa 143, 1918-1919, nº 47, Série A, nº 117, 14/10/1918.

republicano *Opinião* para uma outra realidade que, segundo se dizia, representava uma espécie de crime continuado: o contrabando. O gado nacional passava a fronteira em grandes manadas. E não era só o gado, os espanhóis cobiçavam tudo o que pertencesse a Portugal, desde a madeira ao vinho, passando pelo azeite e pelo peixe: "É uma vizinhança por vezes incómoda, essa, que a fatalidade nos deu"[1124]. No *Século* noticiava-se que meliantes espanhóis saqueavam tudo. Dava-se como exemplo um chefe de uma estação fronteiriça, que não poucas vezes assistia impotente ao contrabando de cobre e de gado para Espanha. Estes abusos praticados por habitantes do país vizinho só ocorriam, como se observava, devido à apatia das autoridades portuguesas[1125].

Em começos de Fevereiro de 1920, acendeu-se uma disputa em torno do controle da produção da energia hidroeléctrica no rio Douro. Parecia claro para os portugueses que se pronunciavam sobre este tema que a Espanha contestava o direito dos portugueses a metade do caudal do Douro e pretendia rasgar os tratados vigentes, colocando Portugal na dependência espanhola em termos energéticos[1126]. Esta questão levava a que um jornal como o *Século,* que foi aliás o periódico que maior destaque concedeu a este problema da energia hidroeléctrica, fizesse manchetes como a seguinte: "Os espanhóis levam-nos tudo"[1127]. Para quem escrevia neste jornal a situação exigia atitudes firmes por parte das autoridades portuguesas, atitudes que não se restringissem ao politicamente correcto que se costumava interpor entre os dois países. Como noutras ocasiões, encontravam-se vendidos entre os portugueses que nutrissem algum tipo de sentimento afectuoso pelo país vizinho. O engenheiro Costa

---

[1124] *Opinião*, Lisboa, nº 1173, 1/1/1920, p. 1.
[1125] *Século*, Lisboa, nº 13097,16/2/1920, p. 1.
[1126] Dos tratados de 1864 e 1866 derivava a convenção de 1912, confirmando o direito de Portugal a metade do caudal do Douro. Escrevia-se num editorial do *Século* acerca do projecto de regras que complementavam o acordo de 16 de Setembro de 1912. Segundo se referia no jornal, o preâmbulo desse acordo era apenas um aditamento regulamentar às disposições do Tratado de 1864 e ao Anexo I, de 1866. Uma dessas regras prendia-se com o facto de cada uma das nações poder dispor livremente de metade do caudal que lhe pertencia. Não existiam pois razões para que os espanhóis achassem que tinham mais direitos do que aqueles que tinham. Cf. *Ibidem*, nº 13094, 13/2/1920, p. 1. A Delegação Portuguesa das Quedas da Água viria a publicar um relatório sobre as negociações realizadas pela Comissão Internacional Encarregada de Propor as Regras Complementares do Acordo de 1912, relativas à partilha da energia hidroeléctrica entre Portugal e Espanha. Dizia-se nesse relatório que o canais oficiais destinados à produção da energia reservada a cada país seriam sujeitos à única e exclusiva jurisdição dos países em que estivessem situados. Outra coisa que se dizia era que os canais, casas de máquinas e demais obras destinadas à produção de energia reservada a cada um dos países estariam situadas e sujeitas à sua única e exclusiva jurisdição. MNE, AHD, Ministro da Legação em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caixa nº 144, Maço 4, nº 48, 1920-1922, 22/6/1920.
[1127] *Século,* Lisboa, nº 13097, 16/2/1920, p. 1.

Serrão, director dos Serviços Hidráulicos, servia de bode expiatório neste caso. Era acusado de ser cúmplice do Grupo de Bilbau que, segundo se dizia, tinha como missão desfazer antigos tratados, satisfazendo a vontade de colocar sob jurisdição espanhola os canais de derivação e as oficinas de produção de energia[1128]. Quem se pronunciava sobre estes assuntos deixava-se levar por uma histeria que tirava credibilidade aos argumentos esgrimidos. Veja-se como se afirmava, quase cegamente, que caso se seguissem os obscuros interesses espanhóis, "Portugal ficaria na mão da Espanha, que lhe poderia cortar a corrente"[1129]. Títulos semelhantes ao acima citado apareceriam noutros periódicos. No diário o *Tempo,* por exemplo, saíam textos que levavam títulos como "A Espanha leva-nos tudo". Segundo o ministro espanhol em Lisboa, o argumento usado pelos periodistas era o de que os cidadãos espanhóis que se apoderavam daquilo que aos "portugueses pertencia" sentiam por Portugal uma "atávica antipatia" e não tinham em conta a situação precária do país que roubavam[1130].

Num autêntico afã anti-espanholista, chegava-se no *Vanguarda* a extremos que roçavam a irracionalidade: dispensava-se a aproximação comercial entre portugueses e espanhóis. Que argumentos eram usados para justificar a dispensabilidade de uma aliança comercial ibérica? Afirmava-se que a Espanha não possuía no Sul um único porto marítimo que pudesse substituir com vantagem o porto de Lisboa. Mesmo o porto de Sevilha, que era o único porto marítimo do interior que a Espanha possuía de valor, não rivalizava com o de Lisboa, nem com o de Setúbal. Aceitando que os portos mencionados fossem melhores do que os espanhóis, que sentido faziam este tipo de comparações? Não seriam a pobreza ibérica e a falta de desenvolvimento argumentos a favor de uma aproximação entre os dois países? Advogar-se-ia o isolacionismo português neste periódico? Ou a aproximação exclusiva de Portugal ao Brasil e às colónias? Não. O que se defendia era que Portugal não se poderia deixar encurralar pela Espanha, e que a única maneira de incluir o país vizinho numa aliança com Portugal seria a partir da criação dos "Estados Unidos da Europa", formados por Portugal, Espanha, França e Itália, tendo como complemento a velha aliada Inglaterra. Estes Estados Unidos da Europa

---

[1128] *Ibidem,* nº 13724, 14/3/1920, p. 1.
[1129] *Ibidem,* nº 13755, 14/4/1920, p. 1.
[1130] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1708 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1919-1920, Política, nº 602, 17/9/1920.

deixariam Portugal em pé de igualdade com o seu vizinho, e "nunca mais os sonhos ibéricos se poderiam realizar"[1131]. O problema tinha que ver com um medo de ficar numa situação em que a Espanha pudesse tirar benefícios ou ficar privilegiada em relação a Portugal. Havia quem fosse mais longe nas críticas à conduta espanhola. Para citar uma opinião de alguém muito revoltado contra o que dizia ser a progressiva conquista pacífica de Portugal pela Espanha (conquista essa que anulava entre os portugueses o "espírito anti-espanhol que era quase a única razão justificativa da independência nacional"), o capitão Aníbal de Azevedo dizia bater-se pelo começo de uma campanha anti-espanhola que despertasse o ódio adormecido à Espanha: "não só porque a Espanha constituiu para nós um perigo real e próximo, mas também porque, só pelo caminho agressivo do ódio, se poderá refazer a ideia de Pátria"[1132].

Até figuras cujo apreço pela Espanha ficaria conhecido manifestavam a sua perplexidade perante os atropelos cometidos por certos espanhóis. Um exemplo de uma atitude preocupada vinha de Fidelino de Figueiredo, que em 1922 se revelava abismado com a forma desinibida com que, por um lado, criminosos espanhóis contrabandeavam produtos (principalmente agrícolas) nacionais e, por outro lado, com o modo com que altos responsáveis políticos e económicos espanhóis seguiam uma política baseada na especulação financeira. Não deixando de referir que uma maioria de espanhóis se opunha a actividades tais como o contrabando[1133], Fidelino assinalava que ideias como a de um *Zollverein* ibérico teriam como consequência uma invasão lenta que desembocaria na subalternização completa do núcleo de menor vitalidade, isto é, com a absorção de Portugal. Mesmo a criação de um pretenso bloco ibero-americano afigurava-se-lhe como uma ideia "deliciosa" mas utópica como "um sonho de verão". Fidelino alertaria ainda que "ao longo da fronteira todo o espanhol que tem umas pesetas disponíveis compra casas, terras, quintas de recreio, para vir viver do lado de cá, nas horas de lazer da sua mediocridade [...]". Além disso, pinhais e matas eram "arrancadas" para Espanha. Urgia, portanto, travar a "moda espanhola de lusofilia" e a incessante "invasão económica"[1134]. Um tanto paradoxalmente, Fidelino de Figueiredo, que se revelaria influenciado pela *História da Civilização*

[1131] Matheus Ruivo, "A aliança anglo-latina como base do acordo Ibérico", *Vanguarda*, Lisboa, nº 1413, 18/5/1921, p. 1.

[1132] Aníbal de Azevedo, *Nós e a Espanha,* Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1922, p. 5. Aníbal de Azevedo dedicava este seu pequeno escrito a António Sardinha e a todos os portugueses de boa fé que ainda acreditavam nas vantagens da amizade peninsular.

[1133] Afirmava que o povo espanhol não poderia seguir as fantasias iberistas de Afonso XIII.

[1134] *Diário de Noticias*, Lisboa, nº 20421, 2/11/1922, p.

Ibérica, de Oliveira Martins, e que publicaria uma obra deveras relevante para a temática hispanista, intitulada *As duas Espanhas*, era alguém que em começos da década de vinte rejeitava certas possibilidades de aproximação ibérica que poderiam afectar a integridade nacional. É preciso contextualizar para que se perceba este aparente paradoxo. Fidelino viveu um período de exílio em Madrid (1928-1929) que o levou a olhar de maneira diferente para a cultura do país vizinho (embora não tenha deixado de elencar os defeitos do povo espanhol). É de realçar que Fidelino figura em 1917 como sócio da Comissão 1º de Dezembro, uma das mais importantes associações no que ao combate ao iberismo dizia respeito. Portanto, pertencendo à Comissão, não se estranha que em 1922 considerasse existir uma invasão económica espanhola ou que afirmasse que era necessário acabar com a "moda da lusofilia". À semelhança de Sardinha, que descobriu as virtudes do povo vizinho no exílio espanhol, também Fidelino de Figueiredo pode ter começado a olhar de outra maneira para a Espanha quando saiu de Portugal.

Ezequiel de Campos[1135] é outro exemplo de alguém cujo apreço pela Espanha ficou conhecido. Em *Pela Espanha* (1916)[1136], obra concebida com os objectivos de fazer uma ideia geral da vida espanhola, tentou transmitir a mensagem de que Portugal, país em muitos aspectos atrasado[1137], tinha imenso a aprender com os espanhóis no que se referia à vontade de trabalhar e ao modo como o trabalho se organizava[1138]. Nesse sentido, destacava a dedicação dos galegos[1139] ou o afinco com que o povo asturiano se dedicava à exploração mineira e à indústria do aço. Destacava ainda aquelas que dizia serem as mais produtivas regiões espanholas: Barcelona, Bilbau e Valência[1140], principalmente a primeira, pela beleza e cosmopolitismo e pelo

---

[1135] Ezequiel de Campos, formado em Engenharia Civil, foi ministro da Agricultura entre Novembro de 1924 e Fevereiro de 1925 e durante alguns dias no começo de Junho de 1926. Foi ainda chefe da Brigada de Estudos Hidráulicos dos rios Douro, Cávado e Tejo, director dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto e procurador à Câmara Corporativa (1935). Participou ainda na fundação do grupo doutrinário e crítico da *Seara Nova,* evidenciando as suas preocupações cívicas pelo país real.

[1136] Com chancela da Renascença Portuguesa e resultando de um conjunto de viagens realizadas em 1912 e 1915.

[1137] Dizia que, se em Espanha se ia percebendo que só mediante o aproveitamento das suas riquezas naturais se retomaria o progresso, em Portugal ainda era necessário aprender muitas lições (a emigração aumentava, os défices financeiros não paravam de crescer, faltavam matérias-primas e havia instabilidade política).

[1138] Ou aos modos como, a partir dessa organização do trabalho se poderia obter uma maior produtividade em sectores como o industrial ou o agrícola.

[1139] Os habitantes de Vigo, por exemplo, trabalhavam sem alardear as "elegâncias pelintras" de que Lisboa era rainha". Ezequiel de Campos*,* *Pela Espanha*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916, p. 76.

[1140] Valência, Bilbau e Barcelona eram no seu entendimento as cidades ibéricas que mais produziam e que tinham a maior capacidade de transporte de mercadorias. Barcelona, fabril, produzia lã, algodão,

seu contributo industrial para o enriquecimento global espanhol[1141]. Em termos gerais, a sua impressão era a de que os espanhóis eram muito mais empreendedores e organizados do que os portugueses (e muito menos dados ao ócio), o que se via em aspectos tão simples como a quase ausência em Espanha de mendigos a pedirem esmola ao forasteiro[1142]. Seria possível mudar a mentalidade dos portugueses observando os espanhóis? A resposta do autor era afirmativa. Poder-se-ia desenvolver a exploração metalúrgica e industrial, melhorar os sistemas de irrigação agrícola ou aproveitar de forma mais eficiente inúmeros terrenos inutilizados ou subaproveitados. Poder-se-ia igualmente dinamizar regiões fronteiriças como as dos rios Douro e Guadiana e reparar e construir novas infraestruturas (pontes, caminhos ferroviários e rodoviários ou portos marítimos), mediante um esforço conjunto que em nenhuma medida retirasse autonomia política a portugueses ou espanhóis[1143].

Contudo, Ezequiel de Campos, que tantas virtudes descobriu no povo espanhol, viria a alertar nos anos seguintes para os perigos que poderiam advir de uma aproximação "excessiva" à Espanha, ou seja, de uma aproximação que implicasse qualquer perda de soberania. Em 1917, na *Águia,* mostrava-se contra a criação de um *Zollverein* ibérico por não existir "sincronia" económica e financeira entre os dois países. Portugal, endividado e jungido à aliança inglesa, teria sempre um papel secundário nesse *Zollverein* e, por essa razão, ficaria exposto à invasão dos produtos industriais e agrícolas espanhóis e a um perigo de absorção que seria real enquanto Afonso XIII fosse rei e enquanto continuassem a existir atropelos à lei internacional na fronteira. Anos depois, juntamente com o citado Quirino de Jesus e o escritor Trindade Coelho, responderia a um pequeno inquérito promovido pela *Seara Nova*, voltando precisamente a prevenir para os tais perigos em que incorreria Portugal se se aliasse à Espanha. A crescente "infiltração económica" de companhias espanholas era para si indesejável. O contrabando continuava a afectar a economia. Seguindo as suas palavras, estava-se perante uma "quadra muito perigosa, em que a incompetência do

---

linho, sementes, tecidos, chapéus e calçado. Valência valia pela sua riqueza agrícola (batatas, cebolas, amendoins, beterrabas, trigo, laranjas, limões, entre outros produtos). Quanto a Bilbau, cidade mineira, as suas áreas fortes eram, como em toda a região asturiana, a metalurgia e o carvão e aço. Cf. Id., *Ibidem,* p. 124.

[1141] Invadida por "todos os modernismos", Barcelona era uma cidade cheia de vida e agitação, completamente diferente de todas as outras da Espanha. Id., *Ibidem,* p. 92.

[1142] "Embora por toda a parte haja recomendações de não cuspir, de não fumar, de não dizer obscenidades e de não mentir, só esta se vê cumprida". Id., *Ibidem,* p. 225.

[1143] Id., *Ibidem,* pp. 356-7.

governo pode comprometer a nossa independência económica"[1144]. No mesmo sentido iam Trindade Coelho e Quirino de Jesus. Se o primeiro denunciava sucessivas violações espanholas ao Direito Internacional, principalmente no que se referia à pesca e à especulação espanhola, que acentuava a depressão cambial[1145], o segundo, porém, mostrando-se como noutras ocasiões crente nas potencialidades do povo português para se regenerar a partir de dentro, preferia enaltecer o sentimento patriótico que levava os portugueses a enfrentarem a sua má fortuna, concentrando-se no desenvolvimento das colónias africanas, em vez de procurarem soluções que se poderiam revelar nefastas, como uma hipotética ligação ibérica (fosse ela "geográfica, política ou etnográfica")[1146].

Não eram somente as infracções cometidas pela Espanha que desassossegavam estes autores. Todos coincidiam num conjunto de ideias. Primeira: o maior perigo para os portugueses vinha de dentro. Segunda: os governantes não conseguiam dar estabilidade ao país. Terceira: quanto maior fosse a instabilidade, maior seria a vulnerabilidade e a incapacidade para fazer face aos caprichos de nações mais poderosas. É necessário situar as preocupações de autores como os referidos. 1922, ano em que o fascista Mussolini ascendeu ao poder em Itália, foi (mais um ano) de crise económica, política e militar para Portugal. Depois da tentativa de revolução em que participaram todas as unidades navais e quase todas as unidades da GNR, em Outubro do ano anterior, António Maria da Silva assumiu o poder, trazendo alguma acalmia governativa, mas não se extinguiram as ameaças de golpe de Estado. Logo em Fevereiro, tropas oriundas da província concentraram-se em Lisboa para combater as greves operárias em curso, o que deixou as tropas da capital em alerta. O próprio governo transferiu-se para Caxias com receio de possíveis intentonas revolucionárias. Em Abril, uma greve geral de três dias levou à prisão de cerca de duzentos operários. Em Setembro rebentaram bombas no Porto e, ainda antes do final do ano, houve tempo para novas greves, desta vez nos sectores da construção civil e da metalurgia, e para uma crise cambial.

[1144] "Inquérito: Portugal-Espanha", *Seara Nova,* Lisboa, nº 19, 3/11/1922, p. 99.
[1145] Apesar desta posição, Trindade Coelho, sócio da Comissão 1º de Dezembro, defenderia a criação de um bloco Luso-Hispano-Americano fundado sobre a necessidade de agrupar povos que se ligassem pela raça. Segundo Alejandro Padilla, ministro espanhol em Lisboa, Coelho incluía a Espanha nesse bloco, o que constituía um "exemplo de cavalheirismo". Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1710 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1922, Política, nº 568, 8/7/1922.
[1146] "Inquérito: Portugal-Espanha", *Seara Nova,* Lisboa, nº 19, 3/11/1922, p. 98.

Como mais uma vez se constata, a "crise" (ou crises) foi o móbil de acção tanto dos que defendiam como dos que repeliam uma aproximação à Espanha. Só se percebem certas declarações tendo em mente que o Portugal republicano, frágil em termos económicos, foi um país constantemente condicionado pela agitação social e política, sempre vigiado pelas principais potências europeias, nomeadamente, a Inglaterra, a França, a Alemanha e, devido à proximidade geográfica, a Espanha de Afonso XIII.

Perante uma conjuntura marcada por greves, desacatos ou tentativas de golpes de Estado, não era de esperar que na imprensa periódica portuguesa se deixasse de ver a Espanha como uma ameaça. As preocupações em relação à "ameaça espanhola" ganharam destaque um pouco por toda a imprensa, fosse ela mais ou menos conservadora. Em editorial do *Diário de Notícias,* de começos de Novembro de 1922, soava o alarme para algo merecedor da maior estupefacção: espanhóis faziam negociatas obscuras em Lisboa perante a inoperância dos governantes nacionais[1147]. Pela mesma altura, Alfredo Pimenta bradava no *Correio da Manhã*, órgão oficioso da causa monárquica, que era preciso salvar Portugal de "amizades que vexam"[1148]. E no início do ano seguinte, no *Rebate,* acusavam-se portugueses "degenerados" que, alimentados "fartamente pelas pesetas", percorriam os postos de Lisboa mais adequados à propaganda pela desordem contra a República[1149]. Lendo notícias como estas, reforça-se a percepção de que, quanto mais se fizesse sentir a crise ou quanto mais se sentisse que o país caminhava para o abismo, maior era a tendência para procurar inimigos externos e traidores, vendidos ou "amigos" da Espanha.

Temas como o das pescas ou do contrabando eram recorrentes nas páginas dos periódicos nacionais porque o medo sentido em relação aos intentos espanhóis não se extinguia. Havia sempre espaço para generalizações baseadas em boatos ou notícias muitas vezes desprovidas de isenção jornalística. Mais do que informar, espalhava-se o caos. Espanhóis sem nome — como se dizer "espanhóis" fosse sinónimo de doença — cometiam todo o tipo de atropelos contra Portugal. Não nomeando os autores dos supostos "crimes", criava-se um inimigo fácil, sem rosto, um inimigo que não se podia defender das acusações que lhe eram feitas. Assim, os espanhóis que roubavam o peixe português tanto podiam ser todos os espanhóis como nenhum espanhol.

[1147] *Diário de Noticias*, Lisboa, nº 20421, 2/11/1922, p. 1.
[1148] *Correio da Manhã*, Lisboa, nº 551, 1/11/1922, p. 1.
[1149] *Rebate*, Lisboa, nº 326, 21/2/1923, p. 1.

Atente-se no modo como estas diferentes questões eram apresentadas em periódicos que nem sempre seguiam a mesma linha editorial. No monárquico, católico e sidonista a *Época* noticiava-se que os pescadores espanhóis "arruinaram a nossa pesca" e "abusam descaradamente da tolerância que se lhes concede" e que os "galegos" usavam dinamite para pescar em terras portuguesas[1150]. No mesmo periódico se afirmava que uma comissão de pescadores de Peniche se deslocara a Lisboa queixando-se de traineiras espanholas armadas que, além de roubarem o peixe, agrediam os pescadores portugueses[1151]. No diário republicano da manhã a *Pátria,* dirigido por Nuno Simões, sócio da Comissão 1º de Dezembro, relatava-se um abuso cometido em Sesimbra por cercos a vapor espanhóis que não hesitavam em atacar os pescadores portugueses[1152]. No *1º de Janeiro,* Guedes de Oliveira, brioso do seu desprezo pela "colaboração espanhola", difundia opiniões partilhadas por muitos: se, por um lado, sublinhava que o peixe português aos portugueses e a mais ninguém pertencia, por outro lado, criticava o contrabando "impune" e a exportação ao desbarato para Espanha de gado, de ovos, de peixe e de tudo o que para alimentar o povo português fosse essencial[1153]. Levavam-se para Espanha os bens mais essenciais, provocando a alta dos preços e a especulação comercial[1154]. O deputado Francisco Cruz espantava-se mesmo por o ministro dos Negócios Estrangeiros não fazer qualquer declaração sobre o que se estava a passar na fronteira: "É um roubo o que os espanhóis nos estão fazendo"[1155]. No republicano *Imprensa Nova,* que pugnava pela "imparcialidade mais absoluta" (no sentido em que se afastava de querelas partidárias), alertava-se para outra realidade: ao longo da fronteira vinham sendo compradas por espanhóis imensas terras que continuavam a ser dirigidas por feitores portugueses para "não dar nas vistas". Havia em Espanha quem alimentasse a intenção oculta de conquistar Portugal pacificamente[1156]. Ou como diria o citado deputado Francisco Cruz: "Tenho visto, e com grande mágoa de português, que uma grande parte das acções da Companhia das Lezírias, um dos melhores pedaços de

---

[1150] "NEMO" [F. de Sousa], "O Ibero-americanismo", *Época*, Lisboa, nº 1263, 23/1/1923, p. 1.
[1151] *Ibidem,* nº 1573, 3/11/1923, p. 1.
[1152] *Pátria*, Lisboa, nº 892, 28/4/1923, p. 1.
[1153] Guedes de Oliveira, "A infiltração", *1º de Janeiro*, Porto, nº 66, 21/3/1923, p. 1.
[1154] Quem o dizia era o deputado Torres Garcia. Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* 107, nº 51, 13/6/1923, p. 4.
[1155] *Ibidem,* 1, nº 140, 7/8/1924, p. 8.
[1156] A invasão ia ganhando "proporções duma onda avassaladora" "A pá de Aljubarrota", *Imprensa Nova*, Lisboa, 15/4/1923, p. 1.

terra portuguesa, está sendo adquirida por espanhóis"[1157]. No republicano *Diário de Lisboa* advertia-se: "Tenham cuidado! Portugal não é país que se deixe apanhar nas redes como tordos"[1158]. Portugal não era país que se deixasse apanhar. O povo e as autoridades estavam atentas às movimentações espanholas ao longo da fronteira. O peixe era dos portugueses[1159]. A Espanha queria conquistar Portugal a partir da economia. Dizia-se também que, por detrás do contrabando ou de certas negociatas mais ou menos obscuras estava a vontade de fazer dos portugueses espanhóis. Os argumentos repetiam-se ano após ano. Bastava um pretexto para que se falasse acerca dos desejos secretos alimentados pelos espanhóis em relação a uma anexação de Portugal. Até António Sardinha, que em 1924 já teorizava sobre o peninsularismo, criticava a "invasão" económica, referindo que não era hispanista para proveito de firmas "sinistras", nem de "estômagos ávidos", e denunciando certas tentativas de formação de monopólios económicos[1160] por parte de portugueses "mancomunados" com financeiros espanhóis[1161]. Estas manifestações surgidas na imprensa não tinham, porém, o apoio oficial dos responsáveis políticos, certamente pouco interessados em comprar querelas com responsáveis diplomáticos que não ficavam nada satisfeitos com o que se escrevia na imprensa portuguesa. São vários os exemplos de reacções contra o que se publicava. Quando, em Junho de 1918, o governo espanhol comprou acções da Companhia Ferroviária de Portugal, referia-se na *Situação,* diário republicano matutino[1162], que existia uma tentativa de absorção económica. Alejandro Padilla, ministro espanhol em Lisboa, indignava-se: dizia que era triste que Portugal, invadido por "outros capitais estrangeiros", se alarmasse com a possibilidade de empresários ou mesmo o governo espanhol investirem em Portugal[1163]. Em 1923,

---

[1157] *Diário da Câmara dos Deputados*, 1, nº 41, 2/3/1923, p. 7.
[1158] *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 563, 6/2/1923, p. 1.
[1159] Alerte-se para o facto de também se encontrarem críticas feitas por espanhóis à forma como os pescadores espanhóis se comportavam em águas portuguesas. O jornalista e tradutor Pedro González-Blanco (irmão do escritor e crítico literário Andrés González-Blanco e do filósofo e ensaísta Edmundo González-Blanco) afirmava que Portugal devia tomar medidas enérgicas para defender os seus interesses contra a intromissão dos pescadores espanhóis em águas jurisdicionais portuguesas. Acrescentava González-Blanco que, em águas portuguesas, os espanhóis se apoderavam de considerabilíssimas quantidades de pescado com agravo para os interesses dos portugueses. Quem o citava era o diplomata Alejandro Padilla. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1711 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1923, Política, n º 833, 15/11/1923.
[1160] Por exemplo, sobre o "apetecível condomínio das nossas águas".
[1161] António Sardinha, "A questão da pesca", *Nação Portuguesa,* Lisboa, 3ª série, nº 1, 1924, p. 43.
[1162] *Situação,* Lisboa, 2/6/1918, p. 1.
[1163] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 3015 Guerra Europeia Ind. 26 sf, Política, nº 288, 7/6/1918.

Alejandro Padilla encontrou-se com Teixeira Gomes, Presidente da República. Padilla queixava-se da atitude hostil de grande parte da imprensa portuguesa para com a Espanha. Dava os exemplos de Fernando de Sousa, director da *Época*, e Trindade Coelho, antigo presidente da Sociedade Amigos de Espanha em Portugal. Acerca do projecto de construir uma ponte sobre o Tejo (projecto esse do espanhol Peña), este último chegava ao "absurdo" de dizer que era preciso estudar o projecto sob o aspecto militar. Padilla citava ainda os artigos de Cunha Leal, então director do *Século,* contra a aquisição de propriedades por espanhóis em Portugal. Ora, a atitude do Presidente da República era clara: sossegava o diplomata espanhol dizendo que se opunha a tudo o que prejudicasse a aproximação ibérica. Desvalorizava por isso os artigos dos mencionados autores, afirmando até que Sousa era um inimigo da República e que Trindade Coelho se alardeava de independente sem dizer que regime político apoiava[1164].

Não se pense que com o advento da ditadura de Primo de Rivera em Espanha ou com o posterior advento da Ditadura Militar em Portugal, este tipo de receios perdeu fulgor na imprensa. Sem dúvida que as ditaduras contribuíram para que as relações peninsulares se tivessem harmonizado, mas tal não quer dizer que os problemas se tivessem esfumado. Constata-se até que, tendo continuado por resolver[1165] questões relacionadas com os mares, as pescas ou a energia hidroeléctrica continuaram a fazer parte das preocupações de inúmeros periodistas. Nem certos espanhóis deixaram de ver Portugal como uma terra decadente nem certos portugueses deixaram de procurar ocasiões para defenderem de forma acérrima, extremada mesmo, a independência nacional. Se um espanhol acusasse Portugal de ser uma nação com um património "minguado", uma "fazenda arruinada", um "exército sem missão" e "colónias nominais"[1166], logo surgia quem garantisse que não eram os portugueses que roubavam peixe em águas espanholas. Decadentes ou não, dizia-se por exemplo no *Correio da Manhã*, os portugueses não se aproveitavam do trabalho do povo vizinho, nem daquilo que à Espanha pertencia. Para além disso, não se podia levar a sério indivíduos de "enciclopédica ignorância" que nem sequer sabiam que Portugal era dono de um "império colonial, onde todos os espanhóis caberiam arrumados a um

---

[1164] *Ibidem*, Política, nº 232, reservado, 21/3/1923.

[1165] Leia-se: continuando a não existir tratados ou convénios que fossem satisfatórios para ambos os países.

[1166] Respondia-se concretamente a um artigo publicado em começos de Abril de 1925 no *Noticiero Sevillano*, da autoria do advogado, jornalista e ex-deputado José Gastalvez.

cantinho"[1167]. Mais: não só não se poderia levar a sério o que certos indivíduos diziam como se poderia responder na mesma moeda[1168].

Em finais de Julho de 1925, a barra do Guadiana foi fechada para os portugueses, tendo alguns barcos sido inclusivamente aprisionados. Como foram aprisionados esses barcos? Perseguidos pelos espanhóis, os pescadores portugueses procuraram abrigo em águas nacionais, mas mesmo em águas nacionais acabaram por ser aprisionados. O caso acabou no Tribunal Internacional de Haia, com o governo português a protestar contra o "aprisionamento ilegal de galeões portugueses em águas portuguesas"[1169]. Os espanhóis responderiam argumentando que o tratamento aplicado pelo comandante da canhoneira "Vasco Nuñes de Balbõa" aos galeões portugueses apresados tinha sido razoável[1170]. Mas na imprensa este acto era tido como "ilegal" e revelador de uma forma de pensar em tudo imperialista[1171]. Quando, no ano seguinte, se afirmava no jornal republicano a *Tarde* que a ideia de uma Espanha interessada em ter um vizinho próspero e forte era simplesmente "idiota", o que se queria dizer era que, não obstante certas tentativas de passar uma imagem de transigência e amizade, os espanhóis em geral, sem qualquer tipo de respeito pela vizinhança, agiam a seu bel-prazer. Entravam, por exemplo, em águas portuguesas com cercos, aparelhos de arrastar e dinamite[1172]. Resumindo: onde os espanhóis queriam harmonia eram amigos dos portugueses, onde conflituavam eram rivais[1173]. No mesmo periódico, referia Vasco Calafate que com aliados destes não se poderia contar: os pescadores espanhóis invadiam a costa portuguesa e roubavam em alturas em que os cardumes de sardinha mais abundavam[1174].

Este tipo de críticas não baixaria de tom. Referia-se que cidadãos espanhóis dinamitavam as águas portuguesas na tentativa de saquear o peixe, que faziam negociatas suspeitas em terras lusitanas e que levavam quase de borla todo o tipo de produtos produzidos em Portugal. Em 1928, afirmava-se na *Tarde* que os capitalistas espanhóis pretendiam adquirir fábricas de consumo portuguesas ameaçadas pela

[1167] *Correio da Manhã*, Lisboa, nº 1404, 6/4/1925, p. 1.
[1168] Na *Tarde*, sustentava-se a opinião de que Gastalvez era tão livre de criticar Portugal como os portugueses eram livres de criticar a ditadura espanhola de Rivera. *Tarde*, Lisboa, nº 505, 6/4/1925, p. 1.
[1169] 31 de Julho de 1925, data do denominado (pela imprensa) "incidente do Guadiana".
[1170] "O incidente do Guadiana", *Diário da Tarde*, Lisboa, nº 103, 11/8/1925, p. 3.
[1171] *Século*, Lisboa, nº 15598, 4/8/1925, p. 1.
[1172] *Tarde*, Lisboa, nº 922, 2/9/1926, p. 1.
[1173] *Ibidem*, nº 925, 7/9/1926, p. 1.
[1174] Vasco Calafate, *Ibidem*, n º1009, 4/12/1926, p. 1.

falência[1175]. Com que objectivo? Com o objectivo de irem fazendo desaparecer a nacionalidade portuguesa. Já se viu que a imprensa portuguesa concedeu muito destaque ao tema da infiltração/invasão económica espanhola. Eis outros exemplos de um outro tipo de infiltração, mais relacionado com bancos e sociedades de crédito. Em 1928, perguntava-se no monárquico *Correio da Manhã* se a Sociedade de Crédito Nacional Peninsular e Americano teria outro objectivo para além de chegar a um *Zollverein* ibérico[1176]. Por outro lado, segundo se afirmava no *Diário de Notícias*, o Banco de Crédito Peninsular e Americano em Madrid tinha vindo a Portugal com o intuito de integrar o capital espanhol em empresas e negócios estabelecidos em Portugal e no Brasil, o que só por si constituía motivo suficiente para deixar as autoridades em estado de alerta[1177]. E quando em 1930 foi constituída a Sociedade Financeira Hispano-Portuguesa, com sede em Luanda e representada pela Sociedade Torladas, logo se sucedeu um rol de artigos manifestando perplexidade com a invasão destas sociedades espanholas.

Em suma, se, como ao longo desta tese se tem visto, muitos dos que se opunham a aproximações "exclusivas" entre os dois países acabavam por admitir que algo deveria ser feito em termos económicos para auxiliar os dois países, o que aqui se constata é algo diferente. Assiste-se a um comportamento quase padronizado de portugueses que, ao mínimo sinal de "perigo", se exaltavam, revelando uma desconfiança total em relação a qualquer movimentação espanhola em Portugal. É verdade que o mundo de então não era tão aberto ou global como o de hoje. Talvez por isso fossem mais incomuns certas possibilidades de aproximação ou certos negócios de estrangeiros no país. Também é verdade que a vontade por várias vezes revelada por Afonso XIII e outras figuras políticas e intelectuais espanholas de fazerem da Península um só país não ajudou a gerar um bom ambiente entre os dois países. Porém, quando se olha para as notícias e textos de opinião aqui citados, fica-se com a sensação de que em Portugal se reagia com um exagero desnecessário a situações que quase sempre poderiam ser sanadas com serenidade e bom-senso.

[1175] *Ibidem*, nº 919, 30/8/1928, p. 1.
[1176] *Correio da Manhã*, Lisboa, nº 2365, 5/3/1928, p. 1.
[1177] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 22305, 3/3/1928, p. 1.

4. 8. Da ditadura de Primo de Rivera à Segunda República espanhola

Durante a noite de 13 de Setembro de 1923, Miguel Primo de Rivera, capitão geral da Catalunha, apresentou um manifesto (dirigido ao exército e à população) em que prometia libertar a Espanha dos políticos profissionais. Na sequência de um pronunciamento militar, as Cortes foram dissolvidas, suspendeu-se a constituição e foi implantado um Directório Militar (1923-1925[1178]) chefiado pelo próprio Rivera. Não tendo cumprido a promessa de libertar o país dos políticos profissionais, o ditador conseguiu no entanto limpar a Espanha de tudo o que lhe pudesse fazer oposição. Para além da proibição da existência dos partidos políticos e da fundação da União Patriótica (1924), perseguiu anarquistas e comunistas e abafou as vozes regionalistas (acabou, por exemplo, com a Mancomunidad na Catalunha). Os acontecimentos em Marrocos propiciaram a chegada ao poder de alguém cujo discurso populista se centrava na promessa de reerguer a pátria dos escombros. É de recordar que, a 20 de Julho de 1921, uma divisão comandada pelo general Silvestre[1179] foi emboscada em Annual por uma tribo comandada por Abd-el-Krim, tendo morrido cerca de dez mil soldados[1180]. Uma semana depois, mais sete mil soldados foram massacrados[1181]. Estavam criadas as condições para a subida ao poder de alguém que prometesse a glória ao povo espanhol.

Primo de Rivera era visto pela opinião pública como o homem que relançara a economia espanhola e trouxera de volta a estabilidade social. Era também visto como aquele que incutira uma nova dinâmica psicológica, mais optimista, ao país. Através de pequenos gestos simbólicos[1182], o general contribuiu para gerar um novo clima. De modo a solucionar o problema marroquino, levou a tribunal os principais responsáveis pelo descalabro: os generais Berenguer e Navarro, assim como outros oficiais subalternos, foram obrigados a comparecer perante o Conselho Supremo do Exército (Junho de 1924). Berenguer passou à reserva e Navarro foi absolvido. Os restantes militares receberam penas leves. Mas o problema de Marrocos estava longe de resolvido. Os africanistas exigiam que se pusesse fim às escaramuças na zona oriental do protectorado marroquino espanhol. Foi só em Abril de 1925, quando Abd-el-Krim

[1178] Em 1926, um Directório Civil sucedeu ao Directório Militar.
[1179] Acabou por se suicidar após este grande revés.
[1180] E foram aprisionados cerca de quatro mil soldados.
[1181] Antony Beevor, *Guerra Civil de Espanha,* Lisboa, Bertrand, 2006, p. 24.
[1182] Por exemplo, recebeu o dirigente da UGT e o governador civil de Madrid visitou a Casa do Povo.

atacou a zona francesa de Marrocos, que Primo de Rivera aproveitou para convencer a França a empreender uma acção conjunta. Graças ao apoio da marinha francesa, um corpo expedicionário espanhol reconquistou o território deixado nas mãos dos rebeldes do Rife três anos antes[1183].

Recuperando o espírito regenerador nascido em 1898, Rivera não envidou esforços para reatar os laços diplomáticos que uniam o seu país a Portugal e aos países americanos de influência espanhola (o ditador chamava-lhes "Repúblicas ibero-americanas"). Apoiou manifestações de aproximação cujo mais espectacular exemplo foi o voo do *Plus Ultra,* hidroavião que partiu de Palos e chegou ao Brasil passados dezanove dias, após escala nas Canárias[1184]. Rivera patrocinou ainda a Exposição Ibero-Americana (Sevilha, 1929), que correspondia a um desejo de estreitar os laços com as antigas colónias americanas. É mesmo possível dizer que até 1930, ano em que, abandonado pelos altos comandos militares e pelo rei, foi obrigado a pedir a sua demissão e exilar-se em Paris, Primo de Rivera tentou seguir uma política de aproximação a Portugal, política essa favorecida pelo advento do Estado Novo. E facto é que, a partir do momento em que começaram a coexistir duas ditaduras na Península, as relações entre Portugal e Espanha foram marcadas por uma certa cordialidade e ganharam consistência as possibilidades de os dois países chegarem a acordos. O ditador espanhol tentou uma política de realismo e de busca de amizade com Portugal, descartando qualquer tentação iberista. Assim que chegou ao poder, convocou o ministro português em Madrid, na altura Melo Barreto, garantindo-lhe que tentaria fazer com que as relações ibéricas se pautassem por um "íntimo afecto" e "interesse mútuo"[1185]. Sucederam-se alguns gestos de amizade. Em Dezembro de 1924, aquando das Comemoração do Centenário do Nascimento de Camões[1186], o poeta foi homenageado em Madrid. O objectivo era estreitar as relações ibéricas. Acompanhada por Melo Barreto, uma comitiva portuguesa[1187] chegou a

[1183] Cf. Eduardo González Calleja*, La España de Primo de Rivera. La modernización autoritaria 1923-1930*, Madrid, Alianza Editorial, 2005.
[1184] Este voo realizou-se em 1926 e teve como destino último Buenos Aires.
[1185] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, 13 A, Série A, nº 178, Madrid, 21/9/1923.
[1186] Em 1925, no seguimento do IV Centenário do Nascimento de Camões no ano anterior, o 10 de Junho tornou-se feriado nacional sob a denominação de "Festa de Portugal".
[1187] A referida comitiva era composta pelo general Pereira Bastos e pelo capitão Alarcão Osório, em representação do Exército e da Armada, respectivamente, por Costa Santos, pelo engenheiro Raul Caldeira e por Alexandre Ferreira. Em representação das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto estavam o poeta Eugénio de Castro, Queirós Veloso e Leonardo Coimbra, respectivamente. António Baião viajava em nome da Faculdade de Ciências de Lisboa, Joaquim Fontes representava a

Espanha a 14 de Dezembro para uma Festa na Biblioteca Nacional. O anfitrião do evento, Afonso XIII, aproveitava a ocasião para referir que, depois de tempos de divergências políticas, a homenagem a Camões, que no fundo era uma homenagem a Portugal, constituía um importante passo para assumir vínculos "fraternos" e "indestrutíveis" que ligavam a Península a um passado de glória[1188]. Integrada nesta homenagem a Camões, decorreu na União Ibero-Americana uma sessão em que mais uma vez se fizeram, pela voz do seu presidente, o marquês de Figueroa, referências ao estado das relações ibéricas. Referia Figueroa que existia entre Portugal e Espanha uma "união espiritual", "uma comunhão de ideais ou precedentes históricos que proclamavam a confraternidade"[1189]. Outros gestos de amizade foram a supressão por parte da Espanha do coeficiente de desvalorização do escudo (Julho de 1927), as reuniões de Rivera com estadistas portugueses em Viana do Castelo e Mondariz (9 e 10 de Agosto de 1929) e a viagem de Óscar Carmona a Espanha (1929)[1190]. Destacam-se ainda as conversações sobre o aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro (Julho de 1927) e a Conferência Económica Luso-Espanhola (1928) que teve lugar no Palácio das Necessidades, em que foi possível chegar a um entendimento sobre assuntos tais como as comunicações ferroviárias, rodoviárias, fluviais, telegráficas e telefónicas. Ainda em 1928 (Novembro) realizou-se em Madrid a Exposição do Livro Português[1191], que representava uma forma de homenagear a cultura portuguesa. Segundo se dizia na *Gaceta Literaria,* esta exposição representava uma oportunidade para que os dois países olhassem para um amanhã ou um *porvenir*, deixando para trás "vergonhosos" ressentimentos e desconhecimentos "selvagens". Alertava-se também neste periódico para a triste realidade que era a de em Portugal se ler quase nada da produção literária espanhola, e de em Espanha se desconhecer em

---

Associação de Arqueólogos, Araújo Coelho a Torre do Tombo e Raul Proença a Biblioteca Nacional. Já Louis Deront representava a Imprensa Nacional. Havia igualmente jornalistas do *Século* e do *Diário de Notícias*.

1188 Escrevia-se no *Imparcial* que portugueses e espanhóis, homens que tinham levado a civilização ao Novo Mundo, e cuja obra de redenção e de progresso se cimentara num vasto império colonial, deveriam olhar para o futuro como algo que se poderia revestir novamente de glória. Camões e Cervantes não tinham morrido. Cf. *Imparcial*, Madrid, nº 20254, 14/12/1924, p. 1.

1189 *Ibidem*, nº 20255, 15/12/1924, p. 1

1190 Hipólito de la Torre Gómez, "A I República e a Espanha", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Lisboa, Tinta da China, 2011, p. 135.

1191 Com conferências de Hernâni Cidade, Câmara Reis, Armando Cortesão e António Ferro. Esta Exposição reuniu nas vitrinas da Biblioteca Nacional madrilena cerca de quatro mil volumes enviados pela Associação de Editores Portugueses, com o objectivo de projectar uma imagem moderna do mundo editorial português.

absoluto a produção portuguesa contemporânea[1192].

Tendo tido o cunho pessoal do ditador, as exposições internacionais ocorridas na década de 20 no país vizinho, e que muito contribuíram para reforçar os laços políticos, económicos e culturais entre os países peninsulares e entre estes e os países americanos de influência ibérica, inserem-se num contexto mais alargado. A partir de finais do século XIX, as secções coloniais das Exposições Universais cresceram exponencialmente e, com o fim da Primeira Guerra, ocorreu um grande número de exposições internacionais não só na Europa como na América[1193]. A ideia de realizar uma Exposição em Sevilha nasceu em 1909, por proposta do comandante de artilharia Luis Rodríguez Caso, mas foi sofrendo vários atrasos. O que motivou a sua organização foram os desejos de afirmar a confraternização entre os povos de "raça ibérica" e de ver continuada a "grandeza secular da pátria espanhola"[1194]. A Exposição de Sevilha foi vista por alguns dos seus organizadores, como Yanguas Messia[1195], como uma boa oportunidade para que as nações ibero-americanas fortalecessem "o seu amor pela mãe-pátria" e para que as nações peninsulares se aprendessem a orgulhar "das nações independentes e fortes "nascidas do seu passado"[1196].

Embora Primo de Rivera quisesse que constituíssem prova da força da sua própria imagem pessoal, as Exposições de Sevilha e Barcelona, que ocorreram em simultâneo, acabaram, porém, por ser os últimos eventos em que esteve presente. Rivera percebeu que poderia granjear prestígio e legitimidade mediante a construção de grandes obras públicas e da organização de eventos com projecção internacional. Com a realização dos certames acima referidos pretendia-se mostrar o importante

---

[1192] "Ante la exposición del Libro Portugués", *Gaceta Literária,* Madrid, nº 29, 1/3/1928, p. 1. A *Gaceta Literaria* teve um importante papel neste evento. Reunida a Comissão Executiva espanhola, presidida pelo marquês de Figueroa, acordou-se que se destacaria o director da revista, Giménez Caballero, em viagem a Lisboa para preparar uma Comissão Executiva portuguesa. Referia-se no periódico que Portugal se mostrara generoso desde o primeiro momento, dedicando ao director da *Gaceta* as primeiras páginas de jornais como a *Voz,* o *Diário de Notícias,* o *Século* ou o *Diário de Lisboa.* Caballero foi ainda recebido por António Ferro e Américo Castro. Cf. *Ibidem,* Madrid, nº 33, 1/5/1928, p. 8.

[1193] Desde as Exposições de Paris (1889 e 1900) e Chicago (1893) ou São Luís (1904) à de São Francisco (1915), vários são os exemplos.

[1194] Não se esquecia a "colaboração gloriosa de Portugal na obra de descobrir um Novo Mundo". Cf. *Sevilla. Exposición Iberoamericana de 1929-1930: Guía Oficial*, Barcelona, Madrid e Sevilha. Negociado de Publicidad de la Exposición Ibero-Americana, 1929, p. 20.

[1195] Yanguas Messia foi ministro de Estado entre 3 de Dezembro de 1925 e 20 de Fevereiro de 1927, e presidente da mesa da Assembleia Nacional espanhola entre 10 de Outubro de 1927 e 6 de Julho de 1929. Fernando de Sousa, director da *Voz,* descreveria Messia como um sujeito robusto, culto, inteligente, catedrático (em Direito Internacional) eloquente, colaborador do "eminente estadista" Primo de Rivera. Cf. F. de Sousa, "Trinta e seis horas em Madrid", *Voz*, Lisboa, nº 257, 22/10/1927, p. 1.

[1196] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 22298, 25/2/1928, p. 1.

desenvolvimento que a Espanha vinha conseguindo e recuperar a imagem desgastada da ditadura. Se a Exposição de Sevilha, que é a que aqui interessa, foi concebida para celebrar a permanência dos vínculos da metrópole com as ex-colónias[1197], a de Barcelona pretendia promover a imagem de uma Espanha industrial e moderna, à imagem do governante[1198].

Talvez por patentear uma imagem de grandeza industrial e económica, a Exposição de Barcelona acabou por eclipsar a de Sevilha[1199]. No entanto, Portugal apostou modestamente na Exposição Internacional de Barcelona. A sua representação, não oficial, saldou-se pela presença de algumas empresas que promoveram produtos industriais e de artesanato com o apoio da Câmara de Comércio e do Consulado Português em Barcelona. Esta última entidade haveria de se queixar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da escassa representação portuguesa[1200]. A opção dos governantes portugueses foi de se fazer representar em Sevilha. Dias antes da inauguração do evento, partiu de Lisboa um paquete em direcção à capital da Andaluzia levando a bordo algumas figuras ilustres[1201]. E no dia da inauguração partiram três hidroaviões para "abrilhantarem" ainda mais a presença portuguesa[1202].

[1197] Pretendia reforçar os laços comerciais e culturais com a América espanhola.

[1198] À Catalunha caberia mostrar que, sendo a principal região industrial do país, a Espanha pertencia ao grupo de países mais desenvolvidos em termos técnicos e industriais. O núcleo industrial da Exposição de Barcelona compôs-se de onze pavilhões dedicados à agricultura, indústria, comércio e inovações científicas aplicadas à indústria. O núcleo das Artes de Espanha desenvolveu-se em dois edifícios, o Palácio Nacional e o de Arte Moderna. O núcleo dos Desportos teve como construção principal um estádio com capacidade para cerca de sessenta mil espectadores. Fora dos núcleos principais, destacou-se o Pavilhão das Missões, ao qual aderiram todas as missões espanholas do Extremo Oriente, África e América. Destacou-se também o Pavilhão da Cidade de Barcelona, o Pavilhão do Estado Espanhol e o Pueblo Oriental, constituído por edifícios de estilo oriental, representando sobretudo as colónias francesas e inglesas.

[1199] A Exposição de Sevilha incluiu a Exposição de Arte Antiga, a Exposição de Arte Moderna, a Exposição Histórica da Colonização Espanhola na América, a Exposição das Regiões Espanholas, a Exposição Histórica de Sevilha, a Exposição das Indústrias Gerais, a Exposição de Agricultura, a Exposição Geral da Indústria Espanhola, a Exposição Colonial, a Exposição do Livro, a Exposição Nacional de Turismo, a Exposição da América e Portugal, e Concursos e Exposições de Ganadaria, Congressos e Assembleias. À volta dos grandes núcleos foi organizada uma série de iniciativas culturais (colóquios, exposições, seminários e congressos). Desta exposição anunciou-se o lançamento de um *Livro de Ouro da Exposição*, dividido em quatro volumes e organizado por Mariano Ferrer Bravo, da Câmara Real e oficial do exército espanhol. O primeiro desses volumes, editado pela União Ibero-Americana, presidida pelo duque de Alba, englobaria uma série de estudos dedicados à Espanha e a Portugal. Os restantes três, na altura da notícia ainda não editados, destinar-se-iam ao estudo das Repúblicas americanas. Sobre Portugal, constavam textos dedicados ao escudo e ao mapa, à política e literatura, à história, ao comércio, às finanças e à comunicação. Cf. *Século*, Lisboa, nº 16483, 27/17/1928, p. 1.

[1200] A notoriedade da Exposição de Barcelona deveu-se em parte à notoriedade do Pavilhão da Alemanha, projectado por Mies Van Der Rohe.

[1201] Como os jornalistas João Pereira da Rosa, Gustavo de Matos Sequeira, Abel Moutinho, o padre Miguel de Oliveira e Nogueira de Brito. O paquete ficou ancorado em Sevilha durante uma semana.

[1202] Cristina Ferreira de Almeida, *Barcelona, 1929,* Lisboa, Expo' 98, 1995, p. 44.

A cerimónia foi presidida pelos reis de Espanha e nela compareceu também o general Primo de Rivera. O paquete e os hidroaviões portugueses chegaram durante a cerimónia inaugural e foram saudados pela multidão. O momento alto da presença portuguesa deu-se a 11 de Maio, data da inauguração oficial do Pavilhão Português[1203], que veio a funcionar como consulado português em Sevilha. Para receber os reis nesta cerimónia estiveram presentes Quintão Meireles, ministro dos Negócios Estrangeiros, o ministro português em Madrid, Melo Barreto, o comissário régio da Exposição, a oficialidade da divisão naval, elementos do pavilhão e muitos outros portugueses que propositadamente se deslocaram a Sevilha.

A Exposição marcou mais um momento de aproximação entre os dois países e constituiu uma oportunidade para a cultura nacional se dar a conhecer em Espanha. No *Século* considerava-se a presença portuguesa uma "soberba" etapa na propaganda da cultura portuguesa. Foram exibidos no certame trabalhos do escultor Henrique Moreira, os trípticos de Nuno Gonçalves, obras de Victoria Pereira, trabalhos da Vista Alegre e vitrais e esculturas anónimas[1204]. Realizaram-se ainda concertos da Banda da Guarda Nacional Republicana, conferências de Alberto de Oliveira, Agostinho de Campos e Afonso Lopes Vieira, sem esquecer a tourada à portuguesa[1205]. No mencionado encontro de Mondariz, Primo de Rivera expressou a Invens Ferraz o desejo de que o general Carmona estivesse presente em Sevilha, onde decorreu a Semana de Portugal (entre 3 e 9 de Outubro de 1929), integrada na Grande Exposição Ibero-Americana (inaugurada a 15 de Março). Primo de Rivera garantia que, caso Carmona se deslocasse a Sevilha, Afonso XIII convidaria o Presidente da República a visitar Madrid (e retribuiria a visita, deslocando-se a Portugal em Dezembro desse ano)[1206]. Óscar Carmona acabou por aceder ao convite de Primo de Rivera. Acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo presidente do conselho, partiu para Espanha a 16 de Outubro de 1929, onde foi recebido pelo monarca e por Primo de Rivera. No dia 23 visitou a Exposição e no *Século* citavam-se declarações suas carregadas de estima pelo país vizinho: "Portugueses e espanhóis, vivendo ombro a ombro, não se conhecem tão perfeitamente como seria de desejar". Carmona acrescentava que a vida ibérica dever-se-ia transformar de modo a favorecer

---

[1203] Projectado pelos irmãos Rebelo de Andrade.
[1204] *Século*, Lisboa, nº 17133, 18/11/1929, p. 1.
[1205] *Ibidem*, nº 17086, 1/10/1929, p. 1.
[1206] César Oliveira, *Op. Cit.,* p. 220.

a existência material[1207]. Escrevia-se na imprensa que, depois de agraciado com o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Madrid, Carmona fora recebido em Toledo e Barcelona com pompa e circunstância por uma multidão "eufórica"[1208]. Evidenciando uma proximidade muito grande entre os dois países, todos estes eventos, mesmo com a dose de politicamente correcto que habitualmente se abatia sobre os governantes nestes momentos, contribuíam para estimular o iberismo cultural a que aqui se deu o nome de hispanismo. E não se pode desvalorizar o valor simbólico da Semana Portuguesa em Sevilha ou da visita do Presidente da República a Espanha (era apenas a terceira vez que um Presidente da República saía em viagem oficial ao estrangeiro).

Talvez devido à disponibilidade revelada por Primo de Rivera para alcançar uma espécie de concórdia peninsular, apareciam artigos na imprensa portuguesa indiciadores de um novo clima. A título de exemplo, Irene de Vasconcelos, lente em Madrid, revelava existir um interesse crescente em Espanha pela cultura portuguesa (este tipo de afirmações é sempre discutível), e indicava Melo Barreto, representante português em Espanha, como alguém que era convidado para aparecer em qualquer evento importante no país vizinho[1209]. Também certos documentos diplomáticos de Melo Barreto ilustravam esse desanuviar da tensão peninsular. Logo em Junho de 1926, nem sequer um mês após o pronunciamento de 28 de Maio, este representante diplomático pedia legislação portuguesa relacionada com tribunais de menores, legislação essa que, segundo afirmava, seria estudada pelos seus congéneres espanhóis com o "interesse que merece a Nação Portuguesa, inteiramente unida à Espanha, e que neste momento, no terreno diplomático, demonstra quanto uma e outra se distinguem e querem"[1210]. Numa entrevista publicada no *Diário de Notícias*, baseando o seu iberismo na independência absoluta dos dois países, Eloy Bullón, então vice-presidente da Câmara dos Deputados de Espanha, não enjeitava uma política de harmonia, sobretudo no que se referia a uma defesa militar comum e a

1207 *Século*, Lisboa, nº 17101, 17/10/1929, p. 1.
1208 Refere César Oliveira que a saída de um presidente do país não era acontecimento rotineiro. Era a terceira vez que um presidente republicano saía em viagem oficial ao estrangeiro. A primeira fora realizada por Bernardino Machado à França e Inglaterra, aliados na guerra (1917). A segunda visita fora levada a cabo por António José de Almeida ao Brasil, em Agosto de 1922. Cf. César Oliveira, *Op. Cit.,* p. 222.
1209 *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 1920, 14/7/1927, p. 1.
1210 MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa 149, nº 53, 1926, Série D, nº 67, 21/6/1926.

aproximações comerciais[1211]. Num texto do *Século*, de Março de 1929, considerava-se essencial a aproximação entre o povo português e o galego: eram dois povos com o mesmo destino de triunfo, a mesma raça, povos vizinhos que não "ralham entre si" (um português na Galiza nunca tinha a sensação de estar no estrangeiro). Acrescentava-se que a Semana da Galiza não poderia deixar de ser recebida como uma oportunidade de cruzamento intelectual entre irmãos[1212]. No *Diário de Lisboa*, nesta mesma semana de Março de 1929, perguntava-se por que motivo não se falava a mesma língua em Portugal e na Galiza[1213]. Na mesma linha, Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa* e professor do Conservatório Nacional de Música, proferiu a 20 de Junho de 1930, no Círculo da União Mercantil de Madrid, uma comunicação integrada na viagem da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Nessa comunicação, intitulada "A Península Ignorada", pedia-se para que dois povos, duas culturas mutuamente ignoradas, fizessem um esforço para se compreenderem melhor, porque o natural deveria ser a leitura de Camões num lado e de Cervantes no outro. Os elogios a políticos espanhóis por parte de alguns periodistas mais conservadores inscreviam-se assim no clima de boas relações entre os dois países[1214].

Não obstante a vontade de aproximação demonstrada pelo estadista espanhol e mesmo por responsáveis político-diplomáticos portugueses, não desapareceram as vozes dissonantes que não hesitavam em vislumbrar perigos vindos de Espanha. Até quando coexistiram as duas ditaduras, não existiu unanimidade de opiniões. A verdade é que nunca houve unanimidade, em tempo algum. E, como noutras alturas, as críticas e manifestações de receio pelo país vizinho tiveram eco na imprensa. Embora não se possa afirmar que fracassou a vontade de Rivera de tornar mais harmoniosas as relações entre os dois países, porque as relações melhoraram efectivamente a partir do momento em que surgiu uma ditadura em Portugal, e porque se chegaram a entendimentos como os acima referidos, continuaram vivas muitas desconfianças em relação aos propósitos espanhóis para a Península. Ainda em tempos de República, Guedes de Oliveira, jornalista do *1º de Janeiro,* pedia, no seguimento de um discurso de Primo de Rivera muito elogioso para com os

---

[1211] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 22383, 21/5/1928, p. 1.
[1212] "Portugueses e galegos", *Século,* Lisboa, nº 16886, 14/3/1929, p. 1.
[1213] "O Rio Minho", *Diário de Lisboa*, Lisboa, nº 2432, 15/3/1929, p. 1.
[1214] Unidos por um largo campo de cooperação e de interesses comuns, Portugal e Espanha poderiam harmonizar as suas relações tendo por base o mútuo respeito pela soberania de cada um. Cf. Fernando de Sousa, "A Restauração de 1640", *Voz*, Lisboa, nº 297, 1/12/1927, p. 1.

portugueses, maior consideração por Portugal. Porquê? Porque "o brinde do ditador à Ibéria" não soara muito bem do lado de cá. E por que motivo não soara bem? Porque quando visitavam a Espanha, os portugueses tentavam passar despercebidos, o que revelava um respeito que não existia por parte de espanhóis "intrusivos" e "sedentos de conquista"[1215]. Enquanto esteve no poder, Rivera sublinhou recorrentemente a sua elevada estima por Portugal, um país pequeno, segundo dizia, ao qual nunca faltaria a consideração espanhola. De visita a Tui, onde foi recebido pelo Coronel Craveiro Lopes, o governante espanhol comentava que o rio que separava os países não era um obstáculo mas um "caudal por onde se transmitiam mútuos afectos"[1216]. Não se pense, porém, que, habituada a afirmações do mesmo género vindas de "amigos interesseiros" como Afonso XIII, a opinião pública recebia entusiasticamente declarações tão carregadas de sentimentalismo. Havia sempre quem encontrasse más intenções vindas de Espanha. Então, as duas ditaduras conviveram harmoniosamente, trocando os seus responsáveis políticos elogios de tempos a tempos, mas existiu simultaneamente quem não se identificasse com esta cordialidade ibérica, quem desconfiasse de uma simpatia que, segundo alguns, talvez tivesse o propósito de amansar os portugueses de forma a levar adiante velhos projectos iberistas. Num discurso proferido a convite da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, antiga Comissão 1º de Dezembro, um dos seus sócios, o escritor, jornalista e professor Agostinho de Campos, resumiria quase na perfeição o que levava a que, em tempos de concórdia, continuasse a haver quem olhasse desconfiadamente para o país do lado. Afirmava o autor de obras como *Analfabetismo e Educação* (1903) e *Educação e Ensino* (1911) que, se pela frente eram de uma extrema amabilidade, por trás os espanhóis pensavam e diziam o pior dos portugueses: nos "discursos amigáveis" de embaixadores, e noutras falas mais ou menos cerimoniais ou protocolares de altas individualidades oficiais espanholas ou portuguesas, nunca faltavam lugares-comuns como o de que as duas nações deviam ser amigas. Mas chegada a hora da verdade, outros valores se levantavam. Em vez de procurarem consensos ou soluções que de algum modo cheirassem a iberismo, optava-se por atitudes defensivas, por afirmações que marcavam as devidas distâncias entre os dois países. A procura da amizade dava lugar a frases muito repetidas. Dizia-se, por exemplo, que apesar de amigas, cada

---

[1215] Guedes de Oliveira, "A União Ibérica", *1º de Janeiro*, Porto, nº 94, 22/4/1924, p. 1.
[1216] *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 22339, 6/4/1928, p. 1.

pátria deveria continuar "senhora cada uma em sua casa"[1217]. As desconfianças de figuras como as citadas tinham como consequência o levantar de suspeições também por parte de periodistas e responsáveis político-diplomáticos espanhóis em relação aos verdadeiros sentimentos portugueses. A reacção do ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, ao encerramento do Instituto António Sardinha serve de resumo para aquilo que levava a que também em Espanha se desconfiasse dos sentimentos fraternais que, segundo os governantes portugueses, Portugal nutria pela Espanha. Segundo o diplomata, o encerramento do dito Instituto constituía um exemplo típico da maneira como em Portugal se perseguia todo o trabalho que tendesse para o estreitamento das relações entre os dois países. Contrariamente a António Sardinha, que tivera a oportunidade de estar em Madrid e constatar que não existia qualquer vontade por parte dos espanhóis de anexar Portugal, a "arma do perigo espanhol" continuava a ser uma "obsessão" para muitíssimos portugueses[1218].

Com a revolução em Espanha, seria expectável que as relações oficiais entre os dois países esfriassem. Portugal vivia em regime ditatorial e em Espanha proclamara-se novamente a República. Deste lado da fronteira temia-se o reacendimento das campanhas iberistas, os ataques à ditadura e o renascer de federalismos que se julgavam extintos. Multiplicaram-se as manifestações de desconfiança em vários periódicos nacionais. O jornal patrocinado pelo regime, o *Diário da Manhã*, colocava-se na linha da frente na denúncia de hipotéticas conspirações e dos interesses espanhóis com uma esforçada mas falsa simpatia, para recorrer ao jargão da época. Olhando para a composição do governo provisório, entende-se alguns dos receios manifestados pelos portugueses afectos ao regime ditatorial: havia três socialistas[1219], dois radicais[1220], dois radical-socialistas[1221], um

---

[1217] Agostinho de Campos afirmou na mesma intervenção que, devido às divisões políticas internas, existia uma impossibilidade de encontrar fórmulas de concórdia peninsular duráveis. Além disso, a errática "educação pública", a conservação do povo num estado de atraso quase bárbaro, a falta de uma aristocracia intelectual e de dirigentes políticos, económicos ou técnicos, faziam de Portugal um país fraco, "uma poeira de vontades contraditórias ou de veleidades impotentes". Cf. Agostinho de Campos, "1630-1930", *Discurso proferido a convite da Sociedade Histórica para a Independência de Portugal na Câmara Municipal de Lisboa, a 1 de Dezembro de 1930*, Lisboa, SHIP, 1931, pp. 95-109. Agostinho de Campos chegaria a referir no *Comércio do Porto* que os melhores intelectuais espanhóis apresentavam uma lamentável falta de compreensão do passado e do presente, da história e da psicologia colectiva portuguesa. Cf. Id., "Ignorância e injustiça", *Comércio do Porto*, Porto, nº 293, 14/12/1930, p. 1.

[1218] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. A Política Portugal 1927-1929 Portugal, Política, nº 54, 25/2/1927.

[1219] Fernando de los Ríos (Justiça), Prieto (Fazenda) e Largo Caballero (Trabalho).

[1220] Lerroux (ministro de Estado) e Martínez Barrio (Comunicações).

membro do grupo Acção Republicana[1222] e dois representantes do regionalismo [1223]. O problema não se prendia com o simples facto de se ter instituído uma República no país vizinho, tinha também que ver com o suposto radicalismo de alguns dos novos governantes. Aquando da mudança de regime em Espanha, já eram conhecidas determinadas opiniões destes novos intervenientes políticos. Em 1930, António Ferro decidira entrevistar personalidades relevantes da sociedade espanhola[1224]. Uma dessas personalidades, Marcelino Domingo defendia a abolição das fronteiras aduaneiras na Península. O entrevistador não se coibia de fazer comentários como o seguinte: "Porque não o avisam, agora, que não é ainda isso que nós queremos, que o sr. Marcelino Domingo é federal mas que nós o não somos?"[1225]. O mesmo sucedeu na entrevista realizada a Sbert, membro das Juventudes Universitárias. Sbert admitia que era um paladino fervoroso da República Federal Peninsular, que se sentia tão catalão como português, que tudo aproximava Portugal e Espanha, desde os costumes à raça, passando pela geografia e pela língua. Ferro contrapunha: "Sbert! Tenho a maior simpatia por si, pela sua mocidade, pela sua inquietação, pelo seu desassombro, pela sua eloquência...Mas vamos pôr uma fronteira neste assunto, quer? E dou-lhe um conselho: não fale mais de República Federal Peninsular"[1226]. Para grande tristeza do entrevistador, a proposta iberista do escritor lusófilo Ramón Valle-Inclán[1227] não destoava das anteriores: a federação era apresentada como solução para uma Península fragmentada, sem ligações políticas ou culturais de qualquer ordem. Os portugueses que se sustentavam na história para defenderem a inviolabilidade da

---

[1221] Álvaro de Albornoz (Fomento) e Marcelino Domingo (Instrução Pública).

[1222] Azaña (Guerra).

[1223] O catalão Nicolau d'Olwer (Economia) e o galego Casares Quiroga (Marinha).

[1224] Essas entrevistas (a Marcelino Domingo, Ortega y Gasset, Conde de Guadalhorce, J. De la Cierva, Valle-Inclán, Sanchez Greve, Sbert, Indalecio Preto e Unamuno) foram compiladas no livro *Prefácio da República Espanhola,* Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933. Dizia o autor no início do livro que partira com a disposição de se preocupar unicamente com a agitação precursora da República espanhola, mas que o iberismo de figuras como Marcelino Domingo não lhe passava ao lado (também dizia que a Espanha se curara do "sarampo iberista"). Cf. António Ferro, *Op. Cit.*, p. XXIV.

[1225] "Se a República Espanhola, que vinha a caminho, trazia a aspiração, mesmo distante, de se transformar, um dia, na república federal da Península, o meu dever de jornalista português, era de denunciar esse sonho e de matá-lo à nascença." Cf. António Ferro, "Uma atitude estranha", *Diário de Notícias*, Lisboa, nº 23035, 18/3/1930, p. 1.

[1226] Id., *Ibidem*, nº 23018, 28/2/1930, p. 1.

[1227] Em 1910, considerando que se devia dar a conhecer a toda a Espanha a importância da literatura medieval galaico-portuguesa, mostrou-se favorável à criação de uma cátedra de Literatura Galaico-Portuguesa na Universidade de Madrid. Em 1922, fez parte da Junta Directiva da Sociedade de Amigos de Portugal, um comité de aproximação hispano-portuguesa sem carácter partidário que buscava apenas o melhoramento das relações culturais entre Portugal e Espanha. Em 1923, o seu nome foi proposto para ocupar a Cátedra de Literatura Galaico-Portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela. Cf. Rosario Mascato Rey, *Valle-Inclán Lusófilo – Documentos (1900-1936),* Santiago de Compostela, Através Editora, 2013, pp. 25-26.

autonomia portuguesa teriam de pensar que a geografia se sobrepunha, no caso da Península, a qualquer argumento de ordem histórica ("antes dos factos, só existia a geografia")[1228]. Estas opiniões, que tendiam quase todas para a apologia do federalismo ibérico, eram manipuladas por António Ferro de forma a fazer crescer nos leitores um sentimento patriótico indissociável de um receio de certas ideias "iberistas" que, com o evoluir da situação política no país vizinho, poderiam passar da teoria à prática.

É evidente que, por os dois países seguirem caminhos opostos, se temia em Portugal um possível contágio republicano[1229]. Portugal seguia o caminho do tradicionalismo, enquanto em Espanha se seguia uma via progressista, reduzindo-se, por exemplo, o poder da Igreja[1230]. Assim, o advento da República em Espanha (Abril de 1931) mudou o sentido das relações peninsulares. O que acontecia em Espanha passou a figurar entre os principais interesses de grande parte da imprensa portuguesa. Algumas das iniciativas levadas a cabo por exilados portugueses contra a ditadura portuguesa contaram com o apoio de republicanos espanhóis que não escondiam a sua antipatia pelo regime português. Salvo algumas excepções — em jornais como o *República* ou o *Diário de Lisboa* defendia-se uma "objectividade" que talvez fosse uma forma de dizer que não se apoiava as políticas que vinham sendo seguidas pela ditadura —, a imprensa portuguesa alinhou quase em coro contra a República em Espanha. Até os representantes políticos da ditadura reagiram inequivocamente contra a ameaça espanhola. Precavida contra hipotéticas investidas, da União Nacional saiu um comunicado em que se referia que Portugal manteria a sua independência acontecesse o que acontecesse em Espanha[1231]. O "perigo espanhol" voltou a ser explorado como arma política. Periódicos como a *Voz* ou o *Diário da Manhã* foram aqueles que desferiram as mais violentas acusações contra a República espanhola. República em Espanha era sinónimo de perigo revolucionário, de apoio aos exilados e de perigo iberista. A 14 de Abril de 1931 irrompeu uma sublevação na Madeira liderada pelo general Sousa Dias. A revolta estendeu-se aos Açores e à Guiné. No

---

[1228] António Ferro, *Op. Cit.*, p. 87.

[1229] Da mesma maneira que em Espanha se temeu em 1910 e 1911 um contágio revolucionário.

[1230] Procedeu-se à separação da Igreja e o Estado. As ordens religiosas passaram a estar obrigadas a registar-se e foi-lhes permitido conservar apenas os bens necessários à sua manutenção. Foi igualmente constituído o casamento civil e permitido o divórcio. Procedeu-se ainda à extinção dos Jesuítas. Algo que também poderia preocupar os dirigentes políticos portugueses foi a concessão de um governo autónomo à Catalunha. Cf. Antony Beevor, *Op. Cit.,* p. 44.

[1231] Hipólito de la Torre Gómez, *La relación peninsular en la antecâmara de la guerra civil de España (1931-1936),* Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1988, p. 18.

entanto, no dia 1 de Maio os sublevados da Madeira renderam-se vencidos por uma expedição comandada por Magalhães Correia, ministro da Marinha. O número de portugueses que se dirigiu para Espanha a partir de 14 de Abril foi elevado[1232]. O que dizer deste epifenómeno? Que a ida de portugueses para Espanha só aumentava as suspeitas dos governantes portugueses, que ganhavam pretextos para agitarem o perigo iberista.

Algo que se afirmava era que se preparava uma federação ibérica, federação essa congeminada pelos exilados com a cooperação dos governantes espanhóis. A oposição democrática, alimentada por figuras como Bernardino Machado, Afonso Costa, Cunha Leal, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, entre outros, estava quase toda exilada. E o governo português queixava-se por as autoridades espanholas não tomarem medidas drásticas contra os republicanos portugueses que entravam em Espanha. Acreditava-se por cá que os exilados gozavam da protecção e cumplicidade de personalidades como Marcelino Domingo, Indalecio Prieto ou Manuel Azaña[1233]. No *Diário da Manhã,* antigos governantes republicanos como Bernardino Machado ou Afonso Costa eram acusados de estarem em Paris com o intuito de implantar em Portugal uma república democrática e federal[1234]. Escrevia-se que os emigrados políticos portugueses e os republicanos espanhóis tinham ligações desde os últimos tempos do reinado de Afonso XIII[1235]. Denunciava-se um perigo renascido das cinzas, o da federação ibérica[1236]. Afirmava-se não só que os exilados, considerados inimigos e traidores, se queriam associar aos planos de união ibérica fabricados em Espanha[1237], mas também que lhes era concedida liberdade total de acção contra o governo português[1238]. No católico, monárquico e tradicionalista a *Voz*, Armando Boaventura[1239] desenganava os inimigos da ditadura que pensavam que a revolução em Espanha traria novamente a utopia do iberismo: os portugueses estavam

---

1232 Id., *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Cosmos, 1998, p. 32.

1233 Id., *Ibidem*, p. 41.

1234 Muito embora Afonso Costa tivesse dito a um jornal francês, *La Volonté,* que, não se descartando das amizades com os republicanos espanhóis e estando contente com o facto de se ter implantado uma República em Espanha, queria Portugal independente e dizia que a "Federação luso-espanhola" era inconcebível. Cf. César Oliveira, *Op. Cit.,* p. 117.

1235 "A Democracia Revolucionária em Espanha", *Diário da Manhã,* Lisboa, nº 19, 22/4/1931, p. 1.

1236 "A Liga de Paris – plano iberista para fins revolucionários", *Ibidem*, nº 27, 30/4/1931, p. 1.

1237 *Ibidem*, nº 13, 17/4/1931, p. 1

1238 *Ibidem*, nº 37, 8/5/1931, p. 1.

1239 Por motivos políticos, exilou-se em Espanha, de onde regressou em Novembro de 1921 a Portugal, entrando para o jornalismo. Colaborou com a *Época,* o *Século,* o *Diário de Notícias* e o *Diário da Manhã.* Publicou *Da Ditadura à Queda da Monarquia e á Guerra Civil de Espanha* (1937).

prevenidos contra o reviralho[1240]. Desvalorizando declarações amistosas de alguns dirigentes políticos espanhóis que tinham ascendido ao poder com a revolução, como Marcelino Domingo, Indalecio Prieto e Fernando de los Ríos, todos governantes que professavam uma amizade respeitosa por Portugal (reafirmando a independência política e a soberania nacional dos dois países), acusava-se no *Diário da Manhã* estas e outras personalidades de serem contra Portugal e contra a ditadura. Também se apontava o dedo à Liga de Paris, supostamente comprometida com a "Federação Ibérica", de procurar contactos em Madrid. Dizia-se que figuras como Jaime Cortesão desejavam "a luta encarniçada, cheia de ódios, de intrigas e de protérvias contra a Ditadura Militar Portuguesa"[1241]. As palavras de Francisco Câncio[1242] na *Vida Ribatejana* sintetizavam o processo mental de grande parte dos anti-progressistas portugueses: "Portugal é livre, há-de continuar sendo, contra todas as ambições, contra todas as ideias absurdas que nos venham de lá, entre todas as opiniões idiotas e estúpidas, de portugueses degenerados"[1243]. Deste modo, após a implantação da República em Espanha, o iberismo, entendido pejorativamente como uma pretensão imperialista que faria perigar a nacionalidade portuguesa, foi usado pelos apoiantes da ditadura para tornar "antipática, na opinião pública portuguesa, a República e os republicanos espanhóis"[1244].

É possível tirar algumas conclusões acerca do que aqui se escreveu. Em primeiro lugar, as relações entre os dois países melhoraram com a subida de Primo de Rivera ao poder e com a queda da República em Portugal. Essa melhoria de relações deveu-se em grande medida ao esforço do ditador espanhol para se aproximar tanto de Portugal como das ex-colónias espanholas. Primo de Rivera desfez-se em elogios a Portugal e visitou várias vezes o país. Esse esforço do ditador foi assinalável e consubstanciou-se em acordos como o de 1928, que já se procurava alcançar havia muitos anos. Esse acordo só foi possível por conviverem na Península duas ditaduras. Todavia, essa melhoria de relações não extinguiu velhos medos. Seria ingenuidade supor que o chamado "perigo espanhol" se esfumaria mediante a acção de um governante. Os artigos contra os chamados interesses obscuros espanhóis continuaram

---

[1240] Armando Boaventura, *Voz*, Lisboa, nº 1511, 27/4/1931, p. 1.
[1241] *Diário da Manhã*, Lisboa, nº 23, 26/4/1931, p. 1.
[1242] Licenciou-se em Histórico-Filosóficas e em Direito na Universidade de Lisboa, foi professor do ensino particular e dirigiu o Colégio Afonso de Albuquerque, em Vila Franca de Xira. Foi sócio do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e do Instituto de Coimbra.
[1243] Francisco Câncio, "Degenerados", *Vida Ribatejana*, Vila Fraca de Xira, nº 388, 23/3/1930, p. 1.
[1244] César Oliveira, *Op. Cit.,* p. 113.

a ser publicados, assim como as críticas aos dirigentes políticos do país vizinho, Rivera incluído. Poder-se-ia argumentar que o convívio entre a Ditadura Militar e a ditadura de Rivera foi cordial na medida em que não interessava a nenhuma das partes que o estado das coisas mudasse. Não interessava pôr em perigo a estabilidade governativa, quer de um quer do outro país. Foi por isso uma relação menos pautada por interesses iberistas do que por uma vontade de manter apaziguada a situação política e social na Península. Com o advento da Segunda República, perdeu-se a estabilidade e a convivência deixou de ser pacífica. O "perigo espanhol" passou a ser usado pelos governantes portugueses e pelos órgãos de comunicação social afectos ao regime como arma de arremesso contra os exilados políticos. Constata-se então que, com diferentes intensidades, o "perigo espanhol" foi uma constante em Portugal ao longo do período em estudo, o que só por si atesta a relevância de temáticas como o iberismo, o hispanismo e o anti-iberismo nas primeiras décadas do século XX.

4. 9. Os Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências

A comunidade científica portuguesa ganhou um novo estatuto a partir da implantação da República. Vários factores contribuíram para que isso tivesse acontecido. Os republicanos reformaram profundamente o ensino superior. Em 1911, para além de se terem criado duas novas Universidades, a de Lisboa e a do Porto, instituíram-se as Faculdades de Medicina em Lisboa, Porto e Coimbra, e as Faculdades de Letras e de Ciências de Lisboa e Coimbra, as Escolas Normais Superiores e as Escolas de Educação Física. Procedeu-se ainda à reforma dos estudos jurídicos e à reforma das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Salienta Sérgio Campos Matos que se adoptava por essa altura em Portugal uma ideia humboldtiana de universidade voltada para a investigação científica e para um ensino que privilegiava uma prática experimental de investigação. Começava-se a conceber um ensino que, não se limitando a transmitir resultados, considerava indispensável a criação de cultura e o desbravar de novos caminhos através da investigação científica[1245].

[1245] Sérgio Campos Matos, "Na Primeira República", *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX,* Coordenado por Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, vol. 1, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 97.

Estas transformações, que contribuíam para alterar a forma como se investigava e ensinava em Portugal, ocorriam um pouco por toda a Europa. A partir da segunda metade do século XIX, a força do cientismo deu legitimidade aos principais países europeus para se apresentarem como elementos potenciadores de progresso, o que resultou numa multiplicação de congressos e de exposições internacionais[1246]. Estes eventos obedeciam a uma retórica cosmopolita e assumiam uma relevância política e ideológica que contribuía para a afirmação internacional dos países envolvidos na sua organização[1247]. Com a finalidade de acabar com o isolamento científico relativamente ao resto da Europa, organizaram-se na Península Ibérica diversos congressos tais como os levados a cabo pelas Associações para o Progresso das Ciências de Portugal e Espanha[1248]. Estas Associações[1249], que chegaram com décadas de atraso comparativamente a outras fundadas noutros países europeus[1250], tinham entre os seus objectivos dar um impulso à investigação científica, promover as relações entre os que cultivavam as ciências e remover possíveis obstáculos políticos que se pudessem opor ao progresso das ciências[1251].

Presente em vários eventos internacionais da primeira metade do século XX, Francisco Gomes Teixeira, primeiro reitor da Universidade do Porto e um dos fundadores da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (1917)[1252], foi dos portugueses que mais se esforçaram para combater o isolamento científico nacional. Devido ao seu mérito enquanto académico que promoveu a aproximação dos universos científicos português e espanhol, foi galardoado com a Grã-Cruz de Afonso XII (1919) e homenageado com um doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Madrid (1922)[1253]. Não foram raras as ocasiões em que este

---

[1246] Marco importante na viragem do século XIX para o seguinte foi a Exposição Universal de Paris (1900).

[1247] Cf. Maria de Fátima Nunes, "Construção de Identidades Europeias: os Congressos Científicos, laboratórios de construção de identidades. Breves considerações", *DEBATER A EUROPA*, periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE, nº 5, Julho/Dezembro 2011, Semestral, pp. 15-22

[1248] Ou congressos como o XV Congresso Internacional História da Medicina (Lisboa, 1906) e o Congresso Internacional de Medicina Tropical, que foi acompanhado por uma Exposição Colonial (Luanda, 1923).

[1249] Constituídas por figuras académicas de cada país, tais como reitores das universidades, directores e professores de faculdades, escolas superiores ou presidentes de academias científicas.

[1250] Se a Associação para o Progresso das Ciências alemã foi fundada em 1822, a inglesa em 1831 e a francesa em 1857, a espanhola e a portuguesa surgiram apenas em 1908 e 1917, respectivamente.

[1251] Liliana Leitão Bernardo, *O Primeiro Congresso Português para o Progresso das Ciências*, Dissertação de mestrado em Matemática, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006, p.33.

[1252] Outro dos fundadores da Associação foi Francisco Miranda da Costa Lobo, matemático, catedrático da Universidade de Coimbra.

[1253] O desejo da Universidade ao conceder o título a Gomes Teixeira, observava Octavio Toledo, um dos decanos presentes na sessão, era render homenagem a toda a intelectualidade portuguesa e apelar à

matemático se manifestou a favor de um estreitamento dos laços intelectuais entre os dois países. No VI Congresso Espanhol para o Progresso das Ciências (Sevilha, 1917), Gomes Teixeira proclamava-se crente no estreitamento das relações entre homens que eram de ciência mas que, sendo humanos e ibéricos antes de cientistas, poderiam ir para além da troca de ideias e criar laços de verdadeira amizade. Assinalava ainda que os congressos constituíam o meio mais eficaz para evitar o "isolamento do sábio e [...] para combater o isolamento prejudicial da ciência de um país no meio da ciência dos outros"[1254]. No discurso proferido na cerimónia de atribuição do doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Madrid, revelava acalentar a esperança de que aquele mês (Maio de 1922) ficasse conhecido como o mês de Portugal "na terra para todos nós sagrada da Espanha nossa irmã"[1255]. Tendo em consideração o que afirmava esta que foi uma das figuras responsáveis pelo sucesso dos congressos organizados conjuntamente pelas duas Associações para o Progresso das Ciências, constata-se que nestes certames se procurava difundir valores que iam para além do conhecimento científico. Era essa a interpretação de Francisco Manuel Couceiro da Costa, representante diplomático português em Madrid: considerava que o Congresso que se realizaria em Portugal em 1921 seria um "momento extraordinário" para que os dois países chegassem a uma "compenetração espiritual" que servisse de base para posteriores "frutíferas inteligências"[1256].

Atentando no que foi dito em inúmeros congressos científicos, atesta-se que não poucos académicos ou intelectuais (e responsáveis político-diplomáticos) dos dois países tentaram reforçar o que se poderia apelidar de ligação espiritual ibérica. Em Maio de 1920, o antropólogo Mendes Correia, da Universidade do Porto, proferiu na Universidade Central de Madrid uma conferência a que assistiram o reitor da Universidade (Carracido), o ministro de Portugal em Madrid e o ex-ministro da Instrução Espanhola, o marquês de Figueroa (amigo de António Sardinha e presidente da União Ibero-Americana). O professor ligado à Universidade do Porto terminava a referida palestra apelando a uma união dos povos ibéricos a nível comercial, intelectual e espiritual. Actos como este tiveram repercussão em Espanha. Esta

---

confraternização entre as nações ibéricas. Aquando da homenagem, Gomes Teixeira subiu à tribuna comovido, fazendo um "canto ao rei, à pátria espanhola e à confraternização ibérica". Cf. *ABC,* Madrid, nº extraordinário, 21/5/1922, p. 15.

[1254] Cf. Francisco Gomes Teixeira, "Duas Alocuções lidas no Congresso de Sevilha", *Opúsculos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1917.

[1255] MNE, AHD, Legação em Madrid, Caixa nº 144, nº 48, Série A, nº 106, 3/6/1922.

[1256] *Ibidem*, Caixa 143, Maço 5, nº 4, A. 180, doc. 1, 14/8/1919.

conferência de Mendes Correia foi considerada, por exemplo, por *El Sol* como um momento de "fraternidade hispano-portuguesa"[1257]. Declarações como as que se têm vindo a citar, em que se defendia a aproximação peninsular, serviam essencialmente para trazer a estas conferências e congressos, muitas vezes marcados pelo distanciamento e desinteresse dos seus participantes pelo trabalho alheio, um clima de cordialidade que possibilitasse o aprofundamento do conhecimento científico e humano. Através de um espírito comunicativo que contrariasse a habitual formalidade académica e estimulasse o aprofundar de amizades, acreditava-se no fundo que se poderiam criar condições que facilitassem o conhecimento científico e o conhecimento que as elites pensantes portuguesas e espanholas tinham uma da outra. Para além disso, atendendo à quantidade de políticos e diplomatas que apadrinhavam e assistiam a estes eventos, não se pode deixar de pensar que se pretendia com a organização dos múltiplos congressos e conferências em Portugal e Espanha, trazer algo de novo a estes países, não só em termos científicos mas também económicos, culturais e até políticos. Incluindo os países americanos de influência ibérica neste espírito de mudança, dir-se-ia que certames como o I e o II Congressos de História e Geografia Hispano-Americanas contribuíram sobremaneira para a aproximação entre a Península e vários países americanos. Embora não tendo contado com portugueses, o I Congresso de História e Geografia Hispano-Americanas (Sevilha, Abril de 1914), que se englobou na celebração do IV Centenário da Descoberta do Oceano Pacífico, foi considerado pelo reitor da Universidade de Sevilha um momento muito importante de aproximação da Espanha às suas ex-colónias[1258], visto que ali seriam discutidos vários temas relacionados com a *Madre Patria* e se multiplicariam as investigações dos historiadores de "raça espanhola" ou "hispano-americana"[1259]. Acrescente-se que em congressos como os referidos se estabeleceram acordos muito relevantes em termos científicos e académicos. Por exemplo, no II Congresso de História e Geografia Hispano-Americanas (Madrid, Fevereiro de 1922) os seus participantes

[1257] *El Sol*, 22/5/1920, p. 1

[1258] Contou com a presença de representantes de associações científicas tais como a Academia Nacional de la Historia (Colômbia), a Academia Nacional de Bibliotecas (Buenos Aires), o Ateneo de Montevideo, a American Academy of Arts and Sciences (Boston), a Sociedad Ecuatoriana de Estudios Históricos, a Biblioteca Nacional do Rio Janeiro, o Centro Español de Antofagasta (Chile), a Academia Hispano-Americana de Ciencias y Artes (Cádis), a Escuela de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos (Madrid), a Biblioteca de San Martín (Argentina) ou a Sociedad de Geografía Comercial (Barcelona).

[1259] Cf. *Congreso de Historia y Geografia hispano-Americanas celebrado en Sevilla en Abril de 1914: actas y memorias*, Madrid, Establecimiento Tip. de Jaime Rates, 1914, p. 50.

comprometeram-se a, com o patrocínio dos governos de Portugal, da Espanha e das ex-colónias ibéricas, fundar um Centro Internacional de Investigações Histórico-Marítimas.

Dado terem sido organizados pelos dois países, os Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências foram muito importantes para aproximar as elites intelectuais e científicas portuguesas e espanholas. O I Congresso Português para o Progresso das Ciências (26 de Junho-1 de Julho de 1921) foi organizado em conjunto com o VIII da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. A partir deste momento, iniciou-se um percurso conjunto de Congressos para o Progresso das Ciências realizados em Espanha e Portugal com o propósito de partilhar experiências nas mais diferentes áreas científicas[1260]. Sendo a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências presidida pelo citado Gomes Teixeira, a cidade escolhida para a realização deste evento foi precisamente a cidade do Porto[1261]. Alguns dos oradores presentes (espanhóis na sua grande maioria)[1262] destacavam a importância de iniciativas daquela natureza para, através do gosto pela ciência e pelo progresso, gerar um espírito capaz de derrubar as fronteiras ibéricas[1263]. Também os representantes político-diplomáticos presentes no evento consideravam estes encontros luso-espanhóis de extrema relevância para o progresso ibérico. Registavam regozijo por assistirem ao estreitar das relações ibéricas — ou, como se diria em artigo do jornal *ABC,* ao começo de uma “corrente de aproximação intelectual”[1264]—, e reconheciam

[1260] Estes congressos dividiam-se em oito secções: Ciências Matemáticas, Ciências Astronómicas e Físicas do Globo, Ciências Físico-Químicas, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Ciências Filosóficas, Históricas e Filológicas, Ciências Médicas e Ciências de Aplicação. Até ao congresso de Lisboa (1932) foi costume publicar as actas dos trabalhos apresentados, ocupando cada secção um tomo independente.

[1261] O discurso inaugural, de Gomes Teixeira, versou sobre a colaboração de espanhóis e portugueses nas grandes navegações dos séculos XV e XVI.

[1262] Os matemáticos Carlos Eugénio Álvares Pereira (“Ligação da divisibilidade com as dízimas"), Fernando de Vasconcelos (“A numeração fraccionária no papiro de Rhind e de Herão de Alexandria"), Francisco Gomes Teixeira (“Sobre uma representação das raízes da equação do terceiro grau") e o padre Agostinho Barreira ("O Ilustríssimo sr. D. Aleixo de Menezes, Arcebispo de Braga") constavam entre os poucos portugueses participantes neste evento. As oito secções deste Congresso contaram com discursos de abertura de quatro portugueses (Frederico Oom, director do Observatório Astronómico de Lisboa, Vergílio Machado, Gonçalo Sampaio, professor da Universidade do Porto e Bento Carqueja, professor da Universidade do Porto) e de quatro espanhóis (José Maria Plans y Freire, catedrático da Universidade de Madrid, Jerónimo Becker, chefe do arquivo e biblioteca do Ministério do Estado, Augusto Pi Suñer, catedrático da Universidade de Barcelona, e D. José Mayer, da Academia das Ciências Exactas, Físicas e Naturais).

[1263] Liliana Leitão Bernardo, *Op. Cit.*, p. 58.

[1264] *ABC,* Madrid, nº 5591, 28/3/1922, p. 5. Afirmava-se neste texto do *ABC* que a corrente de aproximação ibérica prosseguira com as visitas a Espanha do filósofo Leonardo Coimbra e do poeta Eugénio de Castro. O ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, citava uma notícia do *Diário de Notícias* em que se assinalava que a ida a Madrid de Eugénio de Castro era considerada um

a importância destas reuniões para a produção científica[1265]. Em nada destoando deste tipo de afirmações, e referindo que se impunha que os intelectuais tomassem a iniciativa de começar uma campanha que edificasse um mundo melhor, um dos oradores presentes, Pedro José da Cunha, reitor da Universidade de Lisboa, defendia uma aproximação peninsular a partir do intelecto. A condição que considerava essencial para que as elites intelectuais dos dois países se conhecessem e unissem era a existência de eventos como aquele em que se encontrava[1266].

Uma das mais interessantes comunicações (no que à temática desta tese diz respeito) apresentadas neste congresso luso-espanhol de 1921 intitula-se "Relaciones espirituales de Portugal y España". O seu autor, o farmacólogo e químico espanhol José Carracido[1267], admirador da beleza natural e artística das paisagens lusitanas, manifestava espanto por haver quem acreditasse que o afastamento entre os países ibéricos fosse real e aproveitasse qualquer ocasião para promover descabidos valores patrióticos ou evocar momentos históricos que só semeavam ódios[1268]. Uma das ideias defendidas por Carracido era a de que, quando se percorriam as mais conhecidas páginas da literatura portuguesa, não se vislumbrava qualquer sinal do tão propalado "ódio natural aos espanhóis". Contrariamente, encontrava-se uma assinalável proximidade ou cumplicidade intelectual. Carracido dava exemplos dessa proximidade. Considerava que os dramaturgos portugueses muito tinham aprendido sobre teatro e história com os dramaturgos espanhóis, e que os nomes maiores da dramaturgia espanhola se tinham alimentado da história de Portugal[1269]. Inegável era

---

acontecimento digno de ficar assinalado com "letras de ouro na história das relações hispano-lusitanas, que inaugura um novo e luminoso capítulo com os últimos Congressos Científicos de Sevilha e de Bilbau, e, muito especialmente, com o que se celebrou o Verão passado na bela cidade do Porto". Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1710 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1922, Política, nº 246, 23/3/1922.

[1265] Discursaram na sessão de abertura do Congresso Santos Silva, presidente do Senado Municipal do Porto, Luís Viegas, que falou em nome da comissão organizadora do Congresso, Pedro José da Cunha, reitor da Universidade de Lisboa, Francisco Gomes Teixeira que, como se referiu, era reitor honorário da Universidade do Porto e presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Francisco Aparício, ministro da Instrução Pública de Espanha e António José de Almeida, Presidente da República Portuguesa.

[1266] Cf. Pedro José da Cunha, *Sobre as noções fundamentais da análise infinitesimal*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, 1923.

[1267] Catedrático em Bioquímica na Faculdade de Farmácia de Madrid e reitor da Universidade Central, actual Universidade Complutense de Madrid. A sua actuação foi fundamental para a criação da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências.

[1268] Como sucedia com a celebração da vitória portuguesa na batalha de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385).

[1269] Por exemplo, D. Fernando, o filho de D. João I cativo em África, era figura recorrentemente representada na obra dramatúrgica de Calderón de la Barca.

também a admiração dos homens cultos espanhóis por Camões e dos portugueses por Cervantes. Para além disso, a dita "muralha de afastamento" entre as duas nações não impedia que as obras de autores como Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queirós ou Oliveira Martins estivessem traduzidas para espanhol. E contra os que julgavam que em Espanha se desvalorizava a intelectualidade portuguesa, Carracido dava o exemplo de Teófilo Braga, que figurara entre os correspondentes da Academia Espanhola[1270]. Por isso, não compreendia Carracido os que, de ambos os lados da fronteira, rejeitavam qualquer possibilidade de cooperação entre dois países próximos em quase tudo, especialmente no campo intelectual[1271]. No entanto, o maior contributo deste congresso para a temática hispanista veio de Ricardo Jorge. Adoptando as expressões "civilização hispânica" e "génio hispano", de Oliveira Martins, este médico não só garantia não existir uma fronteira intelectual entre as nações peninsulares, como sugeria que, a partir do ensino[1272], se poderia incentivar uma "integração hispânica": "Desde o banco das escolas importa cunhar no espírito dos alunos que somos parte de um todo. Ao ensinar-lhes a geografia, a história, a literatura, logo nos cursos secundários, faça-se a integração hispânica"[1273].

Após a realização do primeiro congresso misto, as Associações para o Progresso das Ciências de cada país continuaram a realizar estes encontros (pelo menos até 1977, data que corresponde ao XXXII Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências)[1274]. O evento que se realizou a seguir ao do Porto teve lugar em Salamanca (24-29 de Junho de 1923). Nele marcaram presença personalidades como Afonso XIII, Melo Barreto, ministro português em Madrid, e os ministros da Instrução de Portugal e Espanha, João Camoesas[1275] e Joaquín Salvatella,

---

[1270] José Carracido, "Relaciones espirituales de Portugal y España", *Octavo Congreso celebrado en la ciudad de Oporto del 25 de junio al 1 de julio de 1921*, tomo II, Madrid, [s. n.], 1921-1923, pp. 75-90.

[1271] O autor dizia que "certos espíritos" não queriam que se procedesse à compenetração espiritual dos dois países. Cf. *Ibidem.*

[1272] Defendia em cada país a criação de um colégio ou escola superior de hispanologia.

[1273] Cf. Ricardo Jorge, *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, Conferência plenária ao Congresso Científico Luso-Espanhol, Porto, Araújo & Sobrinho, 1921.

[1274] A Associação Espanhola celebrou trinta e três congressos, oito dos quais em território português. No período em estudo ocorreram o Congresso de Saragoça (1908), o de Valência (1910), o de Granada (1911), o de Madrid (1913), o de Valladolid (1915), o de Sevilha (1917), o de Bilbau (1919), o do Porto (1921), que foi o primeiro organizado em conjunto pelas Associações Portuguesa e Espanhola, o de Salamanca (1923), o de Coimbra (1925), o de Cádis (1927), o de Barcelona (1929) e, já num período que vai para além do âmbito cronológico desta tese, o de Lisboa (1932).

[1275] Alejandro Padilla, representante diplomático espanhol em Lisboa, comentava uma entrevista de João Camoesas ao *Diário de Notícias,* sobre as suas impressões da viagem realizada a Espanha por ocasião do Congresso de Salamanca. Nessa entrevista Camoesas constatava que os representantes da intelectualidade portuguesa tinham sido muito bem acolhidos e que esperava que se concluísse um fraternal *modus vivendi* comercial entre os dois países. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos

respectivamente. Em representação da Universidade do Porto e da Associação para o Progresso das Ciências, Gomes Teixeira discursou uma vez mais, defendendo a aproximação peninsular de forma tão veemente que o representante português em Espanha afirmaria que tinha sido uma espécie de canto à "união intelectual de Portugal e Espanha"[1276]. Também no discurso da secção de Ciências Sociais, José Crespo Salazar, catedrático da Universidade de Salamanca, notava que o certame representava uma oportunidade para intensificar o labor de aproximação ibérica[1277]. Foi muito considerável a presença nacional na Universidade de Salamanca, apesar de não constarem portugueses entre os organizadores do evento. Dos congressos aqui mencionados, este foi aliás o que contou com a maior participação portuguesa[1278]. Para citar Marta Castro Morais, este certame "foi um ponto de romagem da ciência nacional"[1279]. A presença portuguesa em Salamanca fez-se sentir tão fortemente que, no discurso de encerramento do Congresso, o entomologista e naturalista Ricardo Garcia Mercet[1280] destacava a qualidade (e o elevado número) de trabalhos apresentados por prestigiados académicos como Pedro José da Cunha ou Queirós Veloso[1281], professor da Faculdade de Letras e director do Centro Geral de Ensino[1282].

Tendo o professor Francisco Miranda da Costa Lobo, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, como presidente da sua Comissão Executiva, o II Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizou-se

---

Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1711 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1923, Política, nº 516, 3/7/1923.

[1276] MNE, AHD, Legação portuguesa em Madrid, Caixa nº 144, nº 48, A, 20/6/1923.

[1277] José Crespo Salazar, "Neocomunismo y neosocialismo", *Noveno Congreso, celebrado en la ciudad de Salamanca del 24 al 29 de junio de 1923*, tomo I, Madrid, [s. n.], 1923-1925, p. 139.

[1278] Houve diversas comunicações de portugueses nas diferentes secções: L. Woodhouse, Pedro José da Cunha (com duas comunicações), Fernando de Vasconcelos e J. Pedro Teixeira na secção das Ciências Matemáticas, Francisco da Costa, António Cabreira, da Academia das Ciências de Lisboa, Costa Lobo e Ramos da Costa (que ainda apresentaria comunicação na secção de Ciências Físico-Químicas) na secção de Astronomia e Física do Globo, o médico e professor da Faculdade de Ciências do Porto, Américo Pires de Lima, Alfredo Augusto d'Oliveira Machado e Costa na secção de Ciências Naturais, Vieira Guimarães, Humberto Beça, Francisco Maldonado de Guevara e António Cabreira (que já participara noutra secção) na secção de Ciências Históricas, Filosóficas e Filológicas, Carneiro de Moura e outra vez António Cabreira na secção de Ciências Sociais, e Flores Loureiro, Ary dos Santos, João da Cunha de Ortigósa, Hernâni Monteiro e outra vez Pires de Lima na secção de Ciências Médicas.

[1279] Marta Castro Morais, *A primeira década dos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências,* Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Matemática, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007, p. 50.

[1280] Foi, por exemplo, presidente da Sociedade Espanhola de História Natural. Era na altura secretário-geral da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências.

[1281] Pedro José da Cunha e Queirós Veloso fizeram os discursos de abertura das secções de Ciências Matemáticas e de Ciências Filosóficas, Históricas e Filológicas, respectivamente.

[1282] R. Mercet, "Sesión de Clausura del Congreso", *Congreso de Salamanca. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, tomo I, Salamanca, [s. n.], 1923, p. 292.

em Coimbra (14-19 de Junho de 1925). Esta foi a segunda vez que as duas Associações para o Progresso das Ciências organizaram um evento em conjunto — era o décimo da Associação Espanhola e o terceiro português. Como nos anteriores, no Congresso de Coimbra participou, para além da elite da ciência nacional e espanhola, uma multiplicidade de convidados e representantes dos governos dos dois países (e não só). A sessão inaugural foi presidida pelo professor Vitorino Guimarães, representante do Presidente da República. Nesta sessão foram vários os notáveis que usaram da palavra, tais como o reitor da Universidade de Coimbra, Henrique de Vilhena, o representante da Junta Geral do Distrito de Coimbra, Rocha Brito, o bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva, Gomes Teixeira, Alejandro Padilla, representante do governo espanhol, e Cardoso de Oliveira, delegado e embaixador do Brasil. Estiveram também presentes no evento ministros da Espanha, da Alemanha, da Noruega e da Venezuela, e representantes de várias instituições científicas estrangeiras (como o Instituto de França, a Academia Real da Bélgica, as Associações Francesa e Inglesa para o Progresso das Ciências), para além de todas as sociedades e institutos científicos portugueses e espanhóis[1283].

Mais uma vez se detectam nos discursos de alguns dos presentes declarações que remetiam para uma aproximação intelectual ibérica. Na sessão inaugural do referido congresso, Francisco Gomes Teixeira voltava a abordar a questão do isolamento intelectual, afirmando que não se poderia realizar em solidão o estudo da história científica, social, literária e artística da Península, que não bastava aprofundar os estudos científicos em cada país, desvalorizando ou ignorando o que do outro lado da fronteira se fazia. Parecia-lhe indispensável que, cruzando estudos e experiências, se aprofundasse a colaboração entre os "sábios" portugueses e espanhóis num meio favorável à partilha de conhecimento, como era o caso daqueles congressos mistos[1284]. Outro dos participantes, o também já aqui citado Pedro José da Cunha, afirmava que permitindo dar início a colaborações susceptíveis de produzirem resultados no domínio científico, os congressos, autênticos espaços de autopromoção, constituíam um incentivo para que os investigadores portugueses e espanhóis prosseguissem as suas investigações e estreitassem relações com investigadores do

[1283] Pela personagem histórica em questão, merece relevo a referência ao discurso inaugural da secção de Ciências Sociais, intitulado "Aconfesionalismo del Estado", a cargo do professor António de Oliveira Salazar. Cf. Castro Morais, *Op. Cit.,* p. 63.

[1284] F. Teixeira, "Sessão Inaugural do Congresso de Coimbra", *Instituto*, Coimbra, vol. 72, nº 5, 1925, p. 527.

país vizinho[1285]. Outra vez com a responsabilidade de discursar na sessão de encerramento de um destes eventos, o secretário-geral da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, Ricardo Garcia Mercet, afirmava que aqueles congressos serviam para que espanhóis e portugueses, habitantes de um mesmo território, "não vivessem de costas voltadas"[1286]. Acabar com o isolamento dos sábios, aproximar os dois países a partir da ciência, tornar amigos intelectuais que falavam diferentes línguas mas que partilhavam uma mesma história e cultura, tudo isto se defendia nestes certames.

Os dois outros eventos realizados em conjunto pelas duas Associações para o Progresso das Ciências (durante o período em estudo, realizou-se um em Cádis, outro em Barcelona) contaram com uma participação reduzida de académicos portugueses. Tendo sido enriquecido pela celebração de festividades locais que ocorriam em simultâneo, pela visita dos reis de Espanha e de Primo de Rivera e pelo lançamento à água do transatlântico "Magallanes" (nome inspirado em Fernão de Magalhães), o Congresso de Cádis (1-7 de Maio de 1927) foi descrito por periódicos nacionais, como o *Comércio do Porto,* como um evento que interessava até ao mais modesto cidadão[1287]. Contudo, a pompa em torno dos festejos não se traduziu num aumento do número de participantes portugueses, nem motivou quem participou a apelar a uma maior aproximação ibérica. Quando se atenta no que foi dito, tanto nos discursos de abertura de cada secção (que só contou com um português a abrir uma secção[1288]), como nas diferentes comunicações apresentadas, fica-se com a ideia de que não houve praticamente quem tivesse aproveitado a ocasião para promover uma aproximação ibérica. É verdade que a sessão inaugural do Congresso[1289], que teve lugar no Gran Teatro, contou com a presença de figuras como o ministro de Portugal em Madrid, Melo Barreto, ou o presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, Gomes Teixeira, e que participaram alguns académicos de diferentes áreas

---

[1285] Pedro José da Cunha, "Sessão Inaugural do Congresso de Coimbra", *Ibidem,* pp. 587-588.
[1286] R. Mercet, "Sessão de Encerramento do Congresso de Coimbra", *Ibidem,* p. 606.
[1287] *Comércio do Porto*, Porto, 5/5/1927.
[1288] A secção de Ciências Matemáticas começou os seus trabalhos com o discurso do professor do Instituto Superior Técnico de Lisboa, Aureliano de Mira Fernandes, sobre o tema "Conceitos Geométricos de Espaço". Mira Fernandes enaltecia o trabalho das Associações para o Progresso Científico em prol do intercâmbio científico peninsular e do estreitamento dos laços morais entre os dois países.
[1289] Abriu a sessão o presidente do comité local, Garcia Noberol.

científicas, tais como António Pereira Forjaz[1290], Carvalho Brandão[1291], Augusto Ramos da Costa[1292], Joaquim da Silva Tavares[1293], Mário de Barros e Cunha[1294], os naturalistas Amélia Bacelar[1295] e Fernando Frade[1296], Pedro José da Cunha, Vitorino Teixeira Laranjeira[1297], Joaquim de Carvalho[1298] ou o médico Alberto de Aguiar[1299], mas dessas presenças não se extrai um pensamento ou afirmação sequer que tendam para a defesa de qualquer tipo de aproximação ibérica. O que de mais relevante se pode retirar do Congresso de Cádis, no que à temática desta tese diz respeito, é o discurso inaugural de Luís Marichalar y Monreal, visconde de Eza, intitulado "El alma nacional". Nesse discurso ("um canto à raça espanhola", segundo o *Comércio do Porto*), propunha-se que se continuasse a obra de Menéndez Pelayo, autor que, atentando nas palavras do visconde de Eza, conseguira encontrar maneira de

[1290] Forjaz foi director da Faculdade de Ciências de Lisboa no período entre 1944 e 1960. Foi autor de obras como *Introdução à Análise Química Inorgânica* (1943) e *Constante Dieléctrica* (1960).

[1291] Dedicou à Sociedade de Meteorologia e Geofísica parte da sua actividade intelectual. Entre outros trabalhos, publicou uma memória sobre "Os modernos métodos de Previsão do Tempo", apresentada no Congresso de Coimbra de 1925.

[1292] Engenheiro hidrógrafo, publicou obras como *Tratado elementar de cronometria* (1908), *Noções gerais de Oceanografia* (1910), *Análise harnónica aplicada às marés* (1913) e *Tratado prático de cronometria* (1921). Lente de Astronomia e Navegação na Escola Naval, e de Geodesia e Topografia na Escola do Exército.

[1293] Entrou para a Companhia de Jesus (1888). No Colégio de São Fiel assumiu diversos cargos tais como o de director do Herbário e do Museu de História Natural e o de reitor. Foi co-fundador da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e da Sociedade Ibérica de Ciências Naturais e pertenceu a diversas sociedades científicas europeias como a Academia de Ciências de Barcelona, a Sociedade Entomológica de França e a Pontificia Academia della Scienze Nuovi Lineei de Roma. Fundou a revista *Brotéria - Sciencias Naturaes* (1902).

[1294] Doutorado em Coimbra com uma tese intitulada *Águas e lamas termais dos cucos* (1919).

[1295] Dedicou parte da sua investigação ao estudo de aracnídeos. Publicou trabalhos como *Notas aracnológicas* (1930), *Sur quelques Araignées théraphoses de la faune ibérique* (1932) ou *Contribuição para o estudo da fauna aracnológica dos Açores e da Madeira* (1937).

[1296] Em 1924, foi nomeado naturalista do Museu Bocage. Nessa qualidade organizou os catálogos sistemáticos das aves e dos mamíferos existentes no Jardim Zoológico de Lisboa.

[1297] Foi professor do Instituto Industrial do Porto (antecessor do Instituto Politécnico do Porto), da Academia Politécnica do Porto, da Faculdade Técnica e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Com a criação da Universidade do Porto transitou para a Faculdade Técnica e desta para a de Engenharia. Em 1915, tomou posse como professor ordinário e no ano seguinte assumiu a direção da Faculdade Técnica. Em 1925, ao atingir o limite de idade, foi-lhe permitido continuar a lecionar. Docente durante quarenta e dois anos, entre 1887 e 1929, foi agraciado pelo governo (1929) com o título de diretor honorário da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Durante a sua carreira universitária foi vice-reitor da Universidade do Porto.

[1298] Professor de Filosofia na Faculdade de Letras de Coimbra. Foi secretário da Faculdade de Letras, director do Instituto de Filosofia, director do Laboratório de Psicologia Experimental. Fundou e dirigiu uma Biblioteca Filosófica e a *Revista Filosófica* (1951-58). Exerceu ainda as funções de director da Imprensa da Universidade. Foi director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

[1299] Lecionou na Escola Médico-Cirúrgica do Porto e, mais tarde, na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Foi director da Faculdade de Medicina e professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

contribuir para o progresso da América de influência ibérica[1300]. Outro dos momentos altos do Congresso foi o discurso do general Primo de Rivera, que se congratulava por ser celebrada em Cádis uma "assembleia de iberismo puro, a qual contribuiria para abrir novos horizontes à raça[1301]".

O facto de ter decorrido ao mesmo tempo que a Exposição Universal tornou o Congresso de Barcelona (20-27 de Maio de 1929) num dos mais concorridos congressos luso-espanhóis. A participação portuguesa não deixou de se fazer sentir. Porém, como aconteceu em Cádis, o número de académicos presentes foi mais limitado do que em épocas anteriores. Apesar de a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências se ter encarregado dos discursos inaugurais das secções de Ciências Astronómicas e Físicas do Globo[1302], Ciências Naturais[1303] e Ciências Sociais[1304], só se encontram dois portugueses entre um infindável número de conferencistas espanhóis presentes no Congresso[1305]. Quanto às relações ibéricas, o desinteresse pelo assunto não poderia ser maior: desde os discursos de inauguração às diferentes comunicações e discursos de abertura de cada secção, não se encontra qualquer referência à aproximação entre Portugal e Espanha.

Após este pequeno périplo em torno dos Congressos para o Progresso das Ciências que juntaram esforços de portugueses e espanhóis, vale a pena destacar algumas ideias. Em primeiro lugar, importa reter que, embora a Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências tenha surgido em 1917, só numa fase avançada da Primeira República é que em Portugal houve condições ou vontade para organizar em conjunto com a Espanha certames deste género (o I Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências só se realizou em 1921). É certo que, antes disso, se encontram portugueses como Pedro José da Cunha ou Costa Lobo a

[1300] "El Alma Nacional", *Undécimo congreso celebrado en la ciudad de Cádiz del 1 al 7 de mayo de 1927: cuarto Congreso de la Associaçao Portuguesa para o Progresso das Sciencias*, tomo I, Madrid, Talleres Polígrafo, 1927, p. 10. Viu-se atrás neste estudo que Menéndez Pelayo desenvolveu um hispanismo de matriz tradicionalista e católico. Defendia a existência de uma alma nacional espanhola que encarnava no heroísmo das suas personagens históricas. Menéndez Pelayo caracterizava ainda o espanhol como um homem dotado de uma vontade de ferro, apegado às tradições, religioso, amante da independência e da liberdade. Era esta a alma heroica: uma mistura de valentia e compaixão.

[1301] *Comércio do Porto*, 5/5/1927.

[1302] O discurso, sobre o ensino da astronomia na Universidade, ficou a cargo de E. J. dos Santos Andrea, professor da Universidade de Lisboa.

[1303] Mendes Correia, professor da Universidade do Porto, com um discurso sobre a cronologia das mais antigas inscrições no noroeste da Península, foi quem abriu esta secção.

[1304] Fezas Vital, reitor da Universidade de Coimbra, inaugurou esta secção com um discurso sobre a crise do Estado Moderno.

[1305] Esses portugueses eram o matemático Carlos Eugénio Álvares Pereira e o já anteriormente referido Augusto Ramos da Costa.

participarem em congressos organizados pela Associação Espanhola para o Progresso das Ciências. Todavia, sendo esporádicas, essas participações acabavam por contribuir muito pouco para a aproximação dos dois países. Bastaria atentar no que se dizia nesses eventos para perceber que foi a partir do Congresso do Porto que se começou a vislumbrar uma vontade comum de ligar os dois países. Para que essa vontade comum tenha surgido foi fundamental a determinada acção de figuras como Gomes Teixeira, José Carracido ou Costa Lobo, que nos seus discursos sempre manifestaram imenso empenho em tornar portugueses e espanhóis mais conhecidos uns dos outros, não só em diferentes áreas do saber mas também numa dimensão humana ou afectiva. Ligadas à organização e dinamizando estes eventos com conferências e discursos que não descuravam a necessidade de contribuir para a aproximação peninsular, personalidades como as referidas foram fulcrais para que professores e investigadores de diferentes áreas científicas e nacionalidades estimulassem a procura do conhecimento, não desprezando algo que ia para além da ciência: a amizade, palavra tão importante quando se fala de hispanismo. Consciente de que estes congressos representavam mais do que meros encontros de académicos, o ministro espanhol em Lisboa, Alejandro Padilla, referia que o Congresso do Porto marcava um novo momento de reaproximação peninsular. Padilla dava inclusive conta de textos publicados na imprensa portuguesa a respeito do contributo dado pelo evento para a aproximação peninsular. Num dos textos que citava, da autoria do correspondente do *Diário de Notícias* em Madrid, José Maria Santos, referia-se que o Congresso do Porto correspondera à “intensificação da amizade” entre os povos ibéricos, e que não obstante existisse entre muitos portugueses uma secular desconfiança a respeito da Espanha (suspeitando-se que havia em Espanha o propósito de anexar Portugal), bastava que um português culto se deslocasse a Madrid ou simplesmente contactasse com um grupo de habitantes do país vizinho para pôr de lado qualquer receio e deixar-se levar por uma efusividade tipicamente espanhola[1306].

Já se tendo referido que a multiplicação de congressos e de exposições ocorreu em diversos países europeus desde a segunda metade do século XIX, não se pode deixar de sublinhar que interessava tanto a Portugal como à Espanha mostrar que, como europeus, caminhavam na direcção do cosmopolitismo e do progresso, tanto

[1306] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1709 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1921-, Política, nº 539, 19/7/1921.

material como intelectual. Constata-se, igualmente, que nem todos estes congressos luso-espanhóis tiveram o mesmo grau de adesão por parte dos portugueses. O congresso que contou com a maior participação nacional foi o de Salamanca, que nem sequer foi organizado conjuntamente pelos dois países. Acrescente-se que a Exposição de Sevilha, que ocorreu ao mesmo tempo que a de Barcelona, pode ajudar a explicar o desinteresse português pelo Congresso que teve lugar na Catalunha. Destinando-se a Exposição de Sevilha a engrandecer o mundo hispânico e envolver as ex-colónias espanholas no seio da *Madre Pátria*, fazia sentido que em Portugal se desse primazia ao que se passava em Sevilha. Desta maneira se explica que a Exposição de Sevilha tenha recebido tanta atenção por parte da imprensa, dos políticos e de alguns dos principais agentes intelectuais e culturais portugueses.

4. 10. As viagens de estudantes

A organização conjunta de congressos científicos e as deslocações de estudantes universitários ou de tunas académicas a Espanha são elementos que contribuem para contrariar a tantas vezes propalada ideia de que Portugal e Espanha viveram de costas voltadas. Tal como as viagens de escritores ou de outras figuras intelectuais, que resultaram em muitos casos em livros repletos de descrições e observações acerca do país visitado, as estadas dos estudantes portugueses em Espanha e vice-versa mostram que a aproximação peninsular se alimentou de um intercâmbio contínuo ou de uma recorrente necessidade de conhecer e estar próximo de espaços e pessoas que partilhavam um fundo histórico, geográfico e cultural comum. Através da imprensa ou mesmo da correspondência diplomática, é possível acompanhar as deslocações das tunas académicas. Se, por um lado, na imprensa em geral estas viagens estudantis eram descritas como momentos recheados de "brilhantismo" e "magnificência" que constituíam pequenos mas importantes passos para aprofundar a amizade entre Portugal e Espanha, por outro lado, os diplomatas não encaravam com o mesmo optimismo estas viagens. Os representantes diplomáticos portugueses não encontravam proveito nestas viagens devido aos transtornos que a falta de meios financeiros destes grupos estudantis acabavam por trazer. Em 1909, ano em que a Tuna Académica de Coimbra se preparava para se deslocar ao país vizinho, o conde de Tovar, ministro português em Madrid, alertava

para o facto de a viagem realizada pela Tuna Académica de Lisboa a Madrid em 1906 ter sido um fiasco: ninguém se importara com ela, ninguém assistira ao sarau. Mas pior do que ninguém se importar "em Espanha com tais tunas" tinha sido a falta de meios dos jovens para regressarem a Portugal. Nesse referido ano de 1906, foi preciso que o governo pagasse os vários "centos de mil réis" em dívida no hotel para que os estudantes pudessem sair de Madrid e voltar a Lisboa sem um "escândalo monumental"[1307]. Sabendo que a Tuna Académica de Coimbra se propunha correr a mesma aventura com outra deslocação à capital espanhola, julgava o diplomata de toda a urgência que se empregassem os ofícios necessários para evitar semelhante viagem "que com certeza teria as mesmas desastrosas consequências de 1906"[1308]. Não foi a mudança de regime político que fez com que os representantes diplomáticos portugueses em Madrid tivessem passado a encarar com maior optimismo as deslocações das tunas a Espanha. A Tuna Académica de Coimbra visitou Madrid no Carnaval de 1911, e o que o ministro português em Madrid dizia era semelhante: a visita era "inoportuna". Para além dos problemas de financiamento, surgia a preocupação em relação às mensagens que os estudantes poderiam pôr a circular quando chegassem a Espanha: alguns estudantes "menos cordatos ou mesmo quaisquer pessoas alheias à universidade madrilena" poder-se-iam lembrar de promover manifestações contra a República, dando lugar a incidentes que poderiam prejudicar bastante os estudantes portugueses[1309]. Voltava-se a dar como exemplo de um acontecimento muito negativo a já referida visita "desastrosa" da Tuna Académica de Lisboa em 1906[1310]. Não mais optimisticamente eram vistas pelos diplomatas do país vizinho as viagens empreendidas por tunas estudantis espanholas a Portugal. O

[1307] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa nº 140, E. nº 22, 5/4/1909.
[1308] *Ibidem*.
[1309] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa nº 141, Maço 49, Série A, 28/1/1911. A preocupação de defender a República no estrangeiro ou de não permitir que a deslegitimassem esteve quase sempre presente nos documentos enviados pelos diplomatas portugueses em Espanha. Por exemplo, em 1914 os republicanos ainda tentavam obter reconhecimento internacional. Convidado para um banquete no Círculo Mercantil e Industrial e para as festas realizadas em Cidade Rodrigo, o cônsul Júlio Augusto Borges dos Santos congratulava-se por ver que entre os militares e oficiais superiores espanhóis a corrente de simpatia a favor de Portugal aumentava e era sincera. Cf. *Ibidem*, 3º Piso, Armário 8, Maço nº 35, Consulado de Portugal em Cidade Rodrigo, proc. 235, nº 4, série A, reservado, 24/7/1914.
[1310] Como se referiu, nessa ocasião a "aflição" da Tuna Académica fora tão grande que os estudantes ter-se-iam apanhado numa situação "extremamente crítica e embaraçosa", se o governo português não tivesse mandado pagar as despesas no hotel ("afim de evitar um escândalo ou desprestígio"). Fazia-se ainda referência a uma "tentativa do mesmo género" ocorrida em 1910 em Badajoz, que resultara em graves dificuldades para a volta da Tuna a Portugal. Cf. *Ibidem,* Caixa nº 141, Série A, Maço nº 4, documento nº 1, 28/1/1911.

que, por exemplo, em Fevereiro de 1910 espantava o marquês de Güell no que concernia à estadia da Tuna de Valladolid em Lisboa, onde tinha sido "muito bem" (talvez demasiado bem) recebida pelos seus companheiros portugueses e por D. Manuel II, era o facto de os estudantes terem sido brindados tantas vezes com "champanhe" e "cigarros"[1311].

Pela ausência de críticas, presume-se que outras deslocações de estudantes portugueses tenham causado menos transtorno aos diplomatas em Espanha, que continuaram a dar conta das viagens sem, no entanto, se desviarem de um registo neutro ou informativo. Em 1916, registava-se que a Tuna de Braga chegara a Portugal depois de "muito aclamada durante a estada em Vigo"[1312]. Durante os anos seguintes, os representantes diplomáticos relataram quase telegraficamente as estadias dos estudantes no país vizinho. Também a imprensa periódica foi deixando registo destas deslocações estudantis. Há notícias de concertos da Tuna da Universidade do Porto no Teatro Espanhol do Orfeão (15 e 16 de Maio de 1922). Em 1923, o Orfeão do Porto deslocou-se a Tui e Vigo. No mesmo ano, periódicos como o *Diário de Lisboa,* o *Século* ou a *Capital* descreviam como "colossal" e "apoteótica" a recepção dos estudantes de Coimbra em Valladolid e Madrid. Dizia-se que tendo contribuído para adensar o ambiente de amizade, essa recepção constituía uma prova da "grandeza" e "fraternidade" peninsular[1313]. José Lopes Dias Júnior, estudante de Medicina e delegado do Orfeão de Coimbra na excursão realizada a Espanha em 1923, contava que a imprensa do país vizinho noticiara que magotes de populares espanhóis tinham recebido os estudantes portugueses com uma "amizade fervorosa". Contudo, encontram-se também reacções negativas na imprensa. No conservador e nacionalista a *Época* considerava-se, num tom exaltado, que a estadia dos estudantes em Espanha tinha sido indigna de cidadãos portugueses: entre trocas de sorrisos e de elogios, e querendo mostrar-se simpáticos e transmitir uma imagem politicamente correcta, os estudantes tinham-se deixado humilhar e perdido a dignidade[1314]. Por seu lado, Trindade Coelho publicava um artigo no *1º de Janeiro*, referindo que a Espanha vinha

---

[1311] Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1704 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1908-1911, Política, nº 29, E-191, 12/2/1910.
[1312] MNE, AHD, Caixa nº 141, Série A, Maço nº 35, Processo nº 42, nº 5, série D, Vigo, 8/2/1916.
[1313] *Século*, Lisboa, nº 14797, 25/4/1923, p. 1.
[1314] *Época*, Lisboa, nº 1428, 8/7/1923, p. 1.

alentado o intercâmbio intelectual com Portugal por ocultar outras intenções[1315]. Noutra ocasião em que João Camoesas, então ministro da Instrução, enviou a Madrid três representantes da Federação Académica de Lisboa, Porto e Coimbra, juntamente com outros cinco estudantes, recorria-se à ironia no mesmo periódico para descredibilizar a presença estudantil em Espanha: "A embaixada aproveitou os dias de Carnaval para a sua estada em Madrid, por serem dias naturalmente indicados para o estudo de qualquer natureza"[1316]. Com ou sem críticas, as viagens estudantis prosseguiram. No mesmo ano de 1923, Portugal contou com a presença de estudantes espanhóis no seu território (essa presença nada tinha que ver com tunas). O reitor da Universidade de Sevilha informava o responsável diplomático em Madrid de uma visita oficial dos professores e alunos da Faculdade de Direito daquela Universidade à Universidade de Lisboa a 18 de Março[1317]. Para dar mais um exemplo, em 1924 a Estudantina Madrilena, composta por alunos da Universidade de Madrid, expressava o desejo de retribuir a visita dos estudantes portugueses de 1923[1318].

As deslocações de estudantes portugueses a Espanha e vice-versa foram constantes ao longo do período em estudo. Compreende-se que os diplomatas mostrassem desconforto com estas viagens. Havia o receio de que os estudantes não tivessem meios financeiros para subsistirem fora de Portugal e temia-se que as autoridades fossem obrigadas a correr em seu auxílio. Outra crítica recorrente era a de que o conhecimento dos estudantes não se fortalecia com estas viagens, que, pelo contrário, sair do país servia de pretexto para festejar e beber, ou seja, exercer actividades nada ligadas à vida académica. Temia-se também que, uma vez no estrangeiro, os estudantes, podendo ser contaminados por ideias políticas contrárias às do regime político do país de que eram naturais, contribuíssem para uma instabilidade desnecessária. As críticas, muitas vezes cheias de pertinência, não retiram a estas deslocações o mérito de terem contribuído, mesmo que modestamente, para o reforço dos laços entre dois países que, como se tem vindo a observar, nem sempre conviveram facilmente. Mesmo que nada fosse dito em prol da aproximação ibérica,

---

[1315] O artigo era citado por Alejandro Padilla. Cf. Archivo Histórico del Ministério de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional, H. 1711 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1923, Política, nº 297, 14/4/1923.

[1316] *Época*, Lisboa, nº 1284, 12/2/1923, p. 1.

[1317] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Caixa nº 145, nº 49, Série D, nº 33, 7/3/1923.

[1318] Um dos professores que acompanharia os estudantes seria Antonio Ballesteros Beretta, da Faculdade de Filosofia e Letras (e amigo de Sardinha). Contudo, Beretta acabou por ser substituído por Lucio Gil Fagoaga, professor da Cadeira de Psicologia Superior. Cf. *Ibidem*, Caixa nº 147, nº 51, Série D, nº 22, 19/2/1924.

mesmo que se deixassem de lado conceitos como iberismo ou hispanismo, o simples facto de se efectuar este intercâmbio, muitas vezes em épocas conturbadas, é revelador de que do lado intelectual e cultural houve uma incessante disponibilidade para tornar mais próximos os dois países. A forma como se descreviam as deslocações leva até a que se pense que nada existia que impedisse dois povos descritos como irmãos de se conhecerem melhor e de se aproximarem. Nessas descrições, recorria-se a um tom indiciador de um clima festivo. Falava-se de recepções apoteóticas e citavam-se estudantes que, eufóricos, quase juravam amor eterno ao país vizinho. Assim sendo, conclui-se que, heterodoxo e baseando-se em experiências diversas, o hispanismo ou iberismo cultural recebeu dos mais variados tipos de contributos. Estes conceitos construíram-se não só a partir dos escritos mas das viagens de escritores, professores ou mesmo de tunas académicas, enfim, de gente mais ou menos consciente da sua contribuição para a afirmação de um ideal hispanista.

Considerações finais

O iberismo nasceu sob o signo da esperança e as transformações por que passou relacionaram-se com a necessidade de fazer durar o sentimento de quem via como possível a concretização, num futuro não muito distante, de planos de aproximação ibérica nunca transpostos para a realidade. Com o tempo, o conceito de iberismo foi perdendo expectativas, tendo dado lugar a conceitos como hispanismo, peninsularismo ou hispano-americanismo e ibero-americanismo, que, pondo de lado qualquer união política, remetiam para aproximações culturais, intelectuais, económicas ou espirituais entre Portugal, Espanha e os países americanos de influência ibérica. Em finais do século XIX, enterrados os sonhos iberistas suscitados por exemplo pela Primeira República em Espanha, escassos eram os que faziam a apologia de uma união política ibérica. As mudanças por que passou o iberismo estenderam-se à América. O *Ultimatum* britânico ou a derrota espanhola em Cuba, conhecida como o *Desastre*, representaram momentos traumáticos e humilhantes que levaram figuras dos dois países a conceberem estratégias regeneracionistas que passassem por alianças entre Portugal e Espanha e as suas ex-colónias americanas. Com o intuito de reforçar os laços espirituais entre a Península e o continente americano, começou a falar-se de uma "raça hispânica", determinada por factores culturais e não biológicos. Partia-se da evidência de que a única maneira de ligar povos tão diferentes e tão orgulhosos da sua independência era a partir de laços invisíveis, inquebrantáveis (como se a história, a língua ou a literatura pudessem constituir uma espécie de nacionalismo cosmopolita).

O debate iberista ou hispanista esteve associado à economia por motivos quase óbvios: Portugal e Espanha viveram diversas crises, por vezes coincidentes. O iberismo foi desde logo apresentado como uma fórmula milagrosa segundo a qual a Península deixaria de estar centrada no passado e recuperaria a grandeza perdida, ou como referia Juan Valera, voltaria a ser o que fora em séculos passados: cabeça da Europa[1319]. Utopicamente, o futuro oferecia uma compensação para a miséria do presente[1320]. Numerosos foram os autores que, partindo da constatação de que o presente peninsular primava pela decadência, chamaram a atenção para a necessidade

[1319] Cf. Juan Valera, "España y Portugal", *Revista Ibérica,* Madrid, tomo I, nº 5, 1861. Disponível em http://www.filosofia.org/hem/186/ibe/t01p349.htm.
[1320] Reinhart Koselleck, *The Practice of Conceptual History, Timing, History, spacing concepts*, Stanford, Stanford University Press, 2007, p. 88.

de chegar a soluções para o futuro. Mais pobre do que o vizinho e possuindo menos recursos naturais e materiais para resolver os seus problemas económicos, Portugal foi amiúde descrito, por figuras espanholas oriundas dos mais variados quadrantes, como uma terra decadente a precisar de auxílio. Em muitos casos, considerar Portugal como problema ou factor de instabilidade servia de pretexto para defender a união ibérica ou a transformação de Portugal em mais uma região espanhola. Sinibaldo de Mas garantia que Portugal só escaparia ao estado de decadência em que se encontrava caso admitisse constituir uma união monárquica com a Espanha que traria a estabilidade política e o progresso material de que o povo português tanto necessitava. Por sua vez, o federalista catalão Py i Margall considerava que, sem se federar com a Espanha, Portugal não deixaria de seguir rumo ao abismo. Outros, como Giner de los Ríos ou Calvo Asensio, descreveram Portugal, terra que visitaram, como decadente e carecendo de procurar, em conjunto com a Espanha, soluções económicas e intelectuais, mas não necessariamente políticas, para sair do isolamento em que vivia. No século XX, embalados por um pensamento germanófilo e aproveitando os conhecidos sonhos anexionistas de Afonso XIII, tradicionalistas como Antón del Olmet, Nido y Segalerva ou Vicente Gay notavam que, em nada contribuindo para a estabilidade política e social ou para o desenvolvimento material peninsular, Portugal deveria abdicar da sua independência para que, una, a Península pudesse fazer frente a potências como a Inglaterra. Vicente Gay foi a mais radical destas personalidades: considerava que Portugal, fraco e ingovernável, dever-se-ia unir à Espanha, mesmo que pela força. Numa linha semelhante, Olmet questionava: como é que um país tiranizado por uma mão cheia de republicanos e a transbordar de pobreza poderia ser independente, quando tinha um país forte a seu lado? Muito contestado em Portugal, Vázquez de Mella acreditava que uma federação poderia salvar Portugal da miséria e auxiliar a Espanha a fazer frente a potências como a Inglaterra. Desde Sinibaldo de Mas a Vázquez de Mella, não havia quem não fizesse menção à necessidade de combater a influência inglesa em Portugal. Entre os principais argumentos contra a aliança luso-britânica estavam, por um lado, o de que Portugal vivia de empréstimos e afundava-se em dívidas (que só à Inglaterra traziam lucro) e, por outro, o de que a Inglaterra sabotava uma aproximação ibérica e os interesses de Portugal e Espanha junto das suas colónias africanas e das ex-colónias americanas. Contra a aliança inglesa e a favor de uma aproximação ibérica estiveram também muitas personalidades portuguesas, como Oliveira Martins ou outros por si influenciados,

como Fernando Pessoa. Muito polémico em Portugal foi Félix Lorenzo, que em 1917 lançou uma campanha de aproximação ibérica, depois de dois anos antes ter publicado um livro compilando as suas viagens a uma República por si caracterizada como violenta, tumultuosa, pobre e sem rumo. Se o objectivo de alguns que descreveram Portugal como decadente era contribuir para gerar na opinião pública portuguesa um ambiente favorável a aproximações ibéricas, o efeito acabou por ser o contrário. Estas vozes que desacreditavam a capacidade portuguesa de prosperar sem o auxílio de terceiros foram determinantes para tornar impopular qualquer proposta iberista deste lado da fronteira. As referências à decadência portuguesa davam origem a mal-entendidos, a trocas de apodos na imprensa dos dois países e acentuavam um preconceito português contra um suposto imperialismo castelhano.

Enfatizando que o rumo a seguir por Portugal deveria ser o da abertura ao exterior, essencialmente mediante a ligação a países com os quais partilhava traços civilizacionais comuns, o tema da decadência ou do miserabilismo nacional esteve igualmente presente no discurso de alguns dos portugueses que se debruçaram sobre a temática iberista. Oliveira Martins foi das figuras que mais ajudaram a pintar o retrato de um país decadente a precisar de se refundar. O problema português não era, no seu entender, somente económico ou político: uma obsessão pelo passado impedia o país de abraçar o futuro com optimismo e de se relacionar com a Espanha sem recear o fantasma de Filipe II. Não obstante considerasse Portugal e Espanha países em acentuado declínio desde o fim dos Descobrimentos, Oliveira Martins procurou perceber de que maneiras Portugal e Espanha poderiam reconquistar um lugar de primeira ordem no mundo, sem com isso perderem a independência política. Como Ángel Ganivet mais tarde, Oliveira Martins acreditava que a decadência poderia ser combatida com elementos característicos dos povos peninsulares, como o heroísmo, a genialidade e a bravura. Também para outros que receberam a influência destes autores, como Unamuno, Pascoaes, Altamira ou mesmo tradicionalistas como Maeztu ou Sardinha, a decadência deveria constituir incentivo para que se caminhasse rumo a um porvir mais risonho.

Em vez de perguntar o que foram o iberismo e o hispanismo e quem foram os autores que dinamizaram estes conceitos, pergunte-se: porquê falar de iberismo ou hispanismo? Porque era necessário salvar a Península, porque Portugal e Espanha viviam em crise e não saíam do passado. Pergunte-se igualmente: porquê estudar este tema no século XX? As crises finisseculares surgiram numa altura em que o iberismo

tinha perdido muito do seu fôlego inicial. Se é verdade que as crises instalaram em ambos os países um sentimento quase irracional de patriotismo, não menos verdade é que se criaram condições para pensar em soluções que exigiam tolerância ou capacidade de diálogo para firmar alianças. Dado que os sentimentos de crise e de decadência, conjugados com uma vontade regeneracionista, têm perpassado os dois países praticamente até ao presente, tem toda a pertinência estudar o iberismo no século XX. As propostas iberistas ou hispanistas surgiam como soluções que partiam das constatações de que Portugal e Espanha nada seriam se não juntassem esforços, de que a sua força residia na união das almas, no aproveitamento do génio, da santidade e da valentia do herói criador ibérico[1321]. Como se escrevia no madrileno *Liberal,* povos irmãos, partilhando a mesma raça, Portugal e Espanha só voltariam a ser poderosos quando, esquecidos rancores fomentados por estadistas de má-fé, acabassem por se submeter à lei "inflexível e natural das afinidades electivas"[1322].

Tanto o iberismo como as suas variantes enfrentaram ao longo do tempo uma oposição por parte de portugueses que consideravam que uma aproximação (qualquer aproximação) teria como resultado uma união ibérica ou o simples desaparecimento de Portugal enquanto país independente. Sabendo que a Comissão 1º de Dezembro foi relevante na dinamização da luta contra o iberismo na segunda metade do século XIX, pretendeu-se neste estudo descobrir se essa relevância se manteve nas primeiras décadas do século XX, altura em que o iberismo já não significava união ibérica (política) para a maior parte dos autores partidários de aproximações peninsulares. Tendo em consideração não só a relativa escassez de estudos sobre a Comissão, como a considerável diminuição da publicação de opúsculos e obras anti-iberistas por parte de sócios da Comissão durante o período em análise (comparativamente com o que sucedeu durante o século XIX), procurou-se interpretar a evolução desta associação a partir de outros prismas. Os livros de sócios e os ficheiros existentes no Arquivo da Comissão, assim como o acompanhamento dos festejos do 1º de Dezembro na imprensa, foram determinantes para perceber quem se associou e que impacto tiveram a Comissão e o 1º de Dezembro nas primeiras décadas do século XX. Tentou-se traçar um perfil social e político dos sócios. Quis-se igualmente avaliar os efeitos práticos dos múltiplos eventos organizados por esta associação.

[1321] Joan Maragall, *Elogio de la Palabra y Otros Articulos,* Navarra, Salvat Editores, Alianza Editorial, 1970, p. 73.
[1322] *El Liberal,* Madrid, nº 14127, 22/8/1918, p. 1.

A Comissão 1º de Dezembro ganhou nova dinâmica a partir de 1910, com a republicanização dos festejos do 1º de Dezembro: tornado feriado nacional, esse dia recebeu o nome de "Festa da Bandeira" e contou com a presença nos festejos oficiais de diversas figuras políticas ligadas ao novo regime, começando pelo Presidente da República. Com a instauração da República assistiu-se a um exponencial aumento de sócios. Esse aumento acentuou o contraste com o que ocorreu anteriormente, uma vez que das últimas décadas do século XIX a 1910, talvez devido à perda de relevância do iberismo, a Comissão registou uma escassa adesão de sócios. O fervor anti-iberista continuou nas primeiras décadas do século XX a ser importante para impulsionar a Comissão 1º de Dezembro. A Comissão cresceu em termos de sócios em anos em que o "perigo espanhol" voltou à ordem do dia. Por exemplo, com a Harmonia Ibérica, campanha lançada pelo *Imparcial,* 1917 foi um ano em que um significativo número de sócios aderiu à Comissão. A Comissão também cresceu em anos em que existiram motivos para exaltar o patriotismo português. Desde a sua fundação em 1861, o ano de 1922 foi o que contou com mais adesões. Neste ano, Gago Coutinho e Sacadura Cabral (duas personalidades agraciadas com o título de sócio honorário da Comissão) realizaram a travessia do Atlântico Sul e António José de Almeida, Presidente da República, participou nas cerimónias do Primeiro Centenário da Independência do Brasil (e Portugal esteve representado com pavilhões na Exposição Industrial do Rio de Janeiro).

Segundo o que se publicava na imprensa periódica, as celebrações do 1º de Dezembro revestiam-se de brilho e pompa e contavam com magotes de gente entusiástica. Contudo, outras fontes contradizem esta imagem. Atentando nas descrições, certamente suspeitas, de diplomatas espanhóis como o marquês de Villalobar ou Padilla, a imprensa pintava uma magnificência inexistente, artificial. Diplomatas como os referidos descreviam os festejos como algo que tinha um interesse relativo para a população e que servia, acima de tudo, para promover uma pequena elite que delirava com o anti-espanholismo. Não sendo possível atestar a veracidade das afirmações dos diplomatas espanhóis, não se pode deixar de notar que, durante o período em estudo, com excepção de 1915 e 1916, anos em que a Comissão optou por celebrar o 1º de Dezembro com comedimento para que ninguém no país vizinho se sentisse provocado, diversos foram os periódicos, dos quais se destacam o *Diário de Notícias,* o *Século,* a *Capital* ou, durante a Ditadura Militar, a *Voz* ou a *Época,* que acompanharam a efeméride com a maior atenção, tendo enchido imensas

vezes a primeira página com artigos patrióticos e fotografias de multidões nos Restauradores. Pretendendo assumir um papel social relevante, a Comissão desdobrou-se em esforços para dinamizar eventos na capital, tais como os *Te Deum*, os cortejos cívicos, as sessões solenes nos Paços do Concelho (e não só) ou os bailes, récitas, saraus, peças de teatro ou concertos, que se destinavam tanto às elites como ao povo. Acontecimentos como os referidos tinham lugar um pouco por todo o país, embora a Comissão só fosse responsável pela organização dos festejos na capital. Uma dificuldade que surge quando se tenta perceber que impacto social teve a Comissão (mesmo que esse impacto tenha estado ligado à capital) prende-se com o facto de os festejos do 1º de Dezembro terem sido politizados, tanto durante a República como depois, o que pode levar a que, por exemplo, se pense que as ditas multidões que enchiam os Restauradores poderiam festejar o 1º de Dezembro sem ter presente a memória da Restauração ou qualquer sentimento anti-iberista. Todavia, devido à sua responsabilidade na organização dos festejos, é incontestável que a Comissão teve um papel fundamental em Lisboa na disseminação de um sentimento patriótico junto de camadas da população mais e menos elitistas.

Tendo presentes os dados relativos à origem social, à formação académica ou à ocupação profissional, pergunte-se: quem foram os sócios da Comissão? De um universo de 337 sócios (para um período que vai de 1910[1323] a 1931), encontrou-se informação no que respeita à situação profissional para cerca de 80%. Os sócios eram, em ordem decrescente, funcionários públicos, membros das forças armadas, jornalistas, proprietários (e aristocratas) e professores (ligados ao ensino secundário, superior ou profissional e industrial). No que se refere a cargos públicos, encontrou-se informação para cerca de 30%. Os cargos com maior expressão foram de natureza política: deputado, ministro, vereador, governador civil e senador. Esta informação só acentua a evidência de que existiu uma presença bastante considerável de figuras relevantes em termos políticos. Outro elemento a ter em conta: a Comissão esteve centrada na capital. A grande maioria dos sócios nasceu em Lisboa e um razoável número de sócios nascidos fora de Lisboa acabou por fazer a sua vida em Lisboa, se bem que exista um apreciável número de proprietários rurais e agrícolas. Sendo certo que parte substancial dos sócios pertencia a um meio elitista, social e economicamente, não tão certo será dizer que fazer parte da Comissão não era

[1323] Já se referiu que não se inscreveram sócios na Comissão em 1908 e 1909.

acessível a cidadãos comuns. Por exemplo, quando se atenta nos dados referentes à formação académica, verifica-se que não se encontrou informação para 180 dos 337 em análise. Não se pode deixar de pensar que muitos desses associados não possuíam um curso universitário. E tendo em conta que diversos sócios exerceram actividades profissionais ligadas ao pequeno e médio comércio ou à agricultura, será preferível concluir que, não obstante um certo elitismo, a Comissão terá intentado ser o mais abrangente possível. No que respeita à atitude dos associados que se pronunciavam publicamente (discursando em sessões solenes ou na imprensa) perante a Espanha, sobressai o respeito demonstrado pelo país vizinho a cada 1º de Dezembro. Este dia comportava uma memória de violência e, não interessando a Portugal abrir conflitos diplomáticos, importava não tornar outra vez real essa violência. Fosse porque nos primeiros anos a República buscava aceitação internacional, fosse devido à participação na Primeira Guerra, motivos não faltaram para que nas primeiras décadas do século XX a atitude dos sócios, que não deixavam de ser anti-iberistas, tenha sido comedida.

A maior parte das campanhas de pendor iberista ou hispanista foi recebida com antipatia e até com repulsa por parte de grande parte da opinião pública portuguesa. Muitos foram os que nas páginas da imprensa expressaram um temor de que Portugal fosse invadido ou anexado pela Espanha. Por vezes, bastava a publicação de um texto fazendo a apologia das boas relações ibéricas para que as páginas da imprensa se enchessem de indignado patriotismo. Havia quem em Portugal usasse o anti-iberismo como arma política. Ignacio Chato Gonzalo confirma que o "perigo espanhol" foi um recurso por cá empregado com excessiva frequência e que serviu como instrumento político utilizado pelos diferentes partidos para granjear popularidade junto do seu eleitorado[1324]. A alergia ao iberismo associava-se também a um medo de invasão e de anexação. Temia-se que certas campanhas de aproximação resultassem no desaparecimento de Portugal enquanto país independente. Se os conceitos de iberismo têm uma dimensão utópica, quem esgrimia argumentos contra esses iberismos acreditava que uma futura aproximação ibérica resultaria numa espécie de distopia ou num cenário apocalíptico. É neste cenário que se enquadra o "perigo espanhol". Tendo-se consubstanciado num medo de invasão, num receio de

[1324] Ignacio Chato Gonzalo, *Las Relaciones entre España y Portugal a través de la Diplomacia (1846-1910): la incidencia de la política exterior en la construcción de la identidad nacional*, 1º vol., Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2004, p. 328.

que Afonso XIII e os governantes espanhóis tivessem planos secretos para a conquista de Portugal, o "perigo espanhol" nem sempre teve uma ligação à realidade ou assentou em pressupostos lógicos. Foram vários os momentos de tensão ibérica, tensão essa que se repercutiu na imprensa, nos debates parlamentares e até a nível diplomático. Não faltou quem encontrasse intenções malévolas por detrás da simpatia espanhola. Como diria Augusto Vasconcelos, embora sob "corteses disfarces", em Espanha sentia-se desdém pelos portugueses e aproveitava-se qualquer insignificância para noticiar mentiras contra Portugal[1325]. As incursões monárquicas despertaram a revolta republicana contra uma "calculista" inoperância espanhola. As campanhas dos germanófilos espanhóis trouxeram uma indignação patriótica que teve como ponto alto as conferências integralistas na Liga Naval (1915). Em 1917, a campanha da Harmonia Ibérica do *Imparcial* também gerou indignação. Artigos defendendo a aproximação ibérica, publicados em jornais espanhóis como o *Sol* ou o *Imparcial*, alarmavam muitos colunistas portugueses. O director da *Voz,* Fernando de Sousa, escrevia contra manifestações "iberistas irritantes"[1326]. Em 1928, aquando da habitual celebração da Festa da Raça em Espanha, o mesmo Fernando de Sousa queixava-se do desprezo que o povo espanhol nutria pelo português, ao ponto de confundir Portugal com as suas províncias[1327]. Questões como as do contrabando ou da suposta "infiltração económica" de companhias espanholas em Portugal ganhavam proporções apocalípticas nas páginas da imprensa. Difundia-se a mensagem de que, aos poucos, a Espanha conquistava Portugal. Um incidente com pescadores no Guadiana era motivo para que por cá se apelasse a uma unidade nacional contra ataques que acalentavam a destruição da pátria. Um mero comentário de um funcionário de fronteira espanhol bastava para ofender alguns espíritos. Numa carta dirigida ao governador civil de Viana do Castelo, o vice-presidente do conselho administrativo de Valença contava que, tendo-lhe sido insinuada pelo Alcaide de Tui a conveniência de uma confederação ibérica, respondera ao espanhol dizendo que tal ideia feria o "brio patriótico dos portugueses"[1328]. Também nas palavras do monarca espanhol se vislumbrava interesses secretos. Em 1918, com Sidónio Pais no poder, o então ministro em Madrid, Egas Moniz, encontrou-se com um Afonso XIII que não

[1325] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Arquivo – 13 A, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, nº 132, 27/12/1922.
[1326] Fernando de Sousa, "O Sonho Ibérico", *Voz*, Lisboa, nº 408, 26/3/1928, p. 1.
[1327] Id., "A propósito da Festa da Raça no vizinho reino", *Ibidem*, nº 610, 17/10/1928, p. 1.
[1328] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Arquivo – 13 – A, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, processo nº 32.

lhe causara boa impressão, por ter dissertado "ansiosamente" sobre as necessidades de apagar o mais possível a fronteira "sob o aspecto aduaneiro", "de sorte a fazermos uma vida cada vez mais íntima e ligada"[1329]. Num discurso proferido em Fevereiro de 1918, em Madrid, o rei confessava-se triste pela situação portuguesa: a de um país enterrado em dívidas e com as colónias disputadas pela sua grande aliada histórica, a Inglaterra. O monarca não escondia possuir "um vasto plano de aproximação peninsular": planeava a construção de um traçado ferroviário que ligasse Lisboa a Madrid, e estava disposto a organizar um *trust* para a venda de produtos peninsulares, como o vinho e a cortiça[1330]. Estas e outras declarações foram mal acolhidas. Afonso XIII era figura recorrentemente criticada na imprensa portuguesa. O diplomata Sá Cardoso alertava que, por causa do "ímpeto anexionista" de Afonso XIII, não era conveniente que na alma popular profundamente adormecesse uma "hostilidade secular" que mantinha separados os dois países[1331]. Uma entrevista concedida por Afonso XIII a Augusto de Castro, em começos de Outubro de 1922, gerou uma nova onda de revolta. Exaltado com a dita entrevista, Paiva Couceiro, sublinhava que não poderia haver sentimentos fingidos entre países tão próximos[1332]. Barbosa de Magalhães, sócio da Comissão 1º de Dezembro, assinalava que a "aproximação entre as duas nações é encarada pelos dirigentes espanhóis, possivelmente pelo público, como um meio de conseguir de nós a renúncia de todos os nossos direitos"[1333].

Nem todos em Portugal viam com fatalismo certas tentativas de aproximação vindas de Espanha. Diversas foram as personalidades que se mostraram partidárias de uma aproximação ibérica que, respeitando a soberania de cada país, contribuísse para o progresso económico e cultural peninsular. Até académicos e estudantes dos dois países, não necessariamente iberistas, se manifestaram em variados eventos a favor do estreitamento das relações ibéricas. Durante as incursões monárquicas, Machado Santos relativizava a importância do "perigo espanhol", apelando até ao estreitar dos laços económicos entre Portugal e Espanha. Das viagens de Brito Camacho a Espanha, destacava-se a amizade que o autor dizia sentir pelo país vizinho e o que

---

[1329] Id., Arquivo - 13 -A Maço 11 Relações Políticas 1918-1923, Relatório do Ministro de Portugal em Madrid Egas Moniz, de um encontro com D. Afonso XIII, 7/6/1918.
[1330] *A Noite*, Lisboa, nº 42, 22/1/1921, p. 1.
[1331] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Processo 1/7, nº 43. Confidencialíssimo, Lisboa, 8/7/1922.
[1332] H. Paiva Couceiro, "Comentários a uma entrevista", *Correio da Manhã*, Lisboa, nº 533, 11/10/1922, p. 1.
[1333] MNE, AHD, Legação de Portugal em Madrid, Arquivo - 13 –A, Maço 11, Relações Políticas 1918-1923, 16/10/1922.

afirmava ser a necessidade de chegar a acordos comerciais e económicos com um país que já não sonhava com conquistas e impérios. Em 1917, em jornais como o *Mundo* ou a *Opinião* não se enjeitava o diálogo com Félix Lorenzo. Solucionar problemas de ordem económico-financeira, resolver a instabilidade política, acabar com o isolamento cultural e até com uma certa degenerescência moral e mental, era nisto que consistia a Harmonia Ibérica para quem escrevia nestes periódicos. Igualmente em 1917, Júlio Dantas referia que lhe custava a compreender que as duas grandes literaturas peninsulares caminhassem a par, ignorando-se completamente e incitava as academias, faculdades de letras e sociedades literárias a unirem esforços para promoverem a cultura peninsular[1334]. Carlos Gomes, presidente honorário da Associação Comercial de Lisboa, propunha que se desenvolvesse a marinha mercante ao serviço dos dois países, que se intensificassem as comunicações de toda a espécie, que se facilitassem as relações bancárias e que se promovesse a permuta de estudantes de escolas técnicas e seus respectivos técnicos nas empresas, explorações comerciais, industriais e agrícolas[1335].

Chegada a altura de finalizar, questione-se: pode afirmar-se que Portugal e Espanha têm vivido de costas voltadas, sem se conhecerem? A resposta é clara: os dois países não viveram de costas voltadas. Bastaria pensar nos contactos entre as populações raianas para começar a contrariar essa ideia das costas voltadas. Durante o período em análise, constantes foram as notícias publicadas na imprensa portuguesa sobre a situação política e socio-económica espanhola e vice-versa. As elites intelectuais e políticas dos dois países viajaram, conheceram e, em muitos casos, deixaram registo escrito dos locais e das pessoas com que contactaram no país do lado. Essas viagens e relatos escritos foram aliás fundamentais para a existência dos vários iberismos e hispanismos. Destacados foram os autores portugueses e espanhóis, desde Oliveira Martins, Labra, Giner de los Ríos, a Unamuno, Pascoaes, Sardinha, Fidelino de Figueiredo ou Brito Camacho e Ezequiel de Campos, que tiveram uma opinião positiva sobre o país vizinho e contribuíram sobremaneira para a aproximação peninsular. Para além das viagens e das relações de amizade e intelectuais, como as que Unamuno ou Pascoaes estabeleceram com figuras dos dois países, também não foram escassas as conferências, congressos científicos e exposições organizadas com o intuito de unir intelectual e culturalmente Portugal e

[1334] Júlio Dantas, "Iberismo", *Portugal*, Lisboa, nº 13, 8/4/1917, p. 1.
[1335] *Opinião*, Lisboa, nº 380, 5/5/1917, p. 1.

Espanha e que contaram, em muitos casos, com a presença de altas figuras de Estado, como D. Afonso XIII, Óscar Carmona (Exposição de Sevilha) ou ministros e diplomatas. Portanto, quando se afirma que os países têm vivido ignorando-se um ao outro, ou que têm vivido de costas voltadas, o que se verifica é que existe uma grande dose de exagero. Portugal e Espanha tiveram histórias paralelas e interligadas. Tanto portugueses como espanhóis manifestaram interesse pelo país vizinho ao longo da história contemporânea. E o iberismo e o anti-iberismo constituíram elementos omnipresentes nas relações diplomáticas entre os dois países[1336]. Ao mesmo tempo que se refere que os países não estiveram de costas voltadas, não se deixa de reconhecer que o peso social dos iberismos foi reduzido, que este foi um debate de elites, que viveu essencialmente do que escritores, jornalistas, professores ou figuras políticas escreveram.

Em *La Gaceta Literaria*, periódico dirigido por Giménez Caballero, dava-se o exemplo de um professor espanhol que entrara numa livraria nova-iorquina buscando um livro de Pío Baroja e não o encontrara. Após ter sugerido ao livreiro que encomendasse cem exemplares da obra que procurava, e de os cem exemplares do livro terem sido encomendados e vendidos, o professor constatou que existia uma grande curiosidade no estrangeiro pela literatura espanhola. A partir deste exemplo, concluía-se que muito se poderia fazer a favor de um hispanismo quase "pessoal", promovido de tempos a tempos por professores e intelectuais[1337]. Esta estória toca num ponto fundamental: apesar das muitas tentativas de aproximação, os iberismos e hispanismos viveram de impulsos individuais e não passaram do plano das intenções, nunca foram sistematizados em programas políticos específicos. O associativismo pró-iberista e pró-hispanista não teve sucesso. Além disso, faltaram políticas que unissem Portugal, Espanha e os países americanos da sua influência numa luta contra as crises. Durante o período em análise, Portugal e Espanha até dificuldade tiveram para renovarem tratados comerciais assinados no século XIX. Persistiram também os problemas com as pescas, rios e mares ou mesmo com o contrabando. Com os iberismos e hispanismos pretendeu-se conduzir a Península a um futuro de grandeza. A comunicação política e cultural entre as elites de Portugal e Espanha, essa foi ininterrupta. E no fundo os iberismos e anti-iberismos alimentaram essa comunicação.

[1336] Ignacio Chato Gonzalo, *Op. Cit.,* p. 13.
[1337] "Hispanismo", *La Gaceta Literaria*, Madrid, nº 37, 1/7/1928, p. 6.

Apêndices

Apêndice 1 - Os sócios da Comissão 1º de Dezembro (1910-1931)

Nome	Ano	Origem geográfica	Profissões	Cargos públicos	Formação académica	Títulos	Outras associações
Francisco da Costa Falcão	1910	Santarém	Médico e proprietário		Medicina (U. de Coimbra)		
António Diogo da Silva	1910	Castelo Branco	Comerciante				
Luís Diogo da Silva	1910	Castelo Branco	Empresário; director da Companhia dos Ascensores Mecânicos; director da Companhia do Congo Português e da Zambézia; director da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas	Governador do Banco Nacional Ultramarino			Provedor do Asilo de Mendicidade; director da Associação Comercial de Lisboa; Sociedade de Geografia; Sociedade de Agricultura Colonial
Silva Gaspena	1910						
Alfredo de Sousa Leal	1910		Antiquário; fundador do *Progresso de Sintra* e *Sintra Regional*; proprietário dos Grandes Armazéns Leal e administrador da Companhia da Zambézia	Chefe de gabinete do ministro das Finanças e chefe da secção do Ministério das Finanças - Património Nacional			
António José Gomes Neto	1910	Aveiro	Comerciante; proprietário; fundador do Banco Lisboa & Açores e da Empresa Nacional de Navegação; participou em companhias como a Lusitana, a Tagus ou a Companhia Comercial de Angola	Vereador da Câmara de Lisboa; deputado (Partido Regenerador Liberal e Partido Progressista) e director do Banco de Portugal			Director da Associação Comercial de Lisboa

Lopes de Carvalho	1910		Comerciante				
Marques de Freitas	1910	Aveiro	Negociante e armador				Sociedade de Geografia de Lisboa
Carlos Mariano de Carvalho	1910		Oficial da Armada e secretário da redacção do *Diário Popular*		Escola Politécnica; Marinha		Clube Tauromáquico e Comissão Organizadora do Núcleo Republicano Reformador
Elísio Augusto dos Santos	1910		Comerciante				Sociedade de Geografia de Lisboa
Henrique dos Santos Pestana	1910		Capitão		Escola do Exército		Sociedade de Geografia de Lisboa
Eduardo Pinto da Silva e Cunha	1910	Vila Real	Banqueiro	Deputado; governador civil de Leiria; governador do BNU e conselheiro	Matemática (U. de Coimbra)		
Eduardo Schwalbach	1910	Lisboa	Jornalista; bibliotecário (Biblioteca Nacional); fundador da *Tarde;* director do *Notícias de Lisboa* e do *Diário de Notícias*	Deputado pelo Partido Regenerador; procurador à Câmara Corporativa; redactor da Câmara dos Pares e director do Conservatório de Lisboa	Cavalaria (Escola do Exército)		Academia das Ciências de Lisboa
Fernando de Oliveira Belo	1910	Aveiro	Proprietário e industrial de moagens				Sociedade de Geografia de Lisboa
Sousa Júnior	1910	Lisboa	Proprietário				
Isidoro José de Freitas	1910		Director do Banco de Lisboa e Açores; Companhia da Nacional e Nova Fábricas de Vidros da Marinha Grande				

José de Figueiredo	1910	Porto	Historiador e crítico de arte; oficial da Direcção-Geral da Instrução Pública	1º director do Museu Nacional de Arte Antiga	Direito (U. de Coimbra)		
José Queiroz	1910						
José Joaquim da Silva Amado	1910	Lisboa	Professor; enfermeiro-mor dos Hospitais de Lisboa e dirigente do Laboratório de Higiene da Câmara Municipal e da Morgue de Lisboa	Deputado; director da Faculdade de Medicina de Lisboa e conselheiro	Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		Presidente da Sociedade de Ciências Médicas; Academia das Ciências e Liga Nacional contra a Tuberculose
José Augusto Moreira de Almeida	1910	Lisboa	Director do *Dia* e director do Mercado Geral de Gados	Deputado e director da Companhia das Águas	Curso Superior de Comércio		Academia das Ciências de Lisboa
João de Araújo	1910	Madeira	Pároco				
João Gomes	1910	Açores					
Feliciano Marrecas Ferreira	1910	Évora	Coronel; professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e da Escola do Exército		Engenharia Militar (Escola do Exército)		Academia das Ciências de Lisboa
Augusto Perestrelo de Vasconcelos	1910		Oficial do Exército (general de infantaria)	Director-geral da Fazenda Pública; administrador da Caixa Geral de Depósitos; conselheiro e adido militar na legação em Londres	Escola do Exército	Visconde de São Torquato	
Martins da Hora	1910		Proprietário	Conselheiro			Sociedade de Geografia de Lisboa
Armelim Júnior	1910	Açores	Advogado e director do *Correio Jurídico*		Direito (U. de Coimbra)		Academia das Ciências

Manuel António Moreira Júnior	1910	Lisboa	Médico; professor na Escola Médico-Cirúrgica e na Faculdade de Medicina de Lisboa	Deputado pelo Partido Progressista; ministro da Marinha e Ultramar e das Obras Públicas, Comércio e Indústria; conselheiro	Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		Academia das Ciências de Lisboa e Sociedade de Geografia de Lisboa
José Constantino Dias	1910	Vila Real	Grande proprietário na ilha de São Tomé	Presidente da Câmara de São Tomé		Marquês de Vale-Flor	
Manuel Evaristo Pires	1910						
Manuel Luís Fernandes	1910		Subdelegado de saúde e médico municipal	Deputado	Medicina (U. de Lisboa)		
Manuel Carlos de Freitas Alzina	1910		Administrador da Companhia União Fabril e guarda-livros	Vice-governador e governador do BNU			Sociedade de Geografia de Lisboa
Maurício de Oliveira Martins	1910	Lisboa	Médico		Medicina		
Nicolau José da Costa	1910	Madeira					
Ramiro Leão	1910	Portalegre	Comerciante; banqueiro; membro da Companhia de Seguros Nacional e membro da Companhia de Cabinda	Vereador da Câmara de Lisboa e director do Banco de Portugal			Director da Associação Comercial
Sabino Maria Teixeira Coelho	1910	Lisboa	Médico; professor na Escola Médico-Cirúrgica e na Faculdade de Medicina de Lisboa	Vereador da Câmara de Lisboa; deputado e conselheiro	Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		Liga Contra a Tuberculose e Academia das Ciências de Lisboa
Sebastião Gomes Ferreira	1910	Lisboa	Oficial do Exército		Escola do Exército		
Victorino Vaz Júnior	1910	Lisboa	Comerciante e financeiro	Director da Companhia Real dos Caminhos de Ferro			

José Ramos Coelho	1910	Lisboa	Conservador da Biblioteca Nacional e historiador				
Francisco Pereira Caldas	1910	Viana do Castelo	Industrial e proprietário	Deputado pelo Partido Progressista		Conde de Silves	
Augusto dos Santos Lucas	1910		Oficial do Exército (capitão)		Escola do Exército		
Mário Nunes de Carvalho	1910		Delegado do *Diário de Notícias*				
Martins da Costa Ribeiro	1910		Agente do Banco de Guimarães em Lamego				
Luís Fucher Berquó Poças Falcão	1910	Açores	Juiz no Tribunal da Relação de Luanda; juiz na Relação de Ponta Delgada e de Lisboa e juiz no Supremo Tribunal de Justiça	Deputado pelo Partido Progressista; vice-presidente e presidente da Câmara dos Deputados; presidente do Conselho Governativo de Goa e conselheiro	Direito (U. de Coimbra)		
Henrique de Burnay	1910		Chefe do Banco Burnay			Conde de Burnay	
Alfredo Menéres	1910		Companhia Vinícola do Porto e industrial	Conselheiro	Agronomia		Sociedade de Geografia de Lisboa; direcção da União dos Industriais do Norte e presidente da Associação Industrial Portuguesa
Augusto Castelo Branco	1910						
Tavares de Carvalho	1910	Residia em Lisboa	Notário				Sociedade de Geografia de Lisboa

Afonso de Dornelas Cysneiros	1910	Lisboa	Oficial do Exército (major); escritor e investigador		Escola do Exército	Aristocrata	Academia das Ciências de Lisboa; Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos; Instituto Português de Heráldica; Tombo Hist. e Arq. de Portugal; Academia Portuguesa de História; etc.
Xavier da Cunha	1911	Évora	Cirurgião; conservador da Biblioteca Nacional	Director da Biblioteca Nacional	Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		
Albano Coelho	1911		Director do jornal *Comércio do Minho* e do *Atelier*				
Francisco Bacelar	1911		Negociante				Sociedade de Geografia de Lisboa
Cerqueira Veloso	1911	Viana do Castelo	Advogado; escritor e jornalista		Direito (U. de Coimbra)		
Alfredo Costa	1911		Jornalista; editor do *Porvir*				
Nascimento Lopes	1911						
Pedro Augusto da Cunha	1911						
António Holtreman Botelho do Rego	1911	Lisboa	Proprietário	Presidente da Câmara de Angra; par do reino e cônsul honorário de Inglaterra em Angra		Conde de Rego Botelho	
João da Rocha Grilo	1911		Oficial do Exército (coronel)		Escola do Exército		
António Pedro da Costa	1911						
Carlos Gomes	1911						
Severino Alves	1911	Lisboa	Amanuense				
José Antunes da Silva	1911						

Joaquim Augusto Ferreira	1911		Funcionário civil				
Godinho Correia	1911						
João Baptista Segurado	1911						
José Pimenta de Avelar Machado	1911	Santarém	General de engenharia; administrador da Companhia de Moçambique e chefe de repartição do Ministério da Guerra	Deputado pelo Partido Regenerador e par do reino	Matemática e Filosofia (U.de Coimbra); Escola do Exército		
Mário Augusto Silveira	1911						
Manuel de Andrade	1911		Professor		Antropologia		
Carlos Augusto da Fonseca	1911						
Júlio Ribeiro	1911	Guarda	Fundador do jornal o *Povo* (Guarda) e director do diário republicano a *Montanha*; inspector das finanças	Senador; deputado; governador civil de Coimbra			Associação dos Jornalistas de Espanha e Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto
Rodrigues da Silva	1911						
Carlos Egino Guimarães	1911						
Augusto de Vasconcelos	1911						
Silva Canedo	1911						
Alberto de Gusmão Macedo Navarro	1911	Castelo Branco	1º escriturário das Obras Públicas e 1.º oficial da Direcção-Geral da Fazenda das Colónias				Co-fundador do Tombo Histórico e Arqueológico de Portugal
José Valejo Marques	1912	Santarém	Oficial do Exército (tenente-coronel)		Escola do Exército; Desenho Matemático (U. de Coimbra)		

Tavares de Albuquerque	1912						
José de Castelo Branco	1912		Engenheiro				
Luís Eugénio Leitão	1912	Lisboa	Comerciante	Deputado Progressista			Presidente da Associação Comercial de Lisboa; Associação Industrial Portuguesa e Sociedade de Geografia de Lisboa
Victorino Pereira Garcia	1912	Lisboa	Oficial do Exército (coronel); Guarda Fiscal		Escola do Exército		
Guilherme de Passos Costa	1912		Negociante				Sociedade de Geografia de Lisboa
Francisco de Sales Ramos da Costa	1912	Lisboa	Coronel; director da Fundição de Canhões e da Fábrica de Braço de Prata	Deputado e senador pelo Partido Democrático	Arma de Artilharia (Escola do Exército)		
Manuel de Oliveira Martins	1912						
Manuel Martins da Hora	1912		Proprietário	Conselheiro			
João Antunes Baptista	1912		Comerciante				
Jaime Eduardo Gonçalves	1912						
António Xavier Crato	1914	Guiné	Oficial do Exército (general)		Escola do Exército		Sociedade de Geografia de Lisboa
Francisco de Carvalho Proença	1914	Leiria	Oficial do Exército e farmacêutico				
Ferreira de Araújo	1914	Lisboa	Médico		Medicina		
José Alexandre Soares	1914		Arquitecto		Arquitectura		Presidente da Sociedade dos Arquitectos
José Dinis da Silva	1914						
José Martinho da Silva Guimarães	1914		Industrial	Vereador municipal de Lisboa			Sociedade de Geografia de Lisboa

Júlio Almeida Chaves	1914						
Severo Portela	1914	Porto	Funcionário do Ministério das Finanças; escritor e professor				Sociedade de Geografia de Lisboa
João Antunes Baptista	1914		Comerciante				
Vasconcelos e Sousa	1914	Lisboa	Engenheiro e tenente-coronel		Escola do Exército		
Paulo Marrecas Ferreira	1914		Professor na Faculdade de Medicina de Lisboa e médico		Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		
Luís Filipe Andrade Bettencourt	1914	Açores	Proprietário e oficial da Direcção-Geral de Contabilidade Pública			Nobreza açoriana	Participou com Afonso Dornelas e outros no *Arquivo do Conselho Nobiliárquico de Portugal*
Álvaro Guedes Quinhones	1917						
Vergílio Costa	1917		Oficial do Exército (capitão de engenharia)	Director dos Caminhos de Ferro do Sul de Angola	Escola do Exército		
Hermano Neves	1917	Coimbra	Escritor e jornalista (*Mundo, Século, Dia, Capital*); fundou a *Vitória*		Escola Politécnica de Lisboa; Medicina em Berlim		
Pedro José da Cunha	1917	Lisboa	Professor na Escola Politécnica e na Faculdade de Ciências de Lisboa.	Reitor da U. de Lisboa; director da Faculdade de Ciências da UL; director do Observatório da Politécnica	Curso geral (Escola Politécnica de Lisboa); Engenharia Militar (Escola do Exército)		Sociedade Portuguesa de Matemática; presidente da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade de Estudos Pedagógicos; Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira; etc.

António dos Santos Lucas	1917	Guarda	Coronel; professor na Escola Politécnica e depois na Faculdade de Ciências de Lisboa	Ministro das Finanças; admin. da Casa da Moeda; director da Faculdade de Ciências de Lisboa	Matemática (U. de Coimbra); Arma de Engenharia (Escola do Exército)		
Aquiles Alfredo da Silveira Machado	1917	Lisboa	General; engenheiro militar; professor na Escola Politécnica, na Faculdade de Ciências de Lisboa e na Escola de Farmácia	Conselheiro	Engenharia (Escola Politécnica); Escola do Exército		Presidente da Sociedade Portuguesa de Química e Física e presidente da Academia das Ciências de Lisboa
Eduardo Ismael dos Santos Andrea	1917	Lisboa	Professor de liceu; professor na Faculdade de Ciências de Lisboa e na Escola Normal Superior e director do Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências		Matemática (Escola Politécnica) e aluno do Observatório Astronómico de Lisboa		Fundador da Sociedade Astronómica de Lisboa
Alfredo Coelho	1917	Porto	Oficial do Exército (tenente-coronel); director da Escola de Artes e Ofícios de Nova Goa; participou no CEP	Deputado (Partido Progressista); director-geral da Sec. de Estado das Colónias; ministro das Colónias; governador de Moçambique e director da Companhia de Carris de Ferro	Prepar. da carreira militar (U. de Coimbra); curso preparatório para Artilharia (Escola Politécnica) e Artilharia (Escola do Exército)		

José Urbano de Castro	1917	Angola	Professor do Liceu Pedro Nunes, da Escola Industrial Machado de Castro e da Escola Marquês de Pombal; director da Escola Rodrigues Sampaio e arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa		Arquitectura (Escola de Belas-Artes de Lisboa)		
Baltazar Ribeiro dos Santos	1917		Advogado		Direito		
Pedro Sanches Navarro	1917		Um dos fundadores do Real Ginásio; professor da Escola Industrial Machado de Castro e do liceu Pedro Nunes; presidente do Sporting e presidente da Associação de Futebol de Lisboa		Curso Superior de Letras		Sociedade de Geografia de Lisboa e Associação de Futebol de Lisboa
Alberto Ferreira Vidal	1917	Aveiro	Professor do Colégio D. Egas Moniz	Governador civil de Aveiro; presidente da Comissão Admin. da Câmara de Lisboa; deputado pelo Partido Democrático e presidente da Câmara de Deputados	Direito (U. de Coimbra)		

Adriano Xavier Cordeiro	1917	Viana do Castelo	Advogado; professor e director da Escola Nacional; dirigente do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* e oficial da Direcção-Geral de Instrução Pública	Deputado	Direito (U. de Coimbra)		Presidente da Junta Central Integralista (1916)
Fidelino de Figueiredo	1917	Lisboa	Fundou a *Revista de História*; professor de literatura na Universidade Central de Madrid, na Universidade de S. Paulo e na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro; funcionário do Ministério da Educação	Deputado e director da Biblioteca Nacional	Ciências Histórico-Geográficas (Curso Superior de Letras)		Fundou e dirigiu a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos
José Marcos Escrivanis	1917	Lisboa	Oficial do Exército (major)		Escola do Exército		
Reinaldo Paletti Berger	1917		Oficial do Ministério do Comércio e Comunicações				
Alfredo da Cunha	1917	Castelo Branco	Advogado; empresário; proprietário da Tipografia Universal e director do *Diário de Notícias*		Direito (U. de Coimbra)		Sócio fundador da Associação de Jornalistas e Homens de Letras de Lisboa
Raul César Pereira	1917						
João Ferreira	1917						
Emílio de Rouge	1917						
Felisberto de Jesus Rosa	1917						
Verde Rodrigues	1917						

D. Fernando Teles da Silva	1917	Lisboa	Proprietário			Marquês de Alegrete	
José Cândido Anjos Pereira	1917						
Vergílio de Oliveira Matos	1917	Residente em Lisboa					
Ribeiro dos Santos	1917						
Sebastião Perestrelo	1917	Lisboa	Proprietário e comerciante				
Sebastião de Guimarães	1917		Médico ou advogado ("Doutor")				
Guimarães Júnior	1917		Médico				
Joaquim Moreira Fontes	1917	Lisboa	Médico e professor na Faculdade de Medicina de Lisboa	Presidente da Câmara de Sintra	Medicina (Faculdade de Medicina de Lisboa)		Academia das Ciências; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Associação dos Arqueólogos
Weiss de Oliveira	1917	Lisboa	Médico e investigador	Governador civil de Aveiro	Medicina		
Manuel de Sousa Mesquita Leitão e Carvalhosa	1917	Lisboa	Proprietário	Adido de legação		Visconde de Santarém e de Vila Nova da Rainha	Arcádia de Roma; Conseil Héraldique de France; Instituto de Coimbra; Associação dos Arqueólogos e Sociedade de Geografia
Francisco Bourbon	1917		Proprietário			Aristocrata	
José Soares da Cunha e Costa	1917	Lisboa	Advogado e jornalista (*Século, Mundo, Dia* e *Nação*)	Cônsul de Portugal em Santos	Direito (U. de Coimbra)		Academia das Ciências de Lisboa
Joaquim Leitão	1917	Porto	Escritor e jornalista *(Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã*)	Director da Assembleia e inspector das Bibliotecas, Arquivos e Museus	Escolas de Medicina das Univ. de Lisboa e do Porto		Academia Brasileira de Letras e secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa
Raul Dias do Canto	1917						

Manuel Gonçalves da Silveira Azevedo e Castro	1917	Porto	Engenheiro; coronel; director da Escola Prática de Engenharia e professor na Escola do Exército	Presidente do Conselho Nacional de Turismo e da Junta Autónoma de Estradas	Engenharia Militar e Civil e Minas (Escola do Exército)		Presidente da Associação de Engenheiros Civis Portugueses
José Ernesto Dias da Silva	1917		Médico-veterinário; professor da Escola Prática de Agricultura da Casa Pia; capitão-veterinário e subchefe do quadro técnico do Ministério da Agricultura	Vereador da Câmara Municipal de Lisboa	Medicina Veterinária		Fundador da Real Sociedade Nacional de Horticultura; Sociedade de Geografia e presidente da Federação das Associações de Socorros Mútuos
Alberto de Lacerda	1917		Dentista		Medicina Dentária		Sociedade de Geografia de Lisboa
Armando Baptista da Costa	1917						
Aníbal Soares	1917	Lisboa	Jornalista (*Diário Ilustrado, Nacional* e *Diário Nacional;* director do *Correio da Manhã*)	Deputado durante o período sidonista	Direito (U. de Coimbra)		
Francisco Lucena	1918						
Martins de Sousa	1918		Comerciante				
Vasconcelos e Sá	1918	Leiria	Comandante e oficial de Engenharia		Escola do Exército		
Manuel Maria Coelho	1921	Vila Real	Oficial do Exército (coronel); administrador da Companhia de Moçambique; comandante do Hospital Militar de Campolide e director do *Diário da Noite*	Deputado; chefe do governo de emergência (1921); governador de Angola e admin. da Caixa Geral de Depósitos	Infantaria (Escola do Exército)		Sociedade de Geografia de Lisboa e Presidente do Grande Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano
Adelino Mendes	1922		Comerciante				

António da Fonseca Baptista	1922	Viseu	Editor da *Reconquista: revista de política nacional* e industrial				
Eduardo Ramos da Costa	1922	Residente em Lisboa	Oficial do Exército (major); criou o Batalhão Voluntário da República (Santarém)		Curso Geral de Matemática e de Ciências Físico-Químicas (Escola Politécnica de Lisboa); Artilharia (Escola do Exército)		
Inácio da Silva	1922		Comerciante				
João de Barros	1922	Coimbra	Poeta; pedagogo; publicista; dirigiu a revista *Atlântida*; adaptou obras como *Os Lusíadas* e *A Odisseia* para crianças	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Direito (U. de Coimbra)		Sócio da Academia Brasileira das Letras
Horácio Lucas	1922		Comerciante				
José Manuel Vieira de Barros	1922		Engenheiro	Director dos Caminhos de Ferro e dos Transportes Terrestres			
Fagim da Silva	1922		Comerciante				
Augusto Eduardo Neuparth	1922	Lisboa	Engenheiro hidrógrafo e almirante	Ministro da Marinha	Escola Politécnica; Escola do Exército; Escola Naval		
Marquês de Sagres	1922		Proprietário			Marquês de Sagres	
Francisco Henrique de Oliveira	1922						

José Maria Queiroz Veloso	1922	Braga	Professor; chefe da Repartição do Ensino Secundário, Superior e Especial	Deputado pelo Partido Regenerador; governador civil de Viana do Castelo e Director-geral do Ensino Superior; vice-reitor da U. de Lisboa; Director da Escola de Habilitação para o Magistério Primário e da Biblioteca Pública; director do Curso Superior de Letras e da Fac. de Letras	Escola Médico-Cirúrgica do Porto		
Albino de Castro	1922						
António Formigal	1922		Comerciante				Sociedade de Geografia de Lisboa
Albino Eduardo Macieira	1922		Representante da Irmandade de Nossa S.ª da Rocha e director da revista *Flores de São Domingos*				
Tomás Bordalo Pinheiro	1922	Lisboa	Desenhador mecânico; abriu a fábrica Progresso Mechanico e a oficina de foto litográfica e gravura química; professor na Escola Industrial de Xabregas		Instituto Industrial		Director da Associação Industrial Portuguesa

Roberto da Cunha Baptista	1922	Lisboa	General; chefe do Estado-Maior da Divisão Auxiliar; integrou o CEP; general do Exército e director da Escola Militar	Deputado pelo Partido Regenerador Liberal; chefe de gabinete do ministro da Guerra e adido militar em Madrid	Curso de Estado-Maior (Escola do Exército)		
Manuel Firmino Maia Magalhães	1922	Aveiro	Tenente-coronel; integrou o CEP; chefe do Estado-Maior da 1.ª Divisão e director dos Serviços Cartográficos do Exército	Governador de Cabo Verde e de Macau	Escola do Exército		Maçonaria
Martins do Rego	1922		Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa				
Manuel Anaquim	1922	Castelo Branco	Cónego; fundador do *Notícias da Covilhã* e bispo de Damão				
Nuno Simões	1922	Braga	Advogado; subdelegado da República em Vila Nova de Famalicão; membro do Supremo Tribunal Administrativo; economista e director da *Pátria*	Governador civil de Vila Real; deputado; ministro do Comércio e Comun. em três governos da 1ª República	Direito		
Dagoberto Guedes	1922	Santarém	Médico e professor do Instituto Industrial de Lisboa e farmacêutico	Vereador da Câmara de Lisboa; deputado e secretário de legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros	Escola de Farmácia de Lisboa; Medicina (Lisboa); Pedagogia		

Álvaro Alfredo da Silva Zuzarte de Mendonça	1922	Lisboa	Funcionário da Direcção-Geral de Estatística e jornalista (*Nação, Gazeta, Fé Cristã, Associação Operária* e *Voz da Juventude*)				Director da Cruzada Nuno Álvares Pereira; vice-presidente da Ala do Santo Condestável; presidente da Juventude Católica Portuguesa e militante da Acção Católica
João Maria Ferreira do Amaral	1922	Lisboa	Oficial do Exército (coronel); integrado no CEP e comandante da Polícia Cívica de Lisboa		Escola do Exército		
António Ribeiro de Carvalho	1922	Vila Real	Oficial do Exército (coronel); integrado no CEP	Ministro da Guerra e deputado pela Acção Republicana	Colégio Militar; Escola Politécnica; Escola do Exército (Infantaria)		
Manuel de Anunciada Soares	1922	Faro	Presidente da Liga Operária Católica – Movimento de Trabalhadores Cristãos				Liga Operária Católica – Movimento de Trabalhadores Cristãos
D. Pedro de Mendonça e Menezes	1922	Lisboa	Proprietário			Marquês de Olhão	
D. José de Lancastre e Távora	1922	Lisboa	Proprietário			Marquês de Abrantes	
D. João Oliveira e Sousa	1922	Lisboa	Engenheiro Civil e de Minas e proprietário		Engenharia Civil	Marquês de Rio Maior	
D. Fernando Castelo-Branco e Menezes	1922	Lisboa	Proprietário			Marquês de Borba	Sócio do Clube Tauromáquico
D. Nuno de Noronha	1922	Lisboa	Proprietário			Marquês de Vagos	
D. Afonso de Bragança	1922	Lisboa	Proprietário			Duque de Lafões	
D. José Sousa Coutinho	1922	Lisboa	Proprietário			Conde de Redondo e Vimioso	
D. José Zarco da Câmara	1922	Lisboa	Proprietário			Conde da Ribeira Grande	

Conde da Cunha	1922		Proprietário			Conde da Cunha	
Condessa de Tarouca	1922	Lisboa	Proprietária			Condessa de Tarouca	
Conde de Cascais	1922	Lisboa	Proprietário			Conde de Cascais	
Manuel de Castelo-Branco	1922	Leiria	Proprietário			Conde da Ponte	Sócio do Clube Tauromáquico
D. António Sousa de Macedo	1922		1º oficial do Ministério das Finanças			Conde da Mesquitela	
D. Melo da Silva César e Meneses	1922		Proprietário	Alferes-mor do Reino		Conde de São Lourenço	
A. Pedro de S. Payo Mello e Castro	1922	Porto	Proprietário		Direito	Conde de São Paio	Associação dos Arqueólogos Portugueses; Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos; Instituto de Coimbra; etc.
D. Vasco Cabral da Câmara	1922	Lisboa	Proprietário			Conde de Belmonte	
D. Noronha de Menezes de Alarcão	1922	Lisboa	Proprietário		Faculdade de Ciências da Univ. de Lisboa	Conde dos Arcos	Conselho Nobiliárquico de Portugal
Hélder dos Santos Ribeiro	1922	Lisboa	Tenente-coronel; professor de matemática	Deputado; governador de Tete; ministro da Guerra, da Instrução Pública, dos Negócios Estrangeiros e do Comércio e Comun.	Infantaria e curso do Estado-Maior (Escola do Exército)		Um dos sócios fundadores da Liga Académica Republicana e presidente da Assembleia Geral do Grémio de Industriais de Conservas do Norte
Fernando A. Freiria	1922	Lisboa	Coronel; integrou o CEP	Ministro da Guerra e deputado	Artilharia e Estado-Maior (Escola do Exército)		
Álvaro Xavier de Castro	1922	Guarda	Advogado e oficial do Exército	Deputado; ministro da Justiça, Finanças e Guerra; presidente do Conselho de Ministros; governador de Moçambique	Infantaria (Escola do Exército); Direito		Líder da Liga de Defesa da República, criada em Paris por exilados

António Ginestal Machado	1922	Guarda	Professor de liceu	Presidente da Junta Distrital de Santarém; provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém; deputado pelo partido Nacionalista; ministro da Instrução Pública e presidente do Conselho de Ministros	Escola Naval; Curso Superior de Letras; Direito (U. de Coimbra)		
D. Afonso de Sanches de Baena	1922	Lisboa	Oficial do Exército e advogado		Infantaria (Escola do Exército); Direito (U. de Coimbra)	Visconde de Sanches de Baena	
Francisco de Cunha Leal	1922	Lisboa	Chefe-de-brigada na Companhia dos Caminhos de Ferro de Angola; integrou o CEP; director do *Século* e fundador da União Liberal Republicana	Director-geral dos Transportes Terrestres; director-geral de Estatística; deputado; presidente do Conselho e ministro do Interior e das Finanças; reitor da Univ. de Coimbra e vice-governador do BNU e governador do Banco de Angola	Escola Politécnica; Engenharia Militar e Engenharia Civil e de Minas (Escola do Exército)		Sociedade de Geografia de Lisboa

Alfredo Ernesto de Sá Cardoso	1922	Lisboa	General; integrou o CEP	Governador civil de Funchal; deputado; presidente da Câmara dos Deputados; chefe do governo; ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros; governador em Angola e chefe de gabinete	Escola do Exército		Loja Portugal (Maçonaria); membro do Comité Consultivo da Organização Económica da Sociedade das Nações e presidente da Acção Republicana
Albino Pinto da Fonseca	1922		Oficial do Exército; tenente-coronel		Escola do Exército		
António Lino Neto	1922	Santarém	Advogado; professor no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; vice-director do jornal a *União*; secretário-geral do Governo Civil de Beja e do Governo Civil de Portalegre e agente do Ministério Público na comarca de Abrantes	Vereador da Câmara de Lisboa; deputado pelo Centro Católico Português; vice-presidente do parlamento e reitor da Univ. Técnica de Lisboa	Teologia (seminário de Portalegre); Direito (U. de Coimbra)		Vogal da Comissão para a Assistência Religiosa em Campanha e presidente do Centro Católico Português
José Maria Barbosa de Magalhães	1922	Aveiro	Jurisconsulto; advogado; professor na Faculdade de Direito de Lisboa e diretor da Gazeta da Relação de Lisboa	Deputado; ministro da Justiça, da Instrução Pública e dos NE	Direito (U. de Coimbra)		
Henrique Trindade Coelho	1922	Lisboa	Escritor e director do *Século*	Ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro em Roma e no Vaticano	Direito (U. de Coimbra)		
D. António Meneses Portugal	1923	Lisboa	Proprietário				

Alberto Zagalo Fernandes	1923		Espírita		Faculdade Técnica; Inst. Ciências Económicas e Financeiras		Presidente da Associação Académica de Lisboa e secretário-geral da Federação Espiritista Portuguesa
Vítor Marques de Oliveira	1923		"Doutor"; jornalista (*Século Ilustrado, Novidades*) e professor de Religião e Moral				Dirigente da Juventude Católica de Lisboa
Nunes Pereira	1923	Porto	Médico ou advogado				
Mário Gonçalves Viana	1923	Lisboa	*Jornal do Comércio e das Colónias;* conservador do Registo Civil de Manteigas; professor do ensino secundário; professor do Instituto Nacional de Educação Física e conservador-chefe do Museu dos CTT		Direito (U. de Lisboa)		Presidente do Instituto Nacional de Educação Física e vogal da Junta Nacional de Educação
Fernando Lobo de Andrade	1923		Médico ou advogado ("doutor")				
Eugénio Mardel Ferreira	1923	Lisboa	Oficial do Exército (coronel); fez parte do CEP; pertenceu à Guarda Fiscal e à GNR; comandante de Depósito de Adidos	Vice-presidente da comissão admin. da Câmara de Lisboa	Escola do Exército		Sociedade de Geografia de Lisboa; 1º presidente da Liga dos Combatentes da Grande Guerra e vogal da Ordem Militar de Cristo
Agostinho Cândido Loureiro	1923	Lisboa	Director da Imprensa Nacional de Moçambique		Instituto Industrial e Comercial de Lisboa		
Almeida Vieira	1923	Guarda	Engenheiro		Engenharia		

Amadeu de Freitas	1923	Porto	Jornalista (*Mundo, Norte, República Portuguesa*, *Século* e *Diário de Notícias*) e funcionário público e administrador gerente do Teatro Almeida Garrett		Escola Politécnica do Porto		
Henrique de Campos Ferreira Lima	1923	Lisboa	Oficial do Exército (coronel) e director do Arquivo Histórico Militar		Artilharia (Escola do Exército)		Academia das Ciências de Lisboa; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Sociedade de Geografia de Lisboa, etc.
Gorjão Couceiro de Albuquerque	1923	Santarém	Oficial do Exército (general); combateu na Flandres; comandante do Instituto de Altos Estudos Militares		Academia Militar		
Noronha Vasconcelos	1923						
Augusto Coimbra	1923						
Eduardo Martins	1923	Setúbal					
Manuel de São Marcos	1923	Lisboa					
Domingos Amaro	1923						
Assunção Guerra	1923						
Filipe de Almeida Rodrigues	1923	Portalegre					

António dos Santos de Meireles Coutinho Barriga	1924	Castelo Branco	Juiz do Supremo Tribunal Administrativo; professor do Instituto de Criminologia e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e catedrático da Universidade Técnica	Deputado	Direito (U. de Lisboa)		
António Martins Leitão	1924	Castelo Branco	Médico		Medicina (U. de Lisboa)		
Coutinho de Carvalho	1924	Leiria	Oficial do Exército (major)		Escola do Exército		
Brito Aranha	1924		Major de Engenharia		Escola do Exército		
António Xavier Correia Barreto	1924	Lisboa	General; director de uma fábrica de pólvora e membro do Conselho de Administração Militar	Ministro de Guerra do Governo Provisório; presidente da Câmara de Lisboa; senador e presidente do Senado	Escola Politécnica; Artilharia (Escola do Exército)		
Alfredo da Cruz Nordeste	1924		Tenente de Administração Militar e director do *Concelho de Vagos*		Escola do Exército		
José Caetano Martins Leitão	1924	Castelo Branco	Director e editor do *Boletim dos Grémios Retalhistas de Mercearia* e negociante				
Pereira da Silva	1924		Padre		Teologia		
Manuel Botelho de Louve	1924						
Alfredo Leite Sales	1924						

António Cândido Osório	1924	Setúbal	Publicou artigos no *31 de Janeiro* e funcionário da Caixa Geral de Depósitos		Escola de Belas-Artes do Porto		
Alfredo da Silva	1924		Industrial	Deputado pelo Partido Regenerador Liberal; senador e procurador à Câmara Corporativa	Instituto Comercial e Industrial de Lisboa		
Alves do Rego	1924		Artista e gravador de numismática				
Carlos Farmhouse	1924	Lisboa	Publicista; bibliotecário da Biblioteca Nacional; conservador da biblioteca da Faculdade de Direito da UL e empregado no Montepio Geral				Sociedade de Geografia de Lisboa
Vitorino Guerreiro	1924		Médico		Medicina		
Jorge Nunes Correia	1924						
Fernandes da Silva	1924						
Costa Malheiro	1924	Porto	Oficial do Exército (capitão)		Engenharia (no Brasil)		
Jacinto de Brito	1924						
D. Noronha e Meneses de Alarcão	1924	Lisboa	Proprietário; desenhador de 1ª classe; membro da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos			Aristocrata	
Isidro Costa	1924						
António de Portugal de Faria	1924	Lisboa	Diplomata	Chanceler do consulado em Paris e Cádis; cônsul em Montevideu e na Suíça		Marquês de Faria	Instituto de Coimbra; Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade Literária Almeida Garrett; etc.
Joaquim de Carvalho	1924	Lisboa	Oficial do Exército (general)		Escola do Exército		

Ludgero Santos Massi	1924	Lisboa					Maçonaria
João da Silva	1924	Lisboa	Escultor; medalhista e cinzelador		Escola Industrial Príncipe Real		
Henriques Alves	1924	Lisboa					
Correia de Lacerda	1924	Porto					
Artur da Silva	1924	Lisboa	Director do *Estudante*				
Henrique Lopes Pires Monteiro	1924	Lisboa	Oficial do Exército (coronel) e professor da Escola do Exército	Governador civil do Porto e ministro do Comércio e das Comun.	Escola do Exército		
Marcelino Gorginho	1924						
Manuel Joaquim Valente	1924	Aveiro					
João Lopes Soares	1924	Leiria	Capelão Militar; professor no Instituto Militar dos Pupilos do Exército e fundador do Colégio Moderno	Governador civil (Guarda, Braga e Santarém); deputado e ministro das Colónias	Escola do Exército; Teologia (U. de Coimbra)		
Augusto César dos Santos	1924	Lisboa	Tipógrafo; músico; revisor no *Diário da Noite* e director do Asilo Maria Pia	Vereador da Câmara Municipal de Lisboa			Associação dos Compositores Tipográficos
António Vilaverde Gonçalves	1924	Lisboa	Advogado		Direito (U. de Lisboa)		
D. Francisco de Portugal e Castro	1924	Santarém	Engenheiro civil		Engenharia Civil	3º Barão de São Cosme	
Dias de Andrade	1925		Cónego	Senador pelo Centro Católico Português			
Joaquim Gil de Matos	1925	Castelo Branco	Advogado	Vereador da Câmara de Coimbra e senador	Direito (U. de Coimbra)		
Meneses Franco	1925		Médico		Medicina		

José António da Costa Júnior	1925	Santarém	Médico	Deputado pelo Partido Socialista Português; senador pelo PRP/PD e ministro do Trabalho	Escola Médico-Cirúrgica		
José Joaquim Fernandes Pontes	1925	Vila Real	Médico; jornalista e dirigente desportivo	Senador por Vila Real	Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa		
Carlos Osório	1925		Médico		Medicina		
Luís da Costa Amorim	1925	Lisboa	Engenheiro; Inspector Superior do Conselho Superior de Obras Públicas	Deputado	Engenharia Civil		
José Cortez dos Santos	1925	Lisboa	Professor no Instituto de Altos Estudos Militares e da Escola Central de Sargentos; chefe do Estado-Maior da 1ª e 3ª divisões do Exército e da GNR	Deputado e ministro da Guerra	Oficial do Exército da Arma de Artilharia; curso de Estado-Maior		
Joaquim Manuel dos Santos Garcia	1925	Évora	Autor de trabalhos sobre agricultura; produtor agrícola e proprietário				
Nicolau Mesquita	1925	Vila Real	Director do *Boletim Municipal de Chaves* e da *Voz de Chaves* e secretário do Ministério do Ultramar e da Fazenda	Governador civil de Vila Real; senador; admin. da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses			
António Maria da Silva Barreto	1925	Leiria	Professor da Escola Normal Primária de Lisboa	Senador; deputado e reitor da Escola Normal Primária de Lisboa			

Herculano Jorge Galhardo	1925	Lisboa	Coronel; professor na Escola de Guerra; director da Fábrica de Cimento Tejo; consultor da Fábrica de Ocre e director das Oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste	Senador; ministro das Finanças e Fomento e chefe de gabinete do ministro do Fomento	Escola Politécnica; Engenharia Militar e Civil, na vertente de Estado-Maior (Escola do Exército)		Maçonaria
Baltazar de Almeida Teixeira	1925	Leiria	Professor de liceu e director do *Intransigente* e da *Plebe*	Deputado pelo Partido Democrático e chefe de gabinete do ministro da Instrução	Direito (U. de Coimbra)		Grande Oriente Lusitano
Alberto Louro	1925		Professor	Director da Escola Industrial de Peniche			
Arnaldo Redondo Adães Bermudes	1925	Porto	Arquitecto; director do serviço de construções escolares da (Ministério do Reino); secretário da Comissão de Estudo das Construções nas Regiões Sísmicas; chefe de repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes do Ministério da Instrução Pública; director do Serviço de Monumentos Nacionais do Ministério do Comércio e Comunicações	Senador; presidente interino da Câmara de Lisboa	Escola de Belas-Artes de Lisboa		Maçonaria

António Alberto Torres Garcia	1925	Coimbra	Professor na Faculdade de Ciências de Coimbra, no Liceu José Falcão e na Escola Industrial e Comercial Brotero; fez parte do CEP; secretário provincial de Angola; director da Companhia de Pesca do Sul e director do *Diário de Coimbra*	Vereador e presidente da Câmara de Coimbra; deputado; ministro do Trabalho, da Agricultura e das Finanças	Direito (U. de Coimbra)		
António Gomes Suzano	1925		Comerciante				Comissão Organizadora dos Inválidos do Comércio
Correia de Azevedo	1925	Madeira	Fez parte do CEP; capitão de Infantaria	Deputado e ministro da Guerra	Infantaria (Escola do Exército); Direito		
Raul Metelo da Silva	1925	Coimbra					
Nuno de Meneses da Costa	1925	Lisboa	Proprietário			Visconde de Algés	
Bartolomeu Meneses da Costa	1925	Lisboa	Proprietário			Aristocrata	
Luís de Noronha Meneses da Costa	1925	Lisboa	Proprietário			Aristocrata	
Henrique Mouzinho de Albuquerque	1925		Director Postal/CTT				
Cipriano Roberto dos Santos	1925	Lisboa	Director Postal/CTT				
Manuel Luís Mendes	1925	Madeira	Editor da *Madeira Evangélica*				
Manuel da Costa Primo	1925	Setúbal					
João Alves de Almeida	1925	Lisboa					
Tiago da Silva Santos	1925	Lisboa					

João Loureiro	1925						
Guilherme de Campos Gonzaga	1925		Coronel e director do Instituto de Odivelas		Escola do Exército		
Venâncio Rodrigues	1925	Índia	Capitão		Escola do Exército		
António José Rosa	1925						
Humberto Cooke Carrington	1925	Coimbra	Farmacêutico		Farmácia		
João de Castro Costa	1925	Aveiro	Farmacêutico		Farmácia		
Mota de Almeida	1925		Coronel Veterinário		Medicina Veterinária; Escola do Exército		
Eugénio da Costa	1925		Oficial do Exército (major)		Escola do Exército		
Jorge Nunes da Silva	1925						
Artur da Silva Sanches	1926	Braga	Director e proprietário da *Posta Portuguesa*				
Costa Fernandes	1926		Dono de um atelier fotográfico				Comissão Organizadora dos Inválidos do Comércio
António da Costa Mota	1926	Coimbra	Escultor		Escola de Belas-Artes de Lisboa		Soc. Nacional de Belas-Artes
José Maria Veloso Salgado	1926	Ourense	Pintor e professor na Escola de Belas-Artes de Lisboa		Escola Nacional e Especial de Belas-Artes de Paris		
José Maria Joaquim Tavares	1926	Portalegre	Professor na Faculdade de Direito de Coimbra e na Faculdade de Direito de Lisboa; advogado	Deputado	Filosofia (U. de Coimbra); licenciatura e dout. em Direito (U. de Coimbra)		
Olímpio Pedro de Melo	1926		Oficial do Exército; capitão do Secretariado Militar		Escola do Exército		

Abel Perestrelo de Vasconcelos	1926		Tenente-coronel		Escola do Exército		Liga dos Combatentes da Grande Guerra
António dos Santos Faria	1926						
Artur Lino das Neves	1926		Médico		Medicina		
Vasco da Gama Araújo	1926	Viana do Castelo					
Eduardo Augusto de Almeida	1926	Viana do Castelo	Coronel de infantaria e director do Colégio Militar	Deputado e presidente da Câmara dos Deputados	Escola do Exército		
Augusto Xavier Maltês	1926						
José Bernardino Gonçalves Teixeira	1926		Membro da Direcção Geral dos Negócios Comerciais e administrador-delegado adjunto da Companhia de Moçambique	Diplomata			Membro da Comissão de Estudos dos Interesses da Colónia de Macau e presidente do Rotary Club
Guilherme Carlos Oom	1926	Lisboa	Oficial de Artilharia (coronel); engenheiro industrial; director do Depósito Geral de Material de Guerra e chefe de Repartição da Direcção Geral do Ministério da Guerra		Escola do Exército		
Estêvão da Costa Jorge	1926	Lisboa					
Gustavo de Matos Sequeira	1927	Lisboa	Poeta; dramaturgo e escritor e comissário interino do Governo no Teatro Nacional D. Maria II	Chefe de gabinete do ministro das Finanças e vereador da Câmara de Lisboa	Instituto Industrial e Comercial de Lisboa; Escola Politécnica de Lisboa e Curso Superior de Letras		

Carlos Manuel Costa da Silva Lopes	1927	Lisboa	Advogado; publicista; conservador do Palácio de Mafra; chefe dos Serviços do Contencioso da Hidro-Eléctrica do Cávado; subdelegado do Procurador da República na 3ª Vara e 3º Juízo de Lisboa e chefe da Secção da Direcção-Geral da Fazenda Pública		Direito (U. de Lisboa); curso de Conservador dos Museus Nacionais		Associação dos Arqueólogos Portugueses e Instituto Português de Heráldica
Carlos Fuzeta	1927	Faro	Advogado	Deputado e presidente da Câmara de Olhão	Direito		
Júlio Pereira de Matos	1927	Santarém	Comerciante e escrivão da Fazenda do concelho do Sardoal				
António Martins	1927	Lisboa					
José Ferreira de Sá Piedade	1927		Contínuo do Ministério das Obras Públicas	Vereador de Sintra			
Adriano Júlio Coelho	1927	Lisboa	Comerciante; presidente da Companhia de Cabinda e do Centro Colonial				Fundador da Sociedade de Turismo e presidente da Associação Comercial de Lisboa
Artur Ivens Ferraz	1927	Lisboa	Oficial de Artilharia (general); professor na Escola do Exército; membro do CEP e chefe do Estado-Maior do Exército	Governador de Moçambique; ministro do Comércio, Colónias e Finanças e presidente do Ministério	Escola Politécnica; Artilharia e curso do Estado-Maior (Escola do Exército)		
Alberto Artur Sarmento	1927	Madeira	Tenente-coronel; publicista; professor de liceu e redactor do *Heraldo da Madeira*	Governador militar da Madeira	Escola Politécnica; Infantaria (Escola do Exército)		Sociedade de Geografia de Lisboa e Sociedade de Geografia de Manz (França)

João dos Reis Gomes	1927	Madeira	Major, professor do ensino técnico; director do *Heraldo da Madeira* e do *Diário de Notícias* da Madeira	Director da Escola Industrial António Augusto de Aguiar	Escola Politécnica de Lisboa; Artilharia (Escola do Exército); Engenharia Industrial (Escola do Exército)		Academia das Ciências; um dos fundadores da Cruz Vermelha
João do Nascimento	1927	Madeira	Fundador e director do Arquivo Histórico do Funchal; professor do Liceu do Funchal e da Escola Industrial e Comercial do Funchal		Direito (U. de Coimbra)		Sócio da Associação de Arqueólogos Portugueses; Academia das Ciências; Academia de Letras do Brasil e da Academia Portuguesa da História
Ernesto Soares	1927	Lisboa	Professor e publicista				
Costa Santos	1927	Lisboa	Médico	Presidente da Câmara de Lisboa e da Junta Geral do Distrito	Medicina (U. de Lisboa)		
António Ferrão	1927	Lisboa	Historiador; professor e chefe da repartição de Instrução Artística da Secretaria de Estado da Instrução Pública e presidente da Comissão de Educação Popular	Inspector das Bibliotecas e Arquivos	Ciências Históricas (Faculdade de Letras de Lisboa); curso do Magistério Secundário		Sócio fundador da Academia das Ciências; Sociedade de Geografia de Lisboa e director da Liga Nacional de Instrução
Fernando Kemp Serrão	1927		Professor	Governador civil de Beja; inspector-geral de Instrução Primária e chefe de gabinete do Ministério da Fazenda e Finanças			

Pereira Leite da Costa e Silva	1927	Lisboa	Proprietário	Moço-fidalgo		Conde de Almarjão	Clube Tauromáquico
Francisco da Cunha Rego Chaves	1927	Lisboa	Coronel; administrador da Companhia do Niassa; administrador do porto de Lisboa e director da Companhia Mineira Cabo Mondego; professor na Escola de Guerra e no Liceu Camões	Deputado; chefe do gabinete do ministro de Guerra, das Finanças e das Colónias	Escola do Exército		
Vasco Borges	1927	Lisboa	Magistrado; advogado e juiz	Ministro da Instrução, do Comércio e Comun., do Trabalho, dos Negócios Estrangeiros e deputado	Direito (U. de Lisboa)		
Edmundo Torres Baptista	1928	Santarém	Capitão		Escola do Exército		
Alfredo Torres Baptista	1928	Santarém	Capitão		Escola do Exército		
António Torres Baptista	1928	Santarém	Em 1961, encontra-se um empreiteiro contratado pela Secretaria de Estado de Aeronáutica				
Nunes de Almeida	1928	Lisboa	Médico		Medicina		
Jacinto de Freitas Mota	1928	Coimbra					
Clemente da Silva	1928	Madeira	Solicitador e jornalista; secretário da Câmara Municipal de São Vicente e Ponte do Sol				
Manuel Serras	1928		Editor do *Diário Liberal*				

César Porto	1928	Lisboa	Professor; director da Escola Oficina nº 1; parte dos corpos gerentes da Universidade Popular e poeta		Antropologia (Paris)		Associação dos Professores de Portugal
Júlio Lourenço Barata	1928	Lisboa	Comerciante; director e proprietário do *Domingo*				
Augusto Botelho da Costa Veiga	1928	Lisboa	Carreira militar (tenente-coronel); engenheiro fabril do exército e lente da Escola do Exército	Director da Biblioteca Nacional	Escola Politécnica; Artilharia e Engenharia (Escola do Exército)		Comissão Portuguesa de História Militar; Academia Portuguesa da História e Academia das Ciências
Abraham Bensaúde	1929	Açores	Financeiro e fundador da empresa Bensaúde & Cia e da Parceria Geral de Pescarias				Presidente Honorário do Comité Israelita
Euclides Goulart da Costa	1929	Açores	Professor do Liceu da Horta e funcionário do MNE		Curso do Magistério (Curso Superior de Letras)		
Francisco António Correia	1929	Bragança	Economista e professor	Ministro dos NE, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros; director do Instituto Superior de Comércio; vice-reitor da Univ. Técnica	Curso Superior de Comércio (Instituto Industrial e Comercial de Lisboa)		Academia das Ciências; Instituto de Coimbra; Conselho Superior do Comércio e Indústria; Comissão Revisora de Pautas das Alfândegas
Augusto Pereira da Silva	1929	Faro	Oficial da marinha (contra-almirante)	Ministro da Marinha e admin. colonial	Escola Naval		
João Pimenta de Castro	1929	Maputo	Advogado		Direito (U. de Lisboa)		

Eduardo Brasão	1929	Lisboa	Advogado e escritor		Direito (U. de Lisboa)		Associação dos Arqueólogos; Société Acad. d'Histoire Int. de Paris; Comissão dos Arquivos Diplomáticos, do MNE
Alfredo Filipe	1931		Capitão; antigo combatente na Flandres e advogado		Direito		
Joaquim Camelo de Gouveia	1932	Guarda	Médico cirurgião na Universidade de Coimbra		Medicina		

Fontes: fichas de sócios e os dossiers presentes no Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Apêndice 2 – Profissões dos sócios da Comissão 1º de Dezembro (1910-1931)

Categoria profissional	Números absolutos	%
Arquitecto	3	0,7
Eclesiástico	7	1,6
Engenheiro	14	3,2
Juiz	3	0,7
Advogado / Notário	24	5,5
Industrial / Empresário	24	5,5
Negociante	28	6,4
Professor Universitário	24	5,5
Professor	29	6,6
Dentista	1	0,2
Veterinário	2	0,5
Médico / Farmacêutico	31	7,1
Proprietário rural	39	8,9
Funcionário Público Médio	39	8,9
Funcionário Público Superior	48	10,1
Escritor / Jornalista	54	12,3
Militar / Armada	3	0,7
Militar / Exército	65	14,8
Outro	4	0,9
Número de profissões apuradas	442	100

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Apêndice 3 – Cargos políticos exercidos pelos sócios da Comissão 1º de Dezembro (1910-1931)

Cargos	Números absolutos	%
Par do Reino	2	1,3
Procurador à Câmara Corporativa	2	1,3
Presidente da Junta Geral do Distrito	2	1,3
Vice-presidente da Câmara	1	0,7
Presidente da Câmara	8	5,2
Diplomata	10	6,5
Governador Civil	11	7,1
Governador Colonial	11	7,1
Vereador	12	7,7
Senador	12	7,7
Ministro	35	22,5
Deputado	49	31,6
Número de cargos apurados	155	100

Fontes: Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (cartões de identidade e cadernos de propostas de sócios). *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Apêndice 4 – Formação académica dos sócios da Comissão 1º de Dezembro (1910-1931)

Área de formação académica	Números absolutos	%
Arquitectura	1	0,6
Agronomia	1	0,6
Teologia	2	1,1
Matemática / Ciências Naturais	4	2,2
Engenharia	7	3,9
Formação comercial e industrial	8	4,5
Humanidades	14	7,8
Escola Politécnica (Lisboa e Porto)	17	9,5
Medicina Dentária	1	0,6
Medicina Veterinária	2	1,1
Medicina	25	14
Direito	32	17,9
Militar	65	36,3
Número de cursos apurados	179	100

Fontes: fichas de sócios e os dossiers presentes no Arquivo da SHIP. *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Apêndice 5 – Origem geográfica dos sócios da Comissão 1º de Dezembro (1910-1931)

Distrito	Sócios	%
Aveiro	8	3.8
Braga	3	1.4
Bragança	1	0.48
Castelo Branco	9	3.8
Coimbra	7	3.3
Évora	3	1.4
Faro	3	1.4
Guarda	6	2.9
Leiria	7	3.3
Lisboa	101	48.3
Portalegre	3	1.4
Porto	11	5.3
Santarém	12	5.8
Setúbal	3	1.4
Viana do Castelo	5	2.4
Vila Real	7	3.3
Viseu	1	0.48
Ilhas		
Açores	6	2.9
Madeira	8	3.8
Colónias		
Angola	1	0.48
Guiné	1	0.48
Índia	1	0.48
Moçambique	1	0.48
Espanha		
Ourense	1	0.48
Número de sócios apurados	209	100

Fontes: fichas de sócios e os dossiers presentes no Arquivo da SHIP. *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910),* 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-]. *Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

Apêndice 6 - Comemoração do 1º de Dezembro (1913)

O CCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO

Editor e Director-proprietario: CAETANO ALBERTO DA SILVA

36.º Anno — XXXVI Volume — N.º 1258

10 de Dezembro de 1913

Comemoração do 1.º de Dezembro

O Chefe do Estado, membros do Ministerio e da Camara Municipal assistindo á leitura do discurso do snr. Dr. Silva Amado, Presidente da Comissão 1.º de Dezembro, junto ao Monumento dos Restauradores

Fonte: *Revista Ocidente*, Lisboa, nº 1258, 10/12/1913, p. 1. Na fotografia: discurso de Silva Amado, presidente da Comissão, com membros do governo e o Presidente da República entre os convidados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. Fontes arquivísticas (manuscritas e dactilografadas)

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE)

Correspondência da legação portuguesa em Madrid, caixas 140 a 152 (1908-1932).
Consulado de Madrid, caixas 598 a 605 (1840-1929).
Correspondência proveniente da representação diplomática e consular espanhola, caixas 400 a 419 (1852-1930) e maço 35, 3º Piso, Armário 8.
Consulados, caixa 812 (1833-1926).
Incursões monárquicas na Galiza (1911-1916), caixas 1214 a 1228.
Limites com a Espanha séculos XIX e XX, caixas 1118 a 1123.

Archivo Histórico del Ministerio de Asuntos Exteriores, Departamento de Conservación de Documentos / Archivo Histórico Nacional (AHN) (Espanha)

Correspondência, H. 1703 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1903-1908, H. 1704 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1908-1911, H. 1705 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1912-1913, H. 1706 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1914-1915, H. 1707 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1916-1918, H. 1708 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1919-1920, H. 1709 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1921, H. 1710 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1922, H. 1711 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1923, H. 1712 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1924, H. 1713 B= Embajadas – Legaciones – Portugal 1925-1930/1836-1931, H. 1938 C= Consulados – Lisboa – 1907-1923, H. 1939 C= Consulados – Lisboa – 1924-1930.

Política, H. 2508 A=Política Exterior – Grã – Bretanha 1907-1915, H. 2637 A=Política Exterior – Portugal 1901-1909, H. 2638 A=Política Exterior – Portugal 1910, H. 2639 A=Política Exterior – Portugal 1911, H. 2640 A=Política Exterior – Portugal 1912, H. 2641 A=Política Exterior – Portugal 1913-1914, H. 2642 A=Política Exterior – Portugal 1915-1919, H. 2643 A=Política Exterior – Portugal 1918-1919, H. 2644 A=Política Exterior – Portugal 1911-1920, H. 2645 A=Política

Exterior – Portugal 1920-1926, H. 2646 A=Política Exterior – Portugal/Porto Rico 1927-1929, H. 3015 Guerra Europea Ind. 26 sf, H. 3054 Guerra Europea Ind. 73 sf, H. 3055 Guerra Europea Ind. 73 sf, H. 3105 Guerra Europea Ind. 91 sf, H. 3114 Guerra Europea Ind. 98 sfl, H. 3136 Guerra Europea Ind. 121-124 sf, H. 3139 Guerra Europea Ind. 134-135 sf, H. 3144 Guerra Europea Ind.160-163 sf, H. 3145 Guerra Europea Ind. 164-172 sf.

Congressos e conferências, H. 3164 Congresos Conferencias – A-Ae 1869-1930, H. 3165 Congresos Conferencias – Af-Agr 1869-1930, H. 3166 Congresos Conferencias – Administración 1869-1930, H. 3167 Congresos Conferencias – Aj-Aq 1869-1930, H. 3168 Congresos Conferencias – Ar-Arr 1869-1930, H. 3169 Congresos Conferencias – As-Az 1869-1930, H. 3170 Congresos Conferencias – B 1869-1930, H. 3171 Congresos Conferencias – Ca-Cl 1869-1930, H. 3172 Congresos Conferencias – Comercio 1869-1930, H. 3173 Congresos Conferencias – Co – Cu-Ch 1869-1930, H. 3174 Congresos Conferencias – D 1869-1930, H. 3175 Congresos Conferencias – E-Ej 1869-1930, H. 3176 Congresos Conferencias – El-Er 1869-1930, H. 3177 Congresos Conferencias – Es-Ez 1869-1930, H. 3178 Congresos Conferencias – Fa-Fu 1869-1930, H. 3179 Congresos Conferencias – Ga-Ge 1869-1930, H. 3180 Congresos Conferencias – Gi-Gu-H 1869-1930, H. 3181 Congresos Conferencias – Higiene 1869-1930, H. 3182 Congresos Conferencias – I-L 1869-1930, H. 3183 Congresos Conferencias – Letras Cambio 1869-1930, H. 3184 Congresos Conferencias – Ma 1869-1930, H. 3185 Congresos Conferencias – Me 1869-1930, H. 3186 Congresos Conferencias – Medicina 1869-1930, H. 3187 Congresos Conferencias – Mi-Mu 1869-1930, H. 3188 Congresos Conferencias – N 1869-1930, H. 3189 Congresos Conferencias – O 1869-1930, H. 3190 Congresos Conferencias – Pa 1869-1930, H. 3191 Congresos Conferencias – Pan-Americano 1869-1930, H. 3192 Congresos Conferencias – Pan-Americano 1869-1930, H. 3193 Congresos Conferencias – Pe 1869-1930, H. 3194 Congresos Conferencias - Pi-Pr 1869-1930, H. 3195 Congresos Conferencias – Pro-Pu 1869-1930, H. 3196 Congresos Conferencias – Q-R - 1869-1930, H. 3197 Congresos Conferencias – Sa-Si 1869-1930, H. 3198 Congresos Conferencias – Socialismo 1869-1930, H. 3199 Congresos Conferencias – So-Su 1869-1930, H. 3200 Congresos Conferencias – Ta-Tr 1869-1930, H. 3201 Congresos Conferencias – Tu-V 1869-1930, H. 3202 Congresos Conferencias – V-Z 1869-1930.

Arquivo Histórico da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Cartões de identidade, caixa nº 12.

Caixas, nº 16 (actas respeitantes à fundação e constituição), nº 2 (instalações: palácio, museu e biblioteca), nº 3 / delegações (actas, correspondência, estatutos), nº 4 / publicações (periódicas e panfletos), nº 5 (comemorações / dia da SHIP), nº 11 (corpos gerentes), nº 13 (pessoal).

Cadernos de propostas de sócios, nº 1-400, nº 401-750, nº 751-1066.

S.H.I.P./Actividades no Palácio, Pasta 1917-89, Pasta 1922-95, Pasta 1987-99, Pasta 1995-97, Pasta 1918-85, Pasta 1978-2001, Pasta 1987-94.

Comemorações do 1º de Dezembro, Pasta 1926-1931, Pasta 1941-72, Pasta 1938-88, Pasta 1932-39, Pasta 1978-87, Pasta 1989-2001.

Portugal, *Economia,* Pasta 1923-34 (pont.tejo).

Cultura, Pasta 1923-40 (f.raç.), Pasta 1999-2001.

Iberismo, Pasta 1917, P. 1917-30, Pasta 1939-1940, Pasta 1917-24, Pasta 1931-89.

Relações políticas (Portugal-Espanha), Pasta 1919-29, Pasta 1925-39, Pasta 1934-3, Pasta 1924, Pasta 1930-33, Pasta 1936-38.

Relações económicas (Portugal-Espanha), Pasta 1917-21, Pasta 1925-26, Pasta 1928, Pasta 1933, Pasta 1922-23, Pasta 1927, Pasta 1930-32.

Relações culturais (Portugal-Espanha), Pasta 1928, Pasta 1936-37, Pasta 1934, Pasta 1938-72.

Espanha / Relações políticas, Pasta 1917-40, Pasta 1935-39, Pasta 1920-34.

Espanha / Relações económicas, Pasta 1919-24.

Espanha / Relações culturais, Pasta 1918-32, Pasta 1920-36.

2. Fontes impressas

2. 1. Publicações periódicas

1º de Janeiro, Porto, 1917-1925.

ABC, Madrid, 1910-1930.

Acción (*La*), *Diário de la Noche,* Madrid, 1916-1919.

Acción Española (*La*)*,* Madrid, 1931-1932.

Águia (*A*). *Revista Mensal de Literatura, Arte, Sciencia, Filosofia e Crítica Social*, Porto, 1910-1932.

Álbum Ibero-americano (*El*), Madrid, 1908-1909.

Aliados (*Los*), Madrid, 1918.

Alma Portuguesa, Órgão do Integralismo Lusitano: Revista de Philosophia, Litteratura e Arte, Sociologia, Educação, Instrucção e Actualidades, Lisboa, 1913.

Boletín de la Revista ibero-americana de ciencias médicas, Madrid, 1915-1931.

Capital (*A*)*, Diário Republicano da Noite,* Lisboa, 1911-1931.

Comércio do Porto (*O*)*,* Porto, 1930.

Contemporânea, Lisboa, 1922-1926.

Correio da Manhã, Lisboa, 1922-1928.

Diário da Manhã, Jornal de Doutrina Política e de Grande Informação, Lisboa, 1931.

Diário da Tarde, Lisboa, 1925.

Diário de Lisboa, Lisboa, 1921-1931.

Diário de Notícias, Lisboa, 1908-1931.

Diário Nacional, Órgão da Causa Monárquica, Lisboa, 1917.

Época (*A*), Lisboa, 1923.

Gaceta Literaria (*La*)*,* Madrid, 1927-1932.

Imparcial (*El*)*,* Madrid, 1917.

Imprensa Nova, Lisboa, 1922.

Instituto (*O*)*,* Coimbra, 1925.

Intransigente (*O*)*, Diário republicano radical,* Lisboa, 1910-1915.

Liberal (*El*), Madrid, 1918.

Luta (*A*)*,* Lisboa, 1911-1931.

Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses, Lisboa, 1924-1927.

Monarquia (*A*). *Diário integralista da tarde,* Lisboa, 1917-1922.

Mundo (*O*)*,* Lisboa, 1911-1931.

Nação (*A*)*,* Lisboa, 1911, 1915 e 1917.

Nação Portuguesa, Coimbra e Lisboa, 1914-1931.

Noite (*A*)*,* Lisboa, 1921.

O de Aveiro, Aveiro, 1916-1917.

Opinião (A). Diário republicano conservador, Lisboa, 1918-1920.

Ordem Nova: revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-bolchevista e anti-burguesa, Lisboa, 1926-1927.

Pátria (*A*), Lisboa, 1923.

Portugal. Diário do Partido Republicano Português, Lisboa, 1917.

Rebate (*O*). *Diário republicano da manhã,* Lisboa, 1923.

República (*A*), Lisboa, 1911-1931.

Seara Nova. Revista quinzenal de doutrina e crítica, Lisboa, 1921-1931.

Século (*O*), Lisboa, 1911-1931.

Tarde (*A*). *Diário Republicano,* Lisboa, 1925-1928.

Universo, Lisboa, 1917.

Vanguarda (*A*), Lisboa, 1911, 1915 e 1921.

Vida Ribatejana, Vila Franca de Xira, 1930.

Voz (*A*), Lisboa, 1927-1931.

2. 2. Debates parlamentares / Câmara dos Deputados durante a Primeira República (1911-1926)

I Legislatura (1911-15).

II Legislatura (1915-17).

III Legislatura (1918-19).

IV Legislatura (1919-21).

V Legislatura (1921-21).

VI Legislatura (1922-25).

VII Legislatura (1925-26).

2. 3. Publicações de teor iberista e hispanista

"Aduanas y Comercio con Portugal", *Unión Ibero-Americana*, Madrid, Junho de 1923, pp. 61-75.

ALTAMIRA, Rafael, *De Historia y Arte,* Madrid, Victoriano Suárez, 1898.

—, *Psicología del pueblo español*, Barcelona, Editorial Minerva, 1902.

—, *La política de España en América,* Valência, Editorial Edeta, 1921.

—, *Como concibo yo la finalidade del hispanoamericanismo. Conferência pronunciada a 20 de Dezembro de 1926 no Centro de Intercâmbio Intelectual Germano-Espanhol*, Madrid, [s. n.], 1927.

ANTÓN DEL OLMET, Luis, *Nuestro Abrazo a Portugal (catecismo de la raza),* Madrid, Imp. De Alredodor del Mundo, 1912.

ASCANIO, Alfonso de, *España Imperio, El Nuevo Humanismo y la Hispanidad,* Ávila, Lib. Religiosa, 1939.

BARRANTES, Vicente, *La Joven Espana. Folleto dedicado a la Asamblea Constituyente,* Madrid, Imprenta de Julian Pena, 1854.

BELTRÁN Y RÓZPIDE, Ricardo, *Cristóban Colón y la Fiesta de la Raza,* Madrid, [s. n.], 1918.

BERENGUER, Fernando, *El Hispano-Americanismo, Estudiado desde el punto de vista del Derecho Internacional y el problema territorial de America,* Havana, Libreria Cervantes, 1918.

BERNIS, Francisco, *Relaciones Aduaneras entre España y Portugal,* Salamanca, Imp. y Lib. de Francisco Núñez, 1909.

BRAGA, Luís de Almeida, *Posição de António Sardinha*. *Conferência Proferida no Salão dos Estudos Portugueses da Câmara Municipal do Porto*, Lisboa, Minerva, 1943.

BRAGA, Teófilo, "D'Iberisme", in Ignasi de L. Ribera i Rovira, *Iberisme*, Barcelona, Biblioteca Popular de "L'Avenç", 1907, pp. 11-27.

BULLÓN Y FERNÁNDEZ, Eloy, *Las relaciones de España con Portugal*. *Enseñanzas del pasado y orientaciones para el porvenir*, Madrid, Estudios Geográficos, 1944 [1ª ed. 1916].

CALVO ASENSIO, Gonzalo, *Lisboa em 1870,* Lisboa, Frenesi, 2009 [1ª ed. 1870].

CAMACHO, Brito*, Impressões de Viagem, Cartas a um jornalista,* Lisboa, Guimarães, 1913.

—, *Por ahi fóra, Notas de viagem*, Lisboa, Guimarães, 1916.

—, *Longe da Vista*, Lisboa, Guimarães, 1918.

CAMBÓ, Francesc, *Per la Concórdia,* Barcelona, Liberia Catalònia, 1930.

CAMEIRÃO, Lurdes (Org.), *Epistolário Espanhol de Teixeira de Pascoaes (Cartas de intelectuais espanhóis a Teixeira de Pascoaes),* Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.

CAMPOS, Ezequiel de*, Pela Espanha*, Porto, Renascença Portuguesa, 1916.

CARRACIDO, José, "Relaciones espirituales de Portugal y España", *Octavo Congreso celebrado en la ciudad de Oporto del 25 de junio al 1 de julio de 1921*, Tomo II, Madrid, [s. n.], 1921-1923, pp. 75-90.

CASTELAR, Emílio, *A "História de Portugal" de Oliveira Martins,* Porto, Livraria Central, 1884.

CAVANNA EGUILUZ, Alberto, *Nuevo iberismo. Notas sobre política geográfica*, Madrid, Editorial Madrid, 1941.

COELHO, Latino, "Considerações sobre a União Ibérica. A propósito do folheto do Sr. D. Sixto Camara", *Archivo Universal*, Lisboa, 1ª série, nº 11, 14/3/1859.

—, *Cervantes: Seguido de um Estudo Sobre D. Manuel José Quintana e a Literatura Castelhana Moderna,* Lisboa, Editores Santos & Vieira, 1919.

"Comunicación del académico honorario excelentísimo señor don Juan C. Cebrián leída en la sesión del día 10 de diciembre de 1926", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid, Tomo 89, 1926, pp. 309-317.

EDNESOR, Siul, *Apuntes para el Hispano-Americanismo,* Montevideu, [s. n.], 1925.

ENES, António, *A guerra e a democracia – considerações sobre a situação política da Europa,* Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1870.

Epistolário Ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes, Lisboa, Assírio & Alvim, 1986.

Estatutos de la liga hispano-lusitana, Madrid, Imp. Luís Garcia, 1855.

FALCÃO, Vítor, *Cartas de Hespanha,* Braga, Livraria Escolar – Editora, 1915.

FERRARI, Horácio Esk, *A Hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Lisboa, Tip. De José H. Verde, 1877.

FIGUEIREDO, Antero de, *Espanha, Páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras,* Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1923.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *Notas Para um Ideário Português*, Lisboa, Sá da Costa, 1929.

—, *História d' um vencido da Vida*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1930.

—, *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1932.

GANIVET, Ángel, *Idearium Español*, 2ª ed., Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1905 [1ª ed. 1897].

GARCÍA MORENTE, Manuel, *Idea de la Hispanidad,* Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1938.

GAY, Vicente, *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo* Madrid, Francisco Beltran, 1915.

GINER DE LOS RÍOS, *Portugal*, Madrid, Imprenta Popular, 1888.

GÓMEZ DE BAQUERO, Eduardo, *Nacionalismo e hispanismo y otros ensayos,* Madrid, Historia Nueva, 1928.

GONZÁLEZ-BLANCO, Edmundo, *España ante el Conflicto Europeo (Tres estudios),* Valência e Buenos Aires, Editorial Cervantes e Editorial Tor, 1917.

GUARDDON GALLARDO, Frederico, *Question de Actualidade: Breves Consideraciones Sobre el Folheto Hoje Ofensivo à España,* Lisboa, Librería Central, 1868.

GULLÓN, Pio, *La Fusion Ibérica,* Madrid, Imprenta de Gabriel Alhambra, 1861.

JORGE, Ricardo, *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no futuro*, Porto, Conferência proferida perante o Congresso Scientífico Luso-Espanhol, 1921.

La Fiesta de la Raza en América, Madrid, União Ibero-Americana, nº 1, Janeiro e Fevereiro de 1917.

LABRA, Rafael de, *Portugal contemporáneo: conferencias dadas en el Fomento de las Artes de Madrid,* Biblioteca Andaluza, 2ª série, Tomo IX, vol. 19, Madrid, Imprenta de T. Minuesa, 1889.

—, *El Congreso Pedagógico de 1892*, Madrid, Librería de la Viuda de Hernando, 1894.

—, *Las Relaciones de España com las Repúblicas Hispano-Americanas*, Madrid, Tip. de Alfredo Alonso, 1910.

LLANOS Y TORRIGLIA, Félix de, *Mirando a Portugal, El Interés de España,* Madrid, Imprenta clásica española, 1917.

LORENZO, Félix, *Portugal (Cinco Años de República),* Madrid, Est. Tip. De la Sociedad Editorial de España, 1915.

MAEZTU, Ramiro de, *Defensa de la Hispanidad,* Madrid, Gráfica Universal, 1934.

MARAGALL, Joan, *Elogio de la Palabra y Otros Articulos,* Navarra, Salvat Editores, Alianza Editorial, 1970.

MARCOARTÚ, Arturo de, *El Iberismo ó la Fusion de las Nacionalidades por la Paz: la Confederación Postal de la Peninsula*, Madrid, Imp. de Tomás Nuñez Amor, 1859.

MARÍA PEMÁN, José, *Valor del hispanoamericanismo en el proceso total humano hacia la unificación de la paz: conferencia pronunciada en la Real Sociedad Geográfica, el 21 de abril de 1927,* Cádis, Real Academia Hispano-Americana de Ciencias y Artes, 1928.

MARTINEZ LUMBRERAS, Frutos, *La Revolución Peninsular,* Madrid, Tipografia Gutenberg, 1881.

MARTINS, J. P. de Oliveira, *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença,* Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891 [1ª ed. 1872].

—, *Dispersos,* Tomo I, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

—, *Dispersos,* Tomo II, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

—, *Portugal Contemporâneo*, 3 vols., Lisboa, Guimarães Ed., 1953 [1ª ed. 1880].

—, *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Ed., 1954 [1ª ed. 1879].

—, *Portugal e Brasil,* Introdução e notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

MAS, Sinibaldo de, *La iberia: Memoria sobre las ventajas de la Union de Portugal y España*, 2ª ed., Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1852.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, *Estudios y discursos de critica história y literaria*, Tomo V, Santander, Aldus S. A. de Artes Gráficas, 1941-1942.

Menéndez Pelayo y la hispanidade (epistolário), 2ª ed., Santander, Junta Central del Centenario de Menéndez Pelayo, 1955.

NAVARRO I MONZÓ, Julio, *Catalunha e as nacionalidades ibéricas. Apontamentos para o estudo da civilização hispânica*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908.

NIDO Y SEGALERVA, D. Juan del, *La Unión Ibérica: mi contestación á la prensa lusitana*, Madrid, Ramona Velasco, Viuda de Prudencio Pérez, 1915.

NOGUEIRA, Henriques, *Estudos Sobre a Reforma em Portugal, Obra Completa*, Edição de António Carlos Leal da Silva, tomo I, Lisboa, INCM, 1976.

OLIVEIRA, Alberto d', *Pombos Correios: notas quotidianas,* Coimbra, F. França Amado, 1913.

ONIS, Frederico de, *España en América,* Madrid, Ediciones de la Universidad de Puerto Rico, 1955.

OPISSO, Alfredo, *España y Portugal: su historia, su geografía, su arte y sus costumbres*, Barcelona, Antonio J. Bastinos, 1896.

PASCOAES, Teixeira de, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, Tip. Costa Carregal, 1912.

—, A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos), Compilação, Introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.

PAZ, Abdon de, *Espana y Portugal,* Madrid, Imprenta de D. Isidoro Pecina, 1861.

PEREIRA, F. A. Marques, *Confederação Ibérica. Bases para um projecto de Tratado de Aliança ofensiva e defensiva e de liberdade de comércio entre Portugal e Espanha,* Lisboa, Tip. G. S. Neves, 1859.

PERÉZ GALDÓS, Benito, *La Casa de Shakespeare,* Barcelona, Antonio López Librero, [s. d.].

PESSOA, Fernando, *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática, 1980.

—, Ibéria, Introdução a um Imperialismo Futuro, Lisboa, Ática, 2012.

PI Y MARGALL, Francesc, *Las Nacionalidades*, Madrid, Ed. Biblioteca Nueva, 2002 [1ª ed. 1877].

PLA, Josep, "El libro del general Spinola sobre el mundo portugués", *Destino,* Barcelona, nº 198, 27/4/1974, p. 9.

— , *Direcció Lisboa / Les Amèriques,* Barcelona, Ediciones Destino, S.A, 1992.

Portugal em 1872. Vida constitucional de um povo de raça latina, Lisboa, Tip. do Jornal do Comércio, 1873.

POSADA, Adolfo, *Temas de América,* Valência, Prometeo, 1927.

QUENTAL, Antero de, *Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica*, Lisboa, Tip. Portugueza, 1868.

RIBERA I ROVIRA, Ignasi, *Portugal artistic,* Barcelona, Libreria "L'Avenç", 1905.

—, *Iberisme,* Barcelona, Libreria "L'Avenç", 1907.

—, *O Génio Peninsular*, conferência de 1907, na Sociedade João de Deus, de Abrantes, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1907.

—, *Portugal y Galicia nación, identidad étnica, histórica literaria, filológica y artística*, Barcelona, R. Tobella, 1911.

—, *A educação dos povos peninsulares*, Porto, Renascença Portuguesa, 1912.

—, *Nova orientação sobre o futuro económico da Península*, conferência realizada a 28 de Março de 1907, na Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Tipografia Universal, 1913.

—, *Atlantiques, Antologia de Poetes portuguesos,* Barcelona, Libreria "L'Avenç", 1913.

RODRIGUES, Bettencourt, *Uma Confederação Luso-Brasileira,* Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.

SANTIBÁÑEZ DEL RÍO, Conde de [Marquês de Quintanar], *Portugal y el hispanismo*, Madrid, [s. n.], 1920.

SARDINHA, António, "O Território e a Raça", *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916, pp. 9-76.

—, "O pan-hispanismo segundo António Sardinha", *Contemporânea. Grande Revista Mensal,* Lisboa, vol. 1, nº 1-3 , 1922, pp. 49-51.

—, *À Lareira de Castela: Estudos Peninsulares*, Famalicão, Minerva, 1943 [1ª ed. 1920].

—, *Pratiquemos um Acto de Inteligência,* Lisboa, Editora de José Fernandes Júnior, 1929, Separata do II Tomo da V série da revista *Nação Portuguesa,* pp. 5-39.

—, *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, edição de autor, 1972 [1ª ed. 1925].

SEABRA, Alberto, *Problemas Sul-Americanos,* São Paulo, Monteiro Lobato & C.ª, 1923.

SEMINARIO, Álvaro, *España y Portugal (incitaciones a una política de acercamiento espiritual),* Madrid, Espasa-Calpe, 1940.

SENDRA ESPLÁ, José Joaquin, *Hispanidad e Hispanismo,* Alicante, Imp. Papeleria-Baño, 1948.

SILVA, Joaquim Maria da, *Federação Ibérica, ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península por um Português*, Porto, Tip. F.G. da Fonseca, 1854.

—, *Felizes os que então viverem! Estados Unidos da Ibéria, uma eucronia federativa de Joaquim Maria da Silva,* Edição, Introdução e notas de Maria da Conceição Meireles Pereira, Famalicão, Quasi, 2006.

TABOADA, Luis, *Portugal en Broma,* [s. l.], Noticiero-Guía de Madrid, 1902.

TEIXEIRA, Francisco Gomes, "Duas Alocuções lidas no Congresso de Sevilha", *Opúsculos,* Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1917.

UNAMUNO, Miguel de, *Escritos de Unamuno Sobre Portugal*, Estudo, recolha e notas de Ángel Marcos de Dios, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

—, *Do sentimento trágico da vida*, Lisboa, Relógio D'água, 1988 [1ª ed. 1913].

—, Epistolario Americano (1890-1936), Salamanca, Ed. de Laureano Robles, Ediciones Universidad de Salamanca, 1996.

—, Por Terras de Portugal e de Espanha, Lisboa, Nova Vega, 2009 [1ª ed. 1911].

URCUYO RODRÍGUEZ, Vicente, *Hispanidad,* Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1971.

VALERA, Juan, "España y Portugal", *Revista Ibérica,* Madrid, Tomo I, nº V, 1861, pp. 349-362.

VÁZQUEZ DE MELLA, D. Juan, *El ideal de España - Los tres dogmas nacionales*, Madrid, Imprenta Alemana, 1915.

VERGARA, Máximo, *Por la España Grande, La Unidad de La Raza Hispana,* Madrid, Editorial Reus, 1925.

VIZCARRA, Zacarías de, "Origen del nombre, concepto y fiesta de la Hispanidad", *El Español*, Madrid, n º 102, 7/10/1944, pp. 1-13.

ZURANO, Emilio, *Alianza Hispano-Americana,* 2ª ed., Madrid, Imprenta de Juan Pueyo, 1930.

2. 4. Memória da Restauração de 1640 e anti-iberismo

A Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de 1640, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

A Restauração de Portugal. 1º de Dezembro de 1640, Lisboa, Tipografia "A Editora", 1911.

A Revolução em Hespanha e a Independência de Portugal, Porto, Tip. Comercial, 1868.

A União Ibérica e a Candidatura d' El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernández de los Rios Mi Misión en Portugal por António Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas, Lisboa, Oficina Tipográfica de J. A. de Matos, 1877.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1907, Lisboa, Imprensa Lucas Evangelista Torres, 1906.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1908, Lisboa, Imprensa Lucas Evangelista Torres, 1907.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1909, Lisboa, Imprensa Lucas Evangelista Torres, 1908.

Almanaque Primeiro de Dezembro para 1910, Lisboa, Imprensa Lucas Evangelista Torres, 1909.

ALMEIDA, Andrade e, *Quadros da Independência Nacional,* Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira, 1873.

ALMEIDA, Padre Rodrigo António de, *A questão da ibéria em duas partes,* Lisboa, Imprensa Francisco Xavier de Sousa, 1856.

ALMEIDA, Presbítero Miguel Ferreira de, *Discurso Patriótico Contra a Ibéria Pregado na Igreja de Santa Maria Maior da Covilhã no Dia 1 de Dezembro de 1868, Aniversário Glorioso da Restauração de Portugal,* Covilhã, Tip. Católica, [s. d.].

ALPOIM, Amâncio de, *Discurso Proferido no Teatro Nacional Almeida Garrett na récita da gala realizada na noite de 1 de Dezembro de 1917 a convite da Sociedade Histórica da Independência de Portugal,* Lisboa, Tip. Universal, 1919.

Anais da Sociedade História da Independência de Portugal (Comissão 1º Dezembro de 1640), vol. 1, Lisboa, SHIP, 1931.

ANDRADE, Bernardino dos Santos, *O exemplo dos patriotas do 1º de Dezembro como incitamento do nosso amor pátrio,* Ponta Delgada, A Ilha, [s. d.].

Aos bons portugueses, perigos que nos ameaçam- imperioso dever de defendermos o nosso prestígio e o nosso futuro de Nação Livre e Independente, Lisboa, [s. n], 1923.

ARCADA, Visconde de Fonte, *Vozes leais ao povo português,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1869.

AZEVEDO, Aníbal de, *Nós e a Espanha,* Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1922.

BAENA, Visconde Sanches de, *Fastos históricos da Comissão Central 1º de Dezembro ou o monumento aos Restauradores de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tip. de Matos Moreira, 1885-86.

BARACHO, Sebastião de Souza, *A Questão Ibérica,* Lisboa, Tip. do Diário Ilustrado, 1881.

BELO, Padre António Maria, *Sermão em Acção de Graças pela Feliz Restauração em 1640 pregado na Sé Patriarcal de Lisboa no dia 1º de Dezembro de 1870,* Lisboa, Tip. Universal, 1870.

BLANCO, Jorge Hilário de Almeida, *Canto Patriótico ao 1º de Dezembro,* Lisboa, Imprensa J. G. Sousa Neves, 1871.

BORGES, Luís Paulino, *Um brado patriótico,* Lisboa, Tip. Lisbonense, 1868.

CAMPOS, Agostinho de, "1630-1930, *Discurso proferido a convite da Sociedade Histórica para a Independência de Portugal na Câmara Municipal de Lisboa, a 1 de Dezembro de 1930*, Lisboa, SHIP, 1931, pp. 95-109.

CASTILHO, Conselheiro Feliciano de Castilho, *Da união ibérica, por um português,* Rio de Janeiro, Tip. de Rocha Brito, 1861.

COELHO, Mariano, *Surge, Luzitania, Verso e Reverso: protesto soleníssimo contra a União Ibérica. Breve esboço sobre o estado do País. Conselhos ao povo e ao governo*, Lisboa, Tip. Portuguesa, 1869.

CORDEIRO, Luciano, *Sim – Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opúsculo anti-ibérico,* Lisboa, Tip. Da rua da Vinha, 1865.

COSTA, Francisco, *Sermão Pregado no dia 1º de Dezembro de 1886 na Sé de Lisboa,* Lisboa, Tip. Universal, 1886.

COSTA, Ramos da, *História da* Sociedade Histórica *da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, Oficina da Penitenciária, 1940.

CUNHA, A. Pereira da, *Não. Resposta nacional às pretensões ibéricas,* Porto, Tip. Francisco Pereira de Azevedo, 1857.

CUNHA, Alfredo da, *Da formação da nacionalidade portuguesa e do estabelecimento da forma monárquica em Portugal,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

DINIZ, José Ferreira Garcia, *Sermão Gratulatório do dia 1º de Dezembro, aniversário da Independência e Restauração de Portugal em 1640 – pregado na Sé de Lisboa em 1871,* Lisboa, Tip. Universal, 1871.

FARO, José Dionísio de Melo e, *Forças defensivas de Portugal. Hoje e Amanhã,* Lisboa, Tip. Universal, 1868.

GONÇALVES, A. Ribeiro, *A independência nacional e a Ibéria,* Lisboa, Tip. da Rua da vinha, 1868.

GOODOLFIM, José Costa, *Portugal e a Espanha: Duas Palavras Enérgicas Sobre Portugal, Estado Financeiro, a Imprensa e o Povo*, Lisboa, [s. n.], 1869.

—, *Visita a Madrid,* Lisboa, Tip. Universal, 1871.

—, *A Comissão 1º de Dezembro: à imprensa e ao público,* Lisboa, [s. n.], 1871.

GUIMARÃES, Ricardo de, *Duas palavras sobre a Espanha,* Lisboa, Lallemant Frères, 1869.

JÚNIOR, Campos, *A Ibéria. Opúsculo Patriótico,* Porto, Imprensa Portuguesa, 1868.

JÚNIOR, S. Freitas, *A República Ibérica. Carta-protesto,* Lisboa, Tip. Lusitana, 1869.

LEAL, António B. de Morais, *Edição Patriótica-Liberal. Os contrabandistas oficiais e particulares,* Lisboa, Tip. do Futuro, 1868.

LEITÃO, Joaquim, *Oração à Pátria proferida em 1 de Dezembro de 1926, na sessão solene da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Ottosgráfica, [s. d.].

LOBO, Augusto Maria da Costa e Sousa, *Um voto contra a União Ibérica,* Lisboa, Tip. da rua da Condessa, 1855.

LOBO, Silva, *Restauração de Portugal. Esboço Histórico,* Lisboa, Tip. Sousa Neves, 1868.

Manifesto da comissão 1º de Dezembro de 1640, Lisboa. Typ. do Futuro, 1861.

MELO, Presbítero José António Vieira de, *Sermão Gratulatório do Dia 1º de Dezembro, publicado à custa da Comissão 1º de Dezembro,* Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1879.

PALMEIRIM, Luís Augusto, *Portugal e os seus detractores: reflexões a propósito do livro do senhor Fernández de los Ríos,* Lisboa, Tip. da Biblioteca Universal, 1877.

Portugal e a sua autonomia. Eco Glorioso e a Voz da Razão por um liberal, Lisboa, Tip. de Coelho e Irmão, 1870.

Regulamento das Delegações da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, aprovado em harmonia com o Decreto nº 15. 827 de 31 de Julho de 1928, Lisboa, 1928.

RIBEIRO, Joaquim José, *A União Ibérica ou Reflexões sobre a união dos dois povos da península,* Lisboa, Tip. Lisbonense, 1867.

RIBEIRO, Rafael, *O iberismo dos monárquicos*, Lisboa, Imprensa de Portugal-Brasil, 1920.

RIBEIRO, Victor, "O tradicionalismo histórico na educação popular", Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1915, Separata da *Revista de História*, nº 13.

ROSA, Padre J. B., *Sermão Comemorativo da Restauração de Portugal pregado no 1º de Dezembro de 1876 na Paróquia da Conceição Nova,* Lisboa, Tip. Editora Matos Moreira, 1877.

SÁ, S.J. Ribeiro de, *Brado aos portugueses. Opúsculo patriótico contra as ideias da união de Portugal com a Espanha,* Lisboa, Editor T. Q. Antunes, 1861.

SERRANO, Joaquim da Silva, *Discurso em aplauso à Gloriosa Restauração de Portugal em 1640 – pregado na Sé de Lisboa em 1876 no Te Deum*, Lisboa, Tip. Universal, 1876.

SILVA, Augusto Pereira da, *Sermão da Gloriosa Restauração de Portugal em 1640 pregado na Santa Sé Patriarcal de Lisboa no 1º de Dezembro de 1877,* Lisboa, Tip. Universal, 1878.

SOTTOMAYOR, Miguel de, *As vitórias dos portugueses em defesa da sua independência. Escrito anti-ibérico,* Porto, Tip. da Livraria Nacional, 1868.

TEIXEIRA, Padre Augusto António, *Sermão Gratulatório do Dia 1º de Dezembro. Aniversário da Restauração de Portugal,* Lisboa, Tip. e Castro Irmão, 1869.

TRANCOSO, Visconde de, *Apontamentos para a História da Dominação Castelhana em Portugal. Opúsculo anti-ibérico,* Lisboa, Tip. da rua do Benformoso, 1870.

VALDEZ, José Joaquim de Ascenção, *Restauração de Portugal em 1640. Opúsculo extraído de vários autores,* Lisboa, Tip. da Rua da Vinha, 1868.

VASCONCELOS, J. A. C. de, *Os portugueses e a Ibéria,* Elvas, Tip. Elvense, 1861.

2. 5. Sobre Portugal

ALMEIDA, João de, *A Visão do Crente,* Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1918.

BRANCO, Alfredo de Freitas, *No Exílio, Cenas da Vida dos Conspiradores Monárquicos,* Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1917.

BRANDÃO, Raúl, *Obras Completas I - Memórias,* vols. I, II e *Vale de Josafat,* Lisboa, Jornal do Fôro, 1969.

BRUNO, Sampaio, *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906.

CORDEIRO, Joaquim da Silva, *A Crise em Seus Aspectos Morais*, Introdução, Organização e Notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Cosmos, 1999 [1ª ed. 1896].

CORVO, João de Andrade, *Perigos, Portugal na Europa e no Mundo,* Porto, Fronteira do Caos, 2005 [1ª ed. 1870].

JUNQUEIRO, Guerra, *Finis Patriae*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1967 [1ª ed. 1890].

LARANJEIRA, Manuel, *Pessimismo Nacional*, Lisboa, Contraponto, 1950.

—, *Cartas*, Lisboa, Relógio d'Água, 1990.

PASCOAES, Teixeira de, *A Arte de ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991 [1ª ed. 1915].

QUEIROZ, Eça de, e ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas – crónica mensal da política, das letras e dos costumes,* Coordenação e introdução de Maria Filomena Mónica, Cascais, Principia, 2004.

QUENTAL, Antero de, *Bom-Senso e Bom-Gosto: Carta ao Excelentíssimo Senhor António Feliciano de Castilho*, Coimbra, Imp. Litteraria, 1865.

TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro,* Lisboa, Portugália Editora, 1968 [1ª ed. 1905].

"Viva a Autonomia Municipal" – O Congresso Municipalista de 1909, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa 2010.

2. 6. Congressos

XII Congreso de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, 10 Tomos, Madrid, Est. Tip. Huelves y Cía., 1929-1930.

Congreso de Historia y Geografia hispano-Americanas celebrado en Sevilla en Abril de 1914: actas y memorias, Madrid, Establecimiento Tip. de Jaime Rates, 1914.

Congreso de Salamanca. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, Tomo I, Madrid, Talleres Poligráficos, 1923.

Congresso Hispano-Português-Americano, Correspondência, Lisboa, Tipografia do Comércio de Portugal, 1891.

CUNHA, Pedro José da, *Sobre as noções fundamentais da análise infinitesimal*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1923.

Décimo Congreso celebrado en la Ciudad de Coimbra del 14 al 19 de junio de 1925, 8 Tomos, Madrid, [s. n.], 1925-1927.

Noveno Congreso, celebrado en la ciudad de Salamanca del 24 al 29 de junio de 1923, 10 Tomos, Madrid, [s. n.], 1923-1925.

Octavo Congreso celebrado en la ciudad de Oporto del 25 de junio al 1 de julio de 1921, 10 Tomos, Madrid, [s. n.], 1921-1923.

Sevilla. Exposición Iberoamericana de 1929-1930: Guía Oficial, Barcelona, Madrid, Sevilla. Negociado de Publicidad de la Exposición Ibero-Americana, 1929.

Sexto Congreso celebrado en Sevilla durante los días 6 al 11 del mes de mayo de 1917, 11 Tomos, Madrid, [s. n.], 1917-1921.

Undécimo congreso celebrado en la ciudad de Cádiz del 1 al 7 de mayo de 1927: cuarto Congreso de la Associaçao Portuguesa para o Progresso das Sciencias, 10 Tomos, Madrid, Talleres Poligráficos, 1927.

2. 7. Outras obras

D'ORS, Eugeni, *Glosari (Selecció),* Barcelona, Edicions 62, 1982.

KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1988 [1ª ed. 1795].

ORTEGA Y GASSET, José, *España invertebrada, bosquejo de alguns pensamientos históricos,* Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1967 [1º ed. 1921].

PAINE, Thomas, *Rights of Man, Common Sense, and Other Political Writings,* Oxford, Oxford University Press, 1998.

PROUDHON, P. J., *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*, Introdução e organização de Francisco Trindade, Lisboa, Colibri, 1996 [1ª ed. 1863].

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

1. 1. Dicionários, enciclopédias e cronologias

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, *Jornais Republicanos: 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

CHAGAS, M. Pinheiro (Dir.), "Ibéria", *Dicionário Popular e mitológico, biográfico, artístico, bibliográfico e literário,* Tomo 5/6, Lisboa, [s. n.], 1879, p. 329.

"Confederation", *Oxford – Concise Dictionary of Politics,* Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 98.

Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910), 3 vols., Dirigido por Maria Filomena Mónica, Lisboa, Assembleia da República, ICS, 2004-2006.

FIGUEIREDO, Cândido de, "Iberismo", *Novo dicionário da língua portuguesa,* vol. 1, Lisboa, 1913, p. 917.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos, "Hispanidad", *Diccionario político y social del siglo XX español*, Dirigido por Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes, Madrid, Alianza Editorial, 2008, pp. 620-623.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Lisboa e Rio de Janeiro, [195-].

"Krausismo", *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano*, Tomo XI, Barcelona, Montaner y Simón Editores, 1892, pp. 431-432.

MATOS, Sérgio Campos, "Martins, Joaquim Pedro de Oliveira", *Dicionário de Educadores Portugueses,* Coordenado por António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 880-888.

MIRANDA, Jorge, "Federalismo", *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 8, Lisboa, Verbo, [s. d.], p. 489.

PIRES, Daniel, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX*, 2 vols., 3 tomos, Lisboa, Grifo, [1996-2000].

RODRIGUES, António Simões (Coord.), *História de Portugal em datas,* [s. l.], Círculo de Leitores, 1994.

SILVA, Inocêncio F., *Dicionário Bibliográfico Português,* Tomo X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883.

TELES, Galvão, "Confederação", *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. 5, Lisboa, Verbo, [198-?], p. 1314.

Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 30 vols., Lisboa, Verbo, 1998-2003.

VICENTE, António Pedro, "Iberismo", *Dicionário da História de Portugal*, Coordenado por António Barreto e M. Filomena Mónica, vol. 8, Figueirinhas, 1999, pp. 201-205.

1. 2. Obras de carácter geral

AMARAL, Luciano (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal,* Lisboa, Edições 70, 2011.

BEEVOR, Antony, *Guerra Civil de Espanha,* Lisboa, Bertrand, 2006.

CARR, Raymond, *Modern Spain 1875-1890*, Oxford, Oxford Press, 2001 [1ª ed. 1981].

—, *História Concisa de Espanha*, Lisboa, Europa-América, 2004 .

FERRÃO, Carlos, *História da 1ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

GILBERT, Martin, *A Primeira Guerra Mundial,* Lisboa, Esfera dos Livros, 2007 [1ª ed. 2002].

GONZÁLEZ CALBET, T., *La dictadura de Primo de Rivera: El Directorio Militar,* Madrid, 1987.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo, *La España de Primo de Rivera. La modernización autoritaria 1923-1930*, Madrid, Alianza Editorial, 2005.

HOBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos: Breve História do Século XX, 1914-1991*, Lisboa, Presença, 1996 [1ª ed. 1994].

HOWARD, Michael, *The First World War,* Oxford, Oxford University Press, 2002.

MATA, Maria Eugénia*, As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, Série História Económica, nº 4, 1993.

—, "As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

—, "A política financeira", *História da Primeira República Portuguesa,* Coordenação de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 191-204.

MATOS, Sérgio Campos, "Na Primeira República", *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX,* Coordenado por Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, vol. 1, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 77-136.

PROENÇA, Maria Cândida, e MANIQUE, António Pedro, "Da reconciliação à queda da monarquia", *Portugal Contemporâneo*, Dirigido por António Reis, vol. 1, 2ª parte, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 395-486.

RAMOS, Rui, "O sistema fontista", *Portugal Contemporâneo*, Dirigido por António Reis, vol. 1, 2ª parte, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 509-530.

—, "A crise", *Portugal Contemporâneo*, Dirigido por António Reis, vol. 1, 2ª parte, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 549-566.

ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (Coords.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1890-1910),* 2º ed., vol. X, Lisboa, Verbo, 1995.

SILVA, Álvaro Ferreira da, e AMARAL, Luciano, "A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional (1914-1931)", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 51-78.

TELO, António José, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade,* Lisboa, Presença, 2010.

TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal,* Coimbra, MinervaCoimbra, 2006.

TUSELL, J., *Radiografía de un golpe de Estado. El ascenso al poder del general Primo de Rivera*, Madrid, [s. n], 1987.

VALÉRIO, Nuno, e MATA, Maria Eugénia, *História Económica de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

VILAR, Pierre, *Historia de España,* Barcelona, Crítica. La Sociedad, 1978.

2. Estudos

2. 1. Relações político-económicas entre Portugal e Espanha

AA.VV*, Reflexiones en torno a España y Portugal*, Alicante, Instituto de Cultura "Juan Gil-Albert", 1993.

ANTUNES, José Freire, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003.

CASTILLO, Santiago, et al (Coords.), *Estudios de Historia de España, Homenaje a Manuel Tuñon de Lara,* Madrid, Univ. Internacional Menéndez Pelayo, 1981.

CHATO GONZALO, Ignacio, *Las Relaciones Masónicas entre España y Portugal 1866-1932*, Mérida, Serie de Etudios Portugueses, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 1996.

—, *Las relaciones entre España y Portugal a través de la diplomacia (1846–1910),* 2 vols., Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2004.

ENRICH MARCET, Silvia, *Las Tentativas de Restauración Monárquica Portuguesa en Relación con España – 1911-1912,* Salamanca, Caja Duero, 2004.

ESTEBAN DE VEGA, Mariano, e MORALES MOYA (Eds.), *Los Fines de Siglo en España y Portugal. II Encuentro de Historia comparada,* Jaén, Universidade de Jaén, 1999.

FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy, *Portugal en los años veinte. Los orígenes del Estado Novo,* Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, 1997.

FERREIRA, José Medeiros, "As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica", *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia, 1926-1959*, vol. 1, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 395-401.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *O Socialismo e o Futuro da Península,* Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, *Franco e Salazar: as relações luso-espanholas durante a Guerra Fria*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996.

MORALES, Ricardo, "Presentación", *Historia Contemporánea*, Bilbau, nº 20, Universidade do País Basco, 2000, pp. XV-XVII.

OLIVEIRA, César, *Portugal e a II República de* Espanha, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985.

—, *Cem anos de relações luso-espanholas: política e economia,* Lisboa, Cosmos, 1995.

PEREIRA, Dionísio, *Emigrantes, exilados e perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940),* Galiza, Através Editora, 2013.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, "Relações entre Portugal e Espanha no 3º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico", *População e Sociedade*, Porto, nº 6, 2000, pp. 101-111.

—, "O Contrabando Luso-Espanhol no Século XIX – o Discurso dos Teóricos", *O Contrabando e outras histórias*, Porto, CENPA/FLUP, 2001, pp. 25-51.

—, "Relações entre Portugal e Espanha na Época Contemporânea. Ponto da situação historiográfica", *Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA,* Porto, III Série, vol. 4, 2003, pp. 85-100.

RAMOS, Rui, "Hipólito de la Torre Gómez, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)* e Fernando Rosas (ed.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXIV (Inverno), 2000 (n.º 151-152).

ROMERO SALVADÓ, Francisco, "Convulsão Social e Vingança Política na Europa do Pós-Guerra. O Caminho Espanhol para a Ditadura, 1919-1923", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 333-352.

TELO, António José, e TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (Coords.), *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Cosmos, 2000.

—, *La mirada del otro – percepciones luso-españolas desde la história*, Mérida, Junta de Extremadura, 2001.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Conspiração contra Portugal 1910-1912*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

—, *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha 1919-1930,* Lisboa, Estampa, 1980.

—, *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal 1910-1919,* Madrid, Espasa-Calpe, 1983.

—, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Cosmos, 1998.

—, *El Imperio del Rey, Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916),* Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2002.

—, "A I República e a Espanha", *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 111-140.

VICENTE, Ana, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-1960*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992.

VICENTE, António Pedro, *Espanha e Portugal. Um Olhar Sobre as Relações Peninsulares no Século XX*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.

2. 2. Portugal e os portugueses

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890),* Lisboa, Difel, 1991.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?,* Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

FERNANDES, Paulo Jorge, ALMEIDA, Pedro Tavares de, e SANTOS, Marta Alexandra Carvalho dos, *Os deputados da 1ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico,* Coimbra, [s. n.], 2006, Separata da *Revista de História das Ideias,* nº 27, pp. 399-417.

LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Arcádia, 1975.

—, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

—, *Nós Como Futuro,* Lisboa, Assírio & Alvim, 1997.

—, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade,* Lisboa, Gradiva, 2012 [1ª ed. 1999].

—, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português,* Lisboa, Gradiva, 2012 [1ª ed. 2000].

MEDINA, João, *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Afonso Costa*, Alfragide, Texto, 2010.

NOGUEIRA, Franco, *As crises e os homens,* Lisboa, Ática, 1971.

RAMOS, Rui, “A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVII (2.º e 3.º), 1992 (n.º 116-117), pp. 483-528.

—, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908*), Lisboa, 2001.

—, *D. Carlos 1863-1908*, Lisboa, Temas & Debates, 2007.

— “Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial”, *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império,* Coordenado por Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 81-109.

SÁ, Victor de, “A geração de 1852”, *O Comuneiro, Revista Electrónica*, nº 15, Setembro de 2012. Disponível em http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_victordesa_Ageracaode1852_1962.html#_ftn4.

SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

SERRÃO, Joel, *Portugueses Somos,* Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

—, *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

VALENTE, Vasco Pulido, *Uma Educação Burguesa (Notas sobre a Ideologia do Ensino no Século XIX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

—, *O Poder e o Povo*, Lisboa, D. Quixote, 1974.

—, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVII (115), 1992 (1º), pp. 7-63.

—, *Um Herói Português – Henrique Paiva Couceiro (1861-194*4), Lisboa, Alêtheia, 2006.

—, *Portugal, Ensaios de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia, 2009.

VIÇOSO, Vítor, “A literatura portuguesa (1890-1910) e a crise finissecular”, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Coordenado por Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da UL, 2002, pp. 117-138.

2. 3. Iberismos, hispanismos e anti-iberismos

ABREU, Luís Machado de, “Pendências Iberistas no Oitocentismo Português”, *Revista da Universidade de Aveiro*, Aveiro, nº 13, 1996, pp. 53-68.

ALMEIDA, Cristina Ferreira de, *Barcelona, 1929,* Lisboa, Expo' 98, 1995.

ÁLVAREZ, Eloísa, "Iberismo, hispanismo e hispanofilia en Portugal en la última década", *Revista de História das Ideias,* Coimbra, vol. 18, pp. 373-387.

ANDRADE, Luís Miguel Oliveira, *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro, 2000.

AROSTEGUI, Julio, "El Observador en la tribu (los tratadistas extranjeros y la história española)", *Historia Contemporánea*, Bilbau, Universidade do País Basco, nº 20, 2000, pp. 3-29.

BARAHONA, Luis, "Unamuno e Hispanoamerica", *Revista de filosofía de la Universidad de Costa Rica*, São José, Costa Rica, vol. 5, nº 17, Julho-Dezembro, 1965, pp. 52-62.

BARRANTES DE BERMEJO, Ana, *América, España en el repertorio americano,* Costa Rica, Ministerio de Cultura, Juventud y Deportes, Editorial de la Dirección de Publicaciones, 1996.

BARREIRA, Cecília, "Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da "Nação Portuguesa", 1914-26)", *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII (72-73-74), 1982 (3º, 4º e 5º), pp. 1421-1429.

BERNARDO, Liliana Leitão, *O Primeiro Congresso Português para o Progresso das Ciências*, Dissertação de mestrado em Matemática, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006.

BONILLA, Abelardo, "Concepto histórico de la hispanidad", *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, Instituto de Cultura Hispánica, nº 120, 1959, pp. 247-254.

CABERO DIÈGUEZ, Valentín, *Iberismo e Cooperação. Passado e futuro da Península Ibérica*, Porto, Campo das Letras, col. Iberografias, nº 1, 2004.

CALLE VELASCO, María Dolores de la, "España y Castilla en el discurso hispanoamericanista de Rafael Altamira", *¿Alma de España?, Castilla en las interpretaciones del pasado español,* Editado por Antonio Morales Moya e Mariano Esteban de Vega, Madrid, Marcial Pons Historia, 2005, pp. 195-220.

CAÑELLAS MAS, Antonio, *América y la hispanidade: historia de un fenómeno cultural,* Navarra, EUNSA, 2011.

CARDOSO, Miguel Esteves, "Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano", *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII (72-73-74), 1982 (3.°, 4.° e 5.°), pp. 1399-1408.

CARMEN PELOSI, Hebe Carmen. "Rafael Altamira y su visión americanista", *Rafael Altamira: idea y acción hispanoamericana. Alicante*, Alicante, Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2011. Disponível em

http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/rafael-altamira-suvision-americanista.pdf.

CARVALHO, Paulo Archer de, *Nação e Nacionalismo, mitemas do Integralismo Lusitano,* Coimbra, [s. n.], 1993.

—, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 18, 1996, pp. 231-244.

CATROGA, Fernando, "Nacionalismo e Ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Cultura, História e Filosofia,* [Lisboa], vol. IV, 1985, pp. 419-463.

—, "As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o Iberismo", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. 2, 1985, pp. 89-110.

—, "Nacionalistas e Iberistas", *História de Portugal*, Dirigida por José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 563-567.

—, "História e ciências sociais em Oliveira Martins", in *História da História em Portugal sécs. XIX-XX,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 117-159.

—, "Centralização e descentralização em Portugal, mas em fundo Ibérico (séculos XIX/XX)", *"Uns apartats germans": Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 45-84.

CAVANNA EGUILUZ, Alberto, *Nuevo iberismo: notas sobre política geográfica,* Madrid, Gráf. Abascal, 1941.

CHACON, Vamireh, *A Grande Ibéria, convergências e divergências de uma tendência,* Brasília, UNESP, 2005.

CHÁVES, Julio César, *La lengua como base de la hispanidad en la concepción de Unamuno,* Assunção, Academia Paraguaya de la Lengua Española, 1960.

CHOZA, Jacinto, e PONCE-ORTIZ, Esteban, *Breve Historia Cultural de los Mundos Hispánicos (La hispanidade como encuentro de culturas),* Sevilha, Madrid, Thémata, 2010.

CORREIA, Natália, *Somos Todos Hispanos,* Lisboa, Edições "O Jornal", 1988.

CUCURULL, Félix, *Dois povos ibéricos. Portugal e Catalunha*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.

CUNHA, Maria Helena Laranjeiro da, *Números Únicos Bracarenses Comemorativos do 1º de Dezembro de 1640*, Braga, Biblioteca Pública de Braga, 1990.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925): Um Intelectual no Século*, Lisboa, ICS, 2006.

DIAS, Eduardo Mayone, *Menéndez Pelayo e a literatura portuguesa,* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975.

DIAS, José Manuel de Barros, *Miguel de Unamuno: o tema da "Hispanidad" e suas implicações educacionais,* Évora, Universidade de Évora, 1990.

DUARTE MONTSERRAT, Ángel, "La Peninsula Inacabada. Notas Abiertas para una aproxiación catalana a Iberia", *Revista de História das Ideias,* Coimbra, vol. 31, 2010, pp. 189-218.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *Unamuno e Portugal: Razões de uma Lusofilia,* Porto, 1980, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, nº 35, pp. 1-28.

FERNÁNDEZ DE URBINA, José Miguel, *La Aventura Intelectual de Ramiro de Maeztu,* [s. l.], Diputación Foral de Alava, 1990.

FERRÁNDIZ LOZANO, José, *Rafael Altamira: idea y acción hispanoamericana,* Alicante, Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2012.

FERREIRA, António Bartolomeu Jácomo, *El "Iberismo Filosófico" en la perspectiva de Miguel de Unamuno,* Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, Facultad de Filosofía, 2002.

FERREIRA, António Matos, *O Pensamento de Oliveira Martins Sobre Religião,* Tese complementar para provas de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 2005.

FERREIRA, Isabel Costa, *O iberismo numa revista do primeiro modernismo português*, Dissertação de Mestrado em Estudos Ibéricos, Évora, Universidade de Évora, 2007.

FERRO, António, *Prefácio da República Espanhola,* Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933.

GARCÍA MOREJÓN, Julio, *Unamuno y Portugal,* Madrid, Cultura Hispanica, 1964.

GÓMEZ-CARRASCO, Rafael Luis, *Vázquez de Mella y la hispanidade,* Madrid, [s. n.], 1961.

GONZÁLEZ (COLUMBIA), José Maria, *El dia de Colón y de la Hispanidad,* 3ª edição, Oviedo, Gráficas Lux, 1955.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro, "El integralismo lusitano: su recepción en España", *Proserpina,* Mérida, nº 11, 1994, pp. 79-110.

GÓNZALEZ LÓPEZ, María Antonieta, "Índice de la Revista *Raza Española", RLit,* LXIII, 126, 2001, pp. 535-582.

GRACIA PÉREZ, Felipe, *Hijos de la Madre Patria, El hispanoamericanismo en la construcción de la identidade nacional colombiana durante la Regeneración (1878-1900),* Saragoça, Institución "Fernando el Católico" (CSIC), 2011.

GUTIÉRREZ LASANTA, Francisco, *Juan Vazquez de Mella, El verbo de la hispanidade,* Saragoça, T.E. El. Noticiero, 1961.

— *Rubén Darío, el poeta de la Hispanidad,* Zaragoza, [s. n.], 1962.

HOMEM, Amadeu Carvalho, "Oliveira Martins", *História de Portugal,* Dirigido por João Medina, vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 145-148.

HUGUET SANTOS, Montserrat, "El Iberismo: Un proyecto de espacio público peninsular", *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, Leão, Fundación 27 de Marzo, nº 4, 2007, pp. 243-275.

KAGAN, Richard L., "Prescott's Paradigm: American Historical Scholarship and the Decline of Spain", *American Historical Review*, Indiana, American Historical Association, Abril de 1996, pp. 423-446.

— "From Noah to Moses: The Genesis of Historical Scholarship on Spain in the United States*", Spain in America, The Origins of Hispanism in the United States*, Illinois, Universidade de Illinois, 2002, pp. 21-48.

LOHMANN VILLENA, Guilermo, *Menéndez Pelayo y la hispanidade,* Madrid, Ediciones Rialp, 1957.

LOPES, António Cordeiro, *Dois projectos de geopolítica ibérica, de matriz tradicionalista – Vázquez de Mella e António Sardinha*, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, nº 16/17 – 5ª série, 1994, pp. 99-113.

LOURENÇO, António Apolinário, e BRAVO, Alexia Dotras, "Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria", *Revista de História das Ideias,* Coimbra, nº 31, 2010, pp. 285-301.

LOURENÇO, Eduardo, "Lembrança de Oliveira Martins - história e mito", *Oliveira Martins e os críticos da História de Portugal,* Lisboa, IBNL, 1995.

MARCILHACY, David, "Cristóbal Colón, un héroe hispanizado controvérsia en torno a su patria de origen y homenajes monumentales", *Construir España. Nacionalismo español y processos de nacionalización,* Editado por Javier Moreno Luzón, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 153-182.

— "La Péninsule Ibérique et le Mare Nostrum Atlantique: ibérisme, hispanisme et américanisme sous le régne d'Alphonse XIII de Bourbon*", Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 31, 2010, pp. 303-336.

—, *Raza hispana. Hispanoamericanismo e imaginário nacional en la España de la Restauración,* Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2010.

MARTÍN, Teodoro M., "El movimiento Iberista en el siglo XX (Aproximación a la Historia de una idea)", *Estudios de Historia de España, Homenaje a Manuel Tuñon de Lara*, Coordenação de Santiago Castillo, Carlos Forcadell, Carmen Garcia-Nieto e Juan Sisino Perez Garzon, Madrid, Univ. Internacional Menéndez Pelayo, 1981, pp. 305-316.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor, *A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu»,* Nápoles, Liguori, 1997 [1ª ed. 1994], Separata do *Congresso Internacional Portugal e os mares: um encontro de culturas*, pp. 120-137.

—, El naixement de l'iberisme catalanista, Barcelona, Curial, 1997.

—, "De L'Homenatge a Camões al primer Congrés Catalanista", *"Uns apartats germans": Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 111-133.

MARTINS, Armando Yebra, *El Iberismo. Perspectiva de una Evolución (1850-1975),* Lisboa, Palas Editores, 1994.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *Oliveira Martins: um combate de ideias,* Lisboa, Gradiva, Fundação Mário Soares, 1999.

MASCARENHAS, Manuela, *A Questão Ibérica 1850-1870,* Braga, 1980, Separata da *Revista Bracara Augusta,* Tomo XXXIV – Fasc. 78 (90), pp. 7-51

MASCATO REY, Rosario, *Valle-Inclán Lusófilo – Documentos (1900-1936),* Santiago de Compostela, Através Editora, 2013.

MATOS, Sérgio Campos, *A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras, [s. d.], Separata de *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques,* pp. 149-161.

—, "Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins", *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Inst. Nacional de Investigação Científica-Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, 1992, pp. 475-504.

—, *História e Ficção em Oliveira Martins: imagens da degenerescência,* Coimbra, Faculdade de Letras, 2000, Separata da *Revista de História das Ideias,* nº 21, pp. 159-192.

—, "A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão", *Crises em Portugal nos século XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Univ. de Lisboa, 2002, pp. 99-115.

—, Iberismo e identidade nacional (1851-1910), Lisboa, *Clio – Revista do Centro de História da Univ. de Lisboa*, Lisboa, nº 14, 2006, pp. 349-400.

—, Conceitos de Iberismo em Portugal, Coimbra, 2007, Separata da *Revista de História das Ideias,* vol. 28, pp. 169-193.

—, "Hispanofobia e Nacionalismo: a Comissão 1.º de Dezembro e a memória de 1640 (1861-1926)", *Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, 2009. http://web.letras.up.pt/aphes29/data/8th/SergioCamposMatos_Texto.pdf.

—, "Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal", introdução a J. P. Oliveira Martins, *Historia de la Civilización Ibérica*, Pamplona, Urgoriti Editores, 2009, pp. XI-LXXXIX.

—, *Finis Patriae e consciência de crise no Portugal contemporâneo*, Coimbra, Ed. Univ. de Coimbra, 2010, Separata de *Estudos do Século XX*, nº 10, pp. 361-384.

—, "Hispanofobia e Nacionalismo – a Comissão 1º de Dezembro e a Memória de 1640 (1861-1926)", *Estudos em Homenagem a António Pedro Vicente,* Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pp. 645-658.

MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins - Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960),* Lisboa, INCM, 2005.

MEDINA, João, *António Sardinha, anti-semita*, Portalegre, 1989, Separata de *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre.*

—, *Iberizar e desiberizar: pulsões de africanização e de europeização desde a crise peninsular dos anos noventa do séc. XIX*, Lisboa, Comisaría General de España, 1998, Separata de *Los 98 Ibéricos y el mar,* pp. 140-152.

—, *Ortega Y Gasset no Exílio Português (1942-1955). O filósofo espanhol no "reino cadaveroso" de Salazar (com um excurso sobre a lusofilia de Miguel de Unamuno),* Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, 2004.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro, *A Visão de Portugal em Miguel de Unamuno,* Porto, 1980, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto,* nº 35, pp. 1-23.

MORAIS, Marta Castro, *A primeira década dos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências,* Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Matemática, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.

NETO, Vítor, *Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira*, Coimbra, 1988, Separata da *Revista de História das Ideias,* nº 10, pp. 753-768.

NUNES, Maria de Fátima, "Construção de Identidades Europeias: os Congressos Científicos, laboratórios de construção de identidades. Breves considerações", *DEBATER A EUROPA*, Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE, nº 5, Julho/Dezembro 2011, Semestral, pp. 15-22.

PAN, Ismael del, *Iberismo peninsular hispano-luso*, Porto, 1959, Separata de *Douro Litoral. Boletim da Comissão de Etnografia e História,* nona série, vol. 1, pp. 1-4.

PASCUARÉ, Andrea, "Del Hispanoamericanismo al Pan-hispanismo. Ideales y realidades en el encuentro de los dos continentes", *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, nº 26, 2000, pp. 281-306.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Iberismo e Nacionalismo no Pensamento de José Barbosa Leão* – o Futuro de Portugal *visto do Porto em 1881*, Porto, 1992, Separata da *Revista da* Faculdade de Letras, II Série, vol. IX, pp. 237-249.

—, *A Questão Ibérica: imprensa e opinião (1850-1870),* 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada na FL da Universidade do Porto, Porto, 1995.

—, "O 1.º de Dezembro: Memória e Liturgia Cívica na 2.ª metade de Oitocentos", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 28, 2007, pp. 129-167.

—, "Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre utopia e distopia", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 31, 2010, pp. 257-283.

—, "Concepções e avatares do iberismo no Portugal finissecular – do federalismo republicano ao ecletismo dos republicanos", *"Uns apartats germans": Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 85-110.

PIPER, Anson, "Galdós and Portugal", *Anales galdosianos*, [s. l.], nº 8, 1973, pp. 79-87.

RAMOS, Rui, "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXII (140), 1997 (1º), pp. 113-141.

—, "Prisoner of Liberalism: the strange case of J. P. Oliveira Martins", *Portuguese Studies*, [s. l.], 2000.

—, "Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c.1880-c.1900)", *Análise Social* , Lisboa, vol. XLI (178), 2006, pp. 31-53.

REBELO, José Pequito, et al, *António Sardinha e o Iberismo – acusação contestada*, Lisboa, Composto e impresso nas Oficinas de São José para a Biblioteca do Pensamento Político, 1974.

RELVAS, Susana Rocha, *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha*, Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

—, *António Sardinha e suas relações culturais com Espanha, Apêndice documental, correspondência espanhola, brasileira e hispano-americana dirigida a António Sardinha 1906-1925*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

—, *António Sardinha e o Mundo Hispânico: Diálogo com Mulheres Sul-Americanas*, Lisboa, [s. n.], 2003, Separata de *Mulher, cultura e sociedade na América Latina*, pp. 61-84.

REVELLES ESQUIROL, Jesús, *La Interpretació Portuguesa de Josep Pla, Barcelona*, trabalho de investigação ligado ao doutoramento defendido na Universitat Autònoma de Barcelona, 2008.

—, "Cambó, Pla, Gaziel i els contactes lusocatalans", *"Uns apartats germans": Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 149-168.

RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel, *El Discurso del Hispano-Americanismo Español en El Siglo XX: Una Utopia de Substitucion, Congreso de Jovenes Historiadores Y Geografos*, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1990, Separata do *Congresso de Jovens Historiadores e Geógrafos,* pp. 1009-1015.

ROBERTS, Stephen G. H., "Hispanidad: El desarrolo de una polémica noción el la obra de Unamuno", *Cuad. Cát. M. de Unamuno*, Salamanca, Ediciones Universidade de Salamanca, nº 39, 2004, p. 61-80.

ROCAMORA, José António, *El Nacionalismo Ibérico 1792-1936*, Valladolid, Universidade de Valladolid, 1994.

SALVADOR ALBERT, Bernabeu, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de America en España; Coyuntura y Conmemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia da América, 1987.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, "Les Relacions entre Catalunya I Portugal des del 1640 fins ara", *"Uns apartats germans": Portugal I Catalunya*, Editado por Víctor Martínez-Gil, Maiorca, Lleonard Muntaner, 2010, pp. 19-44.

SANTOS-RIVERO, Virginia, *Unamuno y el sueño colonial*, Madrid, Iberoamericana, 2005.

SARAIVA, António José, *A Tertúlia Ocidental, Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros,* Lisboa, Gradiva, 1990.

SARDICA, José Miguel, *A Ibéria – A Relação Peninsular no século XX,* Lisboa, Aletheia, 2013.

SEPÚLVEDA, Isidro, *Comunidad cultural e hispano-americanismo 1885-1936*, Madrid, UNED, 1994.

—, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*, Madrid, Marcial Pons, 2005.

Ser Português em Portugal, Colectânea de artigos publicados no *Boletim Informativo* da SHIP, Lisboa, SHIP, 2004.

SILVA, José Miguel Pimenta, *Portugal no IV Centenário do Descobrimento da América (1892-1893),* tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2012.

SOARES, Maria Luísa Castro, *Nas Encruzilhadas do Século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes*, Vila Real, Centro de Estudos e Letras da Univ. de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2007.

TORIBIO, José Manuel Cuenca, *Ensayos Iberistas*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998.

TORGAL, Luís Reis, "A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia", *Revista de História das Ideias,* Coimbra, nº 1, 1976, pp. 23-40.

—, "Acerca de los estudios hispánicos en Portugal", *Revista de la Universidad Complutense,* Madrid, 1984, pp. 43-53.

URBIETA ROJAS, Pastor, *Camino de la hispanidade,* Assunção/Paraguai, Colección Paraguay, 1965.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, *A Espanha ante o "Ultimatum",* Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

—, "Antero de Quental iberista?", *Congresso Anteriano Internacional-Actas. Universidade dos Açores. 14-18 Outubro 1991,* Ponta Delgada. Universidade dos Açores, 1993, pp. 161-182.

VENEGAS, José Luis, "Unamuno, Epistolarity, and the Rhetoric of Transatlantic Hispanism", *MLN,* Ohio, John Hopkins University Press, nº 124, 2009, pp. 438-459.

VENTURA, António, "A Imagem de Espanha em alguns Viajantes Portugueses no século XIX", *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, Porto, FLUP, nº 4, 2007, pp. 153-156.

ZARAGÜETA, Juan, *La hispanidad y el pensamiento filosófico*, [Madrid], Asociación Cultural Hispano Americana, 1940.

ZULETA ALVAREZ, Enrique, *La idea de America en el Pensamiento Español Contemporaneo (1900-1936),* Mendonza, Facultad de Ciências Politicas y Sociales, UNC, 1979, Separata do *Boletin de Ciências Politicas y sociales.*

2. 4. Nacionalismo, republicanismo e federalismo

BARREIRA, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo, de Homem Cristo Filho a Almada Negreiros,* Lisboa, Assírio & Alvim, 1981.

BREUILLY, John, *Nationalism and State*, 2ª ed., Manchester, Manchester United Press, 1993.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Casa das Letras, 2010 [1ª ed. 1991].

—, *Ensaio Republicano,* Lisboa, FFMS, 2011.

GELLNER, Ernest*, Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Gradiva, 1993 [1ª ed. 1983].

HOBSBAWM, Eric, *Revolucionários: ensaios contemporâneos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 [1ª ed. 1973].

—, A Questão do Nacionalismo, nações e nacionalismo desde 1780, Lisboa, Terramar, 1998 [1ª ed. 1990].

LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismo – A cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938),* Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

— (Coord.), *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

— (Coord.)*, Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

SÉRGIO, António, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1970 [1ª ed. 1920].

SLOTERDJIK, Peter*, Se a Europa Acordar, Reflexões sobre o Programa duma Potência Mundial no Termo da sua Ausência Política*, Lisboa, Relógio d' Água, 2008.

SOBRAL, José Manuel, "Nações e nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa ocidental e o caso português", *Inforgeo*, 11, Dezembro, 1996, pp. 13-41.

—, "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXVII (165), 2003, pp. 1093-1126.

—, Portugal, Portugueses: uma identidade nacional, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água, 2012.

2. 5. Teoria e metodologia

BACZKO, Bronislaw, "Utopia", *Anthropos-Homem, Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, Lisboa, INCM, pp. 365-366.

BANTON, Michael, *A ideia de Raça,* Lisboa, Edições 70, 1979.

ELIOT, T.S, *Notas para uma Definição de Cultura,* Lisboa, Edições Século XXI, 1996.

KOSELLECK, Reinhart, *Futures Past. On the Semantic of Historical Time,* Nova Iorque, Columbia University Press, 2004.

—, *The Practice of Conceptual History, Timing, History, spacing concepts*, Stanford, Stanford University Press, 2007.

—, *Historias de conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*, Madrid, Editorial Trotta, 2012.

KUMAR, Krishnan, *Utopia and Anti-utopia in Modern Times*, Oxford, Basil-Blackwel, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Raça e História,* Lisboa, Presença, 1973 [1ª ed. 1952].

PEREIRA, Ana Leonor, "Raças e história: imagens nas décadas finais de Oitocentos", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 14, 1992, pp. 347-364.